



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Hélio Gomes Filho

**Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no
Norte Fluminense: legado e maldição de Prometeu**

Rio de Janeiro

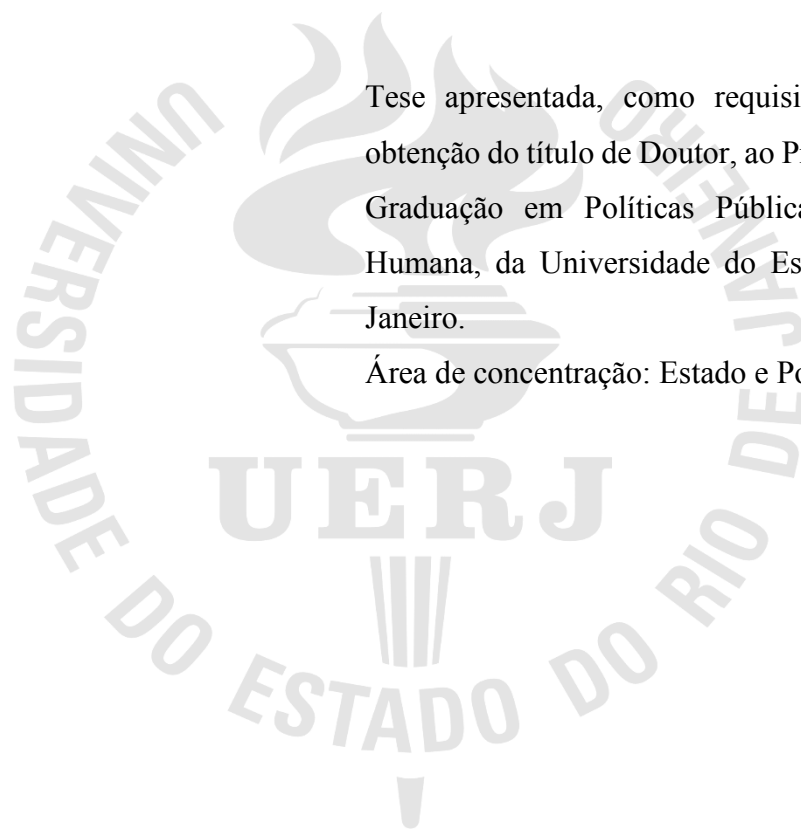
2017

Hélio Gomes Filho

**Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no Norte
Fluminense: legado e maldição de Prometeu**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Estado e Política Pública



Orientador: Prof.º Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G633 Gomes Filho, Hélio.
Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no Norte Fluminense: legado e maldição de Prometeu / Hélio Gomes Filho. – 2017. 349 f.

Orientador: Floriano José Godinho de Oliveira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Políticas Públicas – Teses. 2. Direitos Sociais – Teses. 3. Petróleo – Teses. I. Oliveira, Floriano José Godinho de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 306

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Hélio Gomes Filho

**Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no Norte
Fluminense: legado e maldição de Prometeu**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração: Estado e Política Pública

Aprovada em 9 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.º Dr. Floriano José Godinho de Oliveira
PPFH – UERJ

Prof.ª Dr.ª Eveline Bertino Algebaile
PPFH – UERJ

Prof.º Dr. Franklin Dias Coelho
UFF

Prof.º Dr. Rodrigo Valente Serra
ANP / CEFET-RJ

Prof.ª Dr.ª Teresa de Jesus Peixoto Faria
CCH –UENF

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

A Margarida, eterna companheira.

AGRADECIMENTOS

Acredito piamente que o homem é produto do meio e tenho a certeza, com absoluta sinceridade, que devo quase tudo do pouco que sei aos meus companheiros de jornada. Por isso gostaria de expressar a minha mais profunda gratidão aos amigos a seguir, ainda que falte espaço para reverenciar todos a quem devo parte do que sou.

Agradeço ao meu orientador Floriano Godinho de Oliveira pela lucidez das intervenções, o acompanhamento absolutamente criterioso e o respeito com que tratou minha maneira de ver o tema. Essa tese é, verdadeiramente, o produto do nosso trabalho. A minha admiração pela retidão e generosidade da sua militância, em todos os segmentos da vida, é inabalável.

Aos professores Eveline Algebaile, Franklin Coelho, Rodrigo Serra e Teresa Faria com quem venho aprendendo já faz algum tempo. Não bastasse isso, a disponibilidade em contribuir no debate em torno da minha pesquisa é uma deferência que não tenho como retribuir. A eles a minha mais sincera gratidão.

Aos professores do Programa, em especial: Andréa Vale, Deise Mancebo, Floriano Godinho de Oliveira, Gaudencio Frigotto, Eveline Algebaile, Marise Ramos, Theotonio dos Santos; cada um, a sua maneira, foi decisivo nesta minha caminhada.

Aos colegas de turma e de debates acadêmicos. Um agradecimento especial aos amigos: Roberto Moraes, Marek Polak, Fernando Camaz, Nelson Ricardo, Artur Lopes, Regina Coeli, Carlo Pagani, Roberto Montmerli, Nelson Mabucanhanhe e Gabriel Araújo pelo companheirismo, apoio e cumplicidade durante o curso.

Aos servidores administrativos da secretaria do PPFH/Uerj pela eficiência e cortesia de sempre.

Aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento (NEED/IF Fluminense): Luiz de Pinedo Quinto Júnior, Roberto Moraes Pessanha e Romeu e Silva Neto. A nossa convivência tem contribuído de forma decisiva no meu crescimento pessoal. A visão de mundo comum consolidou nossa amizade.

Aos colegas das coordenações do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e da Licenciatura em Geografia do IF Fluminense pela colaboração em dois anos de afastamento das aulas. Agradeço particularmente aos professores Gustavo Siqueira, Luiz Pinedo e Maria Inês Paes Ferreira pela carga de trabalho compartilhada.

Aos entrevistados pela colaboração e boa vontade com que participaram. Eles emprestaram alma a esta pesquisa.

Um agradecimento especial ao meu “núcleo de pesquisa familiar”: Margarida, Ivan, Vítor, Flávia e Loraine. As nossas conversas no apartamento da Artur Bernardes têm contribuído muito para minhas reflexões. Ainda que de forma não intencional, em diversos momentos eles sempre acabaram colaborando. Um agradecimento especial a minha companheira de vida Margarida, ela foi assistente de pesquisa e também uma coorientadora informal. A parte boa é que a tese acaba e o nosso núcleo continua.

Agradeço à minha família: meus pais Hélio Gomes e Marly Espinosa Gomes (in memoriam), pela minha formação, sobretudo musical; e minhas irmãs Marcinha e Marta (*Trois*), ainda que as duas não tenham se dado conta, elas foram fundamentais na minha vida, em particular nos últimos anos.

Um agradecimento especial aos meus amigos de quase meio século Roberto Moraes, José Carlos Salomão e Nelson Crespo. Muito do que sei devo à convivência com eles.

Agradeço também aos meus amigos de três décadas: Jocélio Gomes Cardoso, Luiz Ribeiro Gomes Júnior, José Renato Fernandes Marins e Nelson Luiz Coelho Alves. Seu apoio e solidariedade foram de suma importância neste momento.

Aos meus amigos Cibele Dhaer Botelho Monteiro, Cleber Gomes da Silva, Evanildo dos Santos Leite e Roberto José pelo companheirismo sincero e sereno nas lutas do ano de 2016.

Maldição de Prometeu

Prometeu era um menino bom
Acreditava no homem e na vida
Vivia a cantar alto e em bom som
Apesar da ânima antípoda e aturdida

Pandora, uma menina bela e boa
Despretensiosa e assaz trágica
Tola que só ela, vivia a toa
Como se a vida fosse mágica

Nunca se viram pessoalmente
Dividiam-se entre: ele cauteloso;
Ela desmazelada e imprevidente

Num dia sinistro e desastroso
Aceitou maçãs de uma serpente
Pensando saciar o coração curioso

RESUMO

GOMES FILHO, H. **Divisão internacional do trabalho e direito à cidade (de porte médio) no Norte Fluminense**: legado e maldição de Prometeu. 2017. 349 f. Tese (Doutorado) - Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A divisão internacional do trabalho configurou um quadro de produção agroindustrial no Norte Fluminense desde os tempos da Capitania de São Tomé em meados do século XVII. As revoluções industriais e a abolição da escravidão proporcionaram uma série de reestruturações na cadeia produtiva da cana-de-açúcar com significativas repercussões na economia regional. A regulação fordista keynesiana que emerge do pós-guerra, porém, elegeu outros setores da economia como dinâmicos. Por outro lado, na década de 1970, a exaustão deste modelo regulatório coincide com a descoberta de uma grande jazida de petróleo no litoral norte fluminense. A economia do petróleo produziu um cenário econômico que alterou sobremaneira a questão fundiária, convertendo a renda da terra rural em urbana. No início do século XXI, a construção do Porto do Açú reconfigurou o processo de produção do espaço na medida em que vem atraindo a economia do petróleo para: São João da Barra; Campos dos Goytacazes; Quissamã e São Francisco de Itabapoana. Nesta pesquisa, mediante uma perspectiva gramsciana, trabalhamos com o depoimento de um grupo de pessoas que militam nas sociedades política e civil no processo de construção do Estado ampliado nestes municípios. Através do olhar destes intelectuais, além de pesquisa bibliográfica e documental, investigamos como se deram perdas e ganhos neste processo, se houve avanços em direção à universalização do direito à cidade ou se confirmamos a tradição brasileira de promover modernizações conservadoras.

Palavras chave: Direito à Cidade. Sociedade Civil. Economia do Petróleo. Renda da Terra Urbana. Rentismo.

ABSTRACT

GOMES FILHO, H. **International division of labor and right to the city (medium-sized) in Northern Rio de Janeiro State**: legacy and curse of Prometheus. 2017. 349 f. Tese (Doutorado) - Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The international division of labor has set up a framework of agroindustrial production in Northern Rio de Janeiro State since the time of the Captaincy of São Tomé in the mid-seventeenth century. The industrial revolutions and the abolition of slavery had provided a series of restructurings in the sugarcane production chain with significant repercussions on the regional economy. Keynesian Fordist regulation emerging from the postwar period, however, has elected other sectors of the economy as dynamic. On the other hand, in the 1970s, the exhaustion of this regulatory model coincides with the discovery of a large oil deposit on the north coast of Rio de Janeiro. The oil economy produced an economic scenario that greatly altered the land issue, converting rural land income into an urban one. At the beginning of the 21st century, the construction of the Açú Port reconfigured the space production process as it has been attracting the oil economy to: São João da Barra; Campos dos Goytacazes; Quissamã and São Francisco de Itabapoana. In this research, through a gramscian perspective, we work with the testimony of a group of people who struggle in the political and civil societies in the process of construction of the enlarged State in these municipalities. Through the eyes of these intellectuals, in addition to bibliographical and documental research, we investigated how losses and gains were made in this process, whether there were advances towards the universalization of the right to the city or if we confirm the Brazilian tradition of promoting conservative modernizations.

Key words: Right to the City. Civil Society. Oil Economy. Income From Urban Land. Rentism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Recorte espacial da pesquisa. Fonte: IBGE, modificado pelo autor	22
Figura 2 – Primeiros traços de petróleo no Norte Fluminense.	62
Figura 3 – Assentamento Zumbi dos Palmares.	69
Figura 4 – Terminais T1 e T2 do Porto do Açú.	77
Figura 5 – Placa de sinalização da siderúrgica Ternium.	80
Figura 6 – Maquete eletrônica do Terminal de Barra do Furado.	84
Figura 7 – Terminal portuário da Petrobras na Praia de Imbetiba em Macaé.	86
Figura 8 – Technip no Açú e FMC Technologies em Macaé.	87
Figura 9 – Obelisco.	96
Figura 10 – Casa de Bombas.	98
Figura 11 – Estação Elevatória Central de Esgoto.	98
Figura 12 – Linha do Bonde.	99
Figura 13 – Casa de Atilano Chrysostomo.	105
Figura 14 – Atafona, São João da Barra.	111
Figura 15 – Avenidas Arthur Bernardes e N ^a S ^a do Carmo.	112
Figura 16 – Lagoa do Vigário.	113
Figura 17 – Galerias na Praça São Salvador.	114
Figura 18 – Prédio construído pelo IAA.	115
Figura 19 – Prédio do Banco do Brasil.	115
Figura 20 – Oficina do PEC em novembro de 1996.	149
Figura 21 – Praça São Salvador.	156
Figura 22 – Atafona, Grussaí e Vila do Açú.	157
Figura 23 – Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas – RJ.	159
Figura 24 – Campos – Travessão – S. Fco. de Itabapoana.	162
Figura 25 – Usina eólica de Gargaú.	165
Figura 26 – Ponte da Integração.	167
Figura 27 – Arco Rodoviário do Norte Fluminense.	168
Figura 28 – Porto Central.	169
Figura 29 – Ferrovia EF-118.	170
Figura 30 – Canal das Flechas.	171
Figura 31 – Museu Histórico de Campos dos Goytacazes.	172

Figura 32 – Parque Nacional de Jurubatiba.....	173
Figura 33 – Orçamento Geral da União.....	178
Figura 34 – <i>Outdoor</i> MRV.....	179
Figura 35 – Quadrilátero de ouro.....	182
Figura 36 – Condomínios horizontais e Alpha Campos.....	184
Figura 37 – Processo de implantação de condomínios – 2004.....	185
Figura 38 – Processo de implantação de condomínios – 2010.....	186
Figura 39 – Processo de implantação de condomínios – 2013.....	186
Figura 40 – Processo de implantação de condomínios – 2015.....	187
Figura 41 – Terras das famílias Cardoso; Linhares, Nogueira e Aguiar.....	199
Figura 42 – Quadrilátero de ouro e loteamentos fechados.....	205
Figura 43 – Localização de Travessão.....	222
Figura 44 – Condomínio horizontal do Alphaville.....	224
Figura 45 – Condomínios horizontais.....	225
Figura 46 – Localização de Barcelos.....	234
Figura 47 – Localização do Parque Av. Pelinca.....	237
Figura 48 - Condomínios do Shopping Boulevard e do Alphaville.....	244
Figura 49 – Matadouro e Parque Eldorado.....	264
Figura 50 – Parque Santo Amaro.....	266
Figura 51 – Bairros: Santa Rosa, Eldorado e Custodópolis.....	268
Figura 52 – Conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz.....	272
Figura 53 – Encontro da segregação programada com a segregação voluntária.....	274
Figura 54 – Favela da Ilha do Cunha e conjuntos habitacionais: Pq. Esplanada; Pq. Aldeia; HGG e Chatuba.....	276
Figura 55 – Conjunto do PMF Santa Rosa 2.....	280
Figura 56 – Baixada Campista e Praia do Farol de São Tomé.....	282
Figura 57 – Localização de Ururai.....	284
Figura 58 – Barra do Furado no limite entre Campos e Quissamã.....	287
Figura 59 – Localização do distrito de Travessão.....	289
Figura 60 – Habitação de interesse social vertical vizinha à Uenf.....	290
Figura 61 – Localização do PMF que seria construído num vazio urbano central.....	294
Figura 62 – Desenho do aeromóvel que seria construído em Campos.....	298
Figura 63 – Bairro Jardim Flamboyant e loteamento Vila da Rainha.....	299

Figura 64 – HGG e condomínio horizontal Terra Nova e condomínio vertical Recanto das Palmeiras.	300
Figura 65 – Lagoa Maria do Pilar.	304

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Academia Campista de Letras
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ADA	Amigos dos Amigos
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Anfea	Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos
ANP	Agência Nacional de Petróleo
ANPUR	Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional
Asep	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio de Janeiro
Banerj	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BIR	Banco Internacional para Reconstrução
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício da Prestação Continuada
Caquis	Acrônimo formado a partir dos nomes dos municípios Campos, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
Cefet Campos	Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
CGP	Condições Gerais de Produção
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cepop	Centro de Eventos Populares Osório Peixoto
Cidac	Centro de Informação e Dados de Campos
Clipa	Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú
CMMAU	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Campos
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CNFCN	Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COM/Bird	Projeto Especial de Cidades de Porte Médio
Compat	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Quissamã
Comperj	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
Comudes	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Concidades	Conselho das Cidades
Coperflu	Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool Ltda.
Coppam	Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal de Campos
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia
Coredes	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPM/Normal	Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Creci	Conselho Regional de Corretores de Imóveis
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTR	Centro de Tratamento de Resíduos
CUNY	City University of New York
DEL	Desenvolvimento Econômico Local
DEM	Democratas
Detro-RJ	Departamento de Transportes Rodoviários do Rio de Janeiro
DST	Doença sexualmente transmissível
EBX	Holding brasileira de propriedade do empresário Eike Batista.
ECO	Edison Chouest Offshore
EIG	Global Energy Partners
Emhab	Empresa Municipal de Habitação
Enampur	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ETFCampos	Escola Técnica Federal de Campos
Faetec	Fundação de Apoio à Escola Técnica
Famac	Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos
Famerj	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

FCA	Ferrovias Centro Atlântica
FED	Federal Reserve System
Fenorte	Fundação Estadual do Norte Fluminense
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
Fundecam	Fundo de Desenvolvimento de Campos
Fundenor	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
Gesa	Gargaú Energética S/A
GG	Grande Guerra
HGG	Hospital Geral de Guarus
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFluminense	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense
IIE	Institute for International Economics
IMTT	Instituto Municipal de Trânsito e Transporte
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inea	Instituto Estadual do Ambiente
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPASE	Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
Isecensa	Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora
ISS	Imposto sobre serviços

ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LLX	Empresa de Logística do grupo EBX
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIDAS	Maritime Industrial Development Areas
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
Nimby	Not in my Back Yard
OCSP	Observatório de Controle do Setor Público
Ompetro	Organização dos Municípios Produtores de Petróleo
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
Padem	Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCE	Projetos de Consultoria em Engenharia Ltda.
PDP	Plano Diretor Participativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDUC	Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos
PEC	Plano Estratégico de Campos
PECRJ	Plano Estratégico do Rio de Janeiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PMCG	Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMF	Programa Morar Feliz
PMQ	Prefeitura Municipal de Quissamã
PMSFI	Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana
PMSJB	Prefeitura Municipal de São João da Barra

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento I e II
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
RCT	Revolução Científico-Tecnológica
Reduc	Refinaria de Duque de Caxias
Repar	Refinaria do Paraná ou Refinaria Presidente Getúlio Vargas
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RM	Região Metropolitana
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SFI	São Francisco de Itabapoana
SGC	Sociedade de Garantia de Crédito
SHRU	Seminário de Habitação e Reforma Urbana
Sicoob	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sindmec	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Campos
Sindipetro-NF	Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense
SJB	São João da Barra
SM	Salário Mínimo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCP	Terceiro Comando Puro
TCU	Tribunal de Contas da União
TFP	Tradição, Família e Propriedade
Terpor	Terminal Portuário de Macaé
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
Tubsa	Tecnologies Urbanas Barcelona S.A.
UCAM	Universidade Candido Mendes

UDN	União Democrática Nacional
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unesa	Universidade Estácio de Sá
Uniflu	Centro Universitário Fluminense
Wisco	Wuhan Iron & Steel
ZEN	Zona Especial de Negócios
ZR	Zona Residencial

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	TRAJETÓRIA GLOBAL DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO NORTE FLUMINENSE: DA CANA-DE-AÇÚCAR DA CAPITANIA DE SÃO TOMÉ AO PETRÓLEO E O PORTO DOS CAQUIS	43
1.1	A modernidade e suas revoluções industriais	43
1.1.1	<u>O Fordismo é mais que produção em massa, ele é o substrato da cidade do Século XX</u>	49
1.1.2	<u>O esgotamento da aliança do Fordismo com o Welfare State</u>	57
1.2	Caquis sem açúcar e sem afeto – o fim do protagonismo da indústria sucroalcooleira	62
1.2.1	<u>Nem tudo que reluz é ouro – a impostura do Proálcool</u>	67
1.3	A eclosão do ovo da serpente – a acumulação flexível sob regulação neoliberal	71
1.3.1	<u>Acumulação Flexível e financeirização do capital</u>	73
1.3.2	<u>A crise do <i>subprime</i> e os efeitos do capitalismo financeiro nos Caquis</u>	76
1.4	Trocando sacos por barris – da inconstância da monocultura à maldição dos recursos naturais	83
2	UM SÉCULO DE CIDADE – URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PÚBLICO NOS CAQUIS	89
2.1	A modernidade e suas cidades	89
2.1.1	<u>Modernidade, industrialização e urbanização</u>	90
2.1.2	<u>A cidade moderna é fordista, é fordista e é fordista...</u>	100
2.1.3	<u>A imagem de Getúlio se esmaecendo no Espelho do Brasil</u>	116
2.1.4	<u>A cidade moderna é fordista e keynesiana</u>	120
2.2	Segunda Revolução Industrial ainda que tardia	121
2.2.1	<u>Ganhos de uma década que se perdeu</u>	126
2.2.2	<u>Perdas econômicas e ganhos políticos</u>	129
2.3	A dívida pública e a cidade	133
2.3.1	<u>A cidade distópica pós-moderna</u>	135
2.3.2	<u>Do urbanismo estratégico à estratégia de Penélope em Campos</u>	146

2.4	O Estatuto da Cidade nos Caquis	152
2.5	O processo recente de metropolização dos Caquis	155
2.5.1	<u>Os Caquis na Megarregião Rio-São Paulo</u>	174
2.6	Neodesenvolvimentismo e urbanização no coração dos Caquis	180
3	COM A PALAVRA OS HERDEIROS DE PROMETEU – O QUE TÊM A DIZER OS INTELLECTUAIS	189
3.1	Ramos da árvore genealógica de Prometeu – caracterizando os intelectuais	192
3.1.1	<u>Estrutura da entrevista</u>	196
3.2	A efetividade das políticas públicas urbanas	197
3.3	A omissão do Estado	208
3.4	Quem ganha com a anomia urbana?	217
3.5	Os Caquis na Megarregião Rio-São Paulo	227
3.6	Políticas de vizinhança – quando o local se torna a região	241
3.7	Em busca de uma institucionalidade que dê sentido ao espaço regional	251
3.8	Mais renda e menos direito à cidade	262
3.9	Habitação de interesse social e direito à cidade em Campos	271
3.9.1	<u>Not In My BackYard – o paradoxo da sociodiversidade</u>	294
3.10	Considerações Parciais	305
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
	REFERÊNCIAS	315
	APÊNDICE A – Caracterização dos intelectuais	339
	APÊNDICE B – Estrutura da entrevista	348

INTRODUÇÃO

O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais do que pelas pessoas.

Harvey, 2009, p. 269

Estar perto do progresso tem um preço! Morou? Eles querem cobrar esse preço deles. Você não tem o direito de estar perto do hospital, você não tem o direito de estar perto da estação do trem, você não tem o direito de estar perto do metrô, você não tem o direito de estar a cinco minutos do seu trabalho... você tem que ir lá pro fundo onde as pessoas que não têm direito estão. Morou?

Mano Brown¹

No universo simbólico da mitologia grega, os homens eram tutelados pelos deuses, que tudo sabiam e podiam. Enquanto os primeiros viviam numa espécie de letargia e escravidão, o titã Prometeu, cuja relação de amizade com Zeus era marcada pela controvérsia, vai ao Olimpo, rouba a chama dos deuses e a compartilha com os homens. A partir de então a humanidade passa a conviver com a ideia de se libertar desse jugo. A vingança dos deuses, sob encomenda e supervisão de Zeus, é, inicialmente, a criação de uma mulher de inúmeros e inquestionáveis encantos. Por possuir muitos dons, é chamada de Pandora. Ela desce à Terra munida de uma caixa misteriosa e se insinua para Prometeu – o previdente. Este, porém, devido à sua notória racionalidade e precaução, não cede a tais caprichos. O seu irmão Epimeteu – que, em grego, significa o que age antes de pensar –, contudo, sob a égide da imprevidência, aceita o presente de Zeus e se envolve com Pandora. Como era de se esperar, numa atitude inadvertida, ele abre a caixa de Pandora e deixa dela escapar todas as mazelas que afligem a humanidade. A esperança, porém, fica presa na borda da caixa, que é imediatamente fechada por Epimeteu

¹ Fragmento extraído de entrevista do *rapper* Mano Brown, líder da banda Racionais MC's, no programa TV Folha em matéria sobre a reintegração de posse do Edifício Mauá, ocupado pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) no centro de São Paulo. Programa veiculado na TV Cultura no dia 20 de maio de 2012.

dando, então, início à saga da humanidade. A segunda parte da vingança de Zeus é mandar acorrentar Prometeu a um rochedo onde, durante o dia, um abutre devora-lhe o fígado, que se regenera durante a noite. Assim, Epimeteu – imprevidente – sofre as consequências diuturnas das atitudes impensadas, enquanto Prometeu – cauteloso – vive o tormento do dia laborioso e sofrido e a certeza de que o dia seguinte será de mais uma batalha de uma luta incessante e inglória.

As versões do mito de Prometeu são diversas². Aqui foi feita a opção por uma que dá corpo à metáfora que opera numa perspectiva gramsciana (COUTINHO, 2000; 2011a e 2011b; LIGUORI; VOZA, 2017). Prometeu teria como herdeiro direto o intelectual orgânico convencional (SEMERARO, 2006)³ que, ao romper com sua identidade de classe dominante, leva a racionalidade e a busca da autonomia, representadas pela chama, que se contrapõem ao poder constituído, permitindo ao dominado construir sua estratégia contra-hegemônica. Prometeu sofre com a capacidade de previsão da infinitude e dureza desta luta e com a identidade da sua condição de classe que o atormenta. Ilegítimo de um lado e renegado de outro. Entra em cena, neste momento, um herdeiro indireto, o intelectual orgânico popular (SEMERARO, 2006) que, dentre os dominados, é o interlocutor privilegiado do tradicional renegado e, assim, também se investe do direito ao legado de Prometeu. Isto posto, o fogo que Prometeu entrega aos homens, nesta pesquisa, representa a racionalidade técnica capaz de permitir que todos tenham voz no processo de formulação das políticas públicas que definem o modo de vida na cidade.

A linha metodológica aqui descrita trabalha a perspectiva de que os herdeiros contemporâneos de Prometeu participam da construção de políticas públicas urbanas. O intelectual orgânico convencional funcional à classe dominante, que se rebela, e o intelectual orgânico popular em marcha contra-hegemônica, constituem parte fundamental da sociedade civil na luta pelo direito à cidade numa concepção gramsciana de Estado ampliado ou Estado

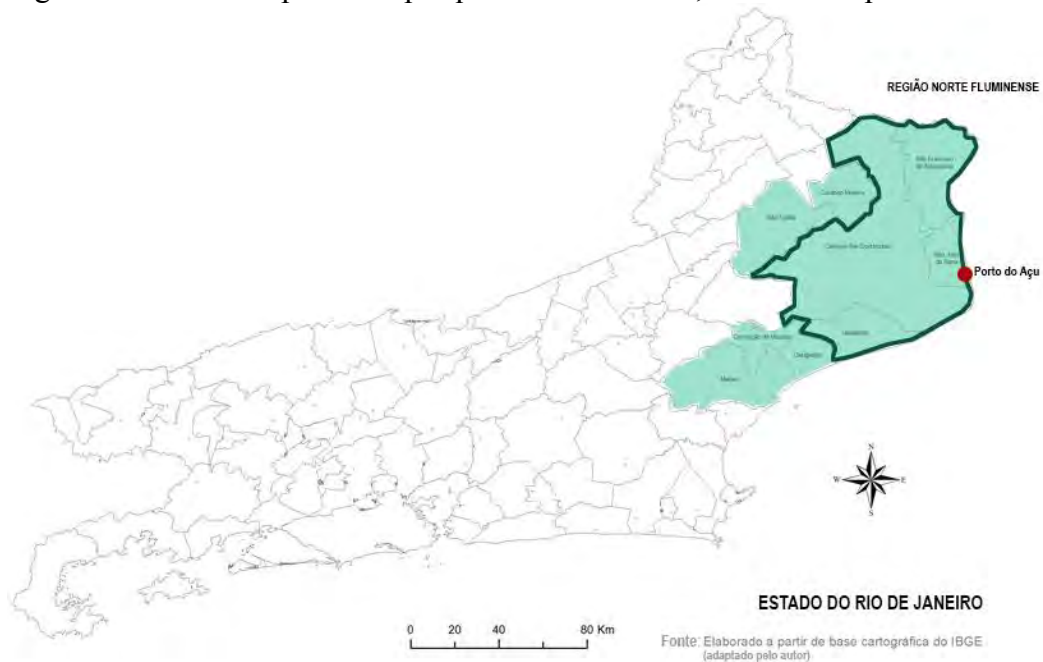
² Marx, sobretudo quando jovem, teria uma especial admiração pela rebeldia e postura generosa de Prometeu perante a humanidade. Ele também possuía uma interpretação particular sobre esse mito quando fazia a crítica sobre o papel desempenhado pela religião no processo de dominação na sociedade capitalista. Podemos ver registros disso em José Américo Motta Pessanha (PESSANHA, [s.d.]); Michael Löwy (A SOCIOLOGIA, 2014).

³ A modernidade promoveu significativas modificações nas formas de produção e relações de poder, sobretudo em países como Brasil e EUA que já nascem sob a égide da construção do Sistema Mundo Moderno (WALLERSTEIN, 2007). Tal situação incide diretamente nas relações dos intelectuais com a sociedade, sua formação e posicionamento diante do processo de produção e, conseqüentemente, de dominação. Posto isso, decidimos trabalhar com as categorias de intelectual orgânico propostas por Giovanni Semeraro (2006), a saber: intelectual orgânico convencional é aquele que, independentemente da sua relação com a produção, se mantém fiel à classe dominante e intelectual orgânico popular como sendo o que trabalha pela universalização, seja por identidade de classe ou porque sua formação teórica e ética o leve a isso (SARTRE, 1994).

integral (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 261)⁴. Muito já se falou sobre as políticas urbanas que dariam conta da função social da propriedade e da regulação fundiária na cidade, visando à democratização do solo urbano e fazendo valer o direito à cidade. O enfoque desta pesquisa é buscar uma representação mais fiel possível da materialidade deste quadro a partir da percepção desses intelectuais – ou seja, o que pensam eles sobre o arcabouço legal e a sua execução nas cidades onde atuam.

O recorte espacial da pesquisa, no âmbito local⁵, se dá em quatro municípios da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro (Figura 1) que têm em comum serem diretamente impactados pelo Porto do Açu, que está sendo construído ao sul do Município de São João da Barra, área remanescente da Capitania Hereditária de São Tomé.

Figura 1 – Recorte espacial da pesquisa. Fonte: IBGE, modificado pelo autor



⁴ “Nas sociedades ocidentais, G. [Gramsci] vê dois planos dialeticamente unidos no conceito de ‘Estado Integral’, que representa a contribuição gramsciana específica à teoria do Estado. A crítica com base em Buci-Glucksmann, 1976, usa também a expressão ‘Estado ampliado’, entendendo o novo protagonismo do Estado registrado no século XX, em contextos políticos diversos, tanto no campo econômico quanto na organização da sociedade e na criação do consenso. [...] G. se refere ao ‘Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)’. O conceito de Estado integral indica a relação de unidade-distinção que G. capta entre Estado e sociedade civil para exprimir o que ele chama de Estado ‘em sentido integral’ (Q 6, 155, 810-1 [CC 3, 257]) [...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 261).

⁵ A abordagem espacial da pesquisa não se dará exatamente num estudo de caso, pois será levado em consideração o território em três escalas geográficas distintas: a escala global; nacional e regional – local, numa linha teórica que reconhece as construções escalares entre o local e o global (BRANDÃO, 2012). Assim, esta investigação propõe a análise dos aspectos históricos e dos fluxos (materiais e imateriais) que concorrem para a construção da concretude do espaço objeto.

Devido às especificidades comuns que giram entre litoral; petróleo e porto, estes quatro municípios possuem um grande potencial de se constituírem numa concentração extrema da urbanização difusa da Megarregião São Paulo-Rio de Janeiro (LENCIONI, 2015). Isto posto e confirmado, eles fariam parte de um expressivo processo de intensificação de fluxos e atividades pendulares. A fim de facilitar a identificação do local, que não é definido como microrregião no mapa oficial do Estado do Rio de Janeiro, tomamos a iniciativa de criar um acrônimo com os nomes dos quatro municípios. Desta forma, **Campos dos Goytacazes; Quissamã; São João da Barra e São Francisco de Itabapoana** deram origem à sigla **Caquis** que nomeia essa região de identidade histórica e de reconfiguração emergente.

É interessante assinalar que, desde meados do século XVI, quando Pero de Góis teria fracassado na tentativa de colonizar a Capitania de São Tomé, ao fundar a Vila da Rainha, hoje município de São Francisco do Itabapoana, a região de Campos dos Goytacazes se ressentia de uma base portuária para consolidar seus fluxos materiais⁶. Os municípios de Macaé e São João da Barra nasceram de portos da capitania cujos colonizadores não conseguiam vencer a energia das ondas na proximidade de sua sede – Campos dos Goytacazes. Em narrativa de Lamego (2007), os Sete Capitães tomaram posse de parte da capitania, em regime de sesmaria, em 1632. Desembarcaram em Araruama e seguiram até Macaé, limite sul das terras concedidas, às margens da Lagoa Feia, entre Campos e Quissamã. Uma longa caminhada devido à dificuldade de aportar no local onde, segundo Esteves (2011), pretendiam criar gado vacum, espaço e momento em que começaram a prosperar empreendimentos europeus nesta capitania.

As diversas reestruturações produtivas e a descoberta do petróleo na década de 1970 vêm confirmar este argumento. Afinal, a decadência da economia da cana-de-açúcar e a exploração de petróleo numa concepção de territorialidade absolutamente inédita, na Bacia de Campos, caracterizam essa dificuldade de inserção competitiva no mundo globalizado. A perda paulatina de dinamismo e a logística deficiente para os fluxos materiais também determinam o afastamento dos fluxos imateriais da economia globalizada. Não resta dúvida de que a “terra

⁶ “A injustiça contra Pero de Góis é clamorosa, e, além do mais, esquecida uma das causas principais do seu fracasso. Foi a geologia brasileira. As formações litorâneas dessa região impedem a existência de bons portos naturais, o que não acontece com aquelas outras capitanias, ponto forçado de estadia para as grandes frotas do Reino, que, a par dos recursos bélicos, lhe reavivam continuamente os núcleos de material humano e lhes reforça ao mesmo tempo o contato com a metrópole” (LAMEGO, 2007, p. 55).

do já foi e do já teve”⁷, até mesmo no jargão popular, assistia à decadência da sua antiga centralidade.

No início deste século surge a proposta do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (Clipa), em São João da Barra, bem próximo ao limite com Campos. Este complexo produz externalidades imediatas, do ponto de vista espacial, nos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Quissamã. Isto é, o território que compõe grande parte do remanescente núcleo duro da Capitania de São Tomé.

Ironicamente a *holding* EBX propõe a construção de um grande complexo portuário, do tipo MIDAs⁸, com sua retroárea exatamente onde os Sete Capitães não conseguiram aportar.

Campos, que polariza a região objeto, assim como uma série de cidades médias brasileiras⁹, que vêm se tornando alvo preferencial do desenvolvimentismo recente (SANTOS, 2012; ARAUJO, 2012), vivencia seus problemas urbanos, que não são poucos, eclodindo em ritmo metropolitano. Portanto, esta região requer uma atenção especial no que tange à gestão urbana.

Com efeito, embora apresente um plano diretor elaborado com uma considerável participação popular, paira no ar um clima de insatisfação, por parte dos sujeitos que protagonizam os canais de controle social neste município. O processo de elaboração desses planos e a insatisfação com a falta de gestão democrática da cidade parece se replicar de forma similar na região como um todo. A precariedade das políticas públicas e a omissão dos gestores dos poderes executivos, além dos demais representantes dos poderes locais, traduziriam uma ambiência que consagra a cristalização de um quadro de concentração de renda e poder. Nas palavras de Erminia Maricato,

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses

⁷ Embora não seja exclusividade de Campos, o título de “Terra do já foi e do já teve” parece ter sido criado a partir da crise de autoestima dessa cidade diante da perda crescente de centralidade e dinamismo ao longo do século XX.

⁸ *Maritime Industrial Development Areas (MIDAs)* é uma categoria de porto, também chamado de porto indústria, que potencializa o *Just in Time* ao incorporar em sua retroárea grande parte das atividades industriais inerentes aos produtos, sejam bens de consumo ou commodities, que utilizam esse porto como plataforma de conexão aos fluxos globais. No passado tais atividades se localizavam mais distantes, hinterlândia adentro, incrementando maiores custos, sobretudo de tempo de deslocamento do produto, na viabilização intermodal dos fluxos deste fixo (SANTOS, 2006).

⁹ Embora Amorim Filho e Serra considerem que a definição de “cidade de porte médio” não seja consensual, eles observam que a maioria dos artigos da obra, cuja introdução redigiram, trabalhou com o intervalo de 100 e 500 mil habitantes para definir “municípios de porte médio” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 04). Além desses pesquisadores, o IBGE também considera municípios de porte médio os que se encontram na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. (MARICATO, 2000, p. 124).

Neste sentido, uma das questões centrais desta pesquisa diz respeito à existência de um clima de desencanto em relação às políticas e gestão urbana no Brasil de hoje. Parece que o Movimento Nacional de Reforma Urbana, que vê parte das suas reivindicações se concretizar sob a forma de política pública com a promulgação do Estatuto da Cidade, não consegue se consolidar de fato. O dinamismo econômico potencializa o efeito especulativo rentista nas cidades que rechaça qualquer tentativa de garantias de democracia local. Essa sensação, que até bem pouco tempo era exclusividade da academia, vaza para a mídia, não obstante estar ainda restrita às pautas de veículos alinhados com o pensamento crítico, e chega aos movimentos de protestos e ocupação das ruas.

Vale ressaltar que a Constituição de 1988 estabelece o controle social que, no ambiente urbano, se concretiza por meio dos conselhos municipais. Nestes canais institucionais, os movimentos sociais têm a oportunidade de se manifestar. Cabe lembrar, ainda, que em 10 de julho de 2001 foi sancionada a Lei 10.257 – o Estatuto da Cidade – que regulamenta a política urbana brasileira a partir dos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Depois de 12 anos tramitando no Congresso Nacional e passados outros 16 anos da sua promulgação, o legado desta política encontra-se em estado de fragilidade extrema. Como prevê o artigo 43, inciso I, a gestão democrática da cidade passa pelo envolvimento dos sujeitos que compõem a sociedade civil em canais de participação que podem ser mais formais, como os conselhos municipais de meio ambiente ou nos “[...] órgãos colegiados de políticas urbanas, nos níveis nacional, estadual e municipal” (BRASIL, 2001).

Em que pese a oposição da aliança entre forças rentistas locais e globais poderosas (HARVEY, 2011 e 2013) e as limitações do que Erminia Maricato chamou de “participativismo” (MARICATO, 2011, p. 90), acredita-se que ainda haja espaço para a busca do “protagonismo da sociedade civil” (GOHN, 2005) na agenda dos herdeiros de Prometeu.

Apresentada a problemática, esclarecemos que, nesta pesquisa, pretendemos investigar um potencial descompasso nas políticas urbanas dos Caquis em relação ao *leitmotiv* do Estatuto da Cidade. Temos, ainda, a intenção de avaliar, o que têm a dizer os intelectuais que buscam fazer parte do Estado ampliado na condição de sociedade civil e política. Assim, pretendemos levantar, na visão desses indivíduos, possíveis discrepâncias entre o que está prescrito no Estatuto da Cidade e a postura dos gestores públicos diante deste quadro institucional. Em caráter mais restrito, consideraremos:

investigar a relação existente entre a gestão das políticas públicas municipais e a produção de um ambiente propício à valorização da renda da terra urbana mediante o direito à cidade;

identificar uma possível omissão do poder local perante os interesses do rentismo imobiliário urbano, além dos segmentos que são favorecidos ou sacrificados em nome do desenvolvimento;

analisar as condições de existência de um processo de metropolização e um substrato para a reformulação decenal dos planos diretores participativos destes municípios, sobretudo no que alude à produção de políticas públicas supramunicipais, sistêmicas e integradas;

avaliar o nível de satisfação com a gestão urbana (e regional), segundo a ótica dos que participam do embrião de Estado ampliado, produzindo um mosaico a partir dessas considerações, além de um acervo oral dos pontos de vista que não fazem parte da história oficial e

caracterizar o perfil do intelectual: identificar sua origem, formação, trajetória e o que motiva a sua participação.

Uma série de aspectos apontados pelo Estatuto da Cidade vem sendo historicamente negligenciada pela maioria dos municípios brasileiros, sobretudo aqueles localizados distantes das regiões de maior centralidade. Os Caquis, municípios lindeiros ao Porto do Açu, não fogem à regra. Os planos diretores participativos (PDPs) destes quatro municípios já se aproximam dos 10 anos de vigência¹⁰, prazo previsto para a revisão desta política pública, e não há sinais significativos da implementação dos seus principais instrumentos de gestão urbana.

O porto já começou a operar, os empregos e as oportunidades são anunciados com alvíssaras, as cidades vão se tornando mais cosmopolitas e mais caras. Os cronicamente excluídos não conseguem ver o seu quinhão neste mais novo espetáculo do desenvolvimento exógeno local. A Capitania de São Tomé, que já foi palco de tempos de fausto, sucumbiu e parece estar emergindo de uma longa agonia anticíclica. No entanto, a maior parte dos seus cidadãos não consegue acompanhar o ritmo deste crescimento. Falta escolaridade, qualificação e empoderamento à população enquanto sobra velocidade de reação e capacidade de influir na decisão dos poderes públicos aos principais e poucos beneficiários da mudança.

Sendo assim, os Caquis se constituem num ambiente privilegiado para investigar o desequilíbrio existente no tratamento dado pelas políticas urbanas nos diversos interesses

¹⁰ O PDP de Campos completou nove anos de vigência em dezembro de 2016, os outros três Caquis foram mais ágeis na elaboração desta política e já os têm perto de vencer o prazo de revisão anos vigendo. Somente o município de São João da Barra já procedeu essa revisão recentemente.

manifestos no território. Afinal, até que ponto uma região que experimenta um crescimento econômico significativo consegue distribuir riquezas? O saldo de toda essa volúpia privilegiará o direito à cidade ou contemplará os interesses do capital, particularmente o rentista?

Porto, petróleo e urbanização

O abismo que, no Brasil, separa o discurso sobre Plano Diretor e sua prática é tão imenso, que não é possível, a qualquer pessoa minimamente interessada nessa questão, permanecer indiferente a ele

Villaça, 1993, p. 01

Os Caquis não constituem um mero estudo de caso. A tendência de sua configuração, depois da decisão de implantação do Porto do Açu, torna esses candidatos a fazer parte da Megarregião São Paulo - Rio de Janeiro (LENCIONI, 2015), um lócus hiperconector de fluxos globais, sobretudo materiais, que se confundem com o próprio destino do Estado do Rio e do Brasil hodiernos. Não há como decodificar esse local prescindindo do aprofundamento de investigação das condições em que se dão a inserção do Brasil na economia global, neste início de século sob a influência das diversas escalas existentes neste percurso.

Segundo Milton Santos (2009, p. 105), salvo o grau de intensidade, os municípios brasileiros apresentam quase sempre as mesmas mazelas, que se tornam mais visíveis nas cidades maiores. Nossa dificuldade crônica na gestão democrática do espaço urbano talvez seja um padrão que se replica indefinidamente nesse Brasil continental. Uma das características mais marcantes deste desenho seria a modernização conservadora que nos persegue desde que optamos, sob a liderança do presidente Vargas, na Revolução de 30, pelo modelo de país urbano-industrial (SADER, 2010). Estamos à disposição dos rituais e resultados da modernidade, porém herméticos à democratização desses benefícios. Embora essa aparente incoerência entre discurso e prática seja uma tônica na democracia liberal, este talvez seja o grande desafio da cidade brasileira contemporânea.

Mutatis mutandis, toda cidade sofre, nos dias atuais, o assédio da globalização da economia, se transformando no que Castells (2003) definiu como espaço de fluxos, que podem ser materiais ou simplesmente de informação. As cidades mal ou bem se preparam para receber

e reter, ao máximo, esses fluxos, contudo agem como se esses benefícios se distribuíssem automaticamente para todos. Fica a impressão de que ainda não conseguimos superar a falácia econômica da aposta no crescimento do bolo.

Os Caquis, que já padeciam desse mal desde os tempos do império, entram agora num frenesi desenvolvimentista baseado no extrativismo de petróleo e minério de ferro. Apesar das externalidades negativas geradas, cabe ressaltar que a concepção de porto indústria inicialmente da EBX, hoje da Prumo Logística, se conecta no território ensejando a geração de trabalho, renda e desenvolvimento de fato. Diferentemente dos hub *ports*, especializados em terminais de contêineres, que têm entre suas principais características a territorialidade *foot loose* de operar os interesses dos fluxos dos mercados globais em detrimento do desenvolvimento local (COCCO E SILVA, 1999; MONIÉ E VASCONCELOS, 2012). Apesar desta diferença a favor do Porto do Açú, a sua implantação estaria sendo feita mediante uma lógica que privilegia o capital e os interesses especulativos parasitas que acompanham grandes empreendimentos como uma rêmora acoplada a um tubarão. Não haveria nenhum sinal, para além do discurso, que demonstrasse uma preocupação mínima dos poderes locais em promover ações que garantam o direito à cidade.

Quando Lefebvre (2001) decreta a morte da cidade formada historicamente, está falando da reificação da condição urbana e da transformação da cidade em objeto de consumo de turistas e cidadãos solventes. Ao se transformar numa mercadoria, a cidade perde a sua *anima* e se traveste em objeto e o que é pior: em mercadoria. Tal decisão tem feito gestores públicos perseguir um *modus operandi* que produza esse efeito na cidade. Uma urbe atrativa para poucos, que seja lugar de consumo, mas que também seja um lugar a ser consumido (LEFEBVRE, 2001).

A realização de eventos em profusão; a produção de cultura como mercadoria e não como manifestação da arte de um povo; a cosmética urbana que coloca a estética como prioridade quase que absoluta e a requalificação de áreas centrais, a partir da gentrificação, são alguns dos sintomas que demonstram a opção por uma cidade morta. Uma cidade que é silo dos fluxos do capital internacional e que se torna ambiente fértil para os interesses rentistas urbanos (HARVEY, 2011).

Ao buscar um modelo de cidade que se coloca à venda, os gestores estão sinalizando que nesse espaço não haverá lugar para os cronicamente excluídos. A cidade que se maquia para os solventes abriu mão da justiça social, possivelmente apelará para o argumento do crescimento do bolo e, em última análise, se furta de promover o direito à cidade.

O artigo 182 da Constituição, ao estabelecer que “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade [...]” (BRASIL, 1988) está claramente legislando em torno da necessidade de se regular o equilíbrio dos direitos. Nesse caso, a Carta Magna está prescrevendo de forma cristalina e inapelável, que é função das políticas públicas urbanas a promoção da universalização do direito à cidade.

Muito embora seja função do planejamento urbano promover esse ajuste, as cidades brasileiras nos passam a nítida impressão de terem feito a opção pelo capital especulativo e pela potencialização da acumulação. Afinal,

[...] jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade por meio da autoconstrução das casas e ocupações irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao “produto de luxo”, de outro (MARICATO, 2011, p. 20).

O que está em questão é a construção de um modelo de gestão urbana renovada. Embora Erminia Maricato entenda que “[...] utopias como o ideário de ‘reforma urbana’ que tem o ‘direito à cidade’ ou a justiça urbana como questão central são aparentemente fontes perenes de conflitos (MARICATO, 2011, p. 29), ela reconhece a necessidade de “[...] refletir se esse ideário resiste às referidas mudanças [ocorridas no Brasil desde os anos 1990] e porque ele parece ter se evaporado.” (MARICATO, 2011, p. 29).

A aparente fonte perene de conflitos citada por Erminia Maricato (2011) advém de um processo de luta de classes e de cidadania negada que a Constituição Federal tenta regular ao prever o controle social nas diversas esferas do Estado. Garantir mudanças e democratização via participação ampla, sobretudo da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, não é uma tarefa das mais fáceis. A própria Erminia Maricato reconhece isso ao dizer que:

A possibilidade de debater temas estruturais é remota [...] para a maior parte dos movimentos sociais e ONGs, que se multiplicam no Brasil e no mundo, guiados pela hegemonia do “participativismo”. É evidente que esses movimentos estão ocupados com problemas importantes como gênero, raça, meio ambiente, saneamento e habitação, entre outros. Mas aparentemente nos ocupamos em buscar melhores condições de vida, compondo um cenário dividido e fragmentado, tomando a parte pelo todo, contidos nos limites de um horizonte restrito, sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Desistimos de fazê-lo. (MARICATO, 2011, p. 90)

É preciso ter clareza de que a participação não é panaceia, que há forças poderosas em oposição ao controle social e que vários setores populares de vanguarda se encontram

fragmentados em lutas que são importantes, mas que esvaziam a força coletiva. Uma boa questão para ser respondida neste momento, em termos de direito à cidade, é saber qual é a participação da participação no instante da decisão. Precisamos ter claro qual é o poder do controle social e a capacidade de intervenção dos movimentos sociais na democracia local. A participação pode ser local. A luta por justiça, porém, não deixa de ter uma arena determinante que é global.

Não há como decodificar o enigma da participação sem entender o papel da sociedade civil. Para melhor delimitar esse campo, trabalhamos com a categoria sociedade civil de Gramsci, localizada no espaço de organização da cultura, isto é, na superestrutura social (GOHN, 2005). A hegemonia não se daria apenas no plano econômico, mas principalmente no plano cultural

[...] e expressa o poder de uma determinada classe de dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade. O espaço principal pela disputa pela hegemonia é a sociedade civil e se completa no plano da sociedade política – o Estado. (COSTA, 1997:05)

A filosofia política de Gramsci destaca a importância da organização da sociedade civil para a mudança da sociedade política, num plano onde há tática e estratégias denominadas guerra de posição e guerra de movimento¹¹. Trata-se de organizar a sociedade civil para democratizar o Estado e seus aparelhos (a sociedade política). Ela não se contrapõe ao Estado, mas é uma de suas partes constitutivas, junto com a sociedade política. A sociedade civil é uma esfera do ser social, diz Coutinho (1999), uma arena privilegiada da luta pela hegemonia e pela conquista do poder político (GOHN, 2005, pp. 64-65).

Desta forma, cabe à representação das classes subalternas, na condição de intelectuais orgânicos populares, ocuparem os espaços de participação que o arcabouço legal enseja e lutar, entre outras coisas, pelo direito à cidade. Não é uma tarefa simples nem de resultados imediatos, contudo é necessária.

Este cenário problema nos leva a formular a **questão** que move essa pesquisa, como pode ser vista a seguir:

A política econômica nacional, de bases keynesianas – que promove a distribuição de renda; busca o *Welfare State* e investe em infraestrutura –, estaria propiciando um quadro de degradação do direito à cidade, sobretudo no Caquis no século 21, onde o protagonismo da

¹¹ Para Gramsci as guerras de movimento, com seus aparatos bélicos militares não se constituem na única nem na mais adequada ou utilizada forma de conquista do poder. As revoluções Francesa e a Bolchevique seriam, então, exemplos típicos de guerra de movimento. Elas se dão onde “[...] os quadros da vida nacional são embrionários e fracos e não se podem tornar ‘trincheira ou fortaleza’[...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 355). A Europa moderna do século XX, na visão gramsciana, estaria mais propícia à guerra de posição, processo em que a disputa se dá no campo político, na conquista de quadros dirigentes. Ou seja, “A permanência do conflito político se exprime, de fato, de uma contratação constante das posições políticas entre os grupos e as classes, sobretudo nas sociedades pós-bélicas” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 355). Assim a Revolução Francesa teria sido uma guerra de movimento sucedida por uma “[...] longa guerra de posição do liberalismo” (LIGUORI; VOZA, p. 356).

economia do petróleo e a omissão do Estado, diante do seu papel regulador, preconizado no Estatuto da Cidade, contribuem para o recrudescimento do rentismo urbano?

Esta questão, que nos intriga e permeia o universo de uma série de pesquisadores e ativistas do direito à cidade no Brasil, estaria também perpassando o universo das ideias dos herdeiros de Prometeu? Até que ponto os intelectuais orgânicos, “populares e convencionais” (SEMERARO, 2006, p. 379), que habitam e atuam nos Caquis compartilham dessa percepção? Esse é o núcleo central da pesquisa empírica e isso nos leva a elaborar a seguinte **hipótese**:

O direito à cidade nos Caquis no século XXI, no que obste um ambiente de política econômica nacional de bases keynesianas – que investe em infraestrutura, bem-estar e distribui renda –, apresenta um quadro de degradação crescente. Esta degradação é caracterizada por um processo de segregação, sobretudo espontâneo e programado (LEFEBVRE, 2008), onde a pujante economia do petróleo e a omissão do Estado, no que tange ao seu papel regulador estabelecido pelo Estatuto da Cidade, produzem o recrudescimento do rentismo urbano.

Considerações a respeito do método

O desafio de se constituir um marco teórico-metodológico de uma pesquisa, tendo como arcabouço o materialismo histórico, é de uma grandeza significativa e preocupante, entretanto não há como se trabalhar no âmbito do direito à cidade num paradigma diferente. Direito à cidade requer uma perspectiva de intervenção e transformação da realidade e não uma atitude de mera observação. Assim sendo, e partindo do princípio que Marx não era filósofo, economista, tampouco sociólogo, mas sim um intelectual a serviço da revolução¹², qualquer alternativa que se preze deveria propor um quadro teórico-metodológico que tenha estreito e intransigente compromisso com a justiça universal no seu objeto de estudo. Compreendemos, numa perspectiva gramsciana, que uma revolução pode ser feita de lutas contra-hegemônicas pacíficas – “Partindo da noção de que hegemonia em Gramsci implica o consenso (ou seja, direção e não dominação) [...]” (COUTINHO, 2011a, p. 145). Assim sendo, vislumbramos um contorno de convicções, cuja perspectiva de apropriação do processo almeje uma caixa de ferramentas teóricas que pretenda dar conta da realidade. Além disso, deve apontar saídas que

¹² O que Barata-Moura definiu como: “As elaborações teóricas como expressão ideal do movimento prático” (Moura, 1998, p. 91 e 97).

visem a construção de uma correlação de forças sociais mais justas e equilibradas – ainda que esse equilíbrio não seja resultado do momento cristalizado e sim uma resposta enquanto movimento. Em suma, há que se identificar a realidade na sua totalidade, as mediações¹³ que a determinam e apontar uma perspectiva de futuro. Importa destacar que, segundo Maria Ciavatta,

No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto do objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (KOSIK, 1976) é uma teoria da realidade onde seres humanos e objetos existem em situação de relação e nunca isolados, como alguns processos analíticos podem fazer crer (CIAVATTA, 2002, p. 132).

[...] a mediação não é um instrumento analítico de medição quantitativa do comportamento de um fenômeno, nem a busca da relação de causa e efeito, mas sim, é a especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação dos sujeitos sociais (CIAVATTA, 2002, p. 143).

A construção de um método de pesquisa que se pretenda dialético, não deve contemplar fórmulas pré-concebidas nem normas rígidas que se antecipem ao objeto em si (FRIGOTTO, 2012, p. 165). Ou seja, mais importante que a forma é o conteúdo e mais importantes que o método seriam a realidade pré-existente e o conjunto de resultados a serem obtidos. O método não pode ser uma camisa de força que subjuga o objeto. Ele deve ser feito sob encomenda para a realidade em questão. Afinal, “o método não se separa da construção do objeto; ao contrário, é ele que o constitui” (CIAVATTA, 2002, p. 131).

A pesquisa que empreendemos e relatamos aqui parte de um conjunto de experiências prévias em campo, perfazendo um tempo de observação, em várias tentativas de intervenção, de cerca de 20 anos. Uma boa parte dela, sobretudo a fase inicial, foi realizada de forma um tanto intuitiva, não obstante tenha sido utilizada alguma teoria, ainda que careça de maior rigor. Essa observação vem ocorrendo com maior presença e frequência nos últimos 15 anos. É basicamente produto de atividades de extensão, embora paulatinamente tenham sido produzidas atividades de pesquisa a partir deste processo. Esta vivência acaba sendo a abordagem inicial que permite o contato preliminar com a materialidade do fenômeno a ser investigado, fazendo com que, uma vez que se pretenda dialético, o método seja “[...] um atributo da realidade, e não do pensamento” (FRIGOTTO, 2012, p. 166). Assim sendo, procedemos a elaboração de um quadro teórico-metodológico que permitisse a investigação do fenômeno na sua totalidade, a

¹³ Barata-Moura (1998) utiliza a terminologia “conexões internas” dos fenômenos – *Zusammenhang* em alemão. Assim, as mediações ou conexões são os elementos que dão conta do fenômeno para além da aparência e que nos permitem percebê-lo em sua totalidade concreta.

apropriação dos seus fundamentos históricos, contradições e mediações. “Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*” (KOSIC, 1986, p. 09). Para Gaudencio Frigotto,

Esse *détour* implica necessariamente ter como ponto de partida os fatos empíricos que nos são dados pela realidade. Implica, em segundo lugar, superar as impressões primeiras, as representações fenomênicas desses fatos empíricos e ascender ao seu âmago, às suas leis fundamentais. O ponto de chegada será não mais as representações primeiras do empírico ponto de partida, mas o concreto pensado (FRIGOTTO, 2012, p. 166).

Assim, partimos de um material coletado das impressões empíricas a partir do qual foi elaborado um referencial teórico capaz de revestir de pensamento o concreto observado, para então promover uma teoria que se mostre minimamente capaz de desvendar e subsidiar a produção de transformações na realidade.

Os herdeiros de Prometeu – quem é quem na sociedade política e civil

O universo empírico desta pesquisa parte da identificação de um conjunto de sujeitos que trazem, ou deveriam trazer, a chama de Prometeu na sua ação social. Para identificar a qualidade das políticas públicas urbanas implementadas nos quatro municípios circunscritos no espaço objeto, ninguém melhor que os intelectuais orgânicos – convencionais e/ou populares – que ao longo do tempo de redemocratização do país lutaram pela reconstrução de uma política urbana democrática participativa.

Ao longo das décadas de 1970 e 80, os movimentos sociais se organizaram e reconstituíram o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), surgido nos anos 1960 como uma das reformas de base reivindicadas nesta década. Era a voz das ruas tentando romper com a velha conhecida “modernização conservadora” brasileira. Essas lutas, como prevê Gramsci, fluem da sociedade civil para o Estado e se manifestam no arcabouço legal e na máquina pública.

Para Gramsci [...] o socialismo é definido como uma “sociedade regulada”, na qual os mecanismos coercitivos do Estado *stricto sensu* devem ser progressivamente absorvidos pelos aparelhos consensuais da “sociedade civil”. Para ele, portanto, todas as coerções heterônomas e alienadas, sejam elas resultantes do mercado ou da burocracia, devem ser substituídas progressivamente por relações fundadas num

contrato livremente decidido entre os “produtores associados”, ou seja, no que ele chamou de “consenso” (COUTINHO, 2000, pp. 174-175).

A Constituição de 1988 prevê, nos seus artigos 182 e 183, a função social da propriedade urbana (BRASIL, 1988) e a lei 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), regulamenta esses dois artigos da Constituição. No executivo federal o MNRU se materializa, principalmente, com a criação, em 2003, do Ministério das Cidades. Nos executivos municipais, a função social da propriedade, ainda está longe de ser um tema na pauta dos prefeitos, apesar do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores Participativos municipais previstos por esta lei. Temos assistido o oposto: a reconcentração da propriedade urbana; o crescimento especulativo do valor da terra; a expulsão dos mais pobres das áreas centrais; a requalificação de centros urbanos para cidadãos solventes; a erosão crescente da mobilidade urbana; o favorecimento do capital do setor imobiliário; o fortalecimento das estratégias especulativas do rentismo fundiário urbano; o velho patrimonialismo brasileiro com nova roupagem e o empobrecimento dos que usam a terra apenas para morar, ou seja, os que veem apenas valor de uso na propriedade urbana. Isso tudo sob a chancela dos poderes públicos, nas suas diversas esferas, tendo o poder executivo local como gestor das condições favoráveis a essa voracidade insustentável.

O movimento pela reforma urbana produziu uma plêiade de pesquisadores, profissionais e militantes, em se tratando de política urbana e gestão democrática da cidade, em todo país. A Carta Magna também introduziu o controle social e, por conseguinte, os conselhos que formalizam a participação da sociedade civil no Estado a caminho da integralidade (LIGUORI; VOZA, 2017). Esta iniciativa corporifica a ampliação do Estado e permite a luta contra-hegemônica no seu interior, ensejando a democratização da cidade por meio da minoração do poder estatal que Marx e Engels chamaram de “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX; ENGELS, 1998, p. 10). Segundo Carlos Nelson Coutinho,

Nunca é demais insistir em que a “ampliação” gramsciana da teoria do Estado é uma ampliação *dialética*: os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal), mas o *desenvolvem* no sentido de acrescentar-lhe *novas determinações*. Gramsci parte da distinção entre duas esferas essenciais no interior das superestruturas: a “sociedade política” e a “sociedade civil”. Com “sociedade política”, designa o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o poder legal da coerção; trata-se do que ele chama muitas vezes de Estado em sentido estrito ou Estado-coerção, formado pelas burocracias ligadas às forças armadas e à ampliação das leis, ou seja, em última instância, por aquilo que habitualmente chamamos de governo. (Trata-se, portanto, do aspecto no qual Marx e Engels haviam concentrado sua atenção prioritária). A real originalidade de Gramsci

– as novas determinações que ele aduz ao conceito marxista de Estado – manifesta-se em sua definição de “sociedade civil”, que, como vimos, indica a nova esfera do ser social que surge com os processos de socialização da política (COUTINHO, 2011b, p. 25, grifos originais).

Nos Caquis, sobretudo em Campos dos Goytacazes, núcleo central da Capitania de São Tomé, onde se constituíram esses municípios, como era de se esperar, há uma representação da classe social hegemônica, que detém o capital, cujos interesses de acumulação estão também se manifestando na construção imobiliária e no rentismo fundiário urbano. Por outro lado, há determinados movimentos de setores da sociedade civil que, em dado momento, rivalizam e se contrapõem ao capital na busca do direito à cidade, mas que em outros momentos se aliam a este ou são cooptados por ações estatais do tipo comitê gestor dos interesses da burguesia (MARX; ENGELS, 1998).

Nesta pesquisa encontram-se mapeados mais de 70 indivíduos que compõem o seu universo empírico¹⁴. Cerca de 3/4 deles fizeram parte de conselhos municipais ou ocuparam algum cargo de confiança em governos municipais, ou seja, são sociedade civil ou sociedade política. Cerca de 1/3 desses sujeitos foram entrevistados¹⁵ e sua contribuição nos permitiu identificar marchas e contramarchas das políticas e da gestão urbana nessa região, além de permitir vislumbrar oportunidades de intervenção visando a melhoria do quadro existente. Embora isso não seja um objetivo dessa pesquisa.

Por opção metodológica, a amostra não seguiu uma distribuição estatística, entretanto, o critério de definição dos elementos desta matriz, obedeceu a uma diretriz de escolha dos sujeitos capaz de permitir um equilíbrio de opiniões e um material de análise rico, bem distribuído e representativo no tempo, no espaço e na sociedade. Procurando aprofundar esse pressuposto lançamos mão, como ponto de partida, de uma estratificação do pensamento ambientalista, proposta por Eduardo Viola e Hector Leis, em que esse ativismo é segmentado e distribuído em oito setores distintos, qual seja:

o ambientalismo *stricto sensu*: as associações e grupos comunitários ambientalistas, que agora diferenciam-se em três tipos (profissionais, semiprofissionais e amadoras) e atingem um total de aproximadamente setecentos em 1989;
 . o ambientalismo governamental: as agências estatais do meio ambiente (no nível federal, estadual e municipal);

¹⁴ Ao final desta seção será apresentada a matriz repositório destes sujeitos sociais, fontes orais da investigação, com a respectiva lógica da contribuição empírica desse conjunto na pesquisa.

¹⁵ Algumas dessas fontes orais já foram entrevistados por nós tendo como tema a política urbana. Algumas dessas fontes entrevistamos mais de uma vez.

- . o sócio-ambientalismo: as organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação;
- . o ambientalismo dos cientistas: as pessoas, grupos e instituições que realizam pesquisa científica sobre a problemática ambiental;
- . o ambientalismo empresarial: os gerentes e empresários que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental;
- . o ambientalismo dos políticos profissionais: os quadros e lideranças dos partidos existentes que incentivam a criação de políticas específicas e trabalham para incorporar a dimensão ambiental no conjunto das políticas públicas;
- . o ambientalismo religioso: as bases e representantes das várias religiões e tradições espirituais que vinculam a problemática ambiental à consciência do sagrado e do divino;
- . o ambientalismo dos educadores (da pré-escola, primeiro e segundo graus), jornalistas e artistas fortemente preocupados com a problemática ambiental e com a capacidade de influir diretamente na consciência das massas. (VIOLA e LEIS, 1995, p. 134, grifos nossos).

Embora este desenho se atenha ao pensamento ambientalista e o universo desta pesquisa não seja exatamente este, além de observar que esta tipificação dos sujeitos sociais é apenas uma sugestão inicial, consideramos importante lembrar que:

o ambiente urbano é cada dia mais parte constitutiva do ambiente como um todo, num planeta de consolidada e crescente urbanização;

a dicotomia ambiente natural e construído recairia numa visão metodológica empobrecida e superada;

a distribuição proposta por Viola e Leis (1995) se encaixa sem grandes necessidades de adaptação ao tema aqui abordado;

a maioria dos potenciais entrevistados faz ou fez parte do conselho municipal de meio ambiente de sua cidade, sendo que esses conselhos costumam ter entre os objetos centrais de sua ação a política urbana.

A fim de garantir a diversidade de pensamento e a presença de cada setor, buscamos entrevistar, pelo menos, três representantes de cada segmento, totalizando um universo de, no mínimo, 24 intelectuais como fontes primárias da pesquisa. Como a estratificação dos representantes da sociedade civil já sofreu o tratamento teórico de distribuição proposto por Viola e Leis (1995), reiteramos que a coleta das informações não careceu de tratamento estatístico. Afinal, o que se buscou, prioritariamente, foi a contribuição qualitativa dos sujeitos sociais que compuseram o mosaico de informações¹⁶.

¹⁶ “Além das histórias institucionais, caso há em que os indivíduos, isoladamente, colocam-se como narradores e suas histórias, assim, ganham significado tanto pela singularidade como pelo coletivo que representam” (MEIHY, 2000, p. 11).

Cabe destacar, ainda, que algumas dessas fontes orais têm condição de opinar para além do município em que residem, já que, dadas algumas características de troca de fluxos, uma série deles: já morou; trabalha ou trabalhou; milita ou tem o costume de frequentar amiúde um ou mais Caquis diferentes daquele onde dedica a maior parte do seu tempo de presença.

Ao identificar esses sujeitos, pretendemos, por meio de entrevistas semiestruturadas, coletar um conjunto de informações, que propiciassem a construção de um diagnóstico validado pela rede composta por esses militantes locais. Isso permitiria identificar virtudes da gestão urbana, além de apontar diretrizes e oportunidades de intervenção. Assim sendo, na fase empírica da pesquisa, além de fontes bibliográficas e documentais, utilizamos a história oral.

O trabalho da história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um dos seus principais alicerces é a narrativa. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (ALBERTI, 2004, p. 12).

Este procedimento de coleta de dados contempla com significativa eficácia a captura de um elenco de informações que ainda não se registrou e que se encontram desarticuladas umas das outras, retidas no universo de cada indivíduo. Assim, buscamos inferir a visão de espaço urbano daqueles que cotidianamente lutam, ou deveriam lutar, pelo direito de todos à cidade. Já temos um conhecimento razoável do que pensam os acadêmicos, os políticos (a sociedade política de Gramsci) e os donos do poder – esses pelo discurso da mídia. Resta aferir o grau de motivação ou mesmo desencanto em que se encontram os herdeiros de Prometeu nas sociedades política e civil.

A seguir a última versão da matriz, repositório das potenciais fontes orais da pesquisa.

	1. Ambien- talistas	2. Governo	3. Movi- mento social	4. Acadê- micos	5. Empre- sários	6. Polí- ticos	7. Religi- osos	8. Edu- cadores
--	------------------------	------------	--------------------------	--------------------	---------------------	-------------------	--------------------	--------------------

1	Arthur Soffiati – CNFCN ¹⁷ (*)	José M. Pereira - Fenorte ¹⁸ (*)	Nelson Pimentel (*) – IFF/Famac ¹⁹	José Luiz Viana da Cruz (*) Uenf	Luiz M. Concebida (*) FIRJAN-NF ²⁰	José Luiz Puglia (*) IFF/ PMCG	D. Roberto Paz – Bispo da Diocese de Campos	Roberto Pessanha (*) –IFF- Blogueiro
2	Sidney Salgado - CNFCN (*)	Rosa Castelo Branco (*) IBAMA ²¹	Alexis Sardinha (*) Cabrunços Livres ²²	Teresa P. Faria (*) Uenf	Fernando Aguiar (*) FIRJAN-NF	Luciano Carneiro (*) IFF/ PMCG	Octávio Fernandes (*) Espírita	Évanildo Leite (*) Professor IFF
3	Daniela Bogado (*) IFF/OAB	Roger Coutinho (*) - PMCG ²³	Renato Siqueira (*) - OCSP	Denise Terra (*) Uenf	Rodrigo Florêncio (*) Empresário	Silvana Castro (*) IFF/ PMCG	João C. Coutinho (*) Pr. Ig Batista	Vitor Gomes Jornalista – Sindipetro (*)
4	George Marinho – Crea - RJ (*)	Mario Arêas Filho²⁴ (PMCG) (*)	Denis Toledo Asprim ²⁵	Alcimar Chagas - Uenf	Pedro Paulo Ribeiro - corretor (Creci-RJ) ²⁶	Ranulfo Vidigal (*) PMSJB ²⁷ / PMCG	Laércio Cunha (*) Igreja Batista	Norma Dias (*) SEPE - RJ ²⁸
5	Paulo Heméritas Professor (CNFCN)	Renê Justen (*) - INEA-RJ ²⁹	José M Rangel Sindipetro	Rodrigo Lira (*) UCAM ³⁰	Murilo Diegues – empresário (*)	Fatima Pacheco (*) PMQ	Carolina Cassia (*) Pastoral da Terra	Ricardo André Jornalista (*)
6	José Francisco - CNFCN (*)	Carlos H. Precioso (*) - PMCG	Hamilton Garcia - OCSP ³¹	Luiz Quinto Jr. (*) IFF	Cláudio Valadares (*) Construção Civil	Sérgio Mansur (*) - PMCG	Guiomar Valdez – sindicalista e católica	Sonia Guimaraes - jornalista 3ª via ³²
7	Augusto Soffitatti (*) CNFCN	Patrícia Fantinatti (*) -PMCG	Leopoldo (*) - MST	Marcos Pedlowski Uenf	Rony Araújo executivo na Purac ³³	Regina C. Silva (*) PMQ ³⁴	João Medina Espírita –	Jane Nunes (*) Jornalista

¹⁷ Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – ONG ambientalista fundada no final da década de 1970 em Campos.

¹⁸ Fundação Estadual do Norte Fluminense – Fundação voltada para promover o desenvolvimento dos municípios das regiões norte e noroeste fluminenses.

¹⁹ Federação das Associações de Moradores de Campos dos Goytacazes.

²⁰ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – representação do Norte Fluminense.

²¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

²² Movimento de ocupação das ruas em Campos durante as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013.

²³ Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

²⁴ Os nomes com grifo são os escolhidos para se proceder as entrevistas piloto.

²⁵ Associação dos Produtores Rurais e Imóveis de São João da Barra – ONG que representa os interesses dos atingidos pelos impactos da instalação do Porto do Açú.

²⁶ Conselho regional de Corretores de Imóveis.

²⁷ Prefeitura Municipal de São João da Barra.

²⁸ Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro.

²⁹ Instituto Estadual de Ambiente – RJ.

³⁰ Universidade Candido Mendes.

³¹ Observatório de Controle do Setor Público – ONG fundada a partir de um projeto de extensão do professor Hamilton Garcia, da Uenf, que tem como objetivo ampliar o controle social nos municípios polarizados por essa universidade. Atualmente a OCSP tem ações em Campos e São João da Barra.

³² Jornal online e TV fechada de Campos.

³³ Purac Sínteses Indústria e Comércio Ltda – indústria de alimentos.

³⁴ Prefeitura Municipal de Quissamã.

							Geógrafo CEF ³⁵	
8	Felipe Muniz – CNFCN (*)	Luiz G Xavier (*) PMCG	Marcelo Saldanha (OCSP)	Antenora da Mata (*) UFF	Odilon Martins (*) Construção Civil	José Armando (*) PMSFI ³⁶	Pastoral da Terra	M ^a Eunice (*) professora - PMQ
9	Presidente da Anfea ³⁷		Vilmar Rangel – ACL ³⁸ (*)	Dalila Melo (*) PMQ/ IFF Macaé	Carlos Teller (*) Constru- ção Civil	Vitor Aquino (*) – PMSJB e PMCG		Jorge L. Muylaert (*) Jornalista
10				Ana M ^a Almeida - UFF	Fábio Paes (*) empresário CDL ³⁹	Carlos Macabu - PMCG (*)		Avelino Ferreira Jornalista (*)
Total (74)	9	8	9	10	10	10	8	10
58 (*)⁴⁰ 78%	7	8	5	7	8	10	4	8

Embora a matriz contenha 74 possíveis entrevistados, nem todos foram ouvidos, bem como nem todos ouvidos tiveram todas as suas contribuições obrigatoriamente contempladas no relatório final da pesquisa. A ideia é que se tenha na matriz uma relativa fertilidade de fontes de forma a assegurar um mínimo necessário de material para análise.

Algumas dessas fontes podem ser ouvidas mais de uma vez para ratificar informações de outras fontes ou para dirimir dúvidas que poderão surgir ao longo do processo de investigação. Três deles (Roberto Pessanha, Mario Arêas Filho e Luiz Quinto Jr.) contribuíram com as primeiras entrevistas como uma forma de testar o roteiro utilizado. O depoimento do urbanista Luiz Quinto Jr. foi apenas um piloto, tendo como utilidade a validação do roteiro de entrevistas. O procurador da PMCG, Mario Arêas Filho, foi entrevistado duas vezes, a sua primeira entrevista também foi um piloto e só foi aproveitada para nortear algumas ações da pesquisa empírica, sobretudo em relação ao município de São Francisco de Itabapoana, onde ele foi assessor da Câmara de vereadores.

Os tipos de segmentos a que pertencem cada sujeito social (ambientalistas, governo, movimento social, acadêmicos, empresários, políticos, religiosos e comunicadores), determinam a horizontalidade da matriz, baseada na proposta de Viola e Leis (1995). A ordem em que os sujeitos aparecem verticalmente na matriz (que vai de 1 a 10, embora não haja limite)

³⁵ Caixa Econômica Federal.

³⁶ Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana.

³⁷ Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos.

³⁸ Academia Campista de Letras

³⁹ Câmara de Dirigentes Lojistas.

⁴⁰ O asterisco (*) identifica a fonte que é ou já foi membro de conselho municipal ou mesmo que ocupa ou já ocupou algum cargo na administração municipal em um dos Caquis, isto é, essa fonte foi ou é sociedade civil ou política.

diz respeito à expectativa da contribuição atribuída a essa fonte numa decisão discricionária nossa em função da observação deste sujeito ao longo dos anos. Quanto mais alta a posição no gradiente vertical da matriz, ou seja, quanto mais próximo do número um, mais se espera da fonte e maior será o esforço para se coletar o que tem a contribuir, as informações que detém e o que tem a dizer esse sujeito sobre as políticas urbanas nos Caquis. Essa importância é conjuntural, isto é, pode mudar em outra pesquisa e não expressa nenhum tipo de juízo de valor a respeito dos cidadãos relacionados.

Embora haja uma tendência inicial de se inferir uma configuração estática dessa matriz, ela possui uma relativa mobilidade que poderá variar de acordo com os caminhos tomados pela investigação. A matriz é uma fotografia de um momento. Ela representa uma perspectiva de captura da materialidade que pode mudar, seja no seu posicionamento concreto, seja na nossa expectativa de representação potencial. Assim sendo, pode-se dizer que, por exemplo, quem é o número um na posição de uma dada coluna (vertical) pode deixar essa condição devido às intercorrências que surjam. Pode também haver mobilidade horizontal da fonte na matriz, dada a natureza multifacetada de alguns dos intelectuais relacionados. Independentemente dos ajustes feitos. O importante é que a contribuição tenha significado e peso no universo da pesquisa.

Outro aspecto a considerar é a natureza ideológica de cada sujeito, ou seja, o processo de subjetivação de cada fonte oral relacionada na matriz. A fim de garantir uma visão de mundo mais ampla e maior concretude ao conjunto dos depoimentos, decidiu-se por elencar também sujeitos sociais mais identificados com posições conservadoras. Afinal, nem sempre os intelectuais orgânicos populares são absolutamente alinhados com os interesses de sua classe, bem como nem todo intelectual orgânico convencional é um fiel depositário do legado de Prometeu.

A estrutura da tese se constitui de três capítulos. O **primeiro capítulo** trata da gênese do sistema mundo moderno (WALLERSTEIN, 2007) e como ele repercute na escala regional onde se localizam os Caquis. Discute como o modo de produção capitalista imprime um processo de geração de excedentes, que define um desenho espacial globalizado na busca de fontes de matéria prima e de mercados para sua produção tecnológica, alternando entre ciclos de abundância e crise. Discorre ainda sobre o modelo de regulação fordista-keynesiano construído durante cerca de $\frac{3}{4}$ do século XX, uma tentativa de minimizar as crises, que tem o seu apogeu entre 1945 e 1973 (HARVEY, 2001; 2011; 2013) quando sucumbe à convivência conflituosa entre a Guerra Fria com seus pesados orçamentos militares; o financiamento do *Welfare State*; a remuneração do rentismo financeiro, por meio da dívida pública, e manutenção

da margem de lucro do capital. Nesse instante emerge a aliança do neoliberalismo com a acumulação flexível tendo como resultado o protagonismo cada vez maior da financeirização do capital.

Paralelamente a esses acontecimentos globais a divisão internacional do trabalho produz rebatimentos significativos no Brasil, particularmente nos Caquis. A empresa colonial portuguesa passa a produzir açúcar a partir do território nacional e a Capitania de São Tomé mergulha profunda e longamente nessa monocultura, vivendo nela mais de um século de glória e agonia. Quando a cultura sucroalcooleira, porém, parece sucumbir, definitivamente, a região renasce das cinzas com a economia do petróleo, a partir dos anos 1980. Neste início de século XXI, numa onda de euforia neodesenvolvimentista, os Caquis aprofundam sua interação com os fluxos materiais da economia global a partir da implantação do Complexo Logístico Portuário do Açú, que conecta o Brasil e a região à produção e à logística global de duas *commodities* de proporções titânicas: minério de ferro e petróleo.

O **segundo capítulo** trata dos efeitos desse processo de formação do sistema mundo moderno na urbanização e as reproduções das formas de planejar a cidade, além de indetificar como se manifestam em Campos, município central da região objeto. Inicialmente descreve a cidade industrial higienista do Século XIX, que tenta mitigar seus problemas demográficos e ambientais. Num segundo momento narra a cidade moderna, fordista e funcionalista, de meados do Século XX, que se apresenta como lócus da produção e do consumo de bens tangíveis. Por fim a cidade pós-moderna, prenhe de tecnologia, sobretudo digital, lugar do consumo como também lugar a ser consumido (LEFEBVRE, 2008) que surge no último quarto do século XX como prenúncio do modelo de plataforma urbana contemporânea do trabalho imaterial. Por último a aparente falta de planejamento que opera pontualmente o aumento da renda da terra visando gerar acumulação em frenesi.

Da mesma forma, como no capítulo anterior, investigamos as transformações e injunções promovidas no Brasil e em Campos – núcleo seminal e polo dos Caquis. Assim sendo, identificamos movimentos tais como: o plano higienista de Saturnino de Brito que, no início da primeira década do Século XX, que propõe o amplo saneamento de Campos visando a harmonia com as águas da Planície Goitacá e as versões pioneiras de eixos de crescimento urbano. O plano Coimbra Bueno, formulado por Alfred Agache em 1944, que pretendeu transformar Campos numa cidade moderna, não obstante a inapetência fordista da burguesia local e a sua monolítica atividade econômica. O Plano Estratégico de Campos (PEC) pensado no final do século passado, que teve como objetivo central preparar a cidade para as ameaças e oportunidades dos espaços de fluxos da economia global (CASTELLS, 2003).

O surto regulacionista do Estatuto da Cidade – herança do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) – e seus planos diretores participativos do começo deste século XXI e, finalmente, o refluxo neoliberal via proposta de rentismo urbano nascido da aliança entre o capital imobiliário e financeiro. Ao gerar significativos excedentes, por meio dos royalties do petróleo, Campos se torna uma cidade média com um incremento de atratividade para diversas empresas de capital aberto, que veem a oportunidade de reeditar o *subprime* norte-americano sob a chancela goitacá. A descoberta do petróleo e os royalties, em profusão 25 anos depois, fazem Campos experimentar um processo de adensamento, verticalização e rentismo urbanos. O capital imobiliário, associado ao financeiro, provoca uma nova onda que se caracteriza pela existência das três dimensões da segregação socioespacial preconizada por Lefebvre (2008). Simultaneamente a esse cenário de especulação imobiliária em aclave a economia do petróleo, atraída pelo Porto do Açu, faz robustecer os fluxos de comércio e serviços que envolvem os Caquis, alimentando um processo de metropolização aparentemente irreversível.

Iniciamos o **terceiro capítulo**, discutindo a participação da sociedade civil no processo de ampliação do Estado e detalhando como chegamos ao número final de 26 entrevistados. Apresentamos cada um deles, legítimos representantes da sociedade civil ou política. Finalizando, é feito o balanço do relato das principais contribuições das fontes orais da pesquisa empírica:

Como avaliam os gestores locais dos Caquis no que diz respeito ao cumprimento do que preveem as suas políticas públicas urbanas;

qual a sua visão em relação ao processo de espoliação (KOWARICK, 2000) do direito à cidade nestes municípios;

em que situação está o quadro institucional e legal capaz de promover políticas públicas intermunicipais que deem conta da pendularidade crescente entre estes municípios, a partir do Porto do Açu, que projeta um futuro de médio prazo cada vez mais ligado ao petróleo;

qual seria a perspectiva dos Caquis em se considerando que o horizonte de existência dos royalties no Pós-Sal não deverá extrapolar a 20 anos;

além da aproximação cada dia mais concreta da economia do petróleo, atraída pelo Porto do Açu.

Assim, pretendemos produzir um conjunto de reflexões com fortes bases coletivas, que contribua para uma autocrítica do passado, sobretudo recente, que permita a tomada de decisões futuras mais racionais e universais, no que obste o desencanto geral aparente em relação aos mecanismos de gestão participativa da cidade.

1 TRAJETÓRIA GLOBAL DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E SEUS REBATIMENTOS NO NORTE FLUMINENSE: DA CANA-DE-AÇÚCAR DA CAPITANIA DE SÃO TOMÉ AO PETRÓLEO E O PORTO DOS CAQUIS

1.1 A modernidade e suas revoluções industriais

O debate a respeito da difusão pelo mundo dos marcos civilizatórios ocidentais envolve uma série de questões e aspectos históricos que determinam boa parte da saga da humanidade. Evitando qualquer referência ao determinismo econômico, entendemos que a compreensão desses marcos se basearia fortemente no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, na divisão social do trabalho por ele gerada. A complexidade do modo de produção determina a diversidade e a riqueza da teia social. Desde meados do Século XVIII, momento em que adentramos mais intensamente nos tempos modernos e, a partir do último quarto do Século XX, quando passamos a experimentar o que Bauman (2001) denominou de modernidade líquida e que vários autores entre eles Harvey (2001), por exemplo, chamam de pós-modernidade, que os microelementos⁴¹ que compõem a civilização vêm se potencializando e fragmentando o espaço concreto de forma exponencial. Analisar esse quadro e tentar entender minimamente a sua totalidade e o seu devir talvez seja um dos grandes desafios do homem contemporâneo.

A Modernidade seria a convergência de uma série de processos históricos. Segundo Robert Kurz (1997), três deles atuam de forma imbricada, recursiva e decisiva na tessitura dessa nova era:

- o iluminismo como uma doutrina que realça a busca da racionalidade humana em detrimento de revelações místicas;
- a Revolução Industrial que estabelece um novo modo de produção – o modo de produção capitalista – responsável pela ascensão econômica da burguesia e

⁴¹ Grosso modo, esses elementos seriam: a nova divisão social do trabalho; a padronização, a velocidade e automação de execução das tarefas laborais; a (re)precarização crescente do trabalho; a horizontalização da organização produtiva; as novas tecnologias de informação e comunicação; a compressão do espaço tempo (HARVEY, 2001); a tremenda liberdade global dos fluxos econômicos diante da imposição de impermeabilização das fronteiras nacionais à migração humana; a financeirização do capitalismo; a flexibilização frenética do que um dia foi sólido e rígido; a exigência de instantaneidade de tudo etc.

- as revoluções burguesas que, sob forte influência do Iluminismo, estabelecem uma nova ordem política e societária, sobretudo no que tange ao fim do poder da aristocracia e determina o enfraquecimento e derrocada do Estado absolutista.

Se no modo de produção feudal, a agricultura, a manufatura artesanal, o Estado teocrático forte e a sociedade subordinada a este seriam algumas das marcas basilares da Idade Média, sobretudo no período absolutista; a industrialização da produção, a urbanização, o mercado, a democracia liberal e o indivíduo livre para pensar e se expressar, dariam a tônica da era moderna.

Nesse momento, meados do Século XVIII, o Brasil estaria vivenciando o ocaso da atividade extrativista mineral nobre – que atendia ao bulionismo⁴² do império inglês – e a breve retomada da liderança da cultura da cana-de-açúcar na balança comercial do Brasil colônia. Há uma polarização entre esses dois produtos no Brasil, que Conceição Tavares chamou de “[...] ‘empresa colonial’ [portuguesa] no mundo moderno” (1999, p. 450). A cana-de-açúcar teria perdido o seu protagonismo para o ouro das Minas Gerais no final do Século XVII e retomado essa dianteira “[...] no fim do Século XVIII” (ROSENDO; CARVALHO, 2004). Não obstante a iminente decadência geral do modelo de *plantation* canavieiro, “o esgotamento do ouro de Minas” (TAVARES, 1999, p. 450) e uma provável sobrevida do seu dinamismo, pelo incremento da máquina a vapor nos engenhos, contribuem decisivamente para a garantia de uma posição de destaque desta atividade até o século XIX. A partir daí, emerge o complexo cafeicultor (TAVARES, 1999; PINTO, 1995).

Nesse período a Capitania de São Tomé também vive a sua transição atrelada aos movimentos globais. As investidas com a cana-de-açúcar nesta porção do território não foram bem sucedidas, por mais de um século, desde a criação das capitanias hereditárias. A primeira atividade econômica de sucesso, depois de muita luta com o mar e o rigoroso código de ética dos índios Goitacás, foi a criação de bovinos, na terceira tentativa de colonização desta capitania, na primeira metade do século XVII (ESTEVES, 2011).

Se no campo das ideias deixamos claras nossa distância dos intelectuais iluministas e certa aversão ao pensamento liberal, no que diz respeito à nossa produção há uma aproximação maior da modernidade europeia. Afinal, segundo Caio Prado Júnior, “Até meados do Século XVII o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar [...]” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 39). Assim, a retomada do dinamismo da cultura canavieira, ao final do Século XVIII, se dá sob a égide da modernização do maquinário dos engenhos.

⁴² Bulionismo vem a ser a fase do mercantilismo dedicada à extração de metais nobres.

Ainda que Conceição Tavares (1999) considere que a primeira Revolução Industrial se inicie no Brasil a partir da política do encilhamento no último quarto do Século XIX, já é possível identificar vestígios seus, no que teria sido a Capitania de São Tomé, a partir do primeiro quarto deste mesmo século. Lamego (2007) assinala o registro da instalação do primeiro engenho a vapor, na Vila de São Salvador, em 1827, a apenas oito anos de sua elevação à categoria de cidade – Campos dos Goytacazes. Ainda a esse respeito Alberto Lopes observe que:

O ano de 1828 assiste a profundas inovações tecnológicas nos meios de produção rural. As moendas de ferro substituem as de madeira. A máquina a vapor substitui o boi como força de tração. As fazendas que viviam como feudos passam a depender progressivamente da cidade. Já em 1835 Campos é elevada à condição de cidade-sede de Município (LOPES, 1988, p. 6).

Segundo Pereira Pinto (1995), em 1881, há cerca de 10 anos da implementação da política que ficou conhecida como encilhamento, Campos possuía 252 engenhos a vapor e cinco usinas. O engenho a vapor produziu ganhos de produtividade significativos a partir da substituição da tração animal nas moendas por máquinas a vapor, além da substituição do fogo direto a céu aberto, no cozimento do caldo, por vasos fechados aquecidos pelo vapor.

A diferença entre engenho e usina é bastante sutil e de compreensão nem sempre muito fácil. Na medida em que a cultura da cana-de-açúcar apresenta ganhos de produtividade pela intensificação de tecnologia, as engenhocas rudimentares vão perdendo mercado e os seus proprietários passam a fornecer matéria prima para os grandes engenhos.

Na tentativa de modernizar e estabelecer regras para o funcionamento do parque industrial canavieiro, o governo imperial edita o Decreto 2687, de seis de novembro de 1875. Esse marco legal estabelece as condições de financiamento do que ficou conhecido como Engenho Central,⁴³ além de regular as condições operacionais deste. Fica definido, por exemplo, que vários produtores poderiam se associar na montagem de um desses engenhos centrais; se beneficiando de financiamento público; mantendo a distinção de propriedade entre engenho e produção agrícola, ou seja, os proprietários do Engenho Central eram proibidos de fornecer cana para seu próprio engenho; guardando a obrigatoriedade da compra da produção agrícola dos proprietários de terra das antigas engenhocas; respeitando a proibição do trabalho

⁴³ Nem todo engenho era central. Engenho Central também não viria a ser um engenho de grande porte. Toda instalação denominada engenho já se distinguia das engenhocas por sua maior capacidade de produção. O que diferenciava o Engenho Central dos outros, seria o cumprimento das exigências do Decreto Imperial 2678. As usinas têm como características principais a origem francesa, além de uma estrutura fabril mais compacta e racional que os engenhos.

escravo; se submetendo à fiscalização periódica por parte do governo etc. É importante observar que esse capital era de origem inglesa (PESSANHA, 2015b) e nota-se dentre as exigências um aspecto notório da pressão britânica, ou seja, a abolição do trabalho escravo. Apesar de abominarmos a escravidão, é sabido que os ingleses a condenavam por interesses comerciais e não por reconhecer os direitos dos homens escravizados. Afinal, a remuneração da mão de obra geraria um mercado consumidor para os seus produtos manufaturados.

As usinas também se organizam sob a forma de grandes plantas modernas, sem as benesses do tesouro do Estado (emprestado pela Inglaterra), mas também sem ter que se submeter às exigências da política do Engenho Central. O tempo demonstra que essa complexidade sucumbe à liberdade de ação e capacidade de investimento próprio dos grandes capitalistas que se convertem em usineiros. Sem contar a reestruturação produtiva introduzida por um grupo de empresários franceses que trazem para Campos máquinas mais sofisticadas e compactas – que produzem mais e melhor. Essas instalações, que os franceses chamavam de *usine*, diferenciam este tipo de planta dos grandes engenhos, seja ou não central, dando origem à terminologia usina e usineiro em substituição a engenho e senhor de engenho (GANTOS, 2006, p. 04; PINTO, 1995, p. 194).

Segundo João Oscar⁴⁴ *apud* (PARANHOS, 2006), entre 1875 e 1878 havia três engenhos centrais montados na região: em Quissamã, São João da Barra e São Fidélis. Enquanto que entre 1879 e 1884 entraram em funcionamento seis usinas de açúcar em Campos: Limão, Queimado, São José, São João, Outeiro e Sapucaia.

Campos, como os demais Caquis, segue assim na sua dependência da monocultura canavieira escravista. Ainda que o ciclo do café se apresente muito mais promissor na acumulação de capital, a ponto de produzir excedentes que vão financiar grande parte da industrialização paulista.

Enquanto isso, no velho mundo, berço da Modernidade, nem tudo ocorre como nos promete os apologistas dessa nova era. O ideário que tem como base os valores de liberdade, igualdade e fraternidade não consegue vigorar por muito tempo quando migra para além do campo das ideias. Isso porque os valores que alimentam as revoluções burguesas são paulatinamente solapados pelos interesses da classe que emerge como dominante na nova era. Comentando a concepção liberal de Jeremy Bentham, Macpherson (1978) observa que a definição de igualdade dá lugar à segurança de propriedade e dos resultados do trabalho. Adverte-nos, ainda, que “deve ser garantida aquela segurança de qualquer espécie de

⁴⁴ OSCAR, João. *Escravidão & engenhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

propriedade existente, inclusive aquela que talvez não seja dos frutos do trabalho de cada um” (MACPHERSON, 1978, pp. 36-37).

Segundo Domenico Losurdo (2006), entre o final do Século XVII e início do Século XIX a quantidade de crimes punidos com pena de morte passam de 50 para algo entre 200 e 250, além de versarem, na sua maioria, sobre crimes contra o patrimônio. Este quadro demonstra que a truculência do Estado medieval decididamente não foi abolida pela democracia liberal. Ora, a segurança de propriedade está longe de fazer parte do ideário tripolar revolucionário burguês e sim muito próximo do direito de propriedade garantido à força pelas armas do Estado feudal.

Ao descrever as condições de trabalho no nascimento da sociedade liberal, Losurdo observa que John Locke, ao defender as exageradas penas mesmo para pequenos roubos, parece dizer que “[...] o que está em jogo é propriedade privada enquanto tal e, por trás dela, a liberdade” (LOSURDO, 2006, p. 91). A burguesia dá evidentes sinais de que o seu objetivo prioritário é ascender ao poder, tomar o controle do Estado e subordiná-lo aos seus interesses. A massificação do ideário burguês está fora de cogitação no seu projeto de sociedade. Universalizar direitos é absolutamente incompatível com os interesses da nova classe dominante.

A Revolução Industrial, por seu turno, gera uma série de condições que criam o novo modo de produção. Uma das condições capitais diz respeito à enorme demanda por mão de obra para operar as máquinas que vão se multiplicando. Ou seja, trabalhadores que produziram os bens que libertariam a todos de uma vida rústica e desgastante. Não era uma tarefa fácil dominar as forças da natureza, visando propiciar segurança e conforto, antes do surgimento da indústria manufatureira. Resta saber se as condições de vida do trabalhador, agora livre para vender a sua força de trabalho, são dadas num ambiente de satisfação; conforto; saúde física e mental que o permitiria desfrutar das maravilhas da indústria em franco processo de modernização.

Segundo Losurdo (2006), contudo, não é bem assim que a história se desenrola. O trabalho era livre, todavia não era permitido ficar sem trabalhar. As massas de desempregados que chegavam às cidades, sobretudo os antigos servos provenientes do trabalho feudal, eram conduzidas às *workhouses* (como eram chamadas na Inglaterra e Holanda) onde deveriam ser *adestrados* para assumir um posto numa indústria qualquer. O discurso que sustentava essa obrigatoriedade do trabalho, que deveria ser livre, se baseava na redução da mendicância e da delinquência, porém é óbvio constatar que esse processo garantia a subordinação dos indivíduos às condições do trabalho industrial, que era absolutamente alienante tanto no valor da remuneração quanto nas condições impostas. De acordo com Losurdo (2006), as condições de

vida nas *workhouses* eram tão degradantes que alguns desses candidatos a trabalhadores chegavam a assumir atividades delituosas para que, uma vez na prisão, pudessem se desvencilhar da vida dantesca das casas de trabalho.

A relação entre apenados e trabalho era bastante estreita. Não havia praticamente homem livre que se submetesse aos vilipêndios do trabalho na marinha, por exemplo. “Na véspera da revolução americana, só em Maryland havia 20 mil servos de origem criminal” (LOSURDO, 2006, p. 92). Mesmo o trabalho dos homens livres⁴⁵ em território norte-americano era absolutamente degradante. Entre as queixas desses trabalhadores se encontrava a reivindicação de que pudessem ter um tratamento mais digno que o dado aos escravos africanos. A utilização de castigo corporal; a separação forçada de entes familiares – mesmo crianças; a punição com morte e marcas feitas a ferro quente no rosto dos que fugiam; as inúmeras mortes nos porões dos navios na viagem entre a Europa e o Novo Mundo, dadas as condições sub-humanas das acomodações etc., eram bastante comuns de acontecer com trabalhadores livres.

A realidade de aprendizado artesanal das corporações de ofício não é o que se vê na sociedade industrial emergente. A impressão que se tem é que as fábricas, inicialmente, foram contaminadas pelo clima de servidão feudal e que muito do que se negava nesse ambiente continuou ausente no modo de produção que se implantava. Sem contar que o clima de desregulamentação absolutamente *laissez-faire* e a liberdade da autoridade patronal, permitiam relações em muitos momentos mais cruéis. A tecnologia incipiente, a rusticidade do *know how* gerencial e a ganância pela acumulação, também favoreciam o ambiente degradante. A transição para a chamada administração científica taylorista talvez tenha sido, ainda que coberta de equívocos; truculência e mistificações ideológicas, o primeiro passo para uma tentativa de produção industrial mais racional e menos desumana. Senão vejamos o que diz sobre isso Mészáros:

Taylor, por sua vez, colocava tudo de cabeça para baixo para encontrar uma justificativa conveniente (e uma racionalização ideológica) para o modo estabelecido de controle dos operários na estrutura da empresa capitalista “cientificamente administrada”. Em vez de observar o impacto brutal e desumano das práticas produtivas dominantes, transformava as consequências *necessárias* de tais práticas sobre a “constituição mental” dos operários em uma pretensa *causa original*. Assim fazendo, mostrava o desumano tratamento dos operários como inteiramente “justificado” e “cientificamente correto”. Pois as pessoas cuja “constituição mental se assemelhava à do bovino” e que estavam destinadas pela própria natureza a tarefas

⁴⁵ Segundo Caio Prado Júnior (2004), nesse regime de semiescravidão, muito utilizado nas colônias inglesas, os trabalhadores eram chamados de *indentured servants* (servos contratados) e correspondiam, *mutatis mutandis*, à escravidão indígena no Brasil. A semelhança dos processos não termina aí. Ambas as situações decrescem dando lugar ao trabalho escravo de africanos. Ele destaca que estes cenários seriam próprios das monoculturas tropicais que não eram capazes de atrair os europeus sob a forma de trabalhador rural remunerado.

adequadas à sua “estupidez” não mereciam tratamento melhor. Nem seriam sensíveis a um tratamento diferente, dadas as limitações determinadas pela natureza de sua constituição (MÉSZÁROS, 2012, p. 120, grifos originais).

Cabe ressaltar, entretanto, que malgrado a continuidade de toda sorte da negação de direitos praticada contra o trabalhador no regime taylorista fordista, o início desse pretensão avanço só se daria em finais do século XIX. Segundo David Landes,

Foi na Siderúrgica de Midvale, na Pensilvânia, no início da década de 1880, que Frederick W. Taylor (1856-1915) conheceu e aprendeu, como operário e capataz da oficina de máquinas, a prática e os truques da “cera”, e foi ali que desenvolveu o sistema que passou a ser conhecido como administração científica, ou taylorismo (LANDES, 2005, p. 329).

É exatamente a partir do surgimento do fordismo, que se apropria e aperfeiçoa as técnicas tayloristas, que se inicia uma das abordagens centrais deste capítulo. Trabalharemos com a perspectiva de que o fordismo operou uma aliança fecunda, embora um tanto breve, com o protagonismo do Welfare State e as políticas keynesianas.

1.1.1 O Fordismo é mais que produção em massa, ele é o substrato da cidade do Século XX

A administração científica, inspirada no paradigma epistemológico moderno, de Frederick Winslow Taylor, ao introduzir um padrão de produção baseado na fragmentação e especialização das atividades produtivas e na divisão entre concepção e execução do trabalho, incrementa significativos ganhos de produtividade à indústria do final do Século XIX. Segundo David Harvey, “[...] o pensamento de Taylor tinha uma longa ancestralidade, remontado, através dos experimentos de Gilbreth, na década de 1890, às obras de escritores da metade do século XIX como Ure e Babbage, que Marx considerara reveladoras” (HARVEY, 2001, p. 121). Na verdade, Taylor criou uma metodologia a ser replicada que viria normatizar um modo de produção que se alastrava pelo planeta. A normatização do trabalho e a padronização da produção industrial começam a se difundir globalmente a partir do taylorismo fordismo. Até então era tudo muito artesanal. O momento de ascensão do taylorismo se dá em consonância com a chamada segunda revolução industrial⁴⁶. No final do Século XIX vários aspectos

⁴⁶ “Segundo os historiadores, houve pelo menos duas revoluções industriais: a primeira começou pouco antes dos últimos 30 anos do século XVIII, caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo Cort em metalurgia [processo de obtenção do ferro pudlado, material amplamente utilizado para

inovadores promovem avanços consideráveis na forma de produzir para mercados cada vez mais distantes. Além do taylorismo, que é um dos elementos da matriz que gera esta revolução, merecem destaque:

- a tecnologia siderúrgica que viabiliza a produção em massa de aço, a liga metálica mais resistente e de preços impressionantemente baixos, mesmo hoje mais de um século depois, ainda sem substitutos;
- a logística à distância de cargas pesadas em navios de aço com propulsão a vapor, bem como a estrada de ferro e suas locomotivas também de aço e a vapor;
- O desenvolvimento da indústria química, sobretudo a petroquímica, com os combustíveis derivados de petróleo;
- o desenvolvimento dos motores de combustão interna que deram autonomia de motricidade ao transporte automotivo de pequeno e médio porte;
- a utilização maciça da comunicação à distância inicialmente por meio do telégrafo;
- a eletricidade, talvez a mais importante inovação desta revolução, que, de forma inédita, introduz eficiência e versatilidade sem precedentes à utilização de energia.

Para Conceição Tavares,

[...] a chegada tardia do capitalismo brasileiro à primeira revolução industrial deu-se nas entranhas do complexo cafeeiro a partir do “encilhamento” no último quartel do século XIX. Já a Implantação, igualmente tardia, da indústria pesada da segunda revolução industrial só foi iniciada a partir da década de 50 e terminou com o governo Geisel, 30 anos depois. (TAVARES, 1999, p. 466).

Em que pese a veracidade indiscutível desta afirmação, no que diz respeito a Campos, os demais Caquis e sua monocultura da cana-de-açúcar, há algumas evidências empíricas que dão conta da busca de elementos dessa segunda revolução, de uma forma mais consistente,

fazer trilhos de trem na primeira metade do Século XX] e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas pelas máquinas; a segunda, aproximadamente cem anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias da comunicação, como a difusão do telégrafo e a invenção do telefone” (CASTELLS, 2003, p. 71).

Sobre a segunda revolução industrial Theotonio Dos Santos afirma que “Em poucos séculos, o capitalismo ultrapassou a produção manufatureira, forma em que se apoiaria nos primeiros momentos; impôs a fábrica moderna, baseada na industrialização de bens de consumo; criou as colossais usinas do final do século XIX, que introduziram a produção industrial de máquinas; criou a chamada ‘gestão científica’, as correias transportadoras e desenvolveu o sistema da produção em massa nas primeiras décadas do século XX [...]” (DOS SANTOS, 2013, p. 206).

ainda no início do século XX. Mesmo que hoje, aos nossos olhos e ouvidos, algumas dessas iniciativas soem patéticas. A decisão de Atilano Chrysóstomo de Oliveira – industrial do ramo metal mecânico, além de proprietário de duas usinas de açúcar e líder dos usineiros – de comprar o primeiro automóvel que circularia em Campos, no ano de 1911, é um marco histórico da busca da oligarquia local em se banhar num verniz de burguesia com o aroma da modernidade europeia.

A inserção em Campos de elementos básicos dos cenários modernos, antes mesmo de vários locais mais centrais do Brasil, talvez demonstre como que, de forma ambígua e paradoxal, a burguesia local reivindicasse a condição de vanguarda nacional, apesar de não conseguirem abolir práticas nem se livrarem do estigma oligárquico. Um dos episódios mais marcantes nesta direção seria a iniciativa de se implantar a energia elétrica de forma pioneira no país. Ainda no século XIX, com a inauguração realizada na presença de D. Pedro II, em 24 de junho de 1883, Campos seria a primeira cidade da América Latina a ter a luz elétrica instalada (LOPES, 1988). Mesmo que essa forma de energia fosse utilizada apenas para iluminação pública, houve um esforço significativo para que isso se tornasse realidade. A classe dominante local não media esforços quando se tratava de ostentar as inovações europeias, demonstrando de forma cabal que industrialização e modernização urbana andavam em consonância⁴⁷.

Outro aspecto importante a se considerar diz respeito à tentativa de se desenvolver uma indústria siderúrgica que atendesse às usinas de forma quase que autônoma na região. A fundição de ligas ferrosas se torna uma realidade ainda em meados do século XIX. Segundo Julio Feydit (1979), o inglês Alexandre Davidson entra para a história de Campos como tendo sido o primeiro a fabricar, em 1837, rolos de moenda de ferro fundido em substituição aos de madeira, além de viabilizar a utilização do vapor na motricidade dos engenhos e no processo de cozimento da garapa. Essas inovações são fundamentais no crescimento acelerado da produtividade local e na internalização de divisas dando origem – mesmo que um arremedo, ou numa visão mais generosa, de forma muito incipiente – ao que seria o início da produção de bens de capital da indústria canavieira dos Caquis.

A metalurgia ferrosa acaba se transformando em mais uma atividade campista. Em meados do Século XIX destaca-se a fundição de Alexandre Davidson que é adquirida pelo engenheiro agrônomo, formado na França, Caetano da Rocha Pacova (SILVA, 1857). O conhecido Dr. Pacova, não só dá continuidade aos empreendimentos de serraria, metalurgia e

⁴⁷ Segundo Lefebvre (2008), a burguesia se rivaliza em amor à sua cidade, investindo em arquitetura e arte na tentativa de gerar uma ambiência urbana repleta de nobreza.

navegação de Davidson, como também propõe a implantação de uma escola de artífices que pudesse dar conta da formação de mão de obra visando à segurança alimentar nacional. Há, inclusive, uma publicação no jornal *A Actualidade* (CRISE, 1859) que relata essa proposta de criação do que seria hoje uma metalúrgica – a semelhança da que ele mantinha em Campos –, além de uma fazenda modelo que servissem como ambientes formadores de mão de obra, na província do Rio de Janeiro, em local indicado pelo governo imperial.

No início do Século XX a grande estrela da metalurgia ferrosa de Campos viria a ser a Fundação Goytacaz – adquirida nesse século pelo grupo empresarial Machado Vianna, fundado em 1847. Esta fundição se especializaria na importação e fabricação de implementos agrícolas e componentes de equipamentos de ligas metálicas, sobretudo ferrosas, para utilização em usinas de açúcar. Seu grande feito, porém, vem a ser a fabricação quase que integral da primeira moenda de cana no Brasil, numa concepção de verticalização industrial extrema bem ao feitio do Fordismo da primeira metade do século XX. O jornal *O Radical* (GLORIA, 1936) noticia o processo de fabricação que teria durado em torno de dois anos e tinha como objetivo atender uma encomenda da Sociedade Agrícola Irmãos Azevedo em Campos Gerais no sul do estado de Minas Gerais. Segundo informação verbal de Luiz Eduardo Boynard de Faria⁴⁸, para atender a essa exigência, os responsáveis por esta metalúrgica teriam buscado tecnologia de fundição de aço com Henrique Lage na Ilha do Vianna, na Baía de Guanabara.

Apesar da produção de ferro fundido ser rotineira para as metalúrgicas da região de Campos, para se produzir uma moenda completa seriam necessárias algumas peças de aço e essa liga, devido ao seu alto ponto de fusão e necessidade de refino maior que o ferro fundido, exigia alguns aspectos de inovação que ainda não eram dominados pelas metalúrgicas campistas. O principal obstáculo seria a utilização de forno elétrico e nessa época, em Campos, a disponibilidade de energia elétrica para uso industrial era precária. A saída encontrada pelo patriarca do Machado Vianna, Domingos Machado Vianna de Faria, foi negociar com Henrique Lage a utilização de equipamentos do seu estaleiro para realizar essa obra.

Dominar a tecnologia de produção de aço é um dos quesitos que caracterizam a segunda revolução industrial e a Fundação Goytacaz teria por meio dessa espécie de *joint venture*, com o grupo de Henrique Lage, se iniciado como fornecedora de bens de capital para usinas de açúcar da Região Sudeste, até mesmo de São Paulo. Há um aspecto, porém, que não escapa à

⁴⁸ Empresário, presidente do **Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Campos** (Sindmec). Descendente dos fundadores do grupo Machado Vianna. Seu pai, João Faria, apesar de não possuir formação acadêmica, era considerado um dos artífices metalúrgicos mais importantes e inventivos da Fundação Goytacaz.

perspicácia de Conceição Tavares (1999). De acordo com informação do empresário Luiz Eduardo Boynard de Faria, até os anos 1960 os eixos de aço das moendas ainda eram importados da Inglaterra. Isso ratifica a afirmação inicial de Conceição Tavares que essa revolução só chega ao Brasil, por completo, na década de 1970 com o governo Geisel, no bojo do II PND.

Não podemos deixar de nos abismar, também, com o esforço empreendido na viabilização de uma logística de transporte de matéria prima e produto de considerável pujança. De acordo com Pereira Pinto (1995), em 1917, 22 usinas da região de Campos possuíam 410 km de malha ferroviária interligada às linhas férreas da estrada de ferro Leopoldina. Segundo Alberto Lopes, “O século XIX fecha com a expansão tentacular da rede ferroviária a partir de Campos, atestando a polarização da cidade sobre uma vasta região circunvizinha” (LOPES, 1988, p. 7).

A primeira estrada de ferro de Campos data de 1873 (LOPES, 1988)⁴⁹, fazia ligação com Macaé, visando solucionar o gargalo do escoamento da produção de açúcar até o seu principal porto. A expansão ferroviária também proporciona grande melhoria no tráfego de passageiros para o Rio de Janeiro, que no século XIX era feito por embarcações a vapor, saindo do Rio Paraíba do Sul onde hoje há o mais expressivo terminal rodoviário urbano do município⁵⁰. Como não bastasse isso, unindo mobilidade urbana; transporte ferroviário e eletricidade, em 1916 é realizada a substituição dos bondes de tração animal por veículos movidos a eletricidade (LOPES, 1988. p. 8).

Fechando a vertente tecnológica da segunda revolução industrial, em quatro de agosto de 1888 instala-se em Campos a primeira concessionária telefônica com serviços locais cobrados mensalmente. Em 14 de janeiro de 1929 Campos inauguraria uma linha telefônica interurbana, ligando a centros importantes como Niterói, Rio e São Paulo (HÁ, 2014). Antes mesmo da Revolução de 30 e insistindo em desafiar a competência teórica da economista Conceição Tavares. Apesar de todo esse conjunto de iniciativas, é bem verdade, porém, que

⁴⁹ Há registros dando conta de que teria sido em 1875, entretanto temos motivos para confiar na pesquisa de Lopes (1998), realizada no âmbito de uma pesquisa nacional do Instituto de Administração Municipal (IBAM), além de entender que uma discrepância de dois anos não chega a representar uma ameaça à consistência deste trabalho.

⁵⁰ Como se pode comprovar nos registros do porto do Rio de 1º de outubro de 1856, publicados no Diário do Rio de Janeiro (REGISTROS, 1856), partia com destino a Campos o Vapor Fluminense. A viagem tinha a previsão de 30 horas de duração; com alguns equipamentos; uma carga de café e vários passageiros. Inclusive, o já citado, Alexandre Davidson possuía uma concessão de 10 anos de navegação a vapor entre Campos; São Fidélis e São João da Barra, partindo desse local no Paraíba, mediante o Decreto Imperial N° 575 de 17 de outubro de 1851, publicado no Diário do Rio de Janeiro em cinco de dezembro de 1851 (SILVA, 1857).

esses aspectos pontuais, que caracterizavam um processo de busca de modernização, ainda careciam de sistematização e consistência.

Uma forte característica da atividade industrial da região de Campos diz respeito à sua dificuldade de dar o salto para a produção de bens duráveis numa escala fordista. A grande característica da indústria local é a produção de *commodities*, por meio de plantas de processo. Não houve nesta região a produção de manufatura, os bens duráveis nem a grande estrela do fordismo que seria a linha de montagem. Ainda hoje a indústria desta parte da região Sudeste que apresentou algum tipo de dinamismo é de processo (açúcar; álcool; papel e celulose; petróleo; cimento; sal; alimentos; bebidas etc.). Talvez a ausência desse salto explique boa parte da decadência em que mergulhou, a partir dos anos 1950, o território remanescente da Capitania de São Tomé.

Há, ainda, uma face irônica nessa história. Todo esse esforço de produção e multimodalidade logística acaba esbarrando na ausência de tecnologia e capital que respondesse às condições desfavoráveis, sobretudo geográficas, de implantação de um porto marítimo local. Isso obriga a descentralização do processo de desenvolvimento para fora do coração da centrípeta Campos dos Goytacazes. Assim surgem os outros três Caquis: São João da Barra que, em 1995, dá origem a São Francisco do Itabapoana e Quissamã, município desmembrado de Macaé em 1989.

Enquanto Campos remava nos mares revoltos da nova ordem mundial de modernização burguesa, muito ainda havia de ser inovado em termos de gestão da produção industrial nos países centrais. Na virada para o Século XX a montagem de automóveis era feita em pequenas fábricas por operários extremamente especializados e o custo desse bem era consideravelmente alto⁵¹. Só os ricos eram capazes de possuir um carro. Nas primeiras décadas desse século, porém, as inovações do taylorismo, aplicadas em fábricas cada vez maiores com operários migrantes e pouco qualificados, sobretudo quando conjugadas com a linha de montagem criada por Henry Ford, provocam ganhos significativos de produtividade (HARVEY, 2001). É bem verdade, porém, que o ambiente do chão de fábrica sofreu uma severa deterioração. Segundo Flávio Limonci,

⁵¹ “A indústria automobilística tem origem no final do século XIX. Até o início do século XX, apresentava uma forma de produção artesanal bastante característica do capitalismo sob hegemonia britânica. Sua maior representante era a P&L, que na época era mais conhecida pela fabricação de serras para metais do que pela produção de automóveis (ver trabalho de Womack). Sua força de trabalho era composta de artesãos, que montavam manualmente um número bastante limitado de automóveis. Estes trabalhadores conheciam os princípios de mecânica e os materiais com que trabalhavam. Isso significava que ganhos de escala era um fenômeno pouco provável, uma vez que o custo unitário neste tipo de organização tende a ser constante” (TEIXEIRA DA SILVA et al, 2004, p. 117).

[...] o absenteísmo e a rotatividade da mão-de-obra alcançaram níveis que punham em risco o próprio crescimento da nova indústria. Em 1913, ano da instalação de sua primeira linha de montagem, a Ford Motor Company teve de contratar mais de 52 mil trabalhadores para manter uma força-de-trabalho de 13,6 mil homens, uma rotatividade que alcançava a excepcional marca de 382% (LIMONCIC, 2001, p. 22).

Para David Harvey (2001), no entanto, a data simbólica de surgimento do fordismo seria 1914 quando, além da linha de montagem, Ford introduz a jornada de trabalho com o dia de oito horas e remuneração de cinco dólares⁵². Com efeito, cinco dólares por dia era cerca do dobro do que recebiam os operários qualificados. De acordo com Harvey (2001), essa remuneração partia de uma visão estratégica de que a produção em massa só se sustentaria com um correspondente e inexorável consumo de massa. Uma renda maior aliada à garantia de tempo de lazer, limitando a jornada a oito horas diárias, conformariam um ambiente de produção maciça com consumo garantido. Desenhava-se então o que Gramsci chamou de americanismo. Segundo David Harvey,

O líder comunista italiano Antonio Gramsci, jogado nas prisões de Mussolini umas duas décadas mais tarde, extraiu exatamente essa implicação. O americanismo e o fordismo, observou ele em seus *Cadernos do Cárcere*, equivaliam ao “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósitos sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida”. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador “adequado a um novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (HARVEY, 2001, pp. 121-122, grifos originais).

A concepção do *American way of life* de Henry Ford continha a nítida intenção de criar um novo sistema fechado de produção e consumo. Cada detalhe da vida do trabalhador seria concebido e controlado a partir dos interesses do mundo corporativo. Estava em curso uma proposta de se criar um homem dócil para o trabalho e predisposto para o consumo; o operário padrão, consumidor ideal⁵³.

⁵² David Landes faz uma referência a 1913 ao comentar o sucesso absoluto do Modelo T da Ford e observa que nesse ano “[...] os Estados Unidos tinham cerca do triplo do número de carros registrados nos três maiores países da Europa ocidental, juntos [...]” (LANDES, 2005, p. 465).

⁵³ Embora Ricardo Antunes, por outro lado, entenda “[...] o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século [XX], cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e dos movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-mas-sa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo

Essa proposta, entretanto, não se viabiliza imediatamente. A inexistência de eco no primeiro momento num Estado excessivamente liberal, avesso à intervenção na economia, e o furor por acumulação das corporações concorrentes, que não admitiam abrir mão de mais valia, não permitiram a realização imediata do americanismo *by Ford*. Nas primeiras décadas do Século XX o que se vê é um aumento considerável da produtividade industrial sem que, em contrapartida, ocorresse um equivalente incremento na renda do trabalhador. Conforme relatos de Flávio Limoncic, entre 1923 e 1929 a produtividade do trabalhador cresceu 32% mediante ganhos reais de renda de apenas 8%. Começa a se esboçar então o momento mais agudo da crise. Em 1927 a produção estadunidense de automóveis foi reduzida em quase 700 mil unidades em relação a 1926 (LIMONCIC, 2001). Esse cenário, aliado ao ambiente global da Primeira Grande Guerra, leva à crise de superprodução que eclode em 1929, tendo como ícone o *crash* da Bolsa de Nova York.

A crise de 1929, que na verdade dura toda década de 1930, culmina com a deflagração da Segunda Guerra Mundial criando um ambiente de destruição e indigência na Europa estabelece, porém, o protagonismo dos EUA no capitalismo global. Some-se a isso o *New Deal*, um grande plano de recuperação da economia norte-americana, repleto de políticas keynesianas, implementado pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, com seu auge entre 1933 e 1937, e que contribuiu em grande escala para que a economia dos EUA saísse da crise e sua indústria pudesse, inclusive, produzir bens – sobretudo armas – para seu mercado interno e Europa. O *New Deal*, no que obste a reação hostil dos mais conservadores, acabou contribuindo com a viabilização do ambiente de consumo que Ford vislumbrava. De acordo com David Harvey (2001) e Flávio Limoncic (2001), o pacto fordista keynesiano engendrou uma arrojada agenda trina. Sendo que:

a cargo do Estado ficaria a geração de empregos públicos, sobretudo em obras de infraestrutura, além da criação de um cardápio de bens e serviços no campo social que garantissem a disponibilidade de mão de obra farta, qualificada e saudável, sem que esse incremento de benefícios coletivos representasse perda na capacidade de consumo do trabalhador;

a empresa reduziria sua escalada crescente de lucros por meio do aumento da carga tributária e do salário pago ao operário, tendo como contrapartida, porém, um sistema de

como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século [XX].” (ANTUNES, 2011, pp. 24-25, grifos originais); esta tese se desenvolve segundo a perspectiva de que as imbricações e a relação estreita que se estabelece entre o fordismo e o keynesianismo, ao longo do tempo, permitiram fortes externalidades fordistas para além dos muros da empresa.

produção e consumo mais longo e estável, além de um estoque de trabalhadores mais produtivos e, particularmente, consumidores mais consistentes;

aos trabalhadores organizados caberia a aceitação da redução de suas perspectivas de avanços nas políticas sociais, tendo como compensação uma capacidade de consumo jamais vivenciada.

É bem verdade que o pacto fordista keynesiano se mostra um tanto claudicante no seu início, tardando um pouco a se consolidar. David Harvey chega a questionar o longo tempo que decorre até que “[...] o fordismo se tornasse um regime acumulação adulto [...]” (HARVEY, 2001, p. 122). Cabe lembrar, porém, que é notória a coexistência da implantação desse regime com a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. É provável, entretanto, que esse ambiente caótico, paradoxalmente, tenha obnubilado as condições de negociação do grande acordo enquanto, por outro lado, motivasse a sua realização como boia de salvação do capitalismo global.

Os dias que se seguem, do pós-guerra até fins dos anos 1960, são considerados os anos dourados do capitalismo. Harvey (2001; 2011) estende essa fase até 1973. Afinal, nem tudo são flores o tempo todo. No seu período áureo, a aliança fordista keynesiana, graças às suas contradições, é obrigada a conviver com a Guerra Fria – ambiente lúgubre que ameaça exterminar a civilização – além de desempenhar importante papel na conspiração contra a regulação fordista keynesiana. Ainda, segundo Harvey (2013), esse conluio global, que atende pelo nome de neoliberalismo e tem como principal ideólogo Friedrich von Hayek⁵⁴, esconde um interesse pragmático sob a justificativa de uma ideologia que prega um Estado minimalista curador do mercado livre. Harvey (2013) defende que o verdadeiro objetivo da cruzada neoliberal, tendo o *Welfare State* como alvo, é, na verdade, a recomposição do poder de classe que teve o seu furor capitalista mitigado pelo Estado interventor-fazendário projetado pelo modelo de regulação fordista keynesiano.

1.1.2 O esgotamento da aliança do Fordismo com o Welfare State

⁵⁴ De acordo com Harvey, as bases do pensamento neoliberal são lançadas numa reunião ocorrida na Suíça em 1947 sob a liderança de Hayek. É criada então a *Mont Pelerin Society*, que leva o nome do spa onde se reuniram pela primeira vez. Os signatários do movimento que cria esta associação (dentre eles Ludwig von Mises, Milton Friedman e Karl Popper) se comprometem com o pensamento econômico neoclássico e com a doutrina liberal de Adam Smith. Daí o rótulo neoliberal (HARVEY, 2013).

Nem só de fordismo vive o capitalismo do pós-guerra. O ambiente regulatório da época deve quase todas suas manifestações às ideias do economista britânico John Maynard Keynes, uma espécie de fogo amigo da *intelligentsia* da democracia burguesa de então. Não que ele mirasse seus pares, mas por buscar afirmar o capitalismo em bases bastante distintas. Por isso, em muitos momentos, vemos ultraliberais ajustando sua mira mais contra economistas keynesianos que propriamente em pensadores críticos, seus adversários frontais. Diferentemente dos apologistas da economia neoclássica, dentre uma série de teses Keynes defendia:

um Estado interventor que regulasse a economia e domasse o capital – por entender que a mão invisível do mercado de Adam Smith era um mito, uma mistificação;

o aumento dos gastos públicos na busca do bem estar social, garantindo: previdência social, seguro desemprego, saúde e educação públicas, habitação com subvenção do Estado etc. – visando à manutenção da mão de obra qualificada e capaz de consumir os bens que fariam a economia girar e

a utilização de inversões baseadas em recursos do tesouro, principalmente na realização de obras públicas – de forma que deixassem um legado de infraestrutura, além de funcionar como instrumento de política econômica pró-cíclica.

O pacto que vige no pós-guerra não é obra do acaso, mas a absoluta constatação de que havia uma profunda identificação entre as ideias fordistas e keynesianas na tentativa de manter a solvência das corporações e salvar a economia ocidental, respectivamente.

O desenho de um acordo de âmbito global começa a se configurar numa série de conferências multilaterais envolvendo os países mais industrializados. Esta proposta tem como culminância uma série de reuniões ocorridas nos primeiros 20 dias de julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire, EUA. Nesse momento Keynes tem então uma oportunidade ímpar de colocar em prática as ideias que vinha desenvolvendo prioritariamente no ambiente acadêmico.

No que obste a respeitabilidade do economista britânico e a força das suas propostas, pairava sobre ele a desconfiança dos seus opositores neoclássicos. Além disso, os EUA já haviam se transformado no líder do sistema capitalista mundial⁵⁵ e Harry Dexter White, o

⁵⁵ Segundo Eric Hobsbawm, sempre que havia divergência entre os interesses norte-americanos e britânicos, prevalecia a vontade de Harry White. Este quadro já configurava um conjunto de sintomas de uma síndrome que demonstrava de forma cabal que a liderança do imperialismo global já havia passado das mãos britânicas para as mãos estadunidenses (HOBBSAWM, 2006). Não é de se estranhar a hegemonia norte-americana, o cenário descrito por Leo Huberman (2010), mostra que os EUA saem da Segunda Guerra tendo incorporado à sua economia a bagatela de US\$ 1,5 trilhão. Isso sem contar o Plano Marshall, lançado três anos depois, tendo como objetivo reconstruir a Europa, que destinava mais de 5% do PIB estadunidense – US\$ 14 bilhões – para

homem da Casa Branca em Bretton Woods, tinha como missão não deixar passar qualquer medida que pudesse se interpor aos interesses norte-americanos no comércio global. Assim, a proposta de Organização do Comércio Internacional, cede espaço para o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) proposta bastante inferior à alternativa keynesiana; a concepção de Fundo Monetário Internacional (FMI) adotada é a que contemplava os interesses dos EUA; e a moeda internacional neutra de Keynes é substituída pela equivalência do ouro com o dólar. Os EUA se comprometiam a devolver em ouro – mediante uma cotação fixa estabelecida, com revisões periódicas – todo dólar acumulado no comércio internacional por qualquer nação.

O Brasil também esteve em Bretton Woods. Além do ministro da fazenda, Arthur da Souza Costa, a delegação brasileira em Bretton Woods teve entre seus representantes: Eugênio Gudin Filho, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Oliveira Campos. Três notórias estrelas da economia brasileira, bastante identificados com o pensamento liberal conservador. Gudin, o decano da missão brasileira, viria a ser um dos maiores expoentes do pensamento econômico monetarista neoliberal brasileiro. Já Bulhões e Roberto Campos estiveram presentes entre os principais formuladores da política econômica da ditadura civil-militar que se instalou no Brasil a partir do golpe de primeiro de abril de 1964.

Também em Bretton Woods foi criado o Banco Mundial, que tinha como objetivo inicial a reconstrução dos países impactados pela guerra, mas que, por pressão da missão mexicana, acabou incorporando à sua agenda a promoção do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Assim, o que era para ser Banco Internacional para Reconstrução (BIR) passa a se preocupar também com o desenvolvimento e se torna Bird.

Apesar do acordo fechado em Bretton Woods propor um ritual que faria bem às contas externas dos EUA, nem tudo ocorre como planejado. Os imprevistos, em algumas situações, são mais poderosos que possa vislumbrar a nossa capacidade de prever incertezas. O ambiente do pós-guerra não é de paz absoluta. A bipolaridade global era de pura tensão. Se por um lado o domínio imperialista tenha sido mitigado⁵⁶, sobretudo pelo crescimento dos países socialistas na Europa e na Ásia, esse movimento assustava o sistema capitalista global e provocava uma corrida beligerante. Tais mudanças não só ameaçavam a existência do capital, por meio do

esse fim (HUBERMAN, 2010). Ou seja, não havia como contrariar os EUA que ajudavam a livrar a Europa do nazi-fascismo; se encontravam capitalizados; além de serem fornecedores, credores e benfeitores do velho mundo endividado e, em grande parte, destruído. Sem contar a promessa de “proteger” os europeus do assédio do socialismo soviético.

⁵⁶ Segundo Theotonio dos Santos, depois da II Grande Guerra “A URSS rompeu o isolamento histórico a que havia sido submetida desde o triunfo da revolução bolchevique de outubro de 1917. Surge um campo socialista que modifica substancialmente a correlação de forças internacionais” (DOS SANTOS, 2013, p. 209).

fantasma de uma epidemia de revoluções socialistas, como assustava a constatação da perda concreta de opções de mercados consumidores e fornecedores de *commodities*. Essa tensão era alimentada pela ameaça de uma hecatombe nuclear e ficou conhecida como Guerra Fria. David Harvey descreve com propriedade esse ambiente que precede o período que se tornou conhecido como anos dourados:

A principal potência capitalista da época, os Estados Unidos, usou sua posição dominante para ajudar a criar, juntamente com seus principais aliados, um novo quadro para a ordem global. Incentivou a descolonização e o dismantelamento dos impérios anteriores (britânico, francês, holandês etc.) e intermediou o nascimento das Nações Unidas e do Acordo de Bretton Woods de 1944, que definiu as regras do comércio internacional. Quando a Guerra Fria começou, os EUA usaram seu poderio militar para oferecer (“vender”) proteção a todos aqueles que optaram por alinhar-se com o mundo não comunista (HARVEY, 2011, p. 34).

Não era uma equação facilmente exequível: arcar com os custos do *Welfare State* combinados com as despesas de manutenção da paz e da *ordem* no que Harvey chamou de “mundo não comunista”. Enviar tropas para a Coreia e Vietnã; manter relações comerciais que satisfizessem os interesses do Japão e da recém-nascida Coreia do Sul; financiar um golpe militar no Brasil; manter Cuba sob embargo econômico e vigilância constante; arcar com boa parte dos custos do arsenal militar da Otan; alimentar uma faminta indústria bélica produzindo e posicionando mísseis dotados de ogivas nucleares apontados para os inimigos comunistas etc., são só alguns poucos exemplos dentre uma miríade de ações beligerantes desenvolvidas pelos *USA all over the world*.

O Estado norte-americano se endividava de maneira crescente e preocupante. A crise começa a bater à sua porta. Então, em 1971, o presidente Richard Nixon rompe unilateralmente com o padrão ouro-dólar estabelecido em Bretton Woods quase 30 anos antes. No entanto, era preciso ir além, isto é, tomar medidas que representassem redução dos gastos públicos. Em 1973, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), tentando valorizar essa *commodity* e também em retaliação aos apoios ocidentais a Israel na Guerra do Yom Kippur, estabelecem quotas de produção que fazem o preço do petróleo disparar entre 1973 e 1974. Para Hobsbawm (2006), foi a partir daí que os países da Opep descobriram a sua capacidade de fazer subir o preço do barril de petróleo. Segundo Theotonio dos Santos, “Foi o governo venezuelano de Andrés Pérez que nacionalizou o petróleo venezuelano e originou a Opep, cuja ação de reabilitação do preço do petróleo abalou a economia mundial em 1973” (DOS SANTOS, 2013, p. 58). Harvey estabelece essa data como o fim do período áureo do capitalismo dos países centrais sob a égide da regulação fordista keynesiana.

O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até **1973**. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico [...]. Os padrões de vida se elevaram [...], as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota (HARVEY, 2001, p. 125, grifo nosso).

Se por um lado o choque do petróleo provocou crise nos países consumidores, por outro garantiu bastantes excedentes nos países membros da Opep. O mercado financeiro internacional passa então a reciclar esses excedentes, que ficaram conhecidos como petrodólares. Segundo Harvey (2013), relatórios das agências de informação britânica reportam a intenção dos EUA de invadir países da Opep no Oriente Médio⁵⁷ em 1973 com o objetivo de restaurar o fluxo de produção de petróleo e fazer baixar os preços. A ação militar só não teria se concretizado porque os sauditas concordaram em reciclar todos os seus petrodólares em bancos de investimento de Nova Iorque. Uma solução, negociada sob a mira dos fuzis, que acabou parecendo sob encomenda. Ora, o fluxo de excedentes fartos e baratos em direção a Wall Street era, de fato, bem mais interessante, para o capitalismo financeiro estadunidense emergente, que o petróleo a preços módicos.

Essa afluência de capital tornou o crédito farto e fez baixar os juros. Segundo Harvey, várias nações em desenvolvimento ávidas por crédito, o Brasil inclusive, foram estimuladas a se endividar pesadamente a partir de então “[...] com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York” (HARVEY, 2013, p. 37). Afinal, aqui estávamos em vias de implantação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND) – que de acordo com Conceição Tavares (1999) nos coloca em dia com a Segunda Revolução Industrial – e precisávamos de recursos para realizar uma série de projetos energéticos ousados como, por exemplo, a construção de usinas nucleares e a utilização do álcool como substituto único e universal da gasolina. Este segundo, diga-se de passagem, acaba sendo responsável por mais um ciclo de sobrevivência da agonizante indústria sucroalcooleira de Campos. Em que pese o cenário de crise mundial que se agravava, o governo do General Ernesto Geisel mantinha o seu perfil desenvolvimentista a serviço da modernização, ainda que a cada dia mais conservadora.

⁵⁷ David Harvey cita, inclusive: “Arábia Saudita, Kuwait e Abu Dhabi [Emirados Árabes]” (HARVEY, 2013, p. 35), sem explicitar, contudo, se a Venezuela, entre outros países fora do Oriente Médio, também seria alvo dessa ação militar.

1.2 Caquis sem açúcar e sem afeto – o fim do protagonismo da indústria sucroalcooleira

Não é somente o Proálcool que coloca Campos, como também os outros Caquis, no epicentro deste furacão de acontecimentos (CRUZ, 2003). No início do ano de 1974, depois de uma série de pesquisas de prospecção, a Petrobras anuncia descobertas alvissareiras no litoral norte fluminense, mais precisamente no promissor paleodelta do Rio Paraíba do Sul, num *pool* de jazidas de petróleo *offshore*, que viria a ser batizado como Bacia de Campos (PIMENTEL, 2003). “Estava descoberto o Campo de Garoupa. Estava comprovada a presença de novas províncias petrolíferas no mar. Abriam-se, finalmente, os caminhos para a independência energética do Brasil” (BACOCOLI, 2009, p. 105). Petróleo e cana-de-açúcar seguem então curvas de dinamismo divergentes. Na medida em que a Bacia de Campos marcha rumo à autossuficiência brasileira, a indústria – agora sucroalcooleira – experimenta seu último ciclo virtuoso e sua mais longa e, provavelmente, definitiva agonia.

Desde a primeira metade do Século XX que o petróleo vem sendo um tema pululante no imaginário ufanista de Campos. No ano de 1922 o coronel gaúcho Olavo Alves Saldanha, duas décadas antes da campanha “O Petróleo é Nosso”, se associou ao já citado Henrique Lage numa experiência de prospecção de petróleo em um latifúndio seu. Trata-se da fazenda (hoje localidade) Boa Vista, a quatro km da praia de Farol de São Tomé, oito km de Quissamã e 20 km do Porto do Açú (Figura 2).

Figura 2 – Primeiros traços de petróleo no Norte Fluminense.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Trouxeram, inclusive, um técnico norte-americano para orientá-los. Depois de sondagens de 200 metros de profundidade; uma série de problemas técnicos – inclusive uma explosão – e desentendimentos entre os sócios do empreendimento, encerraram esses trabalhos no ano de 1923 (PESSANHA, 2015b). Desde então surgiu um sem número de teorias conspiratórias e fantasiosas a respeito da existência de petróleo em solo campista que permeiam o folclore local.

A descoberta de petróleo, em território nacional, só ocorre nos estertores da década de 1930 na Bahia. Ao longo da década de 1940, sobretudo na segunda metade, é deflagrada a disputa entre nacionalistas, que pleiteavam o petróleo como monopólio estatal, e os mais pragmáticos⁵⁸ que defendiam a autorização da exploração desse recurso natural por empresas estrangeiras. O governo nacional desenvolvimentista do presidente Vargas cria a Petrobras

⁵⁸ Esse foi o adjetivo menos ofensivo que encontramos para qualificar os que defendem, desde então, a entrega dos recursos naturais nacionais para o capital internacional sob a justificativa do desenvolvimento imediato.

estatal em 1953 e desde então a sanha liberal conservadora, sob a justificativa produtivista imediata, não dá tréguas aos governos ditos populares. Com efeito, desde 1954 governos defensores do Estado regulador e do bem-estar público vêm sofrendo golpes militares ou híbridos (civil-militar; jurídico-parlamentar) sob os auspícios da mídia corporativa. É notável que os últimos três governos de apelo popular, que tiveram a normalidade democrática interrompida, pagam o preço por ter em comum, entre outras peculiaridades, a defesa intransigente da Petrobras e do petróleo e gás natural sob o controle do Estado. Senão vejamos trechos de falas em tom de desabafo, desses três governantes, em momentos que sofriam o assédio truculento dessas forças conservadoras e desnacionalizantes:

- [o Presidente Getúlio Vargas na sua Carta Testamento em 1954] Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre (BRASIL, 1954, grifo nosso);
- [o presidente João Goulart no Comício da Central em março de 1964] A democracia que eles querem é a democracia para liquidar com a Petrobrás; é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício (BRASIL, 1964, grifo nosso).
- [a presidenta Dilma Rousseff no seu discurso de posse em 2015] Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer (BRASIL, 2015a, grifo nosso).

Toda essa mobilização privatista não foi em vão. Em 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso consegue aprovar no Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional que quebra o monopólio estatal, mas cria valores de royalties do petróleo soberbos, que passam despercebidos por quase totalidade dos brasileiros. Em que pese os discursos de David Zylbersztajn, primeiro Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e genro do então presidente da república, para a mídia traçando cenários fiscais extremamente alvissareiros, a partir da arrecadação de royalties e participações especiais⁵⁹ na extração desse bem mineral (BRASIL, 1999).

Não satisfeitos e agora sob o manto do neoliberalismo em fase de consentimento (HARVEY, 2013), os pragmáticos a serviço do capital estrangeiro, sob a batuta do senador José

⁵⁹ A participação especial é um bônus que a União, o estado subnacional e o município produtores fazem jus a partir da boa produtividade de poços de petróleo que estejam sob sua jurisdição. Tanto essa participação quanto os royalties – consideravelmente mais abundantes –, ganham vigência a partir da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que ficou conhecida como Nova Lei do Petróleo.

Serra⁶⁰ aprovaram uma nova lei que altera o modelo de partilha da Lei 12.351, vigente desde dezembro de 2010, na exploração do Pré-Sal. Sancionada em novembro de 2016 a Lei 13.365 acaba com a obrigatoriedade de ser a Petrobras a operadora única no Pré-Sal. Concretamente, e a partir de então, qualquer empresa que arrematar um campo nos leilões da ANP poderá explorar, sem a parceria da Petrobras, o óleo e o gás ali existentes. Segundo os defensores desse modelo, de agora em diante, o ritmo de exploração será intensificado e o petróleo voltará a ser uma *commodity* estruturante no território nacional. Por outro lado, a exploração dos poços que a Petrobras abrir mão ocorrerá em alto mar, sem a presença obrigatória de brasileiros e sem garantias de fiscalização frequente da ANP e Ibama – só para citar dois exemplos de órgãos reguladores de comprovada falta de estrutura *offshore*. Esse ritmo acelerado irá impor um novo quinhão na remessa de lucros para o exterior, uma vez que a Petrobras é empresa nacional e não pesa no balanço de pagamentos, e poderá gerar um nível de impactos ambientais muito acima do que já vimos assistindo. Seja por superutilização de um recurso de alto potencial poluidor ou pela iminência maior de acidentes ambientais e de trabalho numa atividade que envolve tecnologias de alto risco de manejo. Resta saber se esse Estado, de utopia minimalista atual, terá capacidade de conter esse novo espectro de externalidades. A história recente de gestão neoliberal da Petrobras se encontra repleta de exemplos nefastos, produtos do sucateamento de instalações, tais como:

- o vazamento de 1,3 milhões de litros de petróleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na Baía de Guanabara em janeiro de 2000 (BRASIL, 2015b);
- o vazamento de quatro milhões de litros de petróleo da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) na bacia do Rio Iguaçu no Paraná em julho de 2000 (GREENPEACE, 2000) e
- o naufrágio da plataforma P-36 em março de 2001 que vitimou 11 trabalhadores, além de provocar um prejuízo material de mais de US\$ 350 milhões (EM... 2016);

⁶⁰ A ONG Wikileaks (2011) divulgou uma série de telegramas diplomáticos, trocados entre o Consulado dos EUA no Rio e o governo estadunidense em Washington, com relatos de lobistas das petroleiras norte-americanas dizendo ter a garantia, em 2009, do então candidato à presidência da república pelo PSDB – José Serra, de que tudo que o governo Lula fizesse, em relação ao marco legal do Pré-Sal, ele reverteria assim que tomasse posse. Serra não conseguiu se eleger presidente em 2010, no entanto em 2014 se elegeu senador por São Paulo e cumpriu a sua promessa propondo essa mudança na lei. Não conseguiram mudar o marco legal, imediatamente, porque não assumiram o executivo pelo voto popular, contudo num golpe jurídico-parlamentar tomaram a presidência da república e levaram a cabo a missão. Ainda que a divulgação do Wikileaks seja uma fantasia, o senador José Serra cumpriu o que o pretense telegrama diplomático afirma que ele havia prometido. Como nos alerta David Harvey, eles são capazes de “Tudo por causa do petróleo” (HARVEY, 2014a, p. 11).

Paralelamente a esses fatos, Campos acumula – dependendo o ponto de vista – vitórias e revezes no processo de implantação da base da Petrobras na bacia que leva seu nome. É impressionante como cada decisão política ou tecnocrática (que não deixa de ser, a seu modo, política) dessas provoca impactos no território e altera, para o bem e para o mal, a vida de gente que nem sabe a diferença entre pós e pré-sal. Em 1974, por exemplo, Campos se encontrava em profunda letargia da atividade sucroalcooleira decadente, tendo como alento a luz no fim do túnel representada pelo Proálcool. Acontece que a maioria já se encontrava escaldada com as diversas promessas de redenção do setor, sobretudo num município que herdou o sebastianismo secular lusitano. O ufanismo bairrista dera lugar a uma crise de autoestima e Campos passa ser autointitulada como a “terra do já foi e do já teve”. De fato, o Proálcool só vem se tornar realidade uma década depois e, para esse povo, esperar 10 anos era muito. Afinal, estamos falando de um município de 320 mil habitantes (SERRA; GOMES FILHO, 2006) que ao final do ano vivia a expectativa de desempregar 50 mil trabalhadores rurais do corte de cana (PIMENTEL, 2003). Ora, esse desemprego sazonal, crônico e secular não é uma coisa de se acostumar. Ao contrário, essa situação gera um desconforto e uma melancolia profunda que pode descambar para o desânimo e/ou para revolta. Não se vive esse tipo de situação por tanto tempo impunemente.

Quando, em novembro de 1974, a Petrobras anunciou o grande potencial da província petrolífera no litoral campista (PIMENTEL, 2003)⁶¹, era o exato momento em que as usinas começavam a parar de moer a cana para comercializar o álcool e o açúcar produzidos na safra e proceder a manutenção de grande parte do maquinário industrial. Nesse momento praticamente toda mão de obra agrícola era desmobilizada. Afinal, a grande demanda por trabalhador rural na indústria sucroalcooleira sempre foi no corte da cana. Assim sendo, o anúncio de que Campos teria reservas de óleo que chegaram a fazer alusões à Arábia (PIMENTEL, 2003), deflagrou uma onda de euforia na cidade. Embora os que viviam de contratar mão de obra a preço vil comesçassem a perceber que haveria mudanças profundas na demanda por trabalhadores na região. A notícia de que a cidade receberia uma planta de produção de amônia e ureia dava a entender que era o começo da instalação de um polo

⁶¹ É preciso salientar que a distinção de tamanho entre Campos e as outras cidades dessa região era muito grande nesta época. A dinâmica Macaé de hoje, segunda maior cidade da região, que em vários indicadores supera Campos, em meados da década de 1970 possuía uma população na faixa de 50 mil pessoas. Ou seja, o número de habitantes de Macaé era igual ao número de desempregados no corte de cana das usinas da Região Norte Fluminense. É bem verdade, porém, que parte desses desempregados atuava nas usinas de Carapebus e Quissamã, que na época faziam parte do município de Macaé. Devido à indiscutível centralidade de Campos nesse momento, a bacia ganha seu nome e a mídia nacional só falava do petróleo de Campos. O campista, legítimo herdeiro do sebastianismo, acreditou que o petróleo era seu.

petroquímico em terras campistas. O afluxo de jornalistas dos principais veículos de mídia do Brasil, a presença frequente de funcionários da Petrobras e autoridades passando pelo aeroporto de Campos eram mais alguns prenúncios de que Campos voltaria aos seus tempos de fausto. Os campistas passam a acreditar que o petróleo era seu. Em 1977, sob processos prenes de inovação tecnológica, a Bacia de Campos começa a produzir e em 1978 começam a circular as notícias de que a base da Petrobras não seria em Campos, mas em Macaé (PIMENTEL, 2003). A reação local foi grande e o mau humor tomou conta da mídia goitacá. Sobrou acusações, inclusive, para os usineiros. Corria a versão de que os políticos da Aliança Renovadora Nacional (Arena)⁶² campista, que possuíam base de sustentação na classe dominante da região, teriam conspirado juntos às autoridades federais para afastar de Campos a economia do petróleo e seus altos salários que ameaçavam as empresas locais. A verdade pode ser bem menos conspiratória. Afinal, em tempos de estradas bem mais precárias e telecomunicações bastante limitadas a Petrobras teria decidido por uma base mais próxima da metrópole carioca, onde era se encontrava sua sede nacional (PIMENTEL, 2003).

1.2.1 Nem tudo que reluz é ouro – a impostura do Proálcool

Os campistas então, aparentemente, se conformam com essa perda e se voltam novamente para as usinas, agora mais que nunca de álcool. Quem não pode produzir gasolina se contenta com etanol. No final da década de 1970 os primeiros carros a álcool começavam a circular⁶³ e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) a gerar melhores condições de produção para a indústria sucroalcooleira. Com esses incentivos muitas usinas da região se endividaram em busca da modernização e do aumento de produção. Mesmo com a mancha verde da cana-de-açúcar alcançando seus níveis máximos, a baixa produtividade do solo, aliada à falta de tecnologia agrícola, não permitiram suprir as necessidades dessas novas plantas industriais. As

⁶² Ao deflagrar o golpe militar de 1964, a ditadura implantada cancelou o registro de todos os partidos e criou outros dois. A ideia era aniquilar os partidos mais populares e seus líderes. O Brasil passou a viver um sistema político bipartidário em que a Arena dava sustentação ao governo ditatorial e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) continha os políticos que não se identificavam com o regime.

⁶³ Em julho de 1979 a Fiat lança o modelo 147 a álcool, o primeiro carro a utilizar exclusivamente este combustível em escala comercial no país, montado em Betim-MG (G1, 2009). O preço do veículo, na faixa mais barata, e o álcool custando na bomba cerca de 50% do valor da gasolina, colaboraram com a difusão do Proálcool.

usinas se endividaram, porém não atingiam patamares de produção suficientes para honrar seus compromissos. Para a maioria delas a euforia do Proálcool acabou sendo um golpe de misericórdia. Segundo Hamilton de Azevedo,

[...] o crescente endividamento das usinas, que optaram pelas grandes reformas a partir dos anos 1971/72, já que grande parte dos empréstimos havia sido feita tendo o dólar como referencial; a macrodesevalorização do cruzeiro em relação ao dólar; os resultados operacionais em função do descompasso entre a capacidade de moagem das usinas, superdimensionadas, e a oferta de cana disponível; a queda dos preços do açúcar; o precário sistema administrativo em termos gerenciais das usinas; a falta de apoio à etapa estratégica de reestruturação do setor na época e a imediata e ampla aplicação do processo de irrigação nas lavouras de cana. Esses fatos podem ser apontados como as principais causas para explicar a situação financeira da maioria das usinas que, embora tivessem passado, no início dos anos 80, por um período mais positivo, no final dessa década não mais se sustentavam (AZEVEDO, 2004, p. 146).

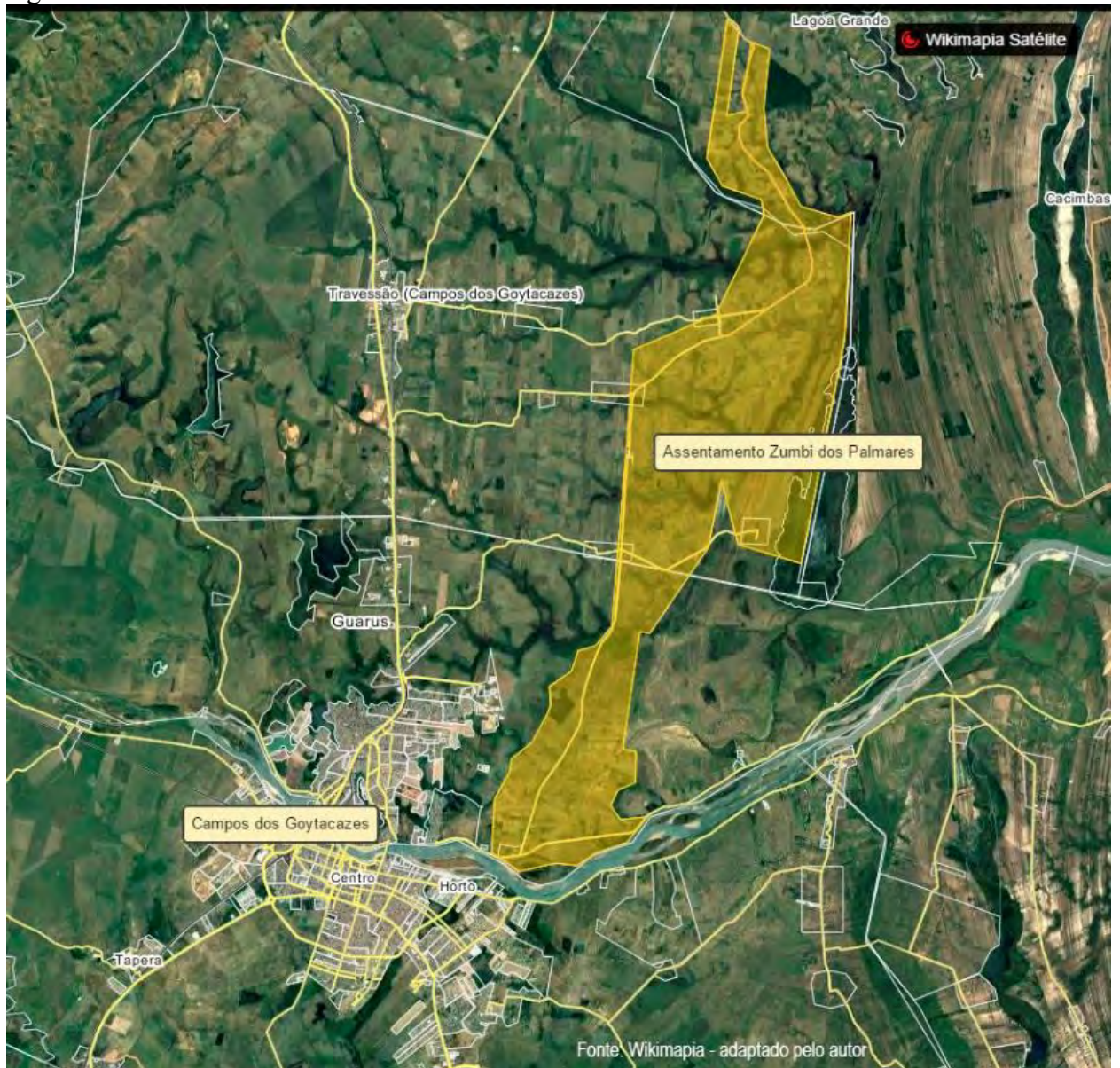
Em 1987 o Proálcool chega ao seu apogeu. De cada 10 carros fabricados no país, nove eram a álcool (G1, 2009). Essa situação, todavia, não se sustentou por muito tempo. Ao final dos anos 1980, o preço do açúcar se torna mais atrativo e as usinas, em todo país, reduzem a produção de álcool causando desabastecimento. O carro a álcool que já apresentava o funcionamento mais irregular, com o preço do combustível em alta⁶⁴ e tendo o proprietário do veículo que enfrentar longas filas nos postos de serviço, foi perdendo credibilidade. Esse quadro de descrédito acabou sepultando o Proálcool. Não bastasse o cenário já sinistro, o Governo Collor extinguiu o IAA e repassou a dívida das usinas, com esse órgão, para o Banco do Brasil. Os bancos não costumam ser tão benevolentes com devedores, sobretudo um banco estatal num governo de clara e confessa ascendência neoliberal. Some-se a isso a desativação de algumas usinas adquiridas por empresários de fora da região interessados apenas nas quotas de produção estabelecidas pelo IAA⁶⁵. A partir de então o que se vê é a decadência das usinas e suas terras se transformando em assentamentos do Incra, em pagamento de dívidas com a União. A massa falida da Usina São João acaba cedendo terras para se instalar, o que viria a ser em 1997, o maior assentamento de trabalhadores sem terra do Brasil. Com 8,5 mil hectares, o assentamento Zumbi dos Palmares (Figura 3), constituído a partir de uma ocupação do Movimento dos

⁶⁴ Devido à crise fiscal da segunda metade da década de 1980, o Governo Sarney retirou subsídios que insidiam na produção de álcool.

⁶⁵ “Como o setor era extremante protegido pelo Estado nacional, a entrada de novos produtores era regulada e cada usina detinha uma quota de produção. Assim, os empresários paulistas interessados em ampliar a produção adquiriam quotas de outras empresas, muitas vezes as fechavam e levavam o ‘direito de produzir’ para suas próprias usinas” (PIQUET, 2003, p. 236).

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se transforma então num dos ícones da luta pela reforma agrária no país.

Figura 3 – Assentamento Zumbi dos Palmares.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Em determinado momento a produção de cana, apesar de ser a maior da história, não dava conta da demanda das novas plantas industriais superdimensionadas (AZEVEDO, 2004). Na medida em que as usinas vão sucumbindo ao seu descompasso vão deixando de moer e a matéria prima que era pouca passa a ser excessiva, provocando uma queda acentuada no seu valor de mercado. Mesmo quando a usina comprava era muito difícil receber pela cana fornecida. Embora essa peleja entre fornecedor e usineiro seja tão antiga quanto o setor, quando a usina fechava não havia perspectivas de resgate da dívida e como várias vinham encerrando

suas atividades as opções iam se escasseando. Além disso, com o preço em queda, ficava difícil fornecer para usinas mais distantes, o valor do frete não compensava o preço tão baixo.

Para se ter uma ideia da dimensão da retração do setor sucroalcooleiro em Campos, em 1985, com o Proálcool chegando ao ápice, foram esmagadas 8,5 milhões de toneladas de cana em 16 usinas. Ao passo que no ano de 2015, havia apenas três usinas em atividade (sendo que uma delas é só destilaria – só produz álcool), que moeram juntas pouco mais de um milhão de toneladas de cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2016). A inapetência que se criou em Campos nessa área é impressionante. Mesmo com a corrida dos biocombustíveis, sobretudo com a comercialização dos chamados carros *flex*⁶⁶, a partir de 2003 (OLIVEIRA, 2016), que determinou a implantação de várias destilarias de álcool pelo Brasil afora, não foi construída uma só usina de álcool nessas plagas. Ao contrário, nesse período algumas encerraram atividades e esse número de três, supracitado, corre o risco de uma ou outra baixa no médio prazo.

Este cenário desanimador se instala apesar das expectativas depositadas no Proálcool. A rigor, este programa se enreda, sobretudo no Norte Fluminense, na velha armadilha paternalista de uma aristocracia indolente e perdulária, sustentada pelo velho patrimonialismo de raízes lusitanas. Se de um lado há dinheiro farto para financiar a reestruturação do maquinário das usinas, de outro faltam recursos para a modernização tecnológica no trato da terra. As usinas se endividam na implantação de novas plantas industriais, contudo se perdem na improdutividade do solo local e vão aos poucos sucumbindo por inanição. Como os recursos do Proálcool não eram a fundo perdido, ele termina sendo um tiro de misericórdia na combalida saúde financeira da indústria sucroalcooleira. Acreditando na propaganda ufanista do Estado desenvolvimentista autoritário dos anos 1970, que prometia o álcool como uma grande panaceia, confiamos que ele nos libertaria da dependência da gasolina. O Proálcool, porém, não gozava do mesmo prestígio que o programa nuclear, por exemplo, no bojo do II PND. Perdido em escaninhos subalternos da tecnocracia estatal, morre em 15 anos levando junto dele a velha cultura canavieira campista. Junte-se a isso a contemporaneidade vivida pela decadência da cana com o dinamismo crescente do petróleo, experimentado na região nesse período. Os jovens

⁶⁶ As inovações do sistema de injeção e queima dos combustíveis, nos motores de Ciclo Otto, permitiram ampliar a gama de octanagem da mistura carburante. As sondas e os sensores comandados por sistemas digitais, de forma integrada, são muito mais eficientes que os antigos carburadores. Dessa forma, os atuais motores conseguem operar com gasolina, álcool ou mesmo com a mistura desses dois combustíveis, em qualquer proporção, com eficiência inédita. Tal situação foi especialmente interessante para os fabricantes de álcool, já que o receio por desabastecimento desse combustível, como ocorrido no final da década de 1980, deixou de ser uma ameaça ao consumidor de automóvel.

procurando trabalhar na Petrobras, que remunerava algumas vezes mais que o mercado de trabalho tradicional, e os empresários querendo fornecer para a Bacia de Campos e não mais para as inadimplentes usinas. Assim, além da decadência econômica, as usinas perdem protagonismo. O aumento da produção nacional de petróleo, graças à Bacia de Campos, ajuda a sepultar o Proálcool. Afinal, não precisávamos mais do álcool, já que agora caminhávamos rumo a autossuficiência petrolífera.

1.3 A eclosão do ovo da serpente – a acumulação flexível sob regulação neoliberal

Enquanto Campos se debatia no lamaçal movediço do açúcar com álcool, em 1975 a Guerra Fria apresentava sinais de que seria um elemento decisivo na matriz da crise quando os EUA decidiram se retirar do Vietnã. Foi uma decisão dura para essa potência. Além do orgulho nacional combalido, se configurava ali a incapacidade do império estadunidense de dar garantias de proteção aos que fizeram a opção pelo alinhamento com o mundo não comunista (Harvey, 2011). Some-se a isso os custos do Welfare State que aumentavam significativamente em tempos de crise. Além do segundo choque do petróleo provocado pela revolução Iraniana, que em 1979 depôs o Xá Mohammad Reza Pahlavi. Tais condições mundiais esboçavam um cenário de iminente inadimplência em escalada preocupante e isso fez com que os bancos aumentassem o *spread* – fator de risco embutido no valor do juro bancário. Assim sendo, quem havia se endividado a juros baixos se vê obrigado a pagar o que devia com juros altos. Essa conjuntura perversa provoca um ambiente de crise generalizada. Como não podia abrir mão de investir na corrida armamentista, sobretudo porque grande parte do seu PIB se encontrava ancorado na indústria bélica, os EUA lideraram uma campanha contra os gastos públicos que se baseava na visão de Estado minimalista neoliberal. O *Welfare State* se vê na condição de bode expiatório da crise. Sem ainda considerar um aspecto que será discutido na seção a seguir – a necessidade do mercado financeiro de capturar os fundos públicos.

A esta altura já estamos nos anos 1980 agraciados com a alcunha de Década Perdida, aqui no Brasil. O presidente norte-americano, cujo mandato preencheu 80% desta década, é um conhecido ex-ator de Hollywood, o republicano Ronald Reagan, tendo presidido os EUA entre 1981 e 1989. O Reino Unido, por sua vez, teve como primeira ministra entre 1979 e 1990 – cobrindo toda a década – Mrs. Margaret Thatcher, muito conhecida pela alcunha de Dama de Ferro. Quis o destino que os mandatos se alinhassem, porém as ações conjuntas, cuja grande

característica tenha sido talvez a afinidade, foram escolhas não foram coincidências. Mr. Reagan e Mrs. Thatcher comandaram a trajetória de ascensão hegemônica neoliberal nos anos 1980 com discursos e ações muito semelhantes.

Para Harvey (2013), o grande laboratório neoliberal numa economia de Estado-nação teria sido o Chile⁶⁷. Um projeto realizado por Milton Friedman e seus *Chicago Boys*⁶⁸, sob a encomenda da ditadura Pinochet. Dado esse passo, os EUA e a Grã-Bretanha estariam prontos então para conferir concretude ao discurso da Mont Pelerin Society em seus próprios territórios. A materialidade desse ideário se manifesta nas políticas que contemplam o arrocho salarial; a repressão aos sindicatos de trabalhadores; a desregulamentação e o desmonte do Estado, sobretudo no que tange a programas sociais.

Para além disso, em se tratando da aceitação pública, há a necessidade do que Harvey (2013) chamou de construção do consentimento. Afinal, no Chile uma ditadura tomou essa decisão, nos EUA e na Grã-Bretanha seria necessária uma estratégia mais sutil de convencimento. Montou-se então, nestes dois países, guardadas as especificidades de cada um, uma grande operação de marketing, no melhor estilo Goebbels⁶⁹, que deu origem à crença do pensamento econômico *mainstream* atual. Ou seja, o Estado como um estorvo e da necessidade de se entregar aos braços do mercado, em cujas extremidades se encontram as mãos invisíveis.

Não é por acaso que ao fim dos dois mandatos, exatamente no último ano de gestão de Mrs. Thatcher, eclode um dos ovos de serpente mais cuidadosamente incubados no Século XX: o Consenso de Washington⁷⁰. Não fosse essa obra tenebrosa o suficiente, esses dois líderes

⁶⁷ No capítulo seguinte veremos como, antes mesmo do Chile, a cidade de Nova Iorque, segundo Harvey (2013), teria sido a primeira iniciativa de implantação de um receituário neoliberal nas contas públicas. Onde e quando a austeridade fiscal sobrepujou as necessidades sociais em favor da garantia de solvência na reciclagem de excedentes do mercado financeiro.

⁶⁸ Em meados da década de 1970 o economista norte-americano, Milton Friedman, sob encomenda da ditadura do general Augusto Pinochet, comandou um grupo de duas dezenas e meia de economistas chilenos num processo de formulação de política econômica que viria a ser a primeira experiência neoliberal num Estado-nação. O que havia de comum entre esses economistas, seria a passagem pela pós-graduação na Universidade de Chicago. Essa identidade acadêmica inspirou o codinome *Chicago Boys*.

⁶⁹ Paul Joseph Goebbels foi Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista e teria cunhado o aforismo: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

⁷⁰ Segundo Mattoso (2010), Consenso de Washington é uma expressão cunhada por John Willianson, diretor do Institute for International Economics (IIE), que organizou, no fim de 1989, um seminário em Washington-EUA, onde e quando organismos financeiros internacionais, entre eles o FMI, propuseram um conjunto de políticas que deveriam ser adotadas pelos países latino americanos para se adequarem à nova onda neoliberal. Esse decálogo previa: 1. Disciplina fiscal; 2. redução dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. juros de mercado; 5. câmbio de mercado; 6. abertura comercial; 7. investimentos estrangeiros diretos sem restrições; 8. privatização de empresas estatais; 9. desregulamentação, sobretudo trabalhista e 10. respeito à propriedade intelectual. Elaborada no ano de 1990, em Washington D.C., por economistas do Bird, do FMI e do Tesouro dos EUA esse decálogo é a agenda proposta, pelo pensamento hegemônico, para os países subdesenvolvidos. Segundo Sandroni (2005), tudo isso se resumiria em promover a abertura de mercado e a implementação do

políticos promoveram uma série de desregulações financeiras que iniciaram a pavimentação da *highway* por onde trafega hoje, praticamente sem oponentes exteriores a altura, o capital financeiro internacional comandado por Wall Street.

1.3.1 Acumulação Flexível e financeirização do capital

Há dois aspectos intrínsecos à natureza do processo de acumulação vigente que precisam ser considerados se quisermos compreender o perfil do capitalismo contemporâneo. Tratam-se da superacumulação e da queda das taxas de lucro. Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz,

[...] a razão da financeirização é outra: ela resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta. Na medida que “o capitalismo é um sistema econômico que prefere produzir em vez de produzir sem lucro” (Husson, 1999, p. 89), compreende-se que um montante fabuloso de capital disponibilizou-se então sob a forma de capital-dinheiro (ou capital monetário – cf. Capítulo 5, item 5.2) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 243).

Levando-se em conta a cronologia estabelecida por Harvey (2001; 2011) em que o ano de 1973 seria o marco do fim da regulação fordista keynesiana, a partir de então estaria surgindo uma nova lógica regulatória do capital e uma nova forma de acumulação. As corporações fordistas vislumbraram no toyotismo a saída para o impasse que viviam. Já o Estado, até então keynesiano, renega o Welfare State, passa a expurgar o que considera atividade secundária, tendo como ideal institucional a configuração de Estado mínimo neoliberal.

O regime de acumulação que emerge daí privilegia o capital monopolista, ou seja, as grandes corporações sem perspectiva de concorrência. A onda de fusões, incorporações, aquisições etc. a partir de então denunciam essa lógica. Está definitivamente decretado o fim do capitalismo concorrencial. Afinal, a acumulação flexível busca a competitividade também

Estado mínimo. O que salta aos olhos nos 10 mandamentos de Washington é a clara intenção de garantir e, até mesmo, aprofundar o processo de dependência dos países subdesenvolvidos.

Sobre a abertura de mercado, proposta pelo Consenso de Washington, Theotonio dos Santos observa que: “O livre comércio é uma falsidade, pois vivemos num mundo de mercados ‘imperfeitos’, como afirmam, inclusive, os neoclássicos mais relevantes como Joseph Stiglitz; ou, simplesmente, mercados monopolistas, como os economistas marxistas e alguns institucionalistas demonstraram já no final do século XIX. ‘Abrir-se’ ao mercado mundial sem fortes garantias de controle do movimento de bens, serviços e capitais é se entregar às economias mais poderosas, às empresas multinacionais em expansão” (DOS SANTOS, 2013, p. 185).

por meio dos preços baixos e, nesse caso, havendo concorrência o risco cresce. É extremamente paradoxal, mas é assim que funciona. Desta forma, os oligopólios, cartéis, trustes e monopólios aumentam a zona de conforto do grande capital. Decorrem então deste quadro dois caminhos para o capital: ou se acumula excedentes expressivos ou não se acumula capital suficiente para resistir aos solavancos da economia do sistema mundo moderno. Isso favorece a financeirização, pois quem produz grandes excedentes tem no mercado financeiro uma forma paralela eficiente de aumentar seu capital e de reciclar esses excedentes que não podem ficar parados. Quem não vislumbra a possibilidade de lograr acumulação suficiente na produção vai engrossar a classe dos rentistas também no mercado financeiro. Muitos capitalistas de pequeno e médio porte aceitam a aquisição de sua empresa por uma grande corporação e se tornam rentistas. É uma grande tentação. Segundo Theotonio dos Santos (2013), uma das formas de incremento nas atividades econômicas do capitalismo de Estado contemporâneo se dá pelo repasse gradativo das atividades menos lucrativas das mãos do capital privado para as mãos do Estado.

Não é por acaso que o discurso neoliberal se encaixa como uma luva nessa nova versão de capitalismo, pois os Estados nação que se encontravam nos anos oitentas absolutamente endividados acabam se transformando nos grandes provedores do sistema financeiro internacional. Os países contribuem e o capital faz as retiradas. Essa é a ideia. Surge então uma questão: se a nova ordem é drenar a poupança pública, quem o Estado nação deverá deixar de financiar?⁷¹ Ora, os EUA e seus aliados não cogitam reduzir os gastos militares nem com o fim da Guerra Fria. Por incrível que possa parecer passaram a produzir inimigos virtuais poderosos: o Islã; a Al Qaeda; o Estado Islâmico etc. para justificar ações militares mundo afora. Assim, para garantir a manutenção dos ganhos financeiros, os gastos sociais são considerados um grande mal para a competitividade e entrave ao desenvolvimento das nações subdesenvolvidas, além de ameaçar a posição privilegiada das que já se desenvolveram. Desta forma, renovam-se mais uma vez os votos de pobreza dos excluídos dos países dependentes e “o mito do desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1974) mais uma vez funciona como a ilusão prometida que acalma os que não se cansam de esperar.

⁷¹ Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (2017) o projeto de lei de orçamento público da União no ano de 2014, previa o percentual de 42,43% somente para pagar juros e amortizações da dívida pública. O segundo maior percentual é da previdência social com 22,69%, isto é, cerca de metade do que está sendo destinado à dívida. Para os gastos com saúde estão previstos 4,14%, para a educação 3,91%. Estes valores dão uma ideia de como o Brasil vem sendo extorquido para honrar compromissos ilegítimos com o mercado financeiro e sustentar os rentistas conterrâneos e estrangeiros.

Há um telefilme produzido pelo canal HBO – *To Big To Fail* (grande demais para quebrar) – lançado em 2011, que começa resgatando registros em vídeo de falas, ao longo de cerca de 20 anos, de três presidentes norte-americanos: Ronald Reagan; Bill Clinton e George Walker Bush, além do longevo presidente do FED (Federal Reserve System – banco central estadunidense) Alan Greenspan e um trecho de uma reportagem da CNN. São registros empíricos, veiculados num filme de ficção sobre uma série de acontecimentos reais, que demonstram de forma cabal o processo de liberdade, que foi dado, deliberadamente, ao sistema financeiro norte-americano, que desaguou na crise do *subprime*. Vejamos a sequência:

Ronald Reagan – Não temos a intenção de dismantelar as agências reguladoras, no entanto temos que lidar com as regras ineficazes e incômodas. Vamos eliminar as que são improdutivas e desnecessárias.

Bill Clinton – ... acabando com essas leis antiquadas e concedendo aos bancos uma nova autoridade significativa.

CNN – Numa vitória para a indústria financeira, o congresso aprovou uma legislação permitindo aos bancos comerciais e de investimentos se fundirem e formarem instituições sem precedentes e de alcance global.

Alan Greenspan – Eu acho importante para nós não introduzirmos regras pelo bem das regras.

George W. Bush – Eu acredito no sonho americano. Ter um lar faz parte do sonho deles. Nós estamos agindo para fazer com que milhares de americanos venham a ter uma casa própria. Esse projeto não é bom só para a alma do país, também é bom para o bolso do país (TOO... 2011).

Nos seus primeiros 90 segundos, a película resgata em ritmo de documentário, pronunciamentos de três presidentes dos EUA, um presidente de banco central (que trabalhou com estes três presidentes) e um registro de uma grande emissora de TV estadunidense sobre a mudança do marco regulatório do mercado financeiro norte-americano. Mostra, ainda, como a crise do *subprime* foi um ovo de serpente que começou a ser gestado já na década de 1980, ainda no governo Reagan e que eclodiu sob os cuidados do Governo George Walker Bush, no século XXI.

Estamos vivendo as consequências de decisões sucessivas e sistemáticas que vêm dando total liberdade ao capital. Essa é a proposta de regulação flexível neoliberal. Sobre as crises do capitalismo contemporâneo vemos o que tem a dizer David Harvey:

É evidente para os observadores desapaixonados que os capitalistas individuais que operam em seu próprio interesse estão propensos a se comportar de uma forma que coletivamente aprofunda as crises do capitalismo. O mesmo pode ser dito dos diversos interesses das facções que de tempos em tempos dominam o poder político e econômico: os banqueiros e financistas famintos de bônus que agora definem em grande parte a agenda em Washington e em Londres; a ressurgida classe dos rentistas que extrai rendas não apenas do controle sobre a terra, propriedade e recursos, mas também cada vez mais sobre os direitos de propriedade intelectual; e os capitalistas mercantes, como o Wal-Mart e a Ikea, que ligam fortemente os produtores a sua

programação e ordens de tal forma que os produtores tornam-se meros peões em seus jogos competitivos. (HARVEY, 2011, p. 222).

Vivemos mais que uma crise episódica e circunstancial. As crises conjunturais são elementos constitutivos de uma grande crise inerente ao capitalismo. E, em se tratando de capitalismo, como vimos na assertiva de Harvey, deixada a economia à própria sorte, teremos crises cada vez mais robustas e constantes. Afinal, quanto mais se acumula capital mais profunda é a crise seguinte.

Uma perspectiva teórico-empírica das crises do capitalismo que não podemos deixar de considerar, também, são os ciclos de Kondratiev. Essa teoria parte da percepção de que capitalismo e crises são indissociáveis e que o surgimento dessas crises se dá de forma cíclica. Para entender essa questão é preciso, como disse Harvey, se despir de qualquer paixão e perceber que o processo de acumulação quase sempre é pensado no campo individual e, desta forma, se comporta como se prescindisse de resultados coletivos. Para além disso, quem produz muitos excedentes o faz, em parte, na expectativa que uma parcela desse capital será para cobrir possíveis perdas. O capital conta com a crise e mais, quando presente uma oportunidade tenta lograr o máximo possível para se precaver contra a próxima crise.

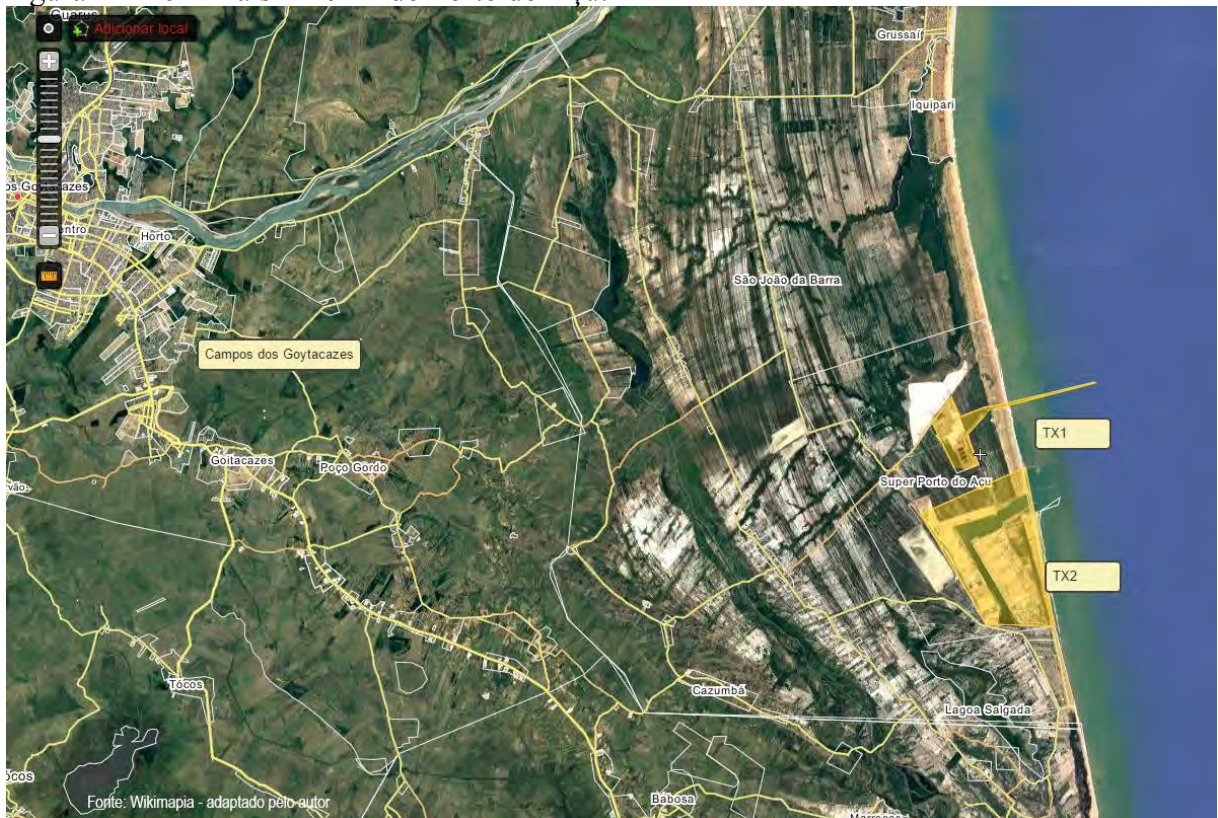
1.3.2 A crise do *subprime* e os efeitos do capitalismo financeiro nos Caquis

Quando a crise de 2008 varreu grande parte do espaço global submetido ao sistema mundo moderno, as apostas passaram a versar sobre o momento em que a crise chegaria ao Brasil. Essa polêmica levou o presidente Lula a utilizar a expressão “marola” como defesa da sua política econômica. Ele garantia que o *tsunami* que assolava o planeta chegaria aqui sem força. De fato, o Brasil resiste bem nos primeiros anos, mesmo porque os Brics pareciam manter um fluxo de comércio robusto entre eles. A China sustentava boa parte de sua capacidade de adquirir nossas *commodities*. Isso, porém, não dura muito. Afinal, os EUA e a Europa, com as respectivas economias combalidas, reduzem a demanda por produtos chineses e o efeito dominó desse cenário chega então ao Brasil.

Um dos *players* globais, de bandeira nacional, mais atingido por essa violenta calmaria viria a ser um parceiro recente dos Caquis: o recém-extinto grupo EBX. No primeiro semestre de 1999, a Secretaria Estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo – sob a gestão de Wagner Granja Victor no Governo Anthony Garotinho –, realizou um estudo para a construção de um

porto no litoral norte do estado. A proposta sugeria a localidade do Açú, em Pipeiras, quinto distrito de São João da Barra. O projeto previa um porto num píer *offshore* de 1,2 km que movimentaria grânéis, sobretudo petróleo, e seria custeado pelo governo estadual, Petrobras e iniciativa privada. “Este processo foi formalizado pelo governo estadual, por meio do decreto nº 25.455, de 28 de junho de 1999, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis na localidade do Açú” (PESSANHA et al., 2014, p. 164). A Petrobras acabou desistindo da sua participação. Ora, a nossa estatal petroleira vivia um ambiente de privatização e o Governo Fernando Henrique Cardoso, nessa área, um clima de desmonte, haja vista os graves acidentes ocorridos, supracitados, dado o estado de sucateamento de plataformas *offshore* e refinarias. As empresas privadas não se animaram, já que a concepção remetia a elas 51% dos custos do porto. O projeto foi então devidamente engavetado.

Figura 4 – Terminais T1 e T2 do Porto do Açú.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Com o desinteresse da Petrobras o projeto foi redirecionado para graneis sólidos, em especial minério de ferro, e oferecido à Vale e Ferrovia Centro Atlântica – FCA. Como essas negociações não avançaram, o casal Garotinho, por intermédio de Eliezer Batista – que era membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Rosinha –, ofereceu o estudo de viabilidade econômica a Eike Batista. Ele havia retornado ao Brasil,

depois de vender sua participação na mineradora de ouro canadense TVX, alardeando ter US\$ 1 bilhão para investir. A oferta em sendo gratuita era generosa, pois consta que só o estudo do porto de 1999 teria custado US\$ 500 mil (PESSANHA et al., 2014). Eike Batista, agradeceu a benesse pública, criou a holding EBX com diversas subsidiárias e projetou seu sonho, um tanto delirante, mas de resultados bastante concretos. É verdade, porém, que ele iniciou com a proposta de mineroduto e terminal em píer (TX1, hoje apenas T1), nesse momento de 2,8 km (Figura 4).

Contudo em pouco tempo surge outro terminal. O TX2, hoje T2, rasga o continente, seccionando o Canal do Veiga, com 13 km de cais e as seguintes características:

O Canal Interno é protegido por molhes construídos ao norte e ao sul da entrada, orientados na direção oeste – leste em relação à faixa de praia da costa, em forma de “L”. O Canal Interno conta com 6,5 km de extensão, pelo menos 270,0 metros de largura e 13,93 metros de profundidade no trecho Leste<Oeste e pelo menos 120,0 metros de largura e 10,00 metros de profundidade no trecho Norte<Sul (PORTO DO AÇU, 2017, p. 12).

Na medida em que a economia estadunidense, dopada pelo *subprime* em active, elevou vertiginosamente os valores de uma série de *commodities*, sobretudo petróleo e aço, a proposta inicial de Eike Batista se expandiu para outras áreas dando origem a um porto do tipo Indústria, também conhecido como “MIDAS (*Maritime Industrial Development Areas*)” (BARRETO; QUINTO JÚNIOR, 2012, p. 58). A EBX começou então a operar como se não houvesse crises no capitalismo e o que era porto se transformou em Super Porto do Açu⁷² com a seguinte configuração:

[...] dois terminais portuários, um *onshore* e outro *offshore*; exportação de granéis líquidos e sólidos; a chegada de um mineroduto de 524 km, com capacidade para 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano; um terminal do tipo *hub port* para contêineres; uma unidade de processamento de petróleo extraído na Bacia de Campos, com capacidade para mais de um milhão de barris/dia; a geração de 5400 MW^[73] a partir de termoeletricas, sendo 2100 MW a carvão e 3300 MW a gás; um estaleiro para construção de plataformas e apoio à exploração de petróleo *offshore*; duas siderúrgicas com a capacidade individual de mais de cinco milhões de toneladas ao ano; duas fábricas de cimento; um polo metal mecânico, para o qual se pretende atrair uma montadora de automóveis, entre outras (PESSANHA et al, 2014, p. 157).

⁷² Esse porto também passa a se chamar Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (Clipa), por se tratar de uma tipologia de porto indústria. Entretanto por uma questão de marketing, em ritmo ufanista, na imprensa e no material institucional eles utilizavam a denominação Super Porto do Açu.

⁷³ Esse valor é quase o dobro do que as três usinas nucleares Angra 1, 2 e 3 somadas produzirão potencialmente em sua plenitude.

O mineroduto geraria uma série de oportunidades sinérgicas em torno do minério de ferro. Pensando assim a EBX adquiriu uma jazida de carvão na Colômbia, de forma que na logística reversa do minério de ferro poderia vir carvão de onde eles viabilizariam duas siderúrgicas (Wisco e Ternium), além de duas cimenteiras (Votorantim e Camargo Correa) que utilizariam a escória de alto-forno das siderúrgicas como matéria prima básica. Além de destinar parte do carvão para gerar 2100 MW de energia.

Este arsenal já viabilizaria um porto do tipo indústria, porém a proximidade da Bacia de Campos se mostrava demasiadamente sedutora. Eike Batista, então, expandiu seu sonho para além do minério de ferro e passou a investir na *economia do petróleo* (PESSANHA, 2015b). Neste nicho, no entanto, ele criou as próprias empresas visando viabilizar a *tríade petróleo – porto – indústria naval* (PESSANHA, 2015b). Assim, ele cria a OGX para produzir petróleo e gás e a OSX para construir as próprias plataformas, entre outros aparatos *offshore*. Afinal, o Estado do Rio de Janeiro vinha se transformando num espaço privilegiado para essa economia desde a Nova Lei do Petróleo em 1997. A autossuficiência se realizando e a descoberta do Pré-Sal, anunciada em 2008, fortaleceram essa convicção de Eike Batista e seus sequazes.

Para além disso, a *economia dos royalties* (PESSANHA, 2015b) turbinava os orçamentos municipais de três dos quatro Caquis⁷⁴. Isso gerava boa parte das condições gerais de produção, sobretudo infraestruturas urbana e de serviços, necessárias à cidade capaz de absorver, com um mínimo de resiliência, os impactos demográficos de um MIDAs. Uma grande parcela dessas condições já se encontrava em Campos, especialmente em se tratando de um estoque de moradias na cidade consolidada. Desde que os *royalties* e as participações especiais do petróleo fizeram o orçamento de Campos saltar da faixa de R\$ 100 milhões no ano de 1997, para cerca de R\$ 1,5 bilhões em 2008 (PESSANHA, 2007), que a cidade se transformou, definitivamente, num paraíso dos proprietários rentistas de imóveis. Há vários rumores de que um número significativo desse estoque atende à lavagem de dinheiro drenado ilicitamente do orçamento municipal – como veremos em alguns depoimentos das fontes orais no capítulo 3.

Não pretendemos entrar na discussão de que Eike Batista teria cometido erros de gestão ou que a verdadeira intenção dele nunca foi construir esse império, já que não temos informações concretas sobre isso. Não há como negar, todavia, que a EBX teria sido, no mínimo, ingênua ao empreender uma jornada tão densa, de horizonte temporal de realização

⁷⁴ O município de São Francisco de Itabapoana, dados os critérios estabelecidos pelo IBGE, nunca foi considerado produtor, embora seus vizinhos ao norte (Presidente Kennedy – ES) e ao sul (São João da Barra – RJ) sejam. Na condição de município limítrofe, os valores dos royalties acabam sendo bastante inferiores aos recebidos pelos produtores.

longínquo, sobre bases econômicas globais tão fugazes. Não é crível que essa empresa não tivesse acesso a relatórios ou mesmo que não tenha cogitado contratar consultores com o conhecimento dos riscos que o mercado imobiliário norte-americano impunha à saúde financeira do sistema mundo moderno. A partir do ano de 2004 os juros já começavam a subir nos EUA e as carteiras de clientes *subprime* já assombravam a economia estadunidense. Não é admissível que empreendedores com um mínimo de prudência acreditassem num cenário futuro em que a China continuaria comprando *commodities* ainda que EUA e Europa estivessem com a economia em recessão. Era uma aposta de altíssimo risco, mas a impressão que se tem é que o risco estava em moda.

A crise de 2008 recrudescer e chega a China. Os projetos mais ousados da EBX começaram a claudicar. O parque siderúrgico global passou a apresentar ociosidade, em 2012 a siderúrgica chinesa Wuhan Iron & Steel (Wisco) anunciou a desistência de sua planta prevista na retroárea do Clipa (PAVANI; TEREZA, 2013). A Secretaria de Educação da PMSJB tinha até incluído o mandarim no currículo das escolas públicas municipais. No ano de 2013 é a vez da siderúrgica Ternium, do grupo ítalo-argentino Techint, anunciar sua desistência (PAVANI; TEREZA, 2013).

Este foi um golpe mais duro, uma vez que essa empresa já havia reservado uma área no Distrito Industrial de São João da Barra (Figura 5), na retroárea do porto e possuía equipes trabalhando na região no planejamento da contratação de mão de obra. Essas duas desistências fizeram ruir um castelo de cartas. Desmobilizaram as cimenteiras e a possibilidade de um polo metal mecânico.

Figura 5 – Placa de sinalização da siderúrgica Ternium.



Fonte: acervo pessoal

Na área de minério de ferro ficou só mesmo a exportação desta *commodity* pelo terminal T1. No ramo de energia, a MMX também enfrentava adversidades. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 2013 decidiu não credenciar usinas a carvão no leilão de compra de energia (PESSANHA, 2013a). Sem contar que trazer carvão da Colômbia, apenas para o projeto de energia, decididamente não era tão lucrativo quanto num contexto sinérgico de produção de mais de 10 milhões de toneladas de aço por ano. A região dos Caquis, porém, se ressentia de disponibilidade de energia, possui uma boa presença de rede de distribuição urbana, particularmente em Campos, contudo carece de fornecimento de potência e qualidade no que tange à distribuição em nível de exigência industrial. Para viabilizar um MIDAs seria necessário um aporte de produção de energia que dependia dessa termelétrica a carvão. Afinal, a termelétrica a gás estava mais distante da governabilidade da EBX.

A OGX também vinha sofrendo revezes. Os poços dos campos arrematados no leilão da ANP apresentavam uma produção muito abaixo do esperado, fazendo com que a OGX mergulhasse numa grave crise de inadimplência e entrasse em acordo de recuperação judicial em 2013 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Esse foi, sem dúvidas, o golpe mais duro na trajetória de *big shot* de Eike Batista. Afinal, foram as ações da OGX que o guindaram à

condição de maior fortuna brasileira no ranking da revista Forbes. O mercado passou então a ter certeza do que muitos já desconfiavam: a capacidade de produção em grande escala do grupo EBX não passava de uma grande bolha. Junto com a OGX sucumbiram a OSX e a promessa de produzir navios com transferência de tecnologia da empresa coreana Hyundai⁷⁵, além da termelétrica a gás de 3300 MW. Caiu então o outro pilar do Porto do Açu. Se o projeto siderúrgico havia perdido gigantismo o projeto petrolífero perdeu tudo que vislumbrou.

Paulatinamente Eike Batista vai abrindo mão da participação majoritária nas empresas X, já que seu nome se transformou em sinônimo de gestão temerária e mais que isso, havia uma séria desconfiança de que a EBX era produto de uma grande farsa. Dessa forma, o grupo de investimentos norte-americano EIG, que já era um dos grandes investidores do Porto do Açu, assumiu o controle do porto em outubro de 2013 (G1, 2013). Numa demonstração de que o clima era absolutamente outro, mudaram o nome da empresa de LLX para Prumo Logística, que passa a ser a *holding* que viria cuidar dos negócios do Porto do Açu. Um ano mais tarde esse porto faria o primeiro embarque de minério de ferro.

Na sequência dos fatos, em meados do ano de 2014, as acomodações da crise global atingiram de maneira especial o preço do barril de petróleo. O valor que em junho se encontrava na casa dos US\$ 112 começa a cair sem perspectiva de recuperação, “[...] o preço do barril de petróleo no mercado internacional segue um roteiro de queda que chegou ao mínimo de US\$ 48,42 em janeiro de 2015” (PESSANHA, 2015b, p. 9). Esse rearranjo de valor, que se encontrava extremamente inflacionado em função dos conflitos no Oriente Médio, incrementou a crise de caixa por que passava a Petrobras. Embora não tenhamos a pretensão de discutir os aspectos que envolveram e ainda envolvem a crise da Petrobras, dada a sua importância na região dos Caquis, não podemos deixar de registrar:

que grande parte da crise da Petrobras se deve ao seu endividamento em função da inflexão promovida a partir do Governo Lula e só interrompida com o episódio do impeachment da presidenta Dilma. Ora, se na ótica neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso essa estatal se encontrava em processo de sucateamento, desmonte e fragmentação, visando sua privatização, o viés desenvolvimentista dos governos petistas mudam radicalmente essa lógica de investimentos. Assim, coube a esses governos recuperar o ritmo de inversão na Petrobras que já existia, resgatando-a e abrindo novas frentes visando o interesse nacional. O investimento

⁷⁵ Eike Batista assegurava que construiria o Instituto Tecnológico Naval (ITN) que seria para a navegação brasileira o que representa o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) para a nossa aviação. Visando esse projeto afirmava ter assinado com a Hyundai um protocolo de transferência de tecnologia de produção naval.

no Pré-Sal e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), além da contratação de tecnologia naval *offshore* nacional, são exemplos disso;

que a descoberta do Pré-Sal colocou o Brasil na alça de mira norte-americana visando o controle do petróleo mundial. Quando o Pré-Sal faz do Brasil um candidato à Opep, mudaram a forma de ver nosso país. A denúncia de Edward Snowden de que a presidenta Dilma Rousseff e a Petrobras estavam entre os quatro alvos com correspondência digital mais violada no planeta é estarrecedora (SNOWDEN:... 2016). A operação Lava Jato processando seletivamente de forma a esquartejar a engenharia brasileira também é sintomática. Não que defendamos as práticas abomináveis utilizadas por essas empreiteiras, em se tratando de garantir suas participações na venda de serviços ao Estado brasileiro, contudo há que se notar algo de estranho na forma como se deu a apuração. Por que será que a Polícia e a Justiça federais levaram tanto tempo para descobrir as “caixinhas” alimentadas pelas empreiteiras brasileiras? Será que não é possível punir os executivos corruptos da empreiteira sem dilapidar a empresa? Essas e outras perguntas precisam ser respondidas;

que o desenvolvimento da tecnologia de produção de óleo e gás de xisto por fratura hidráulica da rocha matrerial, apesar de rudimentar e provocar sérios danos ao ambiente e à saúde humana, causou impactos profundos no mercado do petróleo. A produção do *shale gas* próxima dos cinco milhões de barris/dia nos EUA foi fundamental para a queda vertiginosa do preço da *commodity* petróleo;

que a queda de braço em torno da geopolítica do petróleo e gás, envolvendo Rússia; EUA e Opep (Arábia Saudita, Irã e Venezuela, principalmente) fez o preço do petróleo baixar a patamares bem aquém dos históricos US\$ 50/60 (PESSANHA, 2015b) e

que os valores dos *royalties* e participações especiais despencaram, junto com o preço do barril de petróleo, deixando algumas prefeituras petrorrentistas, sobretudo a PMCG – talvez a mais dependente das rendas petrolíferas – em situação fiscal precária.

1.4 Trocando sacos por barris – da inconstância da monocultura à maldição dos recursos naturais⁷⁶

É interessante observar que nem tudo é só desdita no Porto do Açu e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento dos Caquis. A crise nacional e da nossa estatal petroleira, de

⁷⁶ “[...] a “maldição dos recursos naturais” e a “doença holandesa”, [encontram-se] vinculados à excessiva dependência da exploração de recursos naturais e de poucos produtos” (CRUZ, 2016, p. 59).

maneira indireta, acabaram promovendo uma injeção extra de recursos no Porto do Açú. Quando a expectativa de investimentos no país começou a cair em 2015 uma série de projetos de infraestrutura sofreu solução de continuidade.

Um desses projetos é o terminal portuário de apoio *offshore* de Barra do Furado, no limite entre Campos e Quissamã (Figura 6). Este projeto, segundo o arquiteto e ex-secretário de obras da PMCG, José Luís Maciel Puglia (um dos 26 entrevistados nesta pesquisa), surgiu em tratativas da equipe do prefeito Carlos Alberto Campista com empresas *offshore* no ano de 2005. Ao perceberem a necessidade de novos portos no Brasil; a demanda não atendida das empresas de petróleo operando na Bacia de Campos e a existência de um canal de características deltaicas no limite entre os municípios de Campos e Quissamã, alguns estaleiros se interessaram pelo projeto.

Figura 6 – Maquete eletrônica do Terminal de Barra do Furado.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

A proposta inicial previa 490 mil m² de área com potencial de atracação de 10 embarcações; um estaleiro da BR Offshore de 115 mil m², dotado de elevadores com capacidade para retirar da água embarcações de seis mil toneladas e um dique seco; além da possibilidade

de atração de mais cinco ou seis empresas e uma Zona Especial de Negócios (ZEN) alfandegada e com alto índice de isenção fiscal (OSCAR PIRES, 2012).

Uma empresa atraída para atuar como âncora nesse terminal de apoio *offshore* foi a Edison Chouest Offshore (ECO), uma vez que ela já possui instalações semelhantes no Golfo do México – EUA. Esse projeto seria financiado pelos governos federal, estadual e dos municípios de Campos e Quissamã. Com a crise fiscal do Estado e dos *royalties*, o terminal portuário de Barra do Furado, que pouco evoluíra para além do papel, perdeu definitivamente suas fontes de financiamento. Em abril de 2014, porém, ele já teria recebido seu primeiro duro golpe quando a ECO desistiu do compasso de espera deste projeto e assinou um contrato de implantação do seu terminal *offshore* com a Prumo Logística, no Porto do Açú (PRUMO LOGÍSTICA GLOBAL, 2014). Essa decisão da ECO se por um lado matou o terminal de Barra do Furado, por outro acabou ressuscitando a vertente petrolífera do Porto do Açú. A ECO não só se dirigiu ao Açú como ampliou seu projeto inicial de instalação em Barra do Furado. Segundo informações dessa própria empresa, eles estariam construindo no Porto do Açú o maior terminal portuário *offshore* de todo mundo (CAMPOS 24 HORAS, 2015). As obras de adaptação do Canal das Flechas não só estavam longe de deslanchar como também não representavam nem de perto o que a Prumo tinha a oferecer.

Ora, a ECO possuía a demanda e a Prumo detinha uma grande área ociosa de cais para locação. Em 2015, um ano depois de ter assinado um contrato com a Prumo, a ECO exerceu seu direito de opção por ampliar sua área e definiu seu espaço no terminal *onshore* do Porto do Açú (T2) com mais de 1000 metros lineares de cais; quase 600 mil m² de área; 15 berços – sendo seis exclusivos para a Petrobras (PESSANHA, 2014) e um estaleiro para reparo de suas embarcações *offshore* com possibilidade de ser utilizado por terceiros no futuro. Toda essa estrutura teria um potencial para atender a 10.800 embarcações por ano (CAMPOS 24 HORAS, 2015). Ao reservar seis berços para a petroleira nacional, a ECO replica no Açú um espaço equivalente ao que a Petrobras já possui na Praia de Imbetiba em Macaé (Figura 7).

Figura 7 – Terminal portuário da Petrobras na Praia de Imbetiba em Macaé.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

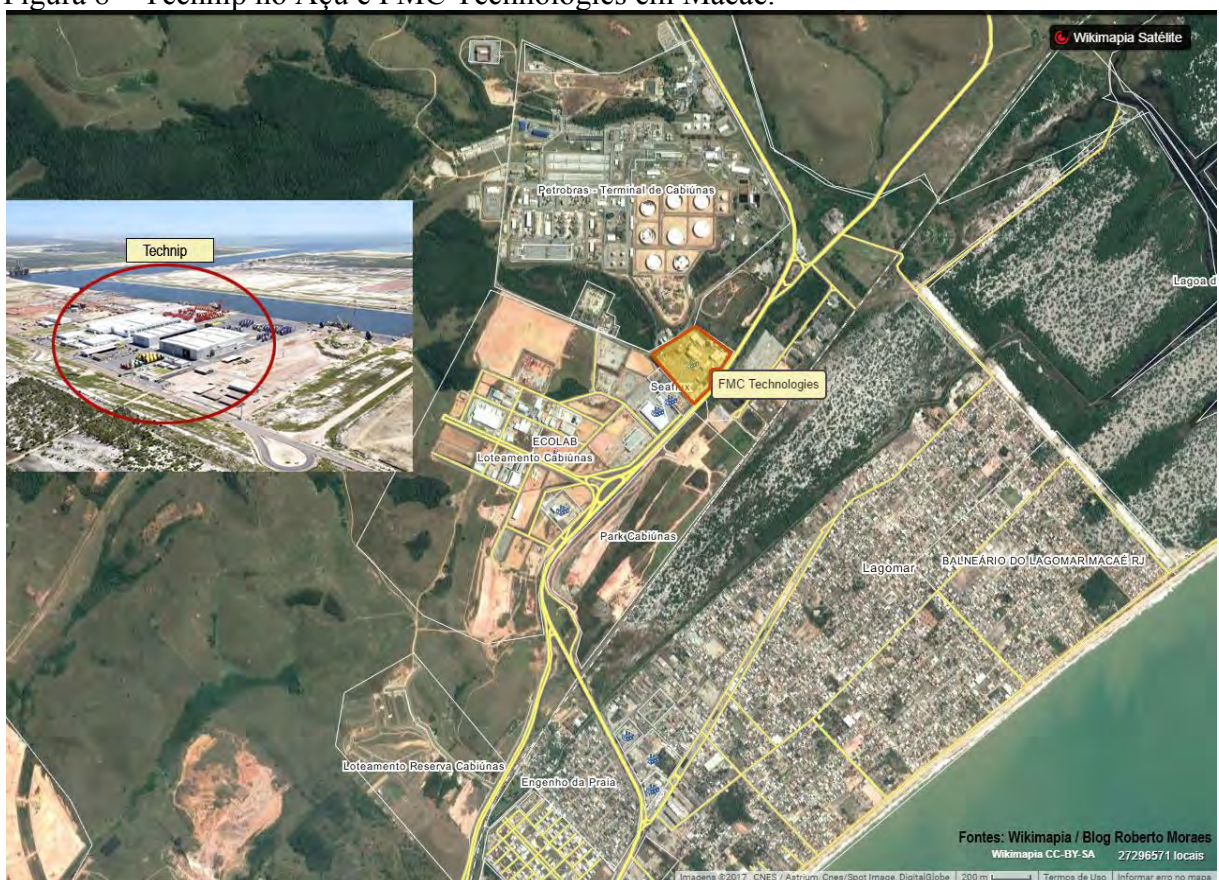
Isso significa dobrar a capacidade de atendimento a embarcações *offshore* da Petrobras na região. Ao fechar contrato com a Petrobras, a ECO se viabilizou definitivamente na Bacia de Campos e, principalmente, no Pré-Sal. Segundo Ricardo Chagas, executivo da ECO, esse contrato fez com que houvesse um aumento significativo da procura por empresas internacionais interessadas no terminal T2 do Porto do Açú. Esses movimentos em direção ao Porto do Açú, por intermédio da ECO, somados a outros interesses e concretizações, começaram a constituir um *cluster* de petróleo e gás na retroárea deste porto. Além da ECO, e também devido a ela, podemos citar alguns outros exemplos:

- a *joint venture* Repsol Sinopec, hispano-chinesa, que pretende utilizar o Porto do Açú para seu projeto futuro de uma planta de liquefação de gás natural extraído de suas jazidas na Bacia de Campos (ABEGÁS, 2015; PESSANHA, 2015c);
- a utilização do terminal *offshore* (T1) pela BG, adquirida em 2015 pela Shell por US\$ 70 bilhões e considerada uma das gigantes do Pré-Sal (G1, 2015), que

assinou um contrato de 20 anos com a Prumo para transbordo de petróleo no Porto do Açu (CAMPOS 24 HORAS, 2015) e

- a fusão da francesa Technip com a norte-americana FMC Technologies (RODRIGO CINTRA, 2017; PESSANHA, 2016) – que está deslocando parte de sua planta industrial de Macaé para o Porto do Açu – em virtude da disponibilidade portuária que a Technip possui no Açu, enquanto a FMC não tem essa vantagem locacional em Macaé (MARINS, 2016) (Figura 8).

Figura 8 – Technip no Açu e FMC Technologies em Macaé.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Essas intenções e iniciativas são demonstrações cabais de que a economia do petróleo desloca seu centro de gravidade em direção aos Caquis, atraída pelas virtudes logísticas do Porto do Açu. Não há como deixar de perceber também, que o delírio de Eike Batista acelerou a construção do Porto do Açu e acabou salvando a região dos Caquis de um futuro sombrio sem cana-de-açúcar; sem petróleo, que rumava para o Pré-Sal da Bacia de Santos, e sem os *royalties* do Pós-Sal que não devem durar, seja por normatização ou mesmo pela extinção das jazidas que não tardam. Para os Caquis essa segunda solução, ou seja, o deslocamento da economia do petróleo em sua direção, ainda que por linhas tortas e praticamente sem planejamento nenhum,

é melhor que a promessa da grande petroleira OGX. Mesmo porque agora há diversidade de empresas e a OGX punha todos os ovos numa única cesta.

O que se pretendia neste capítulo era uma abordagem que nos permitisse investigar um quadro geral das mediações presentes no âmbito da economia política contemporânea. Ou seja, desvendar, mesmo que carecendo de profundidade, alguns aspectos das estratégias cruzadas de regulação (fordismo – keynesianismo X toyotismo – neoliberalismo) que se elaboraram ao longo dos últimos 100 anos, pelo menos. Tais estratégias visam garantir a acumulação de capital, com uma relativa perda de centralidade da produção industrial, ao longo do tempo, e produzem alguns importantes desdobramentos. Entendemos por desdobramentos, além do padrão de urbanização, que abordaremos no capítulo a seguir, o crédito e o mercado financeiro, por exemplo, que, embora não sejam atividades industriais, gravitam dialeticamente em torno da indústria hodierna e dela se valem para se manter, assegurando por sua vez, a manutenção da produção e consumo de bens manufaturados. Enfim, pretendemos observar como esses fenômenos confirmam a Teoria do Sistema Mundo Moderno e chegam a distantes rincões nacionais, entre eles os Caquis, para adquirir *commodities* a preço vil e vender inovação a peso de ouro (negro).

2 UM SÉCULO DE CIDADE – URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PÚBLICO NOS CAQUIS

2.1 A modernidade e suas cidades

A modernidade, sobretudo na sua fase exacerbada, a partir da segunda metade do século XX – também chamada pós-modernidade (HARVEY, 2001), conforma um perfil político-econômico, da Europa em direção aos países periféricos. Essa corrida seria própria da sobrevivência do modo de produção capitalista, que persegue formas de maximizar a acumulação e configura um processo econômico que é sistêmico e global, sob uma ótica desigual denominada, por Immanuel Wallerstein (2007), universalismo europeu.

O modo de produção capitalista, inicialmente, baseia a sua materialidade em unidades fabris, que produzem manufaturas e provocam a urbanização à sua volta⁷⁷. Com a intensificação deste processo as cidades que surgem vão se tornando densas e os problemas urbanos se multiplicam em quantidade, amplitude e complexidade. Impõe-se, então, a necessidade de se regular e organizar a ocupação e uso do solo urbano. Os modelos vão sendo pensados, se submetendo e sucumbindo aos diversos patamares de variação de intensidade da chamada modernidade, que evolui no tempo e que apresenta, contudo, descontinuidade no espaço.

As modificações no espaço urbano deixam perplexos cidadãos e ocupam uma plêiade de pesquisadores. Tais mudanças, entretanto, não parecem ser motivos de preocupação para aqueles que têm o poder de mudar a trajetória do “[...] ‘universalismo europeu’ [...] rumo a um universalismo genuíno, que chamo de ‘universalismo universal’” (WALLERSTEIN, 2007, p. 27).

Este capítulo tem como objetivo investigar como a democracia liberal, subjacente a esse universalismo europeu, vem difundindo meias verdades incorporadas em teses de economia política, que o senso comum aquiesce sem muito criticar, bem como os impactos destas versões de universalização das oportunidades na constituição da cidade contemporânea. Debateremos como o modo de produção capitalista imprime a morfologia da urbanização, segundo seus interesses de acumulação, e como se produzem planos e políticas públicas no afã de regular a

⁷⁷ “Temos a nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (LEFEBVRE, 2008, p. 16, grifos originais).

trajetória do capital e organizar a cidade. Finalizando, veremos como cada uma dessas propostas se reproduz no Brasil, particularmente nos Caquis, mediante as concessões da divisão internacional do trabalho e intervenções da classe dirigente local.

2.1.1 Modernidade, industrialização e urbanização

A burguesia é a grande beneficiária do modelo produtivo que emerge com a modernidade. Afinal, é o seu capital acumulado, ainda sob o modo de produção feudal, que permite os investimentos nessa nova lógica de produção. Theotonio dos Santos, entretanto, nos adverte para o papel do Estado nacional na acumulação primitiva e na viabilização de um sistema capitalista.

Se o Estado holandês não exerceu diretamente funções produtivas, ele teve, contudo, um importante papel na organização das finanças e das condições comerciais da expansão holandesa. Mais ativo ainda foi o Estado inglês na criação da acumulação primitiva que permitiu o surgimento do capitalismo como um novo modo de produção. O Estado francês organizou diretamente as manufaturas que deram origem às indústrias modernas. Foi o tão criticado mercantilismo que criou as condições de existência do seu inimigo: o Liberalismo (DOS SANTOS, 2014a, *online*).

É desta forma, então, que a burguesia migra para a era moderna, como proprietária dos meios de produção e, conseqüentemente, como classe dominante. A organização da indústria, sob o comando do capital, aniquila as regras rígidas das corporações medievais, dando origem ao homem “livre” para vender sua força de trabalho às fábricas em intenso processo de modernização.

Todo esse movimento não seria possível não fosse a emergência da doutrina política liberal, introduzida subliminarmente pelas revoluções burguesas, que sob a égide de ideais de liberdade, redesenha as entranhas e fisionomia do poder. A aristocracia teocrática dá lugar à burguesia cujos sustentáculos de domínio se dão pela exclusividade dos estoques de capital, informação, conhecimento e pela capacidade tecnológica de produção e reprodução deste, malgrado o discurso universalista. Os desdobramentos pós-jacobinos das revoluções burguesas – que Gramsci chamou de guerra de posição (LIGUORI; VOZA, 2017) – formulam o marco legal, o ideário ético e o tecido social que legitimam e mantêm essa nova ordem mundial.

O Século XVIII avança e com ele a avidez por acumulação incrementada pela inovação. A produtividade crescente da indústria, que nasce, aumenta a demanda por matérias primas, por

um lado, e provoca a saturação do mercado consumidor próximo, por outro. A diversidade de produtos é também outro fator que pressiona e faz crescer a firma no modo de produção capitalista. A busca por mercados globais é uma necessidade inexorável. É preciso adquirir insumos e matérias primas, além de vender a produção excedente e isso se dá num processo de subordinação das nações menos desenvolvidas. Essa, em tese, é a gênese do sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 2007).

Neste momento a lógica capitalista, ainda que carecesse de ubiquidade, já apresentava uma tendência globalizante. Isto porque, apesar de intensiva na produção, a acumulação se mostrava extensiva no desenho do mercado consumidor. Ou seja, se por um lado há uma sobrevalorização da localização da matriz produtiva, na tentativa de atingir escalas cada vez maiores, por outro lado, é preciso correr mundo, na bagagem do caixeiro viajante, para não cair na velha armadilha da crise devido à superprodução. Se acumular é uma lei, negociar a produção excedente é extrema necessidade para a saúde do processo de acumulação.

A percepção deste quadro talvez tenha sido um dos fatores que fez com que Marx e Engels vislumbrassem um dos aspectos basilares da sobrevivência do capital a ponto de conclamarem: “Proletário de todos países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 1998, p. 41). Ora, se a estratégia de sobrevivência do capital é global, a arena da luta contra-hegemônica não pode se circunscrever exclusivamente ao âmbito local.

Ao final do Século XIX e início do Século XX uma série de fenômenos, sobretudo advindos das inovações no campo da tecnologia, faz aprofundar a revolução industrial, consolida o modo de produção capitalista e acelera a corrida pela globalização dos mercados. Como já vimos anteriormente, esse elenco de fenômenos, que os historiadores chamam de segunda revolução industrial, introduz ganhos de produtividade extremamente significativos (CASTELLS, 2003); (DOS SANTOS, 2014a). A concentração demográfica junto das fábricas, propiciando o surgimento de uma cidade na sua vizinhança, é um ponto a se destacar na constituição do espaço urbano-industrial (CAPEL, 2002) que produz, sustenta e se alimenta desse ambiente que Bauman (2001) chamou de modernidade sólida. A cidade que surge traz junto dela as mazelas urbanas.

Assim, algumas cidades dos países centrais, por força da atividade industrial, se viram tomadas por um crescimento demográfico descontrolado e pelas consequências da combinação desse fenômeno com as externalidades negativas da produção industrial. Não bastasse o ambiente hostil no interior da fábrica, para além dela já se manifestavam toda sorte de problemas que afligem as atuais metrópoles, sobretudo de países periféricos. Falta de

mobilidade urbana; saneamento deficiente; déficit habitacional; indigência e inexistência de proteção social; acúmulo de lixo; poluição das águas e do ar etc.

Uma série de urbanistas de militância – uma vez que, na sua maioria, ainda não eram especialistas – começa a surgir com propostas de utopia de cidade. Robert Owen (1771), Charles Fourier (1772), Ildefonso Cerdá (1815), Ebenezer Howard (1850), Patrick Geddes (1854) e Tony Garnier (1869), são alguns dos estudiosos que formularam modelos urbanísticos nesse período que consideramos importante destacar. É interessante observar que havia em comum, entre esses pioneiros do pensamento urbanista, a influência, pelo menos, do socialismo utópico ou mesmo do movimento anarquista⁷⁸.

Cada um, a sua maneira, deixa como contribuição uma utopia de cidade para o futuro.

- **Robert Owen** introduz as cooperativas de consumo para os trabalhadores, a redução das jornadas de trabalho industrial e a habitação popular;
- **Charles Fourier**, além de ser também um dos pensadores do cooperativismo propõe um modelo de comunidade alternativa à sociedade burguesa, conhecida como Falanstério. Segundo Choay, Engels teria dito que Fourier desvendou “[...] sem piedade a miséria material e moral do mundo burguês” (CHOAY, 2003, p. 67);
- **Ildefonso Cerdá** é considerado um dos fundadores do urbanismo moderno, ao escrever a Teoria Geral da Urbanização em 1867. Cerdá seria, ainda, o responsável por cunhar o termo urbanização. O seu plano para Barcelona envolve a preocupação com aspectos higienistas, porém introduz a hierarquização de ruas e avenidas – criando o conceito de intervias – o que facilitaria a mobilidade urbana. Sua concepção de cidade se baseia na bipolaridade existente entre “repouso [habitação] e movimento [circulação]”, que segundo Célia Gonsales, “[...] hoje mais do que nunca continuam sendo os dois polos operacionais do urbanismo [...]” (GONSALES, 2005, p. 4);
- elementos morfológicos da Cidade Jardim, de **Ebenezer Howard**, estão presentes em desenhos de inúmeras cidades contemporâneas, em particular nos subúrbios norte-americanos;

⁷⁸ Isso talvez porque Marx e Engels, nesse momento, se ocupassem mais em pensar o espaço global, enquanto anarquistas e socialistas utópicos se detivessem mais no que os olhos veem – o local. Por isso Françoise Choay (2003) considera a versão de cidade de Marx e Engels de “urbanismo sem modelo”. Para ela “Marx e, mais explicitamente, Engels criticam as grandes cidades industriais contemporâneas sem recorrer ao mito da desordem, nem propor sua contrapartida, o modelo de cidade futura” (CHOAY, 2003, p. 15). Afinal, propor um modelo de cidade industrial talvez fosse uma tarefa para depois da revolução.

- **Patrick Geddes** é um dos pioneiros no debate sobre desenvolvimento regional;
- o pensamento de **Tony Garnier** inspirou o urbanismo racionalista da Carta de Atenas que notabilizou boa parte da obra de Le Corbusier, além dos positivistas Alfred Agache e Saturnino de Brito com vários projetos no Brasil, particularmente nos Caquis, personagens com espaço dedicado ainda neste capítulo.

À exceção de Garnier, que era arquiteto, e Cerdá, que era engenheiro, os outros citados, não eram especialistas em urbanismo e, por isso, seriam utopistas e não realizadores. Desta forma, se enquadrariam melhor no que Françoise Choay (2003) denominou pré-urbanismo. De fato, cada um deles ultrapassou a sua fronteira profissional e, numa postura ativista e generosa, se propôs a pensar soluções para problemas que eram de todos e que careciam de especialistas até então.

Sendo assim, na condição de ativistas estariam mais preocupados em transformar o modelo produtivo que propriamente em conceber uma nova forma urbana. É importante destacar três aspectos comuns nas propostas desses urbanistas pioneiros:

Em primeiro lugar vale evidenciar que as diversas propostas, com exceção de Cerdá, possuíam um conteúdo visivelmente contra-hegemônico. São formulações, no mínimo, humanistas e, na sua maioria, inspiradas em doutrinas de esquerda, tendo a luta de classes como *hard core* da concepção;

Com maior ou menor influência na formulação, há entre eles a busca comum por um modelo higienista. Afinal, naquele tempo, a salubridade dos assentamentos humanos seria motivo de grande preocupação, haja vista os problemas de saúde pública provenientes de habitações inadequadas e no saneamento ambiental insuficiente;

O terceiro aspecto diz respeito à capacidade que tem o capitalismo de se apropriar de qualquer coisa que surja, transformando-a em mais uma mercadoria e instrumento de acumulação. Sendo assim, elementos dos modelos de desenho urbano de: Howard; Geddes; Garnier; Owen e até da cidade moderna de Le Corbusier, por mais que tenham caráter libertário, aparecem, ainda hoje, como pretensas virtudes da cidade visando estimular a especulação imobiliária e o rentismo fundiário urbano. Nada passa incólume à máquina de produzir valor de troca. Os subúrbios norte-americanos de Robert Moses⁷⁹ e a cidade moderna do pós-guerra,

⁷⁹ Robert Moses foi um engenheiro e construtor estadunidense que, em meados do século XX, projetou, entre outros ícones urbanos, os subúrbios norte-americanos, sobretudo de Nova York, abrindo caminho para dependência do automóvel, além de promover a consolidação do urbanismo *sprawl* como modelo ideal de moradia do *American way of life*.

transformada em plataforma de produção e palco do consumo da indústria de massa fordista, são dois exemplos irrefutáveis que sustentam essa argumentação.

Enquanto no Velho Mundo fervilhavam ideias mais identificadas com ideologias contra-hegemônicas, segundo Teresa Peixoto Faria (2003, p. 19), o planejamento urbano do Brasil seguia uma racionalidade técnica exacerbada, de natureza positivista, bastante identificada com os ideais da república que nascia. Sob o signo da ideologia da “ordem e do progresso”, o urbanismo brasileiro, da virada do século XX, se mostrava marcadamente higienista, comandado por uma tecnocracia dominada por médicos e engenheiros.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, havia uma preocupação, por parte da classe dominante, com o descompasso entre o dinamismo da economia local e o desmazelo sanitário em que se dava a sua urbanização (ALVES, 2009). É justamente nesse período, contemporâneo da maioria dos urbanistas europeus citados, e com uma trajetória de vida que o leva ao urbanismo higienista, que se destaca no Brasil o engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito.

Nascido em Campos, em 1864, cursou até o secundário no, então tradicional, Colégio São Salvador. Em 1881, Brito ingressa na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Formado, como era comum à sua geração, vai trabalhar como engenheiro ferroviário até ser convidado a participar de um projeto de construção de uma rede de esgotos em Piracicaba, São Paulo, em 1893. “Iniciava-se, então, sua vida como engenheiro sanitaria-urbanista, atividade em que conseguiu destacar-se de forma exemplar” (ALVES, 2009, p. 91).

Desde então, até o ano de 1929, quando veio a falecer trabalhando em Pelotas – RS, são poucos os projetos de porte considerável, envolvendo planejamento urbano e saneamento, no Brasil, que não tiveram alguma participação de Saturnino de Brito. Vejamos alguns exemplos:

- entre 1894 e 1895 – integrou a comissão que construiu a cidade de Belo Horizonte;
- em 1905 – elaborou um plano de recuperação estética para a cidade de Niterói;
- ainda em 1905 chefiou a comissão de saneamento de Santos e em 1909 a de Recife;
- em 1913 organizou o sistema de esgotos da cidade de João Pessoa, na época Paraíba do Norte;
- no mesmo ano de 1913 foi convidado a elaborar o plano geral de abastecimento de água da cidade de São Paulo;

- entre 1914 e 1924 elaborou planos de saneamento para cerca de uma dezena de cidades do Rio Grande do Sul, além de Curitiba e Uberaba;
- entre 1915 e 1917 fez projetos de saneamento para Juiz de Fora;
- entre 1921 e 1923 elaborou e executou obras de saneamento na lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro;
- ainda em 1923 projetou o sistema de abastecimento de água da cidade de Aracaju, obra que se estendeu até 1926;
- em 1924 elaborou um plano de destaque para contenção das inundações do Rio Tietê, nas várzeas paulistanas, que foi preterido 10 anos depois em favor do projeto de construção das avenidas marginais, de autoria do engenheiro Prestes Maia.

Em 1901, ao raiar do século XX, o médico, integrante da Associação Comercial de Campos – Benedito Pereira Nunes –, logo após tomar posse na presidência da Câmara Municipal⁸⁰, convidou Brito para elaborar um plano de urbanização, contenção de inundações e saneamento da sua cidade natal.

Imbuído de um discurso modernizador, imagem típica das representações ideológicas do início do século [XX], o positivismo, o renomado médico [Benedito Pereira Nunes] vislumbrou uma luta entre dois campos; a cidade atrasada, suja e doente e a cidade civilizada, marcada pelos ícones do progresso – a higiene e o sanitarismo (ALVES, 2009, p. 100).

Saturnino de Brito estudou o ambiente geomorfológico de Campos e os planos urbanísticos pré-existentes. Formulou correções para as propostas do plano de 1842, do engenheiro Amélio Pralon que reputou muito geométrico, uma vez que este desconsiderou os aspectos topográficos locais, bem como os ciclos das águas que ali corriam. Reconheceu as limitações de extensão e volume do sistema de água e esgoto implantado pela companhia inglesa *The Campos Syndicate* em 1888, elaborando então um plano urbanístico múltiplo e integrado para a cidade.

A sua proposta levava em consideração os problemas existentes e pensava uma cidade que anteviesse respostas para o seu crescimento. Na verdade, “[...] é o primeiro projeto de urbanização visando a cidade no seu conjunto, propondo uma intervenção, em um tecido urbano

⁸⁰ Neste momento político brasileiro, as câmaras de vereadores acumulavam as funções executivas e legislativas. O presidente da Câmara de vereadores, denominado Intendente, era o responsável pelo poder executivo municipal. O primeiro prefeito de Campos viria a ser o advogado Manoel Rodrigues Peixoto, nomeado pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro – o campista Nilo Peçanha – em 1904, três anos depois da posse de Benedito Pereira Nunes na Intendência de Campos (CORDEIRO, 2010).

em pleno processo de expansão, o que era uma novidade no urbanismo brasileiro recente” (FARIA, 2003, p. 25). Brito introduziu elementos estruturais e estéticos do urbanismo moderno ao repensar a largura das vias e projetar novas e grandes avenidas em harmonia com o caminho das águas e os vetores de expansão da cidade. Propôs um sistema complexo e eficiente de micro e macrodrenagem, além de proteção contra enchentes. Projetou um novo matadouro e mercado municipal. Redimensionou e requalificou o abastecimento de água, a coleta de esgoto e a disposição do lixo. Procurou respostas, inclusive, para a habitação popular.

No que obste a reconhecida excelência do plano de Saturnino de Brito, as respostas dos gestores não foram à sua altura. Pouca coisa do que ele projetou foi executada. No mês de dezembro de 1903 ele segue, então, para a capital federal onde assume o cargo de fiscal do governo central nas obras de saneamento executadas pela companhia *City Improvements* (SUMMARIO, 1903). Desta forma, os campistas, sobretudo a população mais pobre, continuam sofrendo as consequências de uma urbanização rápida e sem contrapartidas no que concerne à gestão da cidade.

Como se fosse um castigo, a grande enchente de 1906, ao assolar uma cidade que não procurou executar os planos previstos por Brito, destruiu cerca de duas centenas e meia de construções. Só o centro da cidade foi poupado. Em ato contínuo sobreveio uma série de epidemias. O descontentamento era grande, atingiu a classe dominante e passou a se manifestar diariamente nos jornais. Formou-se uma espécie de consenso que considerava a cidade colonial como sendo a responsável pelas mazelas campistas (FARIA, 2003).

As obras de Brito foram retomadas, porém o seu ritmo só atingiu um patamar satisfatório, segundo Alberto Lopes (1988), quando, em 1913, foi criado o imposto sobre a exportação de açúcar. Em cinco de novembro de 1916 foi inaugurado um obelisco como marco dessas obras. A Figura 9 mostra o descerramento da placa de comemoração dos 100 anos deste obelisco (PARAÍBA, 2016).

Figura 9 – Obelisco.

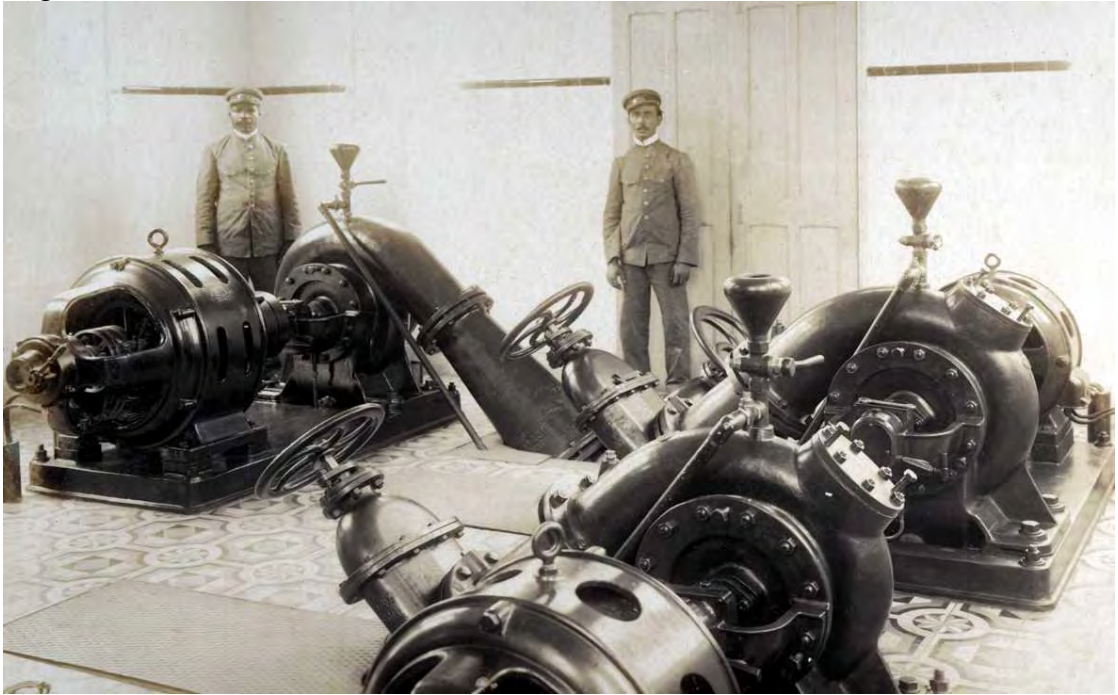


Fonte: PARAÍBA, 2016

Uma fartura de receitas públicas que só os *royalties* do petróleo do Século XXI devem ter superado. A partir de então, constroem-se: o novo mercado municipal; o matadouro modelo; a extensão das redes de água e esgoto; o triturador de lixo (Figuras 10 e 11); promove-se o

calçamento de ruas etc. Esse ciclo virtuoso culmina com a implantação dos bondes elétricos em 1916 (Figura 12).

Figura 10 – Casa de Bombas.



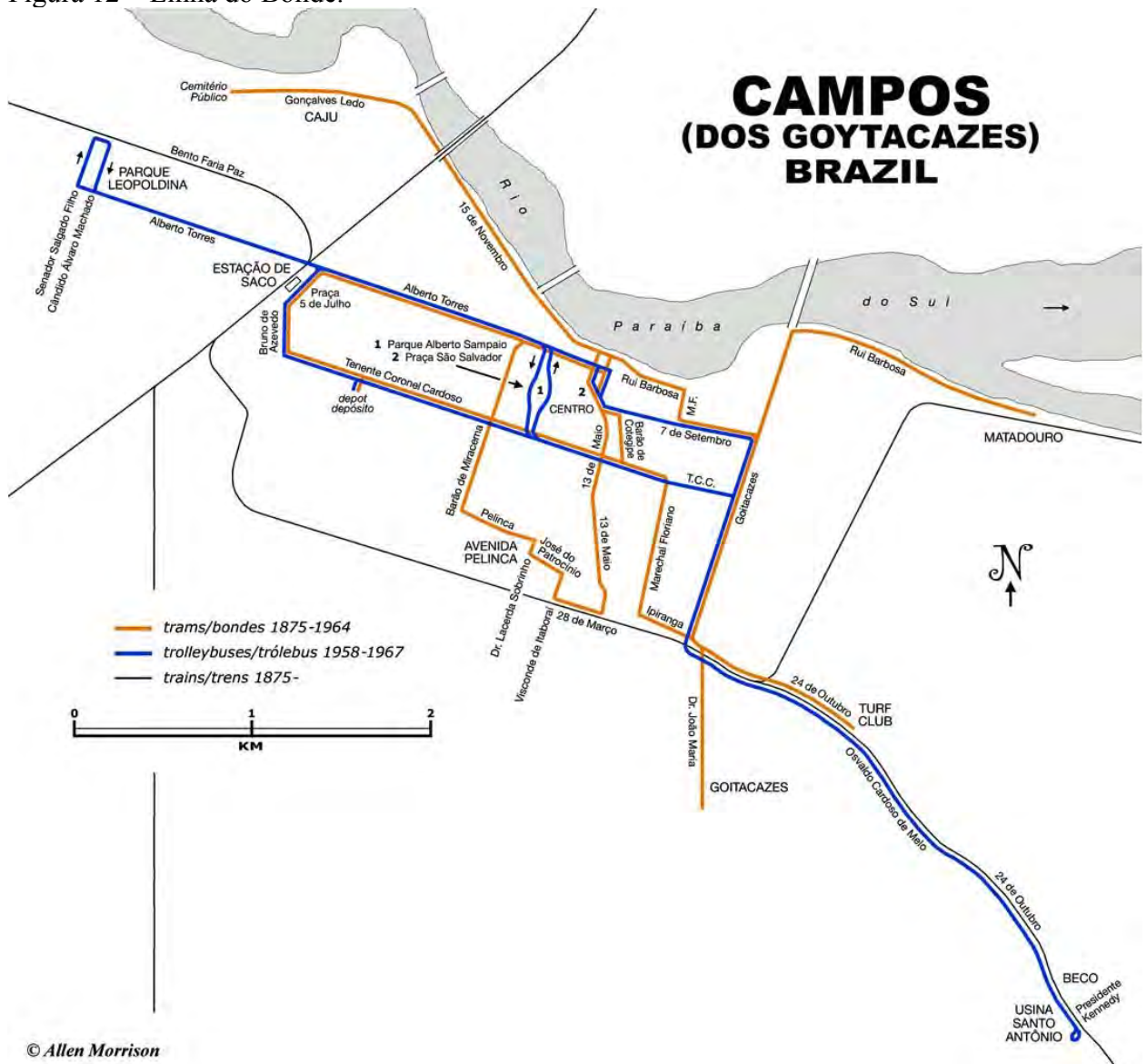
Fonte: PARAÍBA, 2016

Figura 11 – Estação Elevatória Central de Esgoto.



Fonte: PARAÍBA, 2016

Figura 12 – Linha do Bonde.



Fonte: MORRISON, 2013

Campos encontra, então, o caminho de se tornar uma cidade com um nível de modernização a altura do dinamismo da sua indústria canavieira e da autoestima de sua classe dominante. “O espelho do Brasil”⁸¹ materializava na economia e na gestão urbana aspectos do movimento que viriam se manifestar politicamente na Revolução de 1930. Embora nos corações e mentes da classe dominante campista calasse fundo o conservadorismo oligarca nacional.

⁸¹ A codinome Espelho do Brasil foi cunhado pelo presidente Getúlio Vargas para se referir a Campos como um ícone e exemplo do movimento revolucionário de 1930, em discurso proferido nessa cidade, na sua segunda visita a ela, no ano de 1943 (ALVES, 2011).

2.1.2 A cidade moderna é fordista, é fordista e é fordista...

Nos estertores do Século XIX, onde havia indústria de manufatura, o taylorismo-fordismo introduziu a racionalidade científica moderna dos iluministas na gestão da produção. Esses valores começam a impregnar, para o bem e para o mal, a vida do cidadão de forma inexorável. Afinal, o morador da cidade era, basicamente, operário, além de potencial consumidor da mercadoria produzida pela indústria.

Não há como negar um incremento na renda do trabalhador se comparado ao período pré-moderno, além de uma diminuição indiscutível do custo de varejo dos produtos. Sem contar no conforto proveniente do acesso a um cardápio de mercadorias até então inexistentes. Mesmo que a melhoria de renda fosse razoável, é inevitável constatar que tais ganhos se dão no âmbito de uma espécie de servidão moderna. Ao capital interessa que o trabalhador tenha poder de consumo. Em tese essa seria a vacina contra os surtos de superprodução. O poder de sedução exercido sobre o operário se dá pela remuneração da indústria, independentemente das condições de trabalho.

A liberdade de vender a força de trabalho é, no mínimo, bastante relativa e as condições sob as quais se dão essa negociação são quase sempre aviltantes para quem vende, sobretudo em se tratando dos efeitos deletérios na saúde (física e mental) do trabalhador. Há ônus laborais que nunca serão remunerados, além de prejuízos impossíveis de serem compensados. Sem contar que, via de regra, paga-se um preço muito alto pela fartura de opções de consumo.

A democracia liberal, mortas as ilusões, é pautada pelos interesses do capital e por mais que surjam críticos com alternativas de mudança, a repressão do Estado e a propaganda ideológica garantem a reprodução do modelo vigente – o que Harvey (2013; 2014) chamou de construção do consentimento.

A modernidade segue esse rumo de economia *laissez faire*, contando que a mão invisível do mercado, vislumbrada por Adam Smith, tudo resolveria. Deixa estar que o ovo da serpente estava prestes a eclodir. Como vimos no capítulo anterior, o imperialismo liderado pela Grã-Bretanha promove um padrão de divisão internacional do trabalho que subjuga as nações periféricas em busca de matéria prima e novos mercados, além de fazê-lo em detrimento dos chamados Impérios Centrais europeus. Tudo isso num contexto de capitalismo desregulado, já que a mão invisível do mercado parece estar eternamente algemada.

A tensão se torna incontornável e a Primeira Grande Guerra inevitável. Para Hobsbawm (2006) a Primeira e a Segunda Grandes Guerras são, na verdade, dois soluços beligerantes de 31 anos de um mesmo conjunto de conflitos. O primeiro deles com início em 1914. A rigor, o que estava em jogo era o embate entre os impérios europeus na disputa pela subordinação da periferia global⁸². Não é por acaso que vamos encontrar bem no meio deste intervalo de tempo a deflagração da crise de 1929⁸³, a Grande Depressão que para Hobsbawm (2006) perdura até 1939, pelo menos, fechando o terceiro ciclo de Kondratiev da história do modo de produção capitalista (BEINSTEIN, 2009).

Subjacente a este cenário de guerras mundiais, há um evidente descontrole do capitalismo que desarticula as economias internas levando os Estados nacionais a cometer desatinos na política internacional, inclusive na tentativa de buscar compensações via imperialismo. O apetite por acumulação do capital não se contenta com a fábrica nem com uma só nação. Ele só se viabiliza por meio de um processo global que é sistêmico. Segundo Marshall Berman,

Aqui Marx toca no sólido âmago institucional da modernidade. Antes de tudo, temos aí a emergência de um mercado mundial. À medida que se expande, absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que toca. Produção e consumo — e necessidades humanas — tornam-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas (BERMAN, 2011, p. 113).

Ora, o mesmo *leitmotiv* que faz uma classe dominar outra, impele as nações ricas à subordinação de outros países ausentes do topo da planilha da modernidade. Por outro lado, a crise de 29 é um resultado lógico de um processo de acumulação desigual que desequilibra de tal forma a economia que acaba por matar a galinha dos ovos de ouro. Qual seja, concentra renda, empobrece a classe trabalhadora, que contém a grande massa de consumidores, levando o sistema econômico ao colapso por excesso de produção.

Em meio à Grande Depressão, mais precisamente em 1933 – ano mais duro da crise de 29 (HOBSBAWM, 2006) –, uma série de urbanistas reunidos num Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam), tendo entre suas principais lideranças Le Corbusier, lança as

⁸² Para Conceição Tavares (2014) o século XIX e o século XXI são de capitalismo globalizado, enquanto o século XX é dos capitalismo nacionais – ainda que socialistas; liberais ou sociais democratas. Acima de tudo, nacionais.

⁸³ Sem querer recorrer a uma abordagem quantitativa positivista, e sim apenas a título de curiosidade, é interessante observar que o ponto médio entre o intervalo de tempo que vai de 1914 e 1945 cairia exatamente dentro do ano de 1929. Curiosamente o *crash* da Bolsa de Nova Iorque ocorre em outubro deste ano.

bases do urbanismo moderno num documento que se tornou conhecido como Carta de Atenas (CAPEL, 2002).

Em que pese a inspiração marxista, sobretudo pelo então sucesso da Revolução Russa em 1917 entre os que aspiravam por justiça, a influência da racionalidade da ciência moderna inocula de forma indelével este conceito de cidade com fortes características funcionalistas. Peculiaridades bastante similares às bases da produção taylorista fordista. Assim, a ciência moderna tanto serve aos interesses particularistas de produção do capital quanto aos propósitos universalistas do movimento que Françoise Choay (2003) incluiu no rol que denominou Urbanismo Progressista. Legado que faz com que este modelo seja conhecido como Cidade Moderna, Cidade Funcionalista ou Cidade Fordista.

Não bastassem as bases racionalistas comuns, o capital sempre encontra uma forma de se apropriar de uma ideia com vistas à acumulação. Assim a cidade moderna é três vezes fordista:

- é fordista na sua concepção morfológica porque faz uso da simplificação e massificação; além da fragmentação e especialização como formas de atingir mais rapidamente, e com o mínimo de custos, os seus objetivos;
- é fordista porque nasce com o objetivo de ser o lócus ideal da indústria moderna. Sendo o modelo de assentamento típico para a mão de obra e base para uma logística eficiente de escoamento da produção rígida em escala e
- é fordista porque ao buscar se estruturar em vias largas, retas e bem pavimentadas – além de conferir mobilidade à mão de obra – está se preparando para viabilizar o consumo de um produto que requer fluidez de tráfego. Ou seja, ela se prepara diuturnamente para viabilizar a ampla e fácil utilização da grande estrela da indústria moderna – o automóvel.

A visão de urbanismo moderno na atualidade é amplamente criticada por ser considerado um modelo autoritário e anacrônico de cidade. Padrão de organização que, entre outros aspectos, segrega a população pobre; faz a cidade avançar sobre as áreas naturais; aumenta o custo de implantação da infraestrutura urbana; é gerador de toneladas diárias de emissão de gases de efeito estufa (GEE); além de produzir gigantescos congestionamentos de tráfego que roubam preciosas horas do dia e drenam energia produtiva de todos. Horacio Capel, entretanto, se coloca em defesa de Le Corbusier elogiando “*su capacidad innovadora y su gran personalidad*” (CAPEL, 2002, p. 406). Ele argumenta que por um lado há muitos projetos urbanos modernistas ruins, devido à mediocridade dos seus autores, e por outro reputa boa parte desses estranhamentos à visão de mundo individualista de alguns críticos.

Sem contar que a mercantilização fundiária urbana acaba desvirtuando boa parte da proposta de cidade preconizada na Carta de Atenas. A guisa de exemplo, observemos a verticalização e coletivização da moradia. Elas surgem como propostas de otimização do uso do solo, redução dos custos fundiários e produção de sociabilidades – por meio da convivência nas partes comuns dos condomínios. O que se tem hoje é a superexploração do solo via um processo exacerbado de verticalização, além da transformação de locais, antes públicos, em espaços segregados convertidos em mercadoria. O que foi concebido como valor de uso se torna cada dia mais valor de troca.

O Brasil também foi bafejado por esses ares progressistas e pela esperança de um mundo mais justo que emanava da Revolução Russa de 1917. Em 1930 acontece a nossa revolução de natureza liberal, ainda que o seu principal resultado – o nacional desenvolvimentismo –, segundo Conceição Tavares (2014), tenha sido uma grande modernização conservadora. Não sabemos, porém, se seria possível esperar mais que isso de uma revolução arrancada a fórceps de um país arcaico com uma classe dominante patrimonialista e escravocrata. Naquele Brasil dominado pelas oligarquias regionais, esse nosso princípio de industrialização urbana viria a ser um grande avanço no campo da produção e na forma de pensar a sociedade. Segundo Emir Sader, o presidente Washington Luís, que foi sucedido pelo governo revolucionário, chegou a afirmar que “a questão social é uma questão de polícia” (SADER, 2010, p. 12).

É com a ascensão dessa burguesia emergente do segundo terço do século XX que começa a nascer nossa indústria de base: aço, petróleo, energia elétrica e química pesada (soda e cloro). É a partir da apropriação desses setores da economia, então, que o Brasil adentra à 2ª Revolução Industrial (TAVARES, 1999; MELLO, 2014). Segundo Francisco Oliveira (2014), a gente tem dificuldade de falar de Getúlio Vargas porque ele foi um ditador. Ele assegura, porém, que o presidente Vargas foi o grande construtor do Estado brasileiro. Com exceção do Banco Central, que foi uma criação da ditadura militar, todas as instituições brasileiras contemporâneas têm o toque varguista, afirma Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2014). A partir de então emergem a indústria nacional – empreendida pelo Estado –, o mercado interno e a urbanização brasileira.

As cidades brasileiras começam a despontar como símbolo do Brasil do futuro. Se até 1930 as fazendas eram o ideal de mundo da classe dominante brasileira, e a cidade um mero apêndice desse ambiente rural (HOLANDA, 2003), a partir de então se consolida o ideal de produção industrial e a cidade como sendo o lugar de se viver. Desta forma, o Brasil urbano nasce sob a égide da Carta de Atenas e o sonho de se viver a utopia da cidade moderna.

É exatamente nesse momento, de gênese da Cidade Moderna, modelo que a classe dominante campista tanto almejou (ALVES, 2011; CARNEIRO, 2002), que a economia local começa a demonstrar as limitações do seu fôlego. Ora, a sua dependência da monocultura da cana-de-açúcar foi um absoluto equívoco. Em primeiro lugar porque já havia relativa clareza de que a partir do final do Século XIX era o complexo cafeicultor que se mostrava dinâmico (TAVARES, 1999; PINTO, 1995) enquanto a economia canavieira se encontrava em ocaso (TAVARES, 1999). Em segundo lugar porque, mesmo que estivesse a cultura da cana-de-açúcar prenhe de dinamismo, apostar todos os investimentos numa única alternativa de cadeia produtiva, esta seria uma forma, com as devidas garantias, de ir à bancarrota em caso de crise do produto base da cadeia.

Quando estive em Campos pela primeira vez, se hospedando na casa do usineiro Atilano Chrysostomo (Figura 13), no ano de 1936, o presidente Getúlio Vargas, ainda que um tanto tarde, alertou para a necessidade de modernização e diversificação da economia campista:

Campos precisa voltar ao seu esplendor de outrora, ao apogeu dos últimos tempos do Império. Para readquirir-o, não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver também a policultura, de tal modo que o futuro da região não repouse num producto unico, melhorando, ao mesmo tempo, os métodos de exploração do solo, não sómente quanto á técnica, mas ainda quanto á fôrma. O cooperativismo de produção, a parceria agricola, a constituição da propriedade média, muito mais apta a realizar o equilibrio social do que a grande propriedade, a industrialização crescente, são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do baixo Parahyba, capazes de produzir tudo, em excellentes condições, e dispondo do mais barato genero de transporte, que é o fluvial-maritimo (SENHOR, 1936, pp. 4-5)⁸⁴.

A visita do presidente Vargas a Campos fazia parte de um processo onde a classe dominante local reivindicava mais atenção do governo para com a cultura da cana e as usinas. Em Campos havia um discurso corrente de que o café era privilegiado, em se tratando das benesses oriundas do Estado. A habilidade política do velho caudilho se expressou num discurso que tenta mostrar caminhos que não dependessem da eterna ajuda paternalista das esferas superiores de governo, desonerando-se da posição central desta disputa. Por outro lado, Getúlio, também por matreirice política, não abandonava os usineiros campistas de todo, por entender precisar deles para se fortalecer diante da ameaça de domínio pleno dos cafeicultores paulistas. Ele compreendia que seria necessário um equilíbrio de forças políticas que exigissem

⁸⁴ Fragmento do discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas em Campos, onde estive entre 23 e 25 de junho de 1936, para cumprir uma agenda de compromissos com os usineiros locais. Entre as atividades mais importantes destaca-se o lançamento da pedra fundamental de uma destilaria que seria construída pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Noticiaram a visita os jornais: O Jornal (COMO, 1936); O Radical (SENHOR, 1936) e o Correio da Manhã (VISITA, 1936).

o mínimo possível da sua ação moderadora e tentava fortalecer setores político econômicos industriais que o apoiassem nos embates com as oligarquias que havia destronado.

Figura 13 – Casa de Atilano Chrysostomo.



Fonte: BRAZ, 2013.

No século XIX, as inovações da revolução industrial haviam alçado as usinas de Campos a um patamar de competitividade invejável. A produção de açúcar de beterraba na Europa, porém, cresceu também nesse período e a abolição da escravidão brasileira tornou o produto europeu mais competitivo. A I Grande Guerra, entretanto, provocou perdas significativas na produção europeia e o açúcar brasileiro voltou a apresentar preços imbatíveis. Ao final desta guerra, havia uma exagerada euforia entre os capitalistas canavieiros em Campos, conforme relatam Juliana Carneiro (2003) e Jorge Renato Pereira Pinto (1995).

Havia um movimento recorrente, no antigo estado do Rio de Janeiro, que propunha a interiorização da capital do estado. A argumentação se baseava numa pretensa influência excessiva da Capital Federal tão próxima de Niterói. Cada vez que isso ocorria Campos se oferecia como alternativa. Pereira Pinto incorpora com certa propriedade o legado de autoestima elevada – um tanto ufanista – que o fausto dos últimos 40 anos (1880 – 1920) havia

impregnado na classe dominante campista, sempre presente nas justificativas desse pleito, quando descreve a cidade da primeira metade do século passado.

Não se podia negar. Campos dos anos 30 era mais bela, mais grandiosa, mais civilizada, mais reluzente com seus prédios modernos e ruas calçadas. Os bondes, as escolas, os serviços de água e esgoto, a energia elétrica, as igrejas, o palácio da justiça, os teatros, os cinemas, os clubes sociais e esportivos, a cultura que ultrapassava fronteiras, tudo estava firmemente assentado em forte tradição, unidas em fortes laços com as usinas, que se destacavam na paisagem esverdeada dos seus canaviais (PINTO, 1995, p. 204)⁸⁵.

Acima de tudo, Campos se mostrava absolutamente condizente com o cenário urbano industrial que permeava as bases que produziram o governo revolucionário de 1930. Não obstante o atraso tipicamente oligarca de grande parte de sua classe dominante, a materialidade urbana de Campos era perfeitamente compatível com a modernização que impulsionava e era, simultaneamente, realimentada pela nova classe política e empresarial que assumira o comando do país. Toda essa autoestima e legado, porém, não foram suficientes para conter a queda vertiginosa de preços, que começou nos anos 1920 (ALVES, 2011) e que se aprofundou com a chegada da Grande Depressão de 1929. A crise global era de superprodução e as usinas de Campos não conseguiram se esquivar dessa hecatombe econômica. Afinal, quem almejava o mercado internacional deveria estar preparado para seus percalços. As usinas mantinham grande produção, todavia, por falta de compradores, os preços não paravam de cair.

Segundo o presidente Getúlio Vargas, em discurso na sua primeira vinda a Campos (O SENHOR, 1936) e Pereira Pinto (1995), em 1929, os preços oferecidos pelo saco de açúcar no Rio de Janeiro – para onde ia cerca de 90% da safra campista – não cobriam os custos de produção. A queda do preço do açúcar impunha um valor pago pela tonelada da cana, que deixava em descoberto algo em torno de 40% dos custos de plantio, colheita e transporte. Mesmo o dinâmico complexo cafeicultor foi duramente atingido pela Crise de 29, fazendo com que empresários paulistas diversificassem investimentos em direção à cana-de-açúcar, o que fez recrudescer o excesso de oferta de produto que já assolava a cadeia produtiva da cana.

⁸⁵ É bem verdade, porém, que nem todos compartilhavam dessa visão ufanista de uma Campos com um elenco pleno de virtudes, sobretudo os que tinham como referência cidades mais cosmopolitas. Isso se expressa de certa forma na matéria em que o enviado especial do jornal O Radical faz a cobertura da visita do presidente Vargas a Campos em junho de 1936. Apesar de exaltar a cidade, seus personagens históricos nacionais, sua hospitalidade etc. ele não se furta de narrar: a decepção com as condições acanhadas da Estação da Leopoldina; a falta de leitos de hotel e as peripécias que o piloto do hidroavião, que trouxe a comitiva do presidente a Campos, teve que fazer para desembarcar todos, com um mínimo de conforto e segurança, no Rio Paraíba do Sul, nas imediações da Praça São Salvador (SENHOR, 1936). Decididamente, aos olhos de todos, Campos não era só virtudes e modernidade.

O governo provisório da revolução de 1930, porém, foi generoso com a indústria açucareira. Se de um lado havia uma crise planetária de duração decenal, o Estado forte e empreendedor, que já se desenhava com o nacional desenvolvimentismo do presidente Vargas, estabeleceu uma série de medidas que tinham como objetivo resgatar esse setor da economia – ora com incentivos, ora com regulação. Entre 1930 e 33 foram formuladas uma série de políticas que, segundo Azevedo (2004), Pereira Pinto (1995) e o próprio presidente Getúlio Vargas, em seu discurso publicado no diário carioca O Radical (O SENHOR, 1936), ajudaram a resgatar boa parte do ambiente de falências; incorporações; venda de empresas a preço vil; confisco de terras e usinas, por parte do Banco do Brasil, por conta de inadimplência etc. Neste rol de medidas três momentos merecem destaque:

em 20 de fevereiro de 1931 o Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, presidente Getúlio Vargas, edita um decreto que obriga a adição de 5% de álcool em toda a gasolina importada no Brasil⁸⁶. Só conseguia a autorização para importar gasolina quem comprovasse a aquisição do equivalente em álcool. Esta medida se dá sob a argumentação de que, além de melhorar as condições de comercialização de um dos produtos da indústria da cana-de-açúcar, haveria uma poupança de divisas pela redução de importação de gasolina (BRASIL, 1931);

em sete de dezembro de 1931, atendendo à solicitação dos usineiros de todo país, que insistiam que o Governo Federal interviesse no mercado de preços em favor de uma remuneração justa para o açúcar, o presidente Getúlio Vargas, editou o decreto lei número 20.761 que criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (BRASIL, 1931). Esta comissão possuía, entre os seus membros, três ministros de Estado (Trabalho; Indústria e Comércio; Fazenda), além de representantes de cada um dos estados produtores;

em 1º de junho de 1933, por meio do decreto 22.789, o governo provisório do presidente Getúlio Vargas criou o IAA. Esta medida institucional, além de promover o fomento do setor, tinha como objetivo regular o mercado de açúcar, reduzindo os surtos especulativos provocados, sobretudo pelos comerciantes. Isso se evidencia claramente no Artigo 2º do Decreto que veta a participação em qualquer cargo ou conselho no IAA de “[...] comerciantes, comissários ou distribuidores de assucar, sendo entretanto, permitido escolher, para tais cargos, produtores de assucar” (BRASIL, 1933). Uma das medidas tomadas nesse sentido é o

⁸⁶ A adição de álcool na gasolina não é uma exatamente uma inovação do Proálcool, mas a reedição de uma medida que já havia sido utilizada no início da nossa Segunda Revolução Industrial (TAVARES, 1999; MELLO, 2014). Embora o álcool anidro utilizado atualmente tenha sido introduzido principalmente por motivos ambientais, isto é, em substituição ao chumbo tetraetil – $Pb(C_2H_5)_4$, como antidetonante da gasolina, para reduzir a presença no ambiente desse composto orgânico de grande poder carcinogênico.

estabelecimento, por parte do IAA, de cotas de produção de cana; açúcar e álcool. Embora isso esteja bastante distante da doutrina liberal, parecia satisfazer a nossa classe dirigente canavieira. Nada como uma crise para abalar as concepções de mercado do empresariado liberal-conservador.

A década de 1940 foi decisiva para os destinos de Campos. É na protelada transição entre as políticas de regulação da economia e de fomento à atividade, cada vez mais, sucroalcooleira e o livre mercado – que só se fazia presente no discurso – que a classe dominante campista se acomoda na produção das *commodities* da cana-de-açúcar.

No quarto decênio do século XX muita coisa mudou. A II Grande Guerra trouxe de novo um mercado internacional favorável, embora nosso comércio marítimo vivesse sob constantes ameaças dos submarinos alemães⁸⁷. Segundo Pereira Pinto (1995), o racionamento de açúcar na Europa chegou a impor um consumo 35% menor em relação ao período anterior à guerra. Aqui no Brasil, também, havia dificuldades de abastecimento no Amazonas e na região Sul, por conta das ameaças alemães. O Estatuto da Lavoura Canavieira (BRASIL, 1941), por seu turno, regulava melhor a relação entre fornecedores de cana, usineiros e comerciantes de açúcar. Essa regulação minimizava as perdas dos fornecedores de cana e dos usineiros em detrimento dos ganhos especulativos dos comerciantes atacadistas dos produtos da cana.

No campo político também houve mudanças. Quando o presidente Vargas elaborou o primeiro pacote de resgate da indústria canavieira nacional ele era o chefe do Governo Provisório. Quando veio a Campos, no ano de 1936, para acalmar a classe dominante – numa atitude nítida de prestação de contas e cobrança de contrapartidas por parte dos donos do poder campista – era a fase do Governo Constitucional, ou seja, ele era o presidente eleito indiretamente por uma assembleia nacional constituinte. Nesse momento, anos 1940, já era o Estado Novo – uma ditadura assumida. Em boa parte deste terceiro período, o Estado do Rio de Janeiro teve como interventor o ex-ajudante de ordens e genro do próprio presidente Vargas,

⁸⁷ Há alguma controvérsia a respeito da ação militar alemã na costa brasileira durante a 2ª GG, sobretudo na decisão do governo Vargas de entrar na guerra. Com esta nota tentamos esclarecer como o comércio marítimo de açúcar sofreu com a presença da marinha alemã na costa brasileira sem nos perder em digressões em torno do conjunto de polêmicas que envolve o tema. A verdade é que houve os bombardeios de embarcações brasileiras sem fins militares e isso influenciou na segurança, nos prazos e nos preços do frete marítimo. Seja no transporte intercontinental ou mesmo na navegação de cabotagem. Há episódios recentes que conferem materialidade a esta tese. Como, por exemplo, a ação na justiça brasileira contra o Estado alemão, que já se arrasta por mais de 70 anos, movida pelos familiares de pescadores de Cabo Frio que morreram ao terem seu barco atingido pela força naval alemã (CLEY SCHOLZ, 2013). Se antes do Brasil declarar guerra ao Eixo (Alemanha-Itália-Japão) já havia essa ameaça, a partir de agosto de 1942, quando o Brasil entra no confronto ao lado dos aliados, a ameaça da força naval alemã aumenta consideravelmente.

oficial da marinha, simpatizante do movimento tenentista e político – Ernâni do Amaral Peixoto.

Em 28 de maio de 1943 o presidente Vargas retornou a Campos (ALVES, 2011) e mais uma vez se hospedou na casa do usineiro Atilano Chrysostomo de Oliveira, falecido em 1942 (DR. ATTILANO, 1942). A anfitriã desta vez foi a usineira, sua viúva, Maria Queiroz de Oliveira, conhecida como Finazinha Queiroz. O principal evento desta visita seria a inauguração de uma rodovia ligando Campos a Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro. Getúlio veio para essa inauguração cercada de pompas e circunstâncias, além de participar de um “banquete de 600 talheres” (ALVES, 2011, p. 11) no campo do Americano Futebol Clube, cujos preparativos já eram noticiados com um ano de antecedência no jornal carioca A Noite (PREPARA-SE, 1942).

Nessa comitiva já se encontrava presente um dos futuros caciques da política fluminense e genro de Getúlio – o comandante Ernâni do Amaral Peixoto. O texto do jornal A Noite chegou a adiantar que a rodovia a ser inaugurada receberia seu nome. Amaral Peixoto era um forte candidato a raposa política e já ensaiava seus passos neste terreno. Nesse momento, com menos de 40 anos, ele já teria influenciado o presidente Vargas na sua distribuição de favores no estado onde pretendia exercer liderança política.

Em 1941, como marco do nacional desenvolvimentismo getulista e início da nossa 2ª Revolução Industrial (TAVARES, 1999; MELLO, 2014), foi fundada em Volta Redonda a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que bem podia – pela vocação industrial – ter sido instalada em São Paulo ou em Minas gerais – haja vista as grandes reservas de minério de ferro deste estado brasileiro. A ideia era que essa siderúrgica resgatasse a economia do Vale do Paraíba que sofria com a decadência do café, além de fortalecer o desenvolvimento regional enfraquecendo a oligarquia do café com leite. A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) seria uma indústria motriz capaz de atrair a constituição de um polo metal mecânico para a região e Amaral Peixoto se preparava para se beneficiar dessas inversões no Estado do Rio de Janeiro que não era integrado à Guanabara – na época Distrito Federal.

Em 1942 foi inaugurada em Duque de Caxias a Fábrica Nacional de Motores (FNM), outro empreendimento com características muito mais paulistas ou mineiras que fluminenses⁸⁸.

⁸⁸ Além dessas duas empresas, em 1944 foi fundada a Companhia Nacional de Álcalis em Cabo Frio – hoje Arraial do Cabo; em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), assumindo anos depois, durante a ditadura, a dimensão social do desenvolvimento – em função da utilização do FGTS e PIS-Pasep – sendo atualmente BNDES (TAVARES, 1999); em 1953 é fundada a Petrobras; em 1954 é proposta a criação da Eletrobrás que só viria a ser fundada em 1962. Essas informações complementam a

Em ambos os casos, como interventor do Estado do Rio, Amaral Peixoto adquiriu os terrenos e os doou à União para que essas indústrias fossem implantadas em solo fluminense. Apesar dele negar peremptoriamente a sua influência na decisão da localização dessas plantas industriais, a sua negativa é revestida de ambiguidade. Ele demonstra, em trechos do seu depoimento ao CPDOC/FGV, a sua proximidade privilegiada com o presidente Vargas. Amaral Peixoto se defende da acusação de ter feito tráfico de influência em favor do Estado do Rio dizendo:

- Fui muito criticado. Quando se construiu a Fábrica Nacional de Motores. O dr. Getúlio me disse: “Ela tem que ir para Belo Horizonte. É a compensação aos mineiros por você lhes ter tirado Volta Redonda”. Eu respondi: “Eu não tirei, quem tirou foi o Edmundo de Macedo Soares. Foi um estudo puramente técnico”. De modo que eu estava convencido de que a FNM iria para Belo Horizonte. Acontece que aquela fábrica foi construída para fazer o motor do avião DC-3. Quando ficou pronta o avião já estava superado, mas o objetivo inicial era esse. Na época, o brigadeiro Guedes Muniz me disse: “Se a fábrica for construída a mil metros de altura, cada motor sairá 15 ou 20% mais caro, por causa da prova. O tubo de prova vai encarecer muito o motor. Tem que ser ao nível do mar e eu estou pensando aqui na Baixada Fluminense”. Quer dizer, aí também houve uma decisão técnica. Eu apenas tive sorte (CAMARGO et al, 1986, p. 180).

Para Campos, Amaral Peixoto reservou uma série de respostas a antigas reivindicações da burguesia local tais como: a melhoria da rede de energia elétrica (NOTÍCIAS, 1944); a construção da estrada ligando a Niterói (COMO, 1943); além de um plano de remodelação urbana, que daria à cidade uma fisionomia à feição da Capital Federal, ou seja, uma cidade capaz de desbancar ou, pelo menos, de fazer frente a Niterói na condição de capital do estado. Buscando dar conta dessa missão, Salo Brand, o prefeito interventor do Estado Novo em Campos entre 1942 e 45, em 1944, sob a batuta do genro do presidente e interventor no estado, “contrata os serviços da firma Coimbra Bueno Engenheiros, Urbanistas e Arquitetos, Cia. LTDA⁸⁹ para elaborar um plano urbanístico para a cidade” (LOPES, 1988, p. 9), que utiliza a consultoria do arquiteto francês Alfred Agache.

Alfred Hubert Donat Agache iniciou suas incursões pelo Brasil em 1927, quando foi convidado a visitar o Rio de Janeiro por Antônio da Silva Prado Júnior, prefeito da capital federal, visando a preparação de um “[...] plano de manejo da cidade” (BERDOULAY, 2004, p. 124). Até então o que havia de plano urbanístico no Distrito Federal, era uma proposta de

preocupação dos governos Vargas com o desenvolvimento do Brasil e confirmam a importância do presidente Vargas na preparação do terreno desenvolvimentista que permeou o Governo JK.

⁸⁹ “O Estado do Rio de Janeiro foi dividido em duas áreas de planejamento sob a responsabilidade de dois escritórios distintos: o de Atilio Corrêa Lima para o Sul Fluminense, especialmente a Região do Vale do Paraíba e o dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno para o Norte Fluminense, compreendendo as regiões serrana e litorânea” (AZEVEDO, 2012, p.181).

1875 – de caráter basicamente higienista – sendo que a cidade carecia de um processo de renovação das políticas urbanas, dado o seu crescimento, sobretudo a partir dos anos 1920 (BERDOULAY, 2004). A Revolução de 30 depôs o presidente Washington Luiz e junto dele o prefeito Prado Júnior. Assim, o trabalho de Agache no plano do Rio se restringe ao período entre 1927 e 1930. Em que pese a orientação positivista de Agache, o seu plano para o Rio é marcado por elementos modernistas (BERDOULAY, 2004) presentes na Carta de Atenas, de inspiração marxista, e que só viria a ser lançada no ano de 1933. Essa comunhão pode ser atribuída à base epistemológica moderna comum às duas correntes de pensamento.

Na capital federal, a década de 1930, sobretudo na sua primeira metade, transcorreu entre as polêmicas geradas acerca da aprovação do plano Agache e os conflitos em torno das diretrizes e dispositivos reguladores do plano depois de aprovado – dada a emergência do Estado Novo. Isso, porém, não impede que Alfred Agache se torne uma figura celebrada no Distrito Federal e que ele se encante com o Brasil a ponto de se radicar no país (O PROFESSOR, 1940) e, até mesmo, fazer o esforço de proferir suas conferências públicas no idioma português (CONFERÊNCIAS, 1942). Agache acabou conquistando as autoridades e boa parte da opinião pública se tornando, então, uma espécie de urbanista oficial do Estado Novo. Além do Distrito Federal ele fez planos urbanísticos para: Curitiba (NOTAVEL, 1940); Porto Alegre (A EXPOSIÇÃO, 1935); São Paulo (SÃO PAULO, 1945); Salvador (CHEGOU, 1941); Vitória (A URBANIZAÇÃO, 1945). A única exceção das capitais citadas é Porto Alegre que foge à regra e não teve o seu plano Agache no período estado novista, contudo não deixa de ser na vigência do primeiro e longo mandato do presidente Vargas.

O Interventor fluminense, Ernâni do Amaral Peixoto, não deixou de beber nessa fonte e acabou encomendando uma série de planos urbanos para o Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, são nove as cidades que são agraciadas com propostas de planejamento urbano com viés moderno. Em entrevista ao jornal Diário de Notícias em 1942, Agache falou sobre seu trabalho em território fluminense:

Esse conjunto de transformações, que se está operando, já está oferecendo resultados promissores e a maioria das cidades da região vai readquirindo vitalidade, preocupando-se com a remodelação dos planos e com o equipamento necessário aos futuros desenvolvimentos: balneários se criam, hotéis se constroem, sob um impulso empreendedor, iniciativas essas que vão atrair veranistas e facilitar o turismo. Estão atualmente em vias de transformação ou de criação, dentre outras. Niterói, Petrópolis, Campos, Cabo Frio, Araruama, Atafona [São João da Barra – Figura 14], Maricá, Barra Mansa e Barra do Pirai. As mais importantes são as três primeiras, que vão se expandir intensamente (NOVE, 1942, p. 5).

Figura 14 – Atafona, São João da Barra.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

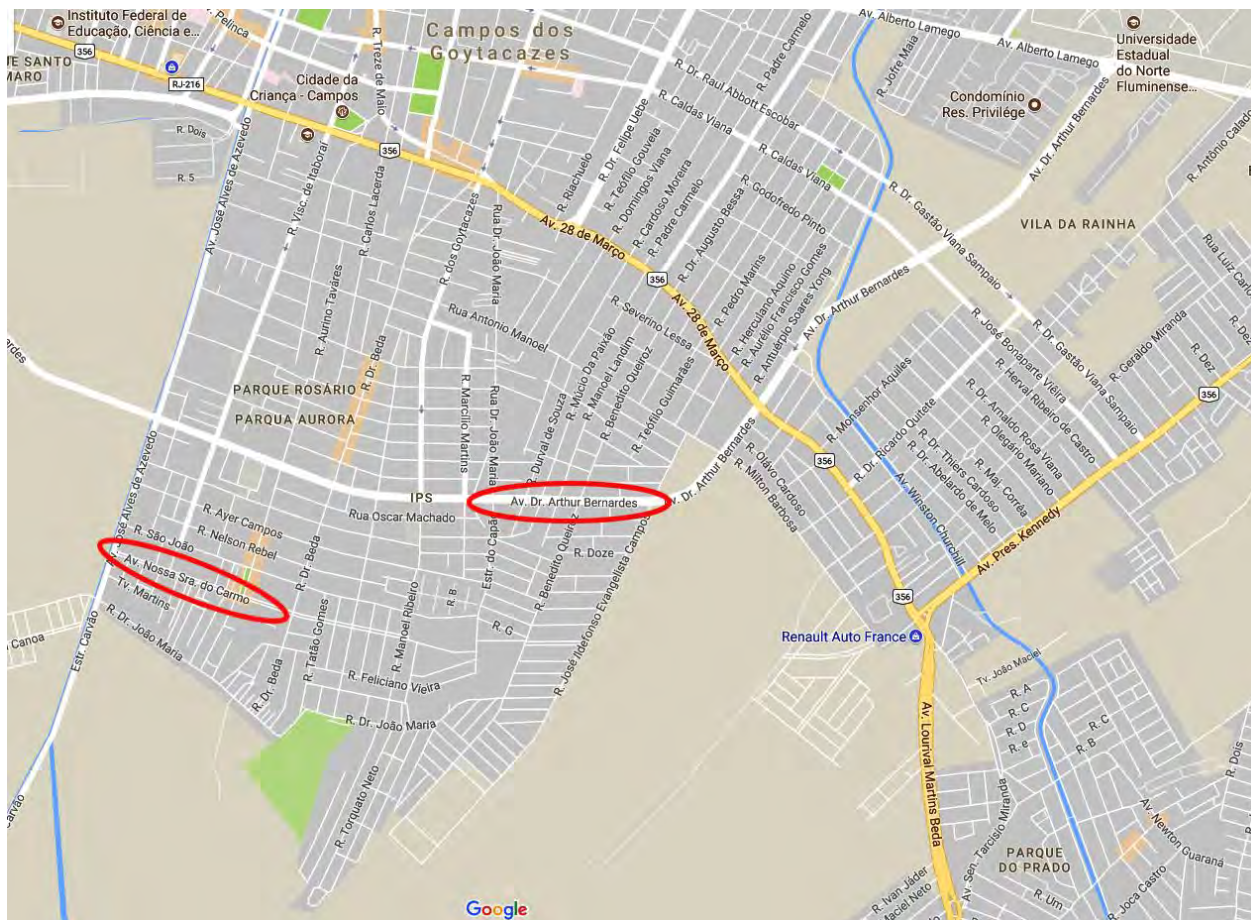
Dessa forma, como consultor do escritório Coimbra Bueno, Agache trabalhou intensamente em dois municípios que constituem, hoje, três dos quatro⁹⁰ Caquis:

São João da Barra, onde ele redesenhou e projetou o crescimento futuro dos distritos balneários de Atafona e Grussaí – este segundo confrontante com a localidade do Açú, onde se localiza o porto; e

Campos, onde ele formulou um plano bastante ousado e que têm avenidas, por ele previstas, ainda sendo inauguradas neste século XXI (Figura 15).

Figura 15 – Avenidas Arthur Bernardes e N^a S^a do Carmo.

⁹⁰ Em 1944 São Francisco do Itabapoana era parte do território de São João da Barra.



Fonte: Google Maps, modificado pelo autor

O desenho de política que ratificava a aspiração da classe dominante de uma cidade – que na década de 1940 já exibia edifícios de até 10 andares (LOPES, 1988, p. 9) – possui como espelho o plano que o próprio Agache havia proposto para a Capital Federal. Chegando, inclusive, a possuir a mesma denominação: Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento, embora apareça em documentos e leis posteriores com o nome de Plano de Urbanização (LOPES, 1988, p. 9). Esse plano, que ficou conhecido como Coimbra Bueno, acabou se constituindo numa proposta ousada, com uma série de avenidas; grandes desapropriações no centro da cidade; equipamentos temáticos sofisticados (Pavilhão de Regatas na beira rio; Hipódromo e Parque Zoobotânico no entorno da Lagoa do Vigário⁹¹) – (Figura 16); além de um centro administrativo em linhas modernas (LOPES, 1988, p. 10).

Figura 16 – Lagoa do Vigário.

⁹¹ A Lagoa do Vigário é uma grande lagoa urbana localizada numa área central na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Apesar de ter sido seccionada por um aterro, é ainda uma grande lagoa urbana e vem sendo, até hoje, alvo de preocupações e de intervenções urbana.



Fonte: CAMPOS, 2017

Muito pouco desse plano foi implantado. Destacam-se alguns alinhamentos de ruas e as galerias sobre os passeios da Praça São Salvador apoiadas em pilotis (Figura 17).

Figura 17 – Galerias na Praça São Salvador.

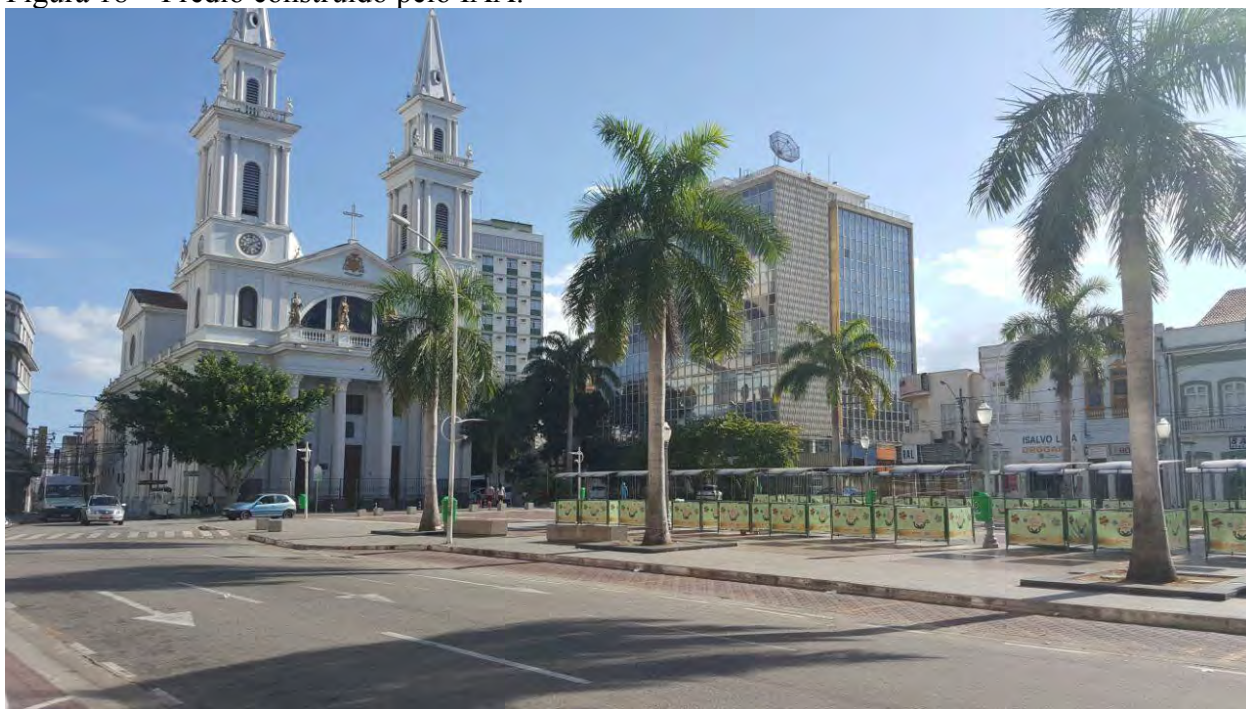


Fonte: Acervo Pessoal

Esta proposta, que também configura as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, previstas pelo plano Agache na cidade do Rio de Janeiro, aqui esbarrou em alguns imóveis

tombados e nas iniciativas destoantes devido ao ego hipertrofiado que caracterizou as grandes instituições federais no Século XX. O IAA ignorou o desenho e construiu seu prédio, em frente da Igreja Catedral, sem as galerias (Figura 18). Já o Banco do Brasil construiu a galeria, porém descaracterizou o desenho proposto ao fazê-la em balanço (Figura 19).

Figura 18 – Prédio construído pelo IAA.



Fonte: Acervo Pessoal

Figura 19 – Prédio do Banco do Brasil.



Fonte: Acervo Pessoal

A indústria campista era monotemática e de *commodities*. Isso não requereu a transição para a produção de bens duráveis. Desta forma, Campos não se projeta como uma cidade de indústria de manufaturas e assim a sua estrutura logística de mobilidade de mão de obra, abastecimento de matéria prima e escoamento de produção estava relativamente bem resolvida em torno das usinas que, na sua maioria, possuíam localização rural. O centro da cidade era dedicado ao comércio e serviços, não demandava uma conformação voltada para a indústria local. Assim, sua classe dominante desejava uma cidade moderna sem precisar necessariamente dela, porém, no seu processo de acumulação. Desta forma, o plano Coimbra Bueno, concebido por Agache, acaba sendo, sem grandes prejuízos, em grande parte, solenemente ignorado.

2.1.3 A imagem de Getúlio se esmaecendo no Espelho do Brasil

Se a década de 1940 foi decisiva na história de Campos, os anos 50 se tornam o prólogo da “Crônica de uma Morte Anunciada”⁹². O Plano proposto por Alfred Agache para Campos acaba sendo o último reconhecimento do destaque e centralidade desta cidade. Os anos 40 marcam o apogeu de uma cidade cuja classe dominante fez apostas equivocadas e a partir de então se debateu tentando salvar um *modus vivendi* fadado, no máximo, à coadjuvação ao invés do esperado estrelato. Com efeito, a indústria que emerge dinâmica do pós-guerra envolve produção de manufatura; linha de montagem e bens de consumos duráveis. O papel de destaque na segunda metade do século XX é do automóvel como bem de consumo e da produção manufatureira taylorista fordista.

Definitivamente, não havia no Estado do Rio de Janeiro, menos ainda em Campos, condições de: localização; disponibilidade de insumos; infraestrutura logística, economias de aglomeração nem capital que permitissem empreendimentos deste naipe. A manifestação da divisão internacional do trabalho, em terras brasileiras no pós-guerra, não prevê indústria de manufatura no Estado do Rio de Janeiro. Campos e o Norte Fluminense, então, foram obrigados a se contentar em viver da, cada dia mais decadente, indústria da cana-de-açúcar. A partir de então, a região que fora dinâmica perde paulatinamente sua centralidade. A cidade que em 100 anos recebera seis visitas de chefes de Estado em reverência à sua condição de destaque

⁹² Obra de Gabriel García Márquez, utilizada aqui em licença poética.

nacional, só seria visitada por um presidente em 1970 e outro em 2006⁹³. Agora em posição de absoluta subalternidade e pires na mão.

Os anos 1950, planetariamente, se destacaram pelo início do acirramento da Guerra Fria que, segundo Hobsbawm (2006), mais que um conflito internacional teria sido uma verdadeira era. A guerra da Coreia, cujo combate matou mais de um milhão de pessoas (HOBSBAWM, 2006), talvez seja o primeiro marco desse processo. Mais que uma disputa de bases ideológicas distintas estava em jogo a rivalidade entre duas formas de capitalismo. A geopolítica desse quadro reservou seus petardos mesmo quando a beligerância não foi deliberada.

Se por um lado, os EUA financiaram a construção e transferiram tecnologia para a instalação da CSN, por outro conseguiram, nos chamados Acordos de Washington, a base militar de Natal na Segunda GG (TAVARES, 2014) e o compromisso brasileiro de manutenção dos preços de: café; manganês; minério de ferro; açúcar e borracha (LESSA, 2014), por exemplo. Significa dizer que a economia de mercado é um discurso da boca para fora e que a nossa 2ª Revolução industrial teve um preço, mas também teve resultados. Com a indústria de base o Brasil se apropriou de outras indústrias, sobretudo a automobilística, e finalmente concretizou, pelo menos em parte, uma das teses mais caras ao nacional desenvolvimentismo, que era a substituição de importações. Segundo Conceição Tavares (2014), é partir de então que incorporamos as massas rurais e urbanas como mercado interno que justificou a demanda da nossa industrialização.

Ora, esse crescimento recorde das massas urbanas, além de ser uma novidade, em se tratando de Brasil, representava um aumento súbito de demanda por moradia. Esse fenômeno passa então a alimentar os primeiros episódios da voracidade rentista imobiliária nacional. Paulo Markun (2014) narra um fato histórico envolvendo duas grandes figuras do cenário político brasileiro, que tem como pano de fundo as primeiras tentativas de institucionalização do rentismo urbano no Brasil. Em 1950, o mesmo pleito que elegeu Getúlio Vargas presidente, deu a Tancredo Neves seu primeiro mandato de deputado federal. Tramitava no Congresso Nacional um projeto de lei que “[...] interessava à especulação imobiliária [...]” (MARKUN, 2014, p. 47). O presidente Vargas já havia vetado o projeto. Este veto, entretanto, corria grande

⁹³ D Pedro II esteve em Campos em 1847; 1875; 1878 e 1883 – nesta última vez para inaugurar as instalações da decantada primeira rede de energia elétrica do país. O presidente Getúlio Vargas esteve em Campos em 1936 e 1943. Em 1970 o presidente Emilio Garrastazu Médici esteve na cidade para inaugurar uma versão especial da exposição agropecuária da cidade – a Semana do Cavalo – de absoluta irrelevância. O Presidente Lula esteve em Campos em 2006 para inaugurar o segundo campus do Instituto Federal Fluminense na cidade. Em 2012 a presidenta Dilma Rousseff esteve visitando o Porto do Açú, porém não foi à sede sanjoanense nem esteve em solo campista. Expurgamos desse rol o presidente Nilo Pessanha que era nascido em Campos e que havia feito carreira política ali. Não por falta de importância, mas por merecer notabilidade em outras circunstâncias.

risco de ser derrubado e, graças à conhecida habilidade de Tancredo no plenário, acabou sendo mantido. A atitude de afinidade ideológica e o desempenho político do jovem deputado chamou a atenção de Getúlio, que fez questão de conhecê-lo pessoalmente. Daí nasceu a amizade, com sessões de cinema no Palácio do Catete, que culminou com Tancredo Neves como ministro da Justiça de Vargas no momento em que ele se matou como forma de evitar o golpe militar de 1954.

Em 1955 Juscelino Kubitschek é eleito presidente da república prometendo realizar 50 anos em cinco. Seu plano de Metas; a abertura do Brasil à indústria automobilística internacional; a interiorização integradora do país através das rodovias e da construção de Brasília – que integrou e centralizou geograficamente o poder do Estado que havia passado por um processo de centralização política quando da revolução de 30 – são medidas que aprofundam a modernização iniciada pelo presidente Vargas. Afinal, é exatamente no primeiro ano do Governo JK “[...] em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a agricultura [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 35), que poderemos perceber a simbiose existente entre esses dois presidentes principais signatários do início do pacto nacional desenvolvimentista. Essa modernização, porém, não deixa de ter seu toque conservador. Talvez mais conservador que as duas décadas varguistas que criaram as bases materiais do trabalhismo brasileiro. É bem verdade, porém, que não era tarefa fácil realizar a modernização do tipo incluyente num país cuja classe dominante estava acostumada a produzir abundância a partir de um conveniente dualismo funcional. Ou seja, não interessava à burguesia, que se instalou no Brasil moderno, se desvencilhar do atraso dos rincões. Afinal, ela se reproduzia a partir da relação dialética entre a sua riqueza e esse atraso (OLIVEIRA, 2013). O Governo Juscelino Kubitschek, ainda que não desejasse, promoveu uma nova onda conservadora, uma vez que, segundo Conceição Tavares: “No que tange porém à grande burguesia nacional clássica, foi a interiorização do desenvolvimento que lhe permitiu, de novo, a sua forma favorita de acumulação mercantil: a apropriação de terras e acumulação patrimonial-rentista” (TAVARES, 1999, p. 463).

Como a modernização até então não ensejara a inclusão das massas, o presidente João Goulart, após os breves sete meses de mandato e renúncia de Jânio Quadros, assumiu a presidência selando o compromisso, com o povo que o elegeu⁹⁴, de promover uma inflexão

⁹⁴ Como previa a Constituição de 1946, nessas eleições o presidente era votado separadamente do seu candidato a vice. Assim sendo, o povo que elegeu Jânio Quadros presidente não votou no vice de oposição, Milton Campos, da conservadora União Democrática Nacional (UDN). A sensibilidade popular reelegia o candidato a vice do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Jango, numa espécie de esperança intuitiva de ver a modernização em curso universalizada.

neste quadro. Jango era o legítimo herdeiro de Vargas – o trabalhismo de volta ao poder. De certa forma, seria o momento do trabalhismo brasileiro complementar as políticas públicas universalizantes que seu mentor não teria conseguido implementar. Suas metas seriam menos econômicas e mais sociais. As reformas de base, sobretudo agrária e urbana⁹⁵, pulsavam nos movimentos sociais e dentro do próprio governo do presidente Goulart. Contudo, como a sensibilidade aguçada de Getúlio e Juscelino intuía, essas reformas seriam demais em se tratando da nossa classe dominante conservadora e sem escrúpulos nenhum quando estava em jogo usurpar direitos e para isso, se preciso fosse, aniquilar o Estado de direito. Apesar do apoio popular e da inequívoca legitimidade das reformas de base, sob a justificativa fantasiosa do risco de uma “revolução comunista” em curso, as forças armadas, insufladas por setores civis de grande influência na sociedade, depõem o presidente eleito. Segundo Conceição Tavares,

A questão das “reformas de base” propostas pelo governo do Jango no período 1962-64, ao incluir a reforma agrária ao longo dos principais eixos rodoviários que cortavam de norte a sul o país, levantou, como não podia deixar de ser, a oposição frontal da grande burguesia, e a reforma agrária terminou, como é sabido, com o golpe militar que depôs João Goulart (TAVARES, 1999, p. 464).

Essa quartelada, então, com amplo apoio da burguesia nacional e das forças armadas norte-americanas, protela mais uma vez o acerto de contas da nossa inextinguível dívida social.

Como era de se esperar, o início da ditadura se dá mediante a supremacia de uma tecnocracia liberal conservadora, sob o comando de economistas de notoriedade como Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos – frontalmente contrários ao nacional desenvolvimentismo. Entre os objetivos centrais encontravam-se um equilíbrio fiscal conservador e a modernização do nosso sistema financeiro. Segundo Conceição Tavares, depois de alguns percalços, em 1971, sob influência da crise do “padrão-dólar”, o ministro Delfim Neto concebeu o desenho de mercado financeiro que “[...] começou a verdadeira associação explícita, para não dizer promíscua, entre a burguesia nacional e o capital financeiro internacional, que nos levaria ao desastre da ‘ciranda financeira’, que perturba o nosso pobre dinheiro até os nossos dias” (TAVARES, 1999, p. 466).

⁹⁵ No ano de 1963, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em parceria com o Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), promoveu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) em duas fases. Uma no Quitandinha em Petrópolis-RJ e outra na sede do IAB em São Paulo. Esse seminário foi uma espécie de culminância do movimento pela moradia até então. O golpe militar paralisou esse movimento e arrefeceu a luta pela reforma urbana que só foi retomada com consistência na década de 1980. Afinal a luta democrática tinha questões de maior prioridade e mais radicais.

A essa altura a burguesia campista, que havia perdido o bonde da história, aumenta a frequência das suas incursões aos gabinetes do poder central com seus pleitos de recuperação da indústria sucroalcooleira. De certa forma o IAA e o Banco do Brasil⁹⁶ seguem contornando a situação e criando as condições de sobrevivência das usinas visando manter a vida nababesca da maioria dos usineiros. Enquanto a década de 1980, com a fase mais dinâmica do Proálcool e a consolidação da produção da Petrobras na bacia de Campos, não chega, a Região Norte Fluminense segue relegando ao desemprego, com duração de seis meses, um contingente de trabalhadores rurais do tamanho da população de Macaé.

2.1.4 A cidade moderna é fordista e keynesiana

Como já foi discutido no capítulo anterior, a década de 1970 demarca a exaustão da aliança fordista keynesiana num cenário de guerra fria e indústria bélica em regime de afluência. Segundo Castells (2003), esta década é, também, uma espécie de “divisor tecnológico” da civilização⁹⁷. É neste decênio que a tecnologia eletrônica digital começa a surgir de forma definitiva. Em 1971 é criado o microprocessador, que Castells (2003) diz ser o principal difusor da microeletrônica. Em 1975 é montado, ainda em fase de protótipo, o primeiro computador pessoal, plataforma básica para os modelos Apple I e II da *Apple Computers*, fundada em 1976. Em 1981 a IBM entra no segmento de computadores de pequeno porte, os chamados *desktops*,

⁹⁶ No ano de 1996 o Banco do Brasil faz um balanço do rombo financeiro do seu uso político e chega à conclusão de que a dívida mais antiga, originalmente no valor de US\$ 9 milhões, remetia ao ano de 1973. Esta dívida era da Coperflu (Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Álcool) (PATÚ, 1996), que congregava quase totalidade das usinas da cidade. É exatamente por conta da dívida dessa cooperativa com esse banco estatal que a maior parte das terras da zona de expansão urbana de Campos se encontram impedidas de serem comercializadas por conta de ações na justiça.

⁹⁷ Embora não se possa afirmar qual a intencionalidade dos realizadores, consideramos relevante observar o filme *Taxi Driver*, de Martin Scorsese, em sua contribuição para a história, ao narrar, de forma subliminar, os estertores da era da tecnologia analógica. Lançada em 1976, essa película descreve uma trama que se passa em meados dos anos 1970, tendo como cenário uma Nova Iorque em estado decadente e pré-falimentar. Um ambiente fértil para a ganância neoliberal da época. É, inclusive, neste contexto que nasce a política policialesca, que se tornou conhecida como “tolerância zero”, do prefeito republicano Rudolph Giuliani, na década de 1990 em Nova Iorque. Sob o prisma da mudança tecnológica duas cenas, pelo menos, são dignas de destaque. Numa delas o personagem central, Travis Bickle – interpretado por Robert de Niro –, coloca um disco (de vinil) do tipo *Long Play* numa vitrola. Em outro momento ele visita o comitê de um candidato a presidente da república onde podemos ver ao fundo pessoas redigindo textos em (hoje) anacrônicas máquinas de datilografar (*TAXI... 1976*).

com a denominação de computadores pessoais. Desde então qualquer computador portátil é chamado genericamente de PC – *personal computer* (CASTELLS, 2003).

A Internet havia sido criada em 1969 para fins militares. Algumas universidades também a utilizavam sob autorização militar, no entanto é com o ensejo do computador pessoal que ela se torna um fenômeno que varre o globo. A portabilidade e a redução exponencial dos custos do processamento digital permitem que o antigo CPD (centro de processamento de dados) chegue a cada posto de trabalho e cada residência. Ao equipar as estações de trabalho e uma série de bens de capital, sobretudo ligados em rede, os microchips vão promover em boa parte o que para muitos seria a Terceira Revolução Industrial, que Castells (2003) denomina “revolução da tecnologia da informação”, que Theotonio dos Santos (2014b) chama de Revolução Científico-Tecnológica (RCT) e Milton Santos (2006) se refere como um novo meio técnico-científico-informacional.

2.2 Segunda Revolução Industrial ainda que tardia

A divisão internacional do trabalho, definitivamente sob a *Pax* norte-americana, reservou para o Brasil de então a condição de mero consumidor de tecnologia. Afinal, não havia condições geopolíticas que justificassem investimentos estratégicos no Cone Sul. Assim sendo, passamos a década de 1970 completando a nossa 2ª Revolução Industrial, enquanto o centro do sistema mundo moderno iniciava sua terceira. Aqui vivíamos a implementação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) com vigência entre 1975 e 1979 (BRASIL, 1974). Entre as principais ações do II PND, segundo Gilberto Maringoni (2016), cabe destacar:

- setor de **infraestrutura**: a ampliação da malha rododiferroviária, da rede de telecomunicações, além da concepção de um modelo de produção e comercialização agrícola;
- setor de **bens de produção**: a nossa construção civil, indústria automobilística e naval cresciam e demandavam investimentos na Siderbras para além da CSN de Vargas. Não esquecendo que o capital internacional, especialmente japonês, numa política de externalização da parte “suja” da produção de aço, passa a investir aqui atraindo o Estado brasileiro. Investimentos na química pesada – dando continuidade à implantação da Companhia Nacional de Álcalis –, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos;

- setor **energético** – que segundo Maringoni (2016), recebia especial atenção do presidente General Ernesto Geisel:
- **exploração, produção e refino de petróleo** – a Bacia de Campos, que teve sua descoberta anunciada em 1974, requeria investimentos em quantidade, além do aumento e sofisticação do nosso parque de refinarias e produção de derivados. Sem contar o retorno da iniciativa de adição do álcool anidro à gasolina que, de certa forma, foi precursor do Proálcool – que nos prometia levar a uma condição de independência da gasolina, no médio prazo. O General Ernesto Geisel, antes de ser eleito indiretamente para presidir o país, havia sido presidente da Petrobras entre 1969 e 1973;
- **geração de energia elétrica** – a Eletrobras, que não foi privatizada devido ao longo tempo de amortização e retorno do capital investido em geração de energia⁹⁸, recebeu atenção especial. No início da década, mais precisamente em 1973 – dentro do I PND (1972-74) –, iniciou-se a construção da barragem de Sobradinho que foi concluída na vigência II PND – 1979. Em 1975 teve início a construção da barragem de Itaipu que, com seus atuais 14 GW de capacidade de geração, ainda é a maior usina hidrelétrica em operação no planeta. Dentro deste mesmo tema no capítulo XIV – Política Científica e Tecnológica (BRASIL, 1974, p. 140) – o II PND prevê uma série de ações nos programas nuclear e espacial brasileiros. A ousadia das propostas e atitude soberana com que se tratou esses temas, no que obste a forma autoritária como era exercido o governo, não agradaram aos EUA. Essas decisões marcam o fim da fase de boas relações de Washington com os presidentes militares brasileiros. Não podemos nos esquecer que em 1975 o presidente Geisel rompe o acordo nuclear com os norte-americanos (Westinghouse), que havia fornecido os equipamentos da usina nuclear de Angra 1 e contrata a construção de mais duas usinas (Angra 2 e 3) de tecnologia alemã (Siemens). Sem contar que a disposição dos militares brasileiros de enriquecer urânio ameaçava o poderio bélico norte-americano. Some-se a isso a vontade declarada de desenvolver um programa espacial.

⁹⁸ Por esse motivo o grande *boom* da privatização no Brasil, no que tange à eletricidade, só foi pródigo em se tratando de distribuição de energia – considerada a parte mais lucrativa na comercialização deste insumo. A geração, que envolve menos retorno imediato de capital, continuou estatal no Brasil. Nesse momento, os apologistas das empresas privadas, que compram a energia das nossas estatais para distribuir no mercado consumidor, não consideram as nossas estatais geradoras improdutivas nem mal administradas.

Definitivamente, as nossas forças armadas estavam interessadas em concorrer com o topo da cadeia produtiva da indústria bélica dos EUA⁹⁹. Isso poderia se constituir num futuro obstáculo para o setor econômico mais dinâmico e protegido pelo Estado norte-americano.

A incursão nacional maciça pela indústria de base não significa que os militares se contentassem apenas com isso. Ela demarcava o limite imposto ao país pelo imperialismo estadunidense. Ao Brasil caberia a produção de *commodities*; insumos básicos e a obsoleta, contudo ainda necessária, produção fordista. Nos planos do império norte-americano, porém, não se encontrava, o que ainda não conseguimos, acesso à produção de tecnologia digital.

Essa década de desenvolvimentismo autoritário, conservador e ufanista, apoiada numa tecnocracia emergente e colaboracionista, teve como um dos ícones a figura do político sem voto popular. Um dos maiores expoentes desta tendência teria sido o urbanista Jaime Lerner, que começou a sua trajetória na política com dois mandatos de prefeito biônico¹⁰⁰ em Curitiba-PR (1971-1975; 1979-1984). Nesta condição ele tratou da cosmética urbana, da mobilidade e se apropriou do *marketing city*. A mídia acabou alçando Lerner à condição de “prefeito do Brasil”. Mais um desses consensos sem conteúdo que o marketing político produz. Não que ele seja desprovido de conteúdo, e sim pela dificuldade dos seus defensores em atestar o que teria feito Lerner para merecer a condição de modelo de gestor urbano.

⁹⁹ Muito se falou nos estragos causados pela operação Lava Jato nas empresas brasileiras de construção pesada e no setor de produção de carnes, que favoreceriam empresas norte-americanas. No entanto há pouca divulgação entorno da condenação imposta ao Vice-almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva. Presidente da Eletronuclear, considerado o pai do programa nuclear brasileiro. Em 2004 ele teria alertado para as pressões dos EUA sobre esse programa, tendo denunciado que o Brasil estaria “infestado” de espões estadunidenses (AMORIM, 2015). Em agosto de 2016 o Almirante Othon Silva, aos 77 anos, foi condenado a 43 anos de prisão, pelo Juiz Marcelo Bretas na versão fluminense da Lava Jato, sob a acusação de corrupção passiva; lavagem de dinheiro; embaraço a investigação; evasão de divisas e organização criminosa (CASTRO, 2016). Não querendo defender a inocência deste senhor, o que nos intriga é haver tantos denunciados em delações cumprindo mandatos públicos e fazendo discursos nas tribunas, enquanto a Lava jato se muda para o Rio e se esquece subitamente de certas autoridades nacionais.

¹⁰⁰ Havia na década de 1970 um seriado norte-americano denominado o “Homem de Seis Milhões de Dólares”. O coronel Stevie Austin (interpretado por Lee Majors) depois de um acidente recebe algumas próteses mecânicas, para compensar mutilações, se tornando um ciborgue. No seriado ele era chamado de homem biônico e trabalhava como agente especial para o departamento de defesa dos EUA. Como ele recebera esses mecanismos em missão do Estado, teria surgido aqui a analogia com os senadores criados por um pacote de mudanças na política brasileira em abril de 1977. A ditadura já apresentava desgastes e o partido de oposição, o MDB, vinha logrando resultados eleitorais crescentes e significativos. A maioria no Senado estava sob ameaça fazendo com que o presidente Geisel, que era tão autoritário quanto nacionalista, editasse esse pacote em abril 1977, fechando o Congresso e mudando as regras das eleições previstas na constituição vigente. Criou-se então a figura do senador eleito indiretamente. Indicados pelo presidente da república e referendados por colégios eleitorais compostos pelas assembleias legislativas e delegados das câmaras municipais, esses senadores receberam a alcunha jocosa de biônico e, desde então, todo cargo político não eleito passou também a ganhar essa adjetivação. Lerner foi prefeito de Curitiba num tempo em que as capitais tinham seus prefeitos indicados pelo presidente da república. Ele foi então prefeito duas vezes sem obter nenhum voto popular.

Acostumada ao sebastianismo desde os tempos de capitania de São Tomé, Campos elege, pelo voto popular, o seu Jaime Lerner. Exatamente em meio a esta década, se lança candidato a prefeito de Campos, pela Arena, o arquiteto Raul David Linhares Corrêa. Jovem que se candidata pela primeira vez, sem nenhum apetite para a política. Raul Linhares, oriundo de uma das famílias proprietárias da Usina do Queimado, foi eleito para um mandato, com um suplemento tampão, que duraria seis anos (1977-1982) renunciando, porém, ao final de cinco. Inspirado em Jaime Lerner, Raul Linhares tentou replicar em Campos algumas ações urbanísticas realizadas em Curitiba. Entre os principais marcos do seu mandato encontra-se o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC) concluído em 1979. Este plano teria feito o primeiro levantamento criterioso da urbanização decorrente da migração rural-urbana, além de um conjunto racional de proposições do uso e ocupação do solo no município de Campos. Segundo Simone Vieira e Teresa Faria (2003), tais proposições são de cunho absolutamente tecnocrático, uma vez que não são acompanhadas de medidas legais e político-administrativas que disciplinariam esse ordenamento. O PDUC se constituía num bom instrumento de regulação, contudo carecia de mecanismos políticos complementares que garantissem a sua realização. Talvez sua principal intenção fosse adaptar o município ao processo de valorização da renda da terra urbana. Afinal, era o que se podia esperar de um prefeito legítimo representante da burguesia canavieira campista, em plena ditadura militar.

O II PND trazia prognósticos mais complexos para além da implantação da indústria de base. Na sua vertente de desenvolvimento regional, um tipo de planejamento que o Estado abandonou paulatinamente desde então, esse plano ensejava preocupações com os desequilíbrios regionais e as potenciais deseconomias urbanas que começavam a precipitar nas metrópoles, sobretudo, paulista e fluminense. O plano chega a explicitar a necessidade da “[...] expansão ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte” (BRASIL, 1974, p. 87). O II PND nutria a expectativa de que ao intervir nas cidades médias essas se tornariam mais habitáveis, mais atrativas ao capital e se constituiriam numa rede de proteção das metrópoles. Havia uma clara preocupação de se investir na cidade média como forma de conter a migração em direção ao sudeste, sobretudo à metrópole paulistana. Assim, ao mesmo tempo que se desenvolviam as cidades menos aquinhoadas, até então, desviariam parte dos fluxos migratórios e de inversões para essas cidades poupando as metrópoles consolidadas dos males da explosão demográfica.

Dando prosseguimento a essa diretriz do II PND, o Governo Federal elaborou o Programa Cidades de Porte Médio que “[...] vigorou por aproximadamente 10 anos, sendo 1976 o marco inicial da sua gestão pela CNPU [Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e

Política Urbana] e 1986 a data de encerramento oficial pelo Banco Mundial” (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 51). Ainda segundo Marília Steinberger e Gilda Bruna,

Documentos elaborados para subsidiar a implantação do programa, durante a primeira política urbana, conceituaram cidades médias como aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política e de organização territorial (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 51).

O programa se desenvolveu em três momentos distintos: entre 1976 e 1979 foi implantada uma primeira versão chamada Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (CPM/Normal), com financiamento exclusivo da União. Nesta fase, Campos como todo Estado do Rio de Janeiro ficaram de fora, devido ao entendimento de que a migração mais crítica se dava das regiões pobres do país para a metrópole paulistana. Desta forma, o CPM/Normal inicialmente se deteve em 76 cidades: 40 de São Paulo; 32 de estados do Nordeste e quatro capitais isoladas: Manaus, Goiânia, Vitória e Florianópolis (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

A segunda fase (1980-81) e a terceira (1982-1986) obtiveram financiamento híbrido, com parte dos recursos do Banco Mundial e, conseqüentemente, com sua ingerência. Estas fases de financiamento misto passaram a se chamar Projeto Especial de Cidades de Porte Médio (CPM/Bird). No biênio 1979-80, o Estado do Rio foi incluído no programa sendo contempladas: Barra Mansa; Barra do Piraí; Campos e Volta Redonda. O CPM/Bird, segundo José Luis da Cruz,

[...] realizou um diagnóstico completo do município de Campos e apresentou uma estratégia de desenvolvimento municipal integrada, com quase cinquenta intervenções, sob a forma de fichas de projetos, nas áreas de saneamento, drenagem, legislação, racionalização da administração municipal, com instrumentos fiscais e de regularização do solo urbano, e geração de emprego e renda (CRUZ, 2003, p. 231).

Completados 10 anos de CPM/Normal e CPM/Bird, a situação fiscal do país havia se agravado sobremaneira, particularmente em função da crise internacional provocada pelo segundo choque do petróleo e a disparada do *spread* bancário. Na “década perdida” de 1980 passamos a viver a busca insana do equilíbrio das variáveis macroeconômicas. A dívida pública e a inflação se tornaram extremamente preocupantes levando o Governo Sarney, em meados da década, a recorrer à moratória unilateral da dívida externa. Exatamente no momento de realização das propostas do CPM/Bird que, por motivos de corte de despesas, segundo José Luis da Cruz (2003), acabaram não saindo do papel.

2.2.1 Ganhos de uma década que se perdeu

Apesar da crise dos anos 1980, e também por conta dela, a reestruturação produtiva não dava tréguas. A automação industrial que, até então, claudicava sob as limitações dos mecanismos pneumáticos e hidráulicos, experimenta então a eficiência da eletrônica digital. Na década de 1980 as plantas industriais dos países centrais introduzem a cibernética de forma irreversível na produção, sobretudo de manufaturas¹⁰¹. A mecatrônica e a robótica, restritas à ficção científica, passam a fazer parte do cotidiano de muitos trabalhadores. É bem verdade que outros tantos não têm essa oportunidade porque foram substituídos por um robô. Esse também é um fator que promoveu mudanças efetivas via gestão de recursos humanos. Essa nova realidade eleva o nível da qualificação e aumenta o exército de reserva sobremaneira. Os sindicatos trocam a luta por melhores condições de trabalho e salários pela manutenção do emprego. Isso, diga-se de passagem, com extraordinários ganhos de produtividade na indústria.

Contudo, nem só de cibernética imediata vive a RCT. A microeletrônica também revoluciona as comunicações, para além dos muros da indústria, garantindo a ubiquidade às grandes corporações. Os cabos submarinos de fibra ótica, particularmente os transcontinentais, comunicam as diversas filiais de uma empresa com a matriz em tempo real. O que era multinacional e transnacional transmuta-se para a configuração *foot loose* de redes internacionais (CASTELLS, 2003). O único empecilho para a comunicação *online full time* acaba sendo o fuso horário – afinal, em algum momento alguém nesse planeta precisa dormir. As diversas plantas no mundo não passam de chão de fábrica. O centro de decisão está todo na matriz. Isso garantido por um sistema de automação que integra totalmente a produção e a informação de tudo que acontece dando conta imediatamente à direção central, esteja ela onde estiver. O comando de uma montadora de automóveis no Japão sabe da baixa de qualquer peça exatamente no momento em que o almoxarife faz a retirada desta no estoque numa filial do Brasil, por exemplo. Esta tecnologia é fundamental para a eficiência do sistema *Just in Time*.

¹⁰¹ “Esta nova etapa do ciclo de Kondratiev está incorporando um novo paradigma tecnológico e uma nova fase do processo de produção capitalista. Ela se baseia na automação, com especial ênfase na robotização, no avanço bioquímico, de engenharia genética e de biotecnologia, dos novos materiais, do laser e outras inovações revolucionárias” (DOS SANTOS, 2014b, *online*).

Os novos materiais também desempenham um papel de destaque nessa nova era. Polímeros com maior resistência mecânica, com peso bastante inferior e com a capacidade de resistência à corrosão consideravelmente superior ao aço são, também, parte deste contexto revolucionário. A fibra ótica também está neste rol, em substituição ao cobre e alumínio, trocando a eletricidade pela luz, na condução da informação. Eliminando as perdas de potência do sinal – provocadas pelo aquecimento na condução de corrente elétrica –, além de solucionar o problema da escassez de matéria prima mineral. Os cabos submarinos, que permitem a ubiquidade das grandes corporações e o mercado financeiro das bolsas de valores 24 horas, são de fibra ótica porque nenhum metal, dadas suas limitações físicas, bateria esse desempenho. As inovações em resinas; plásticos e materiais cerâmicos, a partir da década de 1970, fazem a matriz de custos dos bens duráveis apontar uma curva de queda acentuada do peso relativo das matérias primas em favor da tecnologia. O comércio exterior, que já era desfavorável, se agrava ainda mais, aumentando o déficit no balanço de pagamentos dos países vocacionados para a exportação de *commodities*. Aumenta a chamada dependência dos países subdesenvolvidos.

Para além do já citado *Just in time*, a partir do fim da segunda guerra mundial, é desenvolvida uma série de novos métodos de organização do trabalho e gestão da produção industrial, que questionam valores fundamentais da produção em massa fordista. Com o avanço da robótica tais métodos vão se tornando cada vez mais utilizados. Um desses aspectos que cai em desgraça é a rigidez da produção. O pressuposto no qual Henry Ford sentencia que “você pode ter um carro de qualquer cor, desde que ele seja preto” já não é mais uma verdade absoluta. A globalização dos mercados requer a satisfação de peculiaridades locais, que vão do clima à cultura, que a rigidez fordista não consegue atender.

A complexificação da produção também requer trabalhadores mais autônomos e criativos e isso exige mudanças radicais na maneira de gerenciar a força de trabalho, incompatíveis com as práticas alienantes e limitadoras fordistas¹⁰². Essa nova forma de organizar a produção aliada à externalização das atividades periféricas da empresa, reduzindo a sua verticalidade, introduziram uma flexibilidade jamais vista na indústria taylorista fordista. Desta forma, a produção industrial, fundamentada na automação dos meios de produção e em novos métodos de organização do trabalho, se tornou conhecida como acumulação flexível.

Como já discutimos anteriormente, se a produção rígida fordista se entendia bem com as políticas keynesianas, a acumulação flexível dispensa essa aliança. No bojo dessas

¹⁰² Embora, segundo Richard Sennett (2011), a produção flexível tenha introduzido outras formas de alienação do trabalho que em nada garantem melhorias nas condições de produção no que diz respeito à classe trabalhadora.

mudanças, cai por terra mais um pilar fordista – a durabilidade do bem. Classificar um produto de alta tecnologia como um bem durável seria um absoluto contrassenso¹⁰³. Com efeito, a inovação na produção *high tech* tem como um dos objetivos primordiais tirar de circulação o modelo anterior o mais rápido possível. Doa a quem doer. Caso contrário a acumulação não se dará no ritmo mínimo esperado. Entramos na era do hiperconsumo. Essa estratégia, conhecida como obsolescência programada, se adequa com rara perfeição ao atendimento dos nichos de mercado da indústria flexível e se encaixa como uma luva no abandono das políticas inclusivas defendido pelo Consenso de Washington. Se o keynesianismo “caiu do céu” para a produção em escala fordista, a acumulação flexível “é a cara” do Estado mínimo neoliberal.

Este quadro tem permitido prolongar a vida do modo de produção capitalista e os ganhos de produtividade da acumulação flexível geraram bastante excedentes nas décadas de 1980 e 90. Muito embora a promessa era de uma globalização que distribuiria benefícios, a contrapartida são altos índices de desemprego e o crescente endividamento dos Estados nacionais. Aplicar esses excedentes no mercado financeiro tem sido uma estratégia do capital produtivo que é também rentista *part time*. Isso, entretanto, parece não ser suficiente e a onda neoliberal, do fim de século XX, incorporou ao discurso do Estado mínimo mais uma falácia que a mídia corporativa tratou de martelar até conferir veracidade. Assim, não se dando por satisfeitos, em culpar o bem-estar social pela insolvência do Estado, criaram o discurso da ineficiência do Estado como gestor e a privatização das empresas estatais ganhou lugar cativo no decálogo do Consenso de Washington. Theotonio dos Santos, de forma muito própria, defende a estatização estratégica de alguns setores da economia. Segundo ele,

A intervenção direta do Estado como produtor só interessa ao capital quando a taxa de lucros baixa demasiado em certos setores. As empresas estatais, as cooperativas e as empresas de trabalhadores podem operar estes setores com taxa de lucro zero ou próxima a zero. Se se tratar de setores de utilidade pública, pode-se até praticar um subsídio direto contando com forte apoio social. Esta intervenção libera capitais presos em setores decadentes para setores de maior lucratividade, elevando a taxa média de lucro da economia capitalista (DOS SANTOS, 2014a, *online*).

Neste momento havia um número significativo de empresas estatais em todo mundo e colocar a maioria delas à venda, simultaneamente, aviltou o valor de mercado dessas empresas. Assim as empresas estatais, em grande parte do planeta, foram privatizadas em um curto espaço de tempo. Surgiram muitos negócios de ocasião. A guisa de exemplo, a Vale do Rio Doce,

¹⁰³ Para Mészáros (1989) a obsolescência programada fez muitos desses bens deixarem de ser duráveis ao longo do Século XX.

atualmente apenas Vale, estatal brasileira gigante no ramo de mineração, foi leiloada em seis de maio de 1997, no Governo Fernando Henrique Cardoso, por cerca de 3,14 bilhões de dólares. Independentemente do juízo de valor que se faça do caráter controverso dessa ou da privatização lato sensu – e há um farto material disponível sobre isso – a Vale, depois de privatizada, em 2010 valia cerca de 45 vezes mais que no momento da sua privatização. Suas reservas minerais triplicaram, milagrosamente, dias depois da privatização (REVELLI, 2010). Isso é um indício bastante concreto de que a privatização das empresas estatais, todas feitas quase que simultaneamente, sob os auspícios do Consenso de Washington, foi um ótimo negócio para quem detinha capital acumulado disponível no momento dessas aquisições. Mesmo que admitamos que aviltar dessas estatais não tenha sido intencional. Sem contar a permissão do uso de “moedas podres” (títulos da dívida pública de pouca liquidez e grande deságio) no seu valor de face, além de financiamento de parte do preço garantido pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

2.2.2 Perdas econômicas e ganhos políticos

A década de 1980, contudo, se apresenta para o Brasil sob uma configuração política *sui generis*. Isto é, no momento em que estávamos realizando a nossa redemocratização e afloravam, por aqui, pelo menos, duas décadas de demandas políticas reprimidas. Para David Harvey há nesse momento no Brasil, uma “[...] estranha [e dialética] convergência de neoliberalismo e democratização” (HARVEY, 2014b, p. 14) que tem como resultado, por um lado, a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição – que tratam da função social da propriedade urbana – no contrafluxo da neoliberalização global. Talvez a nossa Constituição, com sua ampla defesa do Estado de bem-estar, tenha sido um dos motivos que provocou a iniciativa de sistematização do Consenso de Washington, cerca de um ano depois de sua promulgação.

A elaboração da Carta Magna Brasileira se dá num momento em que emergiam forças reprimidas em confronto com uma classe dominante atrasada que, de forma truculenta, se apoderou do Estado visando a manutenção do nosso patrimonialismo histórico. Desde 1964 setores de esquerda e liberais autênticos clamavam, sem resultados expressivos, pela necessidade de maior diálogo, além de políticas públicas que apontassem para uma universalização de direitos que minimizasse nossa modernização conservadora. A

“Constituição Cidadã” não foi uma concessão, foi produto de duros embates entre conservadores e progressistas no âmbito da sociedade e no interior do Estado brasileiro, resultado genuíno da negociação dos conflitos provenientes da relação entre sociedade política e sociedade civil – na mais pura acepção gramsciana.

A pouco mais de dois meses da sua promulgação o então presidente José Sarney, representando as camadas conservadoras da política nacional, em pronunciamento à nação, teria dito que aquele texto constitucional tornaria o Brasil ingovernável. Entre os dispositivos que mais incomodavam os neoliberais da época, destacavam-se a descentralização de recursos para estados e municípios, além do volume de gastos destinados à seguridade social (ULYSSES, 1988). A resposta de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, um dos principais líderes da reconstrução democrática, foi dada em plenário no dia 27 de julho de 1988: “A fome e a miséria são ingovernáveis” (ULYSSES, 1988, p. 2).

Um aspecto que o olhar atento de Harvey (2014b) não deixa escapar é que nesse embate havia se constituído um movimento de resistência ao golpe militar, à ditadura e ao conservadorismo empedernido que tomara o poder. Esse processo histórico alimentou as vitórias da nossa assembleia constituinte, cujos signatários se sentiram representados no discurso do deputado Ulysses Guimarães (ULYSSES, 1988). Uma das vertentes dessa resistência viria a ser o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), criado em 1985, que se tornou Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), depois de promulgada a Constituição de 1988. Esse movimento fez ressurgir os ideais defendidos no SHRU em 1963 e arregimentou uma série de espaços de ativismo no país tais como: movimentos sociais; sindicatos; religiosos e profissionais do ramo de engenharia e arquitetura¹⁰⁴. A militância desse imenso coletivo, por meio de uma emenda popular com mais de 200 mil assinaturas, conseguiu inserir na Constituição de 1988 os artigos 182 e 183. Tais dispositivos constitucionais foram regulamentados pela Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Este estatuto prevê uma série de instrumentos de gestão urbana que permitem disciplinar o uso e ocupação do solo, evitando a especulação fundiária, além de conferir condições de ampliação do direito à cidade em favor da maioria da população.

Um dos pilares que sustentavam o MNRU durante as décadas de 1970 e 80 teria sido a luta dos mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH) (RESENDE, 2001). As associações

¹⁰⁴ “O Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou o cenário de participação popular em todo o Brasil no processo da Constituinte de 1988, formado por um grupo heterogêneo, cujos participantes atuavam em diferentes e complementares temáticas do campo urbano. Reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos” (SAULE JÚNIOR; UZZO, 2009, *online*).

de moradores, por sua vez, se destacaram entre os espaços institucionais mais fecundos nas conquistas desse movimento. Em Campos, partidos de esquerda, ativistas e movimentos sociais organizaram as associações de moradores e a Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos (Famac). Essa federação incorporou a luta dos mutuários, além de participar ativamente da organização da Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro (Famerj), que desempenhou papel de destaque no MNRU.

Havia em Campos um advogado trabalhista – Carlos Alberto Tavares Campista – militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) clandestino, advogado de sindicatos de trabalhadores, que se destacou como liderança na Famac e na Famerj dos anos 1980. Em entrevista nesta pesquisa, o sociólogo Nelson Pimentel, que foi secretário geral da Famac na gestão de Campista (codinome com que ele se tornou conhecido no meio político), afirma que este compôs a chapa que sucedeu Jó Resende¹⁰⁵ na Famerj em 1984, tendo Chico Alencar¹⁰⁶ como cabeça. Na chapa adversária, vencida neste pleito, encontrava-se um jovem político em início de carreira, recém filiado ao PDT (Partido Democrático Brasileiro) de Leonel Brizola, ainda sem ter cumprido nenhum mandato. Estamos falando de Anthony William Matheus de Oliveira – o Garotinho. É certo, porém, que nem Carlos Alberto Campista nem Anthony Garotinho, por mais que desejassem, poderiam prever, neste momento, que ambos seriam eleitos prefeitos de Campos. Anthony Garotinho, com menos de 30 anos, se elege em 15 de novembro de 1988, com uma Constituição Federal absolutamente nova, sem as mutilações perpetradas nesses últimos 30 anos. Um texto redigido sob a égide da frente municipalista e com um código tributário que tanto incomodava o presidente José Sarney. Afinal, quem logrou o melhor quinhão nessa divisão foram exatamente os municípios. Desta forma, Garotinho faz um mandato com certa tranquilidade fiscal, porém no campo político já experimenta seus primeiros percalços no que tange a dificuldade de dialogar com a sociedade civil.

De acordo com o artigo 182 da Constituição, todo município com mais de 20 mil habitantes teria que ter um plano diretor aprovado pela Câmara Municipal (BRASIL, 1988). Embora o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta este artigo, ainda estivesse a 13 anos da sua promulgação, a obrigatoriedade de elaborar o plano era objetiva e de aplicação imediata. Assim sendo, na segunda metade do seu primeiro mandato de prefeito em Campos, Garotinho decide elaborar o primeiro plano diretor de Campos. No rol dos acertos, a prefeitura contrata como

¹⁰⁵ Jó Resende foi presidente da Famerj entre 1980 e 1984, onde se projetou na política. Em 1985 foi vice na chapa que elegeu Roberto Saturnino Braga prefeito do Rio pelo PDT. Assumiu o fim do mandato em setembro de 1988, depois da renúncia de Saturnino (RESENDE, 2001).

¹⁰⁶ Hoje deputado federal pelo PSOL.

consultora, a conhecida geógrafa Lysia Bernardes, e aproveita algumas informações de estudos pré-existentes do Projeto Especial de Cidades de Porte médio CPM/Bird (SOFFIATI, 2014), por exemplo. A renomada geógrafa, porém, vem a falecer junto com seu marido – Nilo Bernardes – num acidente automobilístico trágico a caminho de Cabo Frio (NACIF, 2014), pouco antes do plano diretor de Campos ser promulgado.

Não se pode afirmar peremptoriamente que a gestão Garotinho se aproveitou da ausência da professora Lysia Bernardes nessa fase final do plano para adulterar a minuta produzida pela consultoria, porém é fato que a partir de então surge uma das grandes polêmicas da história política recente de Campos. Alguns colaboradores do processo que deu origem ao texto preliminar, elaborado pela consultoria coordenada pela professora Lysia Bernardes, asseguram que cerca de 30 páginas da proposta teriam sido removidas da minuta final. Um dos signatários desta denúncia é o professor Arthur Soffiati, nosso entrevistado nesta pesquisa, além de outras anteriores. Convidado pela consultoria para opinar, ele sugeriu que fosse cumprido “[...] o que diz o artigo 173 da Lei Orgânica [de Campos] e o 228, inciso IV da Constituição do Estado: o plano diretor deve ser formulado por um conselho criado por lei que vai ele mesmo examinar, sancionar, para depois encaminhar para a Câmara Municipal” (SOFFIATI apud GOMES FILHO, 2003, p. 132).

A professora Lysia Bernardes, entretanto, teria confidenciado ao professor Soffiati que estava encontrando resistência no governo quando se tratava de cumprir um ritual mínimo de *accountability* e participação. Apesar disso, ela teria assegurado que faria uma audiência pública para dar transparência à fase de encaminhamento à Câmara Municipal. Com a morte da professora Lysia, essa audiência pública caiu no esquecimento. A equipe do prefeito considerou o plano muito regulador e retirou boa parte dele, segundo Soffiati (apud GOMES FILHO, 2003). Entre outras glosas, consideraram a zona histórica muito extensa e os gabaritos propostos muito rigorosos. Assim, retiraram o texto central da professora Lysia e enxertaram no novo texto do plano trechos do PDUC de 1979. Na opinião do professor Arthur Soffiati, o plano perdeu unidade e se tornou desconexo. A partir de então ele e as autoridades municipais travaram uma longa batalha por meio da imprensa que, segundo Soffiati (apud GOMES FILHO, 2003), deve perfazer cerca de 30 artigos.

Essa é uma polêmica que não permite um encaminhamento objetivo, em se tratando de uma conclusão, contudo não parece restar dúvidas de que, nas ações do poder executivo, nesse caso específico, mais uma vez, prevaleceram os interesses do capital imobiliário e do rentismo fundiário urbano. Basta ver os temas vetados relacionados na entrevista do professor Soffiati: patrimônio histórico e gabarito das edificações verticais.

2.3 A dívida pública e a cidade

Para os Estados nacionais, por seu turno, as décadas de 1980 e 90 representaram um período de aumento expressivo dos gastos públicos em relação ao PIB (DOS SANTOS, 2014a). Não é por acaso que praticamente em ato contínuo o Consenso de Washington tenha previsto no seu decálogo a disciplina fiscal; a redução dos gastos públicos e a manutenção de juros de mercado. Ora, se os Estados nacionais estão endividados e quem aplica na dívida pública o faz com excedentes de capital acumulado em empresas privadas, se o FMI só socorre os endividados mediante disciplina fiscal; redução de gastos públicos e manutenção de juros de mercado os Estados nacionais acabam se transformando no grande paraíso do rentismo global. Melhor que acumular capital em produção flexível só mesmo comprar títulos da dívida pública de nações endividadas. Não precisa nem gerenciar, o FMI se incumba disso sem custos para o investidor.

O mercado financeiro é considerado, hoje, o lócus privilegiado da acumulação, segundo Jameson (2001) o terceiro estágio do capitalismo. Um ambiente especial para quem já acumulou capital e não deseja passar pelas agruras da gestão de um grande empreendimento nos setores primário e secundário, além de outras iniciativas do terciário. É sabido também que mesmo os investidores do setor produtivo reciclam seus excedentes no mercado de capitais e no mercado financeiro, sobretudo nas dívidas públicas dos Estados nacionais. Essa talvez seja uma das causas principais do gigantismo do capital financeiro contemporâneo.

Como vimos no capítulo anterior, o capital “descobriu” que o consumo de bens duráveis é uma estratégia eficiente no processo de convencimento de fazer um cidadão se endividar. Ou seja, pagar, ao longo de um tempo, algumas vezes o valor do bem que se está adquirindo. Esta prática tem gerado fortunas no varejo, onde empresas ganham muito mais com os juros do financiamento do bem que, propriamente, com as taxas de lucro da venda do produto. Quanto maior o valor do produto, maiores o tempo de “fidelidade” e os valores extorquidos do freguês incauto. Não é por acaso que o automóvel, há mais de um século, é a vedete da companhia dirigida pelo capital. Maiores financiamentos que de automóveis só os do mercado imobiliário.

No início deste milênio o mercado imobiliário norte-americano encontrou uma brecha nesta onda dos financiamentos de bens duráveis, aproveitando uma redução dos juros, promovida pelo FED (banco central dos EUA). No ano de 2003 os juros atingiram o patamar

de 1% ao ano, sob a alegação de que era preciso conter o processo recessivo iniciado com a crise das empresas “pontocom” na virada do milênio. O mercado imobiliário e os bancos vislumbraram então uma grande oportunidade para atrair consumidores, inclusive os chamados *subprime*, ou seja, aqueles cujo setor bancário considera tomador de alto risco. A resposta foi rápida, em 2006 o mercado atingiu o seu ápice. Neste ramo, porém, ainda não há obsolescência programada e os preços dos imóveis começaram a cair. Os juros que já vinham subindo desde 2004, tornaram o negócio do imóvel sem a atratividade de antes, além de começarem a produzir inadimplência, em particular na fatia *subprime*. Como a estratégia de viabilização do cliente *subprime* foi a securitização da dívida¹⁰⁷, a crise acabou se alastrando por todo mercado financeiro internacional. O receio da falência geral levou a uma retração extraordinária, sobretudo nos empréstimos interbancários. Desta forma, a crise atingiu a todos os setores da economia. Segundo David Harvey,

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e as lojas e as fábricas fecharam. Muitos dos tradicionais ícones da indústria dos EUA, como a General Motors, chegaram perto da falência, e um socorro temporário das montadoras de Detroit teve de ser organizado (HARVEY, 2011, p.13).

Nem John Maynard Keynes, nos seus dias de mais profundo otimismo, acreditaria que o paraíso da economia de mercado, os EUA, seriam mais keynesianos que ele mesmo. Imaginem deixar a gigante General Motors sucumbir à ausência de financiamentos que garantem os polpudos fluxos do comércio da sua produção. Imaginem os impactos no emprego em toda cadeia produtiva. Nessa hora o fundamentalismo neoliberal desaparece e o orgulho dá lugar ao juízo.

¹⁰⁷ A securitização de uma dívida é um processo financeiro onde se dá a “[...] conversão de empréstimos bancários e outros ativos em títulos (*securities*) para a venda a investidores que passam a ser os novos credores dessa dívida” (SANDRONI, 2005, p. 759). Embora este anglicismo nos induza ao entendimento de que securitizar seja tornar seguro, a tradução mais precisa da expressão *security* seria alguma coisa como “valor imobiliário” (FAVARETTO, 2015, p. 21), isto é, transformação de ativos em títulos do mercado imobiliário. Em se tratando de securitização de empréstimos bancários, quanto menor a capacidade de honrar o compromisso, por parte do tomador inicial, maior o risco da operação, resultando em grandes deságios na venda da dívida e em ganhos extremamente altos quando não há inadimplência. Esse tipo de operação, engendrada por Lewis Ranieri no final da década de 1970 (A GRANDE, 2015; FAVARETTO, 2015), foi responsável por grande parte da financeirização do capitalismo que transformou o mercado de crédito num verdadeiro cassino global *online*. Desta forma, o que era seguro e de baixa rentabilidade se tornou altamente rentável e de elevado risco. Tudo isso, porém, “[...] controlado por maravilhosas inovações financeiras de securitização que, supostamente, partilhavam o risco, criando a ilusão de que este tinha desaparecido” (HARVEY, 2011, p. 24).

2.3.1 A cidade distópica pós-moderna

Desde que essas mudanças vêm ocorrendo na produção fordista e no Estado keynesiano, mais precisamente a partir do último quarto do século XX, as cidades vêm sofrendo metamorfoses em consonância com essa nova lógica, ainda que guardado um tempo maior de resposta, além de alguma resistência. A modernidade não é mais a mesma do início do século passado. O que era sólido se ainda não se desmanchou no ar, de todo, pelo menos se liquefez em parte, segundo Bauman (2001) e sua modernidade líquida. As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) provocam o que Harvey (2001) denominou compressão espaço-tempo, por meio da quase aniquilação da variável tempo. A informação circula numa instantaneidade mágica pelo planeta. A moeda que já valeu seu peso em ouro hoje não passa de fugazes dígitos de cristal líquido numa tela de *smartphone*. A lógica competitiva um tanto arrivista, a concepção fragmentária e descontínua de espaço, a superficialidade das relações e a flexibilidade como regra geral, impregnaram a nossa vida produzindo um novo padrão de urbanidade.

Ao avaliar as consequências urbanas da mudança do modelo regulatório, promovido no sistema mundo moderno do pós-guerra, David Harvey assevera que: “A crise fiscal da cidade de Nova York foi um caso paradigmático” (HARVEY, 2013, p. 54). A reestruturação capitalista, a desindustrialização e a suburbanização rápida teriam provocado o empobrecimento das zonas centrais da cidade, tendo como consequência um clima de insatisfação social insustentável na década de 1960. A saída para o que ficou conhecido como “crise urbana” se deu por meio de empregos e serviços, ambos públicos, garantidos em grande parte por recursos federais. As dificuldades fiscais do início dos anos 1970, que fizeram Richard Nixon abolir unilateralmente o padrão ouro-dólar, porém, levaram esse presidente a declarar que a crise urbana havia chegado ao fim e cortar os subsídios federais. A cidade de Nova York que já se encontrava bastante endividada com diversos bancos não conseguiu arcar com os custos dos programas sociais e dos empregos públicos sem ajuda federal. Segundo David Harvey, “[...] em 1975 um forte grupo de banqueiros de investimento (liderados por Walter Wriston, do Citibank) se recusou a rolar a dívida e levou Nova York à bancarrota técnica” (HARVEY, 2013, p. 55).

O processo de resgate da Nova York insolvente é dramático e massacrante, sobretudo para com seus habitantes oriundos da classe trabalhadora. Uma verdadeira chantagem de agiotas legalizada. Construiu-se um *pool* de novas instituições que assumiram a gestão orçamentária da cidade com plenos poderes de ação. As receitas passaram então a alimentar

prioritariamente os acionistas do fundo de resgate, sendo que os serviços essenciais seriam mantidos com o que restasse. Os sindicatos municipais de trabalhadores viram seus ideais ruírem. A nova lógica se baseava no tripé:

- cortes de empregos públicos;
- congelamento de salários;
- redução drástica e cobrança por serviços públicos essenciais.

Foi a partir de então que “[...] o sistema universitário da CUNY – City University of New York – passou a cobrar [...]” (HARVEY, 2013, p. 55). Para culminar, os sindicatos municipais foram obrigados a investir recursos dos seus fundos de pensão em títulos da dívida da cidade. Assim os sindicatos são impelidos a viver um dilema implacável: ou baixavam o tom das reivindicações ou viam seus fundos de pensão sob forte ameaça de pulverização numa possível falência da cidade. Todo esse processo se dá sob a observação da Casa Branca, sendo que o presidente Gerald Ford não só concorda com tudo como chega a afirmar que este tipo de resgate deveria ser exemplarmente doloroso. Assim sendo, evitaria que outras cidades norte-americanas ousassem trilhar os mesmos caminhos de Nova York (HARVEY, 2013).

Os banqueiros de investimentos, por sua vez, passam a desenhar uma Nova York segundo seus interesses. Era preciso criar um clima favorável de negócios, sobretudo em se tratando de infraestrutura para o mercado financeiro. As telecomunicações se tornam o alvo central dos investimentos públicos municipais. Era preciso buscar a ubiquidade global e a comunicação *online full time* com outros centros financeiros globais. O *city marketing* se incumbem de projetar internacionalmente uma cidade *sui generis*. A campanha destinada a conferir valor de troca à cidade de Nova York, ganha um misto de slogan e logomarca que correu mundo – o ultraconhecido e irônico: *I love New York*¹⁰⁸. A cultura ganha destaque na construção de uma identidade nova-iorquina, além de se constituir em mais uma mercadoria. “A exploração narcisista do ego, da sexualidade e da identidade se tornou o *leitmotiv* da cultura burguesa urbana. A liberdade e a licença artísticas [...] levaram na verdade à neoliberalização da cultura” (HARVEY, 2013, p. 57).

Na medida em que o capital financeiro se constitui na nova e principal vertente do capitalismo, ele passa a reelaborar a cidade de acordo com suas necessidades. Afinal, ele é global, não tem pátria nem reconhece fronteiras. Mesmo as cidades que ele cultua são meras

¹⁰⁸ O slogan que circou o planeta, muito utilizado em adesivos para automóveis e camisetas, entre outros instrumentos de marketing, tinha na frase *I love New York*. No lugar do verbo (love) um coração e o nome da cidade abreviado: I♥NY.

bases para ancorar o frenesi dos seus fluxos planetários. Paralelamente ao penoso resgate fiscal de Nova York, podemos observar a gênese da terciarização da economia. O setor industrial, via automação dos meios de produção, deixa de ser o grande empregador e o de serviços passa a reter os maiores estoques de mão de obra. Serviços do tipo: administração financeira, assistência jurídica e comunicações vêm a ser amplamente demandados. Descortina-se então uma Nova York sombria e impiedosa, onde e quando o proletário que perdeu o posto de trabalho na indústria – e depois no serviço público – não tem qualificação suficiente para o novo perfil exigido pelo mercado financeiro. O momento na Big Apple era dos *yuppies*¹⁰⁹. A pobreza grassa e boa parte dos que já foram trabalhadores vão engrossar as fileiras de um lumpesinato emergente. Na década de 1980, de forma pioneira em Nova York, e mais tarde nas metrópoles financeiras dos outros países centrais, uma das expressões de maior recorrência – quase tão evidente quanto *yuppie* – foi *homeless*.

O neoliberalismo que tem como cobaia o Chile, em se tratando de Estado nação, utiliza Nova York para desenvolver um modelo de cidade onde os ganhos do capital financeiro se sobrepõem ao bem estar das pessoas. Segundo David Harvey,

A administração da crise financeira de Nova York abriu pioneiramente o caminho para práticas neoliberais, tanto domesticamente, sob Reagan, como internacionalmente por meio do FMI na década de 1980. Estabeleceu o princípio de que, no caso de um conflito entre a integridade das instituições financeiras e os rendimentos dos detentores de títulos, de um lado, e o bem estar dos cidadãos, de outro, os primeiros devem prevalecer (HARVEY, 2013, p. 58).

A Nova York conformada nos anos 1970 – 80 dita a moda de cidade. Surge então um desenho de cidade pós-moderna que constitui uma rede urbana planetária – as cidades globais. Sem muito planejamento ou com um planejamento pragmático, seletivo e dissimulado, já que os liberais não assumem desacreditar na mão invisível do mercado. Afinal, a mão invisível não constrói as condições necessárias para a farra do capital financeiro mundial sem uma contribuição concreta.

As grandes metrópoles, de maior centralidade em suas regiões, despontam na rede global de cidades tornando-se candidatas privilegiadas à localização de um ancoradouro dos

¹⁰⁹ O termo *yuppie* é uma das marcas desse momento nova-iorquino. Vocábulo derivado da sigla YUP (*young urban professional* – profissional urbano jovem). O *yuppie* surge na década de 1980 (SANDRONI, 2005, p. 898), como modelo de trabalhador bem-sucedido, ou seja, o ideal de profissional capaz de ser produtivo num ambiente que é, ao mesmo tempo, resultado e alvo de futuras reengenharias. Jovem (descartado ao atingir a faixa dos 40 anos) e qualificado é o perfil do trabalhador-consumidor da nova era, ou seja, tempos de capitalismo regido pelo tripé neoliberalismo, acumulação flexível e obsolescência planejada. Henry Ford jamais sonharia com esse padrão de trabalhador.

fluxos de informação financeira. Uma bolsa de valores para operação do mercado de capitais, modernos aeroportos, serviços bem estruturados de comunicação e turismo são sinais de que essa cidade está apta a ser um ponto atrativo para o que Milton Santos (2006) chamou de fixos desses fluxos e que Castells (2003) definiu como espaço de fluxos que suplantaria a percepção historicamente enraizada de espaço de lugares.

Assim, o modelo *mainstream* de cidade vai adquirindo uma estrutura social expressa numa estética paradoxal e caótica no estilo *cyberpunk*¹¹⁰. Com uma convivência geminada entre tecnologia e decadência social – o chamado *High Tech, Low Life*. As grandes cidades globais, em particular as candidatas a essa condição, ainda que localizadas nas nações do capitalismo dependente, estão cada dia mais parecidas com a Los Angeles de *Blade Runner* (1982).

A reestruturação produtiva, que ocorreu na indústria, matizou a cidade de uma forma indelével. A relação siamesa entre indústria e urbanização se distanciou como nunca. A nova configuração territorial global, o uso de tecnologia intensiva e o transporte naval, baseado na containerização, teriam libertado as plantas industriais da antiga dependência da cidade.

Por outro lado, as grandes cidades, se espelhando em Nova York, vão se tornando acolhedoras para os serviços, sobretudo aqueles voltados para o mercado financeiro. A nova logística naval talvez seja uma das partes mais perceptíveis desse processo. A utilização de contêineres no transporte marítimo, do sistema *Just in time*, prescinde da maior parte do pátio de estocagem, embarque e desembarque das zonas retroportuárias. Isso sem contar com a redução drástica do tempo de permanência dos produtos no porto. Essas áreas, quase sempre centrais, vão sendo abandonadas e sofrem um processo de degradação, no que obste a robusta infraestrutura urbana existentes nesses locais.

¹¹⁰ A cultura da estética *cyberpunk* surgiu na década de 1980 na literatura, nos quadrinhos e também no cinema de ficção científica. Mescla dois aspectos que traz no nome: a presença da tecnologia cibernética, além da estética e desencanto do movimento punk. Defende a liberdade extrema de uso da tecnologia, é influenciada pela cultura *hacker*, além de negar o capitalismo. Um dos movimentos com grande ativismo nos protestos que vimos nas grandes cidades brasileiras, sobretudo em junho de 2013 – os Black Blocs – possuem fortes influências da cultura punk e *cyberpunk*. O movimento punk cultua uma visão de futuro extremamente distópica e tem estreita relação com movimentos oriundos do proletariado, em particular com os anarquistas, embora nem sempre tenha posição política bem definida. O *cyberpunk* faz a apologia do slogan “*high tech, low life*” que seria alguma coisa do tipo alta tecnologia e baixa qualidade de vida. O filme *Blade Runner* (1982), de Ridley Scott é uma das maiores expressões da estética *cyberpunk*. Há nesta película uma quantidade expressiva de alusões a características de um futurismo pós-moderno. A clonagem de humanos – no todo ou em parte – produzidos pra durar apenas 4 anos, aliada a uma ética duvidosa em torno dessas práticas; a utilização cotidiana de tecnologia digital; a verticalização exacerbada das moradias; a fragmentação do sentimento nacional; a presença comum de figuras asiáticas numa metrópole estadunidense, sobretudo num anúncio eletrônico de Coca-Cola protagonizado por uma japonesa; a precarização e horizontalização fragmentária e desregulamentada da produção; o tom pessimista com relação ao mundo; a cidade suja, decadente e distópica são alguns dos valores pós-modernos aludidos no filme. Não é por acaso que ao falar de cinema pós-moderno Harvey (2001) cite apenas duas películas e que *Blade Runner* seja uma delas.

A reconversão das áreas degradadas dessas cidades em locais dotados de projetos imobiliários e amenidades, que estejam em sintonia com esse admirável mundo novo, é o grande desafio do urbanismo pós-moderno – o planejamento urbano estratégico. Esse processo de gentrificação (HARVEY, 2013; 2014b) que Lefebvre (2008) chamou de segregação espontânea e programada, que “expulsa para a periferia da periferia” (MARICATO, 2013, p. 24), os trabalhadores que a nova lógica econômica global desempregou e empobreceu, busca um novo segmento de pessoas. Uma plêiade de cidadãos solventes: mão de obra ultraqualificada para os serviços globais que a cidade pretende atrair, além de turistas internacionais com alto padrão de gastos diários e grandes taxas de permanência no local. O que ficou definido como “lugar de consumo e consumo do lugar” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

A valorização da cultura passa a ser fundamental para que haja o consumo do lugar. Além do patrimônio histórico local, os eventos festivos, em particular grandes shows de *pop stars* e competições esportivas internacionais, em estádios para dezenas de milhares de pessoas – agora chamados de arenas multiuso –, tornam-se parte fundamental da agenda. Além de permitir o local atrativo para uma classe solvente, a cidade se converte em sócia de um dos grandes *players* globais – o *show business*. É chegada a hora em que tudo se negocia, tudo é mercadoria, em particular a cultura, o chamado “*cultural turn*” (ARANTES, 2000, p. 14). A fetichização da cultura tem um aspecto muito peculiar, ela já nasce com o carimbo da obsolescência programada, ou seja, é um bem ontologicamente efêmero. Não há durabilidade para um grande show de Paul McCartney no Maracanã; do Iron Maiden ou Metallica num Rock in Rio; para uma final de Libertadores da América ou da Champions League.

Assim, a cidade contemporânea entra na lógica pós-moderna do efêmero e do descartável, quando tudo se torna rapidamente obsoleto e desinteressante. Até mesmo o trabalhador está sujeito à obsolescência programada. Muitos não se dão conta de que ser solvente e cobiçado hoje pode significar ser obsoleto e descartado amanhã.

O resgate financeiro de Nova York, então, produz uma nova modalidade de urbanismo, chamado estratégico, que se espalha pelo mundo como uma pandemia. Onde o neoliberalismo chega na política econômica do Estado nacional, não faltam propostas de plano estratégico de cidade (PEC), especialmente em se tratando de uma cidade com vocação para sediar um centro financeiro.

A cidade de Barcelona talvez tenha sido o caso mais notório deste tipo de planejamento. As suas Olimpíadas de 1992, compõem uma das estratégias deste plano que, entre outras coisas, cultiva o fomento de eventos globais como forma de atrair turistas solventes. Embora Nova York tenha sido a cobaia deste processo, Barcelona acaba sendo o *case* de sucesso. Talvez

porque a metamorfose nova-iorquina tenha sido dolorosa demais. Por mais que se tentasse passar um clima de otimismo por meio da difusão do “I♥NY”, o que ficou foi o *the dark side of the force*, ou seja, a imagem de uma metrópole falida, em trajetória desatinada, colocando a maior parcela dos custos do seu resgate fiscal sobre os ombros de uma população de trabalhadores em franco processo de pauperização. Diante da materialidade da Nova York dos anos 1980-90, é difícil dissociar a sua imagem de uma cidade totalitária e cruel com as classes populares. Por piores que sejam as intenções de quem opta por uma proposta de reestruturação de uma cidade, o *city marketing* não se coaduna com a adesão a um modelo que traz um estigma de cidade falida e que tem como estrela da companhia um programa de segurança pública.

A rigor, o que mais se viu divulgar do plano de resgate de Nova York, foi o programa tolerância zero do prefeito republicano Rudolph Giuliani. Uma política de segurança pública de meados dos anos 1990, que assume uma postura policialesca para com os pobres da cidade, que segundo Harvey, não tinham praticamente opção senão a “redistribuição de renda através da violência criminoso” (HARVEY, 2013, p. 57) como alternativa de sobrevivência. É bem verdade que ao ostentar quedas de índices de homicídio de mais de 60%, a tolerância zero não deixou de cumprir o que prometeu, porém não há como negar que houve um processo duro de criminalização da pobreza. Se por um lado há a tolerância zero para com a criminalidade, por outro vimos a intolerância total em relação a uma parcela da população que já pagava um ônus pesado pela austeridade fazendária. Foram os sem teto e os delinquentes de baixa periculosidade, legado das políticas de ajuste fiscal da cidade, iniciadas nos anos 1970, que pagaram o preço mais alto pela transformação da Big Apple numa cidade de exceção. Ao assumir uma postura fascista que, ao tratar estatisticamente a segurança pública, criminalizou a condição de morador de rua, por exemplo. A gestão Giuliani acaba, de certa forma, responsabilizando os pobres pelos problemas da cidade. Senão vejamos o que tem a dizer, sobre os sem-teto, o prefeito candidato à reeleição em entrevista à Folha de São Paulo em 1997:

Folha - E os sem-teto?

Giuliani - Você quase não os vê. Há alguns anos, eles viviam empilhados. O que fiz? Ofereci emprego para eles. Limpam parques, ruas, até delegacias. Pouco a pouco, quero reintegrá-los à sociedade. Estou mantendo contatos com empresas para que, no futuro, eles tenham novos empregos, uma espécie de plano de carreira. De varredor para caixa do McDonald's e assim por diante. Basta o governo querer, e o sem-teto, também. Percebi que nem todos, infelizmente, querem.

Folha - O senhor acha que alguns não trabalham por preguiça?

Giuliani – Alguns simplesmente não querem fazer nada. Mas o cidadão comum não tolera mais o sem-teto, como há alguns anos. Quem quer ir ao Central Park com crianças e almoçar ao lado de gente maltrapilha, que passou a noite bebendo? Mas estou apertando quem não quer trabalhar. Não pode viver às custas do governo. Só recebe ajuda se trabalhar.

Folha – Se quiser ficar deitado na rua sem fazer nada, não pode?

Giuliani – Claro que não. Se fica deitado na calçada, obstrui a passagem, o que não é permitido. (RECEITA, 1997, online).

Giuliani retorna aos tempos pré-modernos, descritos por Losurdo (2006), quando era preciso licença do Estado para ser pedinte. Não bastasse um discurso intolerante com relação aos sem-teto, nesta entrevista, de acordo com matéria própria Folha de São Paulo, no ano seguinte o número de moradores de rua de Nova York havia aumentado. Isso em função da nova política do prefeito reeleito, Rudolph Giuliani, que promoveu cortes e estabeleceu o fim dos programas de assistência social dirigidos aos sem-teto, a partir de 1998, num prazo de dois anos. Há menos de um ano de sua reeleição ele nega a política de assistência aos sem-teto e declara que os deixará entregues à própria sorte. Segundo a Folha de São Paulo,

Há dois anos, em Nova York, quem procurasse a prefeitura para receber ajuda preenchia uma ficha e aguardava uma investigação para, pouco tempo depois, receber o benefício. Hoje, tem de provar que fez 20 tentativas de achar um emprego antes. A idéia, segundo o próprio prefeito, é desestimular a procura de ajuda governamental e incentivar a procura de emprego ou ajuda da própria família. Esse plano já diminuiu em 400 mil dos 1,2 milhão o número de pessoas que recebem ajuda da Prefeitura de Nova York desde que Giuliani foi eleito, há cinco anos. O prefeito quer extinguir essa ajuda até o ano 2000. (NOVA, 1998, online).

Dessa forma, a política de tolerância zero acaba se tornando a única ação concreta e efetiva na tentativa de faxina étnica promovida pelo prefeito Giuliani em Nova York. Afinal, foram os afrodescendentes e os latinos os principais alvos das prisões e remoções compulsórias para abrigos públicos destinados aos sem-teto.

A cidade de Barcelona, contudo, partiu de outros patamares. O seu plano estratégico, apesar de ser uma política de inserção subordinada ao ideário neoliberal dos anos 1980-90, teve uma postura mais proativa. Nada comparado ao momento de falência de Nova York e à proximidade tão deletéria de Wall Street. É bem verdade, também, que Barcelona não apresentava o fosso social existente nos EUA, particularmente em Nova York. Em matéria recente, tratando da eleição do prefeito democrata, socialista confesso, caucasiano de ascendência italiana, casado com uma afrodescendente – Bill de Blasio –, o Diário do Centro do Mundo transcreve um trecho do New York Times onde se pode ler que de Blasio teria dado voz aos 46% de nova-iorquinos “que vivem na pobreza ou perto dela” (O NOVO, 2013, *online*). É um índice de pobreza digno de país periférico, não da maior economia do planeta que se intitula maior democracia do mundo nem da metrópole mais cosmopolita que conhecemos. Conta, ainda, a favor de Barcelona que não se abandona o Estado do bem-estar social tão facilmente assim num país europeu.

É dessa forma que Barcelona galga a condição de modelo global de cidade estratégica. Repleta de glamour e contemplada com uma versão dos Jogos Olímpicos em 1992. Considerada uma cidade que honra uma tradição democrática e exala beleza e organização desde os tempos de Ildefonso Cerdá, em meados do Século XIX. Mesmo que nada disso seja de fato verídico. Ainda que o sucesso de Barcelona seja produto da prestidigitação de consultores convincentes e de muita dose de publicidade. Foi esse o portfólio utilizado para vender plano estratégico de cidade mundo afora. Deu certo assim em Barcelona e se for feito assim também dará certo na sua cidade.

Foi essa onda que impeliu a cidade do Rio de Janeiro a se tornar a “primeira, no Hemisfério Sul, a ter plano estratégico” (VAINER, 2000, p. 109), ainda na última década do século passado. O Rio contrata, então, a consultoria espanhola Tecnologies Urbanas Barcelona S.A. (Tubsa), sob a presidência do também catalão Jordi Borja. Afinal, o PECRJ – Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – era o caminho para atingir o *status* de cidade mundial. O resgate de um Rio que, na década de 1990, vinha perdendo centralidade a olhos vistos. Entre uma série de fatores que denunciavam essa situação podemos relacionar:

- a Bolsa de Valores do Rio em processo de perda de capacidade atrativa de ser um fixo dos fluxos do capital financeiro internacional;
- a imagem de cidade violenta, que afugentava turistas, e que levou o governo federal a colocar tropas das forças armadas nas ruas, buscando aparentar um clima mínimo de segurança durante a CNUMAD (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) em junho de 1992, que ficou conhecida como Rio-92;
- a transferência de partidas de uma série de voos internacionais do Galeão para o aeroporto de Cumbica, em São Paulo;
- além de outros tantos voos que passaram a partir do Rio e não saíam do Brasil sem fazer escala em São Paulo etc.

Estes aspectos dão o tom do processo de migração paulatina da centralidade do Rio para a grande metrópole do Cone Sul – São Paulo.

Em 1991, depois de uma carreira política de destaque sob a liderança de Leonel Brizola, Cesar Maia se desentende com o líder pedetista – sobretudo por seu namoro com o neoliberalismo – e se filia ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)¹¹¹, se

¹¹¹ No PDT (Partido Democrático Trabalhista) Cesar Maia se destacou, segundo consta nos anais da política brasileira, ao participar, com certa desenvoltura, do desmonte do conhecido “Caso Proconsult”, uma fraude eleitoral que tinha como objetivo garantir a eleição do candidato Wellington Moreira Franco, do PDS (Partido

elegendo prefeito do Rio, por essa sigla, em 1992. Maia buscou resgatar a centralidade carioca num processo de recrudescimento da rivalidade com São Paulo. Ora, o protagonismo na rede planetária de cidades se dava por meio do convencimento dos grandes *players* globais de que o Rio não sucumbira à competição com São Paulo na construção de um conjunto de “virtudes” que a revestisse da condição de cidade mundial. A liturgia necessária para galgar um lugar de destaque na rede global de cidades é extremamente competitiva e, em muitos momentos, dilacera o sentimento de solidariedade nacional. O patriotismo dá lugar a um bairrismo localista incompatível com a coesão do território para além da cidade provocando assim a fragmentação da identidade nacional (VAINER, 2000).

Assim, esse seu primeiro mandato (Maia foi prefeito do Rio por mais dois mandatos entre 2001 e 2009) se caracteriza por uma série de políticas inovadoras, não obstante o caráter controverso de quase a totalidade delas. O projeto Rio-Cidade, por exemplo, que promoveu intervenções urbanas nas principais vias da cidade, foi implementado sob a suspeita de ter realizado inversões de grande monta, de recursos públicos, para beneficiar empresas de telecomunicações. A NET, por exemplo, empresa de TV por assinatura, hoje também de internet, não possuía nenhuma instalação subterrânea e se valeu dessas intervenções para lançar seus cabos, nas zonas nobres do Rio, sem arcar com os altos custos de obras de instalação sob as calçadas. Dadas as alianças locais, assumidas pelo prefeito, se torna difícil crer que esse favorecimento tenha sido mera coincidência de cronogramas.

Uma das políticas controversas do prefeito Cesar Maia é o PECRJ. Lançado em 22 de novembro de 1993, num acordo com a ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro) e a Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), o plano elabora uma agenda estratégica que privilegia os interesses do capital e para os trabalhadores lega a eterna promessa mítica da abundância de empregos. Entre os projetos relacionados, o representante do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), no Conselho da Cidade (vertente comunitária do PECRJ), professor Carlos Vainer, destaca: “Teleporto, Centro Internacional de Comércio, Porto de Sepetiba, recuperação da imagem da cidade turística, algumas obras viárias de grande porte etc.” (VAINER, 2000, p. 115). Não se encontra entre os destaques um projeto sequer que

Democrático Social), partido de sustentação do governo militar. A apuração informatizada ficou a cargo da empresa Proconsult, que estaria repassado votos brancos e nulos para o candidato do PDS. Eleito governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola nomeia Maia seu secretário de fazenda. Seu desentendimento com Brizola se deu no início do segundo mandato no Palácio Guanabara, tendo como motivação, pelo menos em parte, as tendências neoliberais que pululavam suas convicções e que não eram aceitas no ideário pedetista – inspirado no trabalhismo e nacional desenvolvimentismo varguista.

contemplasse as necessidades prementes daqueles que vinham pagando a maior parcela da conta do esvaziamento econômico de uma cidade que deixou de ser capital nacional. Não se fala em habitação popular, melhoria da educação e da saúde, mobilidade urbana para o trabalhador etc. Os grandes projetos em destaque são claramente voltados para a garantia de mobilidade dos fluxos materiais e imateriais da economia globalizada. “A criação de um ‘clima de negócios favorável’” (HARVEY, 2013, p. 56).

O projeto, do primeiro mandato do prefeito Cesar Maia, mais identificado com os interesses populares seria o Favela-Bairro. Não bastasse sua vida curta, ele não está entre os destaques do PECRJ, além de apresentar objetivos subliminares: manter a mão de obra próxima do emprego; com um custo de moradia barato – muitas vezes em regime de autoconstrução¹¹²; baseado na flexibilização da legislação urbana; aliviando, assim, pressões sobre o custo da folha salarial. Com efeito, se morar na cidade informal custa menos ao trabalhador, o patrão vê, também, reduzidas as tensões na negociação por melhores salários.

Um dos aspectos mais criticados neste modelo de plano diz respeito à construção do consenso entre as diversas representações da sociedade. Haveria um processo de dissimulação dos conflitos, a criação de uma falsa atmosfera de satisfação. Uma espécie de patriotismo com relação à cidade – não nos esqueçamos do *I Love New York*. A outra face da moeda, nesse novo pacto, diz respeito à estigmatização dos dissidentes que viessem a se contrapor ao acordo que traria o bem estar de todos. Esse consenso fabricado acaba sendo uma bela encomenda para quem possuía déficit na relação com a coletividade. Ou seja, em se tratando do Rio, mais uma vez, a sua grande massa de excluídos estaria sendo convencida a perdoar séculos de dívida social em função de um futuro promissor.

Os críticos mais contundentes, entre eles o professor Carlos Vainer, alegam que o processo de participação se deu numa espécie de rito sumário e não permitiu que se discutisse minimamente as decisões do que seria, de fato, estratégico. Ou seja, a participação é um engodo, quem passava pelas plenárias do plano acabava legitimando uma farsa. Um ritual em que os poderosos decidem e fazem parecer que ouviram os setores subalternos da sociedade. Segundo Vainer, “Poder-se-ia, sem grande dificuldade, qualificar o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro de bem orquestrada farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade” (VAINER, 2000, p. 115).

¹¹² Este processo faz parte da negação do direito à cidade e à moradia digna. Nele se transfere para a classe trabalhadora a tarefa de construção de sua habitação, feita de forma precária, em locais carentes de equipamentos urbanos, condizente com a renda pífia que lhe é reservada. Este quadro que atende com perfeição aos interesses do capital, Lúcio Kowarik (1979; 2000) propôs chamar de **espoliação urbana**.

Por outro lado, há uma crítica localizada na adaptação do modelo ao Brasil. Há quem defenda que em Barcelona havia condições que não encontramos nas cidades brasileiras, em particular na nossa sociedade civil. Giuseppe Cocco (2001) não é tão crítico assim ao modelo em si, mas à sua translação para as nossas cidades. Ele defende a metodologia utilizada no PECRJ e aponta problemas estruturais brasileiros. Segundo ele,

Pensada e aplicada em Barcelona, a metodologia respondia (e respondeu) de maneira eficaz a uma urgência: mobilizar a cidade num projeto produtivo em face do desmoronamento das formas tradicionais de (sindicatos e partidos) de representação democrática (na época de abertura democrática da Espanha, após o franquismo).

[...]

– Diferentemente da Catalunha autônoma, a sociedade civil das grandes cidades brasileiras não estava apenas em crise, mas nunca conseguiu construir uma efetiva independência em relação, por um lado, ao Estado e, por outro, ao setor privado (COCCO, 2001, p. 77).

Ainda que seja válida a crítica de Cocco, haveria uma falha de percepção ou de natureza ética por parte dos consultores catalães. Afinal, quando eles convencem a burguesia carioca a adotar um PEC o fazem mediante a apologia de uma ferramenta dotada de uma racionalidade técnica, um tanto milagrosa, uma panaceia capaz de resolver todos os problemas de qualquer grande cidade. Em suma, não se pode afirmar, com absoluta certeza, quais são as bases que presidem uma negociação desta ordem nem as reais intenções de quem decide lançar mão deste tipo de política.

O que se sabe é que Cesar Maia elegeu seu sucessor em 1996 (seu secretário de urbanismo Luiz Paulo Conde), sucedeu Conde em 2001, cumpriu dois mandatos e foi sucedido por um político que cresceu sob sua liderança – o prefeito Eduardo Paes – em 2009. Entre 1993 e 2009, Maia foi prefeito do Rio por três vezes e quando não era ele era um afilhado político seu. Se o fim da ditadura representou a ascensão de uma escola de políticos brizolistas, resgatando o getulismo no Estado do Rio de Janeiro, a emergência do neoliberalismo bafejou com o poder, na capital do estado, uma sequência de mandatos de Cesar Maia e de seus herdeiros políticos¹¹³. De conclusivo nessa análise, podemos inferir que o grupo de Cesar Maia teve tempo suficiente para dar sequência a uma série de projetos. Assim sendo, o PECRJ, mal

¹¹³ Na verdade, a árvore genealógica política do Rio pós-ditadura tem como tronco o gaúcho Leonel de Moura Brizola. Salvo Moreira Franco, cujo mandato se deu entre 1987 e 1990 pelo PMDB, todos os governadores até hoje são herdeiros políticos diretos ou indiretos de Brizola. Senão vejamos: 1983-86 – Brizola; 1986-90 – Moreira Franco; 1991-94 – Brizola; 1995-98 – Marcello Alencar (ex-brizolista); 1999-2002 – Anthony Garotinho (apoiado por Brizola); 2003-06 – Rosinha Garotinho (ex-brizolista, apoiada por Garotinho, também um ex-brizolista); 2007-14 – Sérgio Cabral (apoiado por Garotinho, um ex-brizolista) e 2015-18 – Luiz Fernando Pezão (apoiado por Sérgio Cabral, que por sua vez foi eleito, no seu primeiro mandato, com apoio de Garotinho, um ex-brizolista).

ou bem, conseguiu projetar, a partir de 1993, um conjunto de realizações que foram se concretizando: o Teleporto na Cidade Nova; os jogos Pan-americanos em 2007, as Olimpíadas de 2016; a Linha Amarela¹¹⁴; o *hub port*¹¹⁵ na Baía de Sepetiba; o Porto Maravilha, na zona Portuária do Rio, equivalente a vários projetos de gentrificação realizados mundo afora, com direito a remoção de parte da população pobre para o limite da periferia da cidade e com um megaempreendimento imobiliário com a chancela de Donald Trump, por exemplo.

Se há um projeto político, de uma corrente ideológica nitidamente definida, bem sucedido no Brasil, independentemente do juízo de valor que se faça, é esse iniciado por Cesar Maia em 1993. Difícil que haja um mais longo e com taxas tão efetivas de realização de objetivos. O que há de se lamentar é que tenha se tornado, com o passar do tempo, cada vez mais voltado para atender aos interesses conservadores. Até o Favela-Bairro, que foi uma das marcas do seu primeiro mandato, sucumbiu ao descaso com as necessidades dos que constroem a cidade do Rio de Janeiro à custa do próprio sacrifício.

Ao terminar seu primeiro mandato, em 1996, ainda não havia o dispositivo da reeleição. Cesar Maia começou, então, a desenhar sua candidatura a governador do Estado do Rio em 1998. Ele vinha com a força de uma gestão considerada produtiva, moderna e com o marco concreto da eleição do sucessor que, diga-se de passagem, nunca havia enfrentado as urnas. Maia era considerado um político hábil, com um repertório eficiente, diverso e atualizado. Logrou essa reputação desde a eleição de Brizola em 1982, quando desmontou o esquema de fraude eleitoral conhecido como Proconsult.

2.3.2 Do urbanismo estratégico à estratégia de Penélope em Campos

¹¹⁴ A Linha Amarela é uma via expressa de 25 km de extensão, denominada oficialmente Avenida Governador Carlos Lacerda, gerida sob concessão privada, que liga bairros da Zona Oeste do Rio (Barra da Tijuca e Jacarepaguá, por exemplo) a bairros da Zona Norte da cidade (Méier e vários outros subúrbios da central; Bonsucesso e o coração dos subúrbios da Leopoldina – por exemplo). Abrange ainda alguns fixos significativos: UFRJ – na Ilha do Fundão; Aeroporto Tom Jobim – na Ilha do Governador; Metrô em Del Castilho; pelo menos sete hospitais; Estádio Nilton Santos – conhecido também como Engenhão etc.

¹¹⁵ Os terminais portuários do tipo *hub port* são utilizados para concentrar cargas dos grandes navios, utilizados mais recentemente, que operam com a tendência de redução de escalas em suas rotas planetárias. São terminais de contêineres, extremamente estratégicos no *Just in Time* dos fluxos materiais da economia global. Em algumas situações, as cargas aportadas nestes terminais são distribuídas regionalmente pela navegação de cabotagem em navios menores. Esta tipologia portuária, em geral, se configura numa territorialidade descolada da hinterlândia, promovendo muito pouco desenvolvimento local. Eles são meros tentáculos remotos dos produtores dos bens que por ali circulam, deprimindo o superávit da balança comercial de países de economia eminentemente primária (COCCO; SILVA, 1999; MONIÉ; VASCONCELOS, 2012).

Surge no caminho de Cesar Maia, porém, *Anthony* Garotinho, um político que, apesar de muito subestimado na época, nunca poupou esforços quando se tratava de alcançar seus propósitos. Além disso, ele foi correligionário de Maia no PDT e uma das virtudes políticas de Garotinho é aprender, dedicando-se com afinco, o que considerar importante para atingir seus objetivos eleitorais. Ora, boa parte do arsenal eleitoral de Garotinho se deu por apropriação do arcabouço acumulado por Cesar Maia.

Brizola precisava de um palanque no Rio para lastrear mais uma de suas candidaturas à presidência da República em 1998. Ele havia perdido dois importantes dos seus quadros: Marcello Alencar e Cesar Maia. Por mais improvável que fosse uma vitória de Garotinho¹¹⁶, ele vinha construindo alianças, sobretudo com Benedita da Silva no Partido dos Trabalhadores (PT), além da realização de programas de rádio com uma boa audiência na Região

¹¹⁶ Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira, nascido em 1960, inicia sua vida pública em Campos dos Goytacazes – RJ, dada uma grande popularidade obtida em programas de rádio. Sua primeira experiência partidária se dá num processo de simpatia e proximidade da militância do clandestino PCB (Partido Comunista Brasileiro) a partir do movimento estudantil secundarista, na segunda metade da década de 1970. No início dos anos 1980 participa da fundação do Partido dos Trabalhadores em Campos, onde se candidata a vereador no ano de 1982. Apesar de uma expressiva votação, não se elege, pois seu partido não atingiu o número mínimo de votos necessário para eleger um candidato num pleito proporcional. Em 1983 é atraído por Leonel Brizola para o PDT, por meio do patrocínio do Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro – adquirido pelo Banco Itaú, em processo de privatização, em setembro de 1997) para seu programa de rádio em Campos. A cooptação brizolista do político jovem e popular veio a calhar para Garotinho. Afinal, ele encontrava dificuldades para exercer a profissão de radialista em Campos. As rádios sofriam pressões dos poderosos para não difundir um programa que pugnava contra a classe dirigente, em particular os usineiros. Garotinho vira o jogo a partir do vultoso patrocínio de um banco da estatura do Banerj. A partir de então seu programa passa a ser cobijado por todas as rádios. Em 1986, Garotinho, com apoio de Brizola e com um programa popular consolidado, se elege deputado estadual, pelo PDT, com cerca de 35 mil votos (MELO, 2002). Foi a maior votação nas eleições de 1986 para deputado estadual em Campos, desbancando Sérgio Diniz, genro do então prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa e pai do atual prefeito, eleito em 2016, Rafael Paz Barbosa Diniz Nogueira. Zezé Barbosa era um dos caciques remanescentes da Arena (Aliança Renovadora Nacional) – partido de sustentação da ditadura brasileira –, neste momento no PMDB. Zezé não costumava perder uma eleição. Em 1988, Garotinho costura uma aliança com a classe média; a esquerda e as massas e se elege prefeito de Campos pela primeira vez. Derrota, nesse pleito, o candidato do PFL (Partido da Frente Liberal) hoje DEM (Democratas) que abrigava políticos remanescentes da Arena, deixando em terceiro lugar o candidato do prefeito Zezé Barbosa. Em 1992, ele elege o seu primeiro “poste”, o desconhecido do povo, debutante nas urnas, Sérgio Mendes. Embora tenha tentado outros pleitos, para quem foi prefeito de Campos, Sérgio Mendes só obteve votações pífiyas, desde que rompeu com seu padrinho político. Em 1994, Garotinho perde a eleição de governador para Marcello Alencar no segundo turno. Em 1996 ele se elege prefeito, sucedendo Sérgio Mendes. Em 1998, já convertido à religião presbiteriana, se elege governador, derrotando Cesar Maia no segundo turno. Em 2002, elege sua mulher, Rosinha Garotinho, governadora do Estado do Rio, também debutando nas urnas, em primeiro turno, chegando em terceiro lugar nas eleições presidenciais, com cerca de 15 milhões de votos. Em 2008 elege sua mulher, Rosinha Garotinho, prefeita de Campos em segundo turno. Em 2010 se elege deputado federal pelo Estado do Rio, com 694.862 votos, a maior votação de deputado federal na história do estado. Em 2012, reelege Rosinha Garotinho prefeita em Campos, em primeiro turno. Se candidata a governador do Estado do Rio em 2014 ficando em terceiro lugar, a apenas 2,04 % do segundo colocado, Marcelo Crivella. Em 2016 não consegue eleger seu candidato a prefeito. Ele e seu último “poste” perdem a eleição para o jovem vereador Rafael Diniz, candidato pelo PPS, no primeiro turno numa onda de grande rejeição vivida por seu grupo político.

Metropolitana do Rio de Janeiro. Sem contar que o segundo turno de 1994 o credenciara junto a boa parte do eleitorado fluminense. Um acidente sofrido por ele na sua primeira candidatura a governador, quando perdeu no segundo turno para Marcello Alencar em 1994, se constituiu em mais um dos seus trunfos eleitorais: a sua conversão ao protestantismo. Como foi publicado em uma breve biografia sua na Folha de São Paulo.

Outro componente de seu perfil é o envolvimento com os evangélicos. Garotinho sofreu um acidente grave em 9 de setembro de 1994, na campanha para o governo do Estado, quando o carro que o levava a um comício no interior capotou. No dia 13, ainda hospitalizado, teve uma visão do acidente e entendeu que era um chamado religioso. No ano seguinte, foi batizado na Igreja Presbiteriana de Niterói e inaugurou um novo capítulo na participação dos protestantes na vida pública brasileira (BERABA, 2002, *online*).

Numa trajetória que vai de ateu a evangélico, Garotinho é acusado de utilizar habilmente essa condição para aumentar seu potencial de votos. Isso, porém, não era tudo. Ele precisava equiparar seu arsenal eleitoral com o de Cesar Maia em outros aspectos. Ele era considerado interiorano, um tanto brejeiro, matreiro, um tipo quase folclórico. No início até se acomodou nesse perfil, porém para se candidatar a governador, com chances reais, era preciso desconstruir a imagem do homem astuto do interior, que confiava muito no faro desprovido, porém, de um *background* tecnocrático que respaldasse a sua intuição.

Essa imagem vai se encorpando quando, em Campos, setores conservadores da cidade, sob o guarda-chuva do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), de Marcello Alencar, articulam uma estocada política no grupo de Garotinho. O embate entre os seus seguidores, alojados na prefeitura de Campos, e os setores que ele destronou em 1988, transcendiam o local em direção à capital do estado. A peleja entre esquerda e direita no Rio de Janeiro se concretizava nas disputas entre o PDT de Brizola e o PSDB, agora de Marcello Alencar – numa aliança com o PFL. A aliança PSDB-PFL havia eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB) presidente da república com Marco Maciel (PFL) de vice no ano de 1994.

Os políticos e tecnocratas conservadores, sobretudo da Fenorte¹¹⁷, maravilhados com a pirotecnia utilizada na prefeitura do Rio, articulam e lançam em março de 1996, um plano estratégico para a cidade de Campos (GOMES FILHO, 2003). Não se sabe se por falta de visão

¹¹⁷ “Os representantes da tradicional economia campista formavam o *staff* do governo estadual em Campos. No topo desta hierarquia se encontrava a Fundação Estadual do Norte Fluminense (Fenorte) [extinta no Governo Pezão] mantenedora da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), além de possuir uma boa estrutura de cargos, orçamento para fomentar o desenvolvimento na região e grande visibilidade no cenário político local. No final deste ano estava em jogo a sucessão do então prefeito Sérgio Mendes e o ex-prefeito Garotinho já se apresentava como forte candidato neste pleito” (GOMES FILHO, 2003, p. 28).

ou se por mero objetivo eleitoral imediatista, o fazem à revelia do prefeito Sérgio Mendes, que já se encontrava em rota de colisão com seu padrinho político – Garotinho. Uma das instituições convidadas a participar da elaboração do plano que ficou conhecido como PEC (Plano Estratégico de Campos) foi a Escola Técnica Federal de Campos¹¹⁸. Na condição de Diretor de Extensão desta instituição acompanhamos com relativa frequência da organização e dos debates que articulavam o plano. Tivemos a oportunidade, inclusive, de fazer parte da coordenação técnica do PEC. A participação da ETFCampos, representada pelo seu Diretor Geral, professor Roberto Moraes Pessanha, foi decisiva para corrigir o erro histórico que seria fazer o PEC à revelia do prefeito. Reiteradas vezes o professor Roberto Moraes alertou para o fato de que ter um plano estratégico sem a prefeitura era um equívoco sem precedentes. Um plano que ignorasse o poder executivo municipal poderia se transformar numa enorme peça de ficção e ter a maior parte de suas proposições esvaziadas.

A ETFCampos vivia uma transição e sua nova institucionalidade trazia um forte compromisso com o desenvolvimento regional entre seus objetivos fundantes, além de ser condição *sine qua non* à ampliação das oportunidades de trabalho para os profissionais formados por ela. Assim, numa tentativa de produzir um ambiente mais representativo do poder público local no plano e com a intenção de se melhorar o entendimento sobre o que seria um plano estratégico de cidade, em particular numa cidade de porte médio, esta instituição organizou um evento com esses objetivos. Durante os dias 21, 22 e 23 de novembro de 1996, a ETFCampos realizou a oficina “Planejando o Nosso desenvolvimento: Sensibilização para o Plano estratégico de Campos dos Goytacazes” sob a coordenação geral do professor Franklin Dias Coelho, da Universidade Federal Fluminense. Essa oficina possuía também o objetivo de resgatar o poder executivo municipal na discussão do PEC, sendo que entre os seus 114 participantes (COELHO, 1996, p. 05) encontrava-se toda equipe de governo que tomaria posse em janeiro de 1997 com o prefeito eleito. O próprio Garotinho participou ativamente da oficina. (Figura 20)

Figura 20 – Oficina do PEC em novembro de 1996.

¹¹⁸ A Escola Técnica Federal de Campos (ETFCampos) no ano de 1999 se transforma em Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (Cefet Campos) e, em final de 2008, é alçada à condição e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense).



Fonte: Acervo Pessoal

Uma das questões que se esclarece, de forma cabal nesta oficina, é o objetivo central de um plano estratégico para uma cidade de porte médio. Quase toda cidade que aderiu ao modelo, se constituía num perfil metropolitano e buscava um lugar de destaque na hierarquia da rede de cidades que se apresentava como alternativa com seus fixos para os fluxos da economia globalizada. Por mais que o ego da burguesia campista ainda se encontrasse inflado, por conta das glórias passadas, não cabia um devaneio desta ordem. Definitivamente, Campos não tinha magnitude para se candidatar a uma “vaga na rede de cidades mundiais”. Assim, o PEC identifica a emergência de se produzir as condições necessárias à construção do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) com todos os adjetivos que se espera dele: inclusivo, integrado, sustentável etc.

O tiro conservador acaba saindo pela culatra. Afinal, para os adversários locais de Garotinho, fazer o PEC seria uma forma de mostrar as suas debilidades diante de Cesar Maia. Ao aderir à organização do plano, e adotá-lo com uma política de governo, ainda que de forma dissimulada, Garotinho sai das cordas e parte para o contra-ataque. Por outro lado, a Garotinho não interessava um plano que se transformasse numa política efetiva. O PEC era participativo demais para o seu modo autoritário de governar, além de ensejar, nas ações de governo, interesses absolutamente conflitantes com os seus. Ora, a prefeitura de Campos era só uma plataforma que o lançaria ao governo do estado. A democratização do poder era absolutamente incompatível com seus interesses políticos pessoais, sobretudo no que envolvia a utilização da máquina pública na realização de sua campanha para governador.

Não interessava a Garotinho um plano que democratizasse as ações de governo. Seu único objetivo, ao adotar o PEC, era o marketing eleitoral. Ele precisava do carimbo do Plano Estratégico de Cidade no seu currículo para se revestir de credibilidade junto aos formadores de opinião. Era a sua vacina contra o atraso e seu passaporte para a imagem de político comprometido com o novo. Ele não podia ser alvo da acusação de ter rejeitado a ferramenta

moderna que seu adversário, Cesar Maia, se gabava de ter trazido de forma pioneira para o país. Qualquer coisa além disso reforçava lideranças progressistas e comprometeria seriamente seus objetivos eleitorais. Então, de maneira artilosa e perspicaz, ele escala uma série de penélopes¹¹⁹ para executar o PEC sem que ele avançasse.

Garotinho, que se candidatara a prefeito negando peremptoriamente que renunciaria em meio ao mandato para concorrer a governador, elabora e executa um plebiscito em Campos para saber se deveria ou não deixar o mandato visando dar um passo maior. Embora seja uma tarefa hercúlea encontrar alguém isento que confesse ter votado nesse plebiscito, ele diz que houve participação maciça de eleitores neste processo e que cerca de 95% dos participantes ungeram sua renúncia em função da candidatura a governador (PANTOJA; PESSANHA, 2005).

Garotinho então se desincompatibiliza do cargo de prefeito em Campos, no primeiro semestre de 1998, deixando em seu lugar o vice-prefeito Arnaldo França Vianna. No segundo semestre derrota Cesar Maia nas eleições majoritárias do Estado do Rio, em segundo turno, e toma posse como governador em janeiro de 1999. O prefeito Arnaldo Vianna encarna, com extrema dedicação, uma das penélopes do PEC, não obstante a perda de interesse em relação ao plano, neste momento, tanto para conservadores como para garotistas. Uma vez eleito Garotinho governador, seus adversários, que tanto se preocupavam com a cidade, perdem o súbito interesse pelo plano. Na perspectiva dos aliados do novo governador, entretanto, o plano passa a ser um estorvo, “Um Cabra Marcado para Morrer” (GOMES FILHO, 2003).

Assim, sem alarde e sem protestos, o PEC é morto por inanição e relegado ao mais estrondoso ostracismo. Enquanto isso os *royalties* do petróleo começam a jorrar nos cofres dos municípios produtores dessa *commodity*, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro. A abundância mata qualquer proposta de planejamento. Quando se é rico não se planeja, simplesmente se faz. Racionalidade nas escolhas é uma virtude desnecessária quando se tem muito dinheiro, pouca imaginação e quase nenhum ideal. Campos revive, então, o período de realizações e obras de 1913, quando o imposto sobre a exportação de açúcar robustece o orçamento municipal, momento em que a planície elege um governador que sonha se tornar presidente da república.

¹¹⁹ Em referência a Penélope, um dos personagens da mitologia greco-romana: ela se casa com Odisseu (Ulisses para os romanos) que parte para a guerra de Tróia. Como o seu retorno não se dava e não havia notícia que confirmasse ter ele sobrevivido, Icário, pai de Penélope, a pressiona para que se casasse novamente. Penélope foge do confronto com o pai, porém não se rende às pressões facilmente. Ela elabora um ardil em que teceria um sudário para seu sogro, Laerte, e só se casaria com um dos pretendentes assim que terminasse a peça. Durante o dia, diante dos olhos de todos, ela se ocupava da confecção do sudário. Durante a noite, entretanto, Penélope desfazia a maior parte do trabalho feito durante o dia.

Curiosamente, um século depois, Garotinho tem a oportunidade de reviver a trajetória de Nilo Peçanha.

2.4 O Estatuto da Cidade nos Caquis

Enquanto Anthony Garotinho tentava fazer sua carreira meteórica atingir o estrelato, Carlos Alberto Campista trilhava uma trajetória consideravelmente mais discreta. Depois de se candidatar sem êxito a deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1986, ele consegue se eleger vereador com uma expressiva votação em 1988, no PDT de Brizola, nesse momento aliado de Garotinho – que, nesse pleito, se elegeu prefeito. Em janeiro de 1989 ele foi eleito presidente da Câmara Municipal e deputado federal em 1990, ainda pelo PDT. Tentou mais duas eleições para deputado federal em 1994 e 1998 (nessa segunda pelo Partido da Frente Liberal) sem êxito. Em 2004, de volta ao PDT, sem Garotinho e com o apoio do prefeito Arnaldo Vianna, se elege prefeito de Campos. Seu mandato não chega a durar cinco meses. Em 17 de maio de 2005, Campista é afastado do cargo pelo TRE acusado de irregularidades na campanha eleitoral (FERREIRA; ALMADA, 2016).

Em quatro meses e meio de governo, entretanto, Campista surpreende seus conterrâneos ao romper com o estilo clientelista plutocrata que marcou os mandatos do seu antecessor. Nomeou o professor Luciano D’angelo Carneiro (um dos entrevistados nessa pesquisa) como secretário de fazenda e, juntos, mudaram os rituais de licitação na aquisição de materiais e serviços da PMCG. Uma das marcas desse breve período foi a utilização de pregão eletrônico – processo absolutamente inédito na prefeitura de Campos até então. Isso provocou um ambiente de revolta entre os empreiteiros acostumados a outro tipo de prática. Durante a fase de coleta de informações nas entrevistas desta pesquisa, as opiniões em defesa do estilo impresso por Campista no seu curto mandato foram praticamente unânimes. A sua cassação e abandono, por parte do seu partido, são demonstrações inequívocas que seu modo de governar desagradou aos poderosos beneficiários do *status quo* na região.

Como um legítimo militante da reforma urbana dos tempos de Famerj, quando compôs a diretoria presidida por Chico Alencar, Campista inova no momento de elaboração do plano diretor de Campos. Honrando a sua história de respeito à democracia, submeteu ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Campos (CMMAU) a escolha da consultoria que iria elaborar o Plano Diretor Participativo de Campos sob a égide do Estatuto da Cidade. Houve

quatro propostas, o CMMAU optou pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Sem contar a competência notória desta ONG, a sua proposta era a de menor preço. Apesar de algumas pressões para que fosse escolhida Fundação Getúlio Vargas (FGV), o CMMAU optou pelo IBAM, com a aquiescência sem ressalvas do prefeito Campista.

Essa decisão foi, na verdade, acertada. Afinal, o Plano Diretor de Campos, promulgado no início de 2008, transcorreu sob aspectos técnicos e políticos criteriosos e indiscutíveis. Com ampla divulgação em todo o território municipal e com riqueza de oportunidades de participação de todos. Não faltou transparência nem respeito às sugestões da sociedade. Afinal,

- essa era a prática costumeira do IBAM;
- o prefeito Alexandre Mocaiber, que sucedeu Campista, ainda como presidente da câmara de vereadores em maio de 2005 e depois eleito em 2006 (FERREIRA; ALMADA, 2016), não estava preparado para exercer, de imediato, os mecanismos clientelistas que marcaram a trajetória do grupo político a que pertencia e
- a Câmara Municipal esperou insidiosamente o plano ser elaborado pelo executivo, com a participação ampla da sociedade, para efetuar as mutilações do seu interesse quando o texto chegou ao legislativo para ser votado.

A Câmara numa atitude autoritária, e acima de tudo ilegal, promoveu mudanças importantes no texto original encaminhado pelo executivo sem realizar uma audiência pública sequer. O prefeito Alexandre Mocaiber não sabia ao certo o que fazer com um plano diretor. A bem da verdade ele nunca pareceu muito confortável no cargo. Sua sucessora, Rosinha Garotinho, governou como de hábito, apostando nos confrontos e sem nenhum apego aos processos de transparência e participação popular. Os oito anos do mandato da prefeita Rosinha foram de absoluto desprezo pelos conselhos municipais e pelas boas práticas de gestão democrática da cidade.

São Francisco de Itabapoana (SFI) também elaborou seu Plano Diretor previsto pelo Estatuto da Cidade (SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, 2006), embora o tenha feito com pouca divulgação e praticamente nenhuma participação. Quase nada se sabe sobre o processo de participação popular na elaboração desta política nesse município e é muito provável que

não tenha havido mesmo¹²⁰. É bem verdade que se trata de um município tipicamente rural¹²¹, haja vista a sua configuração em diversos núcleos urbanos de dimensões semelhantes. Este tipo de conformação de cidade não costuma trazer preocupações com algumas das mazelas que assolam cidades mais densas. Na verdade, a grande preocupação nesta tipologia de desenho urbano talvez seja a ausência de economias de aglomeração e os custos de se implantar infraestrutura em municípios com as peculiaridades demográficas de SFI. Para além disso, o texto do plano diretor de SFI é conservador e não envolve grandes inovações no que tange aos instrumentos de gestão urbana disponibilizados pelo Estatuto da Cidade. Mediante a observação da avaliação de Lago (2010) conclui-se, sob um crivo generoso, que o Plano Diretor de SFI é, no mínimo, burocrático, proforma ou pouco ousado.

São João da Barra (SJB) vivencia a elaboração das suas versões de plano diretor no século XXI em um momento atípico, já que esse processo se deu em paralelo à implantação do Porto do Açú. Não é por acaso que foi dos primeiros municípios a elaborar seu plano em 2006; efetuou uma revisão nesta política ainda em 2008 e, de forma um tanto acelerada (PEDLOWSKI, 2015; PESSANHA, 2015a), já promoveu a revisão decenal obrigatória em maio de 2015 (SÃO JOÃO DA BARRA, 2015). Ou seja, um ano antes do fim do prazo legal. A urbanista Silvana Castro, em entrevista nesta pesquisa, questiona algumas taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento propostos nesta última revisão do plano diretor de São João da Barra¹²². Por conta do Porto do Açú, São João da Barra vive um momento de expectativa de um aumento significativo da renda da terra urbana. Tal situação costuma provocar ondas de assédio especulativo de expressiva magnitude na estrutura fundiária. A transformação de uma área rural, distante da sede do município, de solo arenoso e vegetação nativa de restinga degradada, em distrito industrial não se deu em prol da justiça social e da propalada

¹²⁰ Segundo Mario Terra Areas Filho, em depoimento nesta pesquisa, um vereador bastante experiente, que atuou na elaboração do plano diretor de SFI, teria assegurado a ele que foi feita uma única audiência pública “por exigência do Ministério das Cidades”.

¹²¹ Na Classificação do Ministério das Cidades, o município de São Francisco de Itabapoana se enquadra entre os “Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza” (LAGO, 2010, p. 15).

¹²² Em 1º de dezembro de 2015, Silvana Castro falou a essa pesquisa sobre sua contribuição com o novo Plano Diretor Participativo de São João da Barra a convite do então secretário de planejamento Sidney Salgado. Ela acabou não aceitando passar da contribuição informal por discordar de algumas distorções que considera inaceitáveis. Em algumas áreas estaria permitida a taxa de ocupação de 100% do terreno [nas áreas centrais de Búzios há taxas de ocupação máxima de 5%]; além de coeficientes de aproveitamento cinco [a área de maior adensamento vertical de Campos, que já é extremamente especulativa, é quatro, só podendo chegar a cinco mediante a outorga onerosa do direito de construir]. O secretário Sidney Salgado teria dito que aquelas áreas seriam situações de intervenção complicada. Silvana Castro se disse impressionada com tal situação e preferiu não se envolver. Afirmou ainda que a expansão de São João da Barra mostra um quadro onde pessoas que conhecem o plano, e sabem para onde a cidade vai expandir, compraram vários lotes onde o solo irá valorizar mais.

sustentabilidade. Sobretudo se levarmos em consideração a recente aproximação da economia do petróleo.

O município de **Quissamã** elabora seu primeiro plano diretor, no ano de 2006, numa exceção do Estatuto da Cidade. Afinal, esse município só viria romper a marca dos 20 mil habitantes¹²³, segundo o IBGE, no Censo de 2010. Sendo assim, não era necessário que Quissamã elaborasse um plano diretor antes de 2010, contudo o Artigo 41 do Estatuto prevê condições excepcionais que obrigam um município a elaborar seu plano diretor, ainda que possua menos de 20 mil habitantes. Assim sendo, devido ao seu considerável patrimônio histórico, sobretudo arquitetônico, e por possuir a maior fração do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em seu território, Quissamã acabou tendo essa exigência definida no Inciso IV do Artigo 41 do Estatuto da Cidade.

Há que se observar, todavia, uma peculiaridade desse município. O território quissamaense, distrito emancipado de Macaé em janeiro de 1989, é remanescente das fazendas da linhagem do Visconde de Araruama, que morava na praça central de Campos e detinha esse imenso latifúndio ao sul do município. Por conseguinte, o município de Quissamã, nos seus 28 anos de existência, viu sua aristocracia rural se transformar em parte constitutiva de sua classe dirigente e sociedade política. Até dezembro de 2016 não houve, nesse município, um prefeito sequer que não fosse descendente direto de José Carneiro da Silva – o Visconde de Araruama. Esta condição histórica fez com que os gestores municipais, em diversos momentos, confundissem o público com o privado. A cidade era parte do seu patrimônio herdado. Para o bem e para o mal, a classe dirigente, sobretudo as autoridades locais, cuidava do município como se ele ainda fosse a parte que lhes cabia na apropriação privada das terras da sesmaria ali implantada no século XVII. Isso deu aos prefeitos, até então, um caráter de síndico das partes comuns de um patrimônio condominial e a Quissamã o status de cidade mais bem cuidada do Norte Fluminense.

2.5 O processo recente de metropolização dos Caquis

¹²³ Segundo o Artigo 182 da Constituição de 1988 e o Inciso I do artigo 41 do Estatuto da Cidade, todo município com mais de 20 mil habitantes é obrigado a elaborar um plano diretor (BRASIL, 1988; BRASIL, 2001).

A Capitania de São Tomé, que se viabiliza apenas na primeira metade do século XVII com os currais de produção agropecuária em Campo Limpo, na Baixada Campista, elege como centro nervoso de sua principal vila a Praça São Salvador (Figura 21). Ali ergueu-se a igreja matriz, a intendência, a cadeia pública etc. na mais genuína lógica portuguesa de fundação de cidades (HOLANDA, 2003). Com o dinamismo da economia canavieira da Vila de São Salvador, o território é elevado à condição de cidade em 28 de março de 1835.

Figura 21 – Praça São Salvador.



Fonte: Wikimapia; HEIDENFELDER, 2010, modificado pelo autor

Esta centralidade política na hinterlândia e a energia ondulatória oceânica local (LAMEGO, 2007), fazem com que Campos busque sua primeira iniciativa de logística marítima no delta do Rio Paraíba do Sul. Este porto fluvio-marítimo promove um incremento de dinamismo em São João da Barra, que foi freguesia de Paraíba do Sul em 1756, passando à Vila de São João da Barra em 1832 e elevada à condição de cidade em 1850 (IBGE, 2016a). Desde então surge uma relação simbiótica estreita entre os dois municípios. Algumas das principais usinas de açúcar da região, como a de Barcelos e a fábrica de bebidas do Grupo Thoquino (produtora da cachaça Praianinha e do popular Conhaque de Alcatrão de São João da Barra), são exemplos da proximidade entre os municípios amalgamados por esse imenso canal que foi a Região Norte Fluminense até fins do século passado. Houve ainda a usina de Baixa Grande, localizada em Campos, porém muito próxima do limite com São João da Barra. As fazendas Saco Dantas e Caruara, adquiridas pela EBX para iniciar a construção da retroárea do

Porto do Açu, eram utilizadas por essas duas usinas (Barcelos e Baixa Grande) na extração de madeira da mata de restinga na alimentação de suas fornalhas¹²⁴.

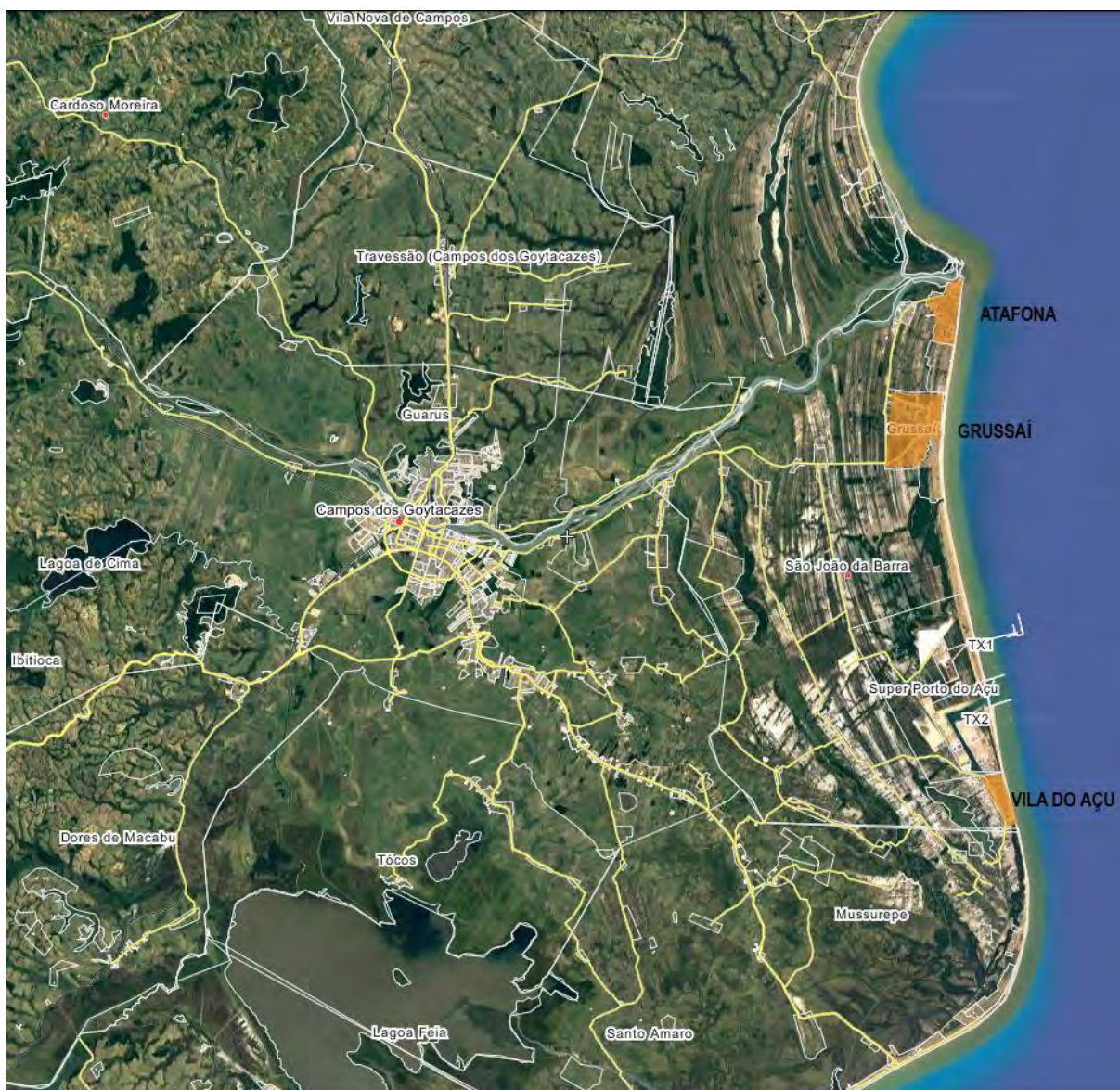
Dessa forma, São João da Barra vem trocando fluxos historicamente com Campos. Dentre os diversos tipos de interações no território podemos destacar:

- SJB é fornecedor de **produtos agrícolas e extrativistas** para Campos. Sem contar que muitos dos produtores rurais são-joanenses são moradores de Campos – a proximidade e a diversidade de comércio e serviços de Campos acabam proporcionando essa atratividade;
- SJB é um espaço receptor significativo de **turismo** de veraneio, sobretudo o chamado turismo de segunda residência¹²⁵, é grande a quantidade de domicílios dedicados à vilegiatura nos distritos de Atafona e Grussaí, além da Vila do Açu (Figura 22). A maior parte desses turistas são moradores de Campos. Por outro lado, a cidade de Campos atrai muitos são-joanenses pela maior diversidade de entretenimento e lazer;

Figura 22 – Atafona, Grussaí e Vila do Açu.

¹²⁴ Segundo Caio Prado Júnior (2004), a propriedade açucareira era um mundo em miniatura e entre as necessidades desse pequeno mundo, estariam fartas matas de onde se retiravam lenha para produção de energia e madeira nobre para construção.

¹²⁵ Esse tipo de turismo chamado de vilegiatura, em alguns municípios, eleva consideravelmente o número do que o IBGE classifica como domicílio de uso ocasional. Segundo o censo de 2010, em São João da Barra haveria uma população de 32.747 habitantes contra um total de 10.461 domicílios de uso ocasional. Campos em 2010 possuía 463.731 habitantes e 10.541 domicílios de uso ocasional. Cabo Frio é o segundo município em número de domicílios de uso ocasional no Estado do Rio de Janeiro, só não é superior à capital. Segundo o Censo de 2010, Cabo Frio possuía 186.227 habitantes e 34.719 domicílios de uso ocasional. Em Cabo Frio este número seria em torno de 33% do total de domicílios particulares existentes, enquanto em São João da Barra o percentual atingiria 44%.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

- o deslocamento diário de um número significativo de trabalhadores são-joanenses para Campos devido à grande oferta de vagas de **empregos** nesta cidade;
- muitos moradores de SJB vão buscar em Campos **educação** profissional e superior. Embora o Instituto Federal Fluminense tenha implantado um campus bem próximo ao centro histórico de São João da Barra, os distritos de Pipeiras (onde se localiza o Porto do Açú) e Barcelos, pela equidistância do centro de Campos e de São João da Barra, além da maior disponibilidade de transporte coletivo, acabam definindo Campos como destino. Sem contar a maior diversidade e volume de ofertas dos dois campi deste instituto na cidade de

Campos dos Goytacazes. A perda de mobilidade crescente na malha urbana de Campos, contudo, pode alterar esse cenário no médio prazo;

- os serviços de **saúde** de maior complexidade são referenciados em Campos, já que atualmente em São João da Barra não há serviços de saúde de maior complexidade. A maternidade são-joanense fechou recentemente;
- a adesão recente de SJB ao consórcio envolvendo a disposição final de **resíduos sólidos urbanos** no Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) que a Vital Engenharia, sob concessão da PMCG, implantou no município de Campos.

Essa dinâmica territorial provoca uma mobilidade pendular que levou o IBGE a identificar um arranjo populacional de destaque entre Campos e São João da Barra (Figura 23), com deslocamentos diários de 3.913 pessoas, visando trabalho e estudo (IBGE, 2016b). O índice de integração do município com o arranjo também é bastante elucidativo. Enquanto Campos apresenta para este índice um valor de 0,01, em São João da Barra este número atinge 0,17¹²⁶. Significa dizer que poucos estudantes e trabalhadores de Campos se deslocam para estudar e/ou trabalhar em São João da Barra, ao passo que consideráveis habitantes de SJB estudam e/ou trabalham em Campos. Segundo o próprio estudo (IBGE, 2016b), a marca de 0,25 é considerada muito alta e o índice de São João da Barra (0,17) não se encontra muito distante deste valor.

Figura 23 – Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas – RJ.

¹²⁶ Este índice varia de zero a um (1), sendo que zero representa nenhuma pessoa do município A se deslocando para trabalhar ou estudar no município B e um (1) representa todos os trabalhadores e estudantes do município A realizando estas funções no município B (IBGE, 2016b).



Fonte: IBGE, 2010

Os demais Caquis não aparecem no arranjo populacional identificado em Campos. Quissamã apresenta “integração média-alta” (IBGE, 2016b, p. 138) com o arranjo populacional Macaé- Rio das Ostras. São Francisco de Itabapoana, por sua vez, não é considerado integrado a nenhum arranjo, sobretudo por possuir uma população abaixo de 100 mil habitantes e não ter um movimento pendular denso o suficiente que justifique, segundo a metodologia desse estudo, a sua inclusão em nenhum dos arranjos populacionais identificados (IBGE, 2016b). “Todavia, vale dizer que só o movimento pendular não é suficiente para compreender a integração regional” (LENCIONI, 2015, p.14). Há uma outra publicação do IBGE (2007), intitulada “Regiões de Influência das Cidades”, que avalia a interação entre os municípios a partir das trocas de bens e serviços. Este estudo é realizado desde 1972, sendo que sua última versão

publicada identifica esses dois Caquis mencionados sob a influência direta de Campos. Esta hierarquia de cidades estabelece vários níveis de interação na rede, onde:

São Paulo figura como **Grande Metrópole Nacional**;

Brasília e Rio de Janeiro aparecem como **Metrópole Nacional**;

algumas capitais como “[...] Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) [...]” (IBGE, 2007, p. 11) são estratificadas como **Metrópole**;

10 capitais como, por exemplo, Florianópolis, Vitória, Aracaju, Maceió, João Pessoa etc., além da cidade de Campinas, são enquadradas na categoria **Capital Regional A**;

cidades como Joinville, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, Montes Claros, Ilhéus, Londrina, Santa Maria, Campina Grande, Uberlândia etc. foram classificadas como **Capital Regional B**, perfazendo um total de 20 cidades;

Campos dos Goytacazes, além de outras 38 cidades, é identificada como **Capital Regional C**;

a classificação hierárquica se completa com as categorias: **Centro Subregional A e B** – num total de 164 cidades, **Centro de Zona** – num total de 556 cidades e, finalmente, o **Centro local** – que formam a base da pirâmide – perfazendo 4.473 municípios.

Mediante a metodologia empregada nesse estudo do IBGE (2007), Campos possui sob a sua condição nodal:

um **Centro de Zona A**, que vem a ser Santo Antônio de Pádua (RJ), que hierarquiza dois **Centros Locais** – Pirapetinga (MG) e Miracema (RJ), além de um **Centro de Zona B** que vem a ser Itaocara;

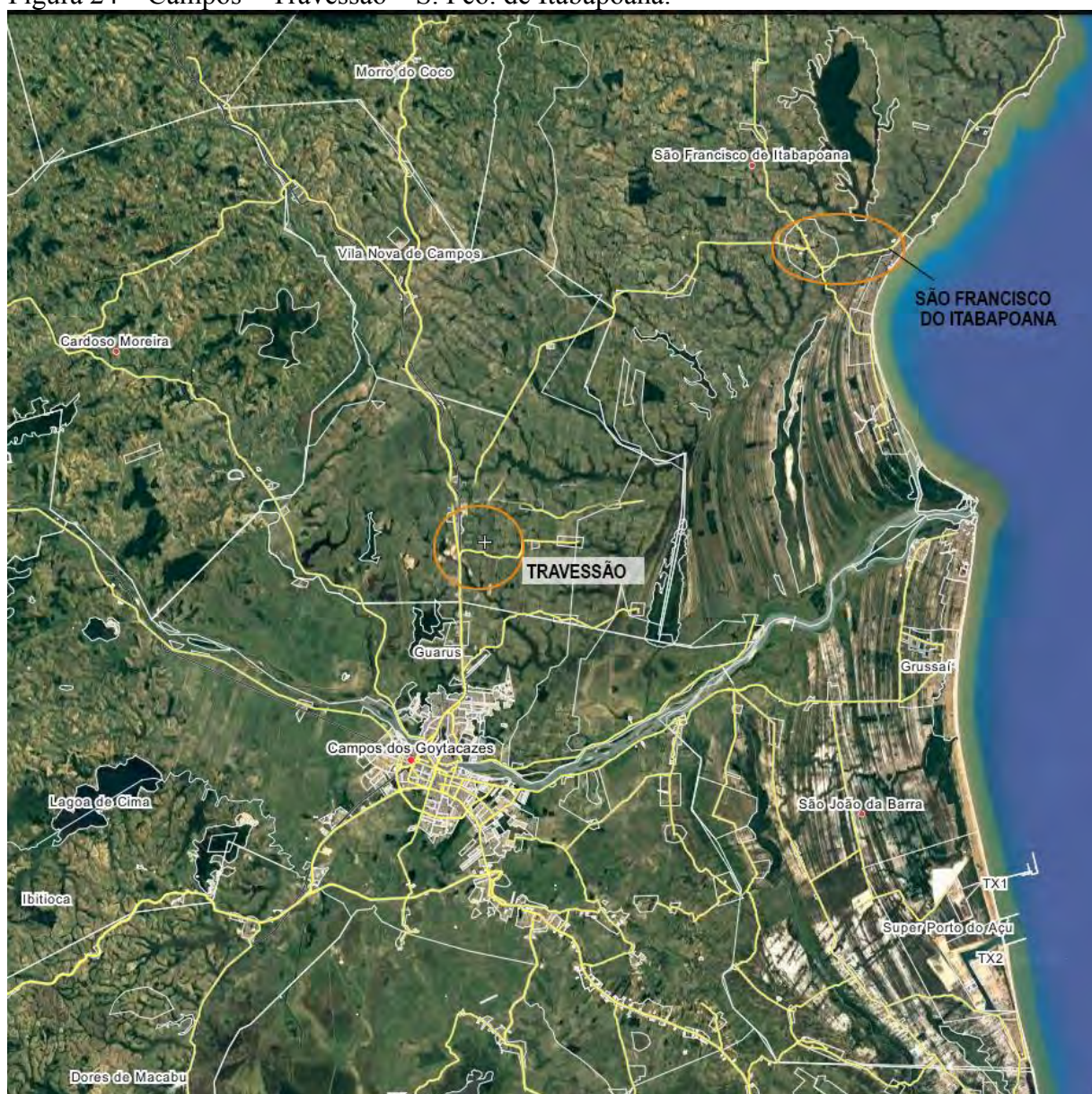
Itaocara, por sua vez, hierarquiza dois **Centros Locais**: Aperibé (RJ) e Cambuci (RJ);

finalizando o guarda-chuva da rede de cidades que trocam fluxos significativos com Campos, encontram-se sete **Centros Locais**: Bom Jesus do Norte (ES), Cardoso Moreira (RJ), Italva (RJ), **Quissamã** (RJ), **São Francisco de Itabapoana** (RJ), São Fidélis (RJ) e **São João da Barra** (RJ) (IBGE, 2007).

Embora não demonstre densidade pendular diária suficiente que lhe permita compor o arranjo populacional de Campos (IBGE, 2016b), São Francisco de Itabapoana se encontra sob a hierarquia regional da rede de bens e serviços desta capital regional. Ora, até bem pouco mais de 20 anos São Francisco, que se emancipou em janeiro de 1995, era parte de São João da Barra e para chegar à sede do município, por via terrestre, era necessário passar pela sede do município de Campos. As trocas de fluxos de São Francisco com Campos, sob a ótica qualitativa, se assemelham bastante a São João da Barra, sendo que merecem destaque:

o fornecimento de **produtos agrícolas e extrativistas**, tendo parte dos seus produtores rurais residindo em Campos. Embora este seja um fenômeno de menor monta em São Francisco, já que lá a agricultura familiar é mais significativa que em SJB. Cabe ressaltar, entretanto, que a relação territorial de São Francisco com a sede de Campos é mediada por Travessão (Figura 24), distrito campista mais urbanizado, que em 2010 contava com mais de 10 mil habitantes, além das relações que São Francisco possui com os municípios do Espírito Santo;

Figura 24 – Campos – Travessão – S. Fco. de Itabapoana.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

São Francisco de Itabapoana também é fértil em domicílios de uso ocasional, sobretudo pelo seu extenso litoral. Esse também é um município muito afetado pela vilegiatura quando se trata de **turismo**. Com seus 41.354 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), possuía 25.327

domicílios particulares, sendo 7.963 de uso ocasional, ou seja, 31% do total. Números muito próximos dos 33% de Cabo Frio que, em números absolutos, é o segundo município em quantidade de domicílios de uso ocasional no Estado do Rio de Janeiro. Assim, como em SJB, se encontra em Campos a maior fonte dos proprietários desses imóveis;

também como em SJB, embora em menor escala, há um deslocamento diário de trabalhadores são-franciscanos para Campos devido à grande oferta de vagas de **empregos** nesta cidade;

seus moradores não têm alternativas de **educação** profissional ou superior mais próxima que não sejam em Campos. Diferentemente de SJB, que tem, pelo menos, um campus do Instituto Federal Fluminense;

Também, como em SJB, os **serviços de saúde** de maior complexidade são referenciados em Campos, embora, historicamente, São Francisco de Itabapoana possua uma rede de assistência básica mais consistente que a do seu antigo município sede;

Com muitas ações espelhadas em SJB, São Francisco de Itabapoana também aderiu recentemente ao consórcio destinado à disposição final de **resíduos sólidos urbanos** no CTR (aterro sanitário) que a Vital Engenharia, sob concessão da PMCG, implantou no município de Campos.

São Francisco vive uma situação insólita no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. Segundo as regras estabelecidas pelo IBGE, desde Arraial do Cabo até a divisa com o Espírito Santo, o único município litorâneo na Bacia de Campos que não é considerado produtor de petróleo é exatamente São Francisco de Itabapoana. O mais intrigante é que o próximo município em direção ao norte, Presidente Kennedy (ES), é considerado produtor desta bacia petrolífera. Não parece ter sido uma decisão política, mas sim uma determinação tecnocrática. Mesmo porque não aparenta haver lógica política discricionária em se alijar um único município da distribuição dessas rendas.

A explicação mais plausível seria a cronologia de algumas decisões. Afinal, a Lei 7.453, de 27/12/1985, que determina quais municípios seriam produtores de petróleo (PIQUET, 2003) o faz antes da emancipação de São Francisco de Itabapoana de São João da Barra, que só foi realizada em janeiro de 1995. Assim, quando se definiu que São João da Barra seria produtor, não havia a possibilidade de excluir São Francisco do rateio. Além disso, mesmo que se procedesse essa restrição, isso não causaria muitos protestos, já que a era dos *royalties* fartos só vem acontecer cerca de 15 anos depois da promulgação desta legislação, já nos estertores do século XX.

Há muitos rumores sobre o tema: matérias na mídia; ações judiciais; artigos acadêmicos etc. em se tratando da supremacia impressionante de Campos nas regras de rateio. A verdade é que no momento dessa definição os valores de *royalties* eram muito acanhados e não houve interesse de se discutir o equilíbrio da divisão. Quando aconteceu a quebra do monopólio com a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 – que ficou conhecida como Nova Lei do Petróleo, mudou-se a receita global dos valores e mantiveram-se as distorções nas regras de rateio. Mais uma vez a nação se omitiu quanto à promoção de justiça e equilíbrio no desenvolvimento regional. Apenas no início deste século a abastança dos municípios produtores, particularmente de Campos e Macaé, chamou a atenção para os *royalties* e as participações especiais dos municípios confrontantes com os campos produtores de petróleo e gás. A prefeitura de São Francisco de Itabapoana chegou a entrar com uma ação na justiça questionando a sua estranha e singular condição de município limítrofe, porém não logrou resultados satisfatórios. Nesse momento atual, contudo, passado o apogeu da vida útil dos chamados poços maduros e com a recente decadência das receitas, sobretudo das participações especiais, além da queda vertiginosa do preço internacional das *commodities* extrativistas, o interesse nacional sobre a questão se arrefeceu.

Essa realidade se reflete com especial contundência no orçamento do município. No período em que os *royalties* e participações especiais ainda não haviam sido atingidos pela crise do preço do barril do ano de 2015, o orçamento de São João da Barra apresentou valores **quatro vezes** maiores que o de São Francisco de Itabapoana. Apesar deste segundo município possuir maior área e uma população 26% mais numerosa (IBGE, 2010). A economia é relativamente similar, a diferença vem das rendas provenientes da produção de petróleo e gás. Um outro indicador que preocupa é a evolução demográfica. Dentre os Caquis, por exemplo, São Francisco de Itabapoana é o único município com previsão de perda populacional na estimativa de 2016, comparado com o Censo de 2010. Isso se torna preocupante dada a importância do crescimento demográfico como uma variável *proxy* de desenvolvimento.

Com toda essa dificuldade fiscal São Francisco de Itabapoana, porém, parece conviver relativamente bem com a situação. Sua produção agrícola demonstra um perfil estruturante incomum na região. São Francisco tem o maior PIB agropecuário relativo do Norte Fluminense (IBGE, 2016a). Das três usinas sucroalcooleiras remanescentes na região de Campos, uma se situa no município de São Francisco, que ainda mantém uma área significativa de canaviais.

São Francisco de Itabapoana, apesar de possuir o penúltimo IDH dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, se tornou um ambiente propício a projetos ousados na área de energia. Há nesse município uma planta de produção das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que é

responsável pelo extrativismo de rochas sedimentares em suas praias desde 1951. Entre essas rochas destaca-se a monazita que é utilizada na produção das chamadas terras raras. A empresa assegura que as jazidas estão esgotadas e que hoje eles só realizam a recuperação dos resíduos armazenados no pátio da indústria. Além dos riscos de geração de resíduos radioativos perigosos a partir dessa atividade, essa informação aumenta suspeitas a partir dos rumores veiculados na década de 1980 de que o local seria utilizado para armazenamento de tório radioativo proveniente de uma outra planta que a empresa possuía em São Paulo. Na década de 1980, a partir da denúncia de um funcionário, a empresa foi alvo de uma diligência do Ministério Público Estadual. Foram encontrados uma série de tambores enterrados numa das praias em São Francisco, a empresa ficou 19 dias fechadas, contudo o caso caiu no esquecimento (SOFFIATI, 2013). Há também denúncias veladas sobre a contaminação de trabalhadores que manipulam esses minérios. Essa atividade sempre foi coberta de mistérios desde os tempos da ditadura, quando a empresa se chamava Nuclemon Mínero-Química Ltda e era controlada pela Nuclebrás. A verdade é que a dificuldade de mobilização local e a desvalorização da terra nesse litoral inóspito, permite tais situações. A implantação do porto do Açú passou por um rito similar, só que concentrado num período de tempo mais curto e com mídia alternativa para denunciar os abusos, num momento político de maior liberdade de expressão.

Outra atividade na área de energia, essa mais propriamente ligada à geração, é a usina eólica localizada na praia de Gargaú, bem próxima do limite de São Francisco com São João da Barra às margens do Rio Paraíba do Sul (Figura 25).

Figura 25 – Usina eólica de Gargaú.



Fonte: Acervo Pessoal

Segundo a Omega Energia, empresa que construiu e opera essa usina desde 2012, sua capacidade instalada é de 28 MW numa área de 500 ha. Embora esta modalidade de geração seja considerada limpa, sua atividade não se dá sem impacto ambiental e a área sob os geradores fica praticamente inutilizada para uma série de usos. Muitas atividades agropecuárias, por exemplo. Além de impactos sobre o ambiente natural como a interrupção do fluxo de aves migratórias. Mais uma vez a renda da terra em baixa no litoral dos Caquis propiciou estratégias especulativas de investimento. Desta feita por um empreendimento de benefícios territorializados em outras plagas. Afinal, a energia gerada em Gargaú é conectada à rede de transmissão de Furnas, indo alimentar locais que necessitam mais desse insumo. Ora, os 28 MW gerados pela Omega podem suprir uma cidade de até 80 mil habitantes. Como São Francisco possui pouco mais de 40 mil, mesmo que toda a sua demanda viesse desta usina, haveria um excedente da ordem de 50% disponível para exportação. Significa dizer que São Francisco absorveria as externalidades negativas para o restante do país se beneficiar¹²⁷. Em

¹²⁷ “Vado – Eles, os engenheiros, abriram os mapas na nossa frente e explicaram tudinho nos pormenor, nas miudeza. Tudo com os números, as fotos, um tantão delas! Iam ensinando pra gente os ganhos e os progresso

especial os grandes centros que vivem assombrados por *blackouts*. Não bastasse isso, São Francisco de Itabapoana continua sofrendo com uma rede elétrica doméstica obsoleta e sucateada.

Além do que já existe, outros três projetos de logística, em fase de proposição, ameaçam o sossego de São Francisco de Itabapoana e acenam com desenvolvimento e empregos futuros. Embora pareçam ter sofrido uma desaceleração no cronograma, vale a pena relatar, uma vez que a sua execução impactaria profundamente o processo de interação de São Francisco de Itabapoana com a região, além de conectá-lo aos fluxos economia global. São eles:

a chamada **Ponte da Integração** (Figura 26), obra realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que se encontrava em estado avançado de execução quando teria sido paralisada devido à crise fiscal profunda que assolou este estado (G1, 2016). Caso a obra venha a ser retomada, esta ponte ligaria São João da Barra a São Francisco de Itabapoana, na região de Barcelos, muito próxima a Campos.

Figura 26 – Ponte da Integração.

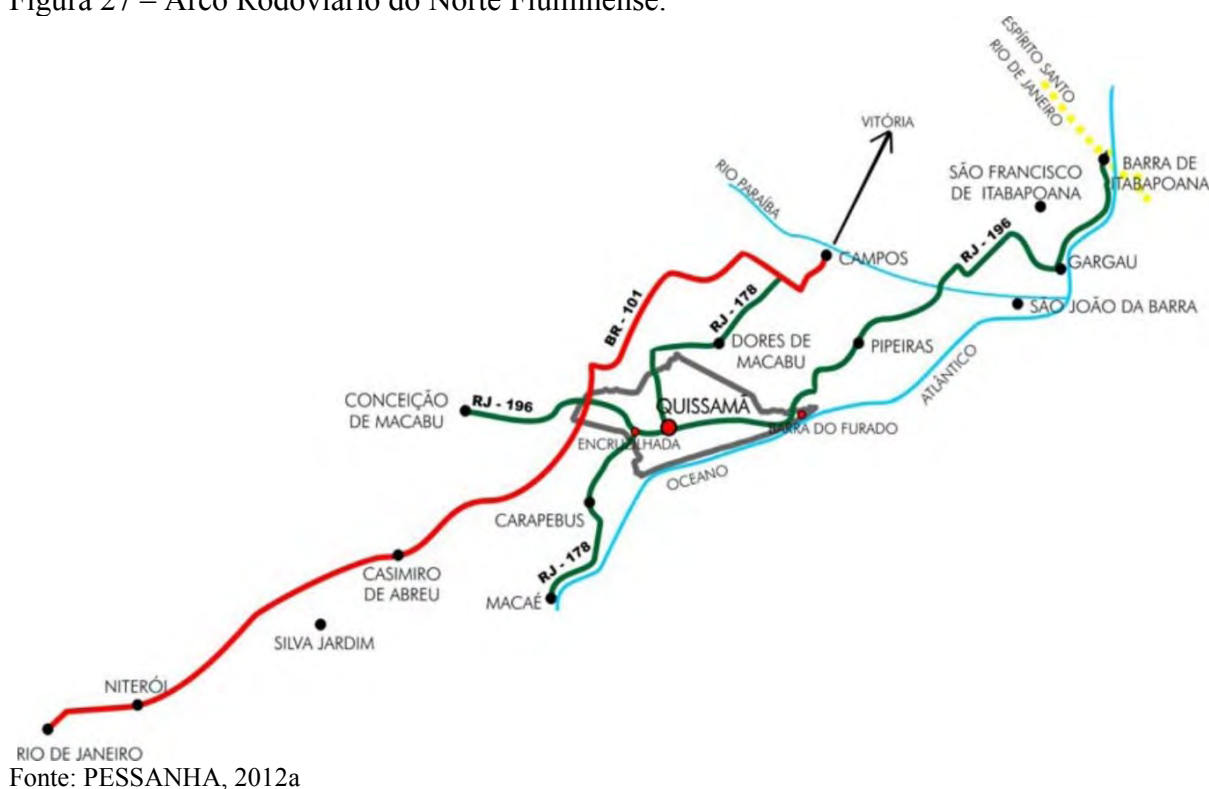


Fonte: SJB, 2016

que a Usina vai trazer. Vão ter que sacrificar uns tantos pra beneficiar a maioria. A maioria não sei quem são, mas nós é que somos os tantos do sacrificio. Né não, Zaqueu?" (NARRADORES... 2004)

Ela faz parte de uma rodovia estadual de cerca de 200 km que o governo do Estado do Rio chamou de Arco Rodoviário do Norte Fluminense (Figura 27), que também não está totalmente construída. Esta rodovia ligaria Quissamã a SFI passando por Pipeiras, distrito de SJB onde se localiza o Porto do Açú (PESSANHA, 2012a). Este arco rodoviário aproximaria São Francisco não apenas do Porto do Açú, mas também de Campos e São João da Barra e de uma forma que o município pudesse figurar no arranjo populacional identificado pelo IBGE entre Campos e São João da Barra;

Figura 27 – Arco Rodoviário do Norte Fluminense.



O **Porto Central** (Figura 28), que está em fase de licenciamento e, depois de alguns adiamentos, com início da construção previsto para 2018, no Município de Presidente Kennedy na divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Esta divisa é representada do lado fluminense pelo município de São Francisco de Itabapoana.

Figura 28 – Porto Central.



Fonte: Wikimapia; CENTRAL, 2017, modificado pelo autor

Caso este porto venha a ser realmente construído provocará modificações profundas na dinâmica do território são-franciscano. Este projeto de porto indústria é o produto de uma *joint venture* entre a empresa capixaba TPK Logística e o Porto de Roterdã. Ele visa atender: à indústria petrolífera; à grande demanda de pedras ornamentais centralizadas em Cachoeiro do Itapemirim; a exportações do agronegócio; suprir a paralisação das atividades da Samarco em Anchieta (ES) – com um novo mineroduto, carvão e produtos siderúrgicos; etc. (SEIXAS, 2017). No que obste a concorrência com o Porto do Açú, que já tomou a dianteira com o mineroduto da Anglo American e com a base *offshore* da Edison Chouest, este porto pode inicialmente se dedicar aos fluxos já existentes no Espírito Santo e esperar que o Porto do Açú esgote sua capacidade, sobretudo no que diz respeito a petróleo e gás, e daí operar de forma complementar ao porto são-joanense. Se as perspectivas do Pré-Sal se confirmarem, na velocidade esperada, isso não demorará muito a acontecer. Por hora, contudo, o Porto Central parece ser apenas uma aposta dos “Eikes-Cabrais” capixabas;

a Ferrovia EF-118 que ligará Cariacica – na grande Vitória a Nova Iguaçu – na Metrópole Fluminense (Figura 29), perfazendo 570 km de extensão. Esta ferrovia atenderia ao Porto Central em Presidente Kennedy e ao Porto do Açú em São João da Barra, potencializando a multimodalidade logística destes dois portos, passando ainda em Campos e Quissamã. A malha ferroviária desta região é tecnicamente obsoleta e seu estado de conservação é crítico. Sem contar que os rincões litorâneos do norte fluminense e do sul capixaba sempre foram

relegados ao atraso e desprovidos das condições gerais de produção como fator de equilíbrio do desenvolvimento regional (LENCIONI, 2007). Presidente Kennedy, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra conheceram sequer a modernização conservadora. Esta ferrovia, caso venha a ser executada¹²⁸, abrirá um novo capítulo de oportunidades que, se bem geridas, poderão promover uma verdadeira revolução nestas plagas.

Figura 29 – Ferrovia EF-118.



Fonte: PESSANHA, 2015d

¹²⁸ Existe sempre a preocupação que a recessão que assola o Brasil possa diminuir ou, mesmo, cancelar os investimentos prometidos para este projeto de infraestrutura. Para além disso, há o fundamentalismo neoliberal em que mergulhou o país desde o golpe que alterou a normalidade democrática brasileira. Caso essa visão de mundo seja longeva, não há grandes esperanças quanto a investimentos desta ordem.

Se por um lado a ferrovia Vitória-Rio atende aos anseios são-franciscanos e são-joanenses, de outro, esse modal desampara Quissamã que já havia perdido espaço com o adiamento *sine die* do terminal portuário de Barra do Furado, relatado no capítulo anterior. É muito provável ser esse o motivo da EF-118 não prever uma conexão com o território quissamaense, onde ela é só passagem. Ao contrário, o traçado dessa ferrovia foge das manchas urbanas de Campos e Quissamã para não causar transtornos de mobilidade onde não há fluxos a conectar. Sem o terminal portuário a localidade de Barra do Furado não passa de uma comunidade de pescadores não justificando, desta forma, investimentos em condições gerais de produção.

O Canal das Flechas (Figura 30), entretanto, possui uma conformação interessante em se tratando da construção de um porto do tipo deltaico. O limite costeiro entre Campos e Quissamã repete a sina dos litorais são-joanense e são-franciscano. Solo arenoso, pouco fértil, ausência de projetos imobiliários. Muito provavelmente seja esse o conjunto de fatores que atraiu a Edison Chouest Offshore para participar deste projeto. A possibilidade de criar um incremento na renda da terra num local ainda pouco valorizado. O investimento do Estado na forma de condições gerais de produção, contudo, não veio no ritmo esperado e o Porto do Açú surgiu como uma oportunidade irrecusável. Embora o terminal de Barra do Furado tenha se deslocado para além da linha do horizonte, há quem diga que Quissamã não perde por esperar. O advogado Luiz Mário de Azevedo Concebida, gerente da representação regional da Firjan no Norte Fluminense, em entrevista nesta pesquisa, assegurou que este projeto tem futuro e ainda não está definitivamente descartado.

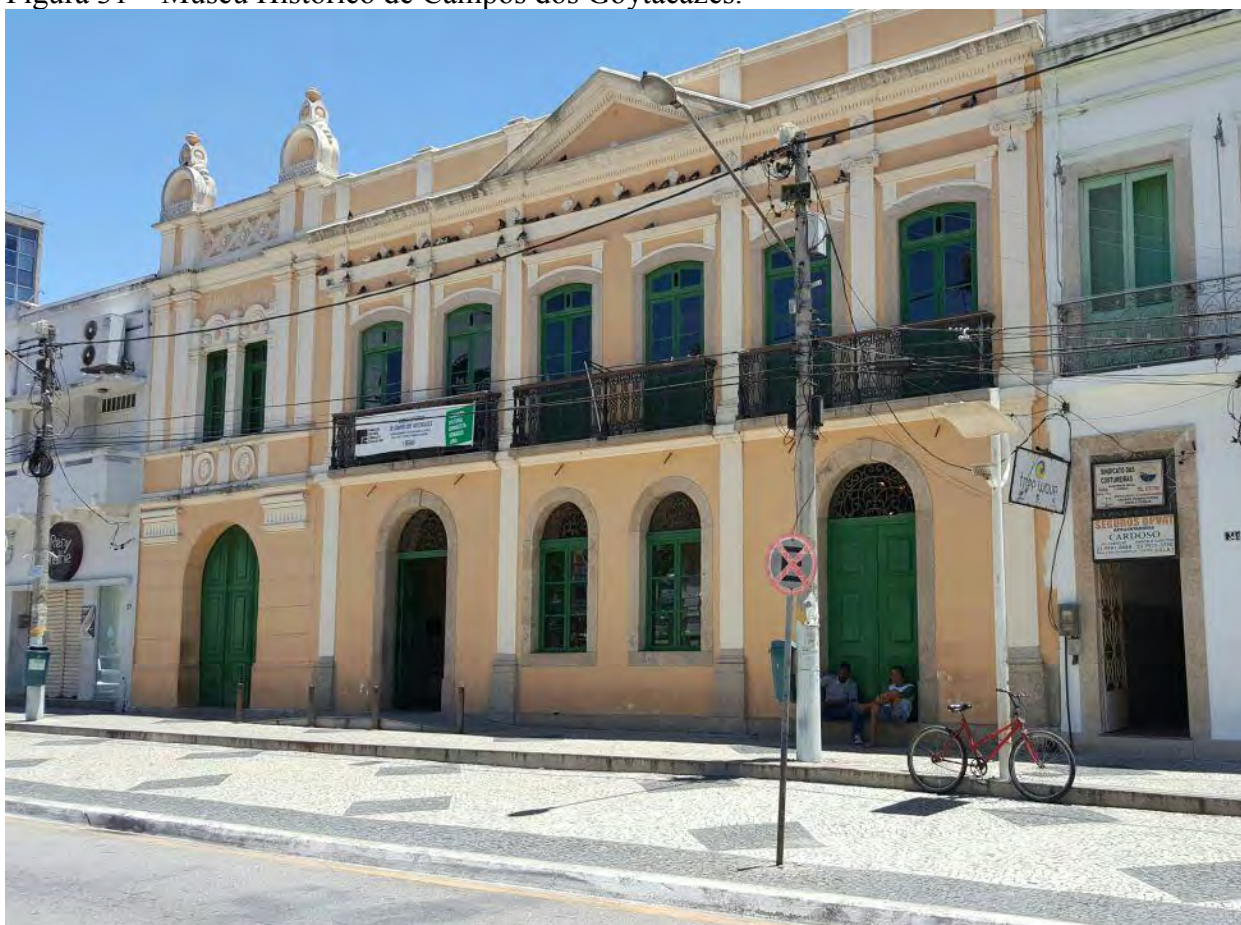
Figura 30 – Canal das Flechas.



Fonte: Acervo Pessoal

Quissamã é um município *sui generis* que vive sua pendularidade particular entre os dois polos das microrregiões da mesorregião Norte Fluminense – Campos e Macaé. Sua origem é quase que simultânea à Capitania de São Tomé, onde Manuel Carneiro da Silva, pai do Visconde de Araruama, teria iniciado uma atividade rural em Mato de Pipa, que deu origem a Quissamã. Até 1802 essa freguesia pertencia a Campos, quando o Bispo do Rio de Janeiro, por questões de distância, decidiu desmembrá-la e anexá-la à freguesia de Nossa Senhora das Neves – hoje Macaé (IBGE, 2016a). Quissamã então vive a sua condição de território macaense, porém sob forte influência da economia canavieira. Afinal, até 1980 Macaé, inclusive, vivia da economia agropecuária e das usinas sucroalcooleiras em Quissamã e Carapebus. O mais proeminente cidadão quissamaense, o Visconde de Araruama, morava em Campos – na praça da igreja matriz, num solar onde hoje funcionam as instalações do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes (Figura 31).

Figura 31 – Museu Histórico de Campos dos Goytacazes.

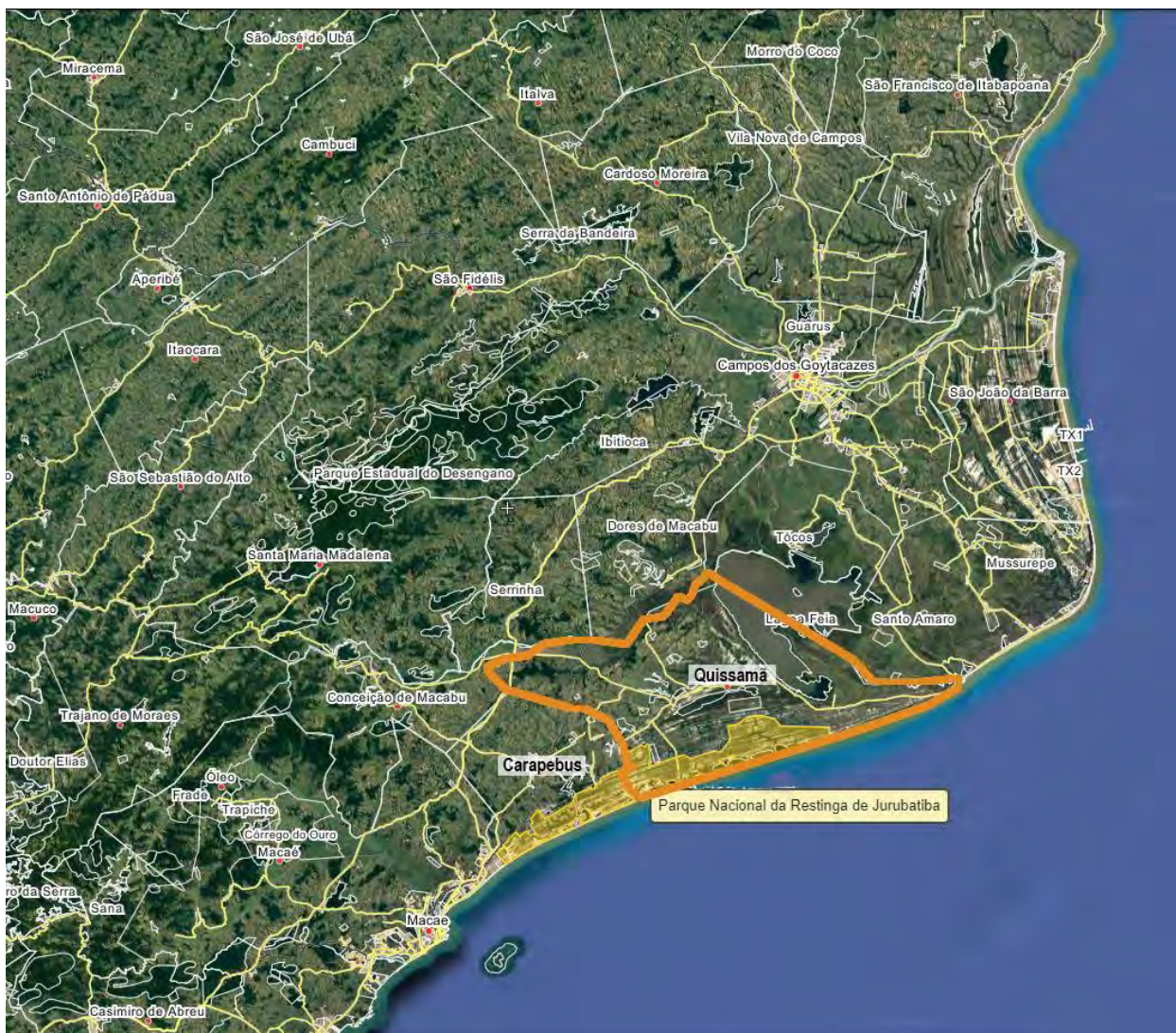


Fonte: Acervo Pessoal

A partir de 1980, porém, Macaé é tomada pela economia do petróleo e Quissamã é atraída por esse dinamismo inexorável. A identidade com a Baixada Campista não é capaz de suprir a força dos salários pagos pela indústria do petróleo e o sonho de trabalhar numa empresa do ramo, sem contar a proximidade e as questões oficiais a serem resolvidas na sede do município que era Macaé. Quando da sua emancipação, contudo, Quissamã passou a lograr os resultados da economia dos *royalties* e voltar a se relacionar um pouco mais com Campos. Essa volta tem relação estreita com a disponibilidade comércio e serviços, sobretudo a formação de profissionais liberais.

Campos, ao longo de sua história recente, se notabilizou, entre outras coisas, como um polo fornecedor de vários tipos de profissionais para os municípios das regiões Norte e Noroeste fluminenses. Mesmo Macaé teve grande parte de técnicos de nível médio e profissionais liberais formados em Campos, até o final do século XX. A partir do século XXI, todavia, esse quadro inflexiona. Com a instalação de universidades em Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio e Itaperuna, principalmente. Sem contar os campi do Instituto Federal Fluminense – que atendem a esses municípios. Em suma, a pendularidade regional, com o objetivo de estudo e tendo Campos como destino, perdeu densidade. Por outro lado, essa mesma pendularidade, buscando emprego e tendo Macaé como destino, só fez aumentar. Isso se evidencia no fluxo de deslocamento identificado pelo IBGE entre os arranjos populacionais de Campos e Macaé-Rio das Ostras. São nada menos que 9.100 pessoas se deslocando diariamente entre os dois arranjos, sendo que 86,2% destes deslocamentos têm como objetivo o trabalho (IBGE, 2016b, p. 67).

A respeito de uma certa indefinição de Quissamã, quando se trata de orbitar Campos ou Macaé, há que se considerar um aspecto imperceptível quando não se leva em conta a totalidade da realidade quissamaense. Qual seja: um futuro processo de desenvolvimento de Quissamã lastreado em logística marítima, só poderá ser realizado no seu limite com Campos. Ora, Quissamã tem 26 dos seus 37 km de orla, justamente na porção próxima a Macaé, comprometidos pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Segundo a Lei 9.985/2000, marco regulatório do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), não pode haver nenhum tipo de atividade econômica nos domínios de um parque nacional. Entre Quissamã e Macaé encontra-se ainda o município de Carapebus com seu litoral totalmente ocupado pelo Parna Jurubatiba (Figura 32).



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Ou seja, entre Quissamã e Macaé há cerca de 45 km de litoral que, por força de lei federal, não podem ter nenhum tipo de atividade industrial, extrativista, comercial, portuária, ferroviária, rodoviária etc. Não fossem outros aspectos supra relacionados, este já seria suficiente para afinar Quissamã com Campos e São João da Barra, em se tratando da economia do petróleo que se aproxima do Porto do Açu. Provavelmente tenha sido por isso que se decidiu a construção do terminal portuário de Barra do Furado.

2.5.1 Os Caquis na Megarregião Rio-São Paulo

O fluxo pendular entre os arranjos populacionais de Campos e Macaé-Rio das Ostras, é parte do processo de integração da megarregião formada por São Paulo e Rio, amalgamada pela economia do petróleo e identificada por Sandra Lencioni (2015),

Nessa publicação foram construídos cenários futuros indicando que a extensão longitudinal da megarregião no estado do Rio de Janeiro vai se alongar para além de Cabo Frio, devendo estender-se em direção a Macaé e Campos. O Porto do Açu, mais ao norte, já foi declarado como base das atividades offshore da Petrobras na exploração do pré-sal, nesta porção fluminense (LENCIONI, 2015, p. 14).

Não é por acaso que nos nove dos maiores fluxos existentes entre arranjos populacionais relacionados pelo IBGE (2016b), seis deles estejam nesta megarregião. A força com que essa territorialidade se projeta no espaço é tamanha a ponto de materializar o maior fenômeno de urbanização do hemisfério sul (LENCIONI, 2015). Dentre seus seis conjuntos geradores de fluxos pendulares, relacionados pelo IBGE (2016b), metade, pelo menos, tem como fonte a economia do petróleo, que é o grande fator de coesão espacial de grande parte dos lugares ancorados no eixo que vai do Porto de Santos ao Porto do Açu. A produção da Bacia de Campos vem se reestruturando a partir do Pré-Sal¹²⁹ – que escapa para o sul da megarregião – e da própria curva produtiva, reflexo da vida útil das suas reservas. Como vimos no capítulo anterior, porém, parte dessa atividade, incluindo-se o Pré-Sal da Bacia de Santos, começa a se deslocar rumo ao norte em função da base portuária que se instalou no Açu, em São João da Barra. O censo demográfico de 2010 nos permite descobrir o quinto maior fluxo pendular, dentre os arranjos populacionais no país, oscilando entre Campos¹³⁰ e Macaé-Rio das Ostras. O Censo de 2020, entretanto, poderá revelar um arranjo populacional mais robusto em Campos em função do Porto do Açu. Afinal, segundo a observação atenta de Sandra Lencioni (2015), a denominação dada ao mapa, que destaca os fluxos entre os arranjos populacionais da megarregião Rio-São Paulo, é “Cenários a serem acompanhados no relacionamento entre arranjos populacionais dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo” (IBGE, 2016b, p. 68).

Campos, na condição de cidade de porte médio, segundo Teresa Faria, em entrevista nesta pesquisa, é mediadora de extremos. Ou seja, entre os pequenos municípios isolados distantes e a metrópole fluminense. O que o Projeto Especial Cidade de Porte Médio tentou fomentar paralelamente ao II PND, ocorreu de forma não planejada e, conseqüentemente sem a devida promoção do equilíbrio regional e redução da desigualdade que se espera do processo de desenvolvimento. A cidade média, para Teresa Faria, é a estação intermediária entre os pequenos municípios fora da órbita das grandes metrópoles e estas. Para ela, Campos dos Goytacazes acaba cumprindo essa função com certa propriedade ao aprofundar a desigualdade

¹²⁹ A exploração de petróleo e gás na camada pré-sal na Bacia de Campos se dá num ritmo mais lento que o da Bacia de Santos.

¹³⁰ É importante destacar que, embora o arranjo populacional seja identificado pelo nome do município de Campos dos Goytacazes, o município de São João da Barra é parte integrante dele.

regional histórica. Campos reproduz a sua própria condição de submetrópole, atraindo vários outros municípios para sua trajetória orbital por meio da oferta mais farta e diversa de empregos, comércio e serviços especializados. Por outro lado, esta típica cidade média, cumpre a função de mitigar a pressão migratória sobre as metrópoles, sobretudo a fluminense. Sem contar outros centros dinâmicos próximos como Macaé e Vitória (ES). Para Angela Santos (2012), apesar da reprodução do quadro histórico, há que se comemorar o crescimento demográfico maior das cidades médias não metropolitanas fluminenses, na primeira década deste século, em favor da sustentabilidade socioambiental.

Segundo Angela Santos (2012), no momento recente de economia dinâmica, que se tornou conhecido como neodesenvolvimentismo, as cidades médias não metropolitanas fluminenses funcionaram como elementos de desconcentração da polaridade histórica entre a metrópole e o interior. No que obste estas cidades apresentarem um crescimento do emprego abaixo da média das cidades médias metropolitanas (SANTOS, 2012), o neodesenvolvimentismo chega aos Caquis não só pelo aumento da oferta de emprego, mas também pela valorização do salário mínimo. Esta valorização gerou um incremento de renda numa série de proventos que já existiam e que possuíam vinculação direta ao salário mínimo ou mesmo uma influência deste. Segundo Giovanni Alves, nesse período houve um “choque de capitalismo” marcado por:

Aumento real do salário-mínimo (cerca de 70%), aumento do emprego formal (de baixa qualificação) e redistribuição de renda por meio de programas sociais de combate à pobreza extrema (Bolsa Família), que implicou na saída da pobreza absoluta de mais de 20 milhões de pessoas. De fato, trata-se de algo sem precedentes em nossa história republicana. Apesar da persistência do Estado neoliberal no Brasil, alterou-se o padrão de desenvolvimento capitalista nos últimos dez anos, provocando indiscutivelmente, mudanças internas na morfologia das classes e camadas sociais (ALVES, 2014, *online*).

Em entrevista nesta pesquisa, o sociólogo José Luis Vianna da Cruz observa que o Benefício da Prestação Continuada – BPC¹³¹, talvez seja um dos ganhos sociais de maior impacto, mais até que o Programa Bolsa Família – PBF. Afinal, este provento é garantido a

¹³¹ “O Benefício da Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que ¼ do salário-mínimo vigente. Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No entanto, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte” (BRASIL, 2017, *online*).

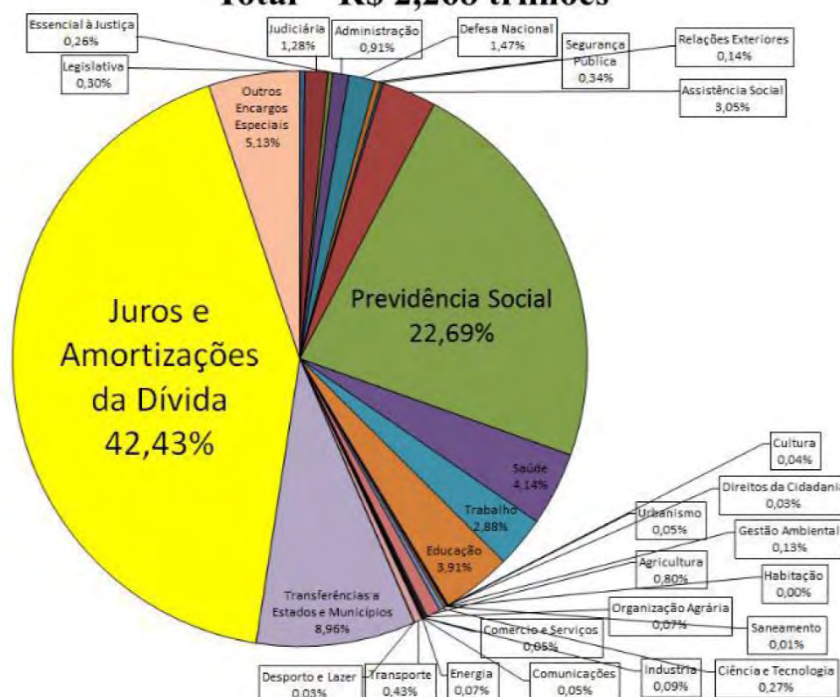
qualquer idoso com mais de 65 anos ou pessoa com deficiência, de qualquer idade, pertencentes a famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, sem nenhuma exigência de contrapartida ou de contribuição para a previdência social. Sem contar que o BPC garante 100% do salário mínimo e que pode ser pago a mais de uma pessoa do mesmo grupo familiar que reúna as condições exigidas.

A expressão neodesenvolvimentismo carrega de forma subliminar um estigma controverso. Não apenas pela denominação como pelo conteúdo ideológico polêmico subjacente ao processo de inserção social que enseja. Inicialmente, surge a apropriação do termo desenvolvimentismo que provoca comparações com o processo nacional desenvolvimentista de meados do século passado formulado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto etc. que acalentou gerações de economistas e pautou os governos Vargas e JK. Ainda que setores progressistas estranhem e que os apologistas do governo Geisel rejeitem, consideramos razoável afirmar que o II PND sofre uma significativa inspiração nacional desenvolvimentista cepalina. Em segundo lugar, cabe observar que o ambiente de capitalismo financeiro neoliberal, deste início de século, se torna muito mais rigoroso. Exatamente no momento em que governos de cunho popular tentam conferir um caráter mais inclusivo à nossa velha modernização conservadora.

Para Giovanni Alves (2014); Plínio Sampaio Jr. (2012) e Rodrigo Castello (2012), esse incremento de renda só garante consumo, não há ganhos de direitos. Para além disso, não houve a ruptura necessária com o capitalismo financeiro que sangra anualmente mais de 40% das receitas da União com juros e amortização da dívida desde 2012 (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2017) – (Figura 33).

Figura 33 – Orçamento Geral da União.

**Orçamento Geral da União (Executado em 2015) –
Total = R\$ 2,268 trilhões**



Fonte: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2017

Só no ano de 2013 os juros e amortização da dívida consumiram 40,3% das receitas da União (ALVES, 2014). Segundo Carlos Eduardo Pinho (2011), os fundamentos macroeconômicos tais como estabilidade fiscal, taxa de juros e câmbio se mantêm sob a lógica neoliberal. Trata-se de um modelo híbrido, defendido por Bresser-Pereira (2006), que abre as portas do conceito de desenvolvimentismo ao Consenso de Washington. Mesmo um crítico menos contundente, como é o caso de André Singer (2009), aponta aspectos controversos nesta matriz econômica. Para ele, no momento em que o governo Lula propõe mecanismos de transferência de renda, que buscam conferir uma perspectiva inclusiva à modernização brasileira, ele se aproxima do subproletariado atraindo, justamente, sua fração mais conservadora – ainda que este processo de aderência política tenha ocorrido de forma inédita.

Isto posto e deixando claro que não faz parte do objeto desta pesquisa discutir o mérito desta matriz econômica, mas sim identificar algumas de suas consequências no processo de urbanização do coração dos Caquis, gostaríamos de considerar que:

a demanda reprimida de consumo, suprida parcialmente pelo neodesenvolvimentismo petista, projeta essas rendas, sob a forma de excedentes, no comércio varejista que passa a reciclar boa parte destes excedentes no rentismo imobiliário urbano;

o *boom* dos *royalties* e das participações especiais do petróleo injetaram, nos Caquis, farto capital exógeno à região. Boa parte desse capital buscou no mercado imobiliário a oportunidade de reciclagem. Afinal, orçamentos opulentos costumam ser pródigos em obras superfaturadas e o mercado imobiliário é utilizado reiteradamente para lavagem de dinheiro, sobretudo oriundo de corrupção;

o hibridismo de capital financeiro e imobiliário chegou definitivamente a Campos, sobretudo por meio de empresas como: MRV, Tenda, Cyrela, Alphaville, Dahma, Rodobens etc.;

o boom da habitação de interesse social do MCMV (Minha Casa Minha Vida), também chega a Campos com mais de seis mil casas construídas pelo programa de habitação municipal na faixa de zero a três salários mínimos – o Morar Feliz¹³². A MRV suprindo a faixa acima de três salários mínimos se instala em Campos e hoje se gaba de ter um de cada 56 campistas morando num imóvel empreendido pela MRV (Figura 34);

Figura 34 – *Outdoor MRV.*



Fonte: Acervo Pessoal

¹³² O Morar Feliz é um grande programa de habitação popular, na faixa de zero a três salários mínimos, lançado na campanha eleitoral de 2008 pela prefeita Rosinha Garotinho, quando ela prometeu construir 10 mil casas populares ainda no seu primeiro mandato. Em que pese só ter construído cerca de seis mil casas em dois mandatos, esse programa – para o bem e para o mal – é um marco na habitação popular em Campos. Apelidado pela população de “Casinhas de Rosinha”, esses conjuntos habitacionais marcam de forma indelével a vida na periferia campista, como será discutido no capítulo seguinte. Inicialmente a prefeita Rosinha Garotinho constrói o seu Programa Morar Feliz com orçamento próprio da PMCG. No seu segundo mandato, contudo, tentando viabilizar mais unidades, seu governo adere ao Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal. O segundo conjunto do Morar Feliz no Parque Santa Rosa, por exemplo, já foi construído com a utilização de recursos do MCMV, tendo, inclusive, sua inauguração feita com a presença da então presidente da Caixa Econômica Federal, Mirian Belchior (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2016).

a profusão de condomínios horizontais e o incremento da renda da terra na semiperiferia oeste de Campos, com a construção de um grande shopping center, é a parte deste fenômeno que se concretiza na moradia da classe A.

Esses movimentos se dão ao sabor do mercado e sem uma regulação mínima do Estado. Quando o poder local intervém é no sentido de prover as condições gerais de produção sem grandes preocupações com mecanismos de limitação de excessos e proteção dos mais frágeis e mais pobres. Isso tem se notabilizado por um processo especulativo rentista em Campos que teve como agravante o aumento sem precedentes das receitas municipais provocado pela economia dos *royalties* do petróleo (PESSANHA, 2015b).

2.6 Neodesenvolvimentismo e urbanização no coração dos Caquis

A materialização do processo de urbanização que assola as grandes cidades contemporâneas se dá pela requalificação de regiões centrais em decadência provocada pela reestruturação produtiva. Áreas centrais dotadas de boa infraestrutura urbana veem suas instalações prediais, parte de sua funcionalidade e até amenidades envelhecerem – com certa ênfase na estética e cosmética urbana – se tornando ambientes evitados pelos cidadãos solventes e cobiçados pelas incorporadoras do novo capital financeiro-imobiliário. A ordem é transformar os centros das cidades em lugar de consumo a ser consumido (LEFEBVRE, 2008). O novo planejamento urbano é marcado pela total inobservância da necessidade de equilíbrio, entre regiões e cidadãos, baseado na universalização dos direitos. A nova lógica urbana conhecida como gentrificação (HARVEY, 2014b) ou segregação programada (LEFEBVRE, 2008) se ocupa exclusivamente do enobrecimento, glamourização e elitização dos velhos centros, atraindo consumidores afluentes, além de expulsar para a periferia distante os que ali e dali viviam.

Ao analisar a escalada do processo de gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro, David Harvey vaticina: “[...] se as tendências atuais prevalecerem, em quinze anos aqueles morros ocupados por favelas estarão repletos de condomínios arranha-céus com vistas deslumbrantes para a Baía de Guanabara, enquanto os antigos favelados estarão morando em alguma periferia distante” (HARVEY, 2014b, p. 57). Por outro lado, ele deixa claro que isso não é exclusividade de países periféricos ao se reportar a Londres contemporânea.

A longo prazo, o efeito da privatização tatcheriana da habitação de interesse social no centro de Londres consistiu em criar, em toda área metropolitana, uma estrutura de aluguéis e preços que impede que pessoas de baixa renda e, atualmente, até mesmo classe média tenham acesso à moradia em qualquer lugar próximo ao centro urbano. O problema da moradia a preços acessíveis, assim como da pobreza e acessibilidade, realmente foi mandado para longe (HARVEY, 2014b, p. 57).

Nas cidades médias brasileiras, porém, particularmente em Campos, coração dos Caquis, essa lógica ainda não se manifesta exatamente desta forma. O centro histórico de Campos, em que pese ter sofrido dois processos de requalificação recentes, ainda não atraiu o interesse do capital financeiro-imobiliário, apesar da sua presença maciça nesta cidade. Desde que as usinas foram reduzindo sua atividade canavieira, a partir de final dos anos 1970 e 1980, as áreas rurais foram se transformando em zona de expansão urbana. A relação familiar do prefeito Raul Linhares e seu PDUC, que disciplina o uso do solo, mas não regula, de fato, demonstram essa simbiose espúria entre poder constituído e classe dominante. Isso fez alguns usineiros se tornarem especuladores no mercado de terra em transição da configuração rural para urbana. A mancha urbana de Campos começa a se espriar em direção às terras das usinas. Em paralelo houve uma série de decisões locacionais que definiram o aumento da centralidade da região sudoeste da cidade, que passou a ser chamado de quadrilátero de ouro (Figura 35) em função do preço do metro quadrado construído.

Figura 35 – Quadrilátero de ouro.



Fonte: Wikimapia; CAMPOS, 2017, modificado pelo autor

Segundo Flávio Villaça (2012) a renda da terra urbana é produto da sua localização. Ou seja, quanto maior a centralidade do local maior a valorização do solo. Essa localização, contudo, não é mera obra do acaso. Há uma série de decisões locacionais públicas e privadas que promovem um dado espaço em detrimento de outros. Assim, o quadrilátero de ouro de

Campos que detinha na sua porção norte uma série de instalações públicas importantes¹³³, além do mais completo conjunto de economias de aglomeração¹³⁴, começa a ter a sua porção sul pontuada por investimentos também de peso que vão se fortalecendo com o tempo¹³⁵. Ao longo dos últimos 40 anos essa inflexão de centralidade do centro histórico da cidade em direção aos bairros residenciais do Sudoeste reconfigurou a renda da terra em Campos.

Esse conjunto de decisões definiu as áreas circunscritas a esses bairros como sendo o espaço mais cobiçado e onde a verticalização vem ocorrendo no limite do gabarito previsto no Plano Diretor¹³⁶ e de forma nitidamente mais densa. Por outro lado, a construção de uma nova rodoviária e de uma filial do shopping Boulevard (Boulevard Shopping Campos) a oeste da cidade, na periferia anexa ao quadrilátero de ouro, promoveu um outro fenômeno que é a concentração de condomínios horizontais destinados à classe A. Essas são as duas mais recentes tendências do mercado imobiliário de Campos: i) a verticalização descontrolada com destaque nos bairros: Avenida Pelinca, Parque Dom Bosco, Parque Tamandaré, Jardim Maria Queiroz e em parte do Parque Thomaz Coelho e ii) a profusão de condomínios horizontais no estilo urbanismo *sprawl*¹³⁷ nos parques Rodoviário, Julião Nogueira e Presidente Juscelino. Embora haja condomínios destinados à classe A em outras regiões da cidade – como, por exemplo, o Alpha Campos que aposta no vetor de crescimento em direção ao Porto do Açú – a centralidade

¹³³ Merecem destaque: Câmara de Vereadores; o Fórum do município; a vizinhança com a Rodoviária Central, a sede da prefeitura, hoje casa de cultura da Uenf; as instalações do Sesc e do Senai; as escolas públicas e privadas de maior destaque do município; as instalações da Rede Ferroviária Federal etc.

¹³⁴ As economias de aglomeração ou economias urbanas seriam: “[...] pavimentação de vias, execução de infraestrutura de saneamento, equipamentos sociais [saúde, educação, segurança pública etc.] e, especialmente, infraestrutura de transporte [e comunicação]” (VILLAÇA, 2012, p. 33).

¹³⁵ Neste setor da cidade destacamos: a antiga Escola Técnica Federal de Campos, hoje Instituto Federal Fluminense; os hospitais Álvaro Alvim e Santa Casa de Misericórdia de Campos; o estádio com capacidade para mais de 10 mil pessoas do Americano Futebol Clube (hoje desativado e em processo de construção de um grande condomínio com torres comerciais e residenciais); a construção de uma biblioteca pública municipal com auditórios e teatro – o Palácio da Cultura; a atual sede da PMCG; a definição como área preferencial para a implantação de condomínios verticais; a construção de quatro condomínios comerciais (shopping center) que atraíram o comércio do centro histórico da cidade; a localização da segunda filial das agências bancárias existentes; além de um aglomerado considerável de bares, restaurantes e apart hotéis.

¹³⁶ O Plano Direto de Campos prevê um gabarito máximo de 24 andares para as construções verticais. Vários prédios do quadrilátero de ouro vêm sendo construídos neste limite.

¹³⁷ O urbanismo *sprawl* (espalhar, em tradução livre) – utilizado historicamente nos EUA, com destaque para as vias projetados por Robert Moses em Nova Iorque – se apropriou do modelo da Cidade Jardim concebido por Ebenezer Howard como uma forma de resposta individualista à verticalização urbana (JACOBS, 2000). As cidades, sob a lógica *sprawl*, passam então a consumir compulsivamente os recursos naturais da biota dos arrabaldes, a exigir altos custos de infraestrutura – dada a sua pouca densidade urbana – além de contribuir com a deterioração da mobilidade urbana. Sem contar o *apartheid* entre ricos e pobres gerado pela aniquilação do espaço público. Este fenômeno, que Lefebvre (2008) chamou de auto-segregação, vem crescendo no Brasil e Campos, como cidade média recentemente descoberta pelo capital financeiro-imobiliário, vem experimentando a fertilidade desse espraiamento de hermetismo elitizado.

gerada pelo Shopping Boulevard parece ter sido decisiva em se tratando de consolidar a tendência desta área (Figura 36).

Figura 36 – Condomínios horizontais e Alpha Campos.



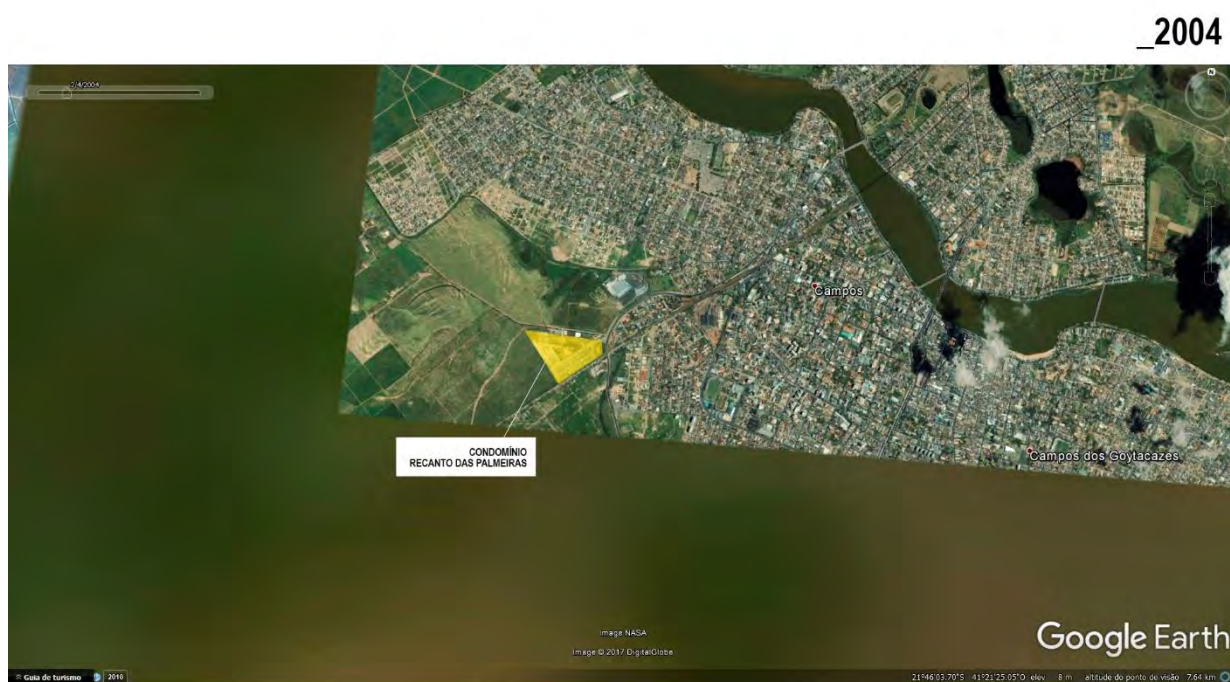
Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

A produção do espaço na região oeste de Campos segue uma lógica similar à gentrificação de áreas centrais das grandes cidades. Por um lado, são construídos equipamentos públicos comunitários e fomentada a construção de grandes instalações privadas de uso público, como é o caso de grandes shoppings centers. Por outro lado, é iniciado um processo de

“higienização social” no local, visando o enobrecimento e a busca de uma estética que agrade os cidadãos solventes.

A região onde se instalou o Shopping Boulevard se localiza às margens da BR-101. Anteriormente à construção deste shopping, o local possuía grandes áreas não edificadas. Ali, também, se desenhou uma favela (Comunidade da Margem da Linha) se esgueirando entre as faixas marginais de segurança da rodovia e da ferrovia da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), hoje sob concessão privada da Ferrovia Centro Atlântica (FCA). Como podemos ver nas Figuras 37 a 40, houve um processo de ocupação, entre os anos de 2004 e 2015, que redesenhou o uso do solo. Antes da construção do Shopping Boulevard só havia no local o Condomínio Recanto das Palmeiras – um grande condomínio popular para a classe B. Desde que o Boulevard foi inaugurado, houve a incorporação dos condomínios: Athenas Park; Partenon Park; Dahma I; Dahma II; Royal Boulevard Premium e o condomínio rural Nashville – todos destinados à classe A. Apenas o Royal colocou à venda 525 lotes de 400 m². Segundo o corretor Pedro Paulo Ribeiro, em entrevista nesta pesquisa, foram colocados à venda, recentemente em Campos, mais de dois mil lotes em condomínios horizontais direcionados à classe A.

Figura 37 – Processo de implantação de condomínios – 2004.



Fonte: *Google Earth*, modificado pelo autor.

Figura 38 – Processo de implantação de condomínios – 2010.

_2010

Fonte: *Google Earth*, modificado pelo autor.

Figura 39 – Processo de implantação de condomínios – 2013.

_2013

Fonte: *Google Earth*, modificado pelo autor.

Figura 40 – Processo de implantação de condomínios – 2015.



Fonte: *Google Earth*, modificado pelo autor.

Há nesta estratégia de valorização do espaço uma face perversa. Ora, se por um lado tomam-se decisões locacionais que enobrecem o ambiente, por outro há ações que se incumbem de expulsar daquele sítio uma população que não condiz com a paisagem desejada, a não ser que sua presença ali seja na condição de mão de obra desqualificada. Assim sendo, há um conjunto de operações cruzadas em que se constrói o Morar Feliz, se dá a casa ao morador da favela, mas que o coloca numa condição de exílio urbano¹³⁸. A nova casa do contemplado no Morar Feliz dá o teto, porém retiraria dele todos os outros direitos conquistados na sua inserção na cidade consolidada. Este conjunto de hipóteses é discutido com os 26 intelectuais entrevistados na pesquisa no capítulo a seguir. Debateremos, então, em que medida o neodesenvolvimentismo, entre outros fatores, contribuiu com a produção de um ambiente de periferização das classes populares que lograram renda em Campos; até que ponto isso é também expressão da economia dos *royalties*, além do deslocamento da economia do petróleo em direção ao Porto do Açu.

¹³⁸ Esta intenção torna-se ainda mais clara na medida em que nos damos conta de que o governo Rosinha vinha pressionando os moradores da Comunidade da Margem da Linha, que possuíam suas casas nas áreas consideradas seguras, a deixarem o local. Com efeito, a medida mais racional seria urbanizar essas áreas e destinar as unidades do Morar Feliz reservadas para estas pessoas para outras que se encontravam em condições de moradia mais precária ou de maior risco.

3 COM A PALAVRA OS HERDEIROS DE PROMETEU – O QUE TÊM A DIZER OS INTELECTUAIS

O Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) se constituiu como um dos principais vetores da redemocratização brasileira, como uma das formas de luta pelo do Estado de direito que se reestruturou com a promulgação da Constituição de 1988 – a Constituição Cidadã. Os artigos 182 e 183 desse texto constitucional, que versam sobre a função social da cidade e da propriedade urbana, são regulamentados em 10 de julho de 2001 pela lei 10.257 – o Estatuto da Cidade. Esta lei estabelece uma nova forma de se elaborar planos diretores de cidades, ensejando incrementos de garantias da presença do seu *leitmotiv* capilarizado nos municípios de maior densidade populacional ou de posição estratégica no território. Esses planos, a partir de então, passam a ser chamados de planos diretores participativos (PDP). No seu inciso I do §4º, Artigo 40 o Estatuto da Cidade prevê, por exemplo, que a formulação desses planos deverá ser mediante ampla anuência e auscultação da sociedade civil por meio de “[...] audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade[...]” (BRASIL, 2001, *online*).

Na atual Carta Magna, também se encontra prevista a instituição dos conselhos gestores setoriais, que Maria da Glória Gohn reputa como sendo “[...] uma das principais inovações democráticas no campo das políticas públicas [...]” (GOHN, 2004, p. 66). A coexistência desses conselhos com as políticas decorrentes do Estatuto da Cidade, acabam imputando uma certa força no processo participativo na gestão urbana. Os conselhos municipais e suas bases sociais encontram, nestes dispositivos, canais oficiais de participação e de democracia direta (SANTOS JR; AZEVEDO; RIBEIRO, 2004) na formulação de políticas públicas. Ainda que essa estratégia esteja em franco processo de banalização – o que Ermínia Maricato chamou de “participativismo” (MARICATO, 2011, p. 90) –, para efeitos desta pesquisa isso não chega a se constituir um problema. Afinal, a vivência desses sujeitos sociais nas entranhas da máquina urbana, mesmo que não solucione a grande maioria dos problemas, nos permite observar de forma privilegiada os entraves e soluções na tentativa de se fazer uma gestão democrática da cidade. Afinal, o que define a política pública de ordenamento do território não é a norma em si e sim a disputa política que estabelece a correlação de forças nas relações de poder existentes na sociedade e seus rebatimentos no território (OLIVEIRA, 2014)¹³⁹. Ou seja, a luta de classes

¹³⁹ Floriano de Oliveira adverte sobre “[...] a necessidade e possibilidade de que tenhamos mais em conta a relação entre política e território, ou seja, a compreensão dialética de que se toda decisão política tem uma

também se manifesta definindo privilégios e perda de direitos em relação à centralidade da moradia e utilização do espaço urbano.

O processo de participação que abordaremos envolve o poder local que nada mais é que o Estado na esfera municipal e na sua constituição por meio da relação dialética existente entre sociedade civil e sociedade política. Essa concepção de Estado se encontra lastreada numa perspectiva gramsciana da relação existente entre os intelectuais que compõem ambas sociedades. Entendemos então que essa “[...] participação passa a ser percebida como intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública” (GOHN, 2004, p. 58). Como o nosso interesse está na construção do Estado, por meio da interação entre sociedade civil e política, o processo de formulação de políticas públicas se reveste de relevância. Quanto maior for a participação da sociedade civil neste nível de Estado, mais que regulação, aumentam as chances de lograr políticas públicas que sejam capazes de materializar a universalização de direitos de fato.

A sociedade civil que vislumbramos não se coloca numa trincheira para se opor frontalmente ao Estado, ela constitui um coletivo de setores e movimentos sociais interessados em participar de um Estado entrópico em processo de depuração, convivendo e interagindo com a sociedade política, “[...] num plano onde há táticas e estratégias denominadas [por Gramsci] guerra de posição e guerra de movimento” (GOHN, 2005, p. 65)¹⁴⁰. Assim sendo, não se trata de uma convivência absolutamente isenta de conflitos, mas de um processo de construção da mudança de rumos da sociedade política, na constituição de uma arena de lutas, tendo como objetivo a democratização via Estado ampliado (COUTINHO, 2011; (LIGUORI; VOZA, 2017), que aponte para a democratização de suas ações e a universalização de direitos.

Essa é a base teórico-metodológica que orientou a busca dos intelectuais que compuseram a matriz de fontes orais da pesquisa. Esses indivíduos, sob a ótica gramsciana, serão identificados como intelectuais orgânicos. Levaremos em consideração uma leitura

clara repercussão sobre o território, ‘não podemos nos esquecer dos efeitos do território sobre a política’ [...]” (OLIVEIRA, 2014, p. 3).

¹⁴⁰ A Guerra de movimento seria aquela de assumida beligerância, onde os vencedores se impõem pelas armas até a rendição dos vencidos. Segundo Gramsci, esta é “[...] uma forma inadequada do moderno conflito político” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 355), própria “[...] de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e fracos e não podem se tornar ‘trincheira ou fortaleza’” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 355). A guerra de posição é travada entre as classes sociais por meio da ocupação de funções estratégicas na sociedade política e civil. Para Gramsci ela “[...] é a expressão do ‘assédio recíproco’ entre as classes que se desenvolve constantemente em todas as sociedades capitalistas modernas” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 358). “Nesse sentido, para G. [Gramsci] a Revolução Francesa deve ser entendida como uma guerra de movimento à qual teria seguido a longa guerra de posição do liberalismo” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 360). Desta forma, a ocupação de posições chave na sociedade civil e política, por intelectuais contra-hegemônicos, seria parte da estratégia das classes subalternas na luta pela radicalização democrática.

atualizada por Giovanni Semeraro (2006) desta noção de intelectuais, uma vez que muita coisa aconteceu entre a definição da categoria intelectual, concebida por Gramsci (LIGUORI; VOZA, 2017)¹⁴¹, e os dias atuais. Afinal, a modernidade fordista keynesiana deixou de ser *mainstream* e a luta de classes extrapolou as fronteiras das relações capital-trabalho. Desta forma, utilizaremos então duas tipologias de intelectual orgânico propostas por Semeraro (2006): o **intelectual popular**, comprometido com as classes subalternas e a serviço da universalização dos direitos e o **intelectual convencional**, funcional aos interesses da classe dominante, embora o arcabouço da sua formação teórica tenda a matizá-lo com cores que apontem a justiça social.

Estamos atentos também para o fato de que o apelo da ideologia burguesa é extremamente sedutor e que, em diversos momentos, todo tipo de intelectual pode titubear e tomar decisões que sejam autoritárias ou, mesmo, em detrimento dos interesses populares, ainda que seu conhecimento acumulado indique outro caminho (SARTRE, 1994). Sartre nos adverte que os processos de subjetivação que ocorrem durante a trajetória dos intelectuais, desde o seu nascimento e primeiros passos numa determinada família, bairro, escola, igreja, trabalho, sindicato etc. conformam personalidades que produzem comportamentos que vão além das condições objetivas. As experiências vividas no grupo social, isto é, a sua condição de classe, geram situações de pertencimento e de estranhamentos que podem, em um dado momento, levar um determinado intelectual a agir de forma inesperada. Não é por acaso que os liberais tenham comportamentos conservadores, bastante distintos dos ideais das revoluções burguesas, que levam a civilização ocidental a um processo que solapa direitos e retarda a democratização sob as justificativas mais falaciosas. Estas posturas conservadoras mal dissimuladas, são identificadas por Gramsci na consolidação do Estado moderno Italiano – presentes em toda Europa –, num conjunto de práticas em que ele alude à categoria “[...] revolução passiva de Cuoco [...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 700). Por outro lado, tampouco é incomum o líder sindical pelego que negocia os direitos da classe trabalhadora em troca de vantagens particulares, quase sempre financeiras. No que obste a existência, ainda que minoritária, do

¹⁴¹ Gramsci identifica dois tipos básicos de intelectual: tradicional e orgânico. O intelectual tradicional é portador do conhecimento desde os tempos anteriores à história burguesa. O tipo clássico de intelectual tradicional seria formado no clero. O intelectual orgânico é aquele que é funcional a uma classe social. Embora correndo o risco de simplificar uma noção que, segundo Liguori e Voza (2017), seja repleta de equívocos interpretativos, arriscamos afirmar que os gerentes de firmas seriam típicos intelectuais orgânicos da classe dominante e os dirigentes sindicais da classe trabalhadora, por exemplo. Para Semeraro (2006), os funcionais à classe dominante seriam os intelectuais orgânicos convencionais e aqueles que participam da luta contra-hegemônica os intelectuais orgânicos populares. Independentemente da classe a que pertence, o que garante a organicidade do intelectual seria a sua identificação com práticas funcionais à classe dominante ou a defesa de posturas que alimentam a luta contra-hegemônica.

intelectual, nascido funcional à classe dominante, que rompe com os interesses desta e reivindica o legado de Prometeu.

3.1 Ramos da árvore genealógica de Prometeu – caracterizando os intelectuais

A matriz inicial de fontes orais, como já foi dito na descrição do método, partiu de uma segmentação do espectro social em oito categorias de intelectuais (ambientalistas, técnicos de governo, militantes do movimento social, pesquisadores, empresários, políticos, religiosos e comunicadores), em que buscamos contemplar a participação desses intelectuais na construção do Estado ampliado pela interação entre sociedade civil e política. Inicialmente, como já mostrado no texto introdutório, chegamos a 78 intelectuais com potencial de produção de informação. Na medida em que a pesquisa se desdobrou, e que fomos avançando na coleta dos depoimentos, totalizamos um universo de 26 entrevistados. Procuramos equilibrar a quantidade de participantes da sociedade civil e da sociedade política, a despeito deste não ter sido um critério rígido na escolha do depoente. Na sociedade civil, buscamos priorizar pessoas que participaram de algum tipo de conselho municipal. Como o tema é intrínseco à política urbana, ouvimos preponderantemente membros dos conselhos municipais de preservação do patrimônio, de meio ambiente e urbanismo dos quatro Caquis. Na sociedade política ouvimos secretários de planejamento, fazenda, obras e até mesmo um ex-prefeito da cidade de São João da Barra – onde se encontra instalado o Porto do Açú. A meta inicial era ouvir pelo menos três intelectuais de cada segmento. Extrapolamos o número global (24) em dois por não abrimos mão da experiência dos quatro entrevistados no segmento políticos, e para garantir um depoimento que nos desse, pelo menos, um olhar mais identificado com Quissamã, no segmento empresários. Este critério também foi garantido com relação a São Francisco de Itabapoana, porém a sua realização se deu dentro do número previsto. Por se tratar de polo e pela complexidade da sua condição de protagonismo por ser cidade média (SANTOS, 2012), Campos foi contemplada com o maior número de representantes. Fizemos questão, porém, de ter pelo menos um representante bastante identificado com os outros três Caquis, como forma de observar essa configuração regional a partir de cada um dos três municípios menores. Assim, tivemos um prefeito e secretário de fazenda de São João da Barra, um secretário de comunicação de Quissamã e um chefe da procuradoria da Câmara Municipal de São Francisco

do Itabapoana – que em breve deverá ser empossado coordenador da procuradoria da prefeitura desse município.

Como 22 dos 26 entrevistados fizeram parte rigorosamente da sociedade civil ou política – numa perspectiva gramsciana – consideramos que, de alguma forma, e em algum momento, este universo de pessoas participou da construção do Estado em processo de ampliação. Ainda que não tenham se esmerado em contribuir com a formulação e/ou gestão de políticas públicas de natureza universal, eles foram testemunhas privilegiadas dessa realidade. Além disso, mesmo que não tenham muito a dizer quanto à materialidade da ação do Estado, podem emitir uma opinião abalizada sobre em que medida essas práticas se desdobram. Teremos então, um mosaico de contribuições que nos permitirão registrar como se organiza o poder local, ou seja, o Estado, nos Caquis, considerando a sua história e a emergência do deslocamento da economia do petróleo em sua direção. A tabela a seguir contém os 26 intelectuais identificados de forma resumida.

Nome	Idade	Profissão	Sociedade Civil ou Política	DAS ou Conselheiro	Intelectual
Alexis Wallace Sardinha (Movimento social)	32	Advogado – assistente jurídico na PMCG	Sociedade Civil	Conselho Municipal do Direito do Idoso	Popular
Aristides Arthur Soffiati Neto (Ambientalista)	70	Historiador, professor aposentado – UFF	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Convencional
D Roberto Francisco Ferrería Paz (Religioso)	63	Bispo da Diocese de Campos	Sociedade Civil	A diocese já teve cadeira no CMMAU - PMCG	Popular
Denise Cunha Tavares Terra (Acadêmica)	57	Economista, professora – Uenf	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Popular
Evanildo dos Santos Leite (Comunicador)	47	Tecnólogo em manutenção industrial, professor – IFF	Sociedade Civil	Conselho Mun de Preservação do Pat Histórico, Artístico, Amb e Cultural de Quissamã – Compat	Popular
Fernando José Coutinho Aguiar (Empresário)	50	Empresário, arquiteto – presidente do conselho da Firjan-NF	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Convencional
George Mendes Marinho (Ambientalista)	53	Engenheiro – Crea-RJ	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Convencional
João Carlos de Souza Coutinho (Religioso)	55	Prof. Liberal – arquiteto, professor do Isecensa	Sociedade Civil	Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal	Convencional

José Luís Maciel Puglia (Político)	64	IFF – arquiteto, professor aposentado – IFF	Sociedade Política	DAS – secretário de obras e planejamento	Convenci onal
José Luis Vianna da Cruz (Acadêmico)	65	UFF – sociólogo, professor aposentado – UFF	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (Comudes)	Popular
José Manoel Siqueira Pereira (Técnico de governo)	62	Arquiteto – Fenorte/ Uenf	Sociedade Política	Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal	Popular
Luciano D’angelo Carneiro (Governo)	70	Professor de matemática aposentado – IFF	Sociedade Política	DAS – secretário de fazenda e agricultura	Popular
Luiz Mário de Azevedo Concebida (Empresário)	67	Jornalista e advogado, gerente da Firjan-NF	Sociedade Política	DAS – presidente do Fundecam	Convenci onal
Mario Terra Areas Filho (Governo)	57	Advogado, procurador da PMCG	Sociedade Política	DAS – procuradoria da Câmara de SFI e da FJOL/PMCG	Convenci onal
Nelson Crespo Pinto Pimentel (Movimento social)	56	Sociólogo, professor – IFF	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Popular
Octávio Costa Fernandes (Religioso)	62	Arquiteto, professor – IFF	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Convenci onal
Paulo César da Costa Heméritas (Ambientalista)	48	Professor de história na Seduc-RJ	Sociedade Civil	Ambientalista militante do CNFCN, ONG que já foi do Cmmau	Popular
Pedro Paulo Pereira Ribeiro (Empresário)	56	Empresário – corretor de imóveis	Sociedade Civil	Delegado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci)	Convenci onal
Ranulfo Vidigal Ribeiro (Político)	60	Economista no Metrô-Rio	Sociedade Política	DAS – secretário de planejamento na PMCG e na PMSJB; prefeito de SJB	Popular
Renato César Arêas Siqueira (Movimento social)	50	Arquiteto – profissional liberal	Sociedade Política	DAS – coord na Emhab/Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Convenci onal
Roberto Moraes Pessanha (Comunicador)	58	Engenheiro, professor -IFF	Sociedade Civil	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Popular
Rodrigo Florencio Machado (Empresário)	43	Empresário - jornalista	Sociedade Política	DAS – secretário de comunicação Da PMQ	Convenci onal

Roger Rangel Coutinho (Técnico de governo)	48	Administrador, fiscal de meio ambiente – PMCG	Sociedade Política	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Popular
Silvana Monteiro de Castro (Política)	55	Arquiteta aposentada da PMCG; professora – IFF	Sociedade Política	DAS – secretária de planejamento	Convencional
Teresa de Jesus Peixoto Faria (Acadêmica)	59	Arquiteta, Professora – Uenf	Sociedade Civil	A Uenf tem uma cadeira no CMMAU – PMCG	Popular
Vitor Luiz Menezes Gomes (Comunicador)	43	Jornalista, assessor de imprensa do Sindipetro-NF	Sociedade Civil	Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal	Popular

O conjunto de fontes da pesquisa é composto de: três ambientalistas; três técnicos de governo; três militantes do movimento social; três pesquisadores/professores de universidades públicas; quatro intelectuais do setor empresarial; quatro políticos; três religiosos e três educadores;

O mais novo tem 32 anos – o restante está entre 43 e 70 anos – os dois mais velhos possuem 70 anos;

12 pertencem à sociedade civil, 10 à sociedade política e apenas quatro (O bispo D. Roberto Paz; o professor Paulo Heméritas, o empresário Pedro Ribeiro e a professora Teresa Faria) nunca estiveram oficialmente em nenhuma dessas posições. O empresário Pedro Ribeiro é delegado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci-RJ), os outros três trabalham ou militam em instituições que fornecem reiteradamente quadros para conselhos municipais. Por este motivo foram ouvidos na condição de sociedade civil.

Embora sete deles tenham trabalhado ou ainda trabalhem em outro município, todos moram em Campos – isso, de certa forma, confirma a condição de polo de comércio e serviços desta cidade, além de centro formador de mão de obra e de quadros políticos para toda região;

12 foram considerados intelectuais orgânicos convencionais e 14 intelectuais orgânicos populares.

Visando melhor compreensão do quadro de fontes orais da pesquisa, apresentamos, no Apêndice A, uma descrição um pouco mais detalhada de cada um dos intelectuais e a justificativa da escolha para tomar parte no conjunto de fontes orais da pesquisa. É importante esclarecer que boa parte destes entrevistados tem uma militância multifacetada e alguns já estiveram ora na sociedade política, ora na sociedade civil. Esse tipo de comportamento é comum a quem milita nesse campo e a mobilidade pode ser mais fluida que possamos imaginar. Podemos identificar alguns casos nesse pequeno universo de intelectuais. Gostaríamos,

entretanto, de destacar apenas um a título de exemplo – o arquiteto Renato César Arêas Siqueira. Na ocasião da entrevista, ele era presidente de uma ONG que defende a transparência na gestão pública em Campos. Ele já foi conselheiro no Cmmau pela sociedade política e no Coppam pela sociedade civil. A partir de janeiro deste ano de 2017, porém, assumiu a presidência de uma autarquia local – o Instituto Municipal de Trânsito e Transporte (IMTT/PMCG). Assim, esperamos que a classificação utilizada não pareça uma forma rígida de observação dos intelectuais que conformam a realidade. Muito pelo contrário, entendemos que não seja de se estranhar que um intelectual possa mudar seu comportamento de militante aguerrido para um político moderado, ou até mesmo conservador, num repente.

3.1.1 Estrutura da entrevista

O procedimento de coleta das informações utilizado foi entrevista semiestruturada, ou seja, um roteiro de questões (Apêndice B) que deveria ser seguido, porém o entrevistador e o depoente têm liberdade para tratar de outros assuntos para além do proposto. Não trabalhamos com limite de tempo, por isso houve entrevista que durou pouco mais de uma hora e algumas de mais de três horas. A maioria dos depoimentos durou cerca de duas horas. A média aritmética foi de aproximadas duas horas e vinte minutos. O tempo total de depoimentos analisados, superou 58 horas de gravação.

O roteiro utilizado se constitui de quatro partes:

na primeira identificamos a visão de mundo do entrevistado para que possamos buscar uma polarização das opiniões coletadas de intelectuais convencionais e populares, tendo assim, uma ideia mais acurada e equilibrada da observação da base empírica. Essas questões nos permitiram conhecer melhor o entrevistado e fazer algumas perguntas específicas que ajudaram a iluminar quesitos discutidos em outros capítulos. O Projeto Especial de Cidade de Porte Médio (COM/Brid) foi um deles. Conversamos um pouco mais com a professora Denise Terra, com o procurador municipal Mario Areas Filho e o professor José da Cruz sobre as suas memórias e impressões a respeito dos desdobramentos desse projeto em meados da década de 1980 em Campos;

na segunda parte é feita uma avaliação do processo de urbanização da cidade, as suas distorções, o rentismo, a disputa pela renda da terra urbana e o papel do poder local na regulação dessa situação;

na terceira colocamos em debate o deslocamento do centro de gravidade da economia do petróleo em direção aos Caquis (que é parte da hipótese) e a existência do aprofundamento de um possível processo de metropolização nestes municípios;

a quarta e última parte da entrevista, consolida a discussão da hipótese ao colocar em debate a controvérsia das políticas de distribuição de renda aliadas aos programas de moradia popular. Na nossa hipótese se por um lado há melhoria de renda e consumo, por parte dos beneficiários dessas políticas, por outro perde-se o direito à cidade pelo que Milton Santos (1990) definiu como sendo um exílio na periferia urbana. Ou seja, as pessoas foram, na sua maioria, forçadas a se deslocar ou foram assentadas no limite do perímetro urbano – em alguns casos além da periferia – e se veem privados do que a cidade tem de melhor: comércio; localização do emprego; equipamentos de educação e saúde; transporte coletivo, entre outros.

Passaremos então a relatar as opiniões e informações dos entrevistados na tentativa de responder essas questões. Optamos por um texto mais narrativo e com menos cortes envolvendo as falas dos entrevistados. Em momentos que considerarmos oportuno identificaremos o autor da opinião ou informação. O texto sofre a nossa mediação, numa espécie de diálogo com a fonte, contudo tentamos preservar a informação e opinião do entrevistado. Nossas observações, quando em suplementação ou discordância com a fonte, são feitas em notas de rodapé, buscando minimizar a interferência no texto. Entendemos que assim garantimos a integridade da base empírica da pesquisa sem abrir mão da prerrogativa de intervir no debate. Enfim, gostaríamos de advertir que nem tudo é informação objetiva, as entrevistas estão carregadas de processos de subjetivação. Afinal, todos estão sujeitos a aspectos emocionais, vivenciais e individuais na sua relação com o espaço urbano. Em suma, estamos tentando depreender como funciona a cidade a partir da visão de pessoas que compõem e conformam a miscelânea que é o Estado produzido pela interação entre sociedade civil e sociedade política.

3.2A efetividade das políticas públicas urbanas

Não basta ter leis, se depois na aplicação e fiscalização inexistente o controle popular ou do Ministério Público. É necessário que haja espaços de democracia direta, participação e controle popular. Hoje, a democracia representativa virou uma plutocracia, sendo cada vez mais distante da sociedade civil

D. Roberto Paz

A questão - Há uma crença nacional de que a legislação urbana, apesar de indiscutível eficácia, não cumpre seu papel de regulação do processo de especulação imobiliária e seus impactos negativos. Na sua opinião por que motivos os instrumentos de gestão urbana não funcionam?

As primeiras referências que destacamos enfatizam o papel da atual legislação urbanística no país e os instrumentos legislativos decorrentes da Carta Magna. Na fala da professora Teresa Faria são resgatadas passagens importantes de elaboração dessa legislação. Este tema foi tratado no capítulo dois e se apresenta como um dos elementos centrais nas análises dos entrevistados.

A legislação urbana brasileira é, sem dúvida, um marco na tentativa de democratização do acesso ao solo. Neste sentido, o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) é uma grande conquista. Um movimento de lutas urbanas que estava muito forte. O fortalecimento da sociedade civil foi um avanço no processo da redemocratização do país. Apesar das resistências¹⁴², a participação popular conseguiu inserir importantes instrumentos de gestão urbana na Constituição e, sobretudo, no Estatuto da Cidade. O primeiro grande ganho foi a prescrição da função social da propriedade urbana. Os instrumentos estão lá previstos, mas com dificuldade de funcionar, de fato. Para a professora Teresa Faria essa é uma legislação reconhecida. Na França ela é muito enaltecida e é uma grande referência ao Brasil, exatamente por conta do Estatuto da Cidade. Considera-se que o direito à cidade está mais garantido e conquistado. Passamos a referência. Ela diz ter ouvido isso demais na França. Entretanto esse Estatuto não é aplicado. Há uma abertura enorme e permissiva aos interesses do mercado. Na Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), sobretudo nos seus congressos bienais, sempre se questiona sobre o sujeito no planejamento do território – são as empresas! Essas legislações são sempre frágeis, principalmente no município. Esse estatuto fala de cidade, de município. É no local que se dá essa prática. A professora Denise Terra também lembra a luta do MNRU e a dificuldade que foi colocar na Constituição de 1988 os artigos 182 e 183.

A aplicação dos instrumentos produzidos nesse processo, contudo, são restritos a um bom desenvolvimento da legislação vigente. O estatuto da cidade não nos permite, de imediato, enfrentar situações como a que descreve o Professor Luciano Carneiro sobre a regulação do uso do solo nas franjas urbanas. Ele fala da sua luta inglória na tentativa de cobrar IPTU das áreas

¹⁴² A regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição levaram quase 13 anos para acontecer via Estatuto da Cidade.

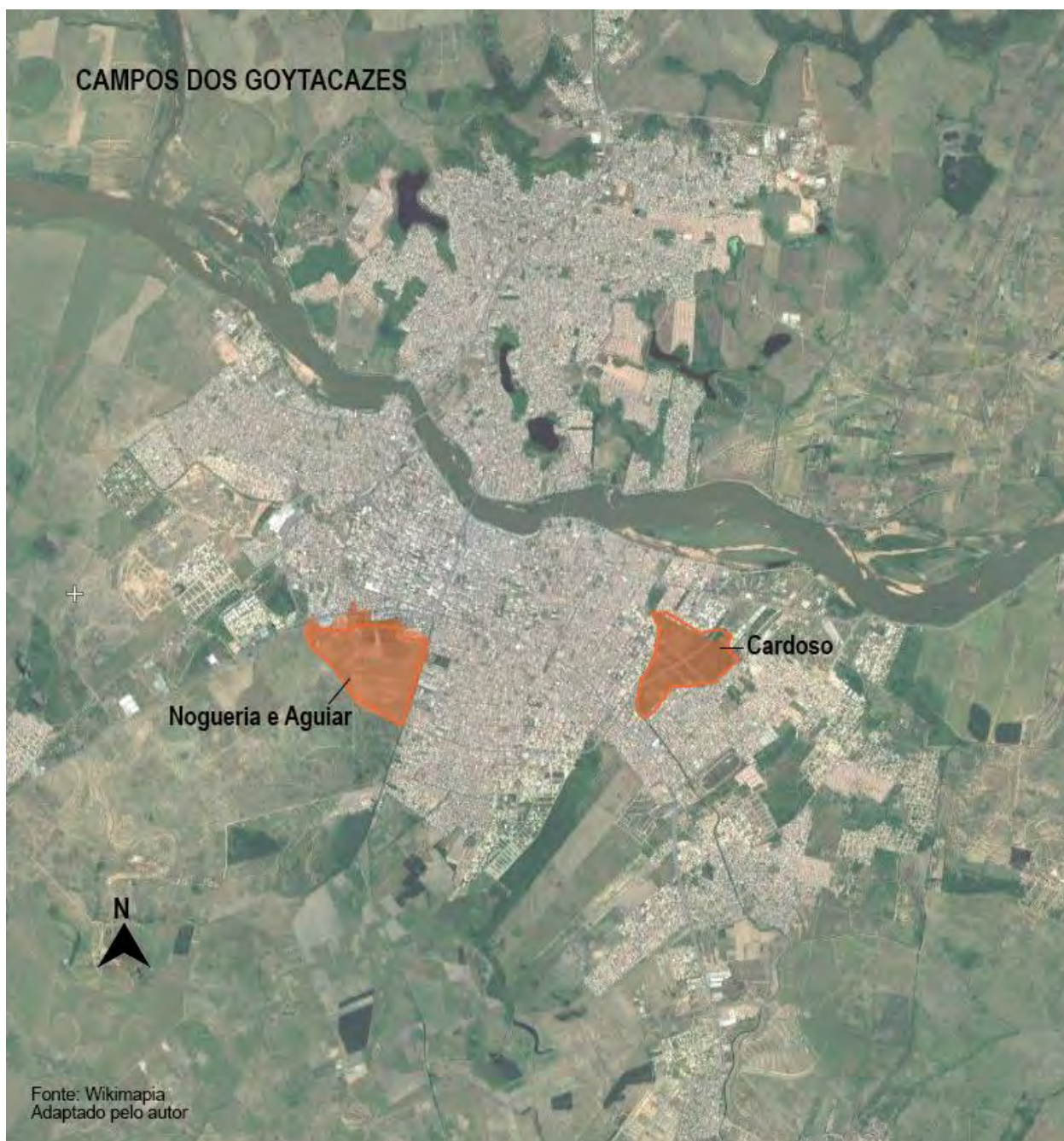
pretensamente rurais de Niterói, em 2002, quando foi secretário de fazenda naquele município. Aponta a dificuldade de se cobrar IPTU em zona de expansão urbana, onde os donos de terra especulam, mantendo uma atividade rural de aparência, objetivando pagar ITR e não IPTU – dada a diferença de valores. Diz que esse subterfúgio é garantido por uma lei federal¹⁴³, sob os auspícios de fortíssimos *lobbys* do segmento imobiliário que vai da cidade, onde o interesse se concretiza, até Brasília onde a legislação se mantém imutável. Ele chegou a consultar a professora Erminia Maricato que teria dito que o ponto nevrálgico era exatamente o Congresso Nacional. Como desempenhou a mesma função, secretário de fazenda, em Campos, embora no breve governo do prefeito Carlos Alberto Campista em 2005¹⁴⁴, identificou também neste município áreas urbanas maquiadas com uso rural. As terras dos herdeiros da Usina do Queimado das Famílias Linhares, Nogueira e Aguiar – sobretudo nas imediações do parque Santo Amaro; as terras da família Cardoso, que teve uma boa área desapropriada na implantação da Uenf – lindeiras à Av. Artur Bernardes (Figura 41) e terras do advogado Mery Fernandes¹⁴⁵ que, segundo Luciano Carneiro, teria cerca de 10 alqueires em processo de especulação, são exemplos disso.

Figura 41 – Terras das famílias Cardoso; Linhares, Nogueira e Aguiar.

¹⁴³ De fato, o Código Tributário Nacional em seu artigo 32 e o Dec.-Lei 57/66 estabelecem que o imposto será cobrado pelo uso dado à terra, apesar da sua localização urbana (LIRA, 2012).

¹⁴⁴ O prefeito Carlos Alberto campista foi eleito em 2004, contudo seu governo durou menos de cinco meses. Ele foi cassado por abuso de poder econômico na campanha eleitoral. O que impressiona é que ele vinha fazendo um governo probo, transparente e democrático. A nomeação do professor Luciano Carneiro e a implantação de pregão eletrônico são fortes indicativos disso. Também aponta para isso a sua decisão de não interferir na escolha da consultoria de elaboração do Plano Diretor. O Cmmau decidiu pelo IBAM e ele aquiesceu. O professor Nelson Pimentel se lembra que foi um tanto eufórico participar do Cmmau porque o prefeito Campista tinha dado poder a esse conselho. Diz que Campista se elegeu num pacto populista, que ao tomar posse surpreendeu com propostas sérias e que sua cassação acaba sendo um grande retrocesso para a cidade. Lembra que chegou a trabalhar informalmente por três meses como assessor de Campista quando esse foi presidente da Câmara em 1989. Segundo Nelson Pimentel, Campista tem uma força interior virtuosa. Talvez esse tenha sido o seu grande pecado. Seu início de governo foi duramente criticado pelos financiadores de sua campanha, na sua maioria empreiteiros. Comenta-se em Campos que, desde o fim da ditadura, ele teria sido o melhor prefeito e que sua cassação em definitivo foi em função desse trato republicano diante do mandato. Não havia interesse em resgatar um prefeito que estancou a drenagem dos cofres públicos.

¹⁴⁵ O advogado Mery Fernandes faleceu em outubro de 2010, porém o professor Luciano Carneiro se refere ao ano de 2005 quando ele ainda estava vivo.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O corretor de imóveis Pedro Ribeiro, concorda que há muitas áreas circunscritas ao perímetro urbano que têm falsa utilização rural. Sobre as terras da Artur Bernardes [da família Cardoso], alega que os donos só vendem mediante permuta e o compromisso de se fazer grandes projetos imobiliários tais como a construção de grandes torres, shoppings etc. e isso inviabiliza a sua utilização.

Para o professor José da Cruz, o principal problema estrutural que o Estatuto da Cidade não resolveu é a questão do acesso à terra urbana. À guisa de entendimento, pode-se fazer uma analogia com a área rural. Enquanto houver a possibilidade de latifúndio e monopólio da terra

rural, não há como resolver o problema da produção de alimentos nem da desigualdade e da pobreza no campo. Com a terra urbana é a mesma coisa. Tanto a terra, o acesso a ela, à propriedade da terra urbana quanto a propriedade dos bens construídos, que permite que alguém possua 2.000 imóveis¹⁴⁶. Esse assunto, nos remete a um impasse do processo histórico brasileiro que é a blindagem existente em torno dos mais ricos e dos que concentram terra e propriedade. Ou seja, os rentistas na estrutura fiscal brasileira. Estamos falando do imposto sobre fortuna, o imposto sobre herança, sobre transmissão de bens. Seria preciso um processo de regulação que estabelecesse limites à propriedade.

Enquanto isso não for feito o Estatuto da Cidade fica limitado. Essas são as grandes causas. As mais imediatas são conjunturais, a aplicação do Estatuto pontualmente avança um pouco, recua mais adiante. Hoje, porém, com o Porto do Açu de um lado e o Pré-Sal de outro, essas grandes questões são mais decisivas. O prefeito e o vereador de ocasião são menos definidores. São as grandes incorporadoras, grandes empresas, grandes corporações que definem. Nos encontramos sob a égide do gigantismo e do monopólio econômico. A escala dos Caquis já é maior hoje, vai além dos seus limites territoriais. A especulação financeira representa interesses mais fortes. A força da financeirização na nossa civilização é impressionante, ela passa por cima de tudo, da cidade inclusive. Estaríamos no capitalismo de cassino (HARVEY, 2004), afirma José da Cruz. Hoje há uma clara aliança da especulação imobiliária com a financeirização – afinal, talvez sejam essas as duas formas mais evidentes do rentismo contemporâneo¹⁴⁷. Uma aliança, diga-se de passagem, temerária, que marcha em direção ao terreno perigoso do *subprime*.

Para o economista Ranulfo Ribeiro, a questão é eminentemente política. Qual é a correlação de forças que leva um prefeito de cidades grandes e médias a se eleger? É o capital imobiliário. Ora, o planejamento participativo não é do interesse do capital imobiliário. A questão é política. Enquanto a política for truncada, enquanto a eleição for financiada por

¹⁴⁶ Neste instante o professor José da Cruz está falando de informações obtidas com o professor Roberto Pessanha e confirmadas por um funcionário da Siqueira Engenharia do seu círculo pessoal de relações. Aliás, essa é uma questão que permeia as entrevistas. Em, pelo menos, cinco momentos (Denise Terra, Renato Siqueira, João Coutinho, José da Cruz e Roberto Pessanha) entrará em questão o *ranking* dos maiores detentores de imóveis em Campos. O número preciso dos milhares de imóveis é sempre uma dúvida, porém ninguém diverge a respeito do topo dessa pirâmide ser ocupado pelo grupo empresarial Siqueira Engenharia Ltda - Epp. Segundo informação verbal do professor Cleber Gomes da Silva, um corretor imobiliário da sua relação pessoal, teria participado, recentemente, de uma comemoração do patriarca deste grupo, o empresário Luiz Alberto Siqueira, por conta da aquisição do seu milésimo imóvel. O professor Roberto Pessanha sugere que este número seja apenas relativo a Luiz Alberto Siqueira, incluído todo o grupo e a família o número seria bem maior.

¹⁴⁷ Na avaliação do advogado Alexis Sardinha, o mercado de capitais brasileiro é incipiente e isso acaba hipertrofiando o movimento de investimento de excedentes de renda em imóveis.

grandes grupos, essa correlação de forças vai deixar a maioria sempre de lado. No gabinete do prefeito o capital imobiliário vai ter acesso privilegiado. Enquanto o presidente da associação de moradores vai entrar na base do favor. A correlação de forças existente transforma instrumentos extremamente interessantes e modernos em letra morta. Tudo está na política. Ranulfo Ribeiro recorda-se do tempo que foi prefeito em São João da Barra e como recebia quem entrava na sua sala para pedir o que.

As instituições e a legislação representam o melhor de nós. Criamos as instituições para que elas sejam exemplares, porém há sempre os interesses permeando a realidade. Quando envolve recursos muito elevados, interesses econômicos muito altos, corrupção, suborno etc., o que idealizamos se amesquinha. Nada disso é novo, não se trata de uma acusação conjuntural, contudo isso é o mundo real. Existem máfias na disputa pelo ponto de taxi, porque não haveria no mercado imobiliário, na construção civil, sobretudo quando envolve interesses estratégicos no processo de acumulação, na captura de excedentes. No mundo real, o poder público, assim como o poder econômico privado – já que há um hibridismo entre os dois nesse processo –, se associam para contornar obstáculos e atingir objetivos vinculados a interesses de grupos empresariais. Segundo Vítor Gomes, a legislação é quase uma tese do que pretendemos.

O professor Roberto Pessanha nos fala de um seminário sobre consórcios intermunicipais, sobretudo da participação do sociólogo Vicente Trevas (2012; CHERUBINE; TREVAS, 2013), no Rio em 2014 e os problemas do federalismo brasileiro pós-constituição de 1988. Compreende que foram dados excessivos poderes aos municípios. Houve um salto do nacional para o local sem uma discussão mínima sobre o papel da região e da escala subnacional. Os governos do PT identificaram isso como uma forma de se manter no poder, a secretaria de assuntos federativos tinha essa função. Ele entende que essa estratégia era uma forma de contornar os governadores que eram, na sua maioria, adversários dos governos Lula e Dilma. Cita o caso do Comperj como um exemplo evidente desta situação, ou seja, da definição de um complexo petrolífero, fértil em externalidades de toda ordem no território, onde se prescindiu da mediação do governo estadual. A perda da visão regional contribuiu muito para um “salve-se quem puder” e o governo federal como o benfeitor que contemplava os municípios de forma individualizada e reforçava a nossa fragilidade regional.

Roberto Pessanha lamenta o acanhamento em que se dá processo de participação popular. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) produzem uma participação individualizada e fragmentada. Falta mobilização da sociedade que gere capacidade de dominar os instrumentos de gestão urbana, além de não operar o nível de participação exigidos por tais instrumentos. O advogado Alexis Sardinha vê ainda motivos de ordem jurídica que dificultam

a participação. Falta efetividade à lei, à norma. Como defender um direito que não conhecemos, que não sabemos ter? Considera o PDP de Campos de 2008 gigante¹⁴⁸. A sociedade civil e até o poder público não conhecem minimamente o plano. Há, ainda, um esgotamento dos conselhos municipais, a possibilidade de pagar jetom indenizatório não é aventada. Os militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) têm dificuldade de comparecer às reuniões dos conselhos, que fazem parte, por conta das despesas decorrentes do deslocamento. Os conselhos não teriam estrutura para garantir a participação ampla, ainda que houvesse o interesse. O gerente da Firjan, Luiz Concebida, também identifica a falta de participação da sociedade e o esvaziamento do Cmmau. Há falta de abertura das câmaras de vereadores na prospecção do que pensa o cidadão. Sem contar que não questionam as matérias encaminhadas pelo executivo e não estão preparados para essa discussão. Os vereadores desconhecem os temas. Votam legislações complexas a partir de pareceres de uma ou outra pessoa ou por determinação do executivo. Além disso, o executivo está aparelhando o Cmmau [conselho que ele é membro], ignorando que é um órgão de controle social, assevera Luiz Concebida. A urbanista Silvana Castro identifica alguma vontade seletiva de participação popular. Lembra que na elaboração do PDP de 2008 houve capilaridade na consulta popular e uma resposta positiva da população da periferia. Por outro lado, considera que houve omissão dos moradores das regiões centrais e lamenta a pressão da marcação cerrada feita pelos investidores nas reuniões críticas de elaboração desse plano.

Na visão do professor Paulo Heméritas, Campos possui uma história muito marcada por antagonismo entre as classes sociais. Existe um pequeno grupo que historicamente dominou as atividades econômicas e, de certa forma, a atividade sucedânea do declínio do açúcar em partes foi para a especulação imobiliária. Campos é uma cidade de 500 mil habitantes que, ao lado do McDonald's, numa região central, tem uma plantação de cana-de-açúcar. Isso permite perceber o quanto essas pessoas das classes dominantes especularam em torno do desenvolvimento da cidade, o quanto ganharam com o aumento da população urbana. Conhecendo um pouco a história da sociedade brasileira e da sociedade campista, nota-se uma certa aversão aos mecanismos de regulação que a legislação brasileira possui. Muitas pessoas confundem regulação com intromissão na sua liberdade individual.

¹⁴⁸ De fato, esse plano sofre de gigantismo, ele possui 410 artigos. Se por um lado é difícil de ser dominado pelo cidadão comum e até pela autoridade despreparada, por outro ele tem um papel didático, de manual do município e de criar bases regulatórias para uma região onde a grilagem, o latifúndio, o patrimonialismo e o rentismo urbano têm raízes profundas e históricas seculares.

Tudo isso acaba levando ao questionamento do planejamento dessa cidade. Muito foi feito em benefício do ganho com especulações de um pequeno grupo de pessoas. Nessa hora a legislação que deveria amparar um grande contingente de pessoas acaba sendo ocultada ou sendo pouco divulgada ou pouco discutida em favor desses interesses menores. Dessa forma, depreendemos Campos como sendo uma cidade que não foi planejada por muitos. Foi planejada por interesse de poucos e que não se encontram distante daquelas que exploraram amplamente o açúcar nessa região. Como foi uma economia de plantation, ou seja, baseada no trabalho escravo em latifúndios, mais recentemente no trabalho das pessoas que se mantiveram à margem do acesso à educação e de avanços da modernidade. Percebemos que há um reflexo dessa economia de antagonismo das classes sociais na própria gestão e ampliação da cidade e exploração dos espaços urbanos, conclui Paulo Heméritas.

A professora Denise Terra fala da fartura das rendas petrolíferas alimentando um mercado imobiliário altamente especulativo, inclusive com grupos de fora que possuem capacidade de manter preços artificialmente altos. Há CPFs na secretaria de fazenda da PMCG com titularidade de mais de mil imóveis. A simbiose entre o poder local e esses grupos se acentuou nos últimos 15 anos. Isso, aliado à preguiça fiscal da abastança, atrofia os mecanismos reguladores. Não é por acaso que o PDP de 2008 se tornou uma lei relegada ao ostracismo, uma letra morta, segundo o administrador Roger Coutinho. Como várias leis que só são utilizadas quando e onde interessa. Um conjunto de políticas que cria diretrizes, que diz como a cidade deveria se desenvolver, transformou-se em mero mapa de expansão urbana. A cidade está sendo toda loteada, tanto no sentido mais rigoroso como em se tratando da venda do espaço simbólico. A cidade tem muito menos donos que possa parecer. Os cidadãos pensam possuir seus espaços de moradia e vizinhança. São seus de direito, mas não de fato. O arquiteto João Coutinho observa que há diferentes Coeficientes de Aproveitamento para cada uma das zonas definidas no PDP de 2008. Isso faz com que uma determinada propriedade, localizada na Zona Residencial Quatro (ZR4), onde o potencial construtivo é máximo, valha muito mais que uma propriedade da ZR1, onde os limites da construção são os mais restritivos¹⁴⁹.

A leitura do engenheiro George Marinho é que houve em Campos uma euforia de crescimento. Quando se fez o PDP de 2008, não havia a perspectiva do Porto do Açú, com o surgimento da ideia do porto na região, houve uma perspectiva de crescimento e uma grande

¹⁴⁹ Ou seja, a renda da terra rural é determinada por fatores edafoclimáticos e a renda da terra urbana é determinada pela localização, que é planejada e que pode ser maximizada pelo zoneamento.

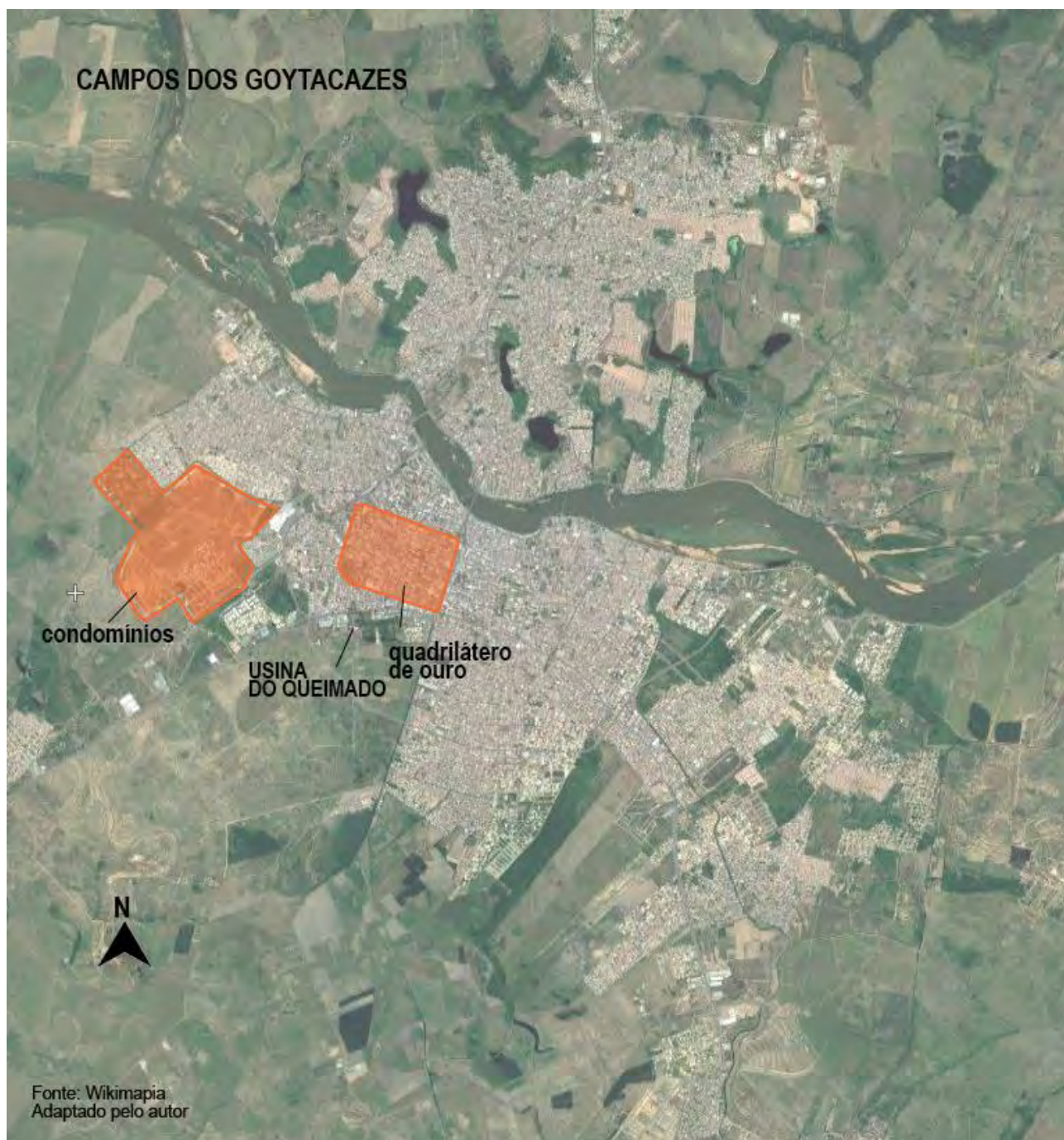
expectativa da demanda por imóveis¹⁵⁰, sobretudo residenciais. O mercado superaqueceu, os preços inflacionaram. Seria obrigação do Estado regular esse tipo de situação. Falta pulso por parte do executivo, assegura Marinho. Caberia a esse poder coibir o ritmo descontrolado, induzir a ocupação de áreas de centralidade intermediária e garantir uma cidade com crescimento mais ordenado. Impedir a bolha imobiliária, inclusive essa mais recente de hotéis e apart-hotéis feitos a partir de investidores locais¹⁵¹. Há ainda uma crença de que esse crescimento imobiliário da construção civil seja bom para Cidade. Na verdade, não se percebe os efeitos colaterais deletérios que acabam prejudicando a coletividade como um todo. O Estado deveria evitar isso. O arquiteto Octávio Fernandes identifica falta de sensibilidade para implementar políticas de regulação do uso do solo. Há um princípio em urbanismo que defende a verticalização como forma de otimizar a infraestrutura existente. Isso é plausível, contudo em Campos não há racionalidade nesse processo. Verticaliza-se demais em certas áreas, como o quadrilátero de ouro, e permite-se o espraiamento exacerbado em outras, como é o caso dos loteamentos fechados a oeste da Avenida do Contorno – BR-101 (Figura 42).

Nas terras da Usina do Queimado – ressaltando-se o que se encontra arretado em processo judicial, que não se resolve facilmente – há vazios que podem ser transformados num parque urbano, por exemplo. Mesmo as áreas impedidas de ser comercializadas por força judicial podem ser desapropriadas mediante uma indenização via justiça. Nada se faz, porém. A cidade segue ao sabor de um acaso conveniente, ignorando o Estatuto da cidade e todas as políticas urbanas concebidas no século XXI, sobretudo as de natureza fundiária. O jornalista Rodrigo Machado lamenta a ausência de um debate frequente de revisão dos Planos Diretores, a cidade precisa passar a discutir para onde deve e pretende ir. Os governos não contribuem nesse sentido, isso não é debatido com a sociedade. Esse debate precisa definir como o Estado irá intervir para garantir que a cidade cresça ordenadamente, que se distribuam as opções para todos e que se criem as oportunidades ao invés de empurrar os mais pobres para a periferia.

Figura 42 – Quadrilátero de ouro e loteamentos fechados.

¹⁵⁰ Uma expectativa criada com a aproximação da economia do petróleo nessa direção.

¹⁵¹ Entre recém-inaugurados, em construção e em impasse de fluxo de caixa podemos citar: Tulip Inn Hotel; Comfort Hotel; Ramada Hotel; America Hotel & Residence Service; All Inn Hotel – Campos; Golden Tulip Campos Hotel (este com 265 suítes).



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O Urbanista José Pereira avalia os problemas da legislação urbana em Campos com riqueza de materialidade. Para ele o PDP de Campos é muito bom, falta decisão política, lembra que o prefeito Alexandre Mocaiber se recusou a promulgar o plano, que acabou sancionado pelo presidente da Câmara de Vereadores de Campos – Marcos Bacelar. Recorda-se de ter

presenciado, o então vereador, Nelson Nahim se gabando, em reunião pública do Comudes¹⁵², de ter podado o Plano Diretor na câmara, alegando que teria sido elaborado por pessoas desavisadas. Disse ainda, que no Comudes, os então vereadores, Nelson Nahim e Geraldo Venâncio¹⁵³, entre outros, compartilhavam uma hostilidade incomum com relação ao plano e defendiam com veemência mudanças no seu texto. A câmara contratou o arquiteto Mário Sérgio Cardoso¹⁵⁴ que, junto com um funcionário da Caixa Econômica Federal (CEF) – Fernando Bretas –, efetuou mudanças em várias partes do plano e levaram à votação, sem audiência pública¹⁵⁵. Apesar desse processo de mutilação o que sobrou do plano é ainda considerado muito bom. José Pereira afirma que a prefeita Rosinha contratou um engenheiro da COPPE, especialista em tráfego, que levou um período pesquisando origem-destino em Campos. Numa reunião pública do Comudes, com a presença da prefeita Rosinha Garotinho, este engenheiro teria dito, com todas as letras, que se a prefeitura de Campos implantasse os artigos do PDP de 2008 referentes à mobilidade urbana, Campos teria solucionados seus maiores problemas de mobilidade. O arquiteto Renato Siqueira, a respeito dessa espécie de má vontade com o PDP de 2008, argumenta que o IPTU progressivo no tempo e a outorga onerosa do direito de construir – com a transferência do potencial construtivo –, não se encontram regulamentados, passados oito anos da sua promulgação e a apenas dois anos da sua revisão obrigatória.

Na avaliação do procurador Mario Areas Filho, há muita injunção política precedida de uma mentalidade muito interiorana¹⁵⁶. Campos com 500 mil habitantes ainda pensa muito pequeno. O grande problema do poder executivo de Campos talvez seja a fiscalização. Não há um quadro mínimo de fiscais. No início de 2016, Campos possuía apenas quatro fiscais de obras. Não se abre concurso público, vão procrastinando essa decisão por meio da nomeação de técnicos em cargos de confiança, que não podem assinar alguns processos. Quem fiscaliza a obra é o assistente. Quando tem um grande conflito ou impasse, aciona-se o fiscal para certificar e assinar. Houve, também, uma queda de braço entre, de um lado, o Governo Rosinha Garotinho

¹⁵² O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (Comudes), foi criado pelo Governo Rosinha Garotinho, tendo a sua primeira reunião em 25 de abril de 2011. Na verdade, ele não consta dos mecanismos de controle social preconizados pela Constituição de 1988, é uma ferramenta de gestão criada por essa prefeita.

¹⁵³ No período citado por José Pereira, Nelson Nahim era presidente da Câmara de Vereadores de Campos, já o vereador Geraldo Venâncio, foi representante do legislativo municipal na elaboração do PDP de 2008.

¹⁵⁴ Esse arquiteto foi nomeado subsecretário de Desenvolvimento Econômico de Campos a partir de janeiro de 2017.

¹⁵⁵ A Urbanista Silvana Castro confirma essa informação, não só o fato como os personagens envolvidos nele. Na época ela era Secretária de Planejamento da PMCG e uma das responsáveis pela elaboração do PDP de 2008.

¹⁵⁶ Opinião compartilhada pelo professor Arthur Soffiati.

e, do outro, os fiscais e procuradores do quadro de servidores permanentes da PMCG. Essa peleja tem atrasado e feito definhar a receita de ITBI.

A legislação brasileira decorrente da assembleia nacional constituinte de 1987, é produto de ampla negociação e de concessões num momento em que o conservadorismo autoritário havia exaurido seus argumentos diante da sociedade. Passados 30 anos, o retorno à normalidade democrática não consegue dar respostas imediatas aos anseios da maioria da população, permitindo que os ventos conservadores, cujas práticas patrimonialistas nunca foram de fato coibidas, encontrem eco na sociedade. A legislação por si só não garante a universalização de direitos, a democracia liberal tampouco. As lutas contra-hegemônicas necessitam ir além desse patamar legalmente formalizado, precisamos de práticas renovadas.

3.3 A omissão do Estado

Faltam mecanismos de controle do orçamento, de transparência administrativa e de uma cidadania gestora e fiscal

D. Roberto Paz

A questão – Por que motivos o Estado (executivo, legislativo e judiciário), sobretudo no âmbito do município, não consegue executar uma legislação tão bem considerada?

Embora seja um tanto óbvio para a maioria de nós, consideramos importante observar que há uma simbiose estreita entre burguesia e Estado. Mesmo em Gramsci a relação existente entre classe dominante e classe dirigente em muitos momentos se confunde (LQUORI; VOZA, 2017). Por isso os interesses de quem preside o Estado, em se tratando do município – gestores locais, na maioria dos episódios, conspiram contra a universalização de direitos.

Em se tratando da cidade de porte médio, particularmente Campos, a classe dominante reproduz no nível local um conservadorismo que dificulta a organização popular, a organização cidadã. É uma força considerável, mandam nos condomínios, na mídia e no governo. É um conservadorismo que não permite o controle social nos conselhos municipais. Eles não funcionam, são tutelados ou cooptados. O sociólogo Nelson Pimentel chega a dar um título para essa situação: **Conservadorismo da Cidade de Porte Médio**. O professor Luciano Carneiro corrobora com essa informação ao dizer que a classe média brasileira é muito conservadora.

Aqui em Campos, então, diz que é mais. Vejamos um pouco da História Econômica, ela vem de uma situação deprimente, de autoritarismo. A nossa área rural é ainda escravocrata e muito impiedosa.

Para a professora Teresa Faria, a responsabilidade é da classe dominante local. Dos diversos níveis de poder, contudo a base é o município. Tomando como exemplo a discussão do porto do Açú, envolve a região, mas é o município que vai gerir o território. Há essa força, ingerências, interesses particularistas, sobretudo rentistas, que rivalizam com o interesse coletivo. Reflete-se na cidade, no urbano, isso é muito evidente, é onde se sente mais essa interferência. Acaba explodindo em materialidade no mercado imobiliário, na organização do espaço. Há sempre a promessa de uma empresa que trará o desenvolvimento. Por conta disso, passa-se por cima de qualquer legislação para regular esse uso do espaço urbano, do território municipal. Ignorando o interesse coletivo e privilegiando o privado. É essa influência. Ela se recorda que nas discussões de elaboração do PDP de 2008, no último dia de audiências públicas, no momento de definir o controle, o uso do espaço, a legislação do uso do solo, compareceram vários representantes do mercado imobiliário para fazer pressão. Infelizmente fica a força dos interesses econômicos acima do interesse social. Então não adianta termos o coletivo nem as leis. Sempre se acha uma forma de leniência do Estado. É o que se observa, não deveria ser assim. E esses instrumentos são, realmente, para garantir o valor de uso da propriedade, só que o apego à propriedade está sempre entre a propriedade privada e o interesse coletivo. Para Luciano Carneiro as relações do poder econômico com o político se reproduzem no plano nacional, estadual e municipal. É o patrimonialismo de sempre. É questão de classe. Alguns são pessoas que avançaram na pirâmide social. Aparentemente, as pessoas que tem origem nas classes baixas, tentam reproduzir o modelo das camadas mais privilegiadas. A professora Denise Terra também reconhece que poder político e econômico andam juntos. Principalmente em municípios que as pessoas desse padrão formam redes (cita a sociologia relacional). Lembra que há gramáticas políticas e que a rede estabelece quem é bem-vindo e quem é *persona non grata* ao convívio político e social. Há benefícios, hostilização, cooptações. E aí quando o dinheiro é muito a máquina não funciona, não há democracia.

O professor José da Cruz entende que deveria haver uma compreensão, primeiro no Judiciário, que fosse além disso. Os membros do Judiciário, porém, estão, na sua grande maioria, individualmente, empenhados em acumular imóveis e viver da renda destes. Juiz, promotor, advogado, antes de ser juiz, promotor, advogado, são pessoas que buscam acumular imóveis. Em Campos, inclusive, através de prepostos e *laranjas*. Membros do Judiciário e do Ministério Público estão entre os maiores proprietários de terra urbana e rural também.

Segundo o assessor jurídico da PMCG Alexis Sardinha, o que leva um promotor ou juiz a se omitir é dinheiro e/ou poder. Dinheiro em espécie; nomeações; empregos em concessionárias etc. A representatividade da classe dominante no poder judiciário é esmagadora e isso leva a decisões solidárias, ou seja, conservadoras. José da Cruz possui conhecimento com um advogado que tem informações de membros no judiciário que compram imóveis frequentemente e não podem aparecer. Ora, o Judiciário que deveria garantir mecanismos de cumprimento da lei, de fiscalização, individualmente, tem pessoas que dão importância máxima ao rentismo e à aquisição de imóveis. Acumulação de capital via aluguel, venda e aumento crescente de patrimônio. É a construção do patrimônio. O arquiteto Renato Siqueira se diz impressionado como que promotores e juizes, apesar de toda competência técnica comprovada em concursos rigorosos e concorridos, além de uma remuneração entre as melhores do país, não cumprem minimamente a sua função republicana. Há um promotor de justiça em Campos que opera como um verdadeiro defensor da procuradoria do município. Todas as questões levadas a ele são devidamente amortecidas e se tornam mais palatáveis às eventuais autoridades. Ele acaba sendo uma primeira linha de defesa do executivo. Então onde o Estado está bem aparelhado há um desvirtuamento das intenções e dos princípios de quem lutou tanto para chegar a um cargo tão cobiçado. Por outro lado, o Ministério Público não atua espontaneamente ele precisa ser provocado e nessa hora a sociedade, mesmo a organizada, não tem o hábito de promover tais provocações. Luiz Concebida, gerente da Firjan-NF, lamenta a ausência absoluta do Ministério Público nas reuniões públicas e a inacessibilidade dos magistrados.

O procurador da PMCG, Mário Areas Filho, diz que o judiciário tem problemas de ordem estrutural. Atualmente em Campos, há 11 juizes que teriam que ser fixos. Desses 11, somente três são radicados em Campos. O grosso do judiciário não tem identidade local. Não se preocupam com a vida cotidiana na cidade em relação aos seus interesses familiares, por exemplo. Os processos não andam. É comum não ter juiz em certos momentos. Promotores e defensores também não têm raízes locais. Segundo Mário Areas Filho, em São Francisco de Itabapoana tem um juiz oriundo de família de lá. Esteve em Campos e São João da Barra, mas pediu para ser efetivado em São Francisco. Ele é produtivo, despacha com o advogado. Em Campos são muito poucos os juizes que despacham com o advogado. Reconhece, também, a atuação comprometida de Ricardo Zouein, promotor em Conceição de Macabu. Diz que o Judiciário no Brasil é uma casta. Basta ver o quadro de juizes e desembargadores. É quase sempre um número muito limitado e recorrente de sobrenomes. Ele diz que é assim desde que concluiu seu curso de direito na PUC-RJ há 34 anos.

José da Cruz observa que no legislativo não há só esse fenômeno no campo individual. Esse segmento do Estado, na esfera municipal, se associa ao mercado imobiliário especulativo e isso é um instrumento de poder valioso. Ele possui a capacidade de legislar, liberar ou reter terras. Legislar sobre o IPTU. Ele legisla sobre a fiscalização dos impostos urbanos que dizem respeito à propriedade imobiliária e à construção. O ITBI e o IPTU, os grandes impostos sobre a propriedade urbana imobiliária são de decisão municipal. Dessa forma, o Legislativo tem poder de barganha junto aos interesses que se ligam na cidade. O advogado Alexis Sardinha assevera que muitos vereadores são financiados, sócios ou proprietários de empresas do ramo imobiliário. O economista Ranulfo Ribeiro lembra que quem elege o vereador é o poder econômico e quando ele assume sua cadeira, normalmente deixou de ganhar um salário mínimo para ganhar 20 ou 50 vezes mais. Se manter naquela cadeira passa a ser questão de vida ou morte e ele compõe com quem garantir sua sobrevivência ali. Só uma sociedade que saiba lidar com esses agentes é que minimizará essas distorções. Diz que no seu mandato de prefeito viu vários vereadores que eram pessoas simples (dono de açougue, pescador, trabalhador rural, etc.) que saíram para um status supranormal. Ele faria qualquer coisa para não voltar ao normal. Ele precisa também que alguém financie sua campanha, pois o salário pago pela câmara está aquém dos custos da reeleição. Um interlocutor seu, que hoje ocupa um cargo importante na cidade e que foi vereador, teria dito que para se eleger ficou devendo tudo que possuía. Ele precisava fazer negócios para pagar as dívidas porque se aproximava uma outra eleição. O grande problema do legislativo hoje, para Ranulfo Ribeiro, em todo território nacional, é ser comandado por poucos.

Segundo Luciano Carneiro, o conjunto das câmaras de vereadores, sem nenhuma exceção, só vota comprado. Não são todos os vereadores, sempre tem uma minoria de 10 a 15% que não se envolve com recursos para determinar o seu voto. Esses geralmente são vereadores de oposição. É raro haver um vereador da situação que não receba algum benefício para votar. Isso é uma prática completamente disseminada e a maioria com recursos financeiros mesmo. Nas prefeituras pequenas, como Itaperuna; São João da Barra; Pádua; Miracema; São Fidélis etc. os vereadores recebem entre 20 e 30 mil reais por mês para votar. As pessoas não querem conversar sobre isso. Esta é uma conversa que não aparece no cenário. Sem contar benefícios outros, que são das relações do vereador com empresários – informação privilegiada é um desses benefícios. Na área urbana, por exemplo, a compra de um ou mais lotes antes do processo de valorização de uma certa área. Em alguns momentos são operações cruzadas¹⁵⁷. A aprovação

¹⁵⁷ O jornalista e empresário Rodrigo Machado recorda um episódio que presenciou durante um breve período em que foi secretário de comunicação no Município de Itaguaí. O prefeito era Luciano Mota, do PSDB que

de uma lei pode representar um benefício desse tipo. Prefeitos, vereadores, promotores e juízes são vizinhos de muro. Moram no mesmo condomínio. É muito difícil ter um libelo ou uma sentença desfavorável. Fora as relações de improbidade, de compra de sentença. Em última instância, com muito boa vontade, é visão de mundo mesmo, posturas de base ideológica.

Segundo o professor e arquiteto José Puglia, há muita interferência do legislativo. Em geral são pleitos que confrontam com a legislação. Uma construção na área de afastamento, um prédio onde o gabarito desejado não é permitido, não quer fazer afastamento lateral etc. O vereador faz pressão com o prefeito, diz que o secretário não o atendeu. Por outro lado, nenhum secretário deveria ser candidato a vereador. Muitos secretários usam o cargo para fazer campanha para próxima legislatura. Esse é um problema que também acaba fazendo a lei ser esquecida. Ele está em campanha nos quatro anos de exercício do cargo. São quatro anos fazendo campanha eleitoral e arrepiando qualquer iniciativa de regulação. Essas peculiaridades, no contexto da administração pública da cidade, acabam levando ao que a gente assiste todo dia. Andando pela cidade pode-se fotografar uma infinidade de irregularidades.

Para José da Cruz, o Executivo é, na verdade, um representante muito direto, próximo e fiel desses interesses. Pode-se dizer que não há prefeito eleito que não tenha sido ungido pelos interesses imobiliários menores que permeiam a cidade. Em Campos não é diferente. Ao contrário, o sistema de lavagem de dinheiro dos royalties, via construção civil, exacerbou essa distorção imobiliário-rentista nesse município. O professor José da Cruz lembra quando dirigia o campus da UFF em Campos e que, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), se viu na obrigação de adquirir uma área para ampliar as instalações da universidade. Nesse momento teve contato com o submundo que move a

logo depois foi afastado do cargo. Rodrigo se diz admirado desse político ainda não ter sido preso. Ele esteve apenas três vezes no gabinete do executivo. Em uma dessas reuniões havia um grande mapa sobre a mesa e o prefeito discutia aspectos territoriais do município com o secretário de planejamento e outras pessoas. Um dos presentes era amigo do prefeito, não fazia parte da equipe de governo. Apesar de não se engendrar nada ilegal nessa reunião, o teor das conversas versava em torno da valorização das áreas periféricas da cidade. Falava-se de como urbanizar seus arrabaldes, sobretudo na sua porção próxima do Arco Metropolitano e quais poderiam ter preços multiplicados e que deveriam ser adquiridas oportunamente naquele momento. Chegaram a falar onde seria conveniente construir shopping centers; condomínios horizontais ou verticais; postos de gasolina; galpões logísticos etc. Embora ele diga que não houvesse nenhuma prova, havia fortes indícios de que naquela reunião se avaliava os objetos materiais da venda de informações privilegiadas. Para Rodrigo Machado, esse é um tipo de temário que não podia ser assunto de reunião de gabinete. O correto seria uma apresentação em audiência pública, com esse mapa num grande slide, fazendo toda a sociedade tomar conhecimento das alternativas de inversões. [Um conjunto de fatos, no mínimo, curioso em relação a esse depoimento é que poucos meses depois dessa reunião, o arquiteto Vítor Aquino foi nomeado secretário de planejamento de Itaguaí. Ele que já havia sido secretário de Planejamento em São João da Barra, durante a fase inicial de implantação do Porto do Açú, e a partir de janeiro desse ano de 2017 assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campos. Ora, tanto São João da Barra quanto Itaguaí foram municípios férteis em produzir condições gerais de produção para Eike Batista e sua EBX].

especulação do preço da terra urbana em Campos. Entre outras coisas, teriam oferecido à universidade uma área, em frente à Uenf, com o preço três vezes maior que o valor de mercado. Ora, o comprador é o Governo Federal, ele tem dinheiro, não tem quem zele pelos seus interesses e quando muito, esse curador do dinheiro público tem também uma forma de ser convencido a pagar um valor três vezes acima do que qualquer um pagaria caso o dinheiro fosse seu – essa é a lógica. Não houve acordo, o professor José da Cruz não aceitou esse jogo. A saída foi alocar o campus da UFF numa área remanejada do patrimônio da Rede Ferroviária Federal.

Na opinião do professor Roberto Pessanha não há controle social, os poucos conselhos que existem, que são obrigatórios, passaram a ser manipulados pelo executivo e a população cansou de participar no movimento organizado. Um governante isento das pressões de especulação veria que a cidade é melhor misturada que apartada, mas como não há assepsia a solução fica por conta das reivindicações que são a cada dia menos atuantes. O professor Nelson Pimentel se lembra da Conferência Municipal de Saúde em 1990, quando o Secretário de Saúde na época, o médico Edson Batista, num momento de votar uma definição polêmica numa plenária, presidindo a mesa, toma o microfone e diz: “orientamos a nossa militância a votar na proposta da doutora Dalila”¹⁵⁸. A democracia direta, via controle social, esbarra no poder econômico concreto. Roberto Pessanha nos recorda que o desvio da BR-101 do centro de Campos que teve dois traçados: um inicial que atendia aos interesses de Eike Batista, que perdeu força com a derrocada econômica do grupo EBX; o segundo contempla detentores de informações privilegiadas que compraram propriedades rurais lindeiras ao novo traçado de cerca de 30 km da estrada com a perspectiva de valorização com movimentos de urbanização futura¹⁵⁹. Essas pessoas que se beneficiam de informações privilegiadas, via tráfico de influência, são os que participam de forma intensiva do financiamento das campanhas. Para ele a classe dominante de hoje é composta pelo poder político e seus financiadores-beneficiários: Comerciantes (Edvard Chagas – Lojas Femac); empreiteiros e o setor de serviços, sobretudo médicos (Herbert Sidney Neves – Grupo Imne). Essa é a nova burguesia campista.

¹⁵⁸ Ao narrar esse episódio o professor Nelson Pimentel reivindica a minha cumplicidade num certo tom de nostalgia. Afinal, ele, o professor Roberto Pessanha (também entrevistado nessa pesquisa) e eu éramos professores do Curso Técnico de Segurança do Trabalho da então Escola Técnica Federal de Campos, hoje Instituto Federal Fluminense. Nós participávamos dessas conferências que implantavam o SUS na tentativa de garantir o funcionamento, em Campos, do Programa de Saúde do Trabalhador. O secretário de saúde citado era presidente da Câmara de Vereadores de Campos até dezembro de 2016 e pertencia à base de apoio do Governo Rosinha Garotinho.

¹⁵⁹ Essa informação foi confidenciada ao professor Roberto Pessanha por dois profissionais do ramo imobiliário rural. Em janeiro deste ano de 2017, no Governo Rafael Dinis, já iniciou a discussão de um terceiro traçado, que pretende ampliar o tamanho desse contorno para além dos 30 km decididos na sua segunda versão (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017, online).

O grande problema, segundo o administrador Roger Courinho, é que o executivo e o legislativo fazem conta eleitoral e o judiciário se omite diante desse jogo. Além dessa conta, há os interesses particulares. Afinal, a eleição não é um fim em si mesma. Em se tratando de cidade, a questão imobiliária é central. Os interesses baseados na renda da terra são exercidos por verdadeiros titãs. Não é fácil enfrentá-los, sem falar que em muitos casos o poder é obtido em alianças com eles. O arquiteto João Coutinho aponta a ausência do pensamento de longo prazo, não fazemos isso no Brasil, de uma forma geral. Diz que Londres tem equipes pensando a cidade para daqui a 50 anos. Quem pensa tão longe não tem o objetivo de lograr resultados, é uma forma absolutamente altruísta de planejar.¹⁶⁰

Segundo o urbanista José Pereira, os municípios carecem de preparo dos funcionários de carreira e assessoria do executivo para aplicação dos instrumentos de gestão urbana preconizados no Estatuto da Cidade¹⁶¹. Falta estrutura à Secretaria de Obras de Campos, um município de 500 mil habitantes. Há muito pouca gente do quadro efetivo trabalhando nessa secretaria. Durante algum tempo se contratou uma empresa para fazer o papel da secretaria de obras. A regulação das obras do município não pode ser feita por uma empresa privada. O arquiteto Octávio Fernandes também fala sobre essa questão e chega a citar o nome da empresa. Ele se diz impressionado com a contratação da empresa Projetos de Consultoria em Engenharia Ltda. (PCE), que fazia projetos e a gestão desses em detrimento dos quadros da PMCG. O que se dizia era que essa empresa era uma secretaria paralela de planejamento e obras. Ele então questiona: a prefeitura não tem arquitetos, técnicos e engenheiros capazes de fazer esse tipo de trabalho? A quem interessa ter uma empresa privada fazendo trabalho paralelo aos quadros efetivos da prefeitura? Além de tudo é uma desvalorização do profissional servidor, há técnicos competentes na PMCG. Seria, no mínimo, menos oneroso valorizar os servidores de carreira.

¹⁶⁰ Há que se observar, todavia, que o planejamento de curto prazo tem ampla aceitação global, sobretudo em países centrais, e está mais ligado ao presentismo pós-moderno e ao imediatismo do planejamento urbano sob a ótica do Estado mínimo neoliberal (HARVEY, 2013), que propriamente a peculiaridades brasileiras. Além disso, basta olhar os movimentos estratégicos dos rentistas e compradores de terras na periferia da cidade para perceber que há quem pense o longo prazo, ainda que não sejam os gestores públicos, ainda que seja para maximizar acumulação de capital.

¹⁶¹ Esse é o chamado “déficit de capacidade de governo” identificado por Vicente Trevas (CHERUBINE; TREVAS, 2013). Essa questão, porém, não chega a ser impeditiva quando há o interesse em governar para todos. Há formas de buscar soluções alternativas e a capacitação da máquina pública. Na maioria das vezes a manutenção e a pouca capacidade da tecnocracia na gestão local é uma forma de proteger os acordos espúrios que presidem o poder local.

Para o arquiteto Renato Siqueira, a inobservância da necessidade de regulamentação dos instrumentos de gestão urbana é devida a ausência de um corpo técnico qualificado¹⁶², esses cargos são ocupados por indicação política. A PMCG possui uma deficiência enorme de quadros técnicos capacitados, concursados – o funcionário de carreira. A carência desses técnicos não é mera deficiência. É, em muitos casos, intencional. Esses pretensos técnicos, que são nomeados em confiança, acabam, por instinto de sobrevivência, cooperando com uma política de governo com interesses eleitorais imediatistas ou até outros interesses mais inconfessáveis. Por outro lado, há uma série de funcionários de carreira cerceados de exercer as suas atribuições o que garantiria o funcionamento mínimo do aparelho de Estado. Há ainda servidores públicos corruptos; que vendem serviços; fiscais de obra fazendo projetos de arquitetura etc. Renato Siqueira afirma que na PMCG, há um fiscal de obras que atua na Secretaria de Fazenda, como despachante, aprovando em uma semana um projeto que um profissional experiente levaria dois meses para aprovar. Um outro fiscal de obras recebe propina dentro de uma igreja. Na condição de evangélico, Renato Siqueira execra a ambiguidade de muitos cristãos. O que dizem nas igrejas é absolutamente distinto do que fazem na vida privada e pública. A prefeita de Campos tem pastores orando com ela dentro do gabinete pedindo a Deus sabe-se lá o que. Lamenta o aparelhamento da fé objetivando a ascensão política. E não só a prefeita e seu marido, mas uma série de vereadores eleitos pelo proselitismo eleitoral praticado nos templos. Políticos que acabam deixando de promover a diferença e não proporcionam as mudanças esperadas de um representante do Evangelho.

O engenheiro George Marinho acredita que a população se encontra um tanto apática, sobretudo a sociedade civil organizada. A sociedade não pressiona o legislativo nem o judiciário. Os conselhos municipais deveriam ser mais atuantes. O ritual de aprovação de projetos no Cmmau tem prazos escassos e mesmo assim as obras começam antes dos pareceres serem concluídos. A sociedade como um todo não se dá conta desses problemas, são muito poucos os que têm uma visão do que ocorre. Os cidadãos precisam enxergar essas incongruências, conversar com os conselhos municipais, promover denúncias junto ao Ministério Público, visando a totalidade do controle social.

O empresário Fernando Aguiar, presidente da Firjan-NF, reconhece que há coisas que estão sendo descumpridas. O Estado, porém, não tem uma estrutura mínima para regular e fiscalizar. Hoje em dia colocamos quase tudo na conta do Ministério Público. Ele acredita que

¹⁶² “Mas o controle urbanístico e ambiental, fundamental para garantir a implementação dessas propostas, fica nas mãos de fiscais que não raramente são: a) em pequeno número; b) desaparelhados; c) mal pagos; d) dotados de baixa escolaridade. A corrupção é frequente entre esses profissionais” (MARICATO, 2001, p. 54).

apelamos demais para atalhos, se a polícia persecutória não investiga, recorremos ao Ministério Público. O mais difícil, e correto, é consertar as coisas que não funcionam, é lutar por um legislativo melhor, as pessoas participarem mais. Ninguém vai para a associação de bairro em Campos. Coisa importante associação de bairro. É desagradável mesmo, é difícil ir, mas é preciso colocar sua posição. Ninguém frequenta associação de bairro, ninguém sabe que tem, ninguém quer ir, porque é enfadonho, é trabalhoso, demanda tempo, aborrece as pessoas. Então ninguém quer participar disso, preferimos deixar que alguém decida por nós e aí essas distorções vão acontecendo. Por outro lado, o que vem acontecendo é essa judicialização excessiva¹⁶³. A gente não pode ter que recorrer à justiça o tempo todo. Esperar que um sujeito lá, que é uma pessoa normal como a gente, às vezes até pior um pouco, decida alguma coisa. No final tudo acaba no Supremo Tribunal Federal. Enfim, só funciona quando a sociedade quer. Não podemos esperar que alguém fiscalize por nós.

O professor Paulo Heméritas também coloca peso na mobilização da população. Não aguardar serem feitas as obras de intervenção do poder público, mas se antecipar a esse poder público e procurar proteção do patrimônio ambiental da cidade. A legislação em Campos nem sempre se faz valer, ela não chega a funcionar. Muito provavelmente Campos não é uma ilha de inobservância da legislação. Há também a força do poder econômico. Observando o funcionamento dos Conselhos que existem em Campos – Conselho do Patrimônio, de Meio Ambiente e Urbanismo, de Saúde etc. –, em diversos momentos percebe-se que o poder econômico tem um peso maior que o atribuído à sociedade civil. Alguns poucos conseguem fazer valer o interesse do poder econômico. Há que se analisar, porém, a questão da cidadania em Campos. É preciso avaliar em que ponto se encontra a participação política das pessoas, como elas são informadas dessas questões, como anda a Educação em Campos dos Goytacazes. Há uma relação direta entre o estado da Educação, o cumprimento das leis e os direitos que os cidadãos têm¹⁶⁴.

¹⁶³ Desde a cassação do prefeito Carlos Alberto Campista, em 2005, que os mandatos de prefeitos em Campos são mutilados pela judicialização da política. A partir de então, apenas o segundo mandato da prefeita Rosinha Garotinho (entre 2013 e 2016) foi ininterrupto. Não é possível que um juiz sozinho consiga invalidar o voto de centenas de milhares de eleitores, isso não é democrático. Tanto não é que a maioria dessas decisões foram reformadas em instâncias superiores.

¹⁶⁴ No ano de 2011 Campos apresentou o pior Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro (PESSANHA, 2012b). Em 2015, Campos obteve o pior índice para o 9º ano entre os municípios das regiões Norte e Noroeste fluminenses (FREITAS, 2016). É bem verdade que em Campos há muitas escolas privadas onde estudam jovens de classe média. Ao passo que em muitos municípios menores, todos são praticamente obrigados a estudar em escolas públicas. Isso, porém, não justifica a péssima qualidade da educação pública de um município que teve orçamentos nababescos durante cerca de 15 anos. Além de ir ao encontro da afirmação do professor Paulo Heméritas, quando diz que uma educação deficiente, projeta uma cidadania atrofiada.

O jornalista Vítor Gomes diz que, na sua experiência na sociedade civil, sobretudo como membro do Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal de Campos (Coppam), pôde perceber que o conjunto de políticas regulatórias, é visto como entraves burocráticos interpostos entre o desejo pessoal do governante e a sua realização. A forma como ele lida com essas políticas, é encontrar brechas que viabilizem que sua visão de mundo, interesses políticos e arranjos se concretizem. Não há indicativos de que o governante olhe para esse conjunto de normas e veja a institucionalização do Estado de direito, que deveria ser respeitado. Ao contrário, são obstáculos, entraves a serem contornados. Afinal, o que vale é a força do mandato popular. Em nome dos eleitores legitima-se o arrivismo. É como se o gestor fosse um iluminado, com plenos poderes, capaz de adivinhar o que pensa o povo, para além do seu programa eleitoral. Então ele convoca a procuradoria, que é instada a garantir a burla da lei, constrói, por meios fisiológicos, a maioria na câmara e manobra a indicação de membros dos diversos conselhos municipais. É um pouco da lógica política, a imposição da agenda do chefe do executivo. Olhando de forma mais generosa, é o processo de convencimento de implantação de um programa que venceu as eleições. Numa visão mais realista, é a dinamização de um conjunto de múltiplos interesses que têm a ver com: sustentação política; favorecimento de financiadores de campanhas; representantes dos seus interesses privados escusos; transigência com pequenas máfias etc. O que chamamos de Estado não é alguma coisa sólida, monolítica. O espectro de forças institucionais existentes na máquina pública aponta uma resultante que não nos permite confiar no respeito a esse conjunto de normas. O executivo tende ao autoritarismo e em muitos momentos se torna refém do legislativo e do judiciário. Contudo, o que mais ocorre é se tornarem aliados, não obstante os inúmeros conflitos existentes, no processo de cozimento brando do arcabouço legal que deveria regular o uso do solo urbano.

3.4 Quem ganha com a anomia urbana?

É visível que certas empreiteiras, grupos financeiros e interesses consolidados, a partir das eleições, interferem e lucram dividendos,

porém a maioria perde, inclusive o próprio gestor público que fica à mercê destes setores

D. Roberto Paz

A questão – A aparente anomia que reina na gestão urbana é um jogo em que todos perdem ou algum tipo de sujeito social acaba colhendo resultados nesta situação?

A discurso do senso comum, do qual muitos políticos se apropriam é de que a crise urbana atinge a todos. Alguns ousam dizer que perde mais quem tem mais a perder. Como se a pobreza absoluta pudesse ser motivo de tranquilidade. Resta saber se este estado caótico em que a cidade se apresenta seria produto do abandono ou se haveria uma boa dose de intencionalidade por trás dessa aparente anomia.

A professora Denise Terra considera que não há anomia nem caos. Há grupos que se organizam, é o planejamento do território e há quem ganhe nessa aparente falta de planejamento. Lembra que participou de algumas reuniões da reformulação recente da Lei Orgânica de Campos que, a convite do então vereador Mauro Silva, para discutir a política urbana e que lá estavam maciçamente presentes os empresários do setor imobiliário. Ela chama a atenção para o nível de organização do setor imobiliário, sobretudo das empresas com capital aberto que aportaram recentemente em Campos (MRV Engenharia; Tenda Construtora SA; RJZ Cyrela, Rodobens, Alpha Ville Urbanismo SA; Damha Urbanizadora; Euro Engenharia e Urbanismo etc.). Diz ainda que, apesar do recuo momentâneo, o Clipa e o Pré-Sal irão garantir negócios imobiliários futuros. Quem ganha com essa melhoria num horizonte de cinco a 10 anos é quem está capitalizado para aproveitar esse momento de mercado em baixa para adquirir terras. O professor Nelson Pimentel também nos adverte que os setores que vivem da especulação são muito mais organizados e lembra, na discussão do PDP vigente, dos representantes do setor imobiliário sentados nas plenárias à espreita de qualquer risco de perda de privilégios. A professora Teresa Faria observa que há um ambiente de convencimento e o Estado se omite diante um argumento forte¹⁶⁵. Há uma boa parte, principalmente ligada aos empreendimentos, à própria PMCG e ao Estado local que se beneficia sim. Se beneficiam principalmente os investidores. Sempre em nome do desenvolvimento.

O professor José da Cruz afirma que é bom para o rentismo, sobretudo no Porto do Açú. O condomínio industrial da retroárea do Clipa rende R\$ 150 milhões de aluguel por ano. A

¹⁶⁵ O que David Harvey chama de “construção do consentimento” (HARVEY, 2013, p. 49).

perspectiva é de que o porto seja uma realidade, já deu certo. Contudo, só o tempo fará ele se ajustar. Então há o interesse de posse de terra nas proximidades dessa retroárea. Para isso é preciso pagar aluguel à Prumo. Aquele condomínio industrial, mesmo não ocupado, rende aluguel para manter a terra. Então a renda da terra ali é da ordem de R\$ 150 milhões por ano¹⁶⁶. A arquiteta Silvana Castro tem um depoimento interessante sobre o ordenamento do solo em São João da Barra. Ela colaborou na elaboração da revisão do PDP de São João da Barra, promulgado em maio de 2015, a convite do secretário de planejamento Sidney Salgado¹⁶⁷. Ela acabou não aceitando aprofundar a sua participação por discordar de algumas distorções que considera inaceitáveis como: taxas de ocupação de 100% e coeficientes de aproveitamento de cinco. O secretário Sidney Salgado teria alegado que aquela área teria sido uma situação de difícil intervenção. Ela se disse assustada com esse tipo de situação e preferiu não se envolver. Silvana Castro diz que a expansão de São João da Barra mostra claramente que pessoas que conhecem o plano e sabem para onde a cidade vai expandir, compraram lotes e lotes onde irá valorizar mais. A sua conclusão é que a falta de organização e é uma forma de atuar.

José da Cruz concorda com Denise Terra quando diz que esses segmentos ligados à construção e ao mercado imobiliário ganham apostando no futuro. Estão vendendo o futuro do pré-sal e do Porto do Açu. A crise do preço do barril e dos *royalties* do petróleo arrefeceu momentaneamente a escalada do setor. O mercado fica em suspenso. Em algumas áreas, todavia, na crise é oportunidade para comprar barato. Há nesse momento, então, um mercado comprador que investe. Esses segmentos estão estreitamente vinculados ao crescimento do Açu e à retomada do petróleo, enquanto produção. Os *royalties* do petróleo, contudo, encontram-se sob uma névoa de incertezas:

o preço internacional do barril apresenta patamares pouco animadores;

o petróleo da camada pós-sal encontra-se em declínio na Bacia de Campos, com previsão de extinção num horizonte que não extrapolaria 15 anos. Sem contar a liminar, que

¹⁶⁶ Há um conflito triangular envolvendo rentistas, a Prumo e o poder público como árbitro da disputa. Os rentistas querem adquirir áreas lindeiras ao porto. O PDP de SJB limita o uso na vizinhança, pois isso difundiria um uso industrial exacerbado do solo. Sem contar que aviltaria o preço do aluguel que a Prumo cobra. Sob essa alegação, o executivo vem sendo fiel à legislação e impedindo licenciamentos de uso fabril fora do Distrito Industrial de São João da Barra. Não se sabe se para preservar o solo do município ou para garantir valores de aluguel de acordo com os interesses da Prumo. De qualquer forma permanece a dúvida, em se tratando de futuro. Executivo, legislativo e judiciário resistirão à pressão imobiliário-rentista, que também habita o seio desses poderes? Quem será contemplado pelo poder público: o ambiente, os rentistas ou o capital financeiro internacional embarcado na Prumo? Afinal, o acionista dessa empresa também pratica uma forma de rentismo.

¹⁶⁷ O economista Sidney Salgado foi secretário de meio ambiente em Campos durante o período de elaboração do PDP de 2008. Nessa época Silvana era secretária de Planejamento da PMCG e dividiu com ele a coordenação da elaboração desse PDP.

sustenta a atual regra de rateio, que se encontra no STF aguardando julgamento e que, dependendo da decisão, diminuirá ainda mais as rendas petrolíferas municipais atuais;

o petróleo da camada pré-sal da Bacia de Campos possui um cronograma de exploração menos acelerado que o da Bacia de Santos. Isso prolonga a agonia orçamentária dos municípios altamente dependentes dos royalties como é o caso dos Caquis – guardada a exceção de São Francisco de Itabapoana que é considerado limítrofe.

Em que pese esse compasso de espera, esses segmentos ganham. Eles se beneficiam com a atratividade que o petróleo e o Clipa exercem sobre um conjunto de novos ricos. Vem se formando nos Caquis uma camada média-alta ligada a essas novas atividades do terciário, dos serviços ao petróleo e dos serviços ao Porto. Essas pessoas aquecem o mercado imobiliário e de serviços de educação, saúde, lazer etc.

O jornalista Vítor Gomes se recorda do seu tempo de repórter, quando havia pauta de economia para cumprir. A abordagem é sempre mediante um olhar de investidor, tentando mapear o percurso do dinheiro. Há nisso uma face perversa e irônica, porque parte do interesse do próprio veículo de mídia. Afinal, é receita publicitária potencial. É claro que tem alguém que ganha com a omissão do poder regulador. Não é por acaso que os veículos de comunicação também se associam aos grupos que mercantilizam o solo urbano, pois eles têm investimentos em vários outros setores. A mídia corporativa mapeia essas informações de modo estratégico e muito rapidamente – dosando o que divulga e o que omite. Há muitos contatos, formam redes ágeis e fortunas consideráveis. Com a crise do jornalismo, cada vez mais se diversifica as fontes de acumulação dos empresários da mídia: comércio e serviços; shoppings; rentismo de todo tipo, inclusive imobiliário. As empresas de comunicação também estão entre os que ganham com a cidade desregulada.

Segundo José Puglia alguém sempre ganha. Em algumas situações pode ganhar menos, mas há ganho. Dentro desse processo especulativo, vai se construindo uma cidade caótica. O primeiro aspecto que fica evidente é que não há regras absolutas, cada um pode fazer o que bem entender. Basta sincronizar caminhos e contatos. Além disso, os que estão especulando vão ganhar. Isso porque eles vão conseguir o seu objetivo final que é empreender o que querem no lugar escolhido. Pode ser que demore um pouco mais, mas eles vão conseguir fazer. Os políticos fisiológicos ganham, porque eles vão ter moeda de troca para campanha eleitoral, os apoios financeiros negociados nos acordos. Quem perde, na verdade, é a população, como usuário da cidade. Perde quem compra imóvel para morar; paga aluguel; quem apanha o ônibus para ir trabalhar ou que vai de carro ao médico. São as vítimas do trânsito caótico, do buraco na rua e do engarrafamento. Vai perder tempo, dinheiro, saúde.

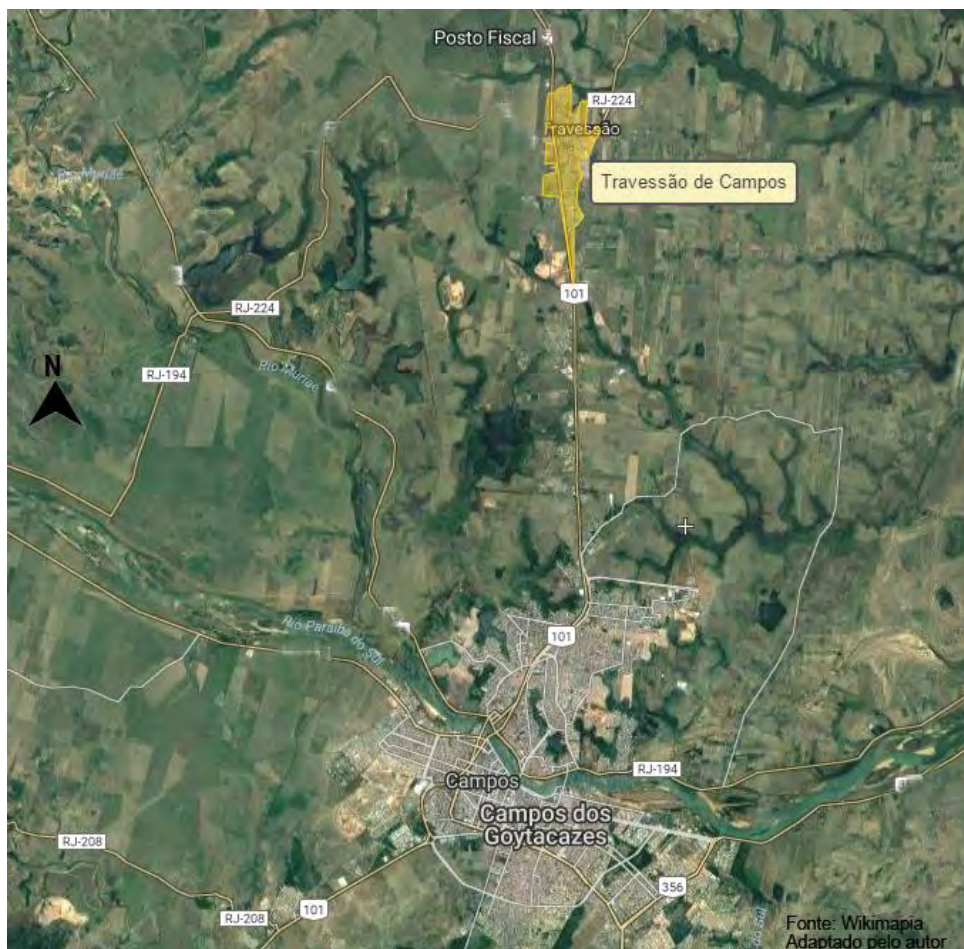
O gerente da Firjan-RJ, Luiz Concebida, diz que esse que é o grande problema, quase sempre a intervenção espúria do Estado é para beneficiar alguém do mercado. Lembra que o mercado é a soma dos que produzem e que consomem. Cita o exemplo de prédios que foram construídos desrespeitando a legislação (dá o exemplo clássico do recuo obrigatório) e que internamente na prefeitura consegue-se aprovar o projeto e a execução. Depois de pronto não há quem consiga reverter essas irregularidades. O arquiteto João Coutinho cita um caso em que ao ser contratado pela justiça para periciar uma construção, em que o proprietário se queixava de esbulho na medida do seu terreno, encontrou várias irregularidades na construção. Ele diz ter ficado impressionado ao se deparar com uma obra de um prédio de três andares, sem projeto aprovado, pois o proprietário sequer havia submetido à análise da Prefeitura, inclusive construindo na face da rua, enquanto o Código de Obras de Campos exige um recuo de cinco metros. João Coutinho acredita que a fiscalização da Prefeitura é muito mais atuante nas áreas mais centrais – esse fato narrado por ele ocorreu na periferia norte da cidade Campos. Ele acredita que onde moram as pessoas mais abastadas a presença do Estado seja bem mais perceptível.

O procurador municipal Mário Areas Filho fala sobre a verticalização da Pelinca, diz que há um adensamento além da necessidade. Boa parte do que se constrói é especulação. A cidade está saturada nas suas novas áreas centrais e o centro histórico se encontra em franco processo de decadência. Há claros sinais da existência de um processo de uso exacerbado do solo e de rentismo vertiginosos, desde que os *royalties* e as participações especiais do petróleo deslancharam com a Nova Lei do Petróleo. Segundo ele, isso coincide com o Governo Arnaldo Vianna, na virada do século, quando proliferou a figura que ele chama de subempreiteiro. Esses *nouveaux riches* estariam por trás da realização de um sem número de empreendimentos em pilotis, com dois ou três andares, sem elevador, em áreas semiperiféricas¹⁶⁸. Na visão do assessor jurídico da PMCG, Alexis Sardinha, o Estado brasileiro sofre de relativa precariedade. Há anomia, porém a nossa mentalidade cartorial e patrimonialista propicia um estado de coisas onde quem se prepara acaba logrando resultados. Lembra da lavagem de dinheiro da corrupção da abastança dos *royalties* do petróleo. Ele cita o caso de um corretor de imóveis que o confidenciou que os beneficiários dos esquemas de corrupção da PMCG chegam em *stands* de vendas e adquirem de três a quatro imóveis iguais.

¹⁶⁸ Essa seria a base da pirâmide da atividade imobiliária, voltada para o rentismo, que se especializou na reciclagem dos elevados excedentes de capital gerados pelos *royalties* do petróleo. Boa parte desses excedentes é produto de corrupção lavada na construção civil.

Na avaliação do arquiteto Renato Siqueira, a anomia não causa perda a todos, até por uma questão de lógica. Se todos perdessem esta situação não perduraria. Quem mais se beneficia desse aparente caos é a construção civil. É óbvio que os empresários deste setor são os principais financiadores de campanha em todas as esferas de poder. Isso não é despesa. Na verdade, é um investimento que eles fazem, que retorna cinco ou seis vezes mais durante os mandatos dos candidatos financiados. Isso também reflete na qualidade duvidosa das obras. Na Empresa Municipal de Habitação (Emhab), ele fiscalizou obras de um conjunto habitacional em Travessão (Figura 43).

Figura 43 – Localização de Travessão.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Um dos responsáveis pela construtora, de quem ele cobrava melhores resultados, inicialmente tentou aliciá-lo, quando viu que não obtinha resultado nesse campo partiu para ameaças veladas. Os novos fiscais concursados, que ingressaram recentemente na PMCG, não têm experiência. Sofrem com falta de respaldo interno na secretaria e exercem uma fiscalização genérica: podem trabalhar na postura ou em obras. A principal questão é a falta de respaldo, ele cita o caso da urbanista Silvana Castro, que se aposentou na PMCG por falta de apoio nas suas ações de arquiteta de carreira. Fala de outro caso, um guarda municipal (Barbosa) que foi conselheiro, junto com ele no Cmmau, que, por ser muito qualificado e ter princípios, acabou provocando incômodo e estaria trabalhando na Secretaria de Fazenda, o turno inteiro nos dias úteis, em pé gritando senhas no atendimento público. Segundo Renato Siqueira, função dada como castigo para um servidor que possui muito conhecimento e incomoda.

Renato Siqueira afirma que o Alphaville Campos (Figura 44), por meio de um entendimento com a prefeitura, conseguiu um desvio da RJ 216 de forma que essa rodovia passasse na entrada do condomínio de 499 mil m² e 592 lotes. Houve uma reação da população e aí ficou um *by pass*. Mantiveram a estrada antiga e a estrada passando em frente do

condomínio. Ele considera esse um caso clássico de benesse por tráfico de influência. Um exemplo cabal do que se faz para promover as condições gerais de produção.

Figura 44 – Condomínio horizontal do Alphaville.

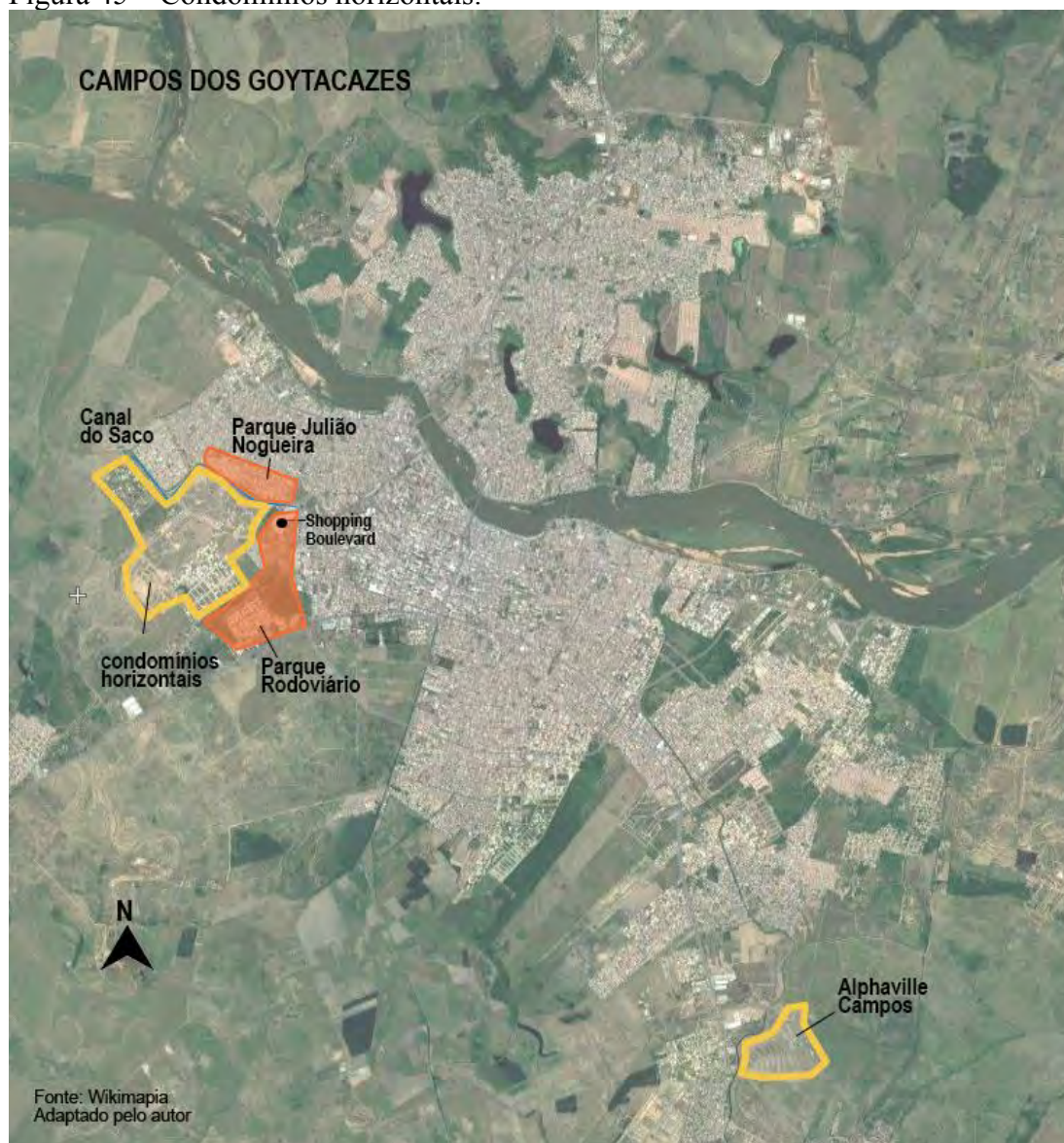


Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Para o corretor Pedro Ribeiro, não é o construtor quem ganha é o proprietário de terras. Grandes proprietários de terras e de imóveis. A situação deles é muito cômoda. Ninguém os importuna. O empresário do mercado imobiliário perde com o aumento do custo da terra, com aumento do preço do imóvel e a retração do mercado consumidor. Os grandes proprietários de terra periféricas em Campos não chegam a 15 famílias. Alguns estão impedidos pela justiça de venderem suas terras, como a Usina do Queimado, por exemplo. Os que têm suas terras disponíveis são muito poucos, não passam de 4 famílias. Eles mantêm suas propriedades, gerando vazios urbanos e esperando o momento oportuno de negociar. Não há trabalho nem

risco nesse tipo de negociação. Sobre os condomínios horizontais do Parque Julião Nogueira e Parque Rodoviário (Figura 45), Pedro Ribeiro diz que há em torno de 1.600 lotes. Do outro lado da cidade, na zona leste, o Alphaville tem mais 500 lotes. Não se encontra 2.000 famílias em condições de aquisição em tão pouco tempo. Esses empreendimentos operam com a lógica da valorização no médio e longo prazo e a compra imediata por investidores. Esses lotes valorizavam muito até 2014, dobravam de preço em apenas um ano. No *boom* do mercado imobiliário de 2014, em Campos, tudo que se lançava vendia.

Figura 45 – Condomínios horizontais.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O excesso de condomínios fechados traz, porém, o inconveniente da desertificação das calçadas. É um perigo andar na rua, sobretudo à noite, um sem fim de muros sem vida. Sem contar a dificuldade de mobilidade que esse padrão urbano cria. O arquiteto José Puglia diz que

esse tipo de condomínio fechado, murado e cercado, lembra a lógica da cidade medieval europeia. O professor Arthur Soffiati diz, inclusive, que o Canal do Saco, atrás do Shopping Boulevard, funciona como garantia de segregação separando moradias de baixa renda dos condomínios de classe média, como nas cidades medievais. O fiscal de meio ambiente da PMCG, Roger Coutinho, afirma que a decisão com antecedência e a informação privilegiada são grandes aliados dos beneficiários desse aparente caos. A maioria desses condomínios que chegaram à cidade, com valores de terreno altíssimo, venderam cerca de 80% dos lotes no lançamento. Não venderam para muitas pessoas. Quase todos os lotes foram arrematados por investidores. Alguns condomínios venderam tudo antes mesmo de lançar. No lançamento já não era mais venda da incorporadora e sim dos investidores que compraram dela. Roger Coutinho diz que, apesar da sua pouca importância na hierarquia municipal, fica sabendo de investimentos às vezes com um ano de antecedência. Ele imagina com que antecedência ficam sabendo disso aqueles próximos do centro do poder.

O professor Luciano Carneiro afirma que a construção civil e o mercado imobiliário compõem um setor que só visa o lucro. Não tem compromisso com o ambiente; em construir prédios, casas e bairros mais razoáveis, mais habitáveis, menos predadores e com menos acumulação. O engenheiro George Marinho diz que até 2014, apogeu do *boom* imobiliário em Campos, os agentes do ramo Imobiliário ganharam com a utilização desregulada do solo. Eles constroem visando quase que exclusivamente o lucro, as consequências não são muito evidentes. Num dado momento vão embora deixando os impactos para a municipalidade. Alguns desses nem moram na cidade.

Segundo o professor Paulo Heméritas, é bastante óbvio que em Campos a capilarização dos recursos provenientes da economia dos *royalties* do petróleo foram direcionados para alguns setores restritos da sociedade campista. Além disso, o ganho se dá em duas dimensões. Além da especulação imobiliária e do rentismo tradicionais, ganhou-se com acesso às maiores parcelas da economia dos *royalties* do petróleo. Fica a nítida impressão de que foram as empreiteiras, que se estabeleceram em Campos, e um determinado grupo político, que conseguiu reproduzir algo que o setor sucroalcooleiro tinha construído. Isto é, a construção de um império político-econômico que lhes permitiu participar da política nacional. Entre os anos 20 do século passado até a década de 1980, viu-se muitos beneficiários do setor açucareiro eleitos deputados, senadores, governadores, presidentes da república. O petróleo, à sua maneira, na virada do milênio, também propiciou a emergência de um grupo político que se utilizou desses recursos para montar uma espécie de máquina eleitoral. Ascenderam ao Governo do Estado do Rio de Janeiro em duas oportunidades, chegaram à Câmara dos Deputados e também

à candidatura à Presidência da República com amplas chances de sucesso eleitoral. O urbanista José Pereira cita os diversos nomes da dinastia Garotinho (Anthony – o chefe do clã; Rosinha a matriarca; Clarissa – a primeira herdeira; Wladimir – o segundo herdeiro; Nelson Nhaim – o irmão proscrito – uma espécie de João Sem Terra; Hélio Montezano, filho de Nelson Nahim – o sobrinho também renegado – que foi se juntar a outro clã) que teve seu projeto de poder amplamente financiado pelos *royalties* do petróleo. Paulo Heméritas adverte que se houve alguém que ganhou, nos últimos anos da história de Campos, certamente foram esses dois setores que se revezaram no poder.

O arquiteto Octávio Fernandes diz que sempre tem alguém logrando resultados a partir da omissão da autoridade. Interessa sempre a alguém. Na maioria dos casos a omissão é planejada. Há grupos que se associam na unção de determinado político tendo como contrapartida uma espécie de calma regulatória. Ainda que a dormência do gestor não seja para se locupletar, a manutenção do poder se dá pela articulação com os mecanismos dessa engrenagem perversa que movimenta ou trava a cidade.

3.5 Os Caquis na Megarregião Rio-São Paulo

Há um processo de metropolização, ainda que ocorra de forma incipiente e tenha arrefecido devido à crise atual. A queda do preço do barril de petróleo diminuiu este fenômeno e o que se vê é a dependência de investimentos externos

D. Roberto Paz

A questão – Há um crescente movimento pendular entre os municípios da Região Norte Fluminense. Nos Caquis isso parece ter ganho novos contornos depois do Porto do Açú. A interdependência entre esses municípios teria aumentado e confirmado a vocação de polo de Campos, sobretudo pela amplitude da oferta de serviços. O que você pensa sobre isso?

Há uma clara ascensão secular de Campos sobre os municípios do seu entorno no que tange à oferta de bens e serviços, além do provimento de mão de obra especializada. Com essa questão não temos como objetivo apenas comprovar o que já se sabe, mas sim demonstrar como isso se dá, colocando uma lupa sobre a materialidade dessa condição de polo.

Na opinião do professor José da Cruz, em se tratando das pessoas atraídas pelo Clipa, pode-se dizer que historicamente, Campos é bem-dotada de infraestrutura e de serviços. O recém-chegado não vai, necessariamente, para onde está estabelecido. Fica difícil se criar uma nova urbanização em São João da Barra se a 40 km, em Campos, já tem tudo quase pronto. Macaé, num primeiro momento, também viveu de parte do que Campos possuía e lhe fornecia, sobretudo mão de obra e moradia no regime de migração pendular. Depois teve uma explosão de urbanização e recentemente uma implosão, em função da crise global do petróleo e dos ataques à Petrobras. Essa explosão urbana acontece em Macaé por sediar a Bacia de Campos. Os efeitos de aglomeração e de redução de custos operacionais do complexo extrativista, o caso da Praia de Imbetiba que foi logo escolhida como apoio *offshore*. Com o tempo, parte desses equipamentos de infraestrutura; serviços; apoio à produção; empresas de serviços à produção e moradia, entre outros, foi para a Região das Baixadas Litorâneas. Ora, esse é o eixo de ocupação em direção da Metrópole Carioca. O Rio de Janeiro é o polo atraindo esse trânsito de Macaé, criando pendularidade e externalidades nos municípios posicionados entre as extremidades do circuito do pêndulo. Mesmo quando as empresas resolveram separar a unidade operacional da sede, inclusive a Petrobras, instalando grande parte da gestão no Rio, há um fortalecimento da capital e um reforço da trajetória do pêndulo. Simultaneamente, projetou-se a expansão desse complexo com o Comperj e com a rede de terminais entre Macaé e Rio. Na região metropolitana do Estado do Rio encontra-se, ainda, a indústria naval que se relaciona intimamente com a atividade de extração de petróleo *offshore*. Ou seja, toda a complementaridade desse complexo extrativista se estabelece territorialmente nesse vetor, que se consolida em termos urbanos. Há um crescimento urbano, um contínuo conglomerado urbano-regional, que o IBGE hoje já identifica no Brasil. A formação de um aglomerado urbano-regional e de interações urbanas, e de uma rede urbana bastante consolidada, com uma intensidade de fluxos significativas.

Por outro lado, há, historicamente, uma área urbana extremamente consolidada, que é Campos, com capacidade de polarização e centralização extremamente elevada. Embora até o fim do século passado, Campos tenha experimentado um processo de crescimento urbano vegetativo pífio, com a Nova Lei do Petróleo¹⁶⁹, ela retoma a sua centralidade em termos de crescimento. O incremento populacional de Campos entre 1990 e 2000 é abaixo da média do Estado, da região e do Brasil. O impacto, nesse primeiro momento, não foi significativo. Pelo contrário, foi o menor crescimento demográfico. A partir de 1997, entretanto, a Nova Lei do Petróleo enseja nas receitas dos municípios produtores os royalties do petróleo e a participação

¹⁶⁹ Lei nº 9.478, de seis de agosto de 1997.

especial. Não obstante ter Macaé se especializado em sediar o complexo extrativista, Campos não deixou de ser um centro consolidado de comércio e serviços de alta relevância na região. Com o tempo, e dada a consolidação desse vetor, poderia ocorrer um esvaziamento de Campos. No entanto, os royalties, depois o terminal portuário de Barra do Furando – enquanto perspectiva –, e o Porto do Açú, devolveram a Campos centralidade e vocação de polo regional privilegiado. A estrutura de serviços e de comércio em Campos, hoje, como em quase toda cidade média brasileira do seu porte, é extremamente sofisticada e comandada por representantes do grande capital nacional e internacional. Sem contar com o seu setor financeiro que desde o final do Século XX detinha uma movimentação bancária maior que Macaé. Teve acumulação. É certo que houve a decadência da agroindústria sucroalcooleira. O que se costuma dizer nessa região é que a usina quebra, mas o usineiro não. Há fortunas em Campos, havia dinheiro circulando, com os royalties muito mais.

José da Cruz considera correto afirmar que a vocação do Porto do Açú é consolidar, reforçar e potencializar a situação de Campos como polo de comércio e serviços. Mais que isso, Campos pode se constituir num território mediador dos fluxos entre Macaé e São João da Barra. Há também um deslocamento do centro de gravidade da economia do petróleo de Macaé em direção a São João da Barra. Em que pese a indução desse movimento se encontrar em outro município, o eixo cruza Campos, por posicionamento geográfico e os fluxos buscam essa cidade, ainda que provisória ou indiretamente, atraídos pelos valores urbano-regionais que ela tem a oferecer. Segundo o professor José da Cruz, nos seus estudos envolvendo os microdados, produzidos pelo IBGE para a região, nota-se uma especialização nos serviços fornecidos. Campos se encontra extremamente especializada nos serviços de saúde e educação em todos os níveis. A sua rede hospitalar, com uma dezena de hospitais gerais e várias clínicas especializadas, seja do SUS ou da rede privada, apresenta um grau de complexidade e resolutividade sem precedentes ou similares na região. A saúde em Campos é responsável pelo atendimento de grande parte da população no entorno dos Caquis. Apenas o município de Itaperuna e de Macaé apresentam uma estrutura razoável, porém sem a capacidade de atendimento tanto na tipologia quanto na quantidade da demanda. Com relação à educação, no ensino médio profissional destacam-se: o Sistema S que tem relativa densidade; a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e todo o Sistema Estadual; o Sistema Federal com o IF Fluminense que faz a ponte com o terceiro grau, já que atua nos dois níveis. Há ainda o Reuni que consolidou essa oferta federal. Para completar, na esfera pública, podemos citar protagonismo da Uenf. Sem contar as instituições superiores privadas que possuem investimentos e capacidade de serviços consideráveis. Campos conta com uma oferta

extremamente densa nessa área, o que provoca pendularidade para estudo. Há ainda a pendularidade para trabalho que tem Macaé como destino principal. A Região das Baixadas Litorâneas voltou a ter uma pendularidade originária do Noroeste e do Norte. Um movimento que sempre houve por causa do turismo. Atualmente é: turismo, serviços, indústria, etc. Os serviços requeridos por São João da Barra estão estabelecidos principalmente em Campos, a não ser o imediato da operação do Porto, do condomínio, na retroárea e no próprio Porto.

Essa pendularidade, no que tange às áreas urbanas do Noroeste e do Norte – fora do contorno dos Caquis –, se estabilizaram, voltaram a crescer em população e têm indicadores sociais muito mais homogêneos do que o restante. Hoje já se colhem os frutos da capilaridade, da interiorização e da regionalização dos programas de transferência de renda – Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁷⁰, esse segundo promove um impacto muito maior do que o Bolsa Família, porque ele provê um salário mínimo (SM) para cada idoso ou deficiente pobre. Ele e o salário mínimo valorizado fazem mais efeito individualmente. O BPC é um SM, o PBF é uma fração de SM por cabeça. Isso explica a quantidade de idosos, que o IBGE identificou, como arrimo de família. É o efeito do BPC. Sem contar que surgiu uma concorrência de programas de transferência de renda entre Governo Federal, estados e municípios. Garotinho fez seu PBF, Cabral fez seu PBF e o Governo Federal tinha o seu também. Existe, hoje, no interior, a possibilidade dessas famílias sobreviverem em áreas não dinâmicas, sem nenhuma atividade econômica relevante, sem nada que retenha a população. Houve um contingenciamento da migração e o Noroeste voltou a crescer também. A partir de 2003 o Noroeste voltou a crescer a população, embora não seja igual ao Norte. No município limítrofe da região produtora de petróleo, o que há de novo é esse colchão de seguridade social, esses programas assistenciais e de transferência de renda, esse *Welfare State* brasileiro do Século XXI.

As peculiaridades do trabalho *offshore*, que se adequa mais facilmente ao movimento migratório pendular, permitem que a população do Noroeste e do entorno dos Caquis não precise mais migrar e possa continuar morando nos seus municípios de origem. Onde o aluguel é mais barato, o terreno é mais barato, construir é mais barato, enfim: morar é mais barato. Isso porque tem algum filho da família, parente, sobrinho que está trabalhando *offshore*, que vai e volta e que aplica parte de sua renda num estabelecimento comercial para sua mulher, numa máquina de costura para a sogra, numa cozinha industrial para a sobrinha, irmã ou prima. A renda do trabalho pendular do petróleo circula nos municípios fora dos Caquis, circula em toda

¹⁷⁰ Lei Orgânica da Assistência Social - Lei 8.742/93, artigo 20.

região. Esse recurso, associado ao salário mínimo e aos programas de transferência de renda que não são mais só federais – são estaduais e municipais também – fez com que não acontecesse uma tragédia no entorno dos Caquis.

Na verdade, no país inteiro está assim. Como no modelo atual grandes investimentos se articulam diretamente com o exterior, eles não têm arranjos regionais significativos no seu entorno, eles não funcionam mais no estilo polo de crescimento de François Perroux¹⁷¹, porque não são mais indústrias motrizes que geram uma industrialização à sua volta. Hoje são ilhas, enclaves, plataformas. A nova territorialidade do grande capital prescinde dos agentes locais. Há uma urbanização, uma articulação em rede dessas cidades diretamente beneficiadas por esses investimentos, elas formam um espaço urbano-regional em construção e existe um entorno que não se beneficia. Aos cuidados dos grandes investimentos estaria tudo absolutamente esvaziado, adensando e pressionando, em termos de população. Mais ainda do que é pressionado com a migração, o que ocorria até os programas sociais dos governos petistas surgirem. O que se tem então é esse colchão de amortecimento de impactos urbanos, de impactos demográficos nos Caquis. Os Caquis têm muito que agradecer aos programas sociais e de transferência de renda para não estar absolutamente inviabilizados enquanto cidades. Só não há ondas de saque em supermercados, agora nessa crise, porque quem ficou desempregado tem PBF, seguro-desemprego, BPC etc. e o desespero não bate à porta. Isso não interessa à grande mídia corporativa repercutir.

O professor Roberto Pessanha fala sobre a polaridade de Campos na Região Norte Fluminense, sobretudo nos Caquis. Ele considera que há uma diferença entre o papel desempenhado por Resende e Macaé. A primeira especializada no setor metal mecânico e a segunda em produção de petróleo. Ele defende a tese de que Campos teria um perfil mais genérico de polarização. Por ser uma cidade de porte médio, mais adensada e com maior oferta de bens e serviços. Ele lembra que Sandra Lencioni rejeita o conceito de transbordamento, pois não há saturação do espaço (LENCIONI, 2015). Há uma integração de territórios distintos e uma difusão que se rarefaz e se concentra. O fenômeno da economia dos royalties do petróleo

¹⁷¹ Economista francês que formulou uma teoria que explica o crescimento desigual das regiões que nega a perspectiva neoclássica que abstrai o território. Segundo Perroux, o crescimento não surge simultaneamente em todos os pontos do território, mas em polos de crescimento no entorno de grandes aglomerações urbanas ou ao longo das grandes fontes de matéria prima. De certa forma, a Petrobras, na Bacia de Campos, nasceu sob essa égide perrouxiana.

é espacial. Cita a Schulz¹⁷² como um pedaço da economia do petróleo em Campos. Rio das Ostras atrai a economia do petróleo com sua Zona Especial de Negócios (ZEN). Carapebus, Quissamã e Conceição de Macabu fazem o mesmo movimento, de implantação de ZENs, mostrando suas vantagens locacionais na guerra dos lugares. A região metropolitana do petróleo que iria de Macaé até Cabo Frio, dado o fenômeno de nebulosa (LENCIONI, 2015), se esgueira até Itaboraí e chega ao Rio e à Baixada Fluminense, devido ao setor *downstream*¹⁷³ e da indústria naval. No caso dos Caquis, o Porto do Açú provoca um movimento que fará com que Macaé não retornará ao adensamento recente que teve. Campos foi supridora da mão de obra fundamental para essa base operacional de Macaé desde meados da década de 1970 e isso robusteceu a migração pendular entre as duas cidades. O Clipa também terá Campos como fornecedora de mão de obra. Haverá uma triangulação entre Macaé, São João da Barra (Açu) e Campos. Se o terminal portuário de Barra do Furado não se concretizar, Quissamã perde centralidade nesse processo, até que se construam os eixos de circulação (LENCIONI, 2011). Roberto Pessanha destaca o desenho da ferrovia Vitória-Rio (EF-118) que passa por São Francisco do Itabapoana, atravessa o Rio Paraíba do Sul, entra no 5º distrito de São João da Barra, passa no Açú, entra em São Sebastião e escapa para Quissamã. O tangenciamento em Campos é bem-vindo porque reduz a proeminência deste município sobre os outros que ele polariza no Norte Fluminense.

O arquiteto José Puglia diz que percebia essa centralidade de Campos, em relação ao Clipa, de forma intuitiva. Falava isso sem conhecimento concreto. Até que seu filho mais novo foi fazer um estágio na Wärtsilä e tomou contato com a realidade dos funcionários dessa empresa finlandesa situada na retroárea do Clipa. Segundo ele, o diretor geral é finlandês, mas haveria ainda dois holandeses, três italianos, uma portuguesa, dois espanhóis, um indiano entre outros. Todos moradores de Campos. Eles optaram por uma cidade com porte, com estrutura urbana e de serviços muito melhor que São João da Barra. Eles preferem se deslocar que submeter a família a esse tipo de exílio. Campos dispõe de uma série de serviços: supermercado; escola; saúde; estética; cinema e diversão; restaurantes etc. Para além disso, falta a SJB: infraestrutura de serviços e mão de obra, sobretudo qualificada para os empreendimentos do porto. Virtudes que só se encontram em Campos e Macaé, em se tratando do norte fluminense.

¹⁷² Empresa metalúrgica alemã, fornecedora do setor de petróleo *offshore*, que se instalou no Distrito Industrial de Campos, mediante o financiamento do Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam) criado pela PMCG com o objetivo de diversificar a economia de Campos.

¹⁷³ A expressão *downstream* é utilizada na indústria do petróleo para identificar a parte da cadeia produtiva dedicada ao refino do óleo bruto e produção de derivados. As atividades de exploração, desenvolvimento, produção e transporte para beneficiamento constituem a parcela denominada *upstream*.

Sem falar na questão do acesso, São João da Barra é “fim de linha”, a distância até Barra do Açu é a mesma dessa localidade a Campos. Quem vai trabalhar no Açu prefere voltar para Campos. José Puglia acredita que o porto seja um processo irreversível. Não existe possibilidade dele não se desenvolver mais. Ele terá sua estrutura desenvolvida e utilizada de forma crescente e agregará serviços satélites no seu entorno. Ele fala sobre a Edison Chouest Offshore (ECO). Junto com Luiz Concebida, quando compunham o secretariado do prefeito Carlos Alberto Campista, pensaram em fazer um terminal pesqueiro em Barra do Furado, por conta das dificuldades e impactos ambientais da pesca em Farol de São Tomé. Luiz Concebida mostrou o projeto a Paulo Haddad, que na época tinha negócios com essa empresa e o Estaleiro Mauá, e este levou o projeto à ECO. Eles se interessaram pela proposta, visitaram Barra do Furado e levaram o prefeito Campista, Luiz Concebida e o próprio José Puglia para conhecer uma base da ECO nos EUA. Lá eles viram que por trás do terminal e suprimentos *offshore*, há uma estrutura imensa de apoio às atividades do terminal. É o que prevê que acontecerá com o Porto do Açu. A ECO vai para o Porto do Açu, ela desistiu de Barra do Furado, na sua opinião, porque não confia no que está sendo feito lá. No ano de 2005 a prefeitura ia recuperar o enrocamento existente ali e o restante seria de iniciativa privada. A ECO investiria para criar o canal de navegação, esse era o interesse deles. Realizou-se um estudo, ia ser feito em Barra do Furado a mesma coisa que a ECO tem na Luisiana no Golfo do México – EUA, porém o Ministério Público entrou com uma ação contra a Prefeitura, alegando que haveria muito investimento para jogar pedra no mar. O projeto então perdeu a oportunidade. Foi então que veio a possibilidade da ECO instalar seu terminal no Porto do Açu. José Puglia acredita que a partir do momento em que o Brasil for vencendo a crise política e econômica, o Porto do Açu irá deslanchar. Por isso que é preocupante Campos não ter um planejamento urbano de desenvolvimento para a cidade, para todas essas áreas em seu entorno e também para as suas relações com os fluxos regionais.

O presidente do Conselho da Firjan-NF, Fernando Aguiar, vaticina: esse deslocamento da economia do petróleo para o Açu é inevitável. O Clipa é um projeto que vai ter longo tempo de maturação. Virá a ferrovia (EF-118) e o acesso à BR 101. Ainda há muita coisa para acontecer. A infraestrutura nacional é muito ruim, sobretudo na nossa região. A gente precisa investir nisso, o governo precisa olhar para essa questão¹⁷⁴. Nossa produtividade é baixa. Fala-se que na Alemanha o trabalhador produz seis vezes mais que o Brasil. Não é que o brasileiro seja ruim, um alemão aqui produzirá seis vezes menos. Lá a logística é precisa e ágil; a energia

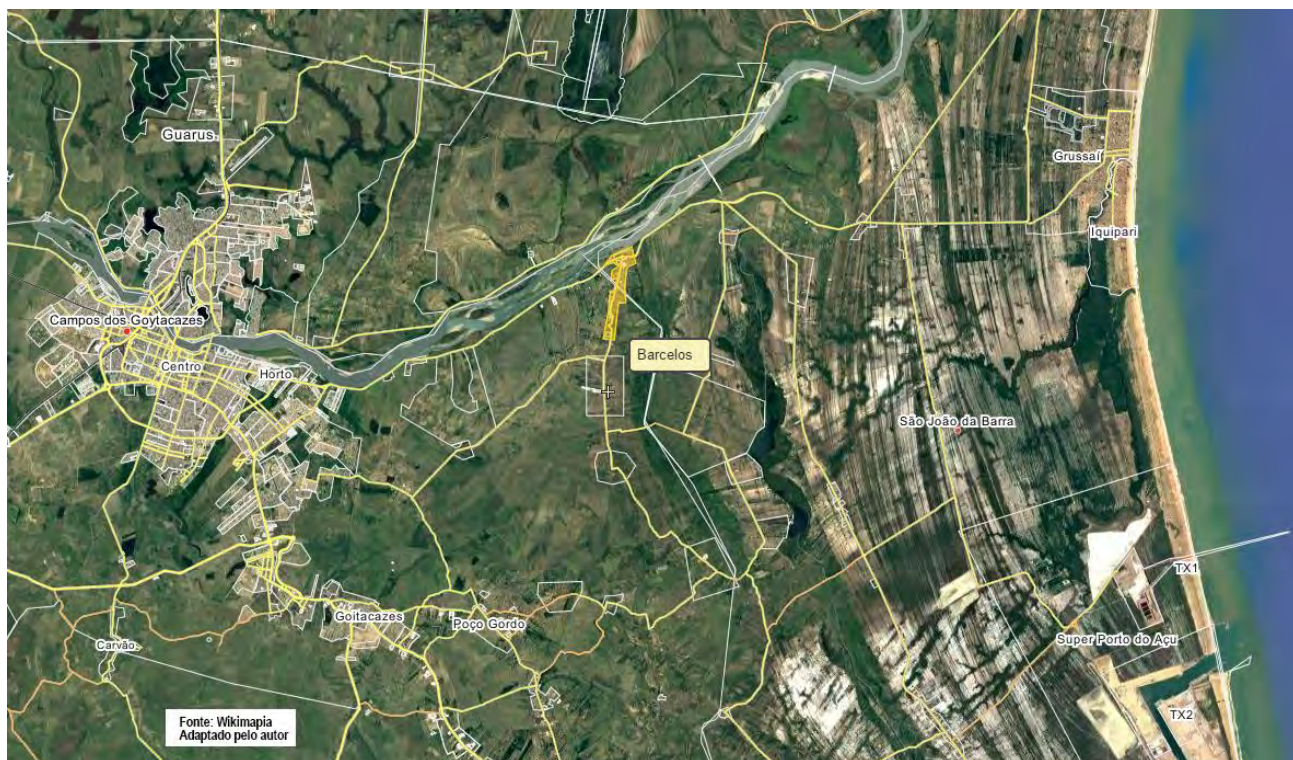
¹⁷⁴ A Firjan reivindicando as Condições Gerais de Produção (LENCIONI, 2007).

não oscila; há o acesso à tecnologia. Nós estamos numa dificuldade grande. O Açú será um atrativo na região, em particular para a economia do petróleo. A estrutura que haverá no Açú atrairá para a região um contingente de pessoas que até saíam daqui para Macaé. Macaé continuará com alguma estrutura¹⁷⁵. Não sabemos o que vai acontecer, mas a tendência de que a economia global se dará pelo mar é fato. As grandes companhias estão contratando navios cada vez maiores. Grande parte do comércio global será pelo mar. O Porto de Santos não tem mais lugar, já está com problemas de dragagem. O Porto do Rio está saturado. O novo porto do Brasil vai ser o Clipa, que tem retroárea para crescer, tem área de armazenamento. O crescimento da infraestrutura do porto criará um deslocamento no nosso sentido. Campos será o polo. São João da Barra vai receber um incremento de receita tributária. O ISS vai para a PMSJB. Tomara que não deixem passar um momento como esse. Investir na sua infraestrutura, organizar a ocupação do solo, preservar o que tem de patrimônio, integrar o Açú com a sede. A região tem que crescer como um todo. Não adianta um município só crescer.

Com relação ao triângulo Campos-São João da Barra-Macaé, o gerente da Firjan-NF, Luiz Concebida, faz coro com Roberto Pessanha e Fernando Aguiar. Ele se lembra que ao ser questionado por estar construindo um complexo daquele porte onde não haveria ninguém, Eike Batista teria dito: “você estão enganados, eu estou construindo esse empreendimento ao lado de Campos”. Não foi diferente com o petróleo em Macaé. Até Macaé se preparar foi Campos que supriu a indústria do petróleo, sobretudo de mão de obra. São João da Barra deveria ter deslocado a sede para Barcelos (Figura 46).

Figura 46 – Localização de Barcelos.

¹⁷⁵ Intrigados com essa informação fizemos contato por e-mail com o engenheiro José Renato Fernandes Marins, Diretor Comercial da empresa texana FMC Technologies, atuante no ramo *offshore subsea*, que possui uma planta de porte significativo em Macaé. Essa empresa está em processo de fusão com a francesa Technip. A nova empresa opera desde janeiro de 2017 sob a bandeira TechnipFMC. O engenheiro José Marins é vice-presidente senior dessa nova corporação. Quando a fusão ainda se encontrava em negociação, perguntamos a ele como ocorreria o processo de transferência da planta de Macaé para o Porto do Açú e recebemos a seguinte resposta por e-mail: “Transferir tudo que temos em Macaé para o Açú é muito caro e complexo. No momento faz sentido termos um posto avançado no Açú e, talvez, parar de investir em aumento de instalações em Macaé e ir fortalecendo a posição no Açú, até fazer sentido juntar tudo lá. Pode-se dizer que existem realmente boas chances de termos um polo industrial e de serviços que fará sentido para as empresas se posicionarem por lá. A Prefeitura de Macaé já percebeu o movimento e tenta viabilizar uma parceria público privada com a Queiroz Galvão para a construção de um porto na Barra de Macaé [Terminal Portuário de Macaé (Terpor)], quase em frente à FMC. O projeto esfriou com a crise, mas é algo que deve voltar à mesa assim que o mercado melhorar.” (MARINS, 2016).



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Enquanto o Clipa for equidistante de Campos e São João da Barra, o porto terá pendularidade mais densa com Campos. A Firjan fez um estudo, patrocinado pela Petrobras, visando o desenvolvimento do Norte e Noroeste, que identifica que essa região não pode continuar excluindo alguns municípios. A Firjan tem como objetivo criar um fórum de secretários de desenvolvimento dos municípios da região. Uma das principais virtudes de Campos é a sua infraestrutura, no que obste os nossos questionamentos. Ele elenca: suprimento de energia (Furnas); tratamento de resíduos sólidos urbanos (o aterro sanitário da Vital Engenharia em Campos); água e esgoto (diz que Campos se posiciona no ranking como a 50ª cidade do país em se tratando de saneamento); a BR-101 e o seu novo contorno (previsto para ficar pronto em 2020); a ferrovia Vitória-Rio (EF-118) que virá, pelo menos, de Vila Velha até o Açú – ele defende o modelo que passa previamente por um crivo do TCU que evita entraves, que está sendo utilizado nesse projeto. Teremos mais coisas passando por São Fidélis, uma estrutura viária que tire o fluxo de carga do centro. São Francisco do Itabapoana se conectará com a BR-393, que liga com Volta redonda.

Luiz Concebida considera factível a afinidade entre os Caquis. São Francisco de Itabapoana deslançará depois que a ponte da Integração ficar pronta. O fluxo de pessoas que vai para esse município é muito intenso. Pessoas que lá constroem casas, que melhoram as casas que têm. São Francisco de Itabapoana talvez receba mais população de 2ª residência que

Atafona e Grussaí juntos e não está preparado para isso. A ponte estadual pode induzir muito dinamismo neste município. Ele vê Quissamã com ceticismo se não for implementado o terminal portuário de Barra do Furado, que entende que deveria ser em parceria público privada. Campos e Quissamã, sobretudo a segunda, perderão muito sem esse projeto. Ele avalia que esse terminal portuário pode contribuir até com Macaé, já que considera difícil o licenciamento do Terminal Portuário de Macaé (Terpor)¹⁷⁶. Quissamã tem projetos muito baseados na economia dos royalties e isso gerou uma fragilidade diante da dependência do petrorrentismo. Defende uma regionalidade mais ampla, mas acredita que o fulcro da microrregião de Campos seja mesmo o território dos Caquis. Macaé está sendo enxugada e isso é bom, seu ritmo era muito impactante. As plantas de distribuição de gás dinamizarão a cidade. Campos e Macaé já são dois grandes fornecedores do Açú. Macaé também percebeu que o Clipa fortalece as suas posições. Muita coisa que irá de lá para o Açú poderia ir para mais longe. A Petrobras e a indústria do Petróleo em Macaé não deverão voltar a ter o gigantismo passado recente.

O economista Ranulfo Ribeiro chama o conjunto dos municípios que vai de Rio das Ostras até São Francisco de Itabapoana de Grande Região do Petróleo. Segundo ele, hoje há três centralidades econômicas significativas no norte fluminense. A mais forte é Macaé. O valor adicionado fiscal, que é uma variável *proxy* do PIB, identificado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, em 2014, mostra que 50% dele é de Macaé. A segunda economia é Campos com 30% e a terceira economia já é São João da Barra, numa centralidade crescente. A quarta economia é a de Quissamã. São Francisco de Itabapoana não se beneficia das externalidades existentes por falta de macroplanejamento¹⁷⁷. Quando a Ponte da Integração ficar pronta é que esse município se beneficiará dessa vizinhança. Campos é o centro da excelência, ela entra com a estrutura de produção e conhecimento e saber.

Na visão da professora Teresa Faria, a Região Norte Fluminense tem seu desenvolvimento desigual e concentrado em dois polos centrais. Macaé, onde se encontram as indústrias, as empresas ligadas à atividade petrolífera. Campos se consolidou mesmo com comércio e serviços. Há vários estudos mostrando como um polo universitário e com uma

¹⁷⁶ O licenciamento desse terminal portuário já vem sendo tentado há algum tempo em Macaé, porém ele se confronta seriamente com a legislação federal que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O porto projetado nesse local prevê navegação nas águas litorâneas do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, uma unidade de conservação de 15 mil ha pródiga em lagoas, fauna e flora de restinga. Já há algumas decisões da Justiça Federal impedindo o licenciamento desse porto em função disso, a pedido do Ministério Público Federal. Há também nesse município e arrabaldes uma militância ambientalista muito mobilizada.

¹⁷⁷ A professora Denise Terra chama de governança supralocal.

estrutura muito superior às das cidades vizinhas. Tanto é que o mercado imobiliário explodiu. Na Pelinca¹⁷⁸ (Figura 47) há ruas, que com o PDP de 2008, mudaram o perfil de ocupação residencial para comercial buscando atender essas novas demandas. Estão transformando o bairro em função dessas especulações.

Figura 47 – Localização do Parque Av. Pelinca.



Fontes: CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2013 (PMCG/Cidac); Wikimapia, modificados pelo autor

Esperava-se que São João da Barra também tivesse algo assim. Havia a proposta de se construir a Cidade X¹⁷⁹, há pessoas que gostam de estar perto da praia. Na verdade, Campos, por conta dessa estrutura prévia que concentra, acabou roubando a cena. Campos sempre se

¹⁷⁸ Localizado no chamado Quadrilátero de Ouro (Figura 3.7) de Campos, esse bairro concentra a verticalização da cidade e o metro quadrado de construção mais valorizado.

¹⁷⁹ Um dos projetos de Eike Batista, de apoio ao Clipa, era construção de um grande complexo imobiliário, inicialmente denominado Cidade X, projetado por Jaime Lerner e que previa assentar até 50 mil pessoas.

beneficia de movimentos próximos por ter essa concentração estrutural. Foi assim com o petróleo. Apesar da base ser implantada em Macaé, Campos atendeu às demandas de mão de obra, comércio e serviços até Macaé se estruturar melhor. Ocorre o mesmo fenômeno agora com o Porto do Açu em São João da Barra. Isso sempre provoca um surto na endemia imobiliária urbana de Campos. Não fica com o ISS, mas fica com o IPTU. Se instalam aqui hotéis, shoppings, mas tudo em função de lá. Já que não é o polo industrial, que seja o polo de serviços¹⁸⁰. É assim que Campos se apresenta. Então tem todo esse movimento na região que Campos concentra. Os trabalhadores, que vão, que vêm, estão lá no Porto e vêm morar aqui. Os campistas que trabalham em Macaé e vêm morar aqui. Muitos profissionais liberais foram também se instalar em Macaé. Dentistas, médicos, advogados etc. No momento, Teresa Faria está estudando esse tema. A cidade média como cidade intermediária, que tem um papel importante. Campos, por exemplo com São João da Barra. Um pequeno município que ganha centralidade, contudo não tem uma infraestrutura para receber tudo que está chegando. Campos, então, vem fazer esse suporte intermediário. Mais do que uma cidade média, em termos de função, cada vez mais ela se coloca como essa cidade intermediária. Faz esse elo com Macaé e até mesmo com o Rio de Janeiro, com os grandes centros, fazendo esse papel para o interior. Mediando e conferindo as condições para que essas coisas se realizem. Viabilizando esses investimentos e empreendimentos, finaliza Teresa Faria.

O assessor jurídico da PMCG, Alexis Sardinha, acredita que historicamente Campos tenha vocação de cidade Estado, a extensão territorial gigantesca, as classes dirigentes escravocratas, a centralidade histórica gerando inovações (o pioneirismo da luz elétrica). Isso tudo levou a uma perspectiva de bolha, de isolamento e autossuficiência. O parque universitário e a formação de técnicos de nível médio, sobretudo para Macaé, talvez seja o grande fator de polo de pendularidade. O cargo comissionado, o contratado, o vereador e o cabo eleitoral potencializam o patrimonialismo. A saúde gera bons empregos aqui, mas o estudante da área tecnológica tem como objetivo Macaé. Acredita que só indústrias criariam uma centralidade que permitiria a Campos polarizar um processo de metropolização indiscutível. Vê no porto uma iniciativa incipiente. Lamenta a falta de relação cooperativa de Campos com outros municípios, da competitividade que se dá, até mesmo, às vezes, com o Rio. A professora Denise Terra relativiza essa liderança regional de Campos. Fala da centralidade desse município em

¹⁸⁰ Essa condição e polarização concentrada em um ou dois municípios é resultado de uma visão de planejamento centralizado no município, produto da nossa cultura municipalista. Sob uma visão mais regional as localizações seriam distribuídas em mais municípios e a centralidade seria mais regional, enfocando a rede local de cidades.

função de ser um polo de oferta de serviços de saúde, educação; serviços em geral; além do comércio – ainda que Macaé tenha passado a oferecer esse tipo de atratividade. Adverte que a microrregião de Macaé ultrapassou Campos em número de empregos formais entre 2000 e 2010 (Relação Anual de informações Sociais Rais/MTb). Apesar da capilaridade do IFF e o surgimento de universidades em outros centros próximos [Cabo Frio, Macaé, Rio das Ostras, Itaperuna e até Cachoeiro do Itapemirim] que reduziu sua centralidade, Campos ainda possui credenciais para polarizar os Caquis. A urbanista Silvana Castro percebe o aumento dessa relação entre esses municípios, mas não sabe se Campos está preparada para exercer esse papel de polo e cita, a título de exemplo, a nossa dificuldade crescente de mobilidade.

O urbanista José Pereira acredita que Campos se destaca pela oferta de serviços e a fragilidade dos municípios vizinhos. A título de exemplo ele recorre a uma notícia do dia anterior de um acidente, com um motociclista no centro de São João da Barra, que teve que ser removido para Campos pela necessidade de atendimento numa rede hospitalar mais complexa. Lembra que a maternidade que havia nesse município fechou. Segundo o professor e ambientalista Paulo Heméritas, há potencialidades nesses municípios, contudo há também deficiências. Muitas vezes lacunas enormes a serem preenchidas. São João da Barra, por exemplo, vem enfrentando uma crise de abastecimento de água e continua sem uma rede de saúde condizente com o tamanho do seu porto. A precariedade da energia elétrica nesse município também é gritante, a qualidade das infovias é outro gargalo. Isso gera insegurança para as pessoas que pretendem residir lá. Enquanto em Campos, o saneamento básico e ambiental se encontra relativamente bem resolvido. É uma outra concessionária de água e esgoto que não estaria nesse município não fosse ele uma cidade média. Campos, talvez ofereça um clima de maior estabilidade para as pessoas que estão vindo trabalhar no Porto do Açu. Por outro lado, São João da Barra tem uma parte turística já consolidada, com vários atrativos. O objetivo de se definir um município polo seria justamente esse: ter, num espaço regional pequeno e restrito, uma série de virtudes e deficiências sendo corrigidas em regime de cooperação e trocas entre os municípios. Paulo Heméritas vislumbra que essa talvez seja a forma de realização do sonho ufanista, acalentado no passado, de se tornar essa região completamente independente da atual metrópole fluminense.

O arquiteto Renato Siqueira acredita que Campos será um vetor de aglutinação e polarização de fluxos nos Caquis. É a cidade com melhores condições de conexão de comércio e serviços, além de um bom posicionamento geográfico para atrair essas pessoas. São João da Barra tem uma infraestrutura urbana muito precária e não tem condições de se adaptar a esses movimentos nem no médio prazo. São Francisco de Itabapoana talvez seja a cidade com a

maior precariedade de infraestrutura. A sua emancipação merece até um estudo cuidadoso, mesmo porque ela se deu a partir da rejeição por parte da sede. Apesar dessa dificuldade estrutural, São Francisco tem uma força grande no setor primário; riqueza de recursos naturais; uma agricultura de relativo dinamismo principalmente com o abacaxi, a mandioca e o maracujá; a exploração de monazita pelo Indústrias Nucleares do Brasil S/A-INB; o parque eólico que se implantou lá, embora não seja de grande capacidade¹⁸¹ de geração é um piloto que aponta uma vocação e uma das três usinas de cana-de-açúcar remanescentes na região está localizada em São Francisco.

O arquiteto Octávio Fernandes afirma que essa condição de polo de Campos já se previa nas audiências públicas de licenciamento dos diversos empreendimentos do Clipa. Quem vem trabalhar nesse porto avalia as opções e se tiver família acaba decidindo por morar em Campos. A oferta de comércio e serviços, nessa cidade, é muito superior em quantidade e qualidade, comparadas a qualquer um dos outros Caquis. Além disso as empresas preferem alugar casas próximas ao trevo que conecta Campos a São João da Barra, a conviver com a falta de opções de alojamento sanjoanense. Os grandes alojamentos industriais trazem sempre conflitos e incidentes ligados à carência de lazer para os trabalhadores solteiros. Senão vejamos o caso relatado pelo professor Paulo Heméritas, ocorrido em Mato Escuro, localidade próxima ao porto. Três prostitutas alugaram uma residência para exercer sua atividade. Como a demanda era maior que a capacidade de atendimento delas, houve acúmulo de homens, nas cercanias do imóvel, e isso acabou ferindo suscetibilidades na localidade, ainda que tudo ocorresse distante da zona urbana. O aumento de DSTs, sem as devidas melhorias na rede de saúde pública de São João da Barra, e conflitos em estabelecimentos onde há comercialização de bebidas alcoólicas, mediante a pequena estrutura da segurança pública local, também são exemplos de situações que, mesmo em se tratando de trabalhadores solteiros, que demandam menos serviços e amenidades, fazem as empresas optarem pelo alojamento em Campos. Octávio Fernandes nos fala de um caso onde havia mais de 15 pessoas alojadas numa residência no bairro do Horto, bem perto da saída de Campos em direção ao Clipa.

O jornalista e assessor de imprensa do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), Vítor Gomes, ressalva que, mesmo não havendo muita informação objetiva quanto a isso, quem mora em Campos acaba convivendo com muita gente que sabemos que

¹⁸¹ A usina de geração de energia eólica instalada em São Francisco de Itabapoana, com financiamento do BNDES, pertence à empresa Gargaú Energética S/A (Gesa). Com suas 17 torres de 80 metros de altura, tem capacidade de produção de 28MW, o equivalente a uma pequena central hidrelétrica (PCH) – que pode chegar a 30 MW de potência. Sua produção pode suprir uma cidade de 80 mil habitantes, ou seja, o dobro da população de São Francisco de Itabapoana.

trabalha no Porto do Açú. No nosso condomínio surgem pessoas falando outros idiomas, o que até bem pouco tempo não era comum. Embora isso seja uma experiência do senso comum, é perceptível que uma cosmopolitização está acontecendo e que, apesar do centro atrator dessas pessoas seja o Clipa, elas têm buscado Campos para morar.

O professor Luciano Carneiro observa que portos são cada vez mais fundamentais na vida das nações e não será diferente com o Porto do Açú. Esse transporte pesado de cargas, na mão de alguns conglomerados, é muito determinante de políticas econômicas. Isso não vai ser diferente aqui. Esses fluxos e o Clipa vão se constituir num atrativo importante. Vai ser uma mola mesmo – resta saber se do bom ou do mau desenvolvimento. Independentemente do ponto de vista de quem mora aqui estar recebendo um estrangeiro que traz desconforto, mas se o estrangeiro veio, precisamos pensar como cuidar dessa cidade com essa presença. Isso vai acontecer, Campos que vai atrair boa parte desses novos habitantes. Isso seria a questão mais importante. Por outro lado, o nosso município está muito pobre dessa conversa, dessa discussão.

3.6 Políticas de vizinhança – quando o local se torna a região

A regionalização e a governança intermunicipal carecem de mecanismos permanentes, facilitadores e indutores de desenvolvimento

D. Roberto Paz

A questão – Você entende que haja a necessidade de algum tipo de legislação municipal que comece a dar conta de questões intermunicipais, sobretudo depois da implantação do Porto do Açú e da atração da economia do petróleo em direção a Campos?

O momento atual do Sistema Mundo Moderno aponta um horizonte de Estado mínimo. O Brasil influenciado pela busca da recomposição da acumulação por parte das classes dominantes (HARVEY, 2013) caminha para o abandono do seu incipiente Estado de bem-estar na mais fiel versão, até então, do Consenso de Washington. Apesar deste cenário nada animador, não deixamos de ter como utopia o planejamento de longo prazo, sobretudo regional, num espaço cuja cidade polo sempre concentrou os meios e a riqueza. Assim sendo, nadando contra todas essas correntes, colocamos em debate a possibilidade de se pensar a região no longo prazo.

O professor José da Cruz argumenta que o Estatuto da Cidade é um norte para orientar a questão da ocupação do solo, da integração interna da cidade, do acesso da população, do direito à cidade, de garantia de uma cidade para todos, mas exatamente ao se identificar os Caquis, já está se dando um nome a uma rede de relações intra-regionais e interurbanas. Essa malha forma um espaço urbano-regional, que é impossível de ser tratado com limites municipais. De qualquer ponto de vista que se olhe e em qualquer análise setorial que se faça. Ao analisar o abastecimento de água; o abastecimento de energia; das vias – sejam terrestres, aéreas ou aquáticas; o transporte coletivo e a mobilidade, com essa pendularidade, depreendemos que estas questões serão absolutamente estratégicas. Não há como ignorar essa pendularidade nem negar uma oferta racional desses meios para que seja algo extremamente saudável, positivo e de bem-estar. Fica uma sensação de que viver essa regionalidade, sem um mínimo de gestão regional, submeter-se-á a população a um sacrifício extremo. A questão ambiental, na visão de saneamento numa dimensão muito mais ampla, é indissociável nesse espaço regional. Afinal, os impactos, ainda mais nessa construção territorial, representam nos Caquis, relações que vão do Pré-Sal diretamente. Fixos e fluxos que vão da exploração do petróleo ao Porto do Açu. Esse conjunto de atividades, ainda que isolados, ou mesmo aprofundados em sinergia, produzirão impactos nesse território, indiferenciadamente. Haverá desequilíbrios de externalidades que demandarão soluções ponderadas por meio de políticas supralocais. Alguns fenômenos, inclusive, não respeitarão limites. Muitos fluxos atingirão mais de um município simultaneamente. Para José da Cruz, essa talvez seja a grande percepção que terá que acontecer na região. É preciso compreender a absoluta inviabilidade no tratamento dos problemas urbanos dentro dos limites dos municípios e fora da abrangência dos impactos desses grandes investimentos. Há que se buscar o espírito do Estatuto da Cidade e, particularmente, o Estatuto da Metrópole numa perspectiva de políticas de âmbito regional, em particular, a partir dos impactos desses investimentos. Porque, hoje, eles é que vão definir a dinâmica desses impactos.

A professora Teresa Faria pondera: veja quantas implicações tem no território, no uso dos espaços da cidade que se expande. Campos como favorecida também se apresenta favorável pela sua própria estrutura físico-geográfica nessa planície, além dessa urbanização difusa. Realmente, é necessário se pensar uma organização intermunicipal. Surgem questões que demandam governança supralocal. Como é o caso dos comitês de Bacias quando essas ultrapassam limites. Estamos agora necessitando viabilizar a gestão simultânea de vários municípios, há que se pensar numa gestão intermunicipal ou seria supramunicipal? Porque estaria acima dos municípios. Seria inter e supra. Imagina como afeta os municípios aqui.

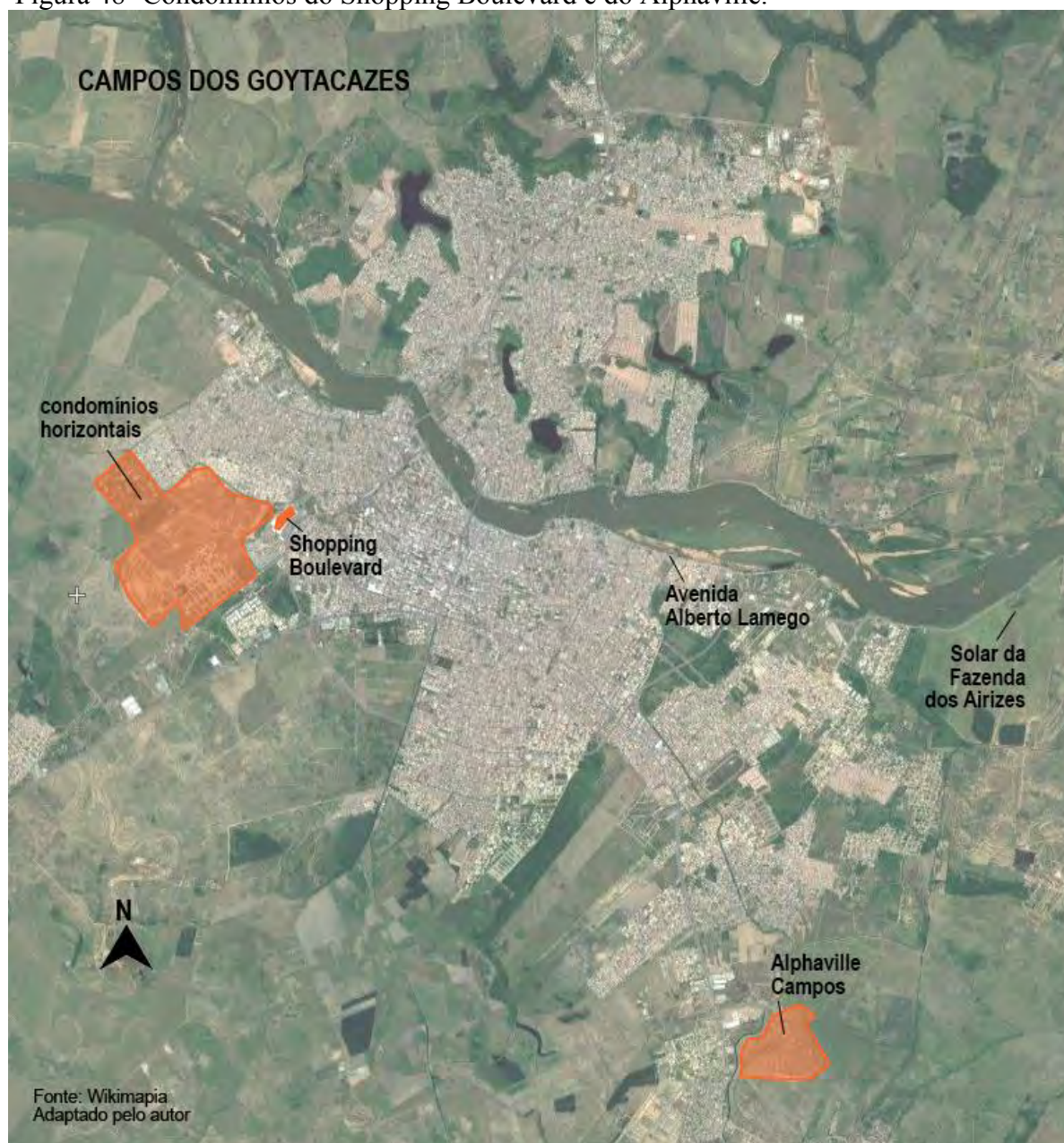
Deveria se pensar numa outra dimensão. Quando da elaboração do PDP de 2008 já se pensava nisso, mas foi muito *en passant*. Agora está mais concreto. Então tem que ter realmente uma outra organização. O arquiteto e professor José Puglia considera importante que se faça um estudo buscando adequar as legislações existentes, sobretudo do Plano Diretor, com a perspectiva de uma interação maior entre os municípios. Existem limites entre os municípios, mas essa interação não vai reconhecer esses limites. Ela vai ser muito mais ampla e vai gerar situações e necessidades que vão ultrapassar a questão das fronteiras municipais. Há que se pensar essa área como um todo e não como municípios isolados. Quando esse processo estiver mais avançado, esses limites serão mais tênues, mais abstratos. Porque a realidade ultrapassará qualquer tentativa de exercício de poder no território. É claro que toda essa problemática requer um estudo, há que ter um acompanhamento. Por isso que o PDP de 2008 de Campos não pode esperar tanto tempo mais para ser revisto. Plano Diretor deveria ser revisto bienalmente. A dinâmica atual é muito grande e a legislação urbana não tem tempo de se materializar. Há dispositivos que são superados em um ou dois anos. Há outros que levarão cinco ou 10 anos. Esse plano precisa ser aprimorado.

O arquiteto e urbanista Renato Siqueira, concorda que é necessário se pensar políticas públicas de interação e integração entre os municípios da região, porque em algum momento eles irão se tocar. Há em Campos uma quantidade considerável de condomínios residenciais sendo construídos no eixo com São João da Barra, em especial o Açú. Esse processo deve se intensificar na medida em que for concluída a Ponte da Integração¹⁸². Isso provocará um movimento pendular de relativa densidade visando o 5º distrito de São João da Barra e a Baixada Campista. São Francisco de Itabapoana se integrará mais a esse espaço com essa ponte. Já há uma fonte de conflitos em Barcelos no que tange à responsabilidade das políticas públicas e à identidade da cidadania – já que vários que moram ali votam em Campos. Por outro lado, de nada adianta revisar a legislação se não houver uma efetivação dos seus instrumentos de gestão. Se for feita uma avaliação do PDP de Campos de 2008, veremos que nem 30% desse plano foi implementado. Se essa atualização e revisão for efetuada de uma forma racional, nós não teremos problemas de conurbação e sim soluções quando da sua ocorrência. O corretor de imóveis Pedro Ribeiro confirma, em parte, essa informação de Renato Siqueira. Segundo ele, o crescimento urbano de Campos se situará da Avenida Alberto Lamego em direção a São João da Barra. A tendência de crescimento de Campos será neste vetor. Embora hoje esteja crescendo

¹⁸² Ponte sobre o Rio Paraíba do Sul que ligaria São João da Barra a São Francisco de Itabapoana, conectando o município do extremo norte fluminense na BR-356 exatamente no trevo de acesso ao Porto do Açú.

no Sudoeste, isso aconteceu devido, principalmente, a dificuldades impostas pelo proprietário da Fazenda Airizes. A tendência é a região do Alphaville Campos se desenvolver muito. Isso acontecerá em função do crescimento do Clipa. A maioria escolherá se instalar a 40 km do Porto e a 5 km da cidade de Campos. Não tem trânsito denso e o acesso à estrada é imediato. Não precisa atravessar toda malha urbana de Campos. Esse é um problema dos condomínios do entorno do Shopping Boulevard, com relação ao Porto do Açú (Figura 48).

Figura 48- Condomínios do Shopping Boulevard e do Alphaville.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O professor Roberto Pessanha volta a citar os consórcios intermunicipais defendidos pelo sociólogo Vicente Trevas (2012; CHERUBINE; TREVAS, 2013). Ele diz que há uma

tendência que os municípios entrem em processo de competição e não de cooperação, no que tange a atração de investimentos. Junte-se a isso as injunções que Anthony Garotinho vem fazendo na política, nos outros municípios, tentando eleger o prefeito visando o domínio político da região. A Ompetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo) que seria a única instituição com uma configuração regional, não consegue sair do padrão de convescote, isto é, as reuniões não passam de coquetéis em que só se tratam de amenidades. Fala que Dr. Aluizio na condição de presidente dessa organização, que seria associativista, tomou medidas, no campo das finanças públicas¹⁸³, que alimentaram a guerra fiscal. Acredita ainda que a demanda por um arcabouço legal só surgirá quando houver o consenso pleno sobre a necessidade de alguma ação. O professor Nelson Pimentel enaltece a necessidade da atuação das cidades em rede e da problemática do SUS em sua vertente intermunicipal. Considera, entretanto, muito complicada a formação de lideranças que pensem a região, além de muito difícil a gestão desse processo. Na melhor das avaliações, a nossa política é de competição e valoriza o astuto, quem cumpre acordo político quase sempre se arrepende.

O professor Paulo Heméritas nos adverte que ao analisar o relacionamento entre as prefeituras, pode-se ver uma questão pouco discutida, porém bastante conflituosa em relação ao Porto do Açu. A sua localização se deu numa região de pouco interesse político, quase nenhum interesse social e de investimento econômico pífio. Até mesmo os limites territoriais dos municípios de São João da Barra e Campos não são claros até hoje. Essa questão ganhou um interesse súbito e essa delimitação geográfica, por incrível que pareça, está lançando mão dos livros históricos para ser resolvida. Este exemplo mostra o quanto se tem a caminhar nessa nova regionalidade. Uma secretaria especial ou uma agenda, entre esses municípios, para resolver determinados conflitos existentes entre eles parece urgente. Poderia também haver uma agenda comum aos municípios, em se considerando aspectos fiscais tributários. São João da Barra hoje tem o seu ISS fixado em 5%. Se algum desses municípios, oportunamente, oferecer 1%, por exemplo, obviamente muitos prestadores de serviço vão ter sede em Campos, Quissamã ou São Francisco do Itabapoana. Estaria então instalada uma guerra fiscal de natureza fratricida. Ainda há questões candentes como a gestão dos convênios para disposição final de lixo e de atendimento no SUS. A professora Denise Terra considera que as maiores necessidades seriam: mobilidade, pendularidade, logística, saneamento, SUS (que já trabalha em consórcio

¹⁸³ Roberto Pessanha nos alerta para o fato que Dr. Aluizio, prefeito de Macaé, presidente da Ompetro, associação que deveria zelar pela cooperação fraternal entre os seus coirmãos, declara guerra fiscal quando solicitou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que baixasse o ICMS, além de baixar as alíquotas de ISS do seu município.

intermunicipal) e recursos hídricos. Ela lembra, ainda, que os resíduos sólidos urbanos de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra são depositados num aterro sanitário operado pela Vital Engenharia em Campos.

O professor Luciano Carneiro acredita que o desenvolvimento das cidades, em particular os Caquis, será em boa parte regionalizado. Entende que é muito difícil pensar o Porto do Açú gerando externalidades em São João da Barra e demandando estrutura só de São João da Barra. Ele se lembra que no ano de 2012 foi a São Fidélis e o prefeito dessa cidade já queria preparar mão de obra considerando esse município uma cidade-dormitório. Fala do seu conhecimento do Vicente Trevas (2012; CHERUBINE; TREVAS, 2013), por conta das articulações em Niterói, quando foi secretário de fazenda em 2002, de quem acabou se tornando amigo, e a sua crença de que os consórcios municipais são instrumentos importantes nesse campo. O procurador da PMCG, Mario Areas Filho, concorda e diz que é preciso lançar mão de políticas municipais que pensem a abrangência regional no entorno do Clipa. Defende o modelo de consórcios com controle social. A área da saúde já faz isso há mais de duas décadas com relativo sucesso. O consórcio normatiza; organiza a divisão de responsabilidades de uma forma justa, colaborativa e simplificada. Na área da saúde funciona bem, o problema do SUS é financiamento. Mario Areas Filho enaltece o consórcio que havia entre São Francisco de Itabapoana, Campos e outros municípios da Região Norte Fluminense, via SUS. Destaca o modelo de consórcio de saúde, polarizado por São José dos Campos, no Médio Paraíba em São Paulo, e observa a vocação do Hospital Ferreira Machado na região de Campos, entretanto reconhece que a gestão local do SUS carece de muitos ajustes. Lembra que um acidente de motocicleta, que é absolutamente corriqueiro e quase sempre muito grave, em São Francisco, só encontra resolutividade no Ferreira Machado em Campos.

O urbanista José Pereira relata o projeto piloto de uma futura região metropolitana no entorno de Campos que ele e o assessor jurídico da Fenorte, Rodrigo Klem, apresentaram ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que facilitaria a gestão das questões intermunicipais (saúde, lixo, mobilidade, cultura etc.). A proposta continha a constituição de um consórcio de instituições que se dispusessem a fundamentar esse projeto piloto de uma futura região metropolitana. Afinal, em janeiro de 2015 foi promulgada a lei das regiões metropolitanas. José Pereira lamenta que nunca tiveram retorno de parte do executivo estadual. Houve, ainda, um contato com Vicente Loureiro, diretor da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que se mostrou receptivo à proposta, entretanto não houve retorno também. Chegaram a procurar deputados da região para ampliar o debate sobre a metropolização local, porém foram mais

iniciativas sem sucesso. Ele diz que essa provocação, feita ao governo do estado, foi uma tentativa de resgate da Fenorte que já agonizava no limbo da ausência de atividades.

O gerente da Firjan, Luiz Concebida, destaca que fazer uma política regional seria talvez o grande papel do Governo do Estado do Rio de Janeiro, mas considera que ainda não é uma prioridade¹⁸⁴. A Firjan está fazendo um trabalho junto dos municípios onde passará a ferrovia EF-118 para evitar problemas futuros entre a ferrovia e as necessidades de crescimento urbano. Um trabalho feito quase que à revelia do governo do estado, segundo ele. O presidente do Conselho da Firjan-NF, Fernando Aguiar, não está convencido se há a necessidade de um arcabouço legal, no entanto reconhece que é preciso integração. A Firjan tem uma proposta de criar um Conselho de Secretários de Desenvolvimento dos Municípios da Região. Prefeito é muito difícil. Os prefeitos têm mais divergências políticas, agendas mais complexas, os secretários poderiam estar mais afinados¹⁸⁵. Conhecendo o que o outro está fazendo, mais integrados. Pensando traçado de rodovias e polos industriais, por exemplo. A região precisa falar para dentro e identificar suas potencialidades. Evitar reivindicações isoladas, buscando contribuir uns com os outros. Pode ser uma utopia porque a gente fala muito isso e nada acontece. Essa integração de secretários seria um exercício de pensar a região integrada. Os problemas vêm individualizados. As demandas da saúde, por exemplo, penalizam mais os municípios maiores. Precisamos planejar a diversidade de oferta de educação profissional. Hoje ao se planejar uma estrada, cada um fala num traçado. Assim é muito difícil integrar a região. O discurso inicial é de integração, mas quando a coisa aperta os gestores se traem e vira um salve-se quem puder. O administrador Roger Coutinho acredita que não seja só um aspecto legal. É uma questão de planejamento integrado mesmo. Campos, por já ter uma estrutura, acaba se constituindo num polo. À medida em que o Porto do Açu for se consolidando e mais

¹⁸⁴ A impressão que se tem é que a política estadual é tratada apenas no seu aspecto eleitoral. Desde que a Constituição de 1988 tornou o município um ente federativo com ganhos fiscais que se deram em detrimento do Estado e da União, o governador passou a utilizar os meios que tem para manter maioria na Alerj e prefeitos subservientes. Qualquer alternativa que resvale para o desenvolvimento regional pode criar nichos de poder e insatisfações que tirem do governador a sua capacidade de manter a fidelidade da sua base política de sustentação.

¹⁸⁵ Talvez essa lavra seja mais complexa do que pareça. Numa conversa informal com um técnico que trabalhou na Ompetro, assessorando a Prefeita Rosinha quando ela foi presidente dessa associação, ele nos confidenciou que na passagem do comando, ao fim do seu mandato à frente da Ompetro, teria recebido ordens expressas do secretário municipal, a quem se encontrava subordinado, de não deixar um projeto sequer nos arquivos da associação. O argumento era que o próximo prefeito presidente que elaborasse seus próprios projetos. Quem sucedeu Rosinha Garotinho, foi o prefeito de Macaé – Dr. Aluizio. O mesmo que, segundo Roberto Pessanha, deflagrou uma recente batalha fiscal. Nesse clima de disputa insana, numa instituição associativista, podemos entender melhor as dificuldades de cooperação intermunicipal quando não há uma necessidade extrema e recursos envolvidos, como é o caso do SUS.

gente vier trabalhar na região, mesmo que algumas pessoas optem por ficar ali, existirá uma demanda imensa por moradias na cidade de Campos.

O jornalista Rodrigo Machado diz que, não obstante seja absolutamente necessário, não parece factível hoje. Principalmente, levando-se em consideração a cepa de políticos e gestores atual. Ele diz ter acompanhado a experiência do Projeto Managé¹⁸⁶. Esse consórcio dos municípios da bacia do Itabapoana, envolvia 3 estados. Ou seja, uma outra configuração que envolve governos estaduais e a União. A experiência, em tese, é interessante. Há a necessidade premente dos Caquis dialogarem e produzirem uma interlocução objetivando criar políticas públicas que possam gerar oportunidades e amenizar impactos em cada um. Evidentemente que Campos é polo e atrairá essa população que vem fixar residência aqui. Contudo Campos também é polo para receber o cidadão que fratura o fêmur em Cardoso Moreira e vem se cuidar no Ferreira Machado. Se tiver um traumatismo em São Francisco de Itabapoana é para Campos que vai. Rodrigo Machado acompanhou diversas reuniões da Ompetro e diz que muitos temas de pauta foi ele quem propôs. Não por sua competência, mas pela pobreza das assessorias e dos prefeitos dos municípios signatários. Ele recorda que o prefeito de Quissamã, Armando Cunha Carneiro da Silva, não possuía a pretensão de ser presidente da Ompetro, que ele só o fez por sua influência. A Ompetro não tinha uma pauta comum e se houvesse só ficava na mesa para discussão, depois se perdia. Infelizmente era assim, os prefeitos pareciam não saber o que faziam ali. Quando eles se reuniam, conversavam e cada um expunha o seu problema particular. Não havia um pensamento regional a busca de soluções conjuntas para problemas comuns e intermunicipais. Nunca houve sequer a proposta de se colocar os técnicos das diversas prefeituras para conversar.

O economista Ranulfo Ribeiro diz que é fundamental. A lei deveria propor uma instância superior centralizadora de planejamento, participativa, colegiada – pactuada. Participativa de verdade. Apesar das demandas, da estrutura de produção de conhecimento, nada ainda foi feito. O arquiteto Octávio Fernandes também considera fundamental que haja um debate e formulação de políticas que regulem a interação dos fluxos na região. Se não houver uma linha nesse sentido questões como lixo, saúde, tributação, mobilidade serão fontes

¹⁸⁶ Esse projeto visava a gestão da Bacia do Rio Itabapoana numa abordagem sustentável. Foi elaborado e gestado pela UFF e contou com o apoio de vários municípios do Estado do Rio, Minas e Espírito Santo. Ele possuía uma vertente bem mais interessante que o Ceivap (Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul), por exemplo, que pensa muito a Bacia do Rio Paraíba do Sul, porém se preocupa menos com a população dos municípios que ele fertiliza. Infelizmente, parece que o projeto perdeu fôlego por falta de apoio dos prefeitos, que esperavam mais ter a receber que investir no desenvolvimento sustentável dos seus município e arrabaldes.

de conflitos entre os municípios. Esse tema não está em pauta hoje. Não estamos pensando as cidades no futuro. Estamos nos consumindo na emergência e na urgência.

O jornalista Vitor Gomes diz que a impressão que se tem é de que os municípios dialogam pouco, não há ações integradas, cada prefeitura olha para si mesma. Sobretudo se forem de partidos que têm interesses distintos. Caso os partidos tenham interesses comuns, eles aparentam cuidar apenas da agenda eleitoral. É raro haver ações que cuidem de demandas regionais. Não há diálogo entre Campos e Macaé nesse plano – o que é um absurdo, dada a enorme interação de fluxos entre elas. As cidades não formam consórcios se não houver uma ingerência de esfera superior. É provável que a realidade acabe forçando a isso, porque o nível de interação, o crescimento dessa densidade e dessa complexidade social que vai se dando, vai começar a exigir respostas comuns, sempre. Nessa hora os governos terão que, forçosamente, a reboque dos fatos, não por antecipação nem por planejamento, fazer frente a isso. Há a Ompetro, por exemplo, mas não é uma agenda regional de fato. É uma iniciativa de lutar contra as ameaças da legislação do petróleo, para não perder arrecadação. Não se vê, realmente, propostas de desenvolvimento integrado, essa região se pensando conjuntamente.

A relação intra-regional dos Caquis ainda que não configure rigorosamente, carrega, em regime subjacente, vários traços de um processo de metropolização¹⁸⁷. Para Sandra Lencioni (2006), o conceito de metrópole é relativo à cidade, enquanto metropolização é um fenômeno característico do espaço. Os caquis têm seus fluxos circulando num espaço regional cuja metropolização é dada, sobretudo, pela pujança da economia do petróleo e pelos fixos consolidados sob a égide da centralidade histórica de Campos.

As primeiras nove regiões metropolitanas (RMs) brasileiras foram criadas pela Lei Complementar nº 14/1973 na ditadura, sob o signo da integração nacional, numa lógica que, em ato contínuo a partir de 1976, viria dar origem ao Programa de Cidades de Porte Médio – Projeto Especial Cidade de Porte Médio (STEINBERGER; BRUNA, 2001). A Constituição de 1988, no seu Artigo 25, § 3º, permite aos estados federativos legislar sobre a criação de regiões metropolitanas. O que se vê, a partir de então, foi um *boom* do número dessas regiões Brasil afora. Em 2010 o IBGE reporta a existência de 36 regiões metropolitanas (BARRETO, 2012), sendo que neste ano de 2107 já teríamos 69. A última foi criada em Sobral-CE, em 27 de dezembro de 2016, e contém 18 municípios (OLIVEIRA, 2017).

¹⁸⁷ Segundo Sandra Lencioni, “O processo de metropolização dos espaços implica, portanto, um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes. Aí é comum a presença de cidades conurbadas bem como a concentração de condições gerais necessárias às particulares condições de reprodução do capital nos dias atuais” (LENCIONI, 2006, p. 48).

Esta fertilidade de RMs tem sido objeto de inúmeros debates entre pesquisadores. Há um consenso da existência de exageros em muitos casos. Enquanto Paraíba (com 12 RMs) e Santa Catarina (com 9 RMs), por exemplo, são pródigos na criação de regiões metropolitanas, o Estado do Rio tem sido parcimonioso neste aspecto. Nossos governantes sequer se permitiram abrir um debate sobre a criação de uma nova região metropolitana sob a influência da economia do petróleo, envolvendo, pelo menos, as mesorregiões das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense. Para além disso, há também a possibilidade de uma outra região metropolitana sob forte influência de fluxos trocados com São Paulo e do setor metalmeccânico na Região Sul Fluminense.

Por outro lado, é necessário considerar alguns aspectos que concorrem para esta pretensa omissão dos governantes:

a acumulação histórica de recursos e meios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) “[...] que faz da metrópole fluminense a mais concentradora de todas as metrópoles brasileiras.” (OLIVEIRA, 2006, p. 79);

a materialidade territorial da economia do petróleo, nos municípios produtores é de uma sutileza tal que mesmo seus habitantes têm dificuldades de identificá-la. As próprias famílias dos trabalhadores das plataformas *offshore* apresentam algumas dificuldades de compreensão das peculiaridades desta atividade. O filho pequeno não consegue entender o pai que desaparece dias e depois ressurgue de forma intensa. Como conviver com um parente cuja presença é integral e que não sai para trabalhar todo dia como a maioria de nós? Qual é o endereço da firma onde ele trabalha? Não há porta de fábrica nem evidência concreta do seu emprego. A empresa é gigantesca, porém não deixa nenhum vestígio na hinterlândia. Sua logística é toda *offshore* e isso não provoca externalidades positivas no município produtor nem estabelece um nexo causal entre os impactos negativos e a atividade. Os fluxos materiais, quando existem, são dutos subterrâneos com pouca consequência visível;

a reestruturação produtiva e os novos meios técnicos informacionais, produziram uma reconcentração decisória, sem precedentes, na metrópole fluminense (OLIVEIRA, 2014) e só fizeram esvaziar ainda mais a já tão fugaz territorialidade da indústria do petróleo no solo dos municípios produtores. Se os portos e a indústria naval já eram na RMRJ não há como estabelecer âncoras que minimizem o caráter *footloose* desta atividade.

Excetuando-se Macaé, que tem arcade praticamente com todos os ônus e bônus de ser sede da Bacia de Campos, os outros municípios apresentam enormes dificuldades de compreender como se dá, concretamente, a manifestação da economia do petróleo na sua

circunscrição. Desta forma, o governo do estado se omite e os prefeitos dos municípios ainda não se encontram preparados para mais este debate.

3.7 Em busca de uma institucionalidade que dê sentido ao espaço regional

O importante é garantir a sinergia e a coordenação do setor público, sociedade civil e mercado, cumulando forças e encaminhando um planejamento regional convergente.

A questão – Qual seria instituição capaz de gerir as necessidades intermunicipais? Fundenor, Fenorte, Ompetro ou outra?

Antes de iniciar a seção, é preciso que se faça um preâmbulo à guisa de esclarecimento. Nesta pergunta é sugerido aos entrevistados três instituições que poderiam ser responsáveis pelo processo de gestão do desenvolvimento regional no norte e noroeste fluminenses. As sugestões não são definitivas, são usadas como balizas no processo de avaliação do desenvolvimento regional recente, além possibilitar a fertilização da memória do depoente na avaliação deste quadro. Fazem parte dessas sugestões três instituições que se destacaram nos últimos 50 anos na tentativa de ensejar, em tese pelo menos, o desenvolvimento integrado nessa região. Temos então por ordem de cronológica de existência:

Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (**Fundenor**) – instituída em janeiro de 1970, é pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Sempre esteve ligada aos usineiros, ruralistas e grandes comerciantes, desenvolvendo projetos que beneficiassem esses segmentos. Possuía ligações estreitas com políticos da antiga Arena e se articulava fortemente com os governos militares na captação de recursos para desenvolver projetos nos seus áureos dias. Com a redemocratização do país e a sua rejeição, por parte dos outros municípios que se sentiam preteridos em favor de Campos nas decisões da Fundenor, ela foi perdendo importância e se transformou numa prestadora de serviços. Foi uma escola de técnicos de desenvolvimento e quartel general da *intelligentsia* conservadora em Campos até o final do Século XX;

Fundação Estadual do Norte Fluminense (**Fenorte**) – inicialmente essa fundação possuía grande importância, uma vez que foi instituída pelo Governo Leonel Brizola em 1992, como

mantenedora da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). No Governo Marcelo Alencar (entre 1995 e 1998) se relacionou estreitamente com a Fundenor, compartilhando cabeças coroadas dos setores conservadores da região. No ano de 2001, porém, com a sanção, pelo governador Anthony Garotinho, da lei que determinou a autonomia dessa universidade, a Fenorte passou a ter como função precípua o fomento do processo de desenvolvimento das regiões norte e noroeste fluminenses. Essa missão, entretanto, nunca foi absorvida pelos Governos do Estado do Rio de Janeiro, de fato. A Fenorte passou, a rigor, a desempenhar um papel menor de realização de projetos políticos eleitorais e de nomeação de cabos eleitorais de políticos ligados ao governador, num jogo fisiológico e arrivista de manutenção do poder. Com a crise fiscal por que passa o Estado do Rio de Janeiro, sob a justificativa de reduzir custos, o governador Luiz Fernando Pezão encaminhou um projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que extinguiu essa fundação e remanejou seus pouco mais de 100 servidores para a Uenf, em março de 2016. É interessante ressaltar, que esse processo de extinção se desdobra durante parte da coleta empírica de dados dessa pesquisa. Chegamos a entrevistar um servidor da Fenorte no dia em que seria votada a sua extinção na Alerj, que acabou sendo adiada. Em parte das entrevistas a Fenorte ainda existia e em outras ela já se encontrava extinta. Nota-se isso, na forma como o depoente fala dessa fundação. Acabamos registrando essa história, ainda que parcialmente, nesta pesquisa;

Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (**Ompetro**) – fundada em janeiro de 2001, essa associação nasce com o objetivo claro de defender as receitas das rendas petrolíferas dos seus fundadores – Armação de Búzios; Cabo Frio; Campos dos Goytacazes; Carapebus; Casimiro de Abreu; Macaé; Rio das Ostras; Quissamã e São João da Barra; além dos ingressos em 2006: Arraial do Cabo e Niterói. Embora o objetivo oficial expresso seja o discurso surrado do desenvolvimento sustentável, a rigor a Ompetro se dedicou à fiscalização do cálculo dos royalties feitos pela ANP e aos *lobbys* em defesa da concentração dessas rendas nesse seleto grupo de produtores. A depender da Ompetro e dos seus signatários, o petróleo do Pré-Sal ainda estaria rendendo royalties, em valores inimagináveis, apenas para municípios e estados considerados produtores.

Feitos esses esclarecimentos podemos passar aos depoimentos dos entrevistados e saber o que eles pensam dessas três instituições, se defendem uma delas ou mesmo outra alternativa na gestão das questões regionais no norte e noroeste fluminenses.

O professor José da Cruz inicia sua contribuição nos alertando para o fato de que esses organismos só apresentam bons resultados se estiverem enraizados na tradição e no processo histórico local-regional. Ou seja, não adianta importar modelos mirabolantes. Não há como

transpor nem replicar nenhum deles. A experiência petista, por exemplo, gerou, no Rio Grande do Sul, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), que são interessantíssimos. Eles possuem orçamento próprio e decidem o orçamento regional. O modelo foi inspirado e decorrente dos orçamentos participativos e dos Conselhos Municipais. Segundo o professor José da Cruz, o Corede é o modelo mais avançado que há no Brasil, porque define um plano de desenvolvimento regional, ações políticas e tem orçamento. Em Santa Catarina há as Secretarias de Desenvolvimento Regional ligadas à Secretaria de Agricultura, em virtude da economia do interior ser muito de carnes e grãos. Esses organismos são apêndices da Secretaria de Agricultura. De qualquer maneira, por iniciativa do governo estadual, o Estado de Santa Catarina foi todo regionalizado e, nessas regiões, existe a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Esse modelo, no entanto, não decide orçamento, embora representantes comunitários apontem prioridades e proponham ações, projetos e políticas. No interior de São Paulo, utilizou-se mais as agências de desenvolvimento como a do ABC, modelo esboçado no Plano Estratégico de Campos (PEC). Uma agência, baseada no desenvolvimento local, um pouco inspirada na Terceira Itália. Em Minas Gerais existem vários modelos e no Nordeste ocorre uma outra cultura de planos ligados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), a programas de desenvolvimento municipal, rural e ao Banco do Nordeste. Isto é, toda uma tradição de projetos de desenvolvimento local, municipal, regional, de desenvolvimento rural etc.

Segundo José da Cruz, nas Regiões Norte e Noroeste fluminenses, não havia cultura nenhuma, tentou-se implantar a Agência de Desenvolvimento¹⁸⁸ que não vingou. Na ausência dessas importações, houve essa história de instituições voltadas para o desenvolvimento regional, das quais a que mais teve ativa e que mais tem história, experiência e cultura é a Fundenor. A Fenorte não vingou, mas em concepção, era a melhor configuração, a mais bem montada. Há também a Ompetro, que foi muito corporativa, de cúpula, muito instrumental, voltada só para defender os royalties, para monitorar o repasse de royalties – mais nada. Com uma pretensão de que o elo entre os municípios era a receita de royalties nem é município produtor no sentido *strictu sensu* – é município que detém *royalties* – que é um elo frágil¹⁸⁹. De

¹⁸⁸ Quando estive à frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho implantou essas agências, porém não havia o interesse de promover o desenvolvimento regional, mas sim a instalação de uma espécie de sensor que monitorasse os prefeitos e cuidasse dos interesses eleitorais do governador. Essas agências, alimentavam, sobretudo com verbas e obras, as regiões do estado tentando cooptar os prefeitos e buscando impedir o surgimento de lideranças que conspirassem contra o Palácio Guanabara.

¹⁸⁹ Nessa fala de José da Cruz, encontra-se implícita uma avaliação precisa e definitiva sobre a tibieza petrorrentista. Por um lado, ele aponta a fugacidade da economia dos royalties, sujeita aos humores, estado de penúria e ambição da Frente Nacional de Prefeitos e do Congresso; combatida pelo eventual preço baixo do

qualquer maneira, existe uma identidade e uma estrutura de representação. José da Cruz relativiza o papel regional da Fundenor. A trajetória dessa fundação foi um dos objetos de sua tese de doutorado no IPPUR/UFRJ. Para ele, na verdade, essa fundação corroborava a história da hegemonia de Campos embalada num discurso regional e que, na verdade, abafava os outros municípios. Por isso o Noroeste, apesar de possuir representação na Fundenor, rompeu com a proposta dando início à sua transformação em Região Noroeste Fluminense no ano de 1987 (TERRA; OLIVEIRA; GIVISIEZ, 2012). Uma das razões era que na gestão dessa fundação ficava claro que a maior parte dos recursos levantados não contemplavam a região e sim Campos. Só Campos usufruía dos recursos canalizados. A Fundenor tem história, contudo é ligada a uma classe dirigente que ainda é predominantemente da atividade agropecuária e alguma coisa do comércio. A Fundenor não logrou aderência de outros segmentos da sociedade. Na última eleição, José da Cruz foi convidado para tomar parte da chapa do Conselho. Ele diz não ter se identificado entre tantos ruralistas. Todos de novo, aquelas mesmas pessoas de sempre. Um presidente que está há 20 anos no cargo. Ele afirma que a Fundenor está presa nesse *looping*, porém considera a fundação um patrimônio fabuloso e que tem um *know-how* considerável. Saindo da cúpula pode-se resgatar toda uma geração de técnicos. Ele, inclusive, trabalhou na Fundenor. Muito mais gente do que se imagina passou por essa escola. A Fenorte enquanto projeção de agência para o futuro que não vingou e nunca chegou a se tornar o que pretendia ser, foi mais atuante e mais presente na elaboração de planos diretores, assessorando prefeituras da região, devido ao emprenho de técnicos como o arquiteto e urbanista José Manoel Siqueira Pereira. A Ompetro carrega consigo o estigma da hegemonia da representação dos prefeitos, embora traga uma iniciativa de associativismo intermunicipal que é uma possibilidade interessante, uma coisa nova nessa região. A Ompetro instrumentalizada, a Fundenor nas mãos que se encontra, a Fenorte, que mais nos representava enquanto segmento, categoria, foi extinta. Olhando para a cultura e tradição local, na verdade, nem a Fundenor nem a Ompetro. O que poderia ter sido a Fenorte, em termos das pessoas que compõem isso e das relações que elas têm fora da Fenorte com o restante da sociedade, é talvez, por aí, que se pudesse pensar algo. A ideia de um Instituto dentro da Uenf, composto, basicamente, pelos quadros da Fenorte que

barril de petróleo e sentenciada pelo fim próximo (previsto para menos de 20 anos) das jazidas de petróleo da camada pós-sal. Em contrapartida, ele aponta o dinamismo fiscal que o município produtor pode lograr, ao conseguir atrair a economia do petróleo. Isto é, possuir em seu território instalações de empresas do setor. Estamos diante de uma nova perspectiva de guerra dos lugares que é a corrida pela riqueza do Pré-Sal. Já que o novo marco regulatório não enseja *royalties* pagos aos municípios produtores como no passado recente, a receita viria no retorno do ICMS, sobretudo pelas instalações de gás, e no recolhimento local de ISS. Macaé já apresentou, em 2016, um orçamento superior ao de Campos por conta dessas receitas tributárias. Espera-se que os municípios não recorram à fratricida guerra fiscal.

foram incorporados à essa universidade, se articulando à outras universidades em atividades de extensão, parece uma boa ideia. Atualmente não há representantes empresariais para pensar e liderar esse desenvolvimento regional. Teria que vir da *intelligentsia* engajada, comprometida e que é portadora dessa história, dessa cultura. É algo para se criar, não é simples de formular. Os Caquis precisam de algo para se pensar a cidade e a região e que dali surgisse a ideia da institucionalização de algo para gerir esse processo. O professor José da Cruz assevera: se não for tipo o Coredes, do Rio Grande do Sul, se não for uma gestão territorial com poder de decidir investimento público, é mera figuração.

O urbanista José Pereira defende a Fenorte como a instituição com perfil para coordenar futuras políticas supralocais. Os políticos representantes do governo do estado utilizam a Fenorte como um dreno de recursos direcionado a projetos obscuros. Ele diz que no período da eleição de 2014, a Fenorte recebeu R\$ 4 milhões de verba do governo do estado que foram gastos em Miracema com trator, sem agrônomo (os dois agrônomos da fundação haviam pedido demissão recentemente), não se sabe como e com o que, pois ninguém sabe quem atestou o serviço. Ações do Ministério Público questionam a utilização dos recursos da Fenorte. Na época em que ela recebia R\$ 5 milhões destinada a bolsas, apenas R\$ 1,5 milhões, no máximo, era aplicado em pesquisas. O restante era gasto em projetos sem consistência jurídica. Vejamos um exemplo: foram gastos R\$ 350 mil por mês aplicados em um projeto em Itaperuna, contratando 100 pessoas só com CPF, não era necessário preencher nada. Isso está no ministério público. Na primeira gestão de Sérgio Cabral, o então presidente Ogando da Silva, o convidou para ser superintendente e ele só aceitou mediante o compromisso que todos os R\$ 5 milhões de bolsas fossem aplicados em pesquisa. Isso foi feito, porém houve um desentendimento entre o presidente Ogando da Silva e o secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, o programa de bolsas foi extinto e ele se demitiu da superintendência da Fenorte. Depois foi superintendente a convite do presidente Almy Júnior Cordeiro de Carvalho (professor e ex-reitor da Uenf), com o objetivo de criar um parque tecnológico. Diz que Sérgio Cabral gostou muito do projeto, porém o destino do projeto foi o ostracismo. Na sua opinião, com exceção de Almy Carvalho, todos os presidentes que passaram por lá, desde Ogando da Silva, Rodrigo Bacelar e Nelson Nahim de Oliveira enxergavam a Fenorte como um balcão de negócios de natureza duvidosa.

O assessor jurídico da PMCG, Alexis Sardinha, considera desnecessária uma institucionalidade que gerencie os municípios no debate e execução dos projetos de desenvolvimento regional. Defende que alguns temas específicos merecem consórcios setoriais como o lixo, por exemplo. Ele entende, porém, que essa é uma função precípua do governo do

estado e, nesse caso, defende que a Fenorte possa desempenhá-la. Lembra que a Ompetro acenou com a criação de uma autarquia intermunicipal para isso, contudo acredita que esse tipo de instituição demande custos e espelhe atividades que o estado já tem estrutura para cuidar. Cita o exemplo do Departamento de Transportes Rodoviários do Rio de Janeiro (Detro-RJ), que regula o transporte intermunicipal circunscrito ao Estado do Rio de Janeiro. Acredita que a Fenorte poderia ser fortalecida para esse fim. A urbanista Silvana Castro também defende a Fenorte, apesar das dificuldades, sobretudo pela situação do seu uso fisiológico-eleitoreiro. Aposta nas pessoas que lá trabalham, é solidária à luta dos servidores da Fenorte e defende que essa função seja desempenhada por um órgão com estrutura e força institucional.

Para o procurador Mario Areas Filho, a Fundenor é uma entidade que ainda tem nome e um portfólio que, uma vez revigorado, poderia recuperar seu peso. É uma entidade pronta, não há porque fazer outra. A Fenorte acabou por conta de um pecado original. A Uenf e a Fenorte, apesar de todo aparato, vieram de cima para baixo, excessivamente *top-down*. A Ompetro é uma associação que carece de processo, de continuidade administrativa. É um órgão político, depende de quem está prefeito. A Ompetro talvez não seja uma entidade de peso. Ela pode contratar técnicos para fazer projetos, para dar uma unificação e deixar a parte política mais de lado. Enquanto tiver essa reunião com meia dúzia de prefeitos, cada um pensando apenas no seu município, não vai ser igual a um consórcio, em que todos aderem com sua parte, mas visando o todo. A Ompetro é o contrário, cada um vendo o seu interesse, o seu quintal.

O professor José Puglia receia que um novo órgão seria um cabide de empregos, mais um sumidouro do dinheiro público que propriamente uma instância administrativa eficiente. A Fundenor tem uma proposta interessante, todavia o problema da Fundenor é o estigma de ser campista, seu perfil regional não convenceu e ela caiu na armadilha dos conflitos bairristas. O ideal seria uma institucionalidade independente, sem muita ingerência política no que tange a indicação de cargos. A Fenorte padecia bastante desse mal, se transformou num balcão de negócios de correntes políticas com influência junto ao governador. Entretanto, é preciso um órgão que pense essa regionalidade. Porque São João da Barra, SFI e Quissamã não têm estrutura nessa área. Em alguns temas, nem mesmo Campos tem quadros qualificados na PMCG. Temos uma região acéfala, ela existe, entretanto não tem noção do seu destino e papel a desempenhar.

O professor Arthur Soffiati, destaca a necessidade de uma ação regional seja por meio de políticas ou gestão supralocal, acredita nos consórcios intermunicipais e reivindica uma ação mais planejadora por parte da Ompetro. A guisa de exemplo, lista algumas questões críticas como: a gestão dos canais submetida a desentendimentos entre prefeitura e o Instituto Estadual

do Ambiente (Inea); a Lagoa Feia que é de Campos e Quissamã e não há um protocolo de entendimento; o lixo de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana que já vem sendo armazenado em aterro sanitário operado pela Vital Engenharia Ambiental S/A em Campos; a gestão hídrica do Baixo Paraíba submetida aos interesses que comandam o Ceivap etc.

Segundo o gerente da Firjan-NF, Luiz Concebida, Fundenor, Fenorte e Ompetro, juntas, poderiam promover muitas ações de desenvolvimento regional, porém se não houver mobilização da sociedade organizada muito pouco irá ocorrer. O Parque Tecnológico¹⁹⁰ é uma proposta que pode promover alguma produção de ideias inovadoras que venham a fazer deslancar a região. Há algumas instituições regionalizadas emergentes. A Cooperativa de crédito nascida no IFF, ligada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), por exemplo, tem forte base regional, inclusive em Macaé. A Sociedade de Garantia de Crédito (SGC), que surgiu entre Campos e Macaé, com suporte do Sicoob, tem apresentado bons resultados. Luiz Concebida espera que a Ompetro possa ajudar bastante, pois o atual presidente tem um discurso favorável ao desenvolvimento regional. O empresário Fernando Aguiar, demonstrando que na Firjan estão com o discurso afinado, acredita que poderia ser qualquer uma das três. O problema é que não se vê a vontade de fazer isso. Poderia ser a Ompetro, seria fácil incluir municípios não produtores de petróleo. É só alterar o estatuto. Poderia se fazer um plano diretor regional, mas não se vê vontade de fato. Há algum discurso. O prefeito de Macaé, Dr. Aluízio, teria dito recentemente: “Isso é mais que preciso, é urgente. Nós temos que pensar a região como região, é questão de sobrevivência”. A proposta de Parque Tecnológico é uma discussão mais localizada. Instituição existe, quando há mobilização cria-se a instituição. Essas discussões não são fáceis. Depois de eleito, o político não quer compartilhar poder. Ele quer definir tudo, até a cor do prédio a ser pintado. Há sempre o receio de fortalecer a emergência de uma outra liderança.

Segundo o economista Ranulfo Ribeiro, o macroplanejamento não precisa esperar o governo do estado, ele pode ser feito pela Ompetro. Essa associação criaria uma estrutura mínima, centrada nas universidades, com um conselho técnico sem custos. Os prefeitos

¹⁹⁰ Na nossa opinião, o debate sobre parque tecnológico em Campos surge como uma nova panaceia. Tornou-se mais um consenso oco, ou seja, aquilo que todos defendem, mas não sabem ao certo como definir e não tem a mínima ideia de como funciona. Os signatários (Uenf, IFF, Fundenor, PRÓ-IFF, Sebrae, Acic, Firjan e PMCG) do movimento que inspira a defesa desse parque, mal conseguem manter funcionando uma única incubadora mista de empresas, que nem exclusivamente de base tecnológica é. Ora, se é notório que para se ter um parque tecnológico precisa-se de um número razoável de projetos – há quem defenda pelo menos 100 – como criar um parque desses numa cidade onde todas as instituições tecnológicas não conseguem sequer criar um incubadora de base tecnológica pura. O parque tecnológico será alimentado com que tipo de projeto? É uma pergunta que essas pessoas precisam se fazer. Nesse sentido teria mais consistência a proposta de implantação e um distrito marshalliano. Salvo equívocos, é uma proposta factível.

indicariam técnicos para formular esse macroplanejamento junto com as universidades, que a cada 90 dias seria submetido à plenária dos prefeitos. Um planejamento *bottom-up*. Pactuado com as escalas superiores. A Fenorte poderia ser isso se não fosse um cabide de empregos. O professor Evanildo Leite defende a Ompetro, por entender que esses municípios têm em comum a produção de petróleo, no que obste a dicotomia excludente do município produtor e o limítrofe. Para ele o que faz com que esses municípios tenham que incrementar a interação é a questão do petróleo. São os pontos de produção e geração de mão de obra. Podia ser criada uma comissão especial na Alerj visando esse espectro de questões regionais. Essa comissão supervisionaria a implantação de um órgão como a Ompetro, que deveria ser independente. A alternativa seria confiar à Fenorte (agora Uenf) ou à Fundenor, desde que se fizesse uma requalificação dessa última, mas que seja um desenho institucional que enseje a participação da sociedade. O corretor de imóveis Pedro Ribeiro considera ser preciso ouvir entidades tais como: Firjan, CDL, Crea etc. Auscultar os anseios e sugestões dessas associações de classe. Fazer uma espécie de conselho de entidades que possa definir diretrizes para o desenvolvimento Regional. Um Conselho com a participação dessas entidades todas buscando negociar os consensos possíveis.

Para o professor Roberto Pessanha, no Estado do Rio, nada leva a crer que haja alguma medida que concorra para a formação de uma rede cooperativa de cidades. As únicas intervenções nesse sentido são na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A saber: a criação, por decreto, do Comitê de Estratégias Metropolitanas (em 2011) e a inclusão de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu (em 2013), por lei complementar de iniciativa de Sérgio Cabral, que retiram força dos prefeitos e privilegiam a região. O Governo do Estado do Rio só tem trabalhado com o Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (Padem), atuando em véspera de eleição atendendo demandas emergenciais e pontuais. Roberto Pessanha diz desconhecer o trabalho da Fundenor como agência de desenvolvimento regional. A Fundenor e a Fenorte fizeram estudos locais para cidades da mesma região, como a versão anterior do PDP de São João da Barra formulado pela Fenorte. Na história dessas fundações não há nenhum tipo de proposta que discuta efetivamente o desenvolvimento regional. Elas fazem projetos para cidade autarquizadas em suas demandas específicas, não tratam de questões complementares, suplementares ou mesmo inter ou supramunicipal. O sistema está montado para funcionar atomizado e é assim no Brasil todo. A lógica da máquina pública é ter uma estrutura de cargos que dê governabilidade ao governador. Sendo que, fora da RMRJ, a lógica é atender ao prefeito e não às necessidades intermunicipais. A Fenorte não nasceu para fazer políticas regionais e sim para manter a Uenf. Fundenor ou Fenorte não foram criadas para demandas regionais.

A professora Teresa Faria, atual vice-reitora da Uenf, afirma que o debate Uenf-Fenorte e a proposta do Estado do Rio de Janeiro de extinção da Fenorte não é consensual. Há quem defenda que a Fenorte deveria ser reerguida. Realmente ela está inerte porque foi podada, mas poderia voltar a exercer esse papel. Esses municípios podiam formar uma região metropolitana, porque há que ter uma gestão. O grande problema da Fenorte é ser diretamente ligada ao governador do estado. Tudo vira indicação com interesses distintos do desenvolvimento regional. Fica muito sujeito a ingerências e à política conjuntural, ao político da vez, ao cabo eleitoral e seus redutos. Talvez fosse interessante como se organizam as regiões metropolitanas ou comitês de bacias hidrográficas. A Ompetro se restringe à defesa dos royalties, essa configuração não atenderia. Talvez incluindo mais demandas, o Clipa, por exemplo, teria que ampliar. A cargo dos municípios, acredito, embora tivesse a relação com o governo do estado. Afinal, em vários momentos, vão cruzar estradas, pontes, etc. Tem implicações com o Governo Federal, inclusive. É preciso pensar algo coletivo, compartilhado, colaborativo. Uma força com capacidade de negociar mais efetivamente com o Estado nas esferas superiores. Teresa Faria acredita que uma fundação restringiria. Considera interessante o modelo de região metropolitana. Por outro lado, reconhece a existência de vários debates mostrando que a gestão metropolitana não funciona a contento. Há quem diga que em Minas Gerais funciona muito bem, porém no Estado do Rio não parece funcionar. É preciso pensar em algo, porque é extremamente necessário.

O professor Luciano Carneiro lembra que a Fundenor, no passado, tinha um pouco essa função. Hoje se transformou num escritório de prestação de serviços e vive dessa remuneração. Completamente desinteressante, perdeu substância. Com todos os problemas que tiveram de visão autoritária. A Ompetro, com seus interesses específicos demais e mais de 10 prefeitos não é capaz de organizar isso. Talvez uma universidade, poderia sediar isso, mas é complicado porque elas não têm quadros políticos. Com todas as dificuldades, talvez a Fenorte fosse o organismo mais indicado, porque ela é estadual. No passado ela já cumpriu essa missão de pensar o desenvolvimento regional. Mas foi se perdendo no fisiologismo político e está em vias de extinção. Pensar uma instituição é muito difícil, entretanto é preciso insistir nessa ideia. É como o caso dos conselhos municipais. Hoje eles têm problemas, mas devemos insistir nesse exercício. O professor Nelson Pimentel vislumbra a possibilidade (que discutiu na sua dissertação de mestrado) também da universidade como um agente do desenvolvimento local, numa visão de ampliação do papel da extensão da universitária. Um consórcio entre IFF, Uenf e UFF. A Fenorte poderia ajudar, mas não vê capacidade na Ompetro para isso. As lideranças municipais só pensam em eleger seus vereadores, ou seja, uma política menor. Acredita que

Anthony Garotinho não tem uma visão de política pública e diz que Rosinha Garotinho sempre foi limitada. Considera que a nossa política está muito difícil e que nunca foi tão difícil gostar de política. A extensão na universidade ainda é perfumaria, limitada na qualidade e na amplitude.

Baseado num artigo de jornal que seu pai teria escrito na década de 1980, o arquiteto Renato Siqueira propõe uma companhia de desenvolvimento regional. Cada município teria sua companhia que se ligaria a uma instituição inter-regional, a ser gerida em sistema de rodízio. Uma situação parecida com a Ompetro que já existe sob essa configuração. Tece, porém, críticas à Ompetro por entender que ela se consome na polaridade Campos-Macaé. Com relação à Fenorte, lamenta a sua total paralisia e dá o exemplo do plano de macrodrenagem urbana, elaborado por essa fundação, em convênio com a PMCG, que já estaria carecendo de revisão sem ter sido implementado. Fala da dificuldade financeira do Estado do Rio e da extinção da Fenorte, que acaba acontecendo por conta dessa penúria fiscal do estado e da crise mundial dos preços do petróleo.

O administrador Roger Coutinho e a professora Denise Terra informam que foi criado recentemente, tendo a primeira reunião em abril de 2013, o Parlamento Regional do Norte Fluminense¹⁹¹. Constituiu-se um grupo para discutir legislação e questões comuns. Por hora, não há nenhum indício de que a iniciativa irá buscar os municípios da Região Noroeste. É digno de destaque que os quatro municípios pertencentes aos Caquis se encontram na proposta inicial que continha cinco municípios – o quinto era Macaé. Em suma, a proposta é que o Parlamento Regional tenha representantes das Câmaras Municipais dos municípios e o objetivo é discutir políticas públicas de âmbito regional. Segundo Denise Terra, a motivação da iniciativa teria sido a busca de informações de boas práticas para vencer a queda de receita dos royalties. É de se lamentar, porém, que a proposta que ainda era incipiente tenha perdido força na legislatura de 2017. Tudo leva a crer que o apologista da proposta seria o vereador Mauro Silva, que era secretário executivo do Parlamento Regional do Norte Fluminense. Como ele não se reelegera, este parlamento, que já caminhava para ser uma espécie de Ompetro do legislativo, ou seja, com muitas reuniões tratando apenas de amenidades, ainda não deu sinais de vida na atual legislatura.

¹⁹¹ Esta iniciativa partiu do ex-vereador Mauro Silva, com quem conversamos a respeito. Em que pese a preocupação recorrente com os *royalties* do petróleo e a ausência de municípios do Noroeste, a presença de Campos e Macaé na discussão é alvissareira. É um prenúncio de que ainda pode haver algum tipo de cooperação entre os municípios mais importantes da região Norte Fluminense.

O jornalista e empresário Rodrigo Machado, acredita que a Ompetro afasta os demais municípios. Teria que agregar outros, para além dos produtores de petróleo. Houve um momento, na briga pelos royalties, que alguns municípios do Estado do Rio começaram a fazer conta se era mais interessante ficar a favor ou contra a causa dos produtores de petróleo. A Ompetro já tem esse pecado original, um estigma pesado. A Fenorte acabou. Primeiro foi lentamente sucateada e, recentemente, extinta. Era muito centralizada em Campos, como era a Fundenor, outra que ficou estigmatizada como campista. Se o Estado do Rio tivesse disposição para promover o desenvolvimento regional, criaria uma Secretaria do Interior ou uma superintendência que pensasse cada região. As regiões Norte e Noroeste Fluminenses precisam ter esse poder. Uma instituição supralocal que pense todos esses municípios, que defenda os interesses dos pequenos e proteja os grandes do ônus de ser grande.

Na opinião do jornalista Vítor Gomes, a Região Norte Fluminense talvez só exista de direito, seria uma justaposição de municípios que trocam fluxos sem nenhum planejamento por parte do Estado. Falta um ambiente político e cultural que construa a base desta cooperação. Sempre haverá a desconfiança de que Fundenor, Fenorte e quetais são meros instrumentos de concentração de meios em Campos ou Macaé. O que vai construir uma Agência de Desenvolvimento Regional será a própria realidade. O crescimento dessa complexidade e surgimento de novas gerações, despojadas das disputas históricas, podem vir a formar uma Câmara Comum na região, que pense o conjunto de municípios na sua totalidade. O IFF tem um papel a desempenhar neste processo, sobretudo devido à sua capilaridade. O IFF possui campus em três dos quatro Caquis, além de Macaé, Cabo Frio, Itaperuna, e Santo Antônio de Pádua – que são municípios polos de microrregiões. Segundo Vítor Gomes, o IFF, a partir de sua imagem pública, presença regional e credibilidade talvez tivesse mais condições de agregar capacidade técnica, de pessoal e, ao mesmo tempo, lastro cultural pela presença histórica secular na região. Talvez tenha mais legitimidade, força política e credibilidade, além de ser também uma organização que é construtora e herdeira desse lastro cultural que há nessas plagas. Vítor Gomes considera que o IFF teria mais autoridade para sediar uma organização regional que a Uenf – que é muito identificada com Campos –, e a Fenorte, por considera-la uma instituição sem base social concreta. Ele acredita que se for para criar algum conselho ou órgão que pense o desenvolvimento regional, nenhuma instituição melhor que o IFF¹⁹².

¹⁹² Talvez o jornalista Vítor Gomes não tenha se dado conta de que a lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, entre eles o IF Fluminense, estabelece que uma das funções precípuas dessas instituições é promover o desenvolvimento regional. Afinal, não precisa conhecer essa lei detalhadamente para perceber a capacidade que têm essas instituições Brasil afora, basta ter capacidade de observação.

3.8 Mais renda e menos direito à cidade

Houve inclusão referente a bens de consumo, além de melhoramento de alimentação e nutrição que não são desprezíveis, pois, possibilitaram um aumento do IDH e a diminuição da mortalidade infantil. Já o acesso a bens duráveis e serviços e a garantia da integridade dos direitos é um desafio e uma promessa bastante distante

D. Roberto Paz

A questão – A melhoria de renda apresentada recentemente (Plano Real; salário mínimo que foi de menos de 100 para 300 dólares; Programas de transferência direta de renda; crescimento econômico e da oferta de emprego; ampliação da educação profissional e superior) teve como consequência maior acesso aos bens e serviços urbanos (moradia; educação; saúde; mobilidade)?

A partir deste momento uma boa fração da hipótese desta tese começa a ser debatida com nossos interlocutores. Ou seja, os herdeiros de Prometeu vão nos ajudar a identificar se as tentativas de melhoria de renda, aliadas a políticas de habitação de interesse social, são capazes de minorar os efeitos perversos da aplicação de excedentes acumulados, pelas classes dominantes, no rentismo imobiliário urbano.

Segundo avaliação do professor José da Cruz, esse conjunto de políticas sociais, de transferência de renda, de assistência social e equipamentos sociais é uma ruptura com o que havia antes. Não há dúvidas quanto a isso. Eles promovem uma coesão social e um sentimento de pertencimento maior, pois aumentaram massivamente o número de excluídos, marginalizados e pobres que se sentem aceitos. O Governo Lula rompeu o fosso, embora a desigualdade continue a ser grande, houve a construção de pontes entre dois mundos antes apartados. Criou-se a continuidade de um mesmo mundo – que vai ainda de um extremamente pobre ao extremamente rico, mas é uma sociedade só nesse sentido, frágil – porque tem pouco tempo, contudo é uma construção. É uma construção de uma unidade social menos apartada ou, até, não apartada, não rompida, embora muito desigual ainda e essa inclusão tenha sido mais pelo consumo e menos pelo direito. O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no tipo de

construção de zero a três salários mínimos, pôde se apropriar das armadilhas do Estatuto da Cidade, da frouxidão dessa política. Dessa forma, esse programa está reproduzindo a segregação, em alguns casos aprofundando, embora permitindo um avanço hercúleo no acesso à moradia, em termos quantitativos. Existe um elemento quantitativo que não se pode ignorar. Os números absolutos e até relativos, devido ao salto que se deu no acesso à moradia, são gigantescos. Por outro lado, está para ser apurado, esses estudos são muito novos, mesmo porque há pouco tempo de programa, até que ponto os impactos negativos neutralizam os ganhos de acesso à moradia. Não é fácil dimensionar os resultados desse programa e preocupa muito a resposta que venhamos a ter quando ele estiver maturado e permitir uma avaliação mais abalizada. As brechas do Estatuto e do próprio programa, ao entregar a gestão à incorporadora imobiliária, permite com que ela escolha o terreno e a decisão locacional é pelas glebas mais afastadas, mais desprovidas de infraestrutura e mais caras de se prover essa infraestrutura. Assim, **o bairro popular nasce apartado e segregado**, a infraestrutura vem depois. Esse exílio urbano desmonta redes de solidariedade e de relações sociais que constituem uma parcela importantíssima na reprodução dessas famílias. A continuidade dos programas de inclusão aliada ao desmonte das relações de vizinhança, de solidariedade, de apoio mútuo, de suporte afetivo, material, físico etc., ainda que dê acesso à renda, desagrega de tal forma a rede de relações sociais que, pelo menos conceitualmente, poderia anular tais benefícios. É necessário se fazer uma pesquisa de campo para ter uma opinião mais precisa. Conceitualmente, porém, esse **desenraizamento** pode ser suficiente para desestruturar comunidades inteiras. Junte-se a isso as condições de infraestrutura dessa periferia extrema, no momento em que se chega nas casas que são consideravelmente precárias. Com o tempo essa precariedade inicial é minimizada. No primeiro momento, porém, é uma habitação um tanto tosca. Há ainda o agravamento da situação de mobilidade, de distância do trabalho, de distância dos equipamentos básicos – que vão desde creche, pré-escolar, escola, rede de saúde e tudo mais. Em alguns casos pode ser uma tragédia. Ele diz que é dolorido ter que concluir isso. Obviamente que tem MCMV em áreas consolidadas, com infraestrutura e tudo mais. Muito menos traumático – ou, até, não traumático. Outros até que foram um *upgrade* mesmo, uma requalificação em espaços de moradias populares sem remoções e desenraizamento.

Segundo a professora Teresa Faria, a questão do consumo é evidente. Vivemos na sociedade do consumo tudo converge para poder de compra. Por outro lado, vem o endividamento. A população brasileira é muito endividada. Há propagandas oferecendo crédito até para negativados. Ou seja, o pobre coitado nunca vai sair dessa ciranda, fica dependente. Isso acontece, segundo o professor Arthur Soffiati, porque a melhoria da renda aumenta o

consumo baseado num comportamento consumista. Teresa Faria reitera que a especulação trilha o mesmo caminho. Todo mundo melhorou muito, a nova “classe média” passa pelo consumo, cuja qualidade é duvidosa. Porém, o que encarece, de fato, é a moradia. Estar na cidade é o acesso a essa moradia. Recorrendo a Erminia Maricato e a Raquel Rolnik, principalmente, pode-se dizer que a moradia é a base da reprodução de tudo. Morando bem, ou seja, num lugar que tenha acessibilidade, escola, emprego, tudo isso vai estar em volta a partir do lugar de moradia. A ausência desses bens precariza a moradia. Morar na periferia não é mera opção é a busca por um solo mais barato e cada vez mais se tem especulação. A periferia também vai se valorizando. Bairros que antigamente eram periféricos vão ganhando centralidade. Há uma gentrificação¹⁹³ da própria periferia que vai se deslocando e ficando mais longe. É o encarecimento, a especulação. As pessoas estão ganhando mais, porém tudo aumenta de preço, essa é a realidade. No comércio divide-se tudo a perder de vista, são as prestações “Casas Bahia”. Para a moradia não tem como. Não há como a população alvo adquirir a habitação de interesse social, financiada, se não houver algum tipo de subsídio. Os aluguéis ficam mais caros, então as estratégias são outras e o pobre sendo paulatinamente expulso. Teresa Faria lembra de uma pesquisa do seu laboratório, em parceria com o professor Pedro Abramo – IPPUR/UFRJ –, sobre o mercado informal nas favelas. Ele sempre diz que a favela é a porta de entrada do pobre nas cidades. Identificou-se nessa pesquisa um mercado de aluguel e de compra na favela que não é barato também. É mais barato que em bairros consolidados e centrais, evidentemente, mas há custos. Vejamos em Campos o caso da Favela do Matadouro, por exemplo, e todo o entorno que são bairros que se confundem com a favela, mas muito bem localizados. Houve muita intervenção com melhorias, inclusive o programa Bairro Legal¹⁹⁴, que valorizam a área. Comparado ao Eldorado, por exemplo, nota-se uma diferença significativa em favor do Matadouro. Há, de fato, um aprofundamento da segregação. (Figura 49)

Figura 49 – Matadouro e Parque Eldorado.

¹⁹³ Teresa Faria utilizou, mas ressalva que não gosta do termo gentrificação. De fato, a essa expressão traz uma carga forte de preconceito e às vezes de ironia. Considerar que requalificar uma área degradada é gentrificá-la, é assumir o desrespeito com as pessoas que habitavam e circulavam naquele espaço. Mesmo que se utilize a expressão assumindo o estigma que ela carrega, corremos o risco de provocar algum tipo de má interpretação.

¹⁹⁴ “Trata-se de um programa com amplo investimento na infraestrutura e na urbanização, como novas calçadas, pavimentação das ruas, sinalização de trânsito, além de melhoria do sistema viário e tratamento paisagístico” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015).



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Aqueles que não podem estar dentro da cidade, se beneficiando dessas transformações, das intervenções urbanas no espaço, vão sendo progressivamente expulsos. Longe das escolas, do posto de saúde, das rotas dos ônibus, do trabalho, do lazer etc. Com o MCMV o Estado contribui para o aprofundamento dessa segregação socioespacial. O professor Roberto Pessanha nos lembra que o MCMV explica muito disso tudo e diz que o livro de Erminia Maricato (2011) fala da reunião com as sete grandes empreiteiras em que se decide, entre outras coisas, que o valor pago seria fixo independentemente do local onde fosse instalada a moradia. Essa decisão, principalmente, entrega as cidades brasileiras ao capital imobiliário de forma mais escancarada. Teresa Faria observa que a maioria das cidades, no Brasil, sofre com essa periferização da habitação de interesse social. Os conjuntos são construídos, na sua maioria, nas periferias.

Aqueles que têm carro, que têm helicóptero, vão morar no Alphaville em São Paulo¹⁹⁵, não têm problema. A distância, porém, para quem depende de transporte coletivo é trágica. Costuma-se dizer que há lugares em que o ônibus passa duas vezes no dia. De manhã para trazer as pessoas para o trabalho e no final da tarde para levar de volta para o dormitório.

A professora Denise Terra considera que em determinados lugares houve melhoria. Fala do MCMV e o aumento da segregação socioespacial. Houve o acesso ao direito à moradia, mas não ao direito à cidade por perda de mobilidade. Em entrevistas muitos moradores das “casinhas”¹⁹⁶ se queixam do isolamento, tem que andar, pegar ônibus que demoram muito; não há equipamentos urbanos, áreas verdes. Alguns se dizem satisfeitos porque não tinham casa e vieram de áreas de risco. A urbanista Silvana Castro admite a redução do déficit habitacional, mas diz que houve um crescimento do déficit de cidade. Denise Terra reconhece que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é importante, gerou empregos e beneficiou muito a construção civil, mas faltam políticas que regulem ou compensem esse processo de crescimento.

O arquiteto e professor José Puglia também avalia que o setor da construção civil foi um dos que se beneficiou do aumento da renda. Muita reforma, ampliação de casa, puxadinho, banheiro melhorado, cozinha nova, etc. Isso é uma realidade urbana, a ocupação da cidade em alguns momentos, porém, é extremamente perversa. A forma mais eficaz e cruel de mudar a cidade é através do poder econômico. A mudança de perfil socioeconômico do Parque Santo Amaro em Campos é um exemplo disso. (Figura 50). Um conjunto habitacional para trabalhadores de baixa renda, que sofre o assédio e a ocupação massiva por parte da classe média. Porque era uma área de interesse imobiliário especulativo. O poder do dinheiro expulsou as pessoas. Para onde essas pessoas foram?¹⁹⁷

Figura 50 – Parque Santo Amaro.

¹⁹⁵ Esse fenômeno narrado por Teresa Faria faz parte da definição de segregação de Henri Lefebvre no seu aspecto “[...] voluntário (estabelecendo espaços separados) [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 97).

¹⁹⁶ Casinhas foi a forma como a criatividade popular consagrou as mais de cinco mil moradias do (PMF). Esse programa de habitação de interesse social foi implementado pela prefeita Rosinha Garotinho em Campos nos seus dois mandatos entre 2009 e 2016.

¹⁹⁷ Este fenômeno narrado por José Puglia, faz parte da definição de segregação de Henri Lefebvre no seu aspecto “[...] espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 97).



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O empresário Fernando Aguiar concorda que houve melhoria de renda, mas lamenta que a partir de 2015 isso diminuiu a passos largos e admite também que houve uma expulsão dos pobres das regiões mais centrais, inclusive em Campos. Dar o teto é louvável, contudo não é suficiente. Seria melhor se a pessoa pudesse comprar sozinha e escolher onde morar. Seria mais vantajoso se ela tivesse um bom emprego, uma situação melhor, instrução para ter um bom emprego e pudesse comprar sua casa e escolher onde morar. O gerente da Firjan-NF, Luiz Concebida, avalia que uma ambiência de economia dinâmica encarece as áreas centrais e

expulsa os pobres para a periferia. Defende um plano estratégico para as cidades, lamenta que a tentativa de Campos, há 20 anos, tenha fracassado¹⁹⁸. Assegura que estamos criando bolsões periféricos terríveis, violentos e sem infraestrutura. Com algumas ressalvas, o arquiteto Renato Siqueira, concorda que houve um ganho de renda por parte das classes C, D e E. Reconhece, ainda, que houve um aumento da especulação imobiliária urbana, impulsionado pelo excedente de renda na classe A, onde houve maior crescimento de renda no período, e que isso provoca o encarecimento da cidade e o exílio dos mais pobres em direção à periferia urbana. O procurador da PMCG, Mario Areas Filho, considera que esse resgate do povo brasileiro começa em 1988, com a Constituição Cidadã. A nossa Carta Magna é um marco, ela recupera os princípios de cidadania. Depois é que vem o Plano Real com o fim da inflação, suas consequências e essa valorização das classes C, D e E recente. A democratização do consumo, as Casas Bahia em 10 vezes e o carro em 60 meses. Mas, para ele, quem ganha mesmo são os banqueiros, os grandes ganhos se dão na classe A. Os pobres vão morar nos guetos, são novas Cidade de Deus. A verdade é essa: o consumo nos guetos. O arquiteto e professor João Coutinho reconhece que a classe A foi a que mais auferiu renda nesse início de século. A classe C passou a consumir produtos e serviços, gerando excedentes nos extratos superiores, que foram reciclados, em grande parte, sob a forma de rentismo. Sobre o MCMV, ele diz que é preciso ver o que tem de bom no Estatuto da Cidade que seria a ocupação de lotes vagos, de grandes áreas não edificadas. João Coutinho reconhece que o PDP de Campos não conseguiu demarcar nenhuma Aeis (área de especial interesse social) em regiões mais centrais, somente na periferia. Isso prejudica vários aspectos urbanos, sobretudo a sociodiversidade e a mobilidade. Não há muito sentido em se definir essas áreas fora do centro da cidade. Diz já ter feito perícias nessas áreas em Campos e que Santa Rosa, Eldorado, Custodópolis etc., todas têm forte presença do tráfico de drogas. (Figura 51).

Figura 51 – Bairros: Santa Rosa, Eldorado e Custodópolis.

¹⁹⁸ Luiz Concebida foi coordenador técnico do Plano Estratégico de Campos (PEC) representando o prefeito Arnaldo França Vianna, exatamente no momento em que os royalties do petróleo começaram a galopar. Foi quando a cúpula da PMCG matou o PEC de inanição. Estranho lamentar agora por um fato que, de alguma forma, no passado, ele corroborou.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O economista Ranulfo Ribeiro, concorda com o axioma do incremento de renda seguido da perda de direito à cidade. Lembra David Harvey quando afirma que no capitalismo a cidade é um ativo, não é bem-estar. As três variáveis que movimentam a expansão capitalista são a absorção de mais gente no mercado de trabalho – isso aconteceu; investimento e reinvestimento – isso aconteceu e a produtividade – isso não aconteceu. Primeiro porque somos importadores de tecnologia; dois porque precisamos aumentar muito a qualidade da infraestrutura. A gente incorporou pelo consumo, mas patinou em tecnologia e infraestrutura: mobilidade urbana;

estrada; ferrovia; saneamento; educação e saúde públicas; energia; comunicações etc. Em se tratando dos Caquis, Ranulfo Ribeiro alerta que o Clipa veio sem uma intermodalidade mínima. Tudo isso precisa vir com regulação pública, seria no máximo uma PPP (parceria público privada) muito bem regulada. Esse é o caminho para a região. Dado que o emprego não virá em massa sem as siderúrgicas¹⁹⁹ e que o investimento só virá no ciclo. Precisamos de Estado instrumentalizado e isso só acontece com planejamento, por isso o papel preponderante da Ompetro – que tem a representatividade por meio dos prefeitos e burocracia zero. A variável chave é o investimento planejado e pactuado – não pode ser *top-down*. Não pode ser um iluminado porque ou ele está muito errado ou caiu do céu.

O assessor jurídico da PMCG, Alexis Sardinha, reconhece o ganho de renda e o exílio urbano como contrapartida, mas considera que a perda da população é temporária. Acredita que regiões semiperiféricas serão aquinhoadas com serviços e amenidades. Mas reconhece que os empreendimentos do MCMV levam para regiões muito inóspitas, nos limites mais longínquos da cidade. O professor Nelson Pimentel diz que em Campos há uma oferta de educação pública que não se encontra em outras cidades. Diz que no ano de 2015 havia duas alunas no Curso Técnico de Segurança do Trabalho do IFF, que trabalhavam como babás. Numa turma anterior tinha um servente de obras. Fala do crescimento dos planos de saúde. Por outro lado, se diz impressionado como piorou a mobilidade em Campos, fala da sua experiência pessoal com a dificuldade diária de ter em casa as cuidadoras da sua mãe idosa. Cita Rui Braga e o precariado (BRAGA, 2012), porém diz ter uma visão generosa com relação à melhoria de renda desse início de Século 21. O professor Luciano Carneiro reitera que não há como melhorar a distribuição da renda sem “crescer o bolo”. Talvez a solução seja estabelecer alguns controles – e aí são controles municipais mesmo, de para onde vai essa renda. O povo comprar casa não é ruim. Por mais que isso estimule o rentismo imobiliário. É bom que ele tenha a casa. É preciso, entretanto, diminuir o preço do terreno e o preço da construção. O corretor Pedro Ribeiro

¹⁹⁹ No auge do impulso empreendedor e também de muito delírio, Eike Batista conseguiu negociar protocolos de compromisso de instalação de duas grandes siderúrgicas na retroárea do Clipa. A primeira foi a Ternium, do grupo ítalo-argentino Techint. Essa empresa chegou a reservar e sinalizar uma grande área no distrito industrial de São João da Barra. Contratou pessoal em Campos e passou a promover tratativas para sua implantação. As repercussões da crise de 2008 na China, porém, tornaram ociosas uma série de plantas siderúrgicas em todo planeta e a Ternium considerou mais apropriado converter seu investimento na compra de uma grande fatia da Usiminas. A outra siderúrgica, a chinesa Wuhan Iron and Steel (Wisco), não chegou a ir muito longe e, da mesma forma, desistiu de construir uma planta no Porto do Açu, por conta da retração do mercado global de aço. As duas empresas previam uma produção de seis milhões de toneladas de aço por ano. Apenas as duas juntas produziriam quase 20 mil empregos diretos. Sem contar as cimenteiras e o polo metal mecânico que se implantariam na retroárea do Clipa, visando sinergia com esse parque siderúrgico. Esse fracasso, junto com a improdutividade dos poços de petróleo da OGX, talvez tenham sido os mais duros golpes sofridos por Eike Batista na sua aventura sanjoanense.

pondera: a partir do momento que o cidadão sai de um barraco em área de risco e vai morar numa casa projetada e construída com tecnologia consagrada, de alvenaria, com área de lazer etc. há um incremento de qualidade de vida²⁰⁰. Ainda que ele vá ficar mais distante 3 km ou 5 km da área urbana, os ganhos de moradia compensariam a perda da cidade.

O jornalista Vítor Gomes concorda com o postulado ganho de renda-perda de cidade e afirma que além da perda do direito à cidade, por parte de quem empobrece com a escalada do rentismo, a cidade como um todo perde sociodiversidade. Aumenta a segregação, a elitização e o estranhamento entre as diversas classes sociais. A cidade fica cada vez mais uma cidade partida. Sente que está perdendo a noção da periferia de Campos, se ela cresce muito, de fato, e expulsa os pobres das regiões centrais. Talvez por conta dessa configuração de planície espalhada, estaríamos fazendo em Campos o mesmo tipo de segregação socioespacial que foi feita em São Paulo. Longe dos olhos claros dos brancos da burguesia.

3.9 Habitação de interesse social e direito à cidade em Campos

Entre oito e 80 há muitas possibilidades e nuances. São programas imperfeitos, não resolvem tudo, não integram plenamente, não dão direito a ser cidade. Mas para quem recebeu esta moradia provisória há sim uma diferença. Eu sou mais partidário da autogestão de cooperativas com o envolvimento das pessoas na construção. Porém, não podemos simplificar nem ser injustos na crítica

D. Roberto Paz

A questão – Qual a sua avaliação sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa Morar Feliz (PMF)? Esses programas garantem o direito à cidade ou aumentam a segregação espacial urbana? Há quem denuncie que esses assentamentos afastam os seus beneficiários dos bens e serviços urbanos. O que você pensa sobre isso?

A Prefeita Rosinha Garotinho se elege em 2008 prometendo fazer 10 mil casas populares na faixa de zero a três salários mínimos. Inicialmente, ela tenta realizar o PMF com

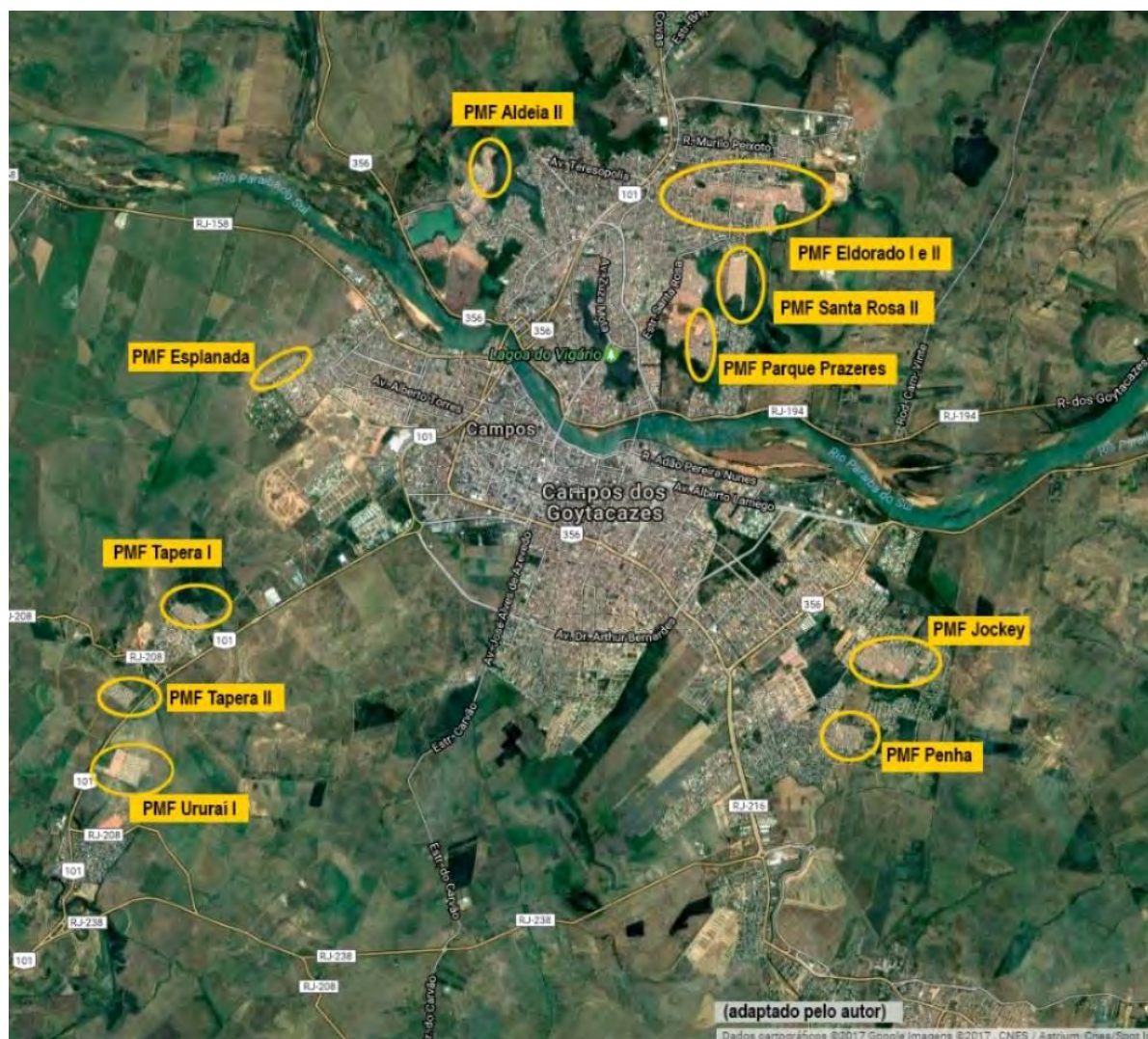
²⁰⁰ Pela descrição de quem pesquisa o tema, não nos parece que as habitações de interesse social sejam tão apazíveis quanto no relato Pedro Ribeiro. Fica a impressão de que ele pensou nas construções do MCMV de mais de três salários mínimos da MRV.

orçamento próprio, confiando nas receitas petrolíferas. Por isso o MCMV tem pouca penetração em Campos, apesar de ser uma cidade média na faixa de 500 mil habitantes. Apenas no final do segundo mandato, longe de realizar em oito anos o que prometeu fazer em quatro, visando concluir um grande assentamento previsto para o bairro de Santa Rosa, ela aceita a inserção da Caixa Econômica Federal (CEF) no projeto.

Esta última questão dedicamos ao debate em torno das controvérsias da habitação de interesse social em Campos. Aqui também estaria ocorrendo a periferização desse tipo de moradia? Até que ponto a renda da terra urbana é responsável por este exílio? Um aspecto que pode apontar respostas para tais questões diz respeito à ausência dos outros três Caquis neste momento. Como estes são municípios menores, nenhum deles é de porte médio, não há iniciativas rentistas baseada na valorização da renda da terra urbana. Excetuando-se São João da Barra, que sofre uma valorização do solo em função do uso industrial, Quissamã e São Francisco de Itabapoana ainda vivem a efervescência da renda da terra rural. Nestes três municípios é mais fácil fazer casas populares em áreas urbanas centrais. Afinal, ali não há perspectiva de rentismo imobiliário urbano nem no longo prazo.

A professora e vice-reitora da Uenf, Teresa Faria, assegura que os programas de habitação de interesse social contribuem para a periferização, levando os pobres para mais longe. O MCMV tem três faixas, contudo é a faixa 1, de zero a três salários mínimos, que é mais recente, que atinge e atende justamente o que foi esse déficit habitacional durante anos. O mercado não dava atenção, nunca deu, nunca se importou. Foi criado, então, esse segmento como política pública de habitação de interesse social. As habitações, porém, estão cada vez mais longe. Além disso, a qualidade das casas não é satisfatória. O Programa Morar Feliz (PMF), visto numa foto de satélite, deixa clara essa condição. (Figura 52)

Figura 52 – Conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz.



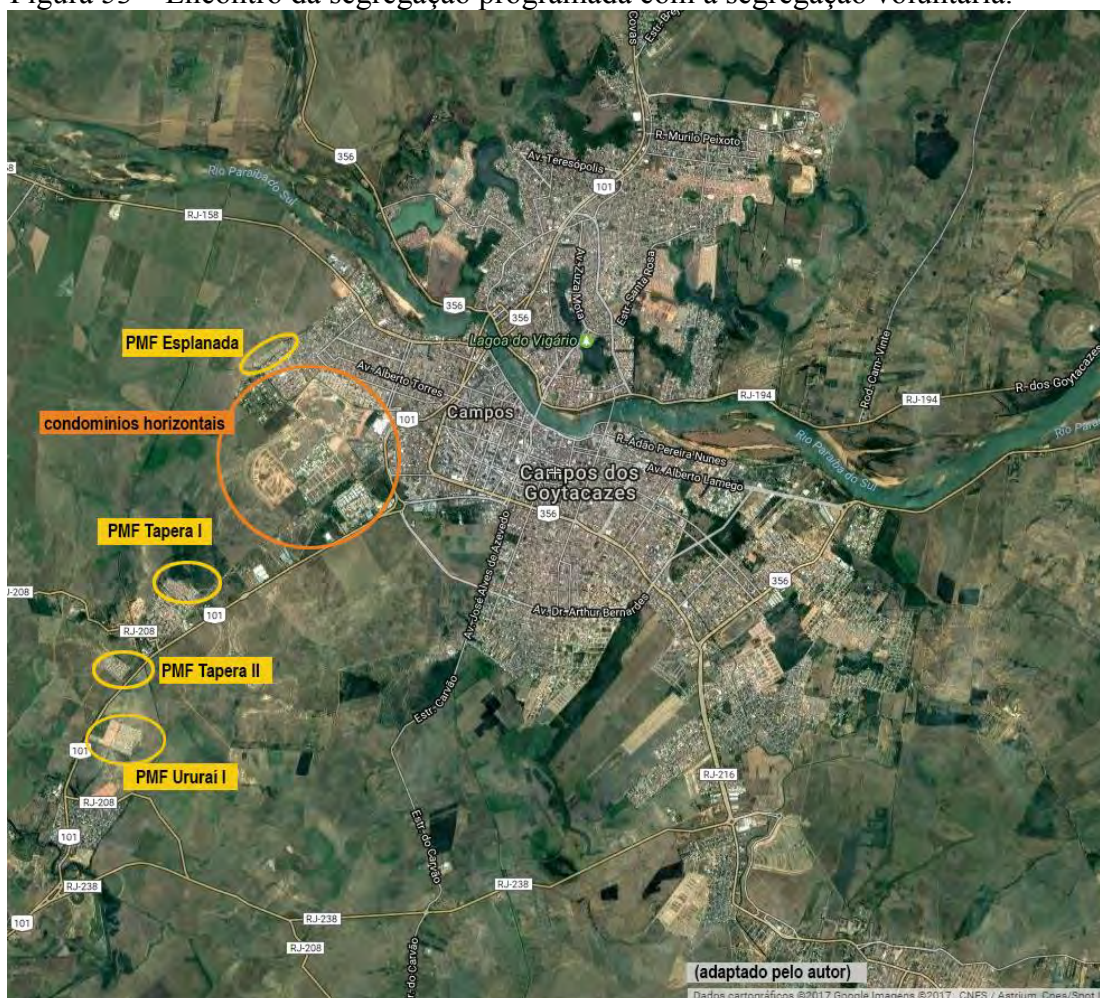
Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Os conjuntos estão no extremo, já na área rural, praticamente, nesse espaço periurbano, sem serviços, sempre mais distantes. Os conjuntos Tapera 1, Tapera 2 e Ururai 1, talvez sejam os que mais exponham seus moradores a esse exílio urbano. O mais próximo encontra-se a cerca de 3,5 quilômetros do fim da periferia da cidade. O Tapera 2, ainda mais distante, não possui saída para a rodovia onde há mais oferta de ônibus. Os moradores fizeram um caminho tosco, de barro, construído em meio ao mato, que atravessa a linha férrea e passa por uma abertura no *guardrail* da BR-101, para daí ter acesso ao transporte de maior oferta. A justificativa do executivo é que há um ônibus que passa na porta do conjunto. A periodicidade, entretanto, é bastante escassa. Como eles ficaram isolados, qualquer coisa que não seja dormir depende de transporte. Nesse ponto da cidade, a segregação voluntária dos condomínios fechados da classe A se avizinha dos conjuntos habitacionais da segregação programada²⁰¹ e

²⁰¹ Esse fenômeno narrado por [Teresa Faria](#) faz parte da definição de segregação de Henri Lefebvre no seu aspecto “[...] programado (sob o pretexto de arrumação e de planos) [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 97). A

mostra a cara da cidade partida, onde as diferentes classes sociais são separadas por muros e só se encontram nas áreas de serviço. (Figura 53)

Figura 53 – Encontro da segregação programada com a segregação voluntária.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Segundo Teresa Faria, inicialmente, havia em Campos condomínios fechados caseiros. Na última década vieram as grandes empresas, produto da aliança entre o capital financeiro e o capital imobiliário.

Na realidade, há uma grande relação entre o MCMV e o PMF. A prefeita Rosinha Garotinho, quando instalou o PMF o fez muito inspirada no MCMV. Ela, porém, preferiu fazer

professora Denise Terra também identifica que há um processo de gentrificação em curso nas confluências da Favela da Linha com a BR-101 e um processo de segregação voluntária nos condomínios horizontais a oeste do Shopping Boulevard. Esses dois fenômenos, em processo de interação, determinariam a requalificação do espaço com a elitização dos que ali moram e frequentam. Embora não seja a gentrificação clássica, uma vez que não se trata de uma área central degradada, está ocorrendo uma reconfiguração do espaço que era destinado a moradias mais populares e que vem sendo convertido em área nobre. O Shopping Boulevard e os seis grandes condomínios, recentemente implantados na vizinhança, provocaram um incremento notório e significativo na renda da terra local.

com verbas próprias e faz questão de dizer que é dos *royalties* do petróleo²⁰². Isso para não seguir as exigências do Governo Federal. A CEF padroniza esse tipo de construção. Fazendo com o orçamento próprio ela não tem nenhum compromisso. Embora se inspire e copie vários modelos, ela está completamente livre para imprimir seu estilo. Com os *royalties*, há um conveniente uso político no momento de definir a distribuição das unidades. Além disso, se tudo é feito com os *royalties*, a possibilidade de redução ou perda dessas receitas, significa a diminuição drástica ou o fim do PMF. É preciso, ainda, personalizar o processo. São as “casinhas de Rosinha”. Onde a professora Teresa Faria fez pesquisa de campo em Campos, e foram diversos locais, as unidades desse programa eram identificadas como as casinhas de Rosinha. Não é um direito, é uma concessão da prefeita.

Teresa Faria observa, ainda, que há um problema nessa habitação de interesse social massificada. Acabaram com o BNH em meados da década de 1980. Foi um corte profundo. A função foi delegada ao mercado, que não se interessava pela faixa de zero a cinco salários mínimos. O MCMV veio para financiar todos os níveis e encontrou esse déficit de quase 30 anos. Inicialmente atendendo a quem possuía uma renda familiar consolidada e quando se pensou em recuperar o tempo perdido, a necessidade era imensa. Foram feitos, então, pacotes e mais pacotes. Em Campos a prefeita Rosinha Garotinho, percebendo a oportunidade eleitoral, tirou da cartola o número mágico de 10 mil casas²⁰³. Ficou faltando, justamente, a participação, a qualidade e um mínimo de centralidade. As pessoas estão trocando o direito de morar pelo direito à cidade. O PMF tem problemas seríssimos. É preciso passar um pente fino nesses conjuntos. Há problemas de água, esgoto, iluminação, qualidade mesmo das construções. Houve, inclusive, incêndios por curto circuito. Não se pensa na organização dos recursos econômicos, pessoas que tinham sua oficina, um pequeno negócio, que ampliam suas casas, transformam em salão de beleza, mas não foi pensado ali naquele conjunto. Por outro lado, um conjunto onde isso foi previsto, vizinho ao Hospital Geral de Guarus (HGG) – segundo o arquiteto Renato Siqueira, construído no curto mandato do prefeito Carlos Alberto Campista – há previsão do espaço comercial, mas não funciona. No conjunto da Chatuba, construído no Governo Arnaldo Vianna, as instalações destinadas a comércio e serviços também não funcionam. Foi todo pensado, fez todo um levantamento. Na visão de Teresa Faria o que falta nesses assentamentos (HGG e Chatuba, por exemplo) é o processo de pós-ocupação. A Emhab-

²⁰² É preciso destacar que a prefeita ao final do mandato perdeu fôlego fiscal e passou a lançar mão do MCMV. Isto está descrito no capítulo anterior.

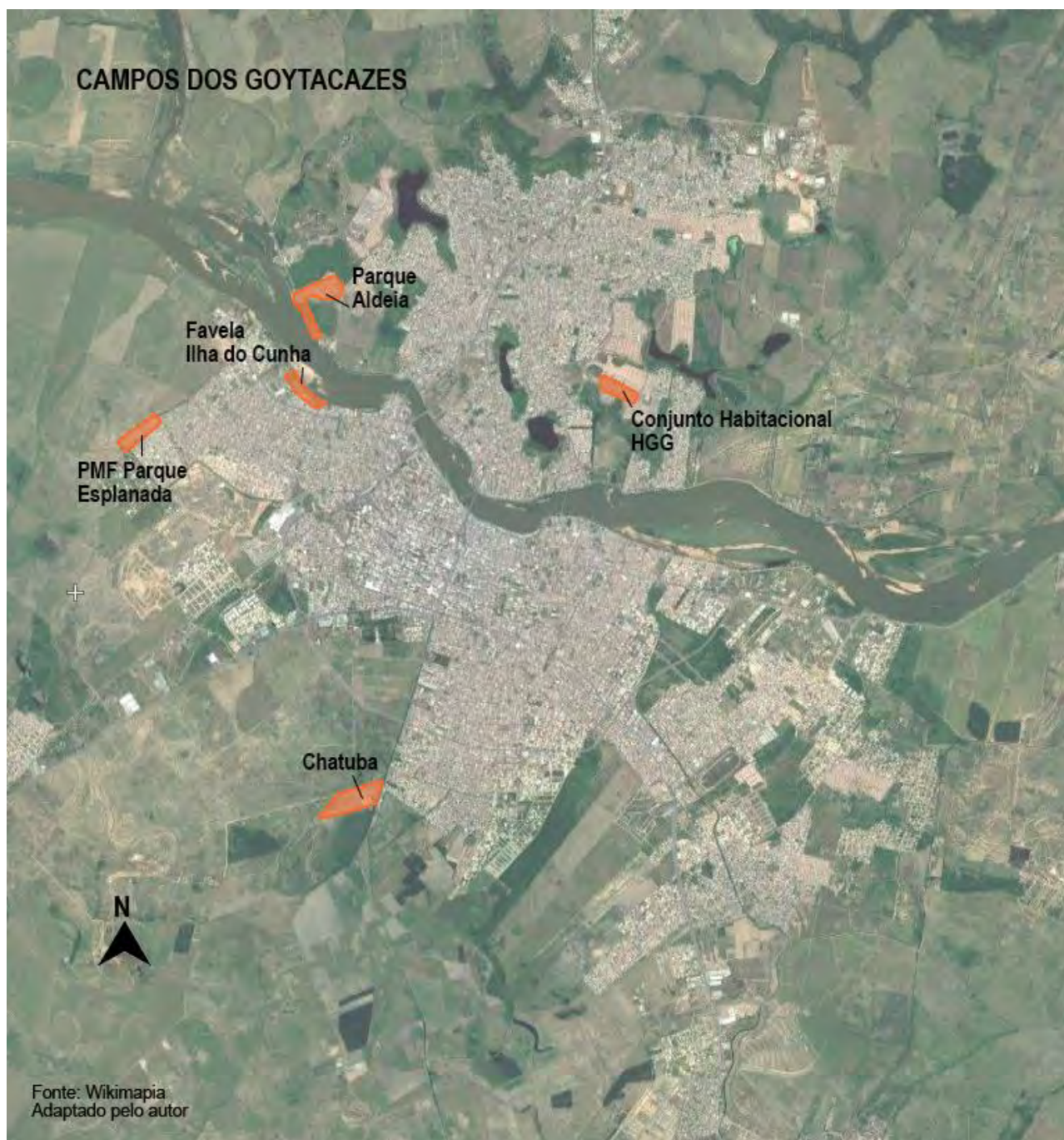
²⁰³ No seu programa de governo das eleições de 2008 Rosinha Garotinho se comprometeu a construir 10 mil habitações de interesse social ainda no primeiro mandato.

PMCG poderia dar assistência técnica, as pessoas têm necessidade de ampliar sua casa, de transformá-la, melhorá-la, mas não há esse acompanhamento. Há um completo abandono. Ela cita uma entrevistada, numa de suas pesquisas de campo, uma moradora removida da Favela Ilha do Cunha para o PMF anexo ao Parque Esplanada²⁰⁴, que diz: “a prefeita deu descarga aqui na Ilha do Cunha e jogou a gente lá”. A queixa dessa senhora é que os retiraram da Ilha do Cunha de qualquer maneira.

Na avaliação do fiscal de meio ambiente da PMCG, Roger Coutinho, o Governo Arnaldo Vianna fez o que viria a ser o embrião do Morar Feliz. As primeiras casas que a Prefeitura construiu, ainda na gestão desse prefeito, no Parque Aldeia e na Chatuba, eram construídas de forma a resolver problemas pontuais. (Figura 54)

Figura 54 – Favela da Ilha do Cunha e conjuntos habitacionais: Pq. Esplanada; Pq. Aldeia; HGG e Chatuba.

²⁰⁴ A Ilha do Cunha, uma pequena porção insular do Rio Paraíba, possuía uma antiga ocupação irregular que sempre sofreu com as cheias do Rio. Mesmo quando o Rio não sofria grandes aportes de chuva, os moradores dessa ilha eram atingidos. Essa era uma das situações de risco inaceitáveis em Campos. Nesse ponto, o PMF acerta ao remover uma população que, além de se encontrar sob risco severo, foi reassentada numa região próxima – no conjunto anexo ao Parque Esplanada. Não há como discutir que esse é um caso em que os contemplados melhoraram sua condição de direito à cidade, ainda que o processo de reassentamento tenha sido feito sem os cuidados mínimos, ou seja, não houve políticas públicas de apoio a essas pessoas na nova moradia.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Retiravam pessoas que moravam nas margens do Rio Paraíba e de canais em cotas muito baixas, por exemplo. O PMF, foi além, mexeu em toda cidade e não teve um critério territorial rigoroso. A proximidade das áreas consolidadas, ainda que periféricas, de assentamentos do PMF provocou estranhamento e conflitos. Roger Coutinho, é morador do Parque Esplanada, onde tem um desses conjuntos construídos recentemente a noroeste da sua borda periférica. Segundo ele, as casas chegam a valer 50% menos que as demais, quando estão mais próximas do conjunto do PMF. Esse é um dos problemas decorrentes dessa relação conflituosa do

morador da cidade com os novos contemplados com uma casa desse programa. É bem verdade, que estar próximo das “casinhas” é apenas parte do problema, pois estar perto delas significa estar no limite da malha urbana e longe do que ela oferece, acrescenta ele. Significa, por exemplo, ter que andar de três a quatro quarteirões para chegar num ponto de ônibus. A grande crítica que se faz ao PMF, talvez seja esse isolamento²⁰⁵. Não há infraestrutura, serviços públicos, comércio básico, mobilidade etc. As 186 casas do PMF no Esplanada foram contempladas com uma boa praça. Isso, porém, não impede a segregação. Para entrar no conjunto tem que atravessar uma ponte sobre o canal que separa as “casinhas” da cidade consolidada. Tem uma pequena ponte com um marco que oportunizaria um clima de condomínio. O marco está na ponte. Ao atravessar a ponte é como se entrássemos num outro mundo. Do lado de cá mora quem comprou sua casa. Do lado de lá, quem ganhou a sua moradia da PMCG. Não deixa de ser um estigma, embora as “casinhas” sejam maiores que os apartamentos da MRV. Para o professor Evanildo Leite, no PMF há outras variáveis mais perversas. A prefeitura constrói um conjunto muito maior do que o número de pessoas a serem retiradas de uma certa área de risco. Isso obriga que se assente pessoas numa convivência forçada, muitas vezes de territórios dominados por facções do tráfico de drogas distintas. Há conflitos e desconfiança, por vezes, num clima altamente beligerante. Evanildo Leite diz ter familiares seus vivendo essa situação. Ele relata que o PMF do Parque Esplanada é dominado pela facção ADA (Amigos dos Amigos), cujo território é cobiçado pelo TCP (Terceiro Comando Puro). Além disso, a fronteira entre o Parque Esplanada e o PMF anexo é claramente perceptível. Como água e óleo, convivem, todavia não se misturam. Os postes estão todos pintados com a inscrição ADA. Ali é um território que muitos não têm coragem de adentrar, mesmo de carro. Quando deveria ser um bairro para as pessoas morarem e serem felizes.

Teresa Faria diz que possui estudos que mostram com fotografias esse exílio urbano. A paisagem da vizinhança é rural, nota-se algumas poucas cabeças de gado pastando. Ela observa nesse caso um outro fenômeno da especulação que é dotar de aparência rural, uma área dentro do perímetro urbano. O objetivo de se manter essa fisionomia é declarar a terra como rural e pagar ITR em vez de IPTU²⁰⁶. Ela relembra os conjuntos Tapera 1 e 2 que não têm uma passagem sequer para a estrada. As pessoas que fizeram um caminho e agora estão

²⁰⁵ A queixa da moradora, removida da Ilha do Cunha, não se trata de um exagero. Afinal, ela trocou um isolamento por outro. A condição de melhoria é pouca – já que o risco não é concreto, ele não se materializa cotidianamente e isso é percebida em pouco tempo. Não há políticas públicas de continuidade do processo de assentamento.

²⁰⁶ Essa artimanha já foi discutida na seção 3.2 a partir do depoimento de professor Luciano Carneiro.

considerando aquele caminho para atravessar para chegar lá na estrada. É como os moradores falam: “depois de certa hora nem van entra mais”. Sem mobilidade não há cidade, conclui.

O professor José da Cruz nos lembra que o PMF equivale ao MCMV de zero a três salários mínimos, entretanto nem sempre contempla exclusivamente a clientela dessa faixa de renda. Isso porque o cabo eleitoral e o vereador põem quem eles querem na lista de prioridades. Depois, por falta de interesse e de necessidade, a casa acaba abandonada e ocupada pelo tráfico. O assessor jurídico da PMCG, Alexis Sardinha, relata um caso que tomou conhecimento de um cabo eleitoral que possuía 11 casas do PMF e que negociava, com potenciais moradores, uma casa em troca de 50 votos. Segundo ele, esse tipo de situação chegou a gerar três manifestações em frente a PMCG. José da Cruz diz que, em alguns assentamentos do PMF, o tráfico está se infiltrando, expulsando famílias para constituir seu território. No MCMV, a CEF só libera o financiamento mediante um mínimo de infraestrutura; o controle da fila de espera e um cadastro que busque minimizar problemas de assentamento de populações em situação de conflito²⁰⁷. No MCMV tudo é mais rigoroso. A professora Denise Terra avalia que o Governo Rosinha, inicialmente, não recorreu ao MCMV, fazendo o PMF com recursos próprios, para não se submeter às regras da CEF, ou seja, para não perder o controle sobre o processo licitatório (as caixinhas de campanha inclusive) e sobre a seleção dos contemplados (população de aluguel social, de área de risco, por exemplo) na ocupação das unidades residenciais. Ela informa, ainda, que quem realizava todo esse procedimento era a empresa Projetos de Consultoria em Engenharia Ltda. (PCE), que acompanhava e recebia para isso. Sem falar da marca, do processo de gratidão e reconhecimento eleitoral. Denise Terra propõe uma questão crítica: se havia recursos fartos do Governo Federal porque gastar as receitas dos royalties com habitação? Interessava ao grupo político do poder o controle do reconhecimento dos eleitores. É capital político. Ela diz que, por outro lado, há o aumento do nível de exigência dos eleitores. O desenraizamento das pessoas, com a perda das suas redes de cooperação e a mistura dos “protegidos” das facções do tráfico, uma vez que o critério meramente eleitoral não leva em consideração vicissitudes territoriais, acabam desestruturando uma série de aspectos, que vão causar descontentamento ao longo do tempo. Há vários motivos para o Governo Rosinha evitar o MCMV, por meio de uma visão de dentro da máquina, o procurador do município de Campos, Mário Areas Filho, acredita que falta à PMCG técnicos capacitados. Os que têm são aliados do processo. Não existe ânimo político em Garotinho para colocar pessoas capacitadas na

²⁰⁷ Objetivando minimizar o favorecimento na distribuição de casas, o Programa MCMV obriga que 50% das moradias sejam ocupadas mediante sorteio entre as pessoas que constam na lista cadastrada.

elaboração de projetos e garantir recursos federais. Essas pessoas pensam, isto é, são inconvenientes, independentes, com conhecimento e opinião própria. Há ainda aspectos de natureza formal, documental. Desde a gestão Arnaldo Vianna que a PMCG, provavelmente por excesso de receita e preguiça fiscal, foi relaxando nas suas obrigações institucionais e se tornou inadimplente numa série de quesitos exigidos pela legislação e pelo governo federal. Segundo ele, Campos chegou a perder muitos projetos por essa condição de desleixo com suas prestações de contas.

O arquiteto Renato Siqueira garante que enquanto as receitas dos royalties eram fartas, o Governo Rosinha Garotinho não utilizava o MCMV faixa 1 para fugir do sistema de controle da CEF. Paulo Zacarias, gerente na Superintendência da CEF em Campos, teria dito que desde que Renato Siqueira saiu da Emhab, sua gerência vinha tentando entrosamento com a PMCG, na área de habitação de interesse social, sem sucesso. Trabalhar com recursos do MCMV significava, para Garotinho, se submeter aos critérios de distribuição de casas, de liberação de recursos e de acompanhamento do cronograma de obras estabelecidos pela CEF. O desembolso tem um acompanhamento criterioso e isso acabaria inviabilizando os esquemas de manutenção de poder por meio de vereadores e cabos eleitorais. Sem contar, também, o superfaturamento da obra visando o financiamento de campanhas. A CEF é muito rigorosa, aparentemente incorruptível. Há também o que ele chama de etiqueta ou rótulo político – o marketing eleitoral. Se colocar diante do microfone dos programas diários de rádio e dizer: essas casas quem fez fui eu! No MCMV ele teria que dividir o bônus eleitoral com políticos de Brasília. Como acabou acontecendo com o segundo conjunto do PMF do Santa Rosa, que teve, inclusive, a presença da presidente da CEF, Miriam Belchior, na inauguração (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2016). (Figura 55)



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O gerente da Firjan-NF, Luiz Concebida, assegura que o PMF é eleitoreiro, tem intromissão de vereadores, que não há um processo de valorização por parte de quem recebe o imóvel nem uma integralidade no programa envolvendo educação dos novos moradores. Segundo ele, a visão eleitoreira foi um dos entraves à entrada do MCMV em Campos, em função dos critérios que teriam que ser observados na distribuição das casas. As concessionárias de água e esgoto e energia elétrica têm sérios problemas no PMF. Os moradores entendem a casa como uma benesse e não querem pagar as taxas dos serviços, sabotam as redes de esgoto, entre outras atitudes consideradas incivilizadas. Luiz Concebida afiança que a prefeita desvirtuou o plano de universalização do esgoto em Campos, a PMCG descaracterizou o

cronograma. Aumentou o ritmo da instalação de coleta em detrimento das instalações de tratamento. Por isso há um aumento do volume de esgoto bruto em corpos hídricos e as chamadas valas negras²⁰⁸. O PMF não contempla estações de tratamento de esgoto.

O professor Roberto Pessanha adverte que não é possível se fazer bem cinco mil moradias em quatro anos de mandato num município só com esforço da prefeitura. Vai haver perda de qualidade. A política pública de habitação de interesse social deveria primar pela qualidade; ser feita sem pressa; de forma criteriosa; buscando tecnologia e financiamento além do âmbito da prefeitura e deveria ser uma política de Estado. A política habitacional não pode estar subordinada ao calendário eleitoral. O urbanista José Pereira concorda e assegura que não há planejamento, sobretudo de longo prazo, nesses programas. Os prefeitos consideram o seu tempo muito curto e querem realizar o máximo possível dentro do mandato. O calendário eleitoral atropela as boas práticas de gestão. Roberto Pessanha observa que o Morar Feliz alimentou de forma superlativa o fenômeno da cidade apartada e dos pobres exilados na periferia, deteriorando a sociodiversidade. A passagem a um real²⁰⁹ beneficiou a população que mora no distrito, ficou muito barato vir para a cidade, porém ela não garante um fluxo mínimo de ônibus que dê agilidade a quem mora na periferia urbana. O professor Nelson Pimentel, se lembra de uma orientação de um trabalho de conclusão do Curso de Geografia do IFF que tratou da fetichização da casa própria no Governo Rosinha Garotinho. Na pesquisa de campo foi identificado que em direção à Baixada Campista, a sudeste da zona urbana, há locais que não têm linha de ônibus, mas já tem asfalto e loteamentos. (Figura 56)

Figura 56 – Baixada Campista e Praia do Farol de São Tomé.

²⁰⁸ Acontece que a relação existente entre a prefeitura e a concessionária privada de água e esgoto (Águas do Paraíba - <<http://www.grupoaguasdobrasil.com.br/aguas-paraiba/>>) é promíscua e não permite maior firmeza da empresa nessa hora. Não há transparência nos cálculos das tarifas de água e esgoto. A PMCG que deveria fiscalizar a concessionária, permite a opacidade do processo e chega a aceitar patrocínio da concessionária em shows públicos na Praia de Farol de São Tomé no verão, entre outros eventos.

²⁰⁹ Programa de Passagem Social, em que a PMCG subsidia a passagem de ônibus, em todo município, garantindo o valor da tarifa a R\$ 1,00 para o passageiro.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Nessa hora as vans entram nesses nichos, fazendo acordo com o tráfico e a fiscalização, conclui o sociólogo Nelson Pimentel. Roger Coutinho, observa que a PMCG adquire a área e faz um conjunto residencial, com toda a aparência de um condomínio, casas sem muro, aquele sonho do urbanismo *sprawl* norte-americano (GOMES; GOMES FILHO, 2016). A prefeita chegou a se gabar dessa estética, embora as casas sem muro tenham como objetivo principal a economia. O transporte público, porém, ignora esses milhares de moradias e moradores. Por uma questão de segurança pública, economia, limitação do contrato de concessão – é difícil de precisar os reais motivos. Não há força política, desde que se inaugurou o primeiro conjunto do PMF, que consiga conectar transporte coletivo e habitação de interesse social em Campos. Roger Coutinho garante que em praticamente todas unidades do projeto o transporte público é tangente. Ele passa no entorno, mas não entra. Alegam que é questão de segurança, que tem tráfico, que há risco para os coletivos etc. Há que se estudar também aspectos relacionais envolvendo as empresas de ônibus e as vans, já que essas são notadamente controladas por

máfias urbanas. Tal observação não tem o intuito, contudo, de elevar as empresas de transporte coletivo a um patamar de legalidade ampla, geral e irrestrita.

O professor Paulo Heméritas pondera que a opção do Governo Rosinha foi por condomínios horizontais. É pouco provável que essas cerca de 6,5 mil casas, que devem abrigar em média quatro pessoas, fossem nas regiões mais centrais da cidade. No centro, teria que ser condomínios verticais e relativamente altos. Garantir o direito à cidade, o direito aos recursos culturais e materiais que a cidade tem, implicaria numa outra tipologia construtiva. Isso talvez demandasse mais investimento, em função do preço do solo e aceitação social. Assentar 20 mil pobres no centro de uma cidade, onde reina a discriminação socioespacial e o rentismo, envolve um oceano de conflitos. Levando essas pessoas para a periferia, o que ocorre é que esses novos conjuntos, são dominados por determinados poderes paralelos que se instalam mais facilmente longe das áreas centrais. Quando um poder paralelo truculento domina uma determinada comunidade, em regime de disputa territorial beligerante, ainda que haja posto de saúde e escola, tem toque de recolher. As pessoas podem ser expulsas de casa, elas não têm liberdade. Perde-se, assim, todo o tipo de direito. Não há direitos, não há Estado, não há Estado de direito. Paulo Heméritas recorda de uma das escolas estaduais, onde ele leciona história. Situada em Ururaí, bairro periférico anexo à BR-101 – na chegada a Campos vindo do Rio –, vizinho aos PMF Tapera 1 e 2, onde estão sendo construídos os conjuntos Ururaí 1 e 2. Essa escola tem sofrido bastante interferência na sua rotina por conta de intervenções do tráfico de drogas. No momento da entrevista as aulas tinham que ser encerradas às 21 horas por ordem dos traficantes. (Figura 57)

Figura 57 – Localização de Ururaí.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

O economista, ex-prefeito de São João da Barra, Ranulfo Ribeiro, defende o PMF. Garante que esse programa enseja um efeito multiplicador na indústria da construção civil, ele fomentou a taxa de investimento da cidade, por meio do gasto público. O programa, todavia, não pode ser um depósito de gente [sic]. Ele tem que ser um gerador de externalidade positiva e a solução está na variável investimento. Investimento esse que, com a crise do petróleo, Campos não suporta mais. As contas orçamentárias de outubro de 2015 da Prefeitura de Campos, mostram que entre janeiro e outubro de 2015, em comparação com 2014, o investimento em obras caiu 62%. Campos era a cidade da região que mais investia, ou seja, quase 20% do seu orçamento, contra 5% de Macaé e 3% do resto. Quando Campos, que tem essa taxa alta e que é devida ao programa habitacional, reduz em 62% o seu gasto em obras em 12 meses, é um indicador de fim de ciclo. Uma nova roupagem precisa surgir. Ranulfo Ribeiro acredita que o ideal sejam pequenos conjuntos em áreas já urbanizadas. Três casas, cinco casas, bem construídas, no lugar em que todo mundo já vivia. Onde já tenha escola, posto de saúde

acompanhadas de um título de cidadão para mãe. Foi essa lógica que norteou seu mandato de prefeito em São João da Barra²¹⁰. A prefeitura era muito deficiente em orçamento na época, não havia *royalties*, contudo, foram feitas 100 casas desse jeito. Afirma, ainda, que podia fazer 100 casas no limite da zona rural e ser um depósito de gente [sic]. Essa ideia ele diz que trouxe de quando foi secretário de planejamento em Campos no final da década de 1980. Ela nasceu na mesa do “Muda Campos”²¹¹. Eram casas integradas à cidade urbanizada. O depósito de gente [sic] gigantesco é bom para construção civil e é bom para a taxa de investimento, mas não gera bem-estar. As cinco últimas casas que fez no final do seu mandato, segundo ele, eram em cinco esquinas próximas à praça principal da cidade e que não havia especulação imobiliária nas áreas centrais de São João da Barra. O morador pobre que ascendeu, tinha a sua renda, mas no domingo ele ia sentar na praça e não precisava nem pegar um ônibus. Isso reduziu custos para a prefeitura, pois foi utilizada a infraestrutura já existente.

Perguntado sobre os conjuntos Tapera 1 e 2 Ranulfo Ribeiro nos adverte que a construção dessas casas foi executada pela Odebrecht. Essa empresa não está interessada no bem-estar. A lógica que preside essas obras vem de um projeto de poder. O “garotismo” voltou a Campos com o interesse exclusivo de retornar ao Palácio Guanabara. Os problemas do PMF só existem por conta das distorções da política partidária. Ele diz que o seu afastamento do grupo foi pelo esclarecimento que o permitiu ver o mundo de uma forma diferente. Em 2005 especializou-se em economia Fluminense, em 2010 concluiu mestrado, está cursando doutorado no IE/UFRJ. O gerente da Firjan-NF, Luiz Concebida, ratificando a opinião de Roberto Pessanha, defende um programa de habitação que seja uma política pública de Estado perene. O PMF é mais um compromisso dos garotinhos com a Odebrecht que uma política de habitação de interesse social. Um negócio que precisava ser realizado. Foram R\$ 800 milhões contratados à Odebrecht²¹². O PMF é feito a toque de caixa, drena investimentos e compromete

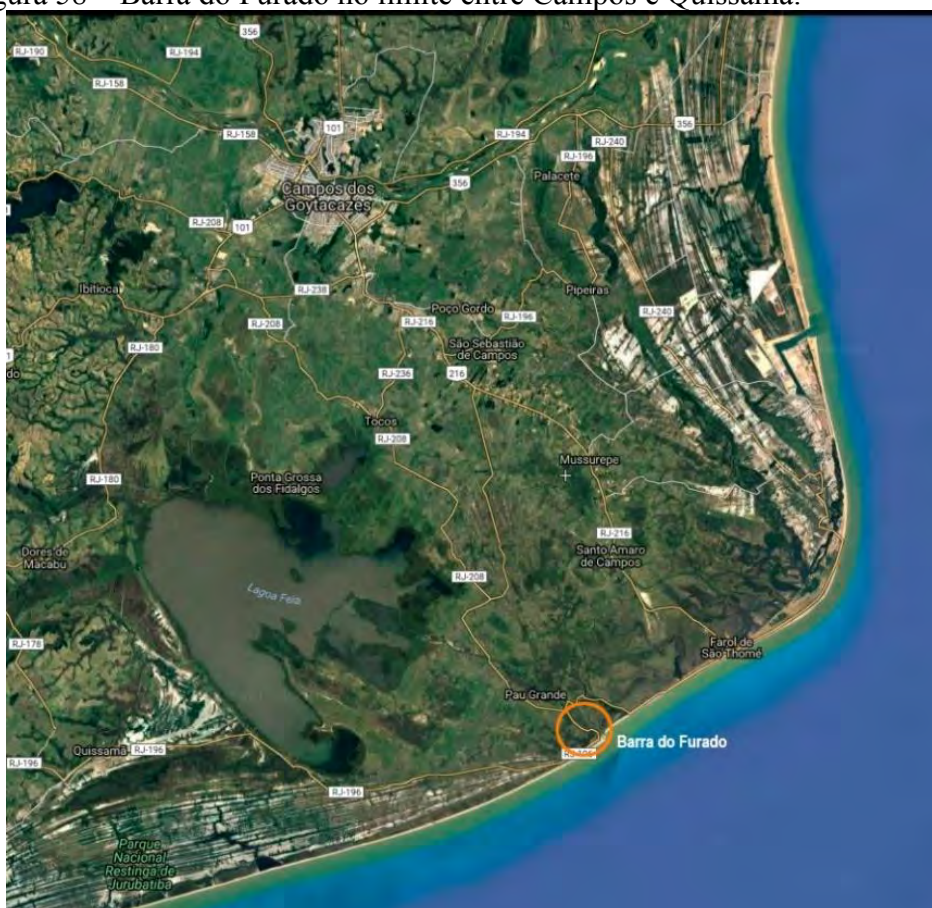
²¹⁰ Neste momento consideramos necessário esclarecer algumas peculiaridades relativas à habitação de interesse social em São João da Barra. Este município possui um processo de urbanização *sui generis*. A sua sede sofre pouco assédio da especulação imobiliária. Seus distritos litorâneos: Grussaí, Atafona e a Vila do Açú (este em menor escala) possuem um apelo histórico em se tratando de turismo de segunda residência. Segundo o Censo de 2010, São João da Barra possui 44% dos seus domicílios classificados como de uso ocasional. Isso faz com que a pressão pela construção imobiliária e o processo de rentismo se dê nesses locais e poupe a sede do município, com cerca de 33 mil habitantes, do rentismo imobiliário urbano. Assim sendo, torna-se relativamente mais confortável fazer habitação de interesse social em áreas centrais da sede de São João da Barra.

²¹¹ Muda Campos foi o movimento político que desembocou na eleição de Anthony Garotinho prefeito de Campos, em 1988, com menos de 30 anos de idade.

²¹² Embora não fique explícito, há nas entrelinhas desse depoimento uma mensagem subliminar denunciando que o grupo político do Garotinho estaria pagando dívidas de campanha ou gerando créditos para campanhas futuras.

a sustentabilidade local, pois fragiliza o desenvolvimento. Lamenta a desativação do projeto de Barra do Furado (Figura 58). Ali tem gente morando em condições absurdas, no final do Canal Andreza, onde houve invasão [sic] e que haveria a possibilidade de um projeto de habitação adequado. O PMF está gerando um passivo para o resto da vida²¹³.

Figura 58 – Barra do Furado no limite entre Campos e Quissamã.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Segundo a avaliação de Fernando Aguiar, presidente do conselho da Firjan-NF, esses programas de habitação são sempre feitos na periferia. A primeira coisa que o novo morador faz é modificar a casa. Afinal, aquela casa não era o que ele queria. Um faz muro alto, outro faz mais um quarto, um “puxadinho” para um filho casado. Ninguém faz igual. É bom deixar as pessoas escolherem, mas não há condição de renda para isso. Os enormes conjuntos habitacionais podiam ser fracionados e distribuídos pela cidade consolidada. Denise Terra adverte que a localização dos assentamentos MCMV ou PMF pode ampliar problemas urbanos. Pode dificultar o acesso às políticas públicas. Há vazios urbanos disponíveis para projetos de

²¹³ Embora corramos o risco de parecer excessivamente irreverentes, não podemos nos furtar de dizer que talvez seja esse o projeto verdadeiramente sustentável do Governo Rosinha Garotinho.

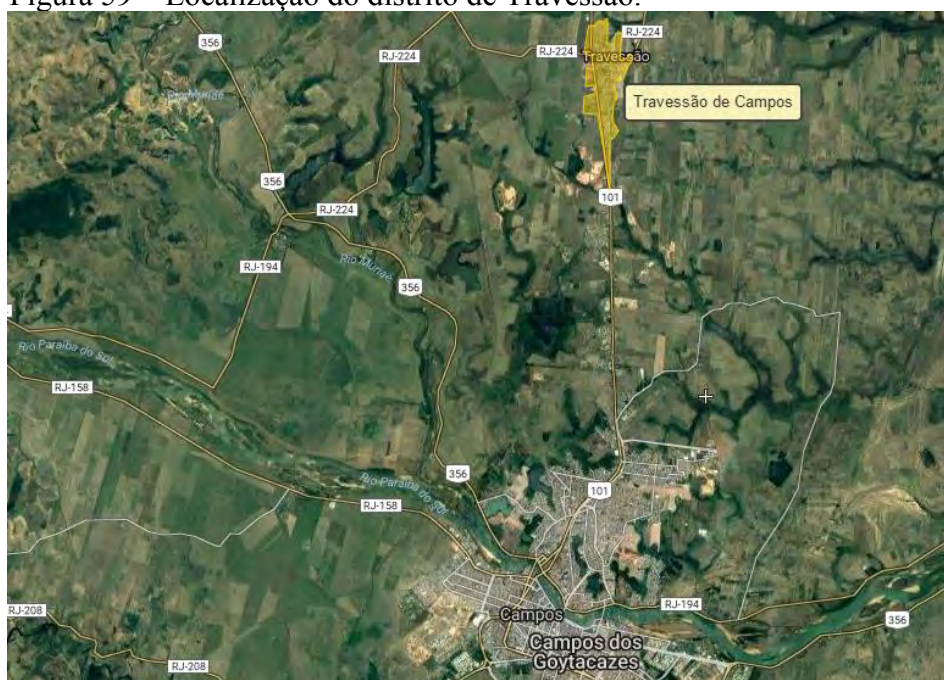
habitação. Fernando Aguiar lembra que em São Paulo já há alguns programas assim, utilizando imóveis que estão velhos, em deterioração, herança de família. Desapropria, resgata o prédio, pode ser do próprio Estado. O INSS é o que mais tem feito, pois tem muito imóvel abandonado Brasil afora. Pega aquilo, revitaliza [sic], e aí o cidadão passa a morar ali perto da cidade mesmo, onde tem uma estrutura de transporte melhor. São Paulo avançou um pouco nisso. Até nos imóveis residenciais em determinados locais do centro ou locais onde o transporte público é bom, há o incentivo da construção de prédios sem vagas de garagem. Quem vai morar ali é um casal jovem, não tem carro, vai de bicicleta. Fernando Aguiar garante que, se pudesse, não andava de carro. Se houvesse um transporte público bom. A classe [sociedade] política acredita que menos de quatro pessoas/m² já é subutilização. Tem que espremer o passageiro ali de qualquer jeito e não melhora porque transporte público é para pobre. Então colocam doze pessoas por metro quadrado. Esse tipo de coisa acaba refletindo em tudo e afeta a qualidade de vida de todos, porque os deslocamentos na cidade são cada vez mais longos, lentos e complexos. Estamos empurrando a maior parcela da população para as franjas da cidade. Além disso, o transporte acarreta uma gama enorme de outros problemas, inclusive de saúde. Por exemplo, o uso de motocicleta. Isso é um reflexo do transporte ruim. Não tem transporte, o trabalhador compra uma motocicleta. Há pouco tempo eram 7,5 acidentes de motocicleta por dia em Campos, hoje são quase 10 notificados. Acidentes custosos, caríssimos. Quando sobrevivem são cirurgias ortopédicas caríssimas²¹⁴, reabilitações penosas! Quem está sendo vitimado é o jovem, produtivo. São os que estão morrendo mais. Os que têm mais acidentes não são os *motoboys*, ao contrário do que se pensa. Os que mais morrem são os que compram a motocicleta para ganhar mobilidade. Antes da passagem a um real, os vendedores de moto ficavam com o panfleto na mão esperando o ponto de ônibus encher – o ônibus atrasa demais em Campos. Abordavam o sujeito e faziam a conta de tempo e preço da passagem mediante o preço e o tempo da viagem de moto. O usuário deixava o ônibus, comprava a moto e se matava por aí. Fernando Aguiar diz que a moto é um veículo fantástico, mas você tem que conhecer. Nos EUA quase não se vê moto, só motocicletas grandes. Excesso de moto você vê na Índia, em países periféricos de trânsito complicado e população pobre.

O arquiteto Renato Siqueira, atual presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte (IMTT-PMCG), assegura que a maior parte dos conjuntos da primeira fase do PMF

²¹⁴ Sem contar que as UTIs de hospitais gerais ficam superlotadas com vítimas desse tipo de acidentes e impedidas de atender outros tipos de pacientes.

foram projetados dentro da Emhab. O arquiteto Alexandre Chan²¹⁵ modificava os projetos. Muitas coisas em desacordo com a lei de parcelamento e de zoneamento de Campos, inclusive. Inicialmente, retiraram os equipamentos comunitários urbanos para aumentar o número de unidades. Depois diminuíram o tamanho dos logradouros. Ao longo do PMF a tipologia de projeto e de tecnologia construtiva mudou várias vezes visando garantir a promessa de 10 mil casas. Foi feito um acordo com o setor ceramista de construir tudo a partir dos produtos dessas indústrias: telhas, tijolos, lajes etc. Os conjuntos feitos em Travessão e vizinho ao HGG foram em alvenaria estrutural, uma tecnologia mais apropriada (Figura 59). Renato Siqueira afirma que depois que entrou o prefeito Mocaiber [no ano de 2005], houve um esforço grande para mudar a forma de construir, para encarecer a construção, inchar os orçamentos, objetivando o superfaturamento.

Figura 59 – Localização do distrito de Travessão.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Renato Siqueira admite que a política habitacional de Arnaldo Viana era mais consistente que a de Rosinha Garotinho. Primavera mais pela qualidade, por valores habitacionais além do teto e afirma que ela começou a se deteriorar com a eleição de Mocaiber. Embora houvesse ainda uma preocupação mínima com a qualidade da habitação, dos equipamentos

²¹⁵ O renomado arquiteto Alexandre Chan, um dos autores do projeto da Ponte Juscelino Kubitschek em Brasília, foi contratado para assinar os projetos arquitetônicos do PMF. Embora não se discuta o conhecimento e a capacidade desse profissional, há uma clara intenção de se remunerar uma “vaca sagrada” a peso de ouro, com o objetivo de calar, ou, no mínimo, desqualificar qualquer possibilidade de crítica. Afinal, não há em Campos um arquiteto ou urbanista, sequer, com a projeção de Alexandre Chan. Qualquer crítica parece escapar para o campo do despeito.

urbanos e da área comunitária oferecida pelo conjunto habitacional. Ele fala de um conjunto vertical construído ao lado da Uenf, que, inicialmente, era para ser horizontal e foi feita a opção por construção vertical, pois havia muita demanda e condições muito precárias nesses arredores (Figura 60). Havia gente morando em barraco de madeira e até em barraco feito com placa de obra. Ele diz que saiu de férias e mudaram o projeto que foi feito nesse conjunto.

Figura 60 – Habitação de interesse social vertical vizinha à Uenf.



Fonte: Acervo Pessoal

Passaram de três para quatro andares e fizeram um muro que transformou o condomínio numa verdadeira fortaleza. O tráfico de drogas se apoderou do espaço e controla todos os apartamentos. Ele também aponta a ausência de acompanhamento que a prefeitura teria que fazer após a entrega dos imóveis. Uma espécie de treinamento dos moradores para alertá-los da necessidade de manutenção periódica das instalações. Não há uma capacitação mínima de esclarecimento para que essas pessoas assumam uma nova casa e suas peculiaridades.

Renato Siqueira alerta, ainda, para a falta de critério territorial do PMF. Como o objetivo é para favorecer os currais de cabos eleitorais e vereadores, em muitos momentos se misturam pessoas de origem em territórios de facções criminosas distintas. Isso gera conflitos, as pessoas não são aceitas, crianças e adolescentes não podem frequentar escolas. Para onde vão são vítimas de cerceamento da liberdade ou, mesmo, de violência por conta disso. São vistos com

desconfiança, suspeitos de serem informantes de rivais. Por conta da preocupação com problemas nessas políticas, ele encaminhou uma denúncia ao Ministério Público estadual no ano de 2009, por entender que os critérios de distribuição das residências eram inadequados e que a qualidade delas era bastante questionável. Casas que racharam, outras que incendiaram por conta de curtos circuitos etc. Um promotor público acabou instaurando o Inquérito 10 de 2011, que foi encerrado, na sua opinião, de forma muito infeliz. O promotor considera que as suas observações e denúncias seriam exigências descabidas e diz que se ele, realmente, quisesse que elas se transformassem em realidade, de fato, que atentasse para o calendário eleitoral, se candidatasse a prefeito, para daí então realizá-las. Ainda, no Ministério Público, ele pediu o cancelamento do Comudes²¹⁶; o cancelamento do Conselho das Cidades (Concidades), que teria se baseado numa interpretação equivocada da Resolução 13/2004 do Ministério das Cidades. Esses conselhos atuam no sentido de fragmentar o poder do Cmmau e de drenar grande parte desse poder para o executivo. O Comudes anula o princípio do controle social dos conselhos constitucionais. Solicitou, ainda, o fortalecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - hoje Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico – e pediu o fortalecimento do Conselho de Habitação e Saneamento que funciona no interior da Emhab. O despacho é sumário, o promotor diz que não acataria as sugestões e que pediria à prefeita para nomear os membros desses conselhos. Renato Siqueira adverte que o Concidades até a presente data ainda não teria sido empossado. Na verdade, o único conselho, dos supracitados, com legitimidade constitucional seria o Cmmau que obedece ao critério de controle social estabelecido pela Constituição de 1988. O Concidades é um erro, a sua existência paralela ao Cmmau gera conflitos e superposição de competências. O que deveria ser feito é atribuir ao Cmmau as prerrogativas que seriam do Concidades. Em suma, as decisões desse promotor são absolutamente tendenciosas, na maioria dos casos ele atende aos interesses particulares dos gestores não aos interesses públicos.

Para Ranulfo Ribeiro todo o imbróglio do PMF só aconteceu porque havia consentimento e cumplicidade, por uma significativa parcela da sociedade campista. Ele diz que essa situação acabou e com uma vantagem: o orçamento de R\$ 1,6 bilhões ainda equivale ao da Prefeitura de Juiz de Fora. Ainda há recursos para fazer muita coisa, porém o orçamento

²¹⁶ O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (Comudes), foi criado pelo Governo Rosinha Garotinho, tendo a sua primeira reunião em 25 de abril de 2011. Embora tenha nascido sob o discurso da democratização, esse conselho esvaziava os demais conselhos municipais e possuía tempo muito restrito para a participação da sociedade civil nas suas reuniões públicas mensais. Havia um objetivo claro de centralização das decisões e da concentração do poder dos conselhos municipais, na figura dos seus presidentes, que eram os que possuíam cadeira no Comudes.

de 2014, quando Garotinho foi candidato a Governador, era R\$ 2.7 bilhões, dos quais ele exportou R\$ 500 milhões. Segundo Ranulfo Ribeiro, entre outras coisas, Garotinho custeou cerca três mil trabalhadores terceirizados, com salário de mil reais, em prefeituras da Baixada Fluminense. Agora que está surgindo a conta, ele fez um empréstimo de R\$ 300 milhões e vai fazer um outro de R\$ 400 milhões. Ele está resgatando esse dinheiro que saiu. É só fazer os cálculos. Ranulfo Ribeiro questiona: é preciso contratar uma consultoria de Belo Horizonte para realizar um diagnóstico de origem-destino e o plano viário da cidade para melhorar a passagem social; um software para saúde, de Curitiba; um gerenciador de ambulância, de Nova Iguaçu e livros didáticos, do Paraná²¹⁷? Isso externaliza uma parte expressiva dos excedentes gerados em Campos. Os técnicos locais podem fazer o plano básico e o escritório do Jaime Lerner, por exemplo, detalhar. Se estivéssemos numa cidade que não tem técnicos qualificados seria compreensível. Temos, no mínimo, 1000 Mestres e doutores²¹⁸. Por que importar tantos serviços? Nem sempre há um esquema sórdido. Na maioria esmagadora das situações o que há é a negação de espaço à emergência de uma liderança local. Trazem gente de fora para não criar lideranças que façam sombra a eles.

Na visão do arquiteto José Puglia, é preciso considerar o pertencimento. Morar envolve estar num ambiente urbano que lhe é próprio. Há uma identidade; as suas referências espaciais; emotivas; as redes de solidariedade etc. Valores objetivos, simbólicos e subjetivações que são inerentes àquele determinado espaço. Quando se retira uma pessoa de um dado local e a coloca em outro lugar, quebra-se todo esse contexto da sua vida. José Puglia defende uma proposta sua para melhorar as habitações existentes com assistência técnica dos estudantes das instituições formadoras de técnicos; arquitetos e engenheiro civis, sob a forma de estágio, com a supervisão da PMCG, utilizando a autoconstrução e as redes solidárias dos bairros populares. Alega que a proposta não foi a frente porque os empreiteiros precisam construir “casinhas” e os prefeitos e vereadores precisam de “caixinhas” de campanha. Ele afirma que os conjuntos

²¹⁷ Abrindo mão, inclusive, de utilizar os livros didáticos gratuitos fornecidos pelo MEC. Esse é um dos escândalos inexplicáveis do Governo Rosinha Garotinho. De acordo com o Vereador Marcão Gomes (Rede), “[...] mesmo atolada na crise financeira, a Prefeitura de Campos manterá o contrato para aquisição de livros da Expoente Soluções Comerciais e Educacionais Ltda., cujos valores chegam a R\$ 40 milhões nos últimos anos. Em tempos de ‘vacas gordas’, o governo Rosinha vinha optando, mesmo diante de questionamentos dos próprios educadores, pela aquisição do material da empresa, com sede em Curitiba, no Paraná, apesar do ministério da Educação disponibilizar gratuitamente livros. O caso deve voltar à pauta de discussões na Câmara nesta semana” (SILVA, 2016).

²¹⁸ Depois de consultar as bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais-MTb) e, sobretudo, do Censo de Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep-MEC), além de ponderar as lacunas existentes nessas bases que não respondem precisamente algumas questões, concluímos que esses números devem se situar entre 1000 e 1200 mestres e doutores.

do PMF foram implantados em meio ao nada. As pessoas têm dificuldade de acessar a cidade. Não há sequer ciclovias. Não existe infraestrutura urbana nem área de lazer. São verdadeiros guetos. A cidade está crescendo distorcida. Ou é um condomínio fechado, murado e cercado, como se fosse uma cidade medieval europeia, ou é o gueto para exilar as pessoas de baixa renda, sem as mínimas condições exigidas no cotidiano. Essa configuração, num dado momento, apresentará uma conta a ser paga. E não sairá barato para Campos. O professor e ambientalista Arthur Soffiati diz perceber vários problemas no Morar Feliz, que leva a população para regiões não urbanizadas, aumentando o impacto ambiental nas áreas naturais. Ele relembra uma reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Campos, quando tentou defender uma área natural na periferia da cidade. O engenheiro Milton Vilela, que exercia um cargo de confiança da prefeita Rosinha Garotinho na Secretaria de Obras, representando essa pasta no conselho, teria refutado todas as suas sugestões. Para cada alternativa que ele apresentava o engenheiro Vilela dizia o nome do empreendimento que estava sendo executado naquele local. O debate teria terminado com Arthur Soffiati, um profundo conhecedor das áreas naturais de Campos, desistindo da ideia por absoluta falta de alternativas.

Na concepção do arquiteto José Puglia, o Morar Feliz não é um plano nem um programa habitacional, é um projeto. Um plano habitacional é muito mais complexo do que construir algumas “casinhas” num terreno e entregar à população. Há uma série de questões de infraestrutura muito mais complexas como: equipamentos urbanos; mobilidade e acessibilidade. Um espectro de atributos que esse projeto não leva em consideração. Na verdade, o que essa proposta faz é uma “faxina” urbana. Nos pontos que são mais visíveis e que incomodam a quem passa, como as favelas da Linha; da Aldeia e as ocupações irregulares na Lagoa do Vigário. Retiram-se as populações que estão ali e as colocam em outras áreas não tão valorizadas. Sempre se buscam áreas que estão fora do contexto especulativo urbano, ou seja, criam-se locais para esconder essas pessoas sem incomodar quem especula com a terra. Não tem uma infraestrutura urbana que dê um mínimo de qualidade de vida. Caso um morador desse projeto tenha um problema de saúde, não há atendimento médico próximo. Não existe escola próxima. O transporte é precário, numa cidade que já padece desse mal em áreas centrais – conclui José Puglia. Roger Coutinho ratifica essa opinião e diz que é um verdadeiro exílio urbano, esses beneficiários do PMF foram segregados e abandonados sem direito à educação, sem oportunidade de ascensão social. Eles foram retirados de onde sua visibilidade era inconveniente e colocados fora da vista de todos.

3.9.1 Not In My BackYard – o paradoxo da sociodiversidade

Antes de concluir este capítulo, consideramos necessário acrescentar uma questão que surgiu no decorrer das entrevistas, mais precisamente na quarta seção de depoimentos, quando ouvíamos a arquiteta aposentada da PMCG; professora do Isecensa e do IF Fluminense; ex-secretária de planejamento da PMCG, Silvana Castro. Na sua entrevista ela nos conta que o primeiro conjunto do PMF estava planejado para ser executado num vazio urbano no Parque Salo Brand, na vizinhança da Uenf, numa área limdeira ao bairro, considerado nobre, Jardim Flamboyant I (Figura 61).

Figura 61 – Localização do PMF que seria construído num vazio urbano central.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

A população de classe média dos arredores, porém, sob a justificativa de que um conjunto desses desvalorizaria seu patrimônio, se mobilizou fortemente e conseguiu reverter a decisão da prefeita Rosinha Garotinho. No nosso entendimento a maior parte da classe média, até mesmo os que defendem posições aparentemente progressistas, neste momento, esperam e chegam mesmo a cobrar do Estado, uma postura policialesca e defensora dos interesses dos que têm em detrimento dos que não são.

A postura usurária da pequena burguesia se materializa nas nossas lutas por uma cidade asséptica e absolutamente injusta. Por isso entendemos que é, no mínimo, anacrônico, exigir do poder público a oficialização da segregação socioespacial, assumindo um tipo de ativismo urbano-chauvinista, com aparência de cidadania, que, na verdade, se reveste do mais abjeto elitismo reacionário. Uma atitude muito similar, ainda que sob uma visão generosa, aos movimentos de defesa de vizinhança que ficou conhecido como *Nimby (Not in My BackYard)* – Não no meu quintal (CASTELLS, 1999). Aprofundando a cidade partida entre as classes A e E que não se reconhecem. Para daí exigir do Estado medidas que garantam um nível de mobilidade inatingível. O resultado é um trabalhador, vindo da periferia urbana cada dia mais distante, num transporte escasso sob um trânsito em processo de solidificação, que não chega e se chega está atrasado ou cansado demais para responder à altura dos índices de produtividade exigidos. Decidimos, então, por incluir essa 14ª questão à entrevista que acabou sendo apreciada por 22 dos 26 depoentes. Essa questão demonstra de forma cabal a simbiose tácita e perversa existente entre a classe média e as autoridades constituídas.

A questão – A prefeita Rosinha Garotinho no início do seu primeiro mandato, iniciado em 2009, tentou construir um conjunto de habitação popular de zero a três salários mínimos num vazio urbano nas imediações do Parque Califórnia; Parque Salo Brand e Jardim Flamboyant 1. Houve uma reação forte da classe média local, que alegou que haveria desvalorização dos imóveis da vizinhança. Essa pressão provocou o cancelamento do projeto. Qual é a sua opinião a esse respeito?

A urbanista Silvana Castro fala da dificuldade que é convencer a todos de assentar populações de baixa renda em regiões centrais ou mesmo semiperiféricas. Questiona a qualidade dos conjuntos de habitação de interesse social sem áreas verdes e equipamentos comunitários, por exemplo. Dos números gigantescos que saem dignos do repertório dos marqueteiros eleitorais. Fala da Chatuba que era direcionado ao público local e não casas feitas para sorteio e lamenta que o conjunto habitacional do PMF, que seria construído nos arredores do Jardim Flamboyant, tenha sido descartado em função da forte reação da classe média dos bairros vizinhos.

O arquiteto Renato Siqueira assume a autoria desse projeto, quando exercia um cargo de confiança na Emhab, e adianta que ele foi abortado a partir de extrema pressão exercida pela comunidade do Jardim Flamboyant I. Confirma que os moradores teriam alegado que a construção iria desvalorizar seus imóveis. Concorda que esse conjunto melhoraria em muito a sociodiversidade local. Eles vão buscar a mão de obra “semiescrava” doméstica longe. A gente precisa ter clareza de que para a cidade fluir com eficiência e justiça não será por meio de um

super-herói. Zelar pela racionalidade técnica e universalidade urbanas é um dever de todos. Está entre nossas obrigações exercer o direito através da participação, da pressão popular e por meio das representações da sociedade civil. Queixa-se da passividade das pessoas e acredita que boa parte desses que se mantêm passivos no processo de participação estão se escondendo por trás dos que participam e dão a cara a bater. Muitos que desejam mudanças no *status quo* não têm a coragem de se expor e acabam se colocando de maneira um tanto oportunista ao esperar que alguém provoque a discussão por eles. Se diz impressionado com a qualidade do primeiro programa de governo da prefeita Rosinha. Renato Siqueira se mostra também impressionado como que uma pessoa que foi governadora do estado, com essa bagagem, e com aquela plataforma não consegue ter um mandato minimamente razoável numa prefeitura bilionária. Em seus dois mandatos foram 15 bilhões de reais de orçamento. Veio a crise do preço do barril de petróleo e a prefeita contraiu dois empréstimos de aproximados 300 milhões de reais e vai pagar cerca de 160 milhões de juros. Na verdade, não será ela que vai pagar. Outros prefeitos pagarão – conclui Renato Siqueira.

A professora Denise Terra sabia da reação dos moradores ao conjunto no Parque Salo Brand e se diz impressionada como a segregação espacial gera ruas vazias entre dois horários de *rush*. A ausência de pessoas aumenta o nível da violência. O Plano Diretor de São Paulo aumentou a verticalização central com comércio no térreo e redução do número de garagens e o preço das unidades visando aumentar o uso do transporte coletivo, a sociodiversidade e adensar as ruas. Em “Justiça Social e a Cidade” Harvey [(2008)] trabalha com os mecanismos geradores de desigualdade no sistema urbano. A falta de acessibilidade [mobilidade] diminui a renda da população. A renda monetária pode se manter ou até melhorar, mas as distâncias urbanas geram custos mensuráveis e até custos de saúde física e mental. O Estado ainda gera desigualdade mediante o desequilíbrio dos investimentos públicos. As externalidades negativas são sempre nas áreas periféricas das cidades. Embora não conheça o caso que tanto incomodou os moradores do Jardim Flamboyant I e adjacências, o urbanista José Pereira admite a possibilidade e fala da nova tendência que é um *mix* de classes sociais. Cita, inclusive, um congresso que ele participou em Fortaleza onde isso foi discutido. Situação que reduz a segregação e que facilita a mobilidade de mão de obra. Lembra que a mesma população tentou impedir a construção do O Centro de Eventos Populares Osório Peixoto (Cepop) que só foi construído onde está porque a prefeitura encontrou apoio no Ministério Público²¹⁹. O corretor

²¹⁹ Inaugurado em março de 2012, o Cepop de Campos seria o equivalente ao Sambódromo do Rio. Com o maior palco fixo da América Latina, segundo o ufanismo da propaganda oficial; arquibancadas para 15 mil pessoas e capacidade total para 40 mil pessoas em shows. Nesse equipamento foram realizados os carnavais fora de

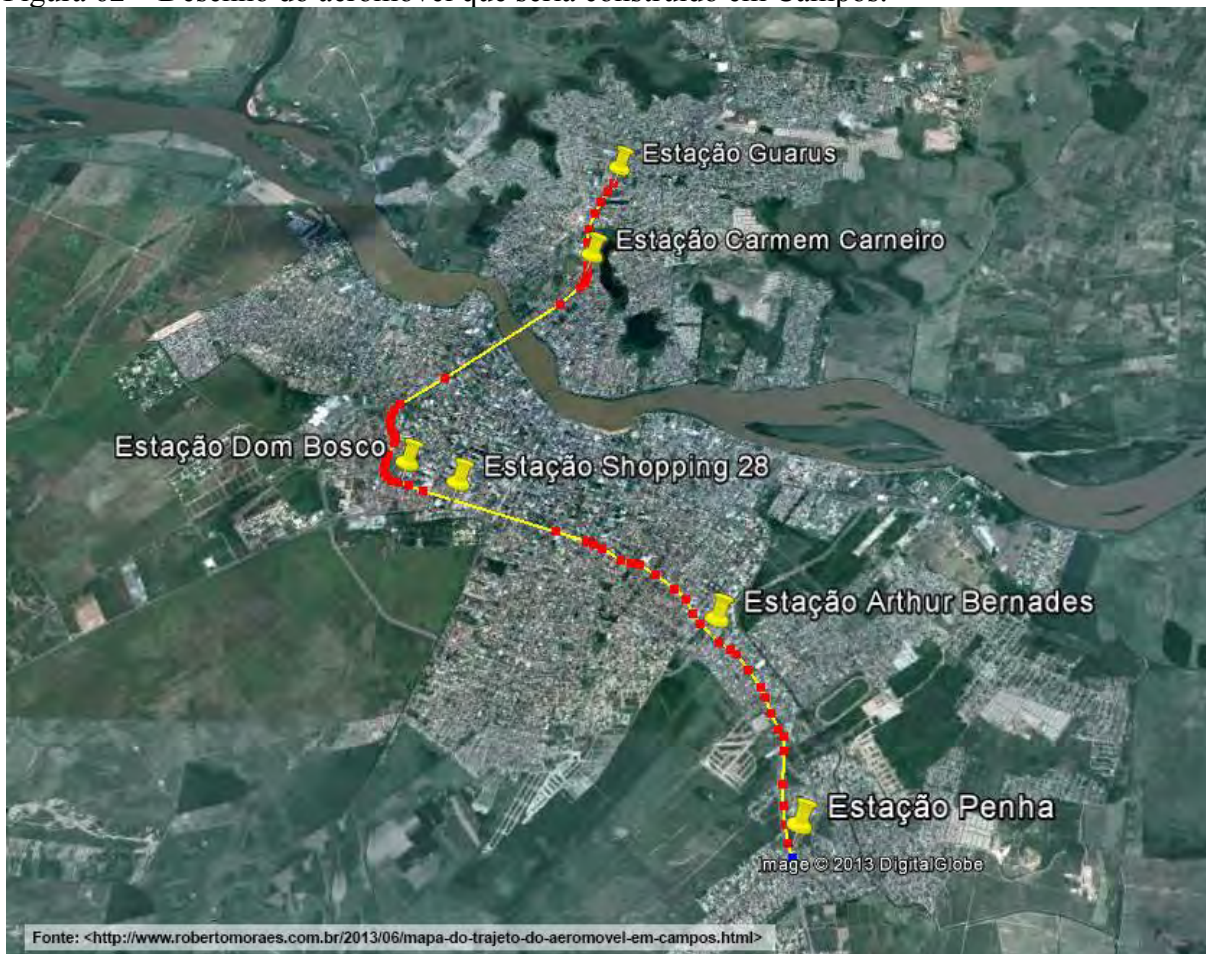
de imóveis Pedro Ribeiro não acredita que seja uma questão apenas de discriminação dos pobres. Ele entende que esse tipo de intervenção urbana atraia o tráfico de drogas [sic] e essa possibilidade assusta a classe média. Afirma que um conjunto habitacional desses desvalorizaria os imóveis do entorno sim, contudo defende que se for bom para a funcionalidade da cidade o Estado deveria perseverar e garantir a construção. Reconhece a dificuldade dos trabalhadores se deslocarem de casa para o trabalho na cidade de Campos hoje, a precariedade do transporte coletivo, a falta de ônibus e a dependência das vans e seus riscos. Defende a bicicleta, em que pese o trânsito pouco seguro e as distâncias que só fazem aumentar, que ainda é um modal de destaque numa cidade de planície tropical de pouca pluviosidade. O procurador da PMCG, Mario Areas Filho, reconhece o desconforto que uma unidade do PMF geraria no Flamboyant, porém se preocupa com a cidade partida em que estamos nos transformando.

Fernando Aguiar afirma que a cidade tem que ser permeada por sociodiversidade, porém não precisa ser um grande conjunto habitacional. Pode ser duas casas aqui, três ali, cinco acolá. Tem um terreno vazio, faz um prédio. Vai distribuindo as pessoas pela cidade, em endereços que já existem. Imagina levar toda a infraestrutura urbana para o Tapera 1 e 2. Fazer escola na área rural e nas áreas mais afastadas é complexo, não se consegue alocar professores. Acaba sendo prejuízo menor trazer o aluno para estudar nas áreas centrais que fazer escola na periferia. Não ouviu falar do conflito do PMF do Parque Salo Brand, porém não duvida que tenha havido. É um problema difícil implantar “conjuntão” num bairro central da cidade. Esse tipo de intervenção é demasiadamente drástico. Os conjuntos deveriam ser menores. Há que fracioná-los, distribuir pela cidade e dar utilização às coisas que já existem. Ao invés de construir, aproveitar o que já tem. Construir conjuntos menores, vilas, algo que seja mais fracionado e difuso. O transporte [mobilidade] precisa também ser melhor pensado, o que há na cidade está muito ruim. Lamenta que a inversão de prioridades e que a crise dos royalties tenha feito a PMCG desistir do projeto do Aeromóvel em Campos²²⁰. (Figura 62)

época de Campos, já que a prefeita Rosinha Garotinho resolveu transferir o desfile de escolas de samba e blocos da cidade para o mês de abril, e a Bienal do livro, entre outros eventos de menor expressão. O que é de se estranhar é a prefeitura recorrer ao ministério público para garantir a construção dessa obra cara (cerca de R\$ 70 milhões) e ociosa e desistir, sem muita resistência, de um projeto de habitação de interesse social na mesma vizinhança e com os mesmos opositores.

²²⁰ No segundo semestre de 2012, Campos foi contemplada, no PAC da Mobilidade para cidades entre 250 e 700 mil habitantes, com a implantação de uma alternativa de transporte coletivo tipo leve e seletivo. Para desenvolver o projeto, foi contratado o engenheiro Fernando Mac Dowell, especialista em transportes e atual vice-prefeito do Rio, que optou pela tecnologia nacional conhecida como Aeromóvel. A PMCG chegou a editar um decreto lei definindo as áreas de desapropriação para construção de estações e pontos de conexão intermodal. O projeto, porém, foi cancelado, pois a redução das receitas dos royalties e participações especiais do petróleo inviabilizou a contrapartida exigida no edital.

Figura 62 – Desenho do aeromóvel que seria construído em Campos.



Fonte: PESSANHA, 2013b

O arquiteto João Coutinho comenta que essa área de vazio urbano no Parque Salo Brand é muito baixa e por isso tem menor valor que o entorno. O próprio Jardim Flamboyant I, *core* da reação contra a unidade do PMF, apresenta problemas de cotas baixas. Ele diz que executou obras, em terrenos nesse bairro, com mais de um metro de aterro de entulho. João Coutinho sugere que se faça um parque urbano nesse local. A prefeitura expropria a área, um pouco maior que ela vai usar como parque, vende as áreas lindeiras e se apropria do lucro das obras, como compensação dos custos da desapropriação da área destinada ao parque. Pode vender para fazer hotel, residências, comércio, até mesmo metrô etc. Ele fala da proposta do loteamento Vila da Rainha, do Grupo Othon, que ensejava sociodiversidade, mas que foi descontinuado com a decadência econômica desse grupo empresarial, que não conseguiu honrar os contratos (Figura 63). Esse empreendimento, lançado em 1979, bem próximo dessa área em questão, arrasta-se até hoje na justiça, com os proprietários impedidos de construir, contudo tendo que pagar IPTU para não perder direito ao seu lote.

Figura 63 – Bairro Jardim Flamboyant e loteamento Vila da Rainha.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Ranulfo Ribeiro diz que tomou conhecimento do conjunto morar feliz no Parque Salo Brand, inclusive da reação da vizinhança. Assegura que este é um tipo de reação elitista que ocorre quando se pensa a cidade como forma de renda que está na nossa discussão que é política. Ele afirma que hoje talvez não conseguisse fazer as 100 casas na região central de São João da Barra. Seria cobrado: você está desvalorizando a minha casa. Em São João da Barra dizem que ele fez pelo pobre porque o melhor marketing político é o bem-estar. Recentemente, na Secretaria de Fazenda sanjoanense, descobriu que os prefeitos Carla Machado e Amaro Neco gastaram em festa o que dava para fazer um hospital e mantê-lo – inadmissível.

Roger Coutinho não tinha conhecimento da reação ao PMF no Parque Salo Brand, porém, diz conhecer outras reclamações. Atrás do Hospital Geral de Guarus (HGG), onde foi feito o condomínio Terra Nova, por exemplo, diz haver queixas do empreendedor e de corretores. As casas são consideradas boas, o condomínio é razoável, no entanto sofreu uma desvalorização e uma perda de fluxo de vendas desde que recebeu um conjunto do PMF numa área anexa à sua. Evanildo Leite relata a experiência que seu filho mais velho teve ao procurar imóvel para comprar. O objetivo inicial era um condomínio fechado, o mesmo Terra Nova, construído pela Rodobens atrás do HGG, citado por Roger Coutinho (Figura 64). Casas boas e muito boas áreas de uso comum. A parte de trás voltada para o Parque Prazeres com piscina, com campo de futebol e outras amenidades. Construíram, entretanto, um conjunto do PMF do lado, numa área onde há disputa de território das facções ADA e TCP. Há relatos de balas perdidas atingindo as casas desse condomínio. O seu filho decidiu não comprar, embora estivesse muito interessado. Pagou mais caro por um apartamento bem menor no Recanto das Palmeiras, vizinho ao Shopping Boulevard, embora quisesse morar em casa. Tudo no Terra Nova era melhor. Provavelmente, aquela casa que estava sendo vendida por R\$ 110 mil, valeria o dobro se não tivesse aquele conjunto do PMF vizinho.

Figura 64 – HGG e condomínio horizontal Terra Nova e condomínio vertical Recanto das Palmeiras.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

Sobre a unidade do PMF rechaçada no Parque Salo Brand, [Teresa Faria](#) retorna à questão do estranhamento entre ricos e pobres numa cidade que segue uma lógica espacial baseada na segregação. Esses conjuntos quando implantados são sempre o Outro chegando. Norbert Elias – nós e os outros – é sempre quem está chegando, o outro, e vai ser sempre pior. Já há uma periferia sofrida, pobre, com pouca infraestrutura e quando chega o conjunto, não é uma coisa tão bem-vinda. Sempre mal vista. Mesmo nos distritos há esse estranhamento. Não se sabe o que é o conjunto do PMF, mas ao falar das “casinhas” de Rosinha logo são

identificadas. Nas suas pesquisas de campo, em mais de um bairro ou distrito, Teresa Faria identifica essa condição de água e óleo entre a população pré-existente e os moradores do conjunto do PMF. Há conflito nessas representações. O conjunto significa essa mistura, que é um dos problemas. O tráfico ocupando, disputando as novas unidades do PMF, porque são novos territórios. Há essa imagem mesmo nos bairros periféricos. Imagina construir esse tipo de conjunto popular, para pessoas que de tão pobres habitavam áreas de risco, até mesmo *non aedificandi*. Qualquer que seja o local haverá um sentimento de rejeição. Num bairro mais nobre, consolidado, próximo ao Jardim Flamboyant I o estranhamento é sempre maior. É um processo conflituoso.

Teresa Faria nos adverte que não é um problema só daqui. Na França, onde fez doutorado e pós-doutorado, que admite conhecer um pouco, em particular a questão urbana, objeto de seus estudos por lá também, há essa dificuldade de aceitação dos novos moradores provenientes das políticas públicas de habitação de interesse social. Os novos conjuntos dessas políticas, que agora estão renovando e substituindo aqueles da década de 1970, também fazem parte de um cenário similar ao daqui. Remoções, demolições e reconstruções. Ocorre então um processo de intervenção no espaço, que Ermínia Maricato chama de “[...] reabilitação das tradicionais áreas centrais [...]” (MARICATO, 2011, p. 27), que realizado numa perspectiva conservadora, acaba promovendo segregação programada (LEFEBVRE, 2008). Os grandes conjuntos que foram construídos há 40 anos estão, por um lado, sendo condenados e, por outro, tendo suas áreas se valorizando. Estão sendo demolidos, implodidos. O que era bom nos anos 1970 já não é agora. Então há sempre essa transformação da arquitetura. Os conjuntos mais antigos que estão em Paris, em regiões que antes também eram um pouco rejeitados porque ficam ao norte de Paris, são considerados insalubres, antigos, que já não respondem mais às necessidades modernas, não faltam argumentos. A reconstrução, entretanto, não é no mesmo local e seus moradores vão para mais longe. Os novos são construídos fora de Paris, evidentemente. Afinal, a intenção não explicitada é aproveitar bairros com boa infraestrutura, sobretudo metrô, para potencializar o valor de troca do solo, ou seja, elevar o valor da renda da terra urbana. A lei que disciplina esse processo, porém, obriga que cada município daquele da região parisiense, deve receber uma cota de habitações sociais. Começam então os conflitos. Há prefeitura que recusa, alega que não existe lugar. Ocorre essa mesma lógica que rechaçou o PMF no Parque Califórnia. Rejeita-se o que é popular, o que é social.

O professor José da Cruz considera tudo isso inadmissível. Há os interesses particulares dos rentistas, do prefeito etc., porém não se pode esquecer que há uma pressão das áreas consolidadas da cidade para não receber essas incorporações imobiliárias de programas de

habitação de interesse social por causa da desvalorização dos respectivos imóveis. A segregação vai ao encontro do desejo dos rentistas, dos moradores de áreas consolidadas – a classe média –, além de contemplar interesses eleitorais escusos. Embora esse movimento tenda a aniquilar a sociodiversidade da cidade contemporânea. E esse não é um fenômeno brasileiro. A Europa sofre desse mal²²¹. A gentrificação é um fenômeno mundial. Na verdade, é a renda da terra urbana (VILLAÇA, 2012), a potencialização máxima do valor de troca do solo. Por mais que se faça regulação e controle social, existem os conflitos de interesse da vizinhança, a valorização do imóvel, do bem. O professor Luciano Carneiro diz que não conhece o caso, mas não se admira e reitera sua assertiva sobre o conservadorismo da nossa classe média. Reconhece os problemas do exílio urbano do Morar Feliz, o abandono dessas pessoas e a reprodução do quadro de falta de infraestrutura urbana e segurança comuns nas favelas brasileiras.

Sobre esse veto dos moradores do Flamboyant ao PMF na sua vizinhança, Rodrigo Machado, que não sabia do fato, considera a reação absurda. Em tese a proposta é boa, é o ideal de convivência e de sociodiversidade. Ele se lembra do movimento agressivo da elite paulistana, moradora de Higienópolis, em virtude da construção de uma estação do Metrô nesse bairro, sob a alegação de que iria trazer gente de padrão social indesejado para o local. Ele acredita que a sociedade brasileira ficou durante muito tempo circunscrita a um pequeno grupo da burguesia. Quando se começou a dar oportunidades a outras classes que passaram a ter acesso ao comércio e serviços até então mais restritos, houve uma reação de discriminação. Frequentar shopping center, aeroporto e clínica particular – via plano de saúde –, provoca extremo estranhamento e sentimento de rejeição. Conclui dizendo que a democratização do acesso, em doses de realidade, também é para poucos.

3.9.2 Morar ou não morar feliz, eis a questão

O professor e arquiteto Octávio Fernandes diz ter visitado o primeiro conjunto residencial entregue pelo PMF – no Parque Prazeres. Segundo ele, as casas, do ponto de vista de tecnologia da construção, têm uma boa estrutura, feitas com laje e paredes de alvenaria.

²²¹ Na mesa redonda 09 do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVI Enanpur), o pesquisador Edésio Fernandes, em sua participação, se reportou a uma nevasca ocorrida recentemente em Londres que deixou a cidade parada, pois todas as pessoas que operavam os serviços essenciais dessa metrópole moravam na periferia e não conseguiram chegar ao centro para: conduzir trens de metrô, dirigir ônibus e ambulâncias; fazer os serviços gerais de hospitais escolas e museus; etc. “XVI Enanpur. Mesa redonda 09 – Perspectivas da metropolização brasileira: desafios ao planejamento. Coordenação Jupira Mendonça (UFMG). Expositores: Luiz César de Queiroz Ribeiro (UFRJ); **Edésio Fernandes (LILP, University College London)**; Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino (Fundação Escola Ministério Público PR); Roberto Luis Monte-Mór (UFMG) – quarta (20/05) – 9:00 – 12:00 – sala Itacolomi. Vertente. Alterosas” (RODRIGO SIMÕES, 2015).

Durante a visita o professor Arthur Soffiati teria questionado a existência de um avanço desta obra, de cerca de 10 metros, sobre a faixa de proteção da Lagoa Maria do Pilar (Figura 65). A ocupação que estava começando parecia um tanto conturbada. Na chegada vários populares reclamavam haver gente contemplada que não precisava ser assistida por esse tipo de política pública. Segundo ele, pelo menos nesse momento inicial, quem recebeu a casa parecia satisfeito, apesar da distância considerável dali até o centro. Octávio Fernandes acredita que haja uma grande expectativa da população de ter uma residência de sua propriedade. Inicialmente, ganhar uma casa é a realização de um sonho, sobretudo para quem habitava uma área de risco. Contudo, nos momentos seguintes, começam a precipitar os problemas mascarados pela euforia inicial. Afinal, essas pessoas vão trabalhar nas áreas centrais numa cidade de mobilidade que só faz piorar. Ele então reconhece que a mobilidade nos conjuntos do PMF fica muito prejudicada; que alguns são expulsos, das casas que receberam, por traficantes de drogas e que o posto de saúde, a escola, o comércio e alguns serviços essenciais estão longe demais.

Figura 65 – Lagoa Maria do Pilar.



Fonte: Wikimapia, modificado pelo autor

A guisa de conclusão do capítulo, gostaríamos de mencionar que provavelmente seja essa a causa da emergência de um tipo de cidadão campista que não aspira ser contemplado no PMF. Talvez por esse motivo, apesar de haver sido entregues mais de 6.500 casas, o grupo político do ex-governador Anthony Garotinho tenha perdido as eleições municipais, ainda no primeiro turno. Logo ele que ora se gabava, ora era acusado de eleger “postes” em Campos. Afinal, já houve tempo de maturação desse programa e todos já conhecem melhor suas fragilidades e já há quem não esteja disposto a pagar o preço de **morar feliz**.

3.10 Considerações Parciais

Neste início de século 21, sob a égide do capitalismo financeiro, a cidade se transformou numa das suas principais fontes de acumulação. A abertura de capital na bolsa de valores e a aliança do capital construtivo imobiliário com o financeiro, sobretudo por meio da securitização

das dívidas de financiamento de imóveis, são transformações que reificaram sobremaneira o solo urbano. Cada dia mais o que conta é o valor de troca do solo.

Vimos assistindo no Brasil uma série de conquistas legais que têm se mostrado incapazes de modificar as práticas políticas patrimonialistas fundiárias seculares. Afinal, as Capitânicas Hereditárias inauguram aqui, na condição de acumulação primitiva, uma das formas mais patrimonialistas que se tem notícia na história do sistema mundo moderno. As práticas fundiárias brasileiras vão da vista grossa à grilagem de terras ao favorecimento sub-reptício do rentismo que se aproveita de políticas sem concretude. Muitas leis não são regulamentadas. Quando são, não há um esforço mínimo por parte do Estado – em se tratando de cidade, o poder local – em exercer sua atividade reguladora. Afinal, como nos alerta Marx e Engels (1998), o Estado é o comitê executivo dos interesses do capital. No Brasil as classes dirigentes assumem este papel na produção de leis mais palatáveis às classes dominantes ou quando não é possível o fazem se omitindo de cumprir aquelas que se interpõem à expectativa de acumulação.

Uma das formas mais eficientes de operar esse favorecimento é a ausência planejada de planejamento. É estabelecido um quadro institucional onde a renda da terra urbana é potencializada pela formulação e execução de um arcabouço legal, aparentemente caótico, mas que carrega uma lógica que favorece quem preside as ações, seus apaniguados e financiadores.

É sob esta ótica que vemos a precipitação dos traços de metropolização dos Caquis. A aproximação da economia do petróleo vai encontrando condições gerais de produção amigáveis e uma dinâmica da propriedade do solo que atende aos seus interesses e às expectativas de quem endogenamente opera os dispositivos direcionais da renda. Dispositivos que sempre se encontram, aparentemente, emperrados na direção daqueles que dominam e dirigem essas plagas desde os tempos da Capitania de São Tomé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente essa é, sob outro prisma, a velha e triste história dos governos democráticos. A arte de contrariar o poder dos votos com o poder do dinheiro pode ser praticada com a mesma eficiência tanto por administradores públicos honrados como por representantes desonestos com interesses estritamente particulares. De qualquer modo, o aliciamento e a corrupção dos eleitos é mais fácil quando o eleitorado está fragmentado em nichos de poder ineficientes

Jacobs, 2000, p. 144

A Região Norte Fluminense emerge, inicialmente, da ocupação do território por meio da implantação da empresa colonial portuguesa no Brasil. A divisão internacional do trabalho impõe rebatimentos espaciais no Brasil colônia, sobretudo na capitania de São Tomé, de forma a deixar nos Caquis um espectro fisionômico indelével de marcas da configuração da modernidade. As revoluções industriais, ainda que tardias, são elementos importantes na definição da economia local e na sua disposição espacial. A Primeira Revolução Industrial lega a esta região um incipiente setor metalúrgico e a utilização do vapor como insumo energético universal.

A Segunda Revolução Industrial, contudo, somente enseja inversões significativas na região a partir do último quarto do século XX. A descoberta de petróleo na Bacia de Campos, que dinamiza a economia do Norte Fluminense, como de todo Estado do Rio de Janeiro, acelera o fim da agonizante indústria sucroalcooleira. Nem mesmo o forte incentivo governamental ao biocombustível, promovido na primeira década do século XXI, foi capaz de retomar a produção canavieira na região. Enquanto neste período foram implantadas várias usinas produtoras de álcool Brasil afora, o norte fluminense acumulou defecções neste segmento, trocando a instabilidade da monocultura pela “maldição dos recursos naturais” (CRUZ, 2016, p. 59).

O desafio de gerir a abundância monotemática tem feito o Estado do Rio de Janeiro, particularmente na sua fração norte, sofrer as consequências da polarização pendular entre abundância e escassez. A oscilação dos preços globais da *commodity* petróleo e a instabilidade do marco regulatório que disciplina sua exploração no Brasil, têm colaborado de maneira decisiva na composição deste cenário paradoxal. Some-se a isso a imprudência dos gestores

públicos que, suscetíveis à pressão dos quereres e agendas políticas – sobretudo eleitorais – não conseguiram implementar fundos de reserva nem projetos estruturantes que diversificassem a economia. Para além disso, o ambiente de opulência petrorrentista conformou, por uma década e meia, um poder local perdulário; displicente nas ações fiscal, administrativa e regulatória, além de uma capacidade extraordinária de cooptação. Com efeito, quando as receitas atingem os patamares permitidos pela Nova Lei do Petróleo, racionalidade técnica e planejamento se tornam elementos absolutamente desnecessários. Na maioria dos municípios produtores de petróleo, sobretudo em Campos, onde as rendas petrolíferas atingiram níveis inimagináveis, quem se insinuou predisposto à cooptação gratificada foi devidamente aliciado e recompensado com valores consideravelmente vultosos. Por outro lado, a parcela da sociedade civil que não se submeteu ao poder dos cheques dos xeiques com mandato, não consegue demonstrar uma reação capaz de impedir o processo insidioso que se espalhou nesta imensa planície litorânea.

Nos Caquis, porém, nada acontece por obra do acaso. Com uma boa dose de obediência nacional, segue-se um roteiro traçado no coração do sistema mundo moderno, não obstante as peculiaridades locais. A protelada presença da Segunda Revolução Industrial, aliada à convicção monocórdica da burguesia local, que insistiu com veemência na monocultura da cana, afastaram, definitivamente, qualquer possibilidade de produção manufatureira fordista. A siderurgia foi obtida a duras penas dos EUA durante a 2ª GG e o petróleo – sob o monopólio estatal – rende escaramuças ao país até os dias atuais. A mobilidade global da produção tecnológica obedece um circuito que exclui o Brasil do seu roteiro. Afinal, a burguesia nacional fez a opção por abrir mão de protagonizar o processo de industrialização brasileira, que vem se dando de forma subordinada aos interesses do imperialismo norte-americano. Assim, aos Caquis não é dado o direito de participar da produção de manufaturas em escala.

O cenário de fins do século XIX, mediante os interesses do império britânico, descortinava uma região dinâmica na geração de receitas. As condições sociais, porém, denunciavam um contexto de extrema pobreza no coração dos Caquis. Premida por uma realidade de indigência socioambiental e seduzida pelo *modus vivendi* europeu e o emergente *American way of life*, a classe dirigente campista se rende ao planejamento como forma de promover melhorias na infraestrutura urbana. Desta forma, no início do século XX aderiu-se à vertente de planejamento higienista, quando a preocupação se concentrou na contenção das cheias do Paraíba, no saneamento básico das áreas centrais de Campos, além do combate às endemias que assolavam a população.

A autoestima elevada da classe dominante na década de 1940, reforça a intenção de se fazer de Campos uma cidade moderna. Apesar da total inexistência de plantas industriais

fordistas, o automóvel – como bem de consumo – já era parte da vida cotidiana de Campos, o que justificava esse desejo. A necessidade de uma logística regional rodoviária, contemplada na construção da rodovia Amaral Peixoto – ligando Campos a Niterói –, inaugurada com a presença do presidente Vargas em maio de 1943, evidencia a culminância desta realidade. Assim sendo, em 1944 sob a gestão do interventor Salo Brand, Campos ganha o seu plano urbanístico de concepção modernista elaborado pela consultoria dos irmãos Coimbra Bueno com a colaboração do urbanista francês Alfred Agache.

Este seria o ápice da cadeia produtiva sucroalcooleira na Região Norte Fluminense. O que se vê a partir do pós-guerra é sua decadência definitiva e agonia cinquentenária, apesar das iniciativas do IAA de manter subsídios e um desenho de cotas de produção num mercado absolutamente artificial. A venda dessas cotas de produção para empresários alienígenas (PIQUET, 2003), e a decisão do Governo Collor de extinguir o IAA, em maio de 1990, provocam baixas na cadeia produtiva sucroalcooleira nacional – em particular nas usinas do norte fluminense que sucumbem como castelos de cartas ao vento. O II PND destina à região o Proálcool e o Programa Especial de Cidades de Porte Médio (CPM/Bird). O Proálcool além de não conseguir reerguer o setor, acaba levando muitas usinas a antecipar a sua derrocada a partir dos anos 1990. O CPM/Bird é a última grande iniciativa de planejamento regional do Estado assistida, de perto, pelos Caquis. Este programa é interrompido justamente pela visão *mainstream* que leva à escalada neoliberal de captura dos fundos públicos e que desemboca no Consenso de Washington. A visão hegemônica, a partir de então, se baseia na proposta de Estado mínimo, inviabilizando o planejamento em larga escala e de longo prazo. O máximo que se propõe é gerir a densidade metropolitana voltada para um mercado imobiliário oportunizado pela reestruturação produtiva que faz a indústria prescindir da ocupação extensiva do solo, sobretudo em áreas portuárias. As cidades globais passam a requalificar essas áreas, tornando-as centros financeiros da economia globalizada que atraem jovens solventes e expulsam os que viviam ali e dali.

Sem se dar conta de que havia perdido muitas posições na escala de importância do sistema mundo moderno, a classe dominante campista busca seu retorno ao poder local – e a ratificação da sua versão das condições gerais de produção – num simulacro de plano estratégico de cidade. A proposta é inspirada na iniciativa de plano implementado por Cesar Maia na capital do estado, porém é subvertida, em pleno voo, pelo prefeito eleito em Campos em 1996, Anthony Garotinho. Garotinho não intervém, entretanto, com o objetivo de depurar o plano, mas sim de dar cabo dele. E o faz desprovido de virtudes, com a astúcia de quem almeja viabilizar um projeto pessoal de poder. Fingindo introduzir uma nova proposta de

planejamento, arregimenta uma equipe que cuida da morte lenta e gradual do Plano Estratégico de Campos dos Goytacazes – o PEC. O seu sucessor, prefeito Arnaldo França Viana, é laureado com o início da profusão das rendas dos *royalties* e participações especiais da produção do petróleo, que abrem um capítulo absolutamente inédito na história de Campos e do norte fluminense.

Dada a extinção do IAA, a maioria das usinas se transforma num grande repositório de terras ociosas. Se até este momento faltava cana-de-açúcar para moer, a partir de então passa a faltar planta industrial para processar a acanhada produção agrícola canavieira existente. As dívidas que eram toleradas pelo IAA, sobretudo da Cooperativa Fluminense de Produtores de Açúcar (Cooperflu), são transferidas para o Banco do Brasil e começam a ser executadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a partir de 1998. Parte desta execução, além de outras anteriores, destina a utilização de algumas dessas terras pelo Incra na implantação de assentamentos de trabalhadores sem terra.

Antes mesmo deste momento, a Usina do Queimado, que possuía fazendas muito próximas da região central da cidade, já começava a comutar sua atividade econômica e convertia renda da terra rural em urbana. Ora, o PDUC, que propõe uma grande política de ordenamento territorial, ao final da década de 1970, é uma iniciativa do prefeito Raul Linhares – herdeiro do espólio desta usina. É exatamente com o incremento do PDUC que emerge a região da cidade mais cobiçada para morar e de maior índice de verticalização. Esta região de alta centralidade tem como zonas de expansão e rural lindeiras, grande parte das terras sob propriedade do espólio da Usina do Queimado. Um contingente significativo destas terras, além de outras 11 usinas, todavia, se encontra arretado pela justiça devido à execução da dívida da Cooperflu, requerida pela PGFN. Se isso, por um lado, reduziu o fluxo de um nicho imobiliário que se mostrava fértil, por outro, impulsionou o valor de troca das terras que se encontram disponíveis. Entre as disponibilidades, há terras comercializadas pelas usinas antes da ação da PGNF, além das terras da Usina Santa Cruz – que não era associada da Cooperflu. O PDUC, por meio do arcabouço legal que ensejou, talvez tenha sido a primeira grande iniciativa de promoção das condições gerais de produção, voltada para o atual mercado baseado na renda da terra urbana, em Campos dos Goytacazes.

Os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade, destinam aos Caquis a obrigatoriedade do ordenamento territorial via planos diretores. Desde então, Campos elaborou duas versões deste tipo de plano: em 1991 e 2008. Nos dois momentos há episódios em que se mutilam partes do texto inicial com claras intenções de solapar o processo de regulação do mercado da renda da terra urbana. No caso do plano de 2008 a ação da Câmara

Municipal de Campos chega a ser ilegal, já que é perpetrada sem nenhum mecanismo de consulta pública como preconiza o Estatuto da Cidade. O aspecto mais preocupante na concepção destes planos é que eles não promovem nenhum avanço, com relação ao PDUC, que não tenha sido em favor da especulação e do rentismo urbano. O caso do município de São João da Barra também merece destaque. A sua primeira versão de plano diretor já foi elaborada sob a vigência do Estatuto da Cidade, com consultoria da extinta Fenorte e sem grandes objeções. Desde que o Porto do Açu começou a ser implantado, porém, o cenário mudou. O plano diretor de São João da Barra já sofreu sua primeira reformulação, bem antes do prazo previsto e com índices de ocupação do solo absolutamente agressivos – como nos assegura a urbanista Silvana Castro em entrevista nesta pesquisa. Vale evidenciar, ainda, que o prazo de revisão da primeira versão do plano diretor de São João da Barra expiraria depois de terminado o mandato do prefeito que esteve à frente deste processo. Por outro lado, em São Francisco de Itabapoana e Quissamã, onde não há expectativa de ganhos no mercado imobiliário, a elaboração dos planos diretores se deu com certa tranquilidade e, aparentemente, sem assédio especulativo.

Os relatos dos entrevistados nesta pesquisa ratificam a nossa convicção de que os *royalties* e as participações especiais da produção de petróleo, que fizeram Campos figurar entre as 14 maiores receitas municipais do país no ano de 2014 (LAITANO et al, 2016), são excedentes que produzem externalidades sem precedentes na urbanização e no rentismo urbano desta cidade. Há um consenso sobre a existência de uma corrida do capital imobiliário, associado ao capital financeiro, tendo Campos como meta. Se a cidade brasileira de porte médio foi um atrativo para o capital nas primeiras décadas do século XXI, uma cidade onde até mesmo a fazenda municipal se tornou rentista, apresentava um atrativo a mais. Havia muitos excedentes disponíveis à reciclagem. Some-se a isto a perspectiva de implantação do Porto do Açu que também motiva e justifica esta corrida. A maioria dos investimentos em construção de imóveis teria sido feita com este empreendimento no topo do rol de justificativas. Ainda que não fosse uma certeza, tal argumento atraía uma miríade de pequenos investidores. Para além disso, havia um substrato nacional de política econômica de inspiração keynesiana que, apesar de se omitir no que tange à regulação do capital, sobretudo financeiro, apostava no gasto público impulsionando políticas redistributivas tais como:

o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promotor de um conjunto de obras públicas de infraestrutura, gerador de um contingente de empregos que há mais de três décadas não se via no país;

o aumento da capacidade de consumo das classes subalternas, seja pela valorização do salário mínimo em cerca de 70% (ALVES, 2014) ou pelos mecanismos de transferência direta de renda atrelados a este salário mínimo fortalecido;

o processo de investimento em formação profissional que ampliou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, ao transformá-los em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta nova abordagem introduz uma abrangência espacial bem mais diversa e com um incremento de matrículas sem precedentes;

os programas de investimento na ampliação e implantação de novas universidades federais (Reuni) e de financiamento de cursos superiores em universidades privadas (Prouni);

os investimentos na Petrobras e na indústria naval nacional que se encontravam estagnadas no início do século XXI.

Esses movimentos geraram externalidades positivas no país e na região dos Caquis esperados há cerca três décadas. Toda essa ambiência de acesso ao consumo – além da ampliação do crédito – de parcelas da população, até então excluídas do mercado formal, gerou mais excedentes que se somam ao *boom* no mercado imobiliário e na sobrevalorização das áreas mais centrais. Lembremo-nos da profusão das rendas petrolíferas e a euforia com a expectativa da aproximação da economia do petróleo prometida pelo Porto do Açú. Aquelas classes subalternas que viram sua renda crescer, porém, não veem seu incremento de poder aquisitivo acompanhar a valorização da renda da terra. O aumento especulativo do mercado imobiliário não se dá numa relação aritmética de soma zero. O capital sabe muito bem trabalhar com a expectativa das pessoas e fazer preços galoparem.

Por seu turno, o poder local confirma a sua condição de comitê executivo dos interesses da burguesia (MARX; ENGELS, 1998). Com efeito, a omissão do Estado na regulação do uso e ocupação do solo pelo mercado imobiliário mais que uma atitude pusilânime, tem sido uma forma recorrente de promoção das condições gerais de produção e garantias de acumulação, quando se trata de potencializar a renda da terra urbana. Não bastasse isso, os dois mandatos do Governo Rosinha Garotinho se empenharam em promover a chamada segregação programada (LEFEBVRE, 2008). Ora, o programa de habitação de interesse social – Morar Feliz – construiu mais de seis mil casas, todas na periferia, como se em Campos não houvesse vazios urbanos centrais. Sem contar que este quadro se agravou quando gestores municipais passaram a pressionar moradores da Favela da Margem da Linha para deixarem suas casas visando a requalificação de uma área que era de uso e que o mercado vislumbrava a troca.

Enquanto isso a nau do espaço regional segue à deriva. A pendularidade e as relações de troca entre os Caquis se encorpa à revelia e descaso dos poderes públicos. Se não há mais

planejamento de longo prazo nada mais *up to date* que o abandono da discussão da região nestas plagas. O IBGE (2017) acaba de lançar uma nova configuração regional do Brasil. A Microrregião de Macaé – Quissamã, inclusive – se junta com Rio das Ostras e Cabo Frio. A Microrregião de Campos se junta à Mesorregião Noroeste decretando o ressurgimento do antigo Norte Fluminense. Uma das leituras que se pode fazer desse novo desenho regional proposto pelo IBGE é que, com exceção de Quissamã, os Caquis estariam se afastando da economia do petróleo. Nunca o Porto do Açu foi tão importante como projeto estruturante para esta região, sobretudo a nova Região Intermediária de Campos dos Goytacazes (BRASIL, 2017). Há quem diga, inclusive, que o frenesi de Eike Batista, por linhas tortas, salvou Campos da ameaça de se transformar em cidade fantasma. Aparentemente alheios a isso tudo, uma vez que o cenário de perdas com as receitas petrolíferas saturou a agenda, os gestores locais internalizam ainda mais debates e ações. Isso vem ocorrendo em municípios que, segundo Roberto Pessanha, em entrevista nesta pesquisa, nunca foram tão regionais. Não se observa, neste momento, o debate em torno das oportunidades trazidas ou de iniciativas tais como:

a Ferrovia Vitória-Rio (EF-118);

a Ponte da Integração que liga São Francisco de Itabapoana a Campos e São João da Barra a caminho do Porto do Açu ;

o Arco Rodoviário do Norte Fluminense que se articula espacialmente com a EF-118 e a Ponte da Integração;

a identificação e proposição, a partir de São Francisco do Itabapoana, da mediação espacial com o futuro Porto Central e o Espírito Santo como um todo;

a busca da revalorização da agricultura e da pecuária regionalmente integradas;

a concepção de uma estrutura viária e de transporte coletivo ágil que consolide esta regionalidade;

a formulação de boas práticas de gestão de recursos hídricos e de saneamento ambiental para além do consórcio que prevê a disposição final de lixo no aterro sanitário localizado em Conselheiro Josino, em Campos;

a articulação dos municípios com os diversos campi do IF Fluminense, a UFF e a Uenf visando formulações para o desenvolvimento regional em regime cooperativo;

a ressignificação da Ompetro com uma institucionalidade renovada que valorize a cooperação regional;

a reativação do Parlamento Regional do Norte Fluminense que perdeu expressão na atual legislatura etc.

Culminando, apresentamos uma proposta proveniente de ideias que brotaram durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa e que tomamos a liberdade de consolidar. Nos depoimentos da urbanista Teresa Peixoto Faria e do sociólogo José Luis da Cruz, pensou-se a possibilidade de se resgatar o legado da Fenorte, incorporado recentemente à Uenf, como um grupo capacitado para a formulação de propostas e práticas de desenvolvimento regional. Acatamos também uma sugestão do jornalista Vítor Menezes Gomes, que vislumbrou a utilização da estrutura centenária, fecunda e capilar do IF Fluminense vocacionada para o desenvolvimento regional. Com a aderência da UFF, com sua ação pioneira e potente neste campo, teríamos o que o professor José Luiz da Cruz chamou de aproveitamento de uma intelligentsia regional que pode produzir um sem número de caminhos para os Caquis, o seu povo e seus vizinhos. A institucionalidade pensada foi a proposta do professor e sociólogo Nelson Crespo Pimentel que sugeriu um grande projeto de extensão que envolvesse as universidades locais na formulação da nossa futura identidade regional. Finalizando a sua profícua contribuição nesta pesquisa, o professor José Luis da Cruz alerta para a necessidade de que qualquer iniciativa que se empreenda há que ser discutida com as pessoas que, laboriosamente, sustentam o dia a dia. Caso contrário já nasce fadada ao fracasso.

Por fim, gostaríamos de destacar, entre as contribuições desta pesquisa, a formulação de um paradigma metodológico que tenta inovar quando investiga o que há para além da sociedade civil na conformação do amálgama que vem a ser a construção do Estado ampliado na sua versão local. Mais que entender a organicidade deste Estado a caminho (ou não) da integralidade, buscamos registrar as experiências, anseios e as contradições que permeiam o cotidiano dos intelectuais que compõem este processo. O que vivenciam, testemunham, pensam e o que têm a dizer sobre direito à cidade as pessoas que se dedicam diuturnamente a cuidar da consolidação da hegemonia ou da construção de alternativas contra-hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ABEGÁS (Rio de Janeiro). Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Ed.). Repsol Sinopec se prepara para desenvolver projeto gigante de gás. 2015. Fonte: **Valor Econômico**. Disponível em: <<http://www.abegas.org.br/Site/?p=47437>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

A EXPOSIÇÃO Farroupilha. **A Federação: Orgão do Partido Republicano Liberal**. Porto Alegre, p. 1-1. 24 ago. 1935.

A GRANDE Aposta. Direção de Adam McKay. Produção de Plan B Entertainment; Regency Enterprises. Intérpretes: Christian Bale; Steve Carell; Ryan Gosling; Brad Pitt; John Magaro; Karen Gillan; Melissa Leo; Marisa Tomei. Roteiro: Adam McKay; Charles Randolph. Música: Nicholas Britell. 2016. DVD (130 min.), DVD, son., color. Legendado. Adaptação do livro "The Big Short" de Michael Lewis.

ALBERTI, Verena. Beyond the Versions: possibility of narrative in oral history interviews. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE "MEMORY AND GLOBALIZATION", 13., 2004, Roma. **Anais...** Rio de Janeiro: Cpdoc, 2004. v. 1, p. 1 - 22. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1469.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e a nova miséria espiritual das massas no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/sS67OS>>. Acesso em: 14 maio 2017.

ALVES, Heloisa. Manhães. **A Sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Modernização Urbana e Poder Político em Campos dos Goytacazes (1930-40). In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Ufba, 2011. v. 1, p. 25 - 40. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2581373-Modernizacao-urbana-e-poder-politico-em-campos-dos-goytacazes-1930-40.html>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

AMORIM FILHO, Oswaldo e SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida e Serra, Rodrigo Valente (orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 393 p.

AMORIM, Paulo Henrique. **Almirante Othon peitou os EUA: O Putin deixava prender o Almirante Othon, Dilma?**. 2015. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2015/07/28/almirante-othon-peitou-os-eua>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

APÓS 70 ANOS, Justiça Brasileira Ainda Discute Ataque de Submarino Alemão. **Estadão** online. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-70-anos-justica-brasileira-ainda-discute-ataque-de-submarino-alemao,162466e>>. Acesso em: 5 maio 2015.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas, p. 11 – 74. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos Bernardo. **A Cidade de Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. 192 p.

A SOCIOLOGIA marxista da religião (Curso / Aula 1). Direção de Michael Löwy. Produção de **Programa Escola de Altos Estudos da Capes**. Realização de Curso de Pós-graduação em Sociologia da Usp. Coordenação de Rui Braga. Intérpretes: Michael Löwy. Roteiro: Michael Löwy. São Paulo: Boitempo, 2014. 1 DVD (76 min.), digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFY_poT0X6U>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ARAÚJO, Tania Bacelar de. Desenvolvimento Regional no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 31 de agosto de 2012. Informação oral em participação em mesa redonda no “**I Seminário de desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**: Abordagens e Experiências”.

ATTILANO Chrysostomo de Oliveira: Agradecimento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 ago. 1942. p. 4-4.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (Brasília). Auditoria Cidadã da Dívida (Org.). **Números da Dívida**. 2017. Disponível em: <<http://www.auditoriacidadada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

A URBANIZAÇÃO de Vitória. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 4-4. 24 mar. 1945.

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu, (orgs). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo, Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: REZENDE, Vera F. (Org.). **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. Niterói - RJ: Editora da UFF, 2012. Cap. 6. p. 177-196.

BACOCOLI, Giuseppe. **O Dia do Dragão**: ciência, arte e realidade no mundo do petróleo. Rio de Janeiro: Synergia, 2009. 4008 p.

BARRETO, Ilson Juliano. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). **Espaço e Economia**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-11, 31 dez. 2012. Semestral. OpenEdition. <https://goo.gl/mZ7DnV>. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/374>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BARRETO, Nina Maria de Souza; QUINTO JÚNIOR, Luiz de Pinedo. A (re)produção do espaço capitalista nas áreas de grandes empreendimentos: uma análise comparativa entre os conflitos socioambientais nos Complexos Portuários do Açu e de Suape. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 6, n. 1, p.57-67, 2 jan. 2012. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/c7H4pE>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001. 258 p.

BEINSTEIN, Jorge. **A Crise na Era Senil do Capitalismo**: esperando, inutilmente, o quinto Kondratieff. 2009. Tradução: Katarina Peixoto. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-crise-na-era-senil-do-capitalismo-Esperando-inutilmente-o-quinto-Kondratieff/7/14771>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BERABA, Marcelo. Conversão religiosa Amplia Voz do Radialista Garotinho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, online, 07 jul. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj0707200204.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BERDOULAY, Vincent. Modernismo e espaço público: o plano Agache do Rio de Janeiro, In: **Revista Território**, n. 11,12 e 13. Ano 7, set-out. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002-2004, p. 123-132.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 465 p. (Companhia de Bolso). Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioratti.

BLADE Runner. Direção de Ridley Scott. Produção de Michael Deeley. Realização de Ridley Scott. Intérpretes: Harrison Ford; Rutger Hauer; Sean Young; Edward James Olmos; Daryl Hannah.. Roteiro: Hampton Fancher e David Peoples. Música: Vangelis. Los Angeles: The Ladd Company; Tandem Productions; Sir Run Run Shaw, 1982. 1 (117 min.), DVD, son., color. Legendado.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas - Sp: Editora da Unicamp, 2012. 238 p.

BRASIL. **Decreto nº 19.717, de 20 de Fevereiro de 1931** – Estabelece a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada, e dá outras providências. Publicação Original Portal Câmara dos Deputados. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19717-20-fevereiro-1931-518991-norma-pe.html>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 20.761, de 7 de Dezembro de 1931** – Crea [cria] a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar e dá outras providências. Publicação Original Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20761-7-dezembro-1931-519440-norma-pe.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 22.789, de 1º de Junho de 1933** – Crea [cria] o Instituto do Açúcar e do Alcool e dá outras providências. Publicação Original Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22789-1-junho-1933-503228-norma-pe.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

BRASIL. Getúlio Vargas. Presidência da República. **Carta Testamento**. 1954. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. João Goulart. Presidência da República. **Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964**. 1964. Empresa Brasileira de Comunicação - EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6151, de 04 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. II PND. Brasília, DF: IBGE, 06 dez. 1974. v. 1, p. 1-149.

BRASIL. Constituição (1988). Carta Magna, de 05 de outubro de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. ed. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?squence=1>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BRASIL. Márcio Moreira Alves. Senado Federal. **O que é política?** 1999. Senadores na Mídia. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/6/zn061747.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF: Governo Federal, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Dilma Rousseff. Presidência da República. **Íntegra do Discurso de Posse da Presidente Dilma Rousseff no Congresso**. 2015a. Agência Câmara Notícias. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Janaina. Universidade Federal de Santa Catarina (Comp.). **2000 – Derramamento de Óleo na Baía de Guanabara**. 2015b. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil - Ceped. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/2000-derramamento-de-oleo-na-baia-de-guanabara/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL. Previdência Social. Lei Orgânica de Assistência Social (Ed.). **Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)**. 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>>. Acesso em: 14 maio 2017.

BRAZ, Ralph. **Aniversário de Campos dos Goytacazes, 178 anos**. 2013. Disponível em: <<http://ralphbraz.blogspot.com.br/2013/03/28-de-marco178-anos-de-campos-dos.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.5-24, 1 jun. 2006. Bimestral. Disponível em: <<https://goo.gl/Kl4pkz>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CAMARGO, Aspásia et al (Org.). **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 587 p.

CAMPOS, Click. **Campos é um lugar incrível!** 2017. Disponível em: <<https://www.clickcampos.com/2017/03/22/campos-e-um-lugar-incrivel/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CAMPOS 24 HORAS (Campos - Rj). Campos 24 Horas (Ed.). **Porto do Açú terá a maior base de apoio offshore do mundo**: Com 1.030 metros de cais, previsão é que a base movimente 10.800 embarcações/ano. 2015. Disponível em: <<http://campos24horas.com.br/portal/porto-do-acu-tera-a-maior-base-de-apoio-offshore-do-mundo/>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DE CAMPOS. Mapas e Arquivos. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/eX4GpT>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Marcio Fernandes. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. **Bairro Legal: mais qualidade de vida para moradores de Donana**. 2015. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30668>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Secretaria de Comunicação (Ed.). **Presidente da Caixa nesta quinta em Campos para inauguração do Minha Casa, Minha Vida do Santa Rosa**. 2016. Disponível em:

<http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35596>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Daniela Nascimento. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. **Reunião discute pedido de mudança no traçado do contorno**. 2017. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=38705>. Acesso em: 31 jan. 2017.

CAPEL, Horácio. **La morfologia de las ciudades**: v I. Sociedad, Cultura e paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CARNEIRO, Juliana da Silva Pinto. **O despertar de Nina Arueira**: da disputa da memória à construção do mito. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2002.

CASTELLO, Rodrigo. O Novo Desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do Pensamento Econômico Brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 112, p.613-636, 14 nov. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, volume II). Tradução: Klauss Brandini Gerhardt.

_____. **A sociedade em rede**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 698 p. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, volume I). Tradução: Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt.

CASTRO, Juliana. Justiça do Rio condena ex-presidente da Eletronuclear a 43 anos de prisão: Ex-presidente da Andrade Gutierrez e sócio da Engevix também foram condenados. **O Globo**. Rio de Janeiro, 04 ago. 2016. Brasil, p. 3-3. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/justica-do-rio-condena-ex-presidente-da-eletronuclear-43-anos-de-prisao-19849877>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CENTRAL, Porto. **O Projeto**. 2017. Disponível em: <<http://www.portocentral.com.br/pb/o-projeto/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CHEGOU o Sr. Agache. **Diario Carioca**. Rio de Janeiro, p. 6-6. 25 abr. 1941.

CHERUBINE, Marcela; TREVAS, Vicente (Org.). **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 144 p. (Projetos para o Brasil). Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2013/11/5Trevas.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S.a., 2003. 350 p. (Estudos). Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues.

CIARELLI, Mônica. Chouest, dos EUA, dobra estrutura no Porto do Açu: Empresa adiantou investimentos para montar no porto a maior base de apoio à produção de petróleo em alto-mar do mundo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, Sp, 22 jun. 2015. Economia, p. 3-3. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,chouest--dos-eua--dobra-estrutura-no-porto-do-acu,1710747>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e a questão teórico metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, p 130-155, 2002.

CLEY SCHOLZ (São Paulo). Após 70 anos, justiça brasileira ainda discute ataque de submarino alemão: Superior Tribunal de Justiça negou recurso de parentes de pescadores de barco abatido em Cabo Frio que pedem indenização por danos morais. **O Estadão**. São Paulo, 21 ago. 2013. Economia, p. 22-22. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-70-anos-justica-brasileira-ainda-discute-ataque-de-submarino-alemao,162466e>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo. (Orgs.). **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 274 p.

COCCO, Giuseppe (Org.). **A cidade estratégica: novas e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro: a impostura do Porto de Sepetiba**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2001. 140 p. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

COELHO, Franklin Dias (Coord.). **Planejando o nosso desenvolvimento: sensibilização para o planejamento estratégico do município de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Escola Técnica Federal de Campos, 1996. Relatório. 47 p. Mimeo.

COMO Falou aos Campistas, no Banquete do Trianon, o Presidente Getúlio Vargas: o churrasco na Usina de Queimados – a inauguração do busto de Saldanha da Gama – “Te-Deum” e as visitas aos estabelecimentos industriais e de ensino; o regresso hoje do chefe da Nação e sua comitiva. **O Jornal**, Rio de Janeiro, p. 5, 25 jun. 1936.

COMO Foi Comemorada em Campos a Data Natalícia do Interventor Fluminense. **O Fluminense**. Niterói, RJ, p. 1-1. 16 jul. 1943.

CONFERÊNCIAS: Orquestração urbanista. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 4-4. 12 ago. 1942.

CORDEIRO, Hélvio Gomes. **O Historiador - Preservando nossa História: MANUEL RODRIGUES PEIXOTO**. 2010. Disponível em: <<http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2010/08/manuel-rodrigues-peixoto.html>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000. 176 p.

_____. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011a. 175 p.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O Leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. 375 p.

CRISE Alimentícia. **A Actualidade**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 ago. 1859.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. 2003. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Ippur, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Cap. 3. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/JoseLuisViannaDaCruz.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 9, p.49-67, 2 jan. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/ZpAvq1>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. **Desenvolvimento e Civilização** – homenagem a Celso Furtado. Universidade o Estado do Rio de Janeiro, mimeo, 2013. 597 p

_____. **O Papel do Estado em um Mundo Globalizado**. 2014a. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/opapeldoestadoemummundogloba.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

_____. **A Revolução Científico-Tecnológica**: a Nova Divisão Internacional do Trabalho e o Sistema Econômico Mundial. 2014b. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/arevocienttecno.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

DR. ATTILANO Chrysostomo de Oliveira: 7º dia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 7. 31 jul. 1942. Atos Religiosos

EDF NORTE FLUMINENSE (Rio de Janeiro) (Ed.). **A empresa**. 2016. Disponível em: <<http://www.edfnortefluminense.com.br/br/index.php>>. Acesso em: 22 out. 2016.

EM 2001, explosão da plataforma P-36 deixou 11 mortos na Bacia de Campos: Maior do país na época e avaliada em US\$ 350 milhões, embarcação da Petrobras afundou. Maior do país na época e avaliada em US\$ 350 milhões, embarcação da Petrobras afundou. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 mar. 2016. Economia, p. 5-5. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-2001-explosao-da-plataforma-36-deixou-11-mortos-na-bacia-de-campos-9483525>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. O Plano de Saneamento de Campos: o higienismo redentor de Saturnino de Brito. In: **Anais do Seminário Saturnino de Brito: 100 anos do Projeto de Saneamento de Campos**. São José do Rio Pardo: Editora Viena, 2003. v. 1. p. 19-33.

FAVARETTO, Rodolfo Ispier. **Securitização de Recebíveis**: aspectos jurídicos e econômicos da operação. 2015. 122 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Direito Privado e Processo Civil, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP, Ribeirão Preto - SP, 2015. Cap. 1. Disponível em: <<https://goo.gl/yQgfnQ>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FERREIRA, Avelino; ALMADA, Maria Waleska. **Vereadores que foram Prefeitos: 1907-2010**. 2016. Câmara Campos Editora. Campos dos Goytacazes/RJ. 2016. Disponível em: <<http://www2.camaracampos.rj.gov.br/images/livro02.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a História de Campos dos Goitacases**: Desde os tempos coloniais até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Esquilo, 1979. 497 p. Edição Comemorativa.

FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo) (Ed.). **OGX não entra em acordo com credores e fica mais perto de recuperação judicial**. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/10/1363668-ogx-encerra-negociacao-sem-acordo-com-credores-de-us36-bi.shtml>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FREITAS, Stella. **G1 Norte Fluminense**: Confira as melhores e piores notas do Ideb 2015 no Norte e Noroeste do RJ. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2016/09/confira-melhores-e-piores-notas-do-ideb-2015-no-norte-e-noroeste-do-rj.html>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: CIAVATTA, Maria. **Gaudêncio Frigotto um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012, p.159-176.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 89 p.

G1 (São Paulo). G1. **Indústria comemora 30 anos do 1º carro a álcool no país**: Fiat 147 foi o primeiro modelo movido a álcool combustível. Tecnologia evoluiu com chegada dos motores flex há seis anos. 2009. Do G1, em São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1234087-9658,00.html>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

G1 (São Paulo). G1 (Ed.). **Grupo norte-americano EIG assume controle da LLX na próxima semana**: Empresa de logística de Eike divulgou conclusão das negociações nesta 5ª. LLX também divulgou assinatura de novo financiamento de R\$ 900 milhões. 2013. Do G1 em São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/10/grupo-norte-americano-eig-assume-controle-da-llx-na-proxima-semana.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

G1 (São Paulo). G1 (Ed.). **Compra do BG Group torna Shell maior sócia da Petrobras:** negócio de US\$ 70 bilhões cria grande potência no pré-sal brasileiro. Essa é a primeira grande fusão no setor de petróleo em mais de 10 anos. 2015. Da Reuters. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/04/shell-compra-bg-group-e-vira-maior-socia-da-petrobras.html>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

G1 (Norte Fluminense). G1. **Operários da Ponte da Integração são demitidos antes da conclusão da obra:** Afirmação é do Sindicato da Construção Civil de Campos, RJ. Obra ligará São Francisco de Itabapoana a São João da Barra. 2016. Do G1, em São João da Barra. Disponível em: <<https://goo.gl/5Vn7RZ>>. Acesso em: 06 maio 2017.

GANTOS, M. C.; SOUZA FRANCISCO, Q. De Usinas e Usineiros: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000). In: **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo.** ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

GLORIA da Industria Nacional: A Fundação Goytacaz fabricou a primeira moenda para usinas de assucar. **O Radical**, Rio de Janeiro, p. 4, 7 jul. 1936.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p. (Questões da Nossa Época). Volume 123.

_____. Os Conselhos Municipais e a Gestão Urbana. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. **Governança Democrática e Poder Local:** a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. Cap. 2. p. 57-94.

_____. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2014. 157 p.

GOMES, Margarida Mussa Tavares; GOMES FILHO, Hélio. Suburbanização e Novo Urbanismo em Cena: pensar o filme para pensar a cidade. **Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.174-192, 1 jul. 2016. Trimestral. Disponível em: <<https://goo.gl/ToKzDK>>. Acesso em: 28 maio 2017.

GOMES FILHO, Hélio. **A Experiência de Plano Estratégico no Município de Campos Dos Goytacazes:** Um cabra marcado para morrer. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Economia, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003. Cap. 11. Disponível em: <<https://goo.gl/YED5Vt>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2. **Arquitextos**, São Paulo, ano 05, n. 059.04, Vitruvius, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/473>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 333 p. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

GREENPEACE (Brasil). Greenpeace (Ed.). **Vazamento de óleo no Paraná - A responsabilidade da Petrobrás**. 2000. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/vazamento-de-leo-no-parana/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

HÁ 83 anos, Campos inaugurava linha telefônica para o Rio, Niterói e São Paulo. **Jornal Ururau Online**. Disponível em <<http://www.ururau.com.br/cidades10599>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 349 p. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

_____. The 'New' Imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register: The New Imperial Challenge**, Pontypool, v. 40, p.63-87, 1 out. 2004. Anual. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/441#.WJUFXvkrKUI>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. **Social Justice and City**. Athens, Georgia - Usa: University Of Georgia Press, 2008. 354 p.

_____. Alternativas ao Neoliberalismo e o Direito à Cidade. In: **Novos Cadernos NAEA**, Belém: UFPA. v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

_____. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 235 p. Tradução: João Alexandre Peschanski.

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 252 p. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves.

_____. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a. 201 p. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves.

_____. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014b. 294 p.

HEIDENFELDER, Wilson. **Fotos antigas de Campos dos Goytacazes**. 2010. Disponível em: <<http://wilsonheidenfelder.blogspot.com.br/2010/07/fotos-antigas-de-campos-dos-goytacazes.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 598 p. Tradução: Marcos Santarrita.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 220 p.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 22 ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: LTC, 2010. 295 p. Tradução: Waltencir Dutra.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das Cidades**. 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. (Ed.). **Censo Demográfico 2010**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 04 maio 2017.

_____. Coordenação de Geografia. **Cidades**. 2016a. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/TR7>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Coordenação de Geografia. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. 2016b. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510 p. (Coleção a). Tradução: Carlos Mendes Rosa.

JAMESON, Fredric. **A Cultura do Dinheiro**: ensaios sobre globalização. 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001. 207 p. (Coleção Zero à Esquerda). Tradução: Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares.

KOSIK, Karel. O mudo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: _____. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 09-20.

KOWARIK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202 p. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 44).

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: 34, 2000. 144 p. Fotografias de Tomás Resende.

KURZ, Robert. A origem destrutiva do capitalismo: Modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. **Folha de São Paulo**: um jornal a serviço do Brasil. São Paulo, 30 mar. 1997. Opinião, Caderno 5, p. 3-3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs300303.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

LAITANO, Marcelo et al (Org.). **Anuário Multi Cidades**: Finanças dos Municípios do Brasil. Vitória-es: Aequus Consultoria, 2016. 170 p. (Volume 11). Disponível em: <<https://goo.gl/aLXgti>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). **Olhares sobre a Metrópole do Rio de Janeiro**: Política Urbana e Gestão Pública. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: Ippur/UFRJ: Fase, 2010. 216 p. (Metrópoles). Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/politicaurbana_gestaopublica.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 204 p.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até os dias de hoje. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 627 p. Tradução Marisa Rocha Motta.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 144 p.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo Metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonio da; GUICHARD, Désirée; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Org.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 41-58.

_____. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.XI, n. 245, p.21-28, 01 ago. 2007. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24507.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

_____. A Metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento: Economia - Estado - Sociedade, Curitiba**, n. 120, p.133-148, 02 jan. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/176>>. Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões.: O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **E-metropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, p.06-15, 10 set. 2015. Mensal. Disponível em: <<http://emetropolis.net/edicao/n22>>. Acesso em: 06 set. 2016.

LESSA, Carlos. In: Um Sonho Intenso. Direção de José Mariani. Intérpretes: Adalberto Cardoso; Carlos Lessa; Celso Amorim; Francisco de Oliveira; João Manuel Cardoso de Melo; José Augusto Ribeiro; José Murilo de Carvalho; Lena Lavinias; Luiz Gonzaga Belluzzo; Maria da Conceição Tavares; Ricardo Bielschowsky. Roteiro: José Mariani. Rio de Janeiro: Andaluz, 2014. (102 min.), DVD, son., color. Legendado. Consultoria de Ricardo Bielschowsky.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano: 1926 - 1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. 831 p. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis. Revisão técnica: Marco Aurélio Nogueira. 831 p.

LIMONCIC, Flávio. **A Insustentável Civilização do Automóvel: a indústria automotiva brasileira em tempos de reestruturação produtiva**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase, 2001. 107 p.

LIRA, Daniel Ferreira de. **Bitributação nos pequenos municípios brasileiros: o critério fixado pelo STF no julgamento do RE 140.773-5/210/SP e sua mitigação pelo STJ**. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21743/bitributacao-nos-pequenos-municipios-brasileiros-o-criterio-fixado-pelo-stf-no-julgamento-do-re-140-773-5-210-sp-e-sua-mitigacao-pelo-stj>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

LOPES, Alberto Costa. Evolução Urbanística de Campos: aspectos de legislação. In: COSTA, Maria de Lourdes P. M. **Legislação Urbanística Municipal no Brasil**. Relatórios de Pesquisa. Rio de Janeiro: IBAM, 1987/88.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. 2. ed. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006. 399 p. Tradução: Giovanni Semeraro.

MACPHERSON, C. B. **A Democracia Liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 118 p.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o Lugar Fora das Ideias: planejamento urbano no Brasil, p. 121 – 192. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

_____. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. 204 p.

_____. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. 219 p.

MARINGONI, Gilberto. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília-DF, v. 88, n. 1, p.42-56, nov. 2016. Bimestral. Ano 13. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed88/161123_revista_desafios_88.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARINS, José Renato Fernandes. **Apresentação Prumo**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <heliogomes58@gmail.com> em: 05 out. 2016.

MARKUN, Paulo. **Na Lei ou na Marra (1964-1968)**. São Paulo: Benvirá, 2014. 2 v. (Brado Retumbante Vol. 1).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O Manifesto Comunista 150 Anos Depois**. Rio de Janeiro / São Paulo: Contraponto / Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. Cap. 1. p. 7-41. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn.

MATTOSO, Jorge. O Brasil Herdado. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo - Boitempo, 2010. Cap. 2. p. 31-56.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**, 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 111 p.

MELLO, João Manoel Cardoso de. In: Um Sonho Intenso. Direção de José Mariani. Intérpretes: Adalberto Cardoso; Carlos Lessa; Celso Amorim; Francisco de Oliveira; João Manuel Cardoso de Melo; José Augusto Ribeiro; José Murilo de Carvalho; Lena Lavinias; Luiz Gonzaga Belluzzo; Maria da Conceição Tavares; Ricardo Bielschowsky. Roteiro: José Mariani. Rio de Janeiro: Andaluz, 2014. (102 min.), DVD, son., color. Legendado. Consultoria de Ricardo Bielschowsky.

MELO, Murilo Fiuza de. Garotinho Usa o Rádio para Conquistar Votos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, online, 26 mai. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2605200221.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

MENDOÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Org.). **Estado e Capital Imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/arte, 2011. 350 p.

MÉSZÁROS, István. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1989. 105 p. (Pequeno Formato V). Tradução: Georg Toscheff.

_____. **O Poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012. 566 p. Tradução: Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira.

MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. Portos, cidades e regiões: novas problemáticas, abordagens renovadas, Confins 2012. **Revista Franco-brasileira de Geografia**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7682>>. Acesso em 26 fev. 2017.

MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. Confins 2012. **Revista Franco-brasileira de Geografia**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7685#quotation>>. Acesso em 19 abr. 2017.

MORRISON, Allen. **The Trams & Trolleybuses of Campos**. 2013. Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/cg/cg.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MOURA, José Barata. Marx e a cientificidade do saber In: _____. **Materialismo e subjetividade** – Estudos em torno de Marx. Lisboa, Editorial Avante, 1998. p.67-145.

NACIF, Cristina L. Os anos de aprendizagem com Lysia Bernardes. MACHADO, Mônica S. e MARTIN, André R. (org). **Dicionário dos Geógrafos Brasileiros**, volume 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

NARRADORES de Javé. Direção de Eliane Caffé. Produção de Caio Gullane; Fabiano Gullane e Vania Catani. Intérpretes: José Dumont Néilson Dantas; Rui Resende; Gero Camilo e Matheus Nachtergaele. Roteiro: Eliane Caffé e Luiz Alberto de Abreu. Música: Dj Dolores. Rio de Janeiro: Bananeira Filmes, 2004. 1 VHS (102 min.), DVD, son., color.

NOTAVEL Urbanista Visita Curitiba: nossa cidade passará por um grande plano de urbanização. **Correio do Paraná**. Curitiba, p. 8-8. 03 out. 1940.

NOTÍCIAS de Campos. **A Noite**. Rio de Janeiro, p. 10-10. 20 abr. 1944.

NOVA Política – Cresce número de sem-teto em Nova York. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft13089803.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

NOVE Cidades Fluminenses em Fase de Rejuvenescimento: ouvindo o professor Agache sobre a exposição a inaugurar-se no próximo dia 5, no Museu Nacional de Belas Artes. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 19 jul. 1942. p. 5.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Mudanças no Espaço Metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole fluminense. In: SILVA, Catia Antonio da; GUICHARD, Désirée; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 79-97.

_____. Território, Estado e Políticas Territoriais: análise das políticas de gestão do território e da recente expansão/reconcentração econômica nos espaços metropolitanos. **Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona - Espanha, v. 18, n. 493, p.1-17, 1 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-493/493-43.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. 152 p.

_____. In: Um Sonho Intenso. Direção de José Mariani. Intérpretes: Adalberto Cardoso; Carlos Lessa; Celso Amorim; Francisco de Oliveira; João Manuel Cardoso de Melo; José Augusto Ribeiro; José Murilo de Carvalho; Lena Lavinias; Luiz Gonzaga Belluzzo; Maria da Conceição Tavares; Ricardo Bielschowsky. Roteiro: José Mariani. Rio de Janeiro: Andaluz, 2014. (102 min.), DVD, son., color. Legendado. Consultoria de Ricardo Bielschowsky.

OLIVEIRA, Nielmar de. Três novas regiões metropolitanas são criadas no Brasil. 2017. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/print/1077558>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

OLIVEIRA, Stnio Gomes de. **Potencial de Produção de Biocombustíveis na Região Norte Fluminense**: avaliação da integração do biodiesel com usinas de etanol. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental, Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016. Cap. 3.

O NOVO prefeito de Nova York se elegeu com uma bandeira que devia ser brasileira: o combate à desigualdade social. **Diário do Centro do Mundo**. Disponível em: <<https://goo.gl/PZgL9K>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

O PROFESSOR Agache autorizado a permanecer no paiz. **O Jornal**. Rio de Janeiro, p. 4-4. 24 abr. 1940.

OSCAR PIRES (Macaé) (Ed.). Barra do Furado: obras do Estaleiro e do Terminal de Logística da BR Offshore previstas para outubro: : O empresário Carlos Magno está comemorando o novo impulso dado às obras pelo Consórcio Terra e Mar nos seus investimentos de Barra do Furado. **Debate On: Diário de Macaé**. Macaé, p. 1-1. 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/24113/barra-do-furado-obras-do-estaleiro-e-do-terminal-de-logistica-da-br-offshore-previstas-para-outubro>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

O SENHOR Getúlio Vargas na Cidade de Campos: as homenagens prestadas ao chefe da nação. **O Radical**. Rio de Janeiro, p. 1-5. 25 jun. 1936.

PAMPLONA, Nicola. Petrobras vende fatia de áreas no pré-sal para francesa por US\$ 2,2 bilhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 dez. 2016. Mercado, Caderno 0, p. 0-0. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1843549-petrobras-vende-fatia-de-areas-no-pre-sal-para-francesa-total.shtml>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

PANTOJA, Sylvia; PESSANHA, Diomar. Reordenamento Político e Circulação das Elites em Campos dos Goytacazes: representações sociais da imprensa local (1982-2004). **ACHEGAS** – Revista de Ciência Política. Número 21 - janeiro / fevereiro 2005. Disponível em http://www.achegas.net/numero/vinteeum/silvia_e_diomar_21.htm. Acesso em: 19 abr. 2017.

PARAÍBA, Águas do. **Águas do Paraíba apoia exposição histórica sobre saneamento no Museu de Campos dos Goytacazes**. 2016. Disponível em: <<http://www.grupoaguasdobrasil.com.br/aguas-paraiba/2016/11/11/aguas-do-paraiba-apoia-exposicao-historica-sobre-saneamento-no-museu-de-campos-dos-goytacazes/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PARANHOS, Paulo. O Açúcar no Norte Fluminense. In: **Histórica: revista eletrônica do arquivo do estado**. Governo do Estado de São Paulo. N° 08, março de 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02/>. Acesso em: 02 de mar. 2014.

PATÚ, Gustavo. Uso político do BB provoca rombo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 mar. 1996. Mercado, p. 1-1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/3/24/dinheiro/1.html>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

PAVANI, Luana; TEREZA, Irany. **Siderúrgica desiste de se instalar no Superporto do Açú**: Decisão da Ternium chega no momento em que a LLX negocia venda do controle para um fundo dos EUA. 2013. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,siderurgica-desiste-de-se-instalar-no-superporto-do-acu-imp-,1072235>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

PEDLOWSKI, Marcos. **Blog do Pedlowski**. Plano Diretor de São João da Barra: qual é a razão da pressa? Roberto Moraes levanta questões para lá de pertinentes. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/g5xIOz>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

PESSANHA, José Américo Motta. **As Delícias do Jardim**. [s.d.]. Disponível em: <http://ghiraldelli.pro.br/wp-content/uploads/As_Delicias_do_Jardim-1.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

PESSANHA, Roberto Moraes. **Blog do Roberto Moraes**: Em 14 anos orçamento de Campos cresceu 40 vezes. 2007. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2007/10/em-14-anos-oramento-de-campos-cresceu.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes**: A ponte de SJB e SFI será parte do “Arco Rodoviário do Norte Fluminense”. 2012a. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2012/03/ponte-de-sjb-e-sfi-sera-parte-do-arco.html>>. Acesso em: 06 maio 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes**: Nota de Campos no Ideb é a mais baixa entre todos os 92 municípios fluminenses. 2012b. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2012/08/nota-de-campos-no-ideb-e-mais-baixa.html>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes**: "EBX e E.ON silenciam sobre rumor de venda de controle da MPX": o que isto pode significar. 2013a. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2013/02/ebx-e-eon-silenciam-sobre-rumor-de.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes**: Mapa do trajeto do aeromóvel em Campos e outras questões sobre a tecnologia e sua implantação. 2013b. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2013/06/mapa-do-trajeto-do-aeromovel-em-campos.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes**: Edson Chouest Offshore (ECO) avança no contrato com a Petrobras, agora através do Porto do Açú. 2014. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2014/11/edson-chouest-offshore-eco-avanca-no.html>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes:** A pressão para aprovar o novo Plano Diretor de SJB: quais os motivos? 2015a. Disponível em: <<https://goo.gl/xUVzuq>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia: oportunidades e riscos de inserção global em meio às novas territorialidades regionais e ao desafio da abundância na economia dos royalties no Estado do Rio de Janeiro. **Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica**, Rio de Janeiro, n. 6, p.1-40, 10 ago. 2015b. Semestral. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/1511>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes:** Projeto da Repsol Sinopec poderá levar gás ao Açu. 2015c. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2015/04/projeto-de-gas-da-repsol-sinopec-podera.html>> Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes:** Ampliando a análise da importância de uma ferrovia para a região e não apenas para o Porto do Açu. 2015d. Disponível em <<http://www.robertomoraes.com.br/2015/04/ampliando-analise-da-importancia-de-uma.html>>. Acesso em 13 jul. 2017.

_____. **Blog do Roberto Moraes:** Fusão entre Technip e FMC, empresas do setor petróleo, pode trazer desdobramentos na região. 2016. Disponível em: <<http://www.robertomoraes.com.br/2016/05/fusao-entre-technip-e-fmc-empresas-do.html>> Acesso em: 12 mar. 2017.

PESSANHA, Roberto Moraes et al. A Gênese do Complexo Logístico Industrial do Açu: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Norte Fluminense. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 10, n. 2, p.153-181, maio 2014. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/1355/382>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

PIMENTEL, Nelson Crespo Pinto. E Campos dos Goytacazes Perde a Corrida do Petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. Cap. 8. p. 239-256.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **O Ciclo do Açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: edição do autor, 1995. 348 p.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. Da Cana ao Petróleo: Uma Região em Mudança. In: PIQUET, Rosélia Perissé da Silva (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. Cap. 7. p. 219-238.

PORTO DO AÇU (São João da Barra - RJ). Prumo Logística. **Informações Portuárias do Terminal 2**: Porto do Açu. 2. ed. São João da Barra - RJ: Porto do Açu - Prumo Logística, 2017. 95 p. Disponível em: <<https://goo.gl/rWmfJj>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 364 p.

PREPARA-SE, em Campos, carinhosa recepção ao presidente Getulio Vargas. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 23 maio 1942.

PRUMO LOGÍSTICA GLOBAL (Brasil). Prumo Logística Global (Ed.). **Prumo assina contrato com Edison Chouest para instalação de base no Açu**. 2014. Disponível em: <<http://www.prumologistica.com.br/pt/imprensa/Paginas/Prumo-assina-contrato-com-Edison-Chouest-para-instalacao-de-base-no-Acu.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

RECEITA de Nova York – Prefeito destaca participação social, integração das forças policiais e investimento em tecnologia – Basta vontade para mudar polícia, diz Giuliani. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff060420.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

RESENDE, Jó Antônio. **Jó Rezende (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista52.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

REVELLI, Philippe. Vale, a Multinacional dos Conflitos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, p. 1-6. 01 out. 2010. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/vale-a-multinacional-dos-conflitos/>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

RIO DE JANEIRO. João Manoel Pereira da Silva. Província do Rio de Janeiro (Org.). **Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

RODRIGO CINTRA (Brasil). Grupo Portal Marítimo. **Fusão da FMC com a Technip foi concluída**. 2017. Disponível em: <<https://www.portalmaritimo.com/2017/01/26/fusao-da-fmc-com-a-technip-foi-concluida/>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

RODRIGO SIMÕES (Belo Horizonte). Anpur (Org.). **XVI Enanpur -Desenvolvimento, Planejamento & Insurgências: Alternativas Contemporâneas no Espaço Urbano e Regional**. 2015. Disponível em: <<http://www.xvienanpur.com.br/geral/arquivos/Caderno-de-Resumos-XVI-Enanpur.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

ROSENDO, R.C.; CARVALHO, A.M. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu, (orgs). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**, Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. 364 p.

SADER, Emir. Brasil de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir & GARCIA, Marco Aurélio. **Brasil entre o passado e o futuro**. Editora Fun0dação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. pp. 11-30.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 112, p.672-688, 14 nov. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 905 p.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Cidades Médias: novas fronteiras de oportunidades. In: SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; MARAFON, Gláucio José; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (Org.). **Rio de Janeiro: um território em mutação**. Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2012. Cap. 3. p. 47-71. Parte 1.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; AZEVEDO, Sergio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Democracia e Gestão Local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de (Org.). **Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. Cap. 1. p. 11-56.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p. (Coleção Milton Santos).

_____, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA (Município). Lei nº 228, de 10 de outubro de 2006. Institui o plano diretor do município de São Francisco de Itabapoana, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências. **Plano Diretor**. São Francisco de Itabapoana, RJ: Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana, 10 out. 2006.

SÃO JOÃO DA BARRA (Município). Lei nº 357, de 25 de maio de 2015. Institui o plano diretor do município de São João da Barra e dispõe sobre o macrozoneamento do município. **Plano Diretor**. Disponível em: <http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/plano_diretor/07-2015/Lei_357_-_Plano_Diretor_COMPILADO.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SÃO PAULO Residencial Cresce Rumo a Interlagos: importantes melhoramentos que vão ser inaugurados hoje em Interlagos, a cidade balneária, satélite da capital paulista. Obras de vulto realizadas em pleno período de guerra. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6-6. 7 set. 1945.

SJB, Barra. **Ponte da Integração será entregue após eleições 2016**. 2016. Disponível em: <<http://barrasjbnoticias.com.br/artigo/ponte-da-integracao-sera-entregue-apos-eleicoes-2016>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos Intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994. 72 p.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil**. 2009. Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a_trajectoria_n_saule_k_uzzo.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SEIXAS, Beatriz. Porto Central dá mais um passo para sair do papel: a expectativa é de que empreendimento de R\$ 5 bilhões comece a ser construído em 2018. **A Gazeta**. Vitória - Es, 21 mar. 2017. Investimento, p. 05-05. Disponível em: <<http://www.portocentral.com.br/pb/midia/porto-central-recebe-autorizacao-para-iniciar-obras/>>. Acesso em: 06 maio 2017.

SEMERARO, Giovanni. INTELLECTUAIS “ORGÂNICOS” EM TEMPOS DE PÓS-MODERNIDADE. **Cadernos Cedex**, Campinas, Sp, v. 26, n. 70, p.373-391, 01 set. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.cedex.unicamp.br>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

SENHOR Getúlio Vargas na Cidade de Campos, O: as homenagens prestadas ao chefe da nação. **O Radical**. Rio de Janeiro, p. 1-5. 25 jun. 1936.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 204 p. Tradução: Marcos Santarrita.

SERRA, Rodrigo Valente; GOBETTI, Sérgio Wulff. **Novo Marco Regulatório do Petróleo**: desafios na transição do regime de concessão para o regime de partilha. Brasília: Xvi Prêmio Tesouro Nacional, 2011. 43 p. (Tópicos Es). Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVIPremio/financas/2tefpXVIPTN/Tema_4_2.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

SERRA, Rodrigo Valente; GOMES FILHO, Hélio. **Desenvolvimento Econômico no Município de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: PMCG/Ibam, 2006. 98 p. (Plano Diretor Participativo de Campos dos Goytacazes - RJ). Mimeo.

SILVA, Marcus Welber Gomes da. Livros didáticos voltam à pauta. 2016. **Blog do vereador Marcão Gomes**. Disponível em: <<http://marcaovereadorrede.blogspot.com.br/2016/02/livros-didaticos-voltam-pauta.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**: Cebrap, São Paulo, v. 1, n. 85, p.83-102, 1 nov. 2009. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. O Lulismo e seu Futuro. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, n. 49, p.1-7, out. 2010. Mensal. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/8314-o-lulismo-e-seu-futuro>>. Acesso em: 17 maio 2015.

SNOWDEN: Herói ou Traidor. Direção de Oliver Stone. Produção de Moritz Borman; Eric Kopeloff; Philip Schulz-deyle e Fernando Sulichin. Intérpretes: Joseph Gordon-levitt; Shailene Woodley; Melissa Leo; Zachary Quinto; Tom Wilkinson; Scott Eastwood; Logan Marshall-green; Timothy Olyphant; Ben Schnetzer; Lakeith Lee Stanfield; Rhys Ifans e Nicolas Cage. Roteiro: Kieran Fitzgerald e Oliver Stone. Música: Craig Armstrong. Paris, Los Angeles e Berlim: Endgame Entertainment; Wild Bunch; Krautpack Entertainment; Onda Entertainment Vendian e Entertainment, 2016. (134 min.), son., color. Legendado.

SOFFIATI, Arthur. São Francisco de Itabapoana – RJ: Ecossistemas Nativos, Problemas Ambientais e Perspectivas Futuras. In: I ENCONTRO CIENTÍFICO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE GUAXINDIBA, 1., 2013, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Rio de Janeiro: Inea, 2013. v. 1, p. 10 - 38. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/AnaisIEncontroCientifico-EEEG.pdf>. Acesso em: 06 maio 2017.

_____. **As carências de Campos dos Goytacazes (RJ) e os Novos Empreendimentos regionais à Luz da Dimensão Ambiental**. 2014. Portal do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://goo.gl/nrrP7Y>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collete. Cidades Médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Cap. 2. p. 35-78.

SUMMARIO do dia: o rei da Espanha em Lisboa – o banco da republica – o território do Acre. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 11 dez. 1903.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, território e dinheiro. In: FIORI, José Luís da Costa, (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 492 p. (Coleção Zero à Esquerda).

_____. In: Um Sonho Intenso. Direção de José Mariani. Intérpretes: Adalberto Cardoso; Carlos Lessa; Celso Amorim; Francisco de Oliveira; João Manuel Cardoso de Melo; José Augusto Ribeiro; José Murilo de Carvalho; Lena Lavinias; Luiz Gonzaga Belluzzo; Maria da Conceição Tavares; Ricardo Bielschowsky. Roteiro: José Mariani. Rio de Janeiro: Andaluz, 2014. (102 min.), DVD, son., color. Legendado. Consultoria de Ricardo Bielschowsky.

TAXI Driver. Direção de Martin Scorsese. Produção de Julia Phillips e Michael Phillips. Intérpretes: Robert de Niro; Cybill Shepherd; Peter Boyle; Jodie Foster; Harvey Keitel. Roteiro: Paul Schrader. Música: Bernard Herrmann. Noa Iorque: Columbia Pictures, 1976. (113 min.), DVD, son., color. Legendado.

TEIXEIRA DA SILVA, F.C (coordenador) et al. **O Século Sombrio: Guerras e revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 345p.

TERRA, Denise Cunha Tavares; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. A Reestruturação Econômica e Territorial do Norte Fluminense. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. Cap. 12. p. 311-334.

TOO Big To Fail. Direção de Curtis Hanson. Intérpretes: William Hurt; Billy Crudup; James Woods; Edward Asner; Bill Pullman. Eua: HBO, 2011. (98 min.), DVD, son., color. Legendado.

TREVAS, Vicente Carlos y Piá. Uma aposta estratégica do federalismo brasileiro?: As políticas sociais emanadas da Constituição, impulsionadas pelos movimentos sociais e

acolhidas pelos partidos políticos demandaram arranjos institucionais capazes de assegurar coordenação e cooperação entre os entes federados por elas responsáveis. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, p. 06-07. 03 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1232>>. Acesso em: 07 out. 2016.

ULYSSES diz que Constituição não tem medo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 jul. 1988. Política p. 2.

VAINER, Carlos. Os Liberais também fazem Planejamento Urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

VIEIRA, Simone Pedro; FARIA, Teresa Peixoto. Princípios de Legislação Urbanística, Planejamento Urbano e Divisão do Espaço: Um Estudo do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos dos Goytacazes/RJ. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 11., 2003, Campinas-sp. **Anais...** . Campinas-sp: Unicamp, 2003. v. 1, p. 1 - 20. Disponível em: <<https://goo.gl/1Jjwq5>>. Acesso em: 08 abr. 2017

VILLAÇA, Flávio. **Plano Diretor**: modernismo X pós-modernismo? 1993. Disponível em <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pdli993.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 295 p.

VIOLA, Eduardo José; LEIS, Hector Ricardo. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: Desafios para as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, Cap. 4, 1995. p.134-160.

VISITA do Presidente da República ao Município de Campos, A: inaugurou-se hontem o busto do Almirante Saldanha da Gama. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 25 jun. 1936.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007. 137 p. Tradução: Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira.

WIKILEAKS (Suécia). Wikileaks (Ed.). Brazil - **Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal**. 2011. Disponível em: <<https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

APÊNDICE A – Caracterização dos intelectuais

1. **Alexis Wallace Sardinha** – Advogado, assistente jurídico concursado na Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Foi uma das lideranças do movimento jovem autodenominado *Cabrunco Livres*, que teve papel de destaque durante as manifestações de junho de 2013 (GOHN, 2014) no município de Campos. O advogado Alexis Sardinha tem muito trânsito entre os movimentos sociais, particularmente no movimento estudantil, associação de moradores, entre os partidos de esquerda e no MST.

2. **Aristides Arthur Soffiati Neto** – historiador, professor aposentado da Faculdade de Serviço Social da UFF, em Campos. É doutor em História Social pela UFRJ. Fundador, no ano de 1979, do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFC) – ONG que fez história na luta ambientalista em Campos e no Norte Fluminense. Se destacou, nesses quase 40 anos, como o ambientalista de maior projeção nessa região.

3. **Dom Roberto Francisco Ferrería Paz** – Bispo titular da Diocese de Campos desde oito de junho de 2011. Nascido no Uruguai, foi criado no Rio Grande do Sul, onde se naturalizou brasileiro. Graduado em Filosofia e mestre em Direito Canônico. Foi a única entrevista por e-mail, devido às suas viagens e compromissos. No que obste ter fugido ao critério da História Oral, decidimos considerar suas informações, dada a sua preocupação com as questões políticas e socioeconômicas, sua proximidade com os movimentos sociais e o peso que tem a quase centenária Diocese de Campos na história desse município e arrabaldes. Ela abrange 622 capelas em 18 municípios das regiões Norte e Noroeste. Durante mais de três décadas (entre 1949 e 1981), Campos teve como bispo Dom Antônio de Castro Mayer, sacerdote extremamente conservador, tradicionalista e controverso – possuía ligações com o movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP). Esse período contém a saga de uma cepa de clérigos e fiéis tradicionalistas, que influenciam o comportamento da comunidade católica de forma bastante capilarizada nessas plagas até os presentes dias. Acredita-se que a presença desse bispo permita uma renovação de ares nas paróquias dessa diocese. Como as opiniões do Bispo D. Roberto Paz foram bastante concisas, objetivas e são seu pensamento expresso de forma literal, consideramos interessantes colocá-las como epígrafes de abertura dos textos de resposta a cada uma das questões.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao bispo, a rigor, ser um intelectual tradicional – considerando-se a nossa abordagem gramsciana. Entendemos, porém, que a influência da igreja católica hoje, como das demais religiões, não tenha muito peso na produção

e difusão do conhecimento, no processo educativo e na configuração de comportamentos. Acreditamos ainda, que um bispo católico de inclinações progressistas seria um personagem ímpar para representar a figura de Prometeu. Assim, decidimos por diluir a densidade da sua representação entre intelectuais orgânicos e evitar tratar de exceções no processo de coleta de informações. Entendemos que privilegiar uma única exceção não acrescentaria muito ao resultado global. Afinal, a participação do bispo D. Roberto Paz, nesta pesquisa, encontra-se repleta de situações especiais.

4. **Denise Cunha Tavares Terra** – economista, pesquisadora e professora do Curso de Administração Pública do CCH/Uenf. É doutora em Geografia pela UFRJ. Foi professora por mais de 20 anos da Ucam em Campos. Participou como pesquisadora no Programa de Cidade de Porte Médio e representou a Ucam no Plano Estratégico de Campos entre 1997 e 2001. Extremamente atenta aos acontecimentos na região, participa com frequência dos fóruns de discussão das questões regionais. Frequentou amiúde as reuniões e audiências públicas de elaboração do Plano Diretor Participativo de Campos. É uma das estudiosas dos royalties do petróleo.

5. **Evanildo dos Santos Leite** – Tecnólogo em manutenção industrial, doutorando em Engenharia e Ciências dos Materiais na Uenf e professor dos cursos técnico e tecnólogo em Telecomunicações do Instituto Federal Fluminense (IFF) em Campos. Colaborou na implantação do campus do IFF em São João da Barra, além de ter implantado e dirigido os campi desse instituto em Quissamã e Itaperuna. Foi membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Quissamã (Compat). Em função da sua atuação profissional em três dos Caquis e da sua militância regional no Rotary Clube, Evanildo tem muito a dizer sobre as relações desses municípios, das imbricações e entrelaçamentos dos seus fluxos. Implantar um campus de um instituto federal obriga a uma compreensão da vida do município e da região onde ele se instala, uma vez que o processo exige uma análise profunda e uma relação de transparência com as diversas representações locais.

6. **Fernando José Coutinho Aguiar** – Arquiteto, diretor da empresa, do ramo moveleiro, Campos Neon Indústria e Comércio LTDA. Presidente do Conselho da Representação Norte da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, desde 13 de maio de 2015. Antes do cargo já havia representado a Firjan/NF no Cmmau. É considerado uma liderança jovem e capaz de promover a renovação nessa entidade, haja vista que o seu antecessor estava no cargo há mais de 20 anos. Outro aspecto de destaque nessa eleição é que

o novo presidente do conselho, eleito por unanimidade, não seja oriundo do sindicato dos usineiros.

7. **George Mendes Marinho** – Engenheiro Civil, funcionário concursado e Coordenador Regional do Crea-RJ no Norte Fluminense em Campos dos Goytacazes. Representa o Crea no Cmmau há cerca de uma década e já foi seu vice-presidente por mais de um mandato na condição de representante da sociedade civil. O Crea é considerado instituição da sociedade civil, pois ainda que seja uma autarquia de natureza pública, ele se sustenta com a contribuição dos profissionais de engenharia e com os serviços que presta na regulação dessa atividade. Ou seja, esta instituição não recebe nenhum tipo de subvenção pública. Aspectos e peculiaridades do ambiente natural e construído, são regulados e fiscalizados por seus inspetores. Dessa forma, o Crea se constitui numa organização não governamental com posição de destaque na regulação da construção e manutenção e gestão ambiental da cidade.

8. **João Carlos de Souza Coutinho** – Arquiteto, com mestrado em planejamento urbano e regional e Curso de Teologia em Seminário da Igreja Batista. O pastor João Coutinho, um dos três religiosos entrevistados, foi presidente da Associação Norte Fluminense de Engenheiros e Arquitetos. Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo nos Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (Isecensa), é representante dessa instituição no Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal da PMCG (Coppam).

9. **José Luís Maciel Puglia** – arquiteto, com mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Professor aposentado do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFF, atualmente leciona no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Isecensa. É um dos entrevistados mais longevos na sociedade política de Campos. Foi subsecretário de obras, subsecretário de planejamento e secretário de obras – entre outros cargos –, atuando na sociedade política, quase que ininterruptamente, entre 1989 e 2008. Trabalhou com Anthony Garotinho nos seus dois mandatos e nos três mandatos subsequentes dos seus herdeiros políticos. Em função desses sucessores terem rompido com o patriarca, o professor José Puglia não colaborou nos dois mandatos da prefeita Rosinha Garotinho, já que não é funcionário de carreira na PMCG. Dono de uma memória privilegiada e de uma sinceridade cortante, é o tipo de fonte oral boa de se consultar. As entrevistas com ele sempre rendem muitas e boas informações.

10. **José Luis Vianna da Cruz** – sociólogo, doutor em Planejamento Urbano e Regional e professor aposentado da Faculdade de Serviço Social da UFF em Campos. É pesquisador e professor dos cursos de Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade na Ucam – Campos. O professor José da Cruz trabalhou como pesquisador no Programa de Cidade de Porte Médio na década de 1980, em Campos e foi um dos coordenadores técnicos

do Plano Estratégico de Campos entre 1997 e 2001. É um dos principais intérpretes das Regiões Norte e Noroeste Fluminense. Um dos primeiros a começar a estudar consistentemente o processo de desenvolvimento nessas plagas e um dos que ainda persistem em continuar. É uma fonte fértil de boas e precisas informações. Não há como estudar essa região de maneira séria sem conversar com o professor José Luis Vianna da Cruz.

11. **José Manoel Siqueira Pereira** – Arquiteto, mestre em planejamento urbano e regional. Na ocasião da entrevista (21 de dezembro de 2015) era arquiteto e urbanista da Fundação Estadual do Norte Fluminense e seu representante no Coppam/PMCG. Nesse ínterim, com a extinção dessa fundação, veio a ser remanejado – bem como os mais de 100 servidores seus colegas –, pelo governo do ERJ, para a Uenf onde atua como Técnico de Nível Superior. É professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Isecensa.

12. **Luciano D'angelo Carneiro** – Professor aposentado de matemática do IFF e da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Foi um importante líder sindical no final dos anos 1970, estando à frente do Centro Estadual de Professores (CEP-RJ), hoje Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe-RJ). Nesse sindicato foi figura de destaque na mobilização do movimento que conseguiu organizar greves, ainda na ditadura, quando obtiveram vitórias significativas perante o Governo Chagas Freitas. Foi secretário de Agricultura em Campos, além de secretário de fazenda em Niterói e também em Campos. O professor Luciano Carneiro talvez seja uma das maiores lideranças atuantes da esquerda na Região Norte Fluminense. Foi suplente de deputado federal, nas eleições de 1990, e esteve muito próximo de assumir uma cadeira no parlamento, caso Benedita da Silva tivesse ganho de Cesar Maia no segundo turno da eleição de prefeito em 1992 no Rio. Também foi candidato a prefeito de Campos pelo PT em 1996, porém numa eleição em que Anthony Garotinho venceu com ampla vantagem, ainda no primeiro turno.

13. **Luiz Mário de Azevedo Concebida** – Jornalista e advogado, atuou em rádio, jornal e TV em Campos. Ingressou na política aliando-se aos setores conservadores, sobretudo produtores de cana e usineiros. Sua atuação mais relevante na sociedade política, porém, vem da aproximação com Ranulfo Vidigal Ribeiro (ver o 19º entrevistado) e a social democracia herdeira do brizolismo em Campos. Nesse momento assume uma das coordenações técnicas do Plano Estratégico de Campos e alguns cargos de destaque nos governos Arnaldo Vianna e Alexandre Mocaiber. Participou da implantação do Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam), que foi uma tentativa de fundo para financiar atividades produtivas que tornassem o município independente dos royalties do petróleo. Foi também secretário executivo da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), uma proposta de união diante

da mudança na lei que definia a partilha territorial dos royalties devidos aos produtores desse recurso mineral. No decorrer dos seus mandatos, Arnaldo Vianna e seu herdeiro e sucessor, Alexandre Mocaiber, rompidos com Anthony Garotinho, se aproximam dos setores politicamente mais atrasados da sociedade campista e Luiz Concebida volta a se enfileirar entre conservadores. Terminado o Governo Mocaiber, com eleição de Rosinha Garotinho, ele assume a gerência da Representação Regional da Firjan no Norte Fluminense (Firjan-NF). Luiz Concebida é um acervo vivo, repositório de muitas informações, graças à sua organização, memória privilegiada e presença assídua nos momentos importantes da vida política da região.

14. **Mario Terra Areas Filho** – Advogado e procurador da PMCG há mais de três décadas. Foi assessor jurídico da Câmara de Vereadores de SFI. Recebeu um convite para atuar como coordenador da Procuradoria da PMSFI, contudo não foi liberado pela PMCG, onde foi indicado para ser procurador da Fundação Jornalista Oswaldo Lima (FJOL/PMCG), onde espera ficar até outubro, quando se aposenta podendo, então, atender ao convite da prefeita de SFI. Mario Areas Filho possui bastante relações políticas no município de SFI. Seu depoimento é de extrema valia para que possamos inferir como se comportam os fluxos entre esse município e Campos.

15. **Nelson Crespo Pinto Pimentel** – professor do curso de Licenciatura em Geografia do IFF. Sociólogo, mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade e doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade na Universidade Candido Mendes Ucam – Campos. Foi professor da Faculdade de Serviço Social da UFF em Campos. Foi secretário geral da Federação da Associação de Moradores de Campos (Famac) e participou da construção da campanha da histórica chapa da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj). Essa chapa tinha na liderança Chico Alencar, hoje deputado federal pelo PSOL. Chico Alencar sucedeu a Jó Rezende – que também fez história na Famerj –, que saía para se eleger vice-prefeito do Rio, pelo PDT, com Saturnino Braga como prefeito. Já neste século, o professor Nelson Pimentel, representou a ONG Cidade 21 no Cmmau, tendo participação importante no núcleo gestor desse conselho na formulação do PDP de 2008.

16. **Octávio Costa Fernandes** – arquiteto, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do IFF. Mestre em Arquitetura pela UFRJ. Foi presidente da Anfea e conselheiro representando esta associação no Cmmau. Octávio Fernandes é o terceiro religioso do grupo, milita consistentemente no movimento espírita kardecista, mantendo, inclusive, uma web rádio com programação dedicada exclusivamente a debater e difundir esta doutrina. O programa principal da rádio tem uma audiência média de 900 pessoas.

17. **Paulo César da Costa Heméritas** – professor de história concursado em quatro escolas na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e de sociologia na Universidade Estácio de Sá (Unesa) em Cabo Frio. É doutor em Sociologia Política pela Uenf. Milita na causa ambiental por meio do cinema, que foi inclusive seu tema de dissertação de mestrado. Paulo mantém uma casa na localidade conhecida como Mato Escuro, vizinho ao Açú – onde está localizado o complexo portuário construído por Eike Batista. Um dos motivos principais da escolha do professor Paulo Heméritas, é o conhecimento que ele tem dos costumes da população moradora dessa região, que vivia da agricultura familiar e da pesca artesanal, numa região um tanto bucólica, antes de serem surpreendidos pela implantação do Clipa.

18. **Pedro Paulo Pereira Ribeiro** – Corretor de imóveis e diretor comercial da empresa Pedro Paulo Imóveis e delgado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci-RJ) em Campos. Tem um olhar diferente da burguesia brasileira tradicional, sobretudo campista, em se tratando da economia sua distribuição e sobre a forma como a renda equilibrada pode ser boa para o capital e estar a serviço do crescimento do mercado. Em pouco mais de duas horas de entrevista nos permitiu uma visão ampla e macroscópica do mercado imobiliário de Campos, seus gargalos e oportunidades. É sempre interessante entrevistar alguém que não conhecemos e que traz informações fora do nosso círculo costumeiro.

19. **Ranulfo Vidigal Ribeiro** – economista do Metrô Rio. Mestre em economia pelo Instituto de economia da UFRJ, onde cursa o doutorado. Está pesquisando os caquis tendo como arcabouço teórico a sustentabilidade e a chamada Economia Ecológica. Foi secretário de planejamento do primeiro mandato de prefeito de Anthony Garotinho em Campos. Eleito Prefeito de São João da Barra em 1992, sofreu o impeachment há menos de três meses do final do mandato, em outubro de 1996. Foi Conselheiro Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio de Janeiro (Asep) indicado por Anthony Garotinho em 1999. No Governo Rosinha Garotinho, foi Diretor-executivo da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – a Fundação Cide, extinta no Governo Sérgio Cabral. Assumiu o Centro de Informações e Dados de Campos (Cidac/PMCG) no governo Rosinha Garotinho, rompeu com esse grupo político e foi nomeado para a Secretaria de Fazenda pelo prefeito José Amaro Martins de Souza, o Neco – saindo menos de um ano depois. A oportunidade de entrevistar o economista Ranulfo Vidigal nesse momento, em que ele se encontra livre dos compromissos com o grupo político de Anthony Garotinho, é bastante promissora. Ele tem críticas a fazer de coisas que testemunhou e calou por quase 30 anos.

20. **Renato César Arêas Siqueira** – arquiteto, ocupou um cargo de confiança na Empresa Municipal de Habitação (Emhab/PMCG) durante os mandatos dos prefeitos Arnaldo

Vianna e Alexandre Mocaiber. Fez muitos projetos de habitação de interesse social nesses governos. Com a eleição da prefeita Rosinha Garotinho, em 2008, migrou para a sociedade civil e foi eleito presidente da ONG, criada num projeto de extensão da Uenf, Observatório de Controle do Setor Público (OCSP). Foi bastante combativo, sobretudo na campanha “não vendam o nosso futuro”, que denunciava os empréstimos contraídos pela prefeita Rosinha Garotinho, lastreados na arrecadação futura de royalties – desde que os preços do barril despencaram, a partir do segundo semestre de 2014 (PESSANHA, 2015), e fizeram definharem o orçamento da PMCG. Em janeiro de 2017 foi nomeado presidente do IMMT/PMCG. O arquiteto Renato Siqueira vive o desafio de desmentir o aforismo, da época do segundo império, que dizia que não há “nada mais parecido com um conservador que um liberal no poder”. A verdade é que seu depoimento nesta pesquisa se deu quando ele estava na sociedade civil e foram aproximadas três horas e meia de muitas informações precisas e contundentes.

21. **Roberto Moraes Pessanha** – engenheiro, professor do Curso técnico de Segurança do Trabalho do IFF. Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/Uerj). Foi diretor eleito da Escola Técnica Federal de Campos (ETFCampos), onde conduziu seu processo de transformação em Cefet (em 2008 o Cefet Campos se transforma em Instituto Federal Fluminense (IFF)). Foi uma liderança importante no pioneirismo desse Cefet no debate do desenvolvimento regional – o que acabou sendo uma característica significativa na constituição dos Institutos Federais. Esse protagonismo do professor Roberto Pessanha, se concretiza em episódios como o da sua liderança no processo de garantias de qualidade no Plano Estratégico de Campos (PEC). Afinal, foi sob sua direção que a, ainda, ETFCampos organizou uma oficina intitulada “Planejando o nosso desenvolvimento: sensibilização para o planejamento estratégico do município de Campos dos Goytacazes” (COELHO, 1996). Foi a partir de então que o PEC deslanchou em ações e consistência teórico-metodológica. Por mais que houvesse problemas, foi a partir do PEC que se introduziu o planejamento, sobretudo participativo, na agenda política de Campos. Em 2000 funda a ONG Cidade 21 e em 2002 se candidata a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Em 2004 cria um blog que se torna referência para o debate da política e do desenvolvimento na região. Ainda no ar e com bastante produção, esse blog acaba sendo decisivo na definição do professor Roberto Pessanha como um dos três comunicadores. Em que pese a sua atuação como pesquisador, político ou ativista, o blog acabou se transformando no seu canal de intervenção, por meio da difusão de ideias, e na sua condição de hiperconectividade numa rede de sujeitos sociais tão ampla que se tornou difícil de se mensurar.

22. **Rodrigo Florencio Machado** – jornalista e empresário do setor de comunicação. Atuou em jornais e na afiliada da Rede Globo de Televisão em Campos. Foi secretário de comunicação da Prefeitura Municipal de Quissamã entre 2004 e 2012. Esteve ainda por cerca de seis meses, entre 2013 e 2014, como secretário de comunicação na Prefeitura Municipal de Itaguaí. A sua experiência com assessoria de imprensa nos Caquis e a sua vivência de oito anos em Quissamã foram decisivas para ouvirmos suas impressões e informações. O jornalista Rodrigo Machado tem uma visão precisa sobre como Quissamã se relaciona com Campos, no que obste a forte atração de Macaé.

23. **Roger Rangel Coutinho** – administrador, servidor estatutário da PMCG, atua como fiscal na Secretaria de Meio Ambiente. Especialista em Administração Pública e Mestre em Engenharia Ambiental. Presta consultoria a empresas Sediadas no Porto do Açú, que por ser em outro município, e não em Campos, não produz conflito com a sua área de atuação como fiscal. A sua experiência de quase duas décadas no meio ambiente da PMCG permite-lhe uma visão privilegiada e um conhecimento ímpar da cidade de Campos.

24. **Silvana Monteiro de Castro** – Arquiteta com mestrado em planejamento urbano e regional. Professora dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo do IFF e do Isecensa. É arquiteta aposentada da prefeitura, onde exerceu essa função por 30 anos. Foi secretária de planejamento da PMCG nos governos de Arnaldo Vianna e Alexandre Mocaiber. Foi uma figura de destaque na condução do processo de elaboração do PDP de Campos de 2008. Sua mediação do processo, envolvendo a consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), da comunidade e do poder público, foi de grande habilidade. Com todos os defeitos que esse PDP possa ter, é uma peça de qualidade indiscutível. Todos os entrevistados reconhecem que Campos nunca teve um Plano Diretor tão rico. É claro que boa parte desse valor é da cota do Estatuto da Cidade. Silvana e sua equipe, porém, têm muito crédito na concretização das prescrições desta lei federal.

25. **Teresa de Jesus Peixoto Faria** – arquiteta, doutora em Études Urbaines - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales em Paris, França. Vice-Reitora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). É docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e do Curso de Graduação em Ciências Sociais. Foi Coordenadora do Curso de Graduação em Ciências Sociais (2000-2003), Chefe do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (2003-2006) e Diretora do Centro de Ciências do Homem da Uenf (jul 2007-jul 2011). A professora Teresa Faria está entre os grandes intérpretes da região de Campos, sobretudo em se tratando da sua história urbana e das desigualdades espaciais reproduzidas no decorrer dos séculos.

26. **Vítor Luiz Menezes Gomes** – jornalista, possui mestrado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ. Atuou como jornalista em jornais e rádios de Campos. Atualmente é professor do Centro Universitário Fluminense (Uniflu), é professor licenciado da Universidade Cândido Mendes. Atua na assessoria de imprensa no Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) há mais de 18 anos, entre Campos e Macaé. O Jornalista Vítor Gomes, ao mesmo tempo que nos dá um depoimento de comunicador, traz consigo um viés da fala de quem conhece de perto a *ânim*a do trabalhador petroleiro nessa relação entre Campos e Macaé com bastante autoridade e distanciamento emocional.

APÊNDICE B – Estrutura da entrevista

1. Qual era a ocupação dos seus pais?
2. Em que período da sua vida você começou a trabalhar? Antes ou depois de concluir os estudos?
3. Qual a função fundamental da economia, produzir riqueza (eficiência) ou bem-estar (equidade)?
4. Quem deve regular a economia, o Estado ou o mercado?
5. Qual é o papel da sociedade na democratização do Estado? O modelo da revolução francesa é suficiente (executivo, legislativo e judiciário)? Caso seja necessário essa pergunta tem o seguinte complemento: o que você pensa da participação popular e da democracia direta?
6. Há uma crença nacional de que a legislação urbana, apesar de indiscutível eficácia, não cumpre seu papel de regulação do processo de especulação imobiliária e seus impactos negativos. Na sua opinião por que motivos os instrumentos de gestão urbana não funcionam?
7. Por que motivos o Estado (executivo, legislativo e judiciário), sobretudo no âmbito do município, não consegue executar uma legislação tão bem considerada?
8. A aparente anomia que reina na gestão urbana é um jogo em que todos perdem ou algum tipo de sujeito social acaba colhendo resultados nesta situação?
9. Há um crescente movimento pendular entre os municípios da Região Norte Fluminense. Nos Caquis isso parece ter ganho novos contornos depois do Porto do Açu. A interdependência entre esses municípios teria aumentado e confirmado a vocação de polo de Campos, sobretudo pela amplitude da oferta de serviços. O que você pensa sobre isso?
10. Você entende que haja a necessidade de algum tipo de legislação municipal que comece a dar conta de questões intermunicipais, sobretudo depois da implantação do Porto do Açu e da atração da economia do petróleo em direção a Campos?
11. Qual seria instituição capaz de gerir as necessidades intermunicipais? Fundenor, Fenorte, Ompetro ou outra?
12. A melhoria de renda apresentada recentemente (Plano Real; salário mínimo que foi de menos de 100 para 300 dólares; Programas de transferência direta de renda; crescimento econômico e da oferta de emprego; ampliação da educação profissional e superior) teve como consequência maior acesso aos bens e serviços urbanos (moradia; educação; saúde; mobilidade)?

13. Qual a sua avaliação sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa Morar Feliz (PMF)? Esses programas garantem o direito à cidade ou aumentam a segregação espacial urbana? Há quem denuncie que esses assentamentos afastam os seus beneficiários dos bens e serviços urbanos. O que você pensa sobre isso?